



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE CIÊNCIAS MATEMÁTICAS E DA NATUREZA  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS – DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

DAVID TAVARES BARBOSA

VER, ESTAR E SER (N)A PAISAGEM:  
CIDADANIA PAISAGÍSTICA E O DIREITO À PAISAGEM  
NA CIDADE DO RECIFE/PE

Rio de Janeiro

2020

DAVID TAVARES BARBOSA

VER, ESTAR E SER (N)A PAISAGEM:  
CIDADANIA PAISAGÍSTICA E O DIREITO À PAISAGEM  
NA CIDADE DO RECIFE/PE

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Rafael Winter Ribeiro.

Rio de Janeiro

2020

### CIP - Catalogação na Publicação

TT231v Tavares Barbosa, David  
Ver, estar e ser (n)a paisagem: Cidadania paisagística e o direito à paisagem na cidade do Recife/PE / David Tavares Barbosa. -- Rio de Janeiro, 2020.  
310 f.

Orientador: Rafael Winter Ribeiro.  
Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2020.

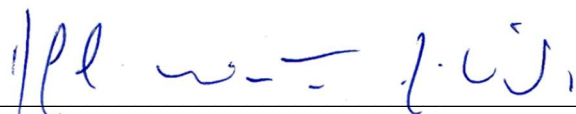
1. Geografia. 2. Geografia Urbana. 3. Geografia Política. 4. Recife. 5. Paisagem. I. Winter Ribeiro, Rafael, orient. II. Título.

DAVID TAVARES BARBOSA

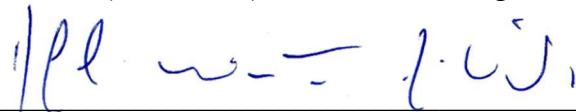
VER, ESTAR E SER (N)A PAISAGEM: CIDADANIA PAISAGÍSTICA E O DIREITO À  
PAISAGEM NA CIDADE DO RECIFE/PE

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Geografia.

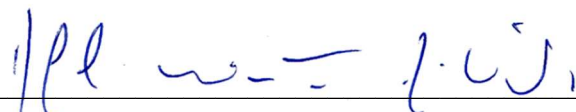
Aprovada em: 30 de junho de 2020.



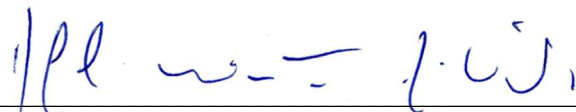
Rafael Winter Ribeiro (Orientador) – Doutor em Geografia, PPGG/UFRJ



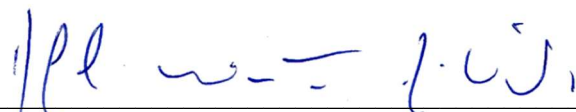
William Ribeiro da Silva – Doutor em Geografia, PPGG/UFRJ



Caio Augusto Amorim Maciel – Doutor em Geografia, PPGEU/UFPE



Maria da Conceição Alves de Guimaraens – Doutora em Planejamento Urbano e Regional,  
PROARQ/UFRJ



Marcelo Antonio Sotratti, Doutor em Geografia, UERJ

## AGRADECIMENTOS

Uma música de sucesso do cantor baiano Raul Seixas destaca que “sonho que se sonha junto é realidade”. Concluir o curso de doutorado foi, para mim, um desses sonhos que se tornaram possíveis por ter sido compartilhado com várias pessoas que me apoiaram, ajudaram e incentivaram durante meu percurso acadêmico. Entrar na universidade e planejar uma vida profissional através da educação só se tornou possível através do apoio incondicional que recebi da minha família, dos meus amigos, dos professores e alunos ao longo de toda a caminhada! Pessoas que aceitaram compartilhar meus sonhos, me deram forças e me fizeram acreditar que era possível. Gostaria de deixar abaixo um agradecimento a cada um de vocês!

Primeiro, gostaria de agradecer à minha família: Mainha (“dona” Eliete), Papai (“seu” Nailton) e meus irmãos, Sarah e Jonath. Vocês sempre foram os principais incentivadores dos meus estudos, trabalhos e projetos de vida. Agradeço o apoio e amor incondicional que recebo de vocês. Espero que sintam todo o meu amor e gratidão de volta!

Agradeço imensamente ao orientador Rafael Winter Ribeiro por toda a sua paciência, integridade e simpatia que me recebeu desde nosso primeiro diálogo. Seu empenho profissional irretocável e cuidado pessoal que sempre demonstrou me inspiram a ser um profissional cada vez melhor. Agradeço também ao professor Olivier Soubeyran, que me recebeu com toda sua simpatia, atenção e dedicação na Université Grenoble Alpes para realizar o estágio de doutorado sanduíche. Nunca me esquecerei de seus ensinamentos e sua humanidade.

Também agradeço aos professores que dialoguei durante a realização dessa pesquisa e me ajudaram a refletir sobre as questões trabalhadas. Ao professor Caio Maciel, agradeço pelas oportunidades dadas desde quando me recebeu como um jovem assustado fardado com a camisa do Santa Cruz. Sua companhia é sempre luminosa! À professora Priscila Vasconcelos, obrigado por ser um porto seguro para conversas cotidianas e para manter meus pés no chão. Ao professor Jan Bitoun, obrigado por acreditar, me ouvir e estimular sempre que possível. Agradeço ainda aos professores Emílio Pontes, Ana Daou, Lúcia Veras, Ana Rita Sá Carneiro, Norma Lacerda, Bertrand Cozic, Iná Castro e Lúcia Veras, com quem pude dialogar em diferentes momentos da construção dessa pesquisa. Agradeço ainda aos professores William Ribeiro da Silva, Ceça Guimaraens e Marcelo Antonio Sotratti por aceitarem o convite para participar da banca de avaliação e contribuir nas correções e melhorias dos resultados apresentados.

Expresso meus agradecimentos aos amigos do GEOPPOL/UFRJ, pelos momentos de estudos, discussões, pesquisas, lazer e companhia nessa longa jornada. Pablo, Dirceu, Adriano, Alan, Beatriz (Bia), Gabrielle (Gabi), Gilberto, Jardel, Mariana, Pedro Henrique, Rachel, Vítor

(Vittorio), Tatiana, Caio e Camila. Obrigado a todos pelos momentos inesquecíveis. Gostaria de reforçar os agradecimentos a Pablo, Mariana e Dirceu (pela ajuda que me deram na chegada ao Rio de Janeiro) e Alan (pelo privilégio de dialogar constantemente enquanto construíamos as nossas pesquisas).

Obrigado aos amigos dos LECgeo/UFPE, pela longa parceria já indissociável da minha vida pessoal e profissional. Anne – a maravilhosa de energia incomparável que topou o desafio de fazer os mapas da pesquisa!! – Bruno Ulysses, Herivelto, Matheus Severo, Bruno Halley, Pedro Vilela, Rogério, Tiane, Bruno Andrade, Jeovane, Marli, Roberta Kelly e Ana Betânia. Há um pedaço de cada um de vocês nessa tese e no meu coração.

Agradeço imensamente e com grande amor a Gabriel. ‘Meu corpo é testemunha do bem que *você* me faz’ e se tive forças para terminar essa tese, foi graças a você. Obrigado por me oferecer um porto seguro de carinhos e atenções sem medidas!

Muito obrigado aos amigos-irmãos Pedro João, Pietro e Anthony. Obrigado pela ajuda, carinho e afeto que sempre me deram. Amo vocês!

Aos amigos ‘de Recife’, Cassandra, Anderson, Jan, João e Kamui, companhias para toda hora, meu muito obrigado.

Agradeço aos amigos ‘do Rio’, de procedências diversas mas ligados na carioquice da geografia que nos uniu: Geislam, Dimas, Eduardo & Lorena, Kátia, Rafael, Sérgio, Débora, Ludmilla, Nilane, Daniel (Macedo) e Daniel (Cajarville). Agradeço ainda aos amigos Thiago Machado e Pedro Maia pela ajuda e pela companhia desde minhas primeiras idas ao Rio.

Agradeço aos amigos que me ajudaram a concretizar o estágio e moradia na França: Elvira (Cacau), Mathieu e Luís Felipe, professor das melhores aulas de francês. Também deixo meu obrigado aos amigos que encontrei em Grenoble: Achraf, Saber e Lucas, os *colocs* mais simpáticos e melhores professores do francês cotidiano; Louis, pela mão amiga que ofereceu; Marcelo, pelo encontro inusitado que virou uma agradável surpresa; Hamzah, Faizah e Weilong que, apesar do pouco tempo, me ajudaram a ampliar as fronteiras de minha geografia particular.

Agradeço aos alunos, professores e funcionários do IGEO-UFRJ que me possibilitaram um lugar acolhedor ao desenvolvimento de meus estudos.

Obrigado aos moradores dos bairros do Recife que percorri e pude dialogar durante a construção dessa pesquisa: pessoas de Brasília Teimosa, Coque, Ilha de Deus e Pina, com quem pude aprender e mudar minhas percepções sobre a geografia urbana do Recife. Agradeço aos membros do Centro Educacional Popular Saber Viver e Ação Comunitária Caranguejo Uçá que me ajudaram na aproximação e compreensão de alguns temas debatidos nessa tese.

Agradeço ao CNPq pela concessão da bolsa que contribuiu no desenvolvimento dessa pesquisa. Agradeço igualmente à CAPES, pelo financiamento da bolsa do doutorado sanduíche, que me permitiu realizar os estudos na Université Grenoble Alpes. Por fim, também agradeço aos funcionários da UGA, do Institut d'Urbanisme et de Géographie Alpine e do Laboratoire Pacte que me receberam com grande simpatia.

No mais, deixo meu agradecimento para todos que me ajudaram nessa árdua caminhada acadêmica. Obrigado a todos! Meu coração fica aquecido com o carinho e a ajuda de vocês.

*« Si on ouvrait des gens, on trouverait des paysages.  
Et moi, si on m'ouvrait, on trouverait des plages ».*  
(Agnès Varda, Les Plages d'Agnès)

*“Eu amo a falta de silêncio do mar,  
Odoyá.  
Na maré cheia eu canto pra levantar.  
Na maré seca eu deito,  
Odoyá”.*  
(Lia de Itamaracá, “Falta de silêncio”)



## RESUMO

BARBOSA, David Tavares. **Ver, estar e ser (n)a paisagem: Cidadania paisagística e o direito à paisagem na cidade do Recife/PE.** Rio de Janeiro, 2020. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2020.

O objetivo dessa tese é analisar de que forma a paisagem tem se constituído como um recurso político mobilizado por coletivos de cidadãos para reivindicar direitos e o reconhecimento de suas cidadanias. Preocupa-nos compreender como movimentos de contestação mobilizam o direito à paisagem com uma base dos seus questionamentos. A pesquisa encontra-se relacionada ao debate contemporâneo da paisagem, onde se observa o desenvolvimento de novas abordagens teóricas, políticas e sociais que ajudam na percepção da paisagem como um problema político de interesse coletivo. Em diferentes contextos territoriais, o debate paisagístico tem sido valorizado como tema importante para a condução de políticas de planejamento territorial, mas também no desenvolvimento de desacordos e disputas por valores paisagísticos. Tomando essa dimensão pública e política da paisagem, buscaremos compreender o lugar das justificações e ações paisagísticas no campo da política. Para alcançar os objetivos da pesquisa, nossas análises serão desenvolvidas a partir da observação de algumas demandas paisagísticas expressas por grupos sociais na cidade do Recife, Pernambuco (Brasil). No contexto recifense, conseguimos identificar dois padrões de demandas paisagísticas: primeiro, debates vinculados ao *direito de ver a paisagem*, com mobilizações que envolvem o interesse por garantir a preservação e o usufruto coletivo dos grandes panoramas da cidade. Chamamos esses debates como o paradigma da *paisagem-cais*. O segundo padrão corresponde as ações que demandam o *direito de ser (n)a paisagem*, a partir de grupos que utilizam a paisagem como recurso político para solicitar o reconhecimento social, identitário e territorial. São ações que chamamos como o paradigma da *paisagem-maré*. São debates que representam duas problemáticas conectadas dentro de uma mesma cena e envolvem modos de ver, projetos de ação, etc., podendo gerar interesses conflitantes e oposições nas ações de gestão. Entretanto, acreditamos que a percepção desses interesses diferentes também podem ser uma oportunidade para estimular o diálogo, a convivência e uma gestão compartilhada. A paisagem pode ser um instrumento viável para construir estratégias de planejamento e gestão coletivas do território, desde que sejam estimuladas as contiguidades entre as diferenças, a convivência e coabitação com o diferente. Para expressar tal possibilidade, apresentamos nossas análises a partir da ideia de *cidadania paisagística*, como uma estratégia para aproximar a abordagem da paisagem das reflexões sobre a democracia e exercício da cidadania. Considerar essa cidadania paisagística envolve um debate da paisagem como um recurso que pertence a todos, onde todos têm o direito de *ver, ser e estar* na paisagem, assim como o dever de participar das ações de gestão de forma coletiva e comprometida. Essa cidadania pode ser garantida a partir da associação de duas questões ao debate paisagístico: participação e gestão. Participação no sentido de incorporar a população na identificação dos valores paisagísticos e no planejamento/gestão dos quadros paisagísticos. Ações de gestão que devem ser realizadas a partir do interesse público e dentro de uma perspectiva participativa, compartilhada e comprometida, com a criação de espaços políticos para possibilitar encontros, debates e acordos sobre os interesses conflitantes.

**Palavras-chave:** Paisagem. Política. Direito à paisagem. Cidadania paisagística.

## ABSTRACT

BARBOSA, David Tavares. **Ver, estar e ser (n)a paisagem:** Cidadania paisagística e o direito à paisagem na cidade do Recife/PE. Rio de Janeiro, 2020. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2020.

The objective of this thesis is to analyze how the landscape has been constituted as a political resource mobilized by collectives of citizens to claim rights and the recognition of their citizenship. We are concerned to understand how movements of contest mobilize the right to the landscape with a basis of their questions. The research is related to the contemporary debate on the landscape, where the development of new theoretical, political and social approaches is observed that help in the perception of the landscape as a political problem of collective interest. In different territorial contexts, the landscape debate has been valued as an important theme for the conduct of territorial planning policies, but also in the development of disagreements and disputes over landscape values. Taking this public and political dimension of the landscape, we will try to understand the place of justifications and landscape actions in the field of politics. To achieve the research objectives, our analyzes will be developed based on the observation of some landscape demands expressed by social groups in the city of Recife, Pernambuco (Brazil). In the Recife context, we were able to identify two patterns of landscape demands: first, debates linked to the *right to see the landscape*, with mobilizations that involve interest in ensuring the preservation and collective enjoyment of the city's great panoramas. We call these debates the paradigm of the *landscape-docks*. The second pattern corresponds to actions that demand the *right to be (in) the landscape*, from groups that use the landscape as a political resource to request social, identity and territorial recognition. These are actions that we call the paradigm of the *landscape-tide*. These are debates that represent two issues connected within the same scene and involve ways of seeing, action projects, etc., which can generate conflicting interests and oppositions in management actions. However, we believe that the perception of these different interests can also be an opportunity to stimulate dialogue, coexistence and shared management. The landscape can be a viable instrument to build strategies for collective planning and management of the territory, provided that contiguities between differences, coexistence and cohabitation with the different are stimulated. To express this possibility, we present our analyzes based on the idea of *landscape citizenship*, as a strategy to bring the landscape approach closer to the reflections on democracy and the exercise of citizenship. Considering this scenic citizenship involves a debate of the landscape as a resource that belongs to everyone, where everyone has the right to *see, be in* and *exist* in the landscape, as well as the duty to participate in management actions in a collective and committed way. This citizenship can be guaranteed by associating two issues to the landscape debate: participation and management. Participation in the sense of incorporating the population in the identification of landscape values and in the planning / management of landscape pictures. Management actions that must be carried out from the public interest and within a participatory, shared and committed perspective, with the creation of political spaces to enable meetings, debates and agreements on conflicting interests.

**Keywords:** Landscape. Politics. Right to the landscape. Landscape citizenship.

## RÉSUMÉ

BARBOSA, David Tavares. **Ver, estar e ser (n)a paisagem: Cidadania paisagística e o direito à paisagem na cidade do Recife/PE.** Rio de Janeiro, 2020. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2020.

L'objectif de cette thèse est d'analyser comment le paysage a été constitué comme une ressource politique mobilisée par des collectifs de citoyens pour revendiquer des droits et la reconnaissance de leur citoyenneté. Nous voulons comprendre comment les mouvements de contestation mobilisent le droit au paysage en fonction de leurs questions. La recherche est liée au débat contemporain sur le paysage, où l'on observe le développement de nouvelles approches théoriques, politiques et sociales qui aident à percevoir le paysage comme un problème politique d'intérêt collectif. Dans différents contextes territoriaux, le débat sur le paysage a été considéré comme un thème important pour la conduite des politiques d'aménagement du territoire, mais aussi dans le développement de désaccords et de conflits sur les valeurs du paysage. En prenant cette dimension publique et politique du paysage, nous chercherons à comprendre la place des justifications et des actions paysagères dans le champ politique. Pour atteindre les objectifs de recherche, nos analyses seront développées à partir de l'observation de certaines demandes paysagères exprimées par les groupes sociaux de la ville de Recife, Pernambuco (Brésil). Dans le contexte de Recife, nous avons pu identifier deux schémas d'exigences paysagères: d'abord des débats liés au *droit de voir le paysage*, avec des mobilisations qui impliquent l'intérêt d'assurer la préservation et la jouissance collective des grands panoramas de la ville. Nous appelons ces débats le paradigme du *paysage-quai*. Le second schéma correspond à des actions qui revendiquent le *droit d'être (dans la) le paysage*, auprès de groupes qui utilisent le paysage comme ressource politique pour demander une reconnaissance sociale, identitaire et territoriale. Ce sont des actions que nous appelons le paradigme du *paysage-marée*. Ce sont des débats qui représentent deux enjeux liés à la même scène et qui impliquent des manières de voir, des projets d'action, etc., qui peuvent générer des conflits d'intérêts et des oppositions dans les actions de gestion. Cependant, nous pensons que la perception de ces différents intérêts peut également être l'occasion de stimuler le dialogue, la coexistence et la gestion partagée. Le paysage peut être un instrument viable pour construire des stratégies de planification et de gestion collectives du territoire, à condition de stimuler les contiguïtés entre différences, coexistence et cohabitation avec les différents. Pour exprimer cette possibilité, nous présentons nos analyses basées sur l'idée de *citoyenneté paysagère*, comme stratégie pour rapprocher l'approche paysagère des réflexions sur la démocratie et l'exercice de la citoyenneté. Considérer cette citoyenneté paysagère implique un débat sur le paysage en tant que ressource qui appartient à tous, où chacun a le droit de *voir, d'être et rester* dans le paysage, ainsi que le devoir de participer aux actions de gestion de manière collective et engagée. Cette citoyenneté peut être garantie en associant deux enjeux au débat paysager: la participation et la gestion. Participation au sens de l'intégration de la population dans l'identification des valeurs du paysage et dans la planification/gestion des images du paysage. Actions de gestion qui doivent être menées dans l'intérêt public et dans une perspective participative, partagée et engagée, avec la création d'espaces politiques pour permettre des rencontres, des débats et des accords sur les intérêts conflictuels.

**Mots-clés:** Paysage. Politique. Droit au paysage. Citoyenneté paysagère.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figuras 01 – Paisagens descortinadas e consumo estético no estuário sul do Recife: 01a – Simulação do Projeto Novo Recife; 01b – “Torres Gêmeas ( <i>Piers</i> Maurício de Nassau e Duarte Coelho); 01c – Vista panorâmica da varanda do <i>Shopping</i> RioMar; 01d – Simulação gráfica da sala-de-estar de um apartamento do <i>Mirante Capibaribe</i> .....	28
Figuras 02 – Demandas paisagísticas por grupos de cidadãos na cidade do Recife: 02a – Ato pelo tombamento da paisagem do Estelita; 02b – Audiência pública sobre a regularização dos territórios pesqueiros na cidade do Recife .....	29
Figuras 03 – Desejos de Paisagem na cidade do Recife: 03a – Movimento pelo tombamento da paisagem do Cais José Estelita; 03b – Movimento pelo Parque Boa Viagem; 03c – <i>Tour</i> turístico pela Ilha de Deus .....	58
Figuras 04 – Desejos de Paisagem em outras escalas: 04a – Movimento em defesa do Cerro de La Bufa y de los Picachos, na cidade de Guanajuato (México); 04b – Movimento em defesa do Valle de Guadalupe, em Ensenada (Baja California), México; 04c – Movimento em defesa do Valle de Guadalupe, produzindo uma faixa escrita “El paisaje es nuestro mayor patrimônio” .....	60
Figura 05 – Conflitos em torno da energia eólica: O caso de Sortelha (Portugal) .....	71
Figuras 06 – A persistência das palafitas na paisagem recifense: 06a – Palafitas localizadas no braço sul do rio Capibaribe, entre o Coque (Ilha de Joana Bezerra) e Afogados; 06b – Palafitas nas margens do braço sul do rio Capibaribe, Coque (Ilha Joana Bezerra); 06c – Palafitas localizadas entre as pontes do Pina, na entrada da zona sul; Figura 096 – Palafitas atrás do Shopping RioMar; 06e – Palafitas da comunidade do Bode (Pina) .....	95
Figura 07 – Eixo Rio: Caracterização: 07a – Torres Gêmeas vistas a partir do Recife Antigo; 07b – Cais José Estelita; 07c – Projeto Novo Recife; 07d – Coque e o Fórum da Joana Bezerra; 07e – Ilha do Zeca; 07f – Sítio Histórico de São José; 07g – Bacia do Pina vista do Cais José Estelita; 07h – Bacia do Pina vista de Brasília Teimosa; 07i – Coque na divisa com o bairro de Afogados .....	112
Figuras 08 – Eixo Mar: Caracterização: 08a – Avenida Brasília Formosa; 08b – Complexo empresarial Av. Antônio de Goes; 08c – Aeroclube do Recife; 08d – Edifício Caiçara; 08e – Brasília Teimosa; 08f – Pina e Boa Viagem a partir de Brasília Teimosa .....	123
Figuras 09 – Da Brasília <i>Teimosa</i> à Brasília <i>Formosa</i> : 09a – Orla de Brasília Teimosa antes da intervenção; 09b – Orla de Brasília Teimosa com a avenida Brasília Formosa já construída; 09c	

– Avenida Brasília Formosa; 09d – Novos padrões de habitações construídas na Brasília Teimosa, posterior à construção da avenida Brasília Formosa .....	124
Figura 10 – Eixo Mangue: Caracterização: 10a - Via Mangue, vista panorâmica; 10b – Shopping RioMar; 10c – Parque dos manguezais, a partir da Ilha de Deus; 10d – Le Parc Boa Viagem; 10e – Ilha de Deus; 10f – Pina, Comunidade do Bode .....	129
Figuras 11 – Peças publicitárias com simulação gráfica do <i>Mirante do Cais</i> : 11a – Simulação gráfica do Projeto Novo Recife com destaque para as torres do <i>Mirante do Cais</i> ; 11b – Reprodução aproximada do ponto de vista que poderá ser observado a partir da construção do <i>Mirante do Cais</i> .....	141
Figuras 12 – Peças publicitárias com simulação gráfica do <i>Mirante Capibaribe</i> : 12a – Simulação gráfica da suíte de um apartamento do <i>Mirante Capibaribe</i> ; 12b – Simulação gráfica do <i>Mirante Capibaribe</i> , destacando-se sua localização nas margens da Bacia do Pina e proximidade do <i>Shopping RioMar</i> e da Via Mangue .....	142
Figuras 13 – Janelas para a paisagem: Novos olhares, novas molduras: 13a e 13b – Simulações gráficas da “varanda gourmet” e “suíte” do <i>Mirante do Cais</i> ; 13c e 13d – Simulação gráfica da suíte e da sala do <i>Mirante Capibaribe</i> .....	145
Figuras 14 – Varanda do <i>Shopping RioMar</i> .....	148
Figuras 15 – Mirante da Via Mangue: 15a – Vista panorâmica do Mirante da Via Mangue; 15b – Ponte estaiada no dia da inauguração da Via Mangue, em janeiro de 2016; 15c – Mirante da Via Mangue, com destaque para o Shopping RioMar e edifícios empresariais ao fundo; 15d – Simulações gráficas para apresentação do projeto de requalificação do belvedere .....	150
Figura 16 – #OcupeEstelita, abril de 2012: 16a – Mapa-convite do #OcupeEstelita; 16b à 16e – Ocupe Estelita, 15/04/2012 .....	158
Figuras 17 – Ato de entrega da petição de tombamento ao IPHAN-PE: 17a – Convocatória do ato de entrega da petição; 17b – Concentração do ato, dia 26 de março de 2015; 17c – Passeata para entrega da petição ao IPHAN .....	162
Figuras 18 – Simulações do Projeto Novo Recife: 18a – Projeto original do empreendimento, apresentado em 2012; 18b – Redesenho do Projeto Novo Recife, apresentado em 2015 .....	167
Figuras 19 – Imagens e artes de apoio ao pedido de tombamento do Cais José Estelita .....	175
Figuras 20 – Demandas pela construção do parque público no Aero clube do Recife: 20a – Demandas pelo “AeroParque Encanta Moça”; 20b – Demandas pelo Parque Boa Viagem ...	181

Figuras 21 – Ocupações do espaço público pelo Ocupe Estelita: 21a – Ocupe Prefeitura, novembro de 2012; 21b – Ocupe Prefeitura +2, junho de 2014; 21c – Reveillita; 21d – Aula pública sobre o Plano Diretor, abril de 2019 .....	188
Figuras 22 – Troça Carnavalesca Mista Público-Privada Empatando Tua Vista .....	190
Figuras 23 – Fotogramas do filme <i>Novo Apocalipse Recife</i> .....	192
Figuras 24 – Praça-mirante das Torres Gêmeas: 24a – Reportagem no jornal Diário de Pernambuco de 06/01/2013 sobre a “polêmica” da praça das Torres Gêmeas; 24b – Pista para ciclistas, localizada entre as torres e a borda d’água; 24c – Vista para o estuário, observada a partir da praça-mirante; 24d – Estrutura do píer construído junto à praça-mirante .....	193
Figuras 25 – Passeio de Catamarã: Tour Ilha de Deus, <i>Catamaran Tours</i> : 25a – Saída do percurso: <i>Catamaran Tours</i> , Cais das Cinco Pontas, Recife – PE; 25b – Torres Gêmeas, bairro de São José; 25c – Linha de arrecifes (Calçada do Mar); 25d – Iate Clube do Recife (Brasília Teimosa); 25e – Colônia de Pescadores (Brasília Teimosa); 25f – Brasília Teimosa: diferentes padrões construtivos; 25g – Palafitas entre as pontes do Pina; 25h – Shopping RioMar; 25i – Confluência entre os rios e mangues; 25j – Tanques de criação de camarão; 25k – Cais de chegada e desembarque na Ilha de Deus .....	212
Figuras 26 – Passeio de Catamarã: Percurso na Ilha de Deus: 26a – Anfiteatro da Ilha de Deus (recepção); 26b – Recepção com passistas de frevo; 26c – Recepção por padrinhos de ONGs atuantes na Ilha; 26d – Barraca de catação do sururu; 26e – Moradora local catando marisco; 26f – Replântio simbólico do mangue; 26g – Hostel Comunitário da Ilha de Deus; 26h – Ponte Vitória das Mulheres; 26i – Obras abandonadas da creche comunitária; 26j – Ponto final: loja de artesanato local; 26k – Saída da Ilha de Deus .....	215
Figuras 27 – Audiência pública sobre os territórios pesqueiros: 27a – Mesa-debate da audiência; 27b – Exibição do filme construída para apresentação dos territórios pesqueiros .....	218
Figura 28 – Jornal da Maré, Ilha de Deus .....	221
Figuras 29 – Da <i>Ilha sem Deus</i> à <i>Ilha de Deus</i> : 29a – Ilha de Deus, antes da urbanização; 29b – Ilha de Deus posterior à urbanização .....	225
Figuras 30 – Bordas da Ilha de Deus: 30a – Cais de desembarque da Ilha de Deus; 30b – Rua lateral da Ilha de Deus; 30c – Rua lateral da Ilha de Deus; 30d – Parque infantil do “Espaço Vivo” .....	228
Figuras 31 – Marcas dos trabalhos da maré na paisagem da Ilha de Deus: 31a – Pessoas catando o sururu; 31b – Viveiros de camarão .....	234

Figuras 32 – Museu Frei Beda, Ilha de Deus: 32a – Recepção com assistas de frevo no passeio realizado em dezembro de 2017; 32b – Placa inaugural do Museu Frei Beda; 32c – Cópias das imagens do arquivo do museu, em exposição improvisada .....	241
Figuras 33 – A memória comunitária e os símbolos familiares: 33a e 33b – Exposição fotográfica da quitanda de <i>Dona Neia</i> ; 33c – Grafite de Mãe Bel (Dona Albertina) em muro da Ilha de Deus .....	244
Figuras 34 – Toponímias da Maré, Brasília Teimosa: 34a – “Alfabeto viário de Brasília Teimosa”; 34b – “Quiosque Palafita”, na orla de Brasília Teimosa .....	245
Figuras 35 – Cais José Estelita: Armazéns demolidos: 35a – Convocatória do Ocupe Estelita, lançada no dia 28 de março de 2019; 35b – Armazéns demolidos, terreno cercado e atividades de construção iniciadas; 35c e 35d – Andamento das obras no Cais José Estelita .....	285

## LISTA DE MAPAS

Mapa 01 – Mapa de localização do Estuário Sul .....	32
Mapa 02 – Mapa de delimitação dos Eixos de Análise .....	107
Mapa 03 – Eixo Rio: Delimitação e caracterização .....	111
Mapa 04 – Eixo Mar: Delimitação e caracterização .....	122
Mapa 05 – Eixo Mangue: Delimitação e caracterização .....	128
Mapa 06 – Mapa dos conflitos paisagísticos no Estuário Sul .....	134
Mapa 07 – Passeio de Catamarã: Tour Ilha de Deus, <i>Catamaran Tours</i> .....	211
Mapa 08 – Passeio de Catamarã: Percurso na Ilha de Deus .....	214

## LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Conflitos paisagísticos identificados no Estuário Sul do Recife .....	135
-----------------------------------------------------------------------------------	-----



## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO: Sobre memórias, percursos e quadros da pesquisa</b> .....	18
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	24
<b>A paisagem como recurso político e instrumento para a gestão territorial</b> .....	24
<b>Contexto do estudo: O descortinar de paisagens no estuário sul do Recife</b> .....	26
<b>Questões e Objetivos da Pesquisa</b> .....	30
<b>Recortes de análise</b> .....	31
<b>Fundamentação teórico-metodológica</b> .....	35
<b>Hipótese e organização da pesquisa</b> .....	37
<b>CAPÍTULO 01 – A PAISAGEM COMO PROBLEMA PÚBLICO</b> .....	39
<b>1.1 Atualidades políticas e teóricas da paisagem</b> .....	41
<b>1.2 As demandas paisagísticas contemporâneas: <i>O desejo por paisagem</i></b> .....	55
<b>1.3 As múltiplas escalas da geografia política da paisagem</b> .....	64
<b>1.3.1 As plataformas em defesa do território</b> .....	66
<b>1.3.2 A estética política da paisagem</b> .....	74
<b>1.3.3 A paisagem e a defesa dos comuns</b> .....	79
<b>CAPÍTULO 02 – O MUNDO DAS ÁGUAS: A GEOGRAFIA POLÍTICA DA PAISAGEM RECIFENSE</b> .....	86
<b>2.1 As marés escondidas</b> .....	89
<b>2.2 Os estuários descortinados</b> .....	98
<b>2.3 Estuário Sul: Entre heterotopias e consensos</b> .....	103
<b>2.3.1 Eixo Rio: Um <i>horizonte obscuro</i> em panoramas paisagísticos históricos</b> .....	108
<b>2.3.2 Eixo Mar: As fronteiras de renovação urbana e estética</b> .....	118
<b>2.3.3 Eixo Mangue: O espetáculo estético e econômico dos manguezais</b> .....	126
<b>CAPÍTULO 03 – O PARADIGMA DO CAIS: O DIREITO DE VER A PAISAGEM</b> .....	139
<b>3.1 Olhares táticos e estéticos</b> .....	140
<b>3.2 Cena 01: Recife, março de 2012 – Audiência sobre o Projeto Novo Recife</b> .....	153

<b>3.3 Cena 02: Recife, março de 2015 – Passeata pelo tombamento do Cais José Estelita</b>	159
<b>3.4 Conflitos pela observação paisagística panorâmica</b>	163
<b>3.5 A política nas ruas, nas telas e <i>dentro do Estado</i></b>	182
<b>CAPÍTULO 04 – O PARADIGMA DA MARÉ: O DIREITO DE SER (N)A PAISAGEM</b>	201
<b>4.1 Cena 03: Recife, fevereiro de 2017 - Passeio turístico de catamarã – Ilha de Deus</b>	206
<b>4.2 Cena 04: Recife, dezembro de 2017 – Audiência pública sobre os territórios pesqueiros</b>	217
<b>4.3 As paisagens cotidianas como recurso político</b>	220
<b>4.4 As redes de sociabilidades afetivas e políticas</b>	239
<b>CAPÍTULO 05 – PAISAGEM, DIREITO À PAISAGEM E CIDADANIA</b>	251
<b>5.1 Direito de paisagem, direito à paisagem</b>	255
<b>5.2 Cidadania paisagística: uma utopia?</b>	263
<b>5.3 Cena 05: Recife, março de 2019 – Demolição dos armazéns do Cais José Estelita</b>	279
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	286
<b>REFERÊNCIAS</b>	294

## **APRESENTAÇÃO: Sobre memórias, percursos e quadros da pesquisa**

Ao longo de minha trajetória pessoal pela geografia, uma das principais motivações que tem guiado minhas pesquisas corresponde ao interesse por compreender como se estabelecem os laços que ligam os grupos sociais aos territórios e suas paisagens. A partir de análises sobre o ambiente estuarino do centro histórico-geográfico da cidade do Recife (Pernambuco), tenho-me interessado em compreender os valores culturais atribuídos para tais espaços, assim como os diferentes padrões de ocupação e formas de habitar, com distintas raízes históricas, sociais, valores culturais e vivências.

Formado no bacharelado em geografia, realizei meus estudos de graduação na UFPE, entre 2007 e 2011. Em 2010, quando retornei de um programa de intercâmbio na Universidade Nova de Lisboa, Portugal, iniciei as pesquisas através do programa de iniciação científica (bolsa CNPq/UFPE). Sob orientação do professor Caio Augusto Amorim Maciel e com participação no Laboratório de Estudos sobre Espaço, Cultura e Política (LECgeo/UFPE), desenvolvi a pesquisa intitulada “Entre discursos e ações: Influências do Mangue Beat sobre as políticas públicas acerca do rio Capibaribe”. Os resultados foram apresentados no trabalho de conclusão do curso da graduação, com o título “Pontes Imaginárias sob o céu da *Manguetown*: Influências do Mangue Beat sobre as políticas públicas no entorno do rio Capibaribe – Uma análise do Circuito da Poesia e do Carnaval Multicultural”.

Nessa pesquisa, buscamos analisar como as novas simbologias espaciais criadas pelo movimento musical Mangue Beat influenciaram ações concretas desenvolvidas por diversos atores sociais nos ambientes do estuário no centro histórico-geográfico do Recife. Assim, discutimos a relação entre expressões culturais, imaginários geográficos e processos de reorganização dos espaços. A partir do Mangue Beat, discutimos sobre os processos de espetacularização e monumentalização da cultura observados em ações da Prefeitura do Recife ligadas ao movimento (BARBOSA, 2012). Nos apontamentos finais do trabalho, indicamos a necessidade de refletir sobre a herança da população pobre que ainda habita nas margens dos rios (questão central presente nas músicas do Mangue Beat), mas também sobre os conflitos gerados por processos de (re)valorização espacial e paisagística do estuário, agora disputados por empreendimentos imobiliários de alto padrão.

Após concluir a graduação, fui aprovado no curso de mestrado em geografia da UFPE (com bolsa CAPES), iniciando os estudos em 2012, sob orientação dos professores Caio Maciel e Jan Bitoun. No processo seletivo, o projeto de pesquisa apresentava o objetivo de discutir as relações entre a política municipal de cultura e os processos de renovação e/ou requalificação

espaciais. Porém, ao iniciar o curso um acontecimento reorientou minha trajetória investigativa: a emergência de debates e contestações sobre a proposição do empreendimento “Novo Recife”<sup>1</sup>.

Em abril de 2012, como reação à proposta de construção de um conjunto de arranha-céus ao lado de um amplo terreno localizado nas margens do centro histórico-geográfico do Recife, grupos de contestação se reuniram a partir do *Facebook* (no grupo “Direitos Urbanos”) e do movimento “Ocupe Estelita”. A partir desses coletivos de cidadãos foram organizadas diversas ações de oposição e resistência à construção do Novo Recife: ocupações do espaço público, passeatas, debates e aulas públicas, divulgação de produtos audiovisuais, etc. Através da observação, diálogo e envolvimento com o movimento (nas ocupações do Cais José Estelita, atividades do Cineclube LECgeo<sup>2</sup>, debates na Universidade, dentre outros) minhas aflições pessoais perante as opções do planejamento urbano se transformaram em inquietações teóricas sobre as disputas políticas que envolvem a transformação das paisagens da cidade.

A partir da participação nas ações do Ocupe Estelita, passei a centrar os interesses da pesquisa no estudo sobre a *guerra de paisagens* observada no debate que envolvia o Projeto Novo Recife. Em 2014, apresentei a dissertação sob o título “Novos Recifes, Velhos Negócios. Política da paisagem no processo contemporâneo de transformações da Bacia do Pina – Recife/PE: Uma análise do Projeto Novo Recife”. Na dissertação, atribuímos como objetivo central compreender as relações entre os discursos e representações paisagísticas com os processos de disputa verificados no debate público sobre o referido projeto. Ao problematizar os embates ligados ao Novo Recife, destacamos que a paisagem do estuário do Pina estaria envolvida numa “política da paisagem” relacionada aos diferentes usos, representações, significações e discursos atribuídos por sujeitos anunciadores distintos que expõem seus modos de ver a paisagem.

Ao longo da pesquisa do mestrado pude compreender que meus interesses de pesquisa vinculam-se, além das inquietações teóricas, a algumas memórias e inquietações pessoais, no plano familiar. Minha avó materna mora no Pina (um dos bairros da zona sul do Recife) desde

---

<sup>1</sup> O Projeto Novo Recife corresponde a uma proposta de intervenção privada, com grande apoio da Prefeitura Municipal do Recife e do Governo do Estado de Pernambuco, em terreno de 10,1 hectares, localizado no Cais José Estelita, entre o centro histórico e a zona sul do Recife. Neste espaço, onde existe um conjunto de instalações portuárias e ferroviárias, um grupo de construtoras propõe transformar o espaço a partir da construção de um conjunto de grandes edifícios residenciais, empresariais e hotéis, além de obras viárias. Retomaremos ao debate desse empreendimento no Capítulo 02.

<sup>2</sup> Cineclube do Laboratório de Estudos sobre Espaço, Cultura e Política (LECgeo-UFPE), que apresenta como finalidade promover e divulgar filmes e documentários que reflitam as áreas de estudos e atuação concernentes à geografia cultural. Articula debates entre os pesquisadores do grupo, alunos da graduação, pós-graduação e demais interessados nas linhas de pesquisa do laboratório. Entre os anos de 2011 e 2015, fui um dos coordenadores desse projeto de extensão. Ao longo do mestrado, as sessões promovidas pelo Cineclube foram tomadas como estratégias metodológicas de desenvolvimento da pesquisa.

1956. Durante minha infância, minha avó sempre me contou suas histórias sobre a construção do seu lugar na cidade: a chegada para morar no terreno conquistado da *maré*; a forma como ela e os vizinhos trabalharam para aterrar os solos molhados e construir o chão de suas casas; as transformações que viu e viveu do bairro e da cidade, etc.

Durante a pesquisa do mestrado, essas questões familiares foram lembradas, a partir das leituras desenvolvidas sobre os processos recentes de reconfiguração urbana no Recife, em especial sobre a construção da Via Mangue<sup>3</sup>. No final da década de 1990, a residência da minha avó passou a ser sinalizada dentro da área de possíveis remoções para a construção dessa linha viária, na época chamada como Linha Verde. Naquele momento, ninguém sabia exatamente o traçado desta obra viária, com notícias dadas de forma fragmentada, desconexa e ameaçadora. Falava-se de remoções e transformações por completo no bairro do Pina, mas nomes, números e datas desse processo de transformação ocorrer nunca eram revelados.

Em 2019, a casa de minha avó permanece intacta, sem novas ameaças de remoção. Sua permanência é garantida por lei, visto que sua habitação se encontra no perímetro de uma ZEIS<sup>4</sup> (Zona Especial de Interesse Social) que, ao menos no plano da lei, garante a permanência dos assentamentos habitacionais de população de baixa renda no tecido urbano. A Via Mangue, por sua vez, foi construída e o contexto do bairro tem mudado rapidamente.

A lembrança dessas lembranças exerceu um papel decisivo nos encaminhamentos indicados na conclusão da dissertação: a necessidade de investigar como, na atualidade, a paisagem pode possibilitar uma visualização das diferenças e fortalecer a consciência de preservar a diversidade dos modos de viver (e querer viver) e dos modos de ser (e querer ser) expressas na paisagem (BARBOSA, 2014, p. 206-212). Interesse em produzir um debate que valorize a polifonia que emana dos espaços, de possibilitar o direito aos diferentes grupos copresentes no espaço que todos sejam valorizados nas retóricas paisagísticas, e participem dos

---

<sup>3</sup> A Via Mangue corresponde a uma proposta de intervenção urbana apresentada pela Prefeitura do Recife em 2004 (uma atualização da antiga proposta da Linha Verde, lançada no final da década de 1990) como uma ação pensada para complementar as rotas de trânsito da zona sul do Recife. Apresenta uma extensão de 5 km, distribuídos em obras viárias, projetos de reassentamentos e construção de um Parque Ecológico (BARBOSA, 2014).

<sup>4</sup> Categoria atribuída no Plano Diretor do Recife a áreas de assentamentos habitacionais de população de baixa renda que, em lei, garante a ocupação com finalidade de urbanização e regularização fundiária de assentamentos habitacionais de baixa renda. Utilizado no Recife desde a década de 1980, onde a cidade foi uma das pioneiras na implantação desse instrumento da política urbana, as ZEIS correspondem a um tipo de zoneamento onde se aplicam regras especiais de uso e ocupação do solo em áreas ocupadas por populações de baixa renda. No Recife, há um total de 67 Zonas Especiais de Interesse Social, dentre as quais, Brasília Teimosa e Coelhos que se destacam como as duas primeiras comunidades a serem regularizadas, ainda nos anos 1980. A gestão das ZEIS se dá a partir do projeto de lei do Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social (PREZEIS), cujo objetivo se apresenta em urbanizar e regularizar a questão fundiária desses assentamentos.

processos de gestão da cidade e da paisagem urbana. Esses encaminhamentos influenciaram a construção do projeto de doutorado e guiaram algumas reflexões presentes nessa tese.

Ademais, gostaríamos de esclarecer que no momento da proposição do projeto de tese, no ano de 2015, alguns debates e ações de contestação ao processo de transformação da cidade do Recife estavam diretamente vinculados à questão paisagística. Exemplos: Em março de 2015 (mês de início do doutorado), O Ocupe Estelita promoveu uma passeata pelas ruas do Centro do Recife, com destino à sede local do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). O objetivo do ato político era entregar uma petição, com mais de 11 mil assinaturas e aval de mais de 100 instituições e movimentos sociais, pedindo o tombamento da paisagem do pátio ferroviário presente no Cais José Estelita<sup>5</sup>.

Posteriormente, representantes do movimento viajaram para participar de uma reunião em Brasília, em maio de 2015, com o ministro da Cultura e a presidência do IPHAN Nacional. Nesse encontro, entregaram o documento solicitando o tombamento que, como no ato anterior, apresentava a demanda pelo tombamento da paisagem do Estelita<sup>6</sup>. Apesar disto, precisamos deixar claro que o Ocupe Estelita nunca foi uma ação de defesa exclusiva da paisagem. Algumas mobilizações pela paisagem fazem/fizeram parte de sua atuação, mas o movimento sempre se apresentou como um coletivo de demanda do direito à cidade. A discussão a partir da paisagem surgia, em 2015, como ferramenta política para tentar frear as transformações questionadas.

Tal dinâmica de práticas e discursos políticos contestatórios construídos a partir de uma retórica paisagística foi a que nos estimulou a construir essa tese de doutorado. Na proposição do projeto interessava-nos compreender como grupos de cidadãos diversos, formados a partir do encontro entre moradores de bairros populares, estudantes, pesquisadores e professores das universidades locais, políticos, artistas e profissionais diversos têm organizado estratégias para contestar os projetos de transformação urbana, utilizando debates e ações sobre/na paisagem para fundamentar e justificar suas reivindicações.

Igualmente, esse projeto de doutorado foi construído de forma articulada ao projeto de pesquisa desenvolvido entre os grupos de pesquisa LECgeo/UFPE e GEOPPOL/UFRJ<sup>7</sup>. Com

---

<sup>5</sup> O pátio em questão trata-se do Pátio Ferroviário das Cinco Pontas, o primeiro pátio-porto do sistema ferroviário do Nordeste brasileiro, implantado no século XIX. Começou a ser construído em 1855 a partir das obras de instalação da primeira estação das Cinco Pontas, inaugurada em 1858. Foi o pátio fundador e a principal estação da Estrada de Ferro Recife-São Francisco, a segunda ferrovia do Brasil e primeira do Nordeste (FREIRE et al., 2012).

<sup>6</sup> Reportagem no El País Brasil, de 28 de maio de 2015, sobre a entrega do documento no Ministério da Cultura: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2015/05/28/politica/1432826822\\_497228.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2015/05/28/politica/1432826822_497228.html)>. Acesso em: 03 jan. 2016.

<sup>7</sup> Laboratório de Estudos sobre Espaço, Cultura e Política (LECgeo-UFPE); Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Política e Território (GEOPPOL-UFRJ). Essa parceria se faz a partir do projeto aprovado pelo CNPq “Direito à Paisagem e prática da cidadania no Rio de Janeiro e Recife: Política urbana, democracia e formação de espaços políticos em metrópoles brasileiras”, sob coordenação do professor Rafael Winter Ribeiro e iniciado em 2015.

essas parceria, desenvolvi a tese em diálogo com alguns alunos de graduação em geografia na UFPE, que desenvolveram seus trabalhos de conclusão de curso com temas correlatos e me auxiliaram na realização de trabalhos de campo, entrevistas e outras atividades. Trabalhei em parceria com Roberta Kelly Fernandes da Silva e Matheus Severo Ramos, enquanto ambos desenvolviam suas pesquisas sobre o Coque (Roberta) e Ilha de Deus (Matheus). A partir do diálogo e atividades realizadas com tais estudantes novas questões foram incluídas na pesquisa, ampliando a reflexão paisagística além da disputa no Cais José Estelita.

Por fim, a apresentação dos resultados dessa pesquisa também foi influenciada pelas atividades desenvolvidas durante o período de estágio no doutorado sanduíche na *Université Grenoble Alpes*, entre os anos de 2018 e 2019, sob orientação do professor Olivier Soubeyran. A partir da participação nesse estágio, foi possível uma aproximação com os debates e ações paisagísticas renovadas que se ampliaram no contexto europeu contemporâneo, permitindo problematizar algumas questões levantadas durante o processo da pesquisa.

Aqui, faz-se necessário esclarecer os motivos que me estimularam a começar essa tese a partir de um relato pessoal, com a escrita na primeira pessoa do singular. Compreendo que projetos de investigação apresentam conexões com as inquietações e histórias particulares dos pesquisadores, expressas nas escolhas do trabalho de investigação e no enquadramento do olhar. Assim, busco nesse relato apresentar como os objetivos da pesquisa dialogam com um conjunto de questões pessoais, além dos códigos teórico-metodológicos estruturadores. Assim, considero que além do fruto de uma inteligibilidade acadêmica, o tema e área escolhidos para minhas análises vinculam-se também às emoções, memórias e sentimentos particulares narrados acima. A partir da associação com esses vínculos pessoais não buscamos atribuir um sentido unívoco à uma trajetória profissional, mas sim, conforme indica Souza Lima (2015), apresentar de forma (auto)reflexiva como se expressam minhas motivações acadêmicas, minhas “vontades de saber” e meus anseios políticos com a produção da pesquisa.

Igualmente, não desejo justificar a pesquisa a partir da junção de um apanhado de experiências diretas, mas apenas esclarecer os interesses políticos e sociais que influenciam a escolha de meus objetos de estudo, buscando sempre confrontá-los às regras de cientificidade necessárias ao desenvolvimento do trabalho<sup>8</sup>. Com isso, tentarei fornecer alguns apontamentos

---

<sup>8</sup> Para Umberto Eco, por exemplo, um estudo é científico quando responde a alguns requisitos básicos, tais como: apresenta um objeto de estudo reconhecível e identificável, se preocupa em construir resultados inovadores e de utilidade científica, constrói elementos de verificação e contestação de hipóteses e resultados apresentados, dentre outros (ECO, 2016). A atenção a tais requisitos será constante na apresentação desta pesquisa.

sobre as razões que guiaram a análise do fenômeno pela paisagem, assim como a atualidade e importância de observar esses fenômenos a partir de uma geografia política da paisagem.

Por fim, tais escolhas se relacionam também aos interesses teórico-metodológicos da pesquisa. A partir de uma abordagem política interessada em compreender as situações onde os cidadãos participam (ou demandam participação) da gestão urbana e paisagística, pensamos que apenas a partir da identificação e implicação com nossas paisagens imediatas podemos nos interessar em participar das ações de planejamento e gestão paisagísticas. Sem a ligação pessoal (do habitante, do pesquisador, do gestor, etc.) qualquer protocolo ou convenção para tratar da paisagem pode se revelar ineficaz, sendo necessário estimular o engajamento direto das pessoas com suas paisagens (CIPRA, 2018).

Entretanto, como destacam Sgard (2010) e Besse (2018a), ao considerar que a paisagem envolve, antes de tudo, questões de sensibilidades particulares, ela evidencia a necessidade de debatê-la a partir de uma perspectiva política, baseada em questões éticas e morais: se existem vários interesses pessoais, há contradições entre os atores sociais e políticos que nem sempre convergem para um interesse comum. Por isso, ao agir na/com a paisagem de forma implicada, precisamos estimular a criação e fortalecimento de laços que permitam conectar os anseios particulares à uma gestão comum e coletiva das paisagens.

Por fim, mais que uma análise do nível institucional do Estado e da sociedade, interessamos apreender como e de que forma os grupos de cidadãos participam de experiências de ação direta (ou demandam participação direta) na gestão paisagística. Por essa razão, destacaremos na tese a importância de um conjunto de ações sociais que buscam (re)aproximar as pessoas de suas paisagens imediatas e suas estratégias de gestão coletiva. Frente ao conjunto de situações sociais observadas na cidade do Recife, buscaremos defender a necessidade de reaproximar o debate e a gestão das paisagens de uma espacialidade concreta dos lugares e das histórias pessoais que emergem da relação dos grupos sociais com seu entorno.



## INTRODUÇÃO

### **A paisagem como recurso político e instrumento para a gestão territorial**

Diversos autores têm destacado o retorno das problemáticas paisagísticas no debate e na condução de políticas de planejamento territorial, na construção de estratégias de gestão urbana e na expansão de demandas paisagísticas expressas por vários grupos sociais (DEBARBIEUX, 2007; BENEDIKTSSON, 2007, 2008; SGARD, 2010; BESSE, 2014a; FABUREL, 2015; RIBEIRO, 2018a). Nesse contexto contemporâneo, a paisagem aparece não apenas como um recurso representacional e técnico, mas sobretudo como uma ferramenta de interesse público e político, sendo colocado como um tema para debate na esfera pública.

Em diversos contextos espaciais, observa-se o aparecimento de documentos emergentes que propõem políticas específicas à paisagem. São abordagens renovadas que perpassam as políticas públicas gerais, do patrimônio cultural e da gestão territorial e contribuem para a percepção da paisagem como um problema político de interesse coletivo (GONÇALVES, 2015). Igualmente, o debate sobre essas novas questões também encontra-se vinculado com um aspecto central do contexto contemporâneo: o debate ético sobre o aumento de processos de transformação (rápida e irreversível) dos quadros paisagísticos. Como destaca Gonçalves (2015), mesmo que a paisagem se apresente como um fenômeno sociopolítico da realidade, ela tem sido flagrantemente negligenciada como objeto de interesse da coletividade, enquanto um bem comum e indivisível. Assim, apesar dos interesses políticos renovados, a paisagem também envolve expectativas distintas que nem sempre estão em harmonia.

Deste modo, também podem ser observadas o crescimento de embates e desacordos sociais que contribuem para conformar a paisagem como um problema público: frente a difusão de conflitos que envolvem a mudança e/ou destruição de paisagens emblemáticas e cotidianas, o conceito de paisagem retorna como um dos quadros cognitivos mobilizados para pensar, de forma reflexiva, as alterações observadas no território (FORTIN, SGARD e FRANCHOMME, 2017; RIBEIRO, 2018a; FABUREL, 2015). Perante os riscos de perda dos valores paisagísticos de territórios diversos, pode-se observar o crescimento de coletivos de cidadãos que buscam valorizar e defender seus quadros paisagísticos, considerando-os como reflexos diretos de suas territorialidades. Coletivos de cidadãos que mobilizam as paisagens como um recurso político e demandam a valorização de suas idiossincrasias paisagísticas como um reconhecimento de suas cidadanias (CORTINA, 2011; CHECA-ARTASU, 2017; NOGUÉ I FONT, 2007).

Alguns embates e desacordos podem ser antecipados: disputas por valores paisagísticos em torno da transformação das paisagens notáveis na Islândia, provocadas pela proposição do

projeto hidrelétrico *Kárahnjúkar* (BENEDIKTSSON, 2007); debates sobre a construção de um arranha-céu ao lado do centro histórico da cidade de Sevilla (Espanha) (SCALERCIO, 2016). A multiplicação de conflitos paisagísticos em torno da instalação de parques de energia eólica (DELICADO *et al*, 2013; LEIBENATH e OTTO, 2013; LABUSSIÈRE, 2007). Em nossa concepção, tais conflitos indicam um cenário onde o debate paisagístico se apresenta como um fenômeno sociopolítico: um componente essencial ao planejamento territorial, cujo debate e gestão envolvem os locais notáveis, mas também o ambiente onde se vive (BARBOSA, 2018; GONÇALVES, 2015).

Por essa razão, a paisagem passa a ser objeto de disputa e expressão de interesses sociais variados, através de *lutas na, pela e a partir da paisagem*. Como destaca Priore (2002), esses debates permitem explorar a “dimensão social” do conceito, a partir das demandas sociais crescentes que versam sobre a qualidade da dimensão paisagística dos territórios. Igualmente, lembram-nos sobre a necessidade de debater a paisagem através de uma perspectiva ética: na medida que os debates fazem referência aos valores, práticas e preferências pessoais, sem a exigência ética a paisagem pode servir como cenário de exclusão e segregação (SGARD, 2010).

Igualmente, essas questões renovadas contribuem para (re)aproximar a paisagem de sua função social e política para as populações, presentes e futuras: permitem o reconhecimento da paisagem como variável fundamental para garantir questões básicas aos cidadãos, tais como: a qualidade de vida, o bem-estar social, a saúde (física e mental), a participação nos processos de gestão territorial, etc. Em outras palavras, possibilitam apreender a paisagem como um direito social essencial à qualidade de vida, na perspectiva de um direito da coletividade, que também se apresenta como um recurso econômico, político, ambiental e social (GONÇALVES, 2015; PRIORE, 2002; FORTIN, SGARD e FRANCHOMME, 2017).

Portanto, a paisagem se apresenta não apenas como uma categoria analítica, descritiva e composta por questões estéticas, mas também como uma ferramenta política que permeia os debates sociais contemporâneos. São questões que indicam-nos a necessidade de problematizar a paisagem a partir de sua vertente política, buscando refletir sobre a dimensão de objetividade prática expressa na e pela paisagem, considerando os sistemas de ideias, representações e suas experimentações correlatas. Analisar de que forma grupos distintos desenvolvem suas ações e discursos paisagísticos como forma de reivindicar o reconhecimento de suas balizas, tradições e desejos socioespaciais (RIBEIRO, 2013; BESSE, 2014a, BARBOSA, 2018).

Neste sentido, essa tese se desenvolve a partir do interesse em contribuir com o debate sobre essa retomada da paisagem (como conceito e noção que permite a visibilização da vida e

da diferença) enquanto uma construção coletiva da sociedade, reafirmando sua função social e os valores democráticos que norteiam as ações individuais e o planejamento da cidade.

### **Contexto do estudo: O descortinar de paisagens no estuário sul do Recife**

Essa pesquisa foi construída a partir da observação da dinâmica urbana contemporânea da cidade do Recife, capital do Estado de Pernambuco, localizada na região Nordeste do Brasil. Fundada ainda no século XVI, corresponde a uma das mais antigas cidades do país e um importante núcleo regional. Quando se debate a existência de uma imagem representativa da cidade do Recife, a paisagem evocada constantemente baseia-se na presença da água nos espaços da cidade. Inúmeras adjetivações são atribuídas à cidade a partir das águas e das construções que margeiam seus rios e sua orla marítima: *Veneza Americana*<sup>9</sup>, *Mucambopolis*<sup>10</sup>, *Manguetown*<sup>11</sup>, etc. Tais nomeações, mais que reflexo de um exercício retórico e romântico, demonstram como a correlação entre as paisagens líquidas do estuário e o organismo urbano recifense está imbricado nos imaginários coletivos da cidade, sendo importantes marcos de representação (ARRAIS, 2004; MACIEL, 2005; FREYRE, 2007; BARBOSA, 2012).

Como destacam Cauquelin (2017) e Ribeiro (2019a), as paisagens são, antes de tudo, artefatos culturais conformados a partir de determinada forma de ver e perceber a relação da sociedade com seu ambiente circundante. Portanto, a força simbólica das paisagens estuarinas do Recife precisa ser compreendida como o resultado de um processo histórico e social que valoriza a leitura paisagística a partir da relação particular da cidade com a natureza onde está inserida. A relação do Recife com suas *paisagens líquidas* e suas mobilizações contemporâneas são expressões de uma construção cultural com implicações políticas claras.

A partir da década de 1990 pode-se observar o desenvolvimento de um processo de mudança cognitiva e construtiva da planície estuarina onde se encontra o centro histórico-geográfico do Recife, perante o desenvolvimento de diversas ações de reestruturação do espaço urbano: reformulações das legislações urbanísticas, proposição de grandes empreendimentos imobiliários, construção de centros comerciais, renovação dos espaços portuários, dentre

---

<sup>9</sup> “O Recife, como Veneza, é a cidade que sai da água e que nela se reflete” (Joaquim Nabuco in FREYRE, 2007).

<sup>10</sup> Topônimo atribuído ao Recife por autores como Josué de Castro e Mário Lacerda de Melo. O termo foi utilizado para caracterizar a cidade entre os fins do século XIX e metade do século XX, onde se observa a intensificação da ocupação das áreas de mangues e beiras de rio por famílias pobres, que chegavam ao Recife fugindo da seca no sertão do Nordeste brasileiro e da zona de produção latifundiária de cana-de-açúcar (CASTRO, J., 2010; MELO, 1978; LIRA, 1994). A maior parte dessas pessoas passaram a residir em habitações chamadas de *mocambos*, que, conforme Bitoun (2000, p. 43), designa ao mesmo tempo o barraco e o conjunto formado por essas habitações.

<sup>11</sup> Nome dado ao Recife pelo movimento cultural Mangue Beat, cena musical surgida nos anos 1990. Caracterizado como um movimento que emergiu numa sociedade marcada por uma realidade urbana de forte exclusão social, suas músicas e discursos caracterizam-se por uma visão crítica sobre o espaço que viviam e a partir da tematização do mangue como caráter identitário da cidade, lançando a ideia da *Manguetown* (BARBOSA, 2012).

outros. Nesse processo, não apenas a cidade se apresenta como um objeto em disputa, como também a paisagem. O interesse pela paisagem tem se constituído como uma das questões centrais do debate e das justificações sociais relacionadas à tais transformações.

De uma parte, há um maior interesse do mercado imobiliário por novas paisagens *descortinadas* nas margens estuarinas, onde estratégias de consumo estético se multiplicam: a abertura de novas vistas, expansão de empreendimentos imobiliários e peças publicitárias que fazem referências aos ícones das paisagens locais, etc. (Figuras 01). Igualmente, também se ampliam ações em que grupos de cidadãos organizados expressam seus interesses paisagísticos para questionar e resistir às transformações, mas também para propor projetos de intervenção alternativos para paisagens em disputa<sup>12</sup> (BARBOSA, 2014; RIBEIRO, 2018a). São grupos de cidadãos heterogêneos que utilizam retóricas paisagísticas como estratégia para buscar intervir no planejamento urbano (paisagem como um instrumento político), mas também onde a própria ideia de paisagem passa a ser um objeto de interesse social e exercício da cidadania (paisagem como direito) (Figuras 02).

A observação dessas mobilizações paisagísticas (discursivas e práticas) foi o que nos estimulou a pensar sobre a geografia política da paisagem contemporânea. Essas mobilizações e referências paisagísticas que transformam os imaginários locais e contribuem para descortinar novas paisagens serão aqui compreendidas como quadros argumentativos e retóricas políticas que expressam os desacordos presentes no planejamento e gestão da cidade e de suas paisagens. São discursos e ações paisagísticas que nos revelam a possibilidade e necessidade de abordar as paisagens urbanas como um fenômeno e objeto de interesse público comum, um direito da coletividade e um bem comum indivisível (GONÇALVES, 2015).

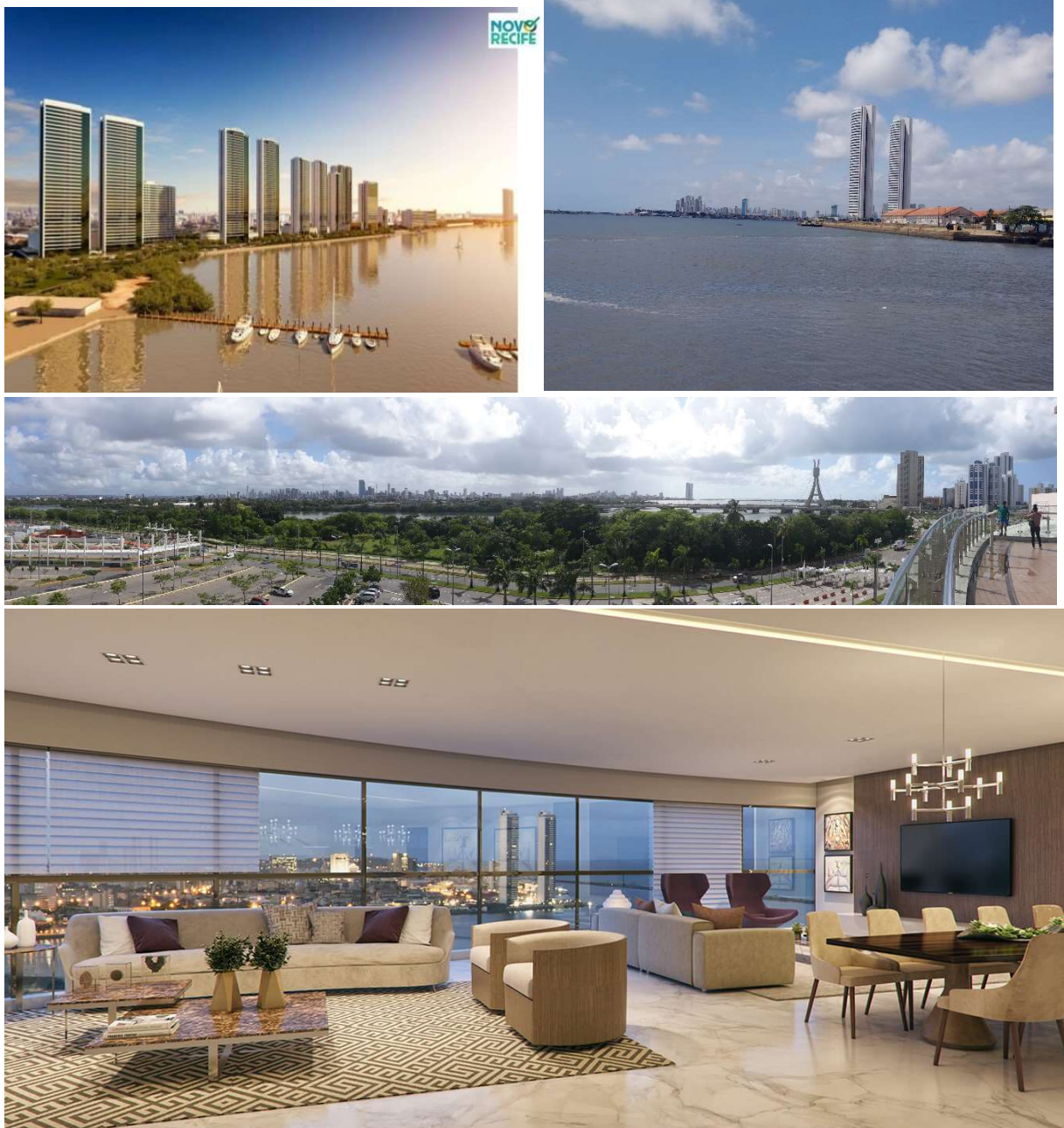
Em nossa abordagem, tais interesses sociais e demandas políticas pelas paisagens estão vinculadas a um processo mais amplo: o conflito subjacente ao processo de requalificação da cidade, apresentada pela gestão municipal e desenvolvida por empresas da construção civil. Em outras palavras, a paisagem passa a ser uma questão central para o debate público quando se expande o processo de transformação cognitiva, morfológica e urbanística da paisagem na cidade do Recife. Uma questão que foi amplificada com a revelação “súbita” que o caso da discussão sobre o futuro do Cais José Estelita trouxe à cidade: o fortalecimento da paisagem,

---

<sup>12</sup> Neste ponto, consideramos importante destacar que os movimentos de cidadãos contrários à transformação da paisagem representam apenas uma parte das demandas paisagísticas que se ampliam na cidade. Há outros grupos que expressam outras concepções paisagísticas, como, por exemplo, pessoas que se identificam com a construção da paisagem de arranha-céus e transformação do *velho* Recife. Nesse sentido, faz-se importante esclarecer que a seleção para trabalhar nessa tese com os grupos contrários às transformações foi uma opção metodológica.

das memórias e do direito às paisagens como uma questão central ao debate sobre a cidadania e de discussão sobre o planejamento urbano.

Figuras 01 – Paisagens descortinadas e consumo estético no estuário sul do Recife



01a (de cima para baixo, da esquerda para a direita) – Simulação gráfica do Projeto Novo Recife, empreendimento em construção no Cais José Estelita. Fonte: <<https://blogs.ne10.uol.com.br/jamildo/2015/12/22/veja-como-ficou-o-redesenho-do-projeto-novo-recife-aprovado-na-cdu-nesta-terca-feira/>>. Acesso em: 20 jun. 2019.

01b - “Torres Gêmeas” (Pier Maurício de Nassau e Pier Duarte Coelho), arranha-céus residenciais construídos no bairro de São José, em terreno vizinho ao Sítio Histórico de São José. Fonte: Foto do autor. Novembro de 2017.

01c – Vista panorâmica da varanda do *Shopping RioMar*, espaço de lazer do centro comercial construído para favorecer uma observação da paisagem local. Fonte: Foto do autor. Maio de 2018.

01d – Simulação gráfica da sala-de-estar de um apartamento do *Mirante Capibaribe*, empreendimento anunciado pela empresa Moura Dubeux, em construção no bairro do Pina. É formado por uma torre com 19 apartamentos (um por andar), além de uma cobertura triplex, “todos com vista para o rio Capibaribe”. Fonte: <<https://www.mouradubeux.com.br/md/imoveis/pernambuco/residenciais/recife/pina/apartamento-4quartos-268m-4vagas-mirantecapibaribe.html>>. Acesso em 29: nov. 2018.

Figuras 02 – Demandas paisagísticas por grupos de cidadãos na cidade do Recife



02a (de cima para baixo): Cartaz de divulgação do ato realizado em maio de 2015, junto ao pedido de tombamento do Cais José Estelita. Fonte: <<https://www.facebook.com/EstelitaDoBrasil>>. Acesso em: 14 mar. 2017.

02b: Imagem de divulgação da audiência pública sobre regularização dos territórios pesqueiros, realizada em dezembro de 2017. Fonte: <<http://cppnenordeste.blogspot.com/2017/12/audiencia-publica-sobre-regularizacao.html>>. Acesso em: 20 mai. 2019.

Esse processo de mudança cognitiva e morfológica se aproxima do que vem ocorrendo em outras cidades brasileiras, tal como o caso do Rio de Janeiro. Sob o argumento de preparação para os Jogos Olímpicos de 2016, essa cidade passou por um intenso processo de transformação na última década. Dentre as obras, uma das mais amplas e de maior visibilidade foi o Programa Porto Maravilha, operação urbana que implodiu o Elevado da Perimetral, “liberou” a paisagem para a Baía de Guanabara e retomou o contato da zona portuária com o mar. Ao mesmo tempo que as obras permitiram a construção de um novo espaço público para a cidade (o Boulevard

Olímpico), também estimulou a expansão do mercado imobiliário para essa região, a partir da construção de grandes torres que aproveitam a “nova vista liberada” (RIBEIRO, 2018a).

A partir da consideração dessas questões, nessa tese buscaremos analisar qual o lugar e o papel dos conflitos paisagísticos na (re)produção da cidade contemporânea. Em outros termos, interessa-nos investigar de que forma figuras paisagísticas são instrumentalizadas na produção de discursos e demandas de direito e cidadania, transformando o debate paisagístico como uma possibilidade de visualização de identidades, anseios de poder e participação política (SGARD, 2010). Preocupa-nos compreender a diversidade dos regimes paisagísticos, das maneiras de perceber e de fabricar as paisagens. Compreender, como nas palavras de Besse (2014b, p. 242), a “pluralidade dos horizontes de sentidos e dos regimes de percepção onde eles se definem”.

A partir desse quadro de questões, gostaríamos de apresentar o interesse central desta tese: analisar como a paisagem faz parte dos conflitos urbanos identificados no estuário do Recife, tornando-se ela mesma um objeto de disputa (em torno dos valores, discursos, projetos de transformação, etc.) e de demanda cidadã. Para tal, buscaremos seguir a proposição teórico-metodológica exposta por Ribeiro (2013): abordar a paisagem a partir dos grupos sociais e das maneiras de ver que estes expressam em suas retóricas paisagísticas.

### **Questões e objetivos da pesquisa**

A partir dessas inquietações iniciais, aponta-se a questão central da tese: Como, e de que forma, a paisagem tem sido mobilizada nas retóricas e ações políticas dos grupos sociais envolvidos nos desacordos do planejamento urbano da cidade do Recife? Em outras palavras, em qual contexto grupos sociais têm mobilizado a paisagem como parte de seus engajamentos políticos, como um instrumento retórico e político para a defesa de seus interesses particulares?

Com essa questão, buscamos analisar a pertinência da mobilização de referências paisagísticas na construção das identidades e negociações pela prática da cidadania. Interessa-nos apreender de que forma, com quais objetivos e por quais metodologias os grupos vinculam suas retóricas paisagísticas ao debate político. Preocupa-nos considerar o jogo político que seleciona algumas paisagens (e seus territórios de referência, delimitados por aspectos políticos e identitários específicos) e os novos caminhos informados à gestão territorial e paisagística. Para auxiliar o desenvolvimento da pesquisa, apresentamos algumas questões secundárias:

- *De que forma a questão da paisagem surge como um objetivo central em disputa na cidade do Recife? Como, na atualidade, o debate paisagístico se transforma em um problema público nas controvérsias socioespaciais? Até que ponto a noção de paisagem é uma noção central ao debate urbano?*

- *Quem são os grupos de cidadãos que mobilizam e constroem demandas paisagísticas dentro da agenda política urbana contemporânea? Como ela emerge no conjunto das retóricas e ações dos grupos contestatórios? Por que a paisagem passa a ser uma figura retórica eficaz?*
- *Como as paisagens são mobilizadas e instrumentalizadas no conjunto das ações dos grupos sociais? Quais as diferentes modalidades de discursos, práticas e espaços que são associadas pelos grupos nas demandas paisagísticas? Quais estratégias de ação incluem a paisagem?*
- *Como diferentes contextos territoriais – e relações sociais com o sítio urbano – possibilitam distintas estratégias de mobilização da paisagem? Quais as possibilidades e dificuldades que os diferentes contextos territoriais oferecem para criar estratégias de gestão que ultrapassem os interesses particulares? Como é possível criar estratégias de gestão gerais e de integração com toda a sociedade?*

A partir dessas questões, apresentamos o objetivo central dessa pesquisa: apreender e analisar como a paisagem tem se constituído enquanto elemento do discurso e da ação política de grupos sociais em suas mobilizações por direitos e engajamento de práticas de cidadania. Em outros termos, analisar de que forma algumas paisagens são mobilizadas como instrumento retórico e político para reivindicar direitos na agenda política urbana.

Alguns objetivos específicos foram construídos no desenvolvimento da pesquisa:

- Apreender e mapear as diferentes estratégias retóricas mobilizadas, as modalidades de ação desenvolvidas e os tipos de recursos engajados nos debates paisagísticos.
- Analisar de que forma diferentes contextos territoriais possibilitam a produção de estratégias particulares de mobilização social a partir da paisagem.
- Avaliar possíveis mudanças, rebatimentos espaciais e sociais, provocadas pela mobilização das retóricas paisagísticas, assim como a constituição de possíveis novos modos de ver (textos, imagens, documentos) e modos de pensar e agir (hábitos, práticas espaciais, territorializações, legislações) sobre as paisagens e seus territórios de referência.

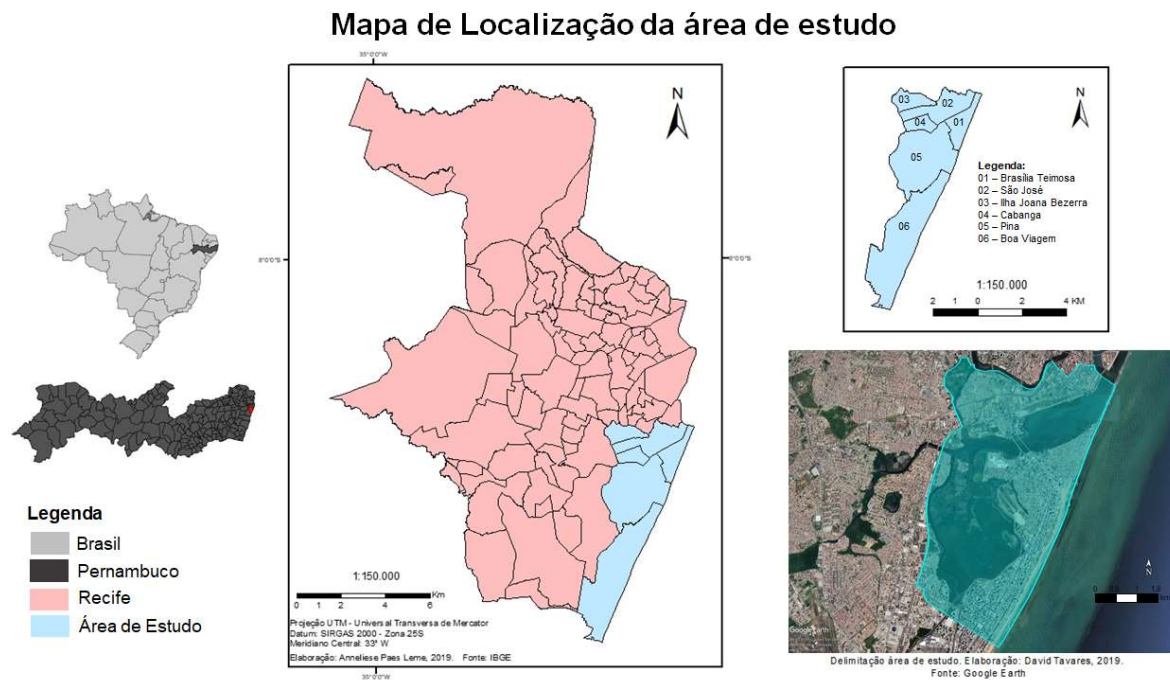
### **Recortes de análise**

As questões e objetivos de pesquisa foram problematizados a partir da observação da dinâmica urbana contemporânea do Estuário Sul do Recife. Esse recorte não corresponde a um zoneamento institucional da cidade, mas trata-se de um recorte científico construído na pesquisa a partir da observação, nos trabalhos de campo e nas análises bibliográficas, de três questões conectadas: (a) o sítio urbano da planície do Recife, que apresenta um complexo ambiental formado por rios, mangues, ilhas, arrecifes, etc., que contribuíram para a disposição de uma dinâmica urbana particular; (b) as relações históricas que se estabeleceram entre a cidade/o



urbano com esse sítio do estuário, possibilitando a formação de uma configuração territorial e paisagística particular; (c) os debates e conflitos atuais, onde as paisagens estuarinas se apresentam como um elemento essencial das controvérsias urbanas (Mapa 01).

Mapa 01 – Mapa de localização do Estuário Sul



Produção e organização: Aneliase Paes Leme e David Tavares Barbosa, 2019. Data da imagem do Google Earth: novembro de 2019.

O Estuário Sul corresponde ao recorte de análise formado pelo complexo físico-natural onde termina o percurso comum de diversos rios que cortam o Recife: Tejipló, Jordão, Pina e o braço sul do Capibaribe. O encontro dos rios com o oceano formou a chamada “baía entulhada do Recife”: planície aluvial de depósitos fluviais e marinhos que comporta alguns elementos fisiográficos originais do sítio do Recife (arrecifes, manguezais, ilhas, etc.), singulares nas representações paisagísticas e determinantes na fixação da cidade (LINS, 1987, p. 347-349). Através da compreensão desse complexo estuarino, consideramos o Estuário Sul como o recorte territorial formado por dois ambientes conectados (do ponto de vista ecológico, paisagístico, mas também urbanístico): a Bacia do Pina e o manguezal do Pina.

Na atualidade, esse espaço corresponde a um dos cenários mais dinâmicos do contexto urbano recifense, sendo, antes de tudo, um espaço de importância ecológica, histórica e cultural para a cidade. A partir do fim dos anos 1990, passa a ser também um espaço de expansão do

mercado imobiliário, com a proposição de projetos de requalificação urbana (o Projeto Capital<sup>13</sup> e o Complexo Turístico-Cultural Recife/Olinda<sup>14</sup>, por exemplo), e a construção de uma fachada ativa de prédios e outros equipamentos urbanos com forte preocupação estética e paisagística (*Torres Gêmeas*, Projeto Novo Recife, *Shopping RioMar*, *Via Mangue*, etc.).

Nesse sentido, a discussão paisagística pelo recorte *Estuário Sul* se faz com o objetivo de considerar a paisagem no plano do território: interpretamos a emergência das controvérsias paisagísticas locais como expressão das dinâmicas territoriais observadas nas relações entre os grupos sociais, nas suas atividades particulares com o ambiente físico-natural e o conjunto dos objetos vistos no plano do território (BERLEANT, 2013a; CUSTÓDIO, 2012).

Para construir esse recorte analítico, realizamos alguns trabalhos de campo na cidade do Recife, buscando observar as paisagens *in situ* e dialogar com atores sociais e moradores locais. Realizamos trabalhos de campo em: setembro de 2015; dezembro de 2016 à fevereiro de 2017; entre março e abril de 2018; e, por fim, uma convivência mais próxima, com idas quinzenais aos espaços de análise, entre novembro de 2017 e junho de 2018. A partir da observação direta, articulada às questões coletadas na bibliografia analisada, passamos a considerar o estuário sul como um recorte territorial e paisagístico localizado entre o centro histórico-geográfico e a zona sul da cidade do Recife, englobando seis bairros do Recife.

Nesse contexto contemporâneo de grandes transformações urbanas, observa-se também a ampliação de grupos sociais contestatórios que apresentam demandas políticas que envolvem o respeito aos seus interesses paisagísticos. Exemplos: grupos que se articulam para solicitar a preservação dos valores patrimoniais de panoramas históricos da cidade, com pedidos para o tombamento da paisagem cultural do Pátio Ferroviário das Cinco Pontas; mobilizações que buscam o reconhecimento de paisagens locais como *horizonte nostálgico* com valor histórico à cidade, às pessoas e suas territorialidades<sup>15</sup>; apelos para ter saberes-fazer e práticas urbanas

---

<sup>13</sup> Plano estratégico da cidade do Recife elaborado durante a gestão do prefeito Roberto Magalhães, vinculado ao Partido da Frente Liberal (PFL) no ano de 1998.

<sup>14</sup> O “Complexo Turístico Cultural Recife-Olinda” corresponde a uma operação urbana que começou a ser sistematizada e formalizada no ano de 1996. A sua elaboração ocorreu em 2003, a partir do trabalho conjunto entre esferas do Governo do Estado de Pernambuco, das prefeituras das cidades de Recife e Olinda, do Governo Federal e da empresa pública portuguesa intitulada Parque Expo 98 S.A. Este projeto correspondia a uma proposta de intervenção em toda a frente marítima de articulação das duas cidades pernambucanas, onde o Governo do Estado, a partir de diretrizes de planejamento metropolitano, contratou a empresa lusitana, responsável pelo projeto de expansão de Lisboa na antiga área porto-ferroviária, no projeto intitulado “Parque das Nações”, para pensar um projeto para a área da frente marítima de Recife e Olinda (BARBOSA, 2014).

<sup>15</sup> Questões expostas no documento “Nosso Recife. Conceitos e metodologias para um planejamento cidadão: repensando o Cais José Estelita”, entregue à Prefeitura do Recife e produzido por professores do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Católica de Pernambuco como contraponto ao Novo Recife.

históricas legitimadas e incorporadas às retóricas paisagísticas oficiais, sobretudo nos bairros de habitação popular.

Assim, a escolha dos enquadramentos no centro-sul do Recife decorre da observação sobre a importância que a questão paisagística tem assumido nos projetos, ações e debates do planejamento urbano nesse território da cidade. Tal dinâmica urbana sugere-nos a constituição de uma *dimensão pública e política da paisagem*: cenário onde surgem ações sociais realizadas em nome da paisagem, com novas preocupações e experiências paisagísticas, contribuindo para o fortalecimento do debate, conservação e gestão paisagística como elemento estruturante do planejamento territorial<sup>16</sup> (KALAORA, 2001).

A partir da identificação de alguns conflitos paisagísticos locais, pudemos observar a existência de dois padrões de conflitos paisagísticos na cidade do Recife. Primeiro, um conflito que envolve a transformação das frentes d'água, das paisagens panorâmicas, pictóricas e postais da cidade. Segundo, uma disputa que se relaciona às transformações das atividades sociais articuladas aos ciclos do estuário, das formas de convivência das populações locais (pescadores, moradores de bairros populares, etc.) com o ambiente circundante. Esses padrões de conflitos serão considerados a partir de dois paradigmas: do *Cais* e da *Maré*, respectivamente.

Para apresentar esses conflitos paisagísticos e operacionalizar os objetivos da pesquisa, selecionamos alguns eventos sociais que ilustram a emergência de mobilizações sociais que envolvem demandas pela paisagem. A partir de uma proposta tipológica que chamamos como “Cenas”<sup>17</sup>, selecionamos quatro eventos que tornam o assunto mais vívido e são estruturadores e representativos da atualidade política da paisagem na cidade do Recife. Nessas cenas, o debate sobre a paisagem emerge à cena pública como parte do problema público:

- Cena 01: Audiência sobre o Projeto Novo Recife (março de 2012);

<sup>16</sup> Ao discutir as formas de consumo, apreciação e experiência da natureza no cenário contemporâneo, Bernard Kalaora destaca a construção de uma “dimensão pública e política da natureza” (« *dimension publique et politique de la nature* ») (KALAORA, 2001, p. 592). Para este autor, a crescente pressão ecológica (científica e militante), articulada às denúncias sobre a utilização da natureza com fins econômicos, contribuíram para atribuir à natureza um status de direito ontológico à existência. Essas transformações contribuíram para a instituição de uma “dimensão pública e política da natureza”, que deixa de ser limitada à esfera dos lazeres e passa a agregar uma preocupação ecológica que recoloca sua conservação como novo elemento estruturante do planejamento territorial. Consideramos que o debate deste autor apresenta conexões diretas com o debate paisagístico contemporâneo e utilizamos seus apontamentos para apontar a dimensão pública e política da paisagem no cenário contemporâneo.

<sup>17</sup> Essas cenas foram pensadas a partir da inspiração na *análise situacional*, técnica de pesquisa de campo e análise dos dados da antropologia (GLUCKMAN, 1987; VAN VELSEN, 1987). O método que Gluckman denominou como *extended-case method* (método de estudo de caso detalhado), mas que Van Velsen preferiu chamar de “análise situacional”, corresponde a uma estratégia de trabalho de campo e análise dos dados etnográficos que busca explicitar o contexto em que as “situações, encontros e disputas estão localizados” (GLUCKMAN, 1987; VAN VELSEN, 1987; FELDMAN-BIANCO, 1987). A proposta metodológica desses autores serviu de inspiração para construção das referidas *Cenas*. Entretanto, não adotaremos seus procedimentos de pesquisa (escolhas metodológicas, exposição dos dados e apresentação reflexiva dos resultados) como guias do trabalho.

- Cena 02: Passeata pelo tombamento do Cais José Estelita (março de 2015);
- Cena 03: Passeio turístico de catamarã – Ilha de Deus (fevereiro de 2017);
- Cena 04: Audiência pública sobre os territórios pesqueiros (dezembro de 2017).

As Cenas 01 e 02 são representativas do “Paradigma do Cais”, onde se observam alguns debates e conflitos em torno da rápida transformação das paisagens panorâmicas do estuário recifense, com demandas pela patrimonialização dos quadros paisagísticos e garantia do direito de ver as paisagens. As cenas 03 e 04 expressam o “Paradigma da Maré”, com a mobilização de referências paisagísticas em diálogo com os saberes-fazer e territorialidades tradicionais, enquanto expressões da convivência dos grupos locais com o estuário recifense. Esse paradigma envolve demandas pela conservação da territorialidade de grupos tradicionais, como o caso dos pescadores(as) e moradores de bairros populares.

Com a seleção desses eventos, buscamos apresentar o contexto social e político onde as problemáticas paisagísticas são inseridas e passam a fazer parte do conjunto de retóricas e ações políticas de diferentes atores sociais. Buscamos trabalhar com essas questões a partir da forma como elas são colocadas nas audiências públicas e/ou para debate na esfera pública. Partindo da consideração que esses debates encontram-se vinculados com um conflito mais complexo, de ordem social, urbana e histórica que envolve toda a cidade, apresentamos no capítulo 02 uma leitura não linear da história social da cidade, buscando apresentar o contexto desses debates em conexão ao processo de produção da cidade.

A partir dessas considerações, abordamos esses eventos como um conjunto articulado de situações sociais onde se faz possível observar a emergência do debate da paisagem como um problema público na cidade do Recife. Apesar de compreendermos que o debate levado até as audiências e debates na esfera pública representam um conflito “maior” e anterior à dinâmica das audiências, durante tais eventos podemos vislumbrar a forma como a cidade e a dinâmica urbana passam a ser tematizadas *na, a partir e pela* paisagem. A paisagem, assume aqui, o papel de um dispositivo que canaliza outras lutas políticas: como uma forma de atuar na arena política da cidade e da sociedade da imagem.

### **Fundamentação teórico-metodológica**

As reflexões teóricas que guiam esta tese estão vinculadas ao debate sobre a dimensão política da paisagem – aqui, não tanto o conceito geográfico, mas a articulação desta noção com o imaginário geográfico – a partir da observação dos processos de negociação e conflitos que perpassam sua gestão. Nossa reflexão será construída a partir do entendimento da política como o encontro entre diferentes e de controle das paixões, que envolve a construção de modos de

organização da ação, mas também o reconhecimento e a conciliação de interesses conflitantes (CASTRO, I., 2012; RIBEIRO, 2018a; BACKHAUS, REICHLER e STREMLow, 2007).

Assim, não iremos desenvolver uma reflexão sobre a “história política da paisagem”, definida por Jean-Marc Besse como o estudo da instituição e construção histórica da palavra e do conceito<sup>18</sup>. Interessa-nos apreender como a palavra e o conceito são colocados para trabalhar nas práticas cotidianas da sociedade contemporânea. Apreender a atualidade política dos usos, negociações e embates paisagísticos, assim como as reformulações teóricas, práticas e políticas do conceito (DEBARBIEUX, 2007; BENEDIKTSSON, 2007; BESSE, 2014a). Buscamos compreender o lugar das justificações e ações paisagísticas no campo da política, assim como a influência dessas na construção de renovados instrumentos de gestão paisagística e territorial.

Uma questão central para nossas reflexões corresponde a ideia de *política da paisagem*, sinalizada por Ribeiro (2018a, p. 155) como o “conjunto de dispositivos, governamentalidades, ações e conhecimentos, que visam regular sujeitos e territórios, com diferentes objetivos, que se desenvolvem a partir de diferentes práticas e formas de conhecimento”. A ideia de política da paisagem encontra-se ligada à: (a) percepção de uma transformação do conceito como um objeto ligado à ação; (b) construção da paisagem como um problema da sociedade; (c) inclusão da paisagem como objeto de interesse por parte do Estado; (d) a crescente mobilização da paisagem como instrumento/recurso por diferentes grupos com interesses variados (interesses econômicos, identitários, de resistência, etc.) (RIBEIRO, 2018a). Uma apreensão da paisagem entre o que se diz e o que se faz, que envolve as ferramentas legais e regulamentares, os conflitos e a identificação de diferentes atores envolvidos (SGARD, 2010).

Para incluir a análise no campo de uma geografia política urbana, buscaremos dialogar com a proposta apresentada por Rossi e Vanolo (2012): compreender a política da paisagem a partir da tríade Representação, Governo e Contestação. Em nossa tese, partiremos do terceiro pilar, aquele da contestação, para chegar também aos outros dois, buscando compreender os discursos, práticas e estratégias de ação de grupos insurgentes na demanda por direitos e efetiva fruição da cidadania. Interessa-nos discutir como os grupos se organizam para questionar os processos de transformação urbana e, principalmente, como associam demandas paisagísticas em suas práticas cidadãs na arena política.

Para compreender como essas contestações paisagísticas são construídas, dialogaremos com a perspectiva teórica apresentada por Debarbieux (2007), que propõe uma abordagem da “paisagem-como-ação” (*“paysage-comme-action”*): paisagem como uma fonte de definição da

---

<sup>18</sup> Além dos trabalhos de Jean-Marc Besse, outras análises importantes ao estudo da “história política da paisagem” podem ser consultadas em Barros (2006), Cauquelin (2007), Meining (2003), Roger (2000) e Wylie (2007).

identidade política do sujeito, mas também como uma modalidade da ação, onde os homens em sociedade definem o que tem em comum, colocam no coração do espaço público e podem funcionar como uma oportunidade ao “viver juntos no mundo”. A perspectiva teórica deste autor permite-nos articular o conceito com a análise das disputas, com as ações e reações dos grupos sociais, a partir das suas demandas por direitos. Ademais, podemos problematizar como construir uma vivência comum do espaço a partir do debate paisagístico.

Para compreender as razões que movem os cidadãos em suas demandas paisagísticas, buscaremos apresentar a emergência dos conflitos a partir das propostas metodológicas de Ribeiro (2018a) e Lascoumes (1994): discutir as diversas motivações, práticas e interesses que os sustentam. Igualmente, analisaremos a forma como esses conflitos são criados, por quem e de que formas. Pensar essas demandas a partir das “ações” e “narrativas paisagísticas” enquanto estratégias de legitimação e contestação. Assim, esses conflitos serão apresentados a partir de cinco questões centrais: (a) o contexto histórico, político e social onde a paisagem passa a ser vista como um problema de interesse público; (b) observação das representações e retóricas paisagísticas construídas; (c) identificação sobre como as paisagens são mobilizadas, quais os recortes práticos operacionalizados; (d) apreensão dos projetos de intervenção e/ou gestão da paisagem apresentados; (e) identificação das ações coletivas que são construídas com relação direta à paisagem.

### **Hipótese e organização da pesquisa**

Partimos nesse trabalho da seguinte hipótese: no contexto contemporâneo a paisagem tem sido cada vez menos sugerida a partir de sua moldura tradicional, estando cada vez mais associada com uma dupla função social. Por um lado, a paisagem se transforma em um recurso político mobilizado em processos de negociações políticas (paisagem como recurso político). Por outro lado, também se multiplicam discursos e ações que expressam interesses sociais pela própria paisagem, que passa a ser considerada como um objeto de interesse e reconhecimento cidadão (a paisagem como um direito).

A partir dessa hipótese de trabalho, a tese se articula a partir de três questões centrais. As ideias centrais influenciaram a apresentação dos problemas de pesquisa e a construção dos capítulos. Seguem essas ideias centrais:

- 1) De início, a particularidade do contexto atual do debate paisagístico. A partir dos casos analisados, consideramos que há no contexto contemporâneo uma atualidade pública, política e teórica da paisagem. Algumas abordagens renovadas permitem-nos pensar as

problemáticas paisagísticas além dos quadros representacionais e pictóricos, articulando questões como a vivência e as mobilizações políticas desses quadros paisagísticos.

- 2) Perante esse contexto renovado, a paisagem passa a se constituir para diferentes grupos sociais como um objeto da ação política, um conceito e instrumento com função social. A paisagem se transforma em um recurso para distintas reivindicações cidadãs, capaz de articular estratégias de contestação, resistência e canalizar ações para a mobilização de direitos. Ações na paisagem que contribuem para construir visibilidades sociais, demandas por cidadania e vivências comuns do/no espaço público.
- 3) Essas questões renovadas informam a possibilidade/necessidade de construção de novas abordagens à gestão paisagística. Aqui, uma abordagem particular será explorada: a proposta de romper com a tradição funcionalista do urbanismo e da gestão paisagística, buscando abordar a problemática paisagística através do pensamento sensível às vivências comuns do urbano. Interesse por pensar a paisagem a partir das expressões de convivência dos grupos com seus ambientes e paisagens circundantes.

Nessa tese, apresentamos o interesse central de explorar essas abordagens renovadas do debate paisagístico e urbanístico, buscando aprofundar a questão a partir das particularidades locais. A discussão paisagística se apresenta como um caminho teórico, metodológico e político para repensar o urbano, partindo da proposição de um *urbanismo situado*, em oposição ao *urbanismo-projeto* (pensado por ideias fora do lugar, sem considerar as especificidades locais).

## **CAPÍTULO 01**

---

### **A PAISAGEM COMO PROBLEMA PÚBLICO**



A paisagem tem despertado um interesse crescente na sociedade contemporânea. Uma maior sensibilidade à paisagem (e sua gestão) se faz presente, ao menos desde a década de 1990, no âmbito acadêmico, na produção de novos marcos legislativos para proteção paisagística, na inclusão da paisagem em ferramentas políticas de proteção e gestão territorial renovadas e na difusão de interesses paisagísticos renovados na sociedade civil (SGARD, 2010; RIBEIRO, 2015; FABUREL, 2015; CHECA-ARTASU e MARTÍN; 2017; MARTÍN, 2017).

Para Ribeiro (2019b) esses interesses renovados pela paisagem podem ser apreendidos a partir de três questões centrais: (a) a associação da paisagem como um problema de interesse público, a partir da construção de políticas públicas renovadas de gestão e de novos interesses paisagísticos expressos por grupos sociais diversos; (b) ampliação teórico-conceitual da própria noção de paisagem, que rompe com abordagens estritamente visuais e do projeto, sendo agora também algo ligado à prática da cidadania; (c) a vontade crescente de grupos técnicos, cidadãos comuns e gestores públicos de construir novas formas de gestão compartilhada da paisagem.

A partir da compreensão da existência desses interesses paisagísticos renovados, neste capítulo buscaremos discutir as formas como o conceito de paisagem é colocado para trabalhar ‘no terreno’ da sociedade contemporânea, a partir das mobilizações práticas, do surgimento de novos usos, embates e reformulações teórico-metodológicas. Na mesma medida, interessa-nos destacar algumas experiências recentes onde a temática paisagística se apresenta como um dos temas centrais de controvérsias socioespaciais. A partir dessas análises, buscaremos demonstrar que os debates e conflitos que envolvem a transformação e gestão paisagísticas se apresentam como um dos principais tópicos do planejamento territorial contemporâneo (DEBARBIEUX, 2007; BENEDIKTSSON, 2007; SGARD, 2010; BESSE, 2014a; FABUREL, 2015).

Como destacam Fortin, Sgard e Franchomme (2017), debates recentes conduzidos em torno da paisagem indicam que ela encontra-se envolvida nas controvérsias do planejamento e gestão territorial, quer seja como uma questão presente em determinado momento da trajetória de um projeto de intervenção ou como uma linha central onde as controvérsias se desenvolvem. Com base nessas questões, buscamos responder nessa tese algumas questões vinculadas a esse contexto (social, político, cultural e teórico) onde a paisagem retorna como um conceito central ao debate sobre o planejamento urbano e territorial.

Neste capítulo, iremos destacar algumas particularidades e potencialidades do debate da paisagem no contexto contemporâneo. Para tal, serão destacadas três questões centrais, a partir da sugestão teórico-metodológica de Ribeiro (2019b): (a) as políticas públicas renovadas para gestão paisagística; (b) a ampliação conceitual da paisagem; (c) o crescimento das demandas paisagísticas expressas por grupos sociais diversos.

## 1.1 Atualidades políticas e teóricas da paisagem

Ao refletir sobre o debate paisagístico contemporâneo, o historiador Jean-Marc Besse propõe algumas interrogações basilares para nossa pesquisa: “O que é a paisagem nas culturas espaciais modernas e contemporâneas? Qual ‘realidade’ é indicada com esse nome, quais são as práticas e os valores que correspondem a esse nome, e quais são os objetos que resultam dele?” (BESSE, 2014a, p. 11). Na perspectiva desse autor, o “conceito pitoresco ou ornamental da paisagem” encontra-se em crise – no plano perceptivo e das representações, mas também no plano das práticas e projetos – sendo necessário que se levantem novas perguntas, perspectivas teóricas e práticas que contribuam para reformular o conceito e compreender as dinâmicas das novas representações e práticas paisagísticas (BESSE, 2014a, p. 07-10).

Em sua concepção, a paisagem não se resume mais aos aspectos simplesmente visuais, como indica a concepção estética tradicional do conceito. Atualmente, verifica-se a emergência de uma “nova cultura da paisagem”, vinculada às novas formas de experiência do espaço, da sociedade e da natureza, assim como novas aspirações coletivas sobre a paisagem. Da mesma forma, se observa uma ampliação do debate e das ações paisagísticas a partir de interesses políticos, econômicos, sociais e teóricos diversos. Esta não se limita mais apenas aos universos da arte, passando a articular a estética com outras dimensões da cultura e da política, com novas ancoragens ontológicas, existenciais e materiais: a problemática ambiental, a qualidade de vida e o bem-estar humano, as identidades territoriais, etc. (BESSE, 2014a; 2014b).

Com efeito, essas novas ancoragens podem ser observadas por diferentes caminhos: na ampliação dos debates para além das políticas paisagísticas convencionais, usualmente políticas de patrimônio cultural; na evolução da discussão do conceito, que passa do seu reconhecimento como um bem patrimonial até a concepção da paisagem como um direito de todos, base para a expressão da cidadania; na multiplicação de movimentos contestatórios que tem a paisagem como fundamento dos questionamentos e demandas, etc. (RIBEIRO, 2015; BRIFFAUD, 2009; MARTÍN, 2017; CHECA-ARTASU, 2017).

Para Nogué (2014), tais reformulações seriam os resultados diretos de alguns debates e conflitos que estão vinculados ao contexto social de amplitude global: o cenário onde se observa a dispersão do espaço construído, a ampliação das perdas traumáticas do sentido dos lugares e a emergência de territórios sem discursos e paisagens que, de repente, perdem seus imaginários habituais. Perante esse contexto socioespacial, a paisagem começa a se transformar em um dos quadros cognitivos mobilizados para pensar, de forma reflexiva, as transformações observadas no plano territorial (FORTIN, SGARD e FRANCHOMME, 2017).

A partir de revisão bibliográfica sobre a temática, outros fatores podem ser mencionados como contribuintes para essas mudanças (DEBARBIEUX, 2007; CORTINA, 2011; VERAS, 2014; NOGUÉ, 2014; GONÇALVES, 2015; MARTÍN, 2017; NEL·LO, 2018; CIPRA, 2018; RIBEIRO, 2018a; BESSE, 2018b; SGARD, 2010):

- A crise ecológica e o debate sobre o aquecimento global, que estimulam a percepção dos problemas ambientais nos territórios imediatos da vida, assim como a promoção de tentativas de superação dos atuais valores ambientais (o desarraigamento do ser social de seu meio);
- A atual crise ética/política do Estado e da democracia representativa, aliado à crescente desconfiança das populações face à subserviência dos poderes públicos aos interesses e projetos privados de transformação paisagística;
- O protagonismo do capital imobiliário nos processos de requalificação do urbano, que ocasiona um processo de fragmentação socioespacial e sociopolítica das cidades;
- Aumento do consumo paisagístico como motivação principal de práticas de turismo;
- A crescente valorização da paisagem como um recurso econômico, político e social, perante a expansão de processos como *city marketing*, *city branding*, etc.;
- As transformações na área do patrimônio, com a construção de novos instrumentos desenvolvidos a partir da ideia de paisagem;
- Ampliação do Paisagismo como componente destacado no planejamento urbano e nas estratégias de desenvolvimento;
- O crescimento de coletivos técnicos e profissionais (arquitetos, paisagistas, geógrafos, etc.) que buscam redefinir a forma como são conduzidas ações de intervenção territorial, abrindo novos horizontes teórico-metodológicos e políticos.

No contexto social da globalização, as relações com a paisagem e o território estão sendo alteradas velozmente, contribuindo para transformar as identidades dos lugares e para ampliar a homogeneidade dos lugares (NOGUÉ I FONT, 2007). Como resultado direto dessas transformações, se observa um processo de “banalização da paisagem”<sup>19</sup>, a partir da destruição das paisagens e/ou criação de paisagens padronizadas e impessoais, onde algumas paisagens se tornam escassas e passam a assumir o valor de bens raros, valorizadas pela sociedade como um patrimônio social (CORTINA, 2011, p. 166).

Mesmo que a paisagem permaneça com um papel relevante no processo de formação, consolidação e manutenção das imagens e identidades territoriais, vários trabalhos destacam os

---

<sup>19</sup> No original: “trivialisation of the landscape”.

processos de destruição, padronização e homogeneização das cidades, no contexto global: há estudos que destacam a existência de uma “performance mimetizada dos lugares” (BARBOSA, J. L., 1999) e “reprodução repetitiva e serial de certos padrões de desenvolvimento” (HARVEY, 2005) com a paisagem se transformando num tipo de *commodity urbana*. Leituras que destacam processos onde as paisagens viram cenário, uma imagem que agrega valor, decora e personaliza os espaços, ligada mais com imagens mercantis que a história dos territórios (ZUSMAN, 2009).

Entretanto, como destacam Lipovetsky e Serroy (2015), além de um “espetáculo aflitivo do horror” que destrói as paisagens e torna os lugares homogêneos, o capitalismo atual também apresenta uma dimensão transestética, onde a paisagem passa a ser valorizada dentro de um *processo de estetização do mundo*. Como consequência desse processo, se observa a construção de novos instrumentos para sua regulação, novos interesses do mercado (turístico e imobiliário), assim como interesses sociais ampliados. Nas palavras desses autores:

Cidades históricas são revitalizadas e requalificadas com *mise-en-scènes*, efeitos de luz, itinerários patrimoniais, criação de zonas dedicadas aos prazeres urbanos e turísticos. A orla marítima, os sítios de montanha, as paisagens de todo tipo são remanejadas a fim de valorizar sua beleza e sua “autenticidade”. Ao mesmo tempo, multiplicam-se os parques temáticos com espetáculos, *mise-en-scènes* arquitetônicas, vilarejos recompostos, cenarizações temáticas, ambientes encantados, decorações kitsch.

Tudo em nosso ambiente de objetos, de imagens e de sinais é hoje retocado, designado, paisageado tendo em vista a conquista dos mercados: o capitalismo do hiperconsumo é o da artealização exponencial de todas as coisas, da extensão do domínio do belo, do estilo e das atividades artísticas ao conjunto dos setores ligados ao consumo (LIPOVETSKY, SERROY, 2015, p. 51).

Assim, da mesma forma que o capitalismo apresenta a tendência de homogeneização, “enfeimento” e perda das referências locais, também estimula um movimento contrário onde promove uma economia estética que busca valorizar as particularidades paisagísticas locais. A esse movimento duplo, Lipovetsky e Serroy (2015) chamou de capitalismo transestético, onde se destaca o peso maior da sensibilidade estética na produção dos bens e espaços. Ao considerar o padrão estético do capitalismo, os autores não objetivam sugerir que ele se converteu em um *ethos romântico* ou algo “menos” capitalista. Do contrário, a transformação indica o aumento da competição econômica a partir da busca do lucro pela exploração comercial das emoções na beleza das paisagens (LIPOVETSKY e SERROY, 2013; RIBEIRO, 2018a).

Como destaca Ribeiro (2018a), as paisagens são enquadradas nesse processo a partir de um duplo interesse pela estética: por um lado, a valorização de um mercado das paisagens, que cada vez mais são incorporadas nas estratégias políticas, comerciais e retóricas urbanas. Por outro lado, há uma maior preocupação com a estética no âmbito da cidadania e democracia,

com a mobilização de expressões como “direito ao belo” e “direito à paisagem”. Nos termos desse autor:

A paisagem se insere assim como uma categoria mobilizada em diferentes planos de ações, seja por parte do Estado, seja por parte do mercado, seja por parte da sociedade civil organizada. É também instrumentalizada a partir de diferentes motivações, estética, de mercado, identitária, de memória. A partir dela, diferentes interesses são mobilizados, em diferentes ações e ela se transforma num objeto de modo de ação no mundo, isto é, num instrumento da política, um recurso político (RIBEIRO, 2018a, p. 11-12).

Assim, as paisagens também começam cada vez mais a ser percebidas como um bem raro e um patrimônio social, visto que podem ser valorizadas pelo potencial que apresentam para preservar os elementos que dão uma continuidade histórica aos grupos sociais (CORTINA, 2011; GONÇALVES, 2015). Nesse contexto, começam a surgir, em âmbito local, nacional e internacional, documentos que propõem abordagens institucionais específicas e renovadas às paisagens. Igualmente, diversos grupos começam a construir demandas que invadem o debate público e transformam o assunto em tema de políticas públicas variadas.

Neste cenário, a paisagem torna-se uma questão central nas sociedades contemporâneas no ponto de vista político, social, cultural, ecológico e econômico. Para Besse (2014a), esse “estatuto renovado da paisagem” pode ser observado através da criação de novas atividades e objetos paisagísticos, como: abordagem da paisagem como um recurso crescente ao urbanismo, para as estratégias de ordenamento do espaço em diferentes escalas; preocupações sociais e políticas pela qualidade dos quadros de vida; questionamentos sobre a identidade dos lugares, gestão territorial e proteção dos meios naturais; construção de dispositivos institucionais e jurídicos para proteção e/ou gestão paisagística. A paisagem passa a ser mobilizada a partir da criação de pontos de renovação que reforçam sua leitura como um fenômeno político, uma *caixa de ressonância* para diversas perguntas sobre o território: patrimônio, desenvolvimento sustentável, desenvolvimento regional, governança, participação, cidadania, equidade social, etc. (SGARD, 2010; LEIBENATH e OTTO, 2013; BESSE, 2014a; 2018b).

Igualmente, esses processos redirecionam o entendimento da paisagem como uma noção onde se incorpora tanto o processo de compreensão dos lugares quanto o ordenamento e gestão territorial, aproximando o debate paisagístico do reconhecimento dos valores sociais e culturais como expressões da cidadania, considerados no plano do território e das relações espaciais. A tradução dessas mudanças pode ser observada numa série de novos documentos e legislações que estimulam uma abordagem renovada e diversa sobre as formas de gestão das paisagens (RIBEIRO, 2015; MARTÍN, 2017).

A Convenção Europeia de Paisagem (CEP) corresponde a um dos casos paradigmáticos desse processo de transformação da gestão paisagística. O documento corresponde ao primeiro tratado internacional específico sobre a paisagem, construído pelos países componentes da comunidade europeia. Com discussões iniciadas em 1994 e texto final aprovado na cidade de Florença (Itália) em outubro de 2000, a convenção entrou em vigor em março de 2004, após a ratificação dos Estados membros da Comunidade Europeia. Apesar de ser um marco político das mudanças na abordagem paisagística, é importante compreendê-la como o resultado da evolução de várias iniciativas nacionais, continentais e internacionais desenvolvidas nas últimas décadas, intensificadas a partir da década de 1980<sup>20</sup>.

Em linhas gerais, conforme Gonçalves (2015, p. 112), “a CEP objetiva que os diversos países adotem a paisagem como tema integrante de suas políticas territoriais de desenvolvimento”, a partir do reconhecimento jurídico da paisagem como elemento central do planejamento territorial. A abordagem propõe uma visão abrangente, interpretando a paisagem não apenas como bem (concepção patrimonial), nem buscando sua valoração (como paisagem cultural, natural, etc.), mas a partir do reconhecimento das paisagens como bens compartilhados pela sociedade (GONÇALVES, 2015; MARTÍN, 2017).

A CEP estimula uma concepção social da paisagem, considerando-a como um direito de/para todos, partindo do conjunto dos olhares que cada sociedade identifica como próprios e ligados ao seu processo de habitar o território (MARTÍN, 2017; RIBEIRO, 2007). Assim, sua proposta centra-se na qualidade de vida da coletividade, considerando a paisagem como uma condição essencial e necessária ao bem estar individual e social (no sentido físico, fisiológico, psicológico e intelectual), indicando as bases para um desenvolvimento sustentável (RIBEIRO, 2007; CUSTÓDIO, 2012). De acordo com a definição desta convenção:

Reconnaissant que le paysage est partout un élément important de la qualité de vie des populations : dans les milieux urbains et dans les campagnes, dans les territoires dégradés comme dans ceux de grande qualité, dans les espaces remarquables comme dans ceux du quotidien ; [...]  
Désirant répondre au souhait du public de jouir de paysages de qualité et de jouer un rôle actif dans leur transformation ;

---

<sup>20</sup> Alguns desses instrumentos precursores são: a Carta de Veneza para Conservação e Restauração de Monumentos e Sítios (1964); a Recomendação Paris para preservação dos bens culturais ameaçados por obras públicas ou privadas (UNESCO, 1968); a Carta de Florença, também chamada como Carta Internacional de Jardins Históricos (ICOMOS-IFLA, 1982); a Carta de Washington, ou Carta Internacional para a salvaguarda das cidades históricas (ICOMOS, 1987); o Documento de Nara, sobre a autenticidade do Patrimônio Mundial (1994) (SÁ CARNEIRO, VERAS e BARBOSA, 2020). No caso europeu, Sgard, Fortin e Peyrache-Gadeau (2010) destacam a importância de leis nacionais como a experiência francesa que em 1993 promulgou a *Loi paysage*, documento que colocou a paisagem dentro de um quadro legal e tornou obrigatória para toda intervenção urbanística e/ou de planejamento a necessidade de se preocupar com a paisagem cotidiana, dita “ordinária”. Sobre a evolução dessas iniciativas nacionais, recomendamos consultar Priore (2002), Rousso (2010) e Ribeiro (2007).

Persuadés que le paysage constitue un élément essentiel du bien-être individuel et social, et que sa protection, sa gestion et son aménagement impliquent des droits et des responsabilités pour chacun ; [...]

[...] la présente Convention s'applique à tout le territoire des Parties et porte sur les espaces naturels, ruraux, urbains et périurbains. Elle inclut les espaces terrestres, les eaux intérieures et maritimes. Elle concerne, tant les paysages pouvant être considérés comme remarquables, que les paysages du quotidien et les paysages dégradés<sup>21</sup>.

Como o trecho destacado acima, a CEP propõe considerar institucionalmente que toda porção do território pode ser compreendido como paisagem e que toda paisagem pode ser importante para alguém. Conforme Sgard (2010), isso permite considerar que qualquer pessoa tem o direito de reclamar uma paisagem cotidiana que lhe proporcione bem-estar e satisfação, assim como denunciar, em seu nome, a exclusão e o rebaixamento da paisagem como interesse político da coletividade. Assim, essa autora propõe um questionamento central sobre a CEP: se a paisagem, como objeto político, está em toda parte e pertence a todos, todos tem o direito de olhar e intervir na paisagem? Se sim, o debate sobre a ética da paisagem, mais que desejável, faz-se necessária (SGARD, 2010).

Dentre outras questões, essa Convenção se destaca ao centrar suas preocupações com: a busca por uma relação harmoniosa entre as necessidades sociais, as atividades econômicas e o ambiente; consideração da paisagem como ferramenta essencial à manutenção dos interesses públicos; interesse por desenvolver estratégias de proteção, defesa, sensibilização e educação sobre as paisagens (cotidianas e emblemáticas), onde a gestão deve ser articulada aos direitos e deveres do Estado e, principalmente, da coletividade (CUSTODIO, 2012; CORTINA, 2011; VARÓN, 2012, 2015; NOGUÉ, 2014; ZANOLLO NETO, 2010).

Importante reforçar que, como destacam Ribeiro (2007) e Martín (2017), a Convenção Europeia da Paisagem contrasta com uma outra proposta influente no contexto internacional: a categoria de paisagem cultural da Unesco, incluída na *Convenção para Proteção do Patrimônio Cultural e Natural* em 1992. Nas palavras de Ribeiro (2007, p. 41):

[...] foi em 1992, no mesmo ano em que a ONU organizava no Rio de Janeiro a Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que alguns especialistas se reuniram na França, a convite do ICOMOS e do Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO para pensar a forma como a idéia de paisagem cultural poderia

---

<sup>21</sup> Livre tradução: “Reconhecendo que a paisagem é em toda parte um elemento importante da qualidade de vida das populações: nas áreas urbanas e rurais, nas áreas degradadas assim como nas áreas de grande qualidade, em áreas consideradas notáveis, assim como nas áreas da vida cotidiana; [...] Desejando responder à vontade das populações de usufruir de paisagens de grande qualidade e de desempenhar uma parte ativa na sua transformação; Persuadidos de que a paisagem constitui um elemento-chave do bem-estar individual e social e que a sua proteção, gestão e ordenamento implicam direitos e responsabilidades para cada cidadão; [...] a presente Convenção aplica-se a todo o território das Partes e incide sobre as áreas naturais, rurais, urbanas e periurbanas. Abrange as áreas terrestres, as águas interiores e as águas marítimas. Aplica-se tanto a paisagens que possam ser consideradas excepcionais como a paisagens da vida cotidiana e a paisagens degradadas”. A Convenção, originalmente publicada em inglês e francês, pode ser consultada em seu texto original no site do *Conseil de l'Europe*, no seguinte sítio: <<https://www.coe.int/fr/web/conventions/full-list/-/conventions/treaty/176>>. Acesso em: 03 mar. 2019.

ser incluída na Lista do Patrimônio Mundial, visando a valorização das relações entre o homem e o meio ambiente, entre o natural e o cultural. [...]

Em seu documento final, as paisagens são consideradas ilustrativas da evolução da sociedade humana e seus assentamentos ao longo do tempo, sobre a influência de contingências físicas e/ou oportunidades apresentadas pelo ambiente natural, bem como pelas sucessivas forças social, econômica e cultural, que nelas interferem. Elas deveriam ser selecionadas pelo seu valor universal e pela sua representatividade em termos de uma região geocultural claramente definida e também pela sua capacidade de ilustrar elementos culturais essenciais e distintos dessa região.

Como pode ser verificado, o Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO considera as paisagens culturais como espaços ilustrativos que apresentam valores universais destacados, sendo importante a intervenção de *experts* para identificar e valorizar suas excepcionalidades e autenticidades. A partir da tentativa de unir as diferentes políticas de patrimônio pensadas até então de maneira separada (patrimônio natural e cultural, material e imaterial), a definição dessa categoria envolveu uma concepção da paisagem a partir dos valores universais e excepcionais que poderiam ser representativos de regiões geográfico-culturais específicas, baseando-se nas suas riquezas patrimoniais (RIBEIRO, 2019b). A CEP, por sua vez, passa a sinalizar a paisagem a partir dos valores ambientais, econômicos, sociais e culturais, destacando de forma mais direta a relação entre as identidades individuais e coletivas com o bem-estar e a qualidade de vida (MARTÍN, 2017; RIBEIRO, 2007).

Há algumas mudanças na abordagem paisagística desses instrumentos internacionais, destacando-se a transformação de uma abordagem paisagística como um bem patrimonial (caso da paisagem cultural) para uma concepção social da paisagem, como um direito de/para todos (Convenção Europeia da Paisagem) (MARTÍN, 2017; RIBEIRO, 2007). Para Martín (2007, p. 22-23), podem ser identificadas três transformações básicas entre esses dois documentos.

A primeira sobre a extensão do conceito de paisagem, ampliado na CEP para considerar o conjunto dos olhares que cada sociedade identifica como próprias e ligadas ao seu processo de habitar o território. A segunda, corresponde à busca por sensibilizar e educar as pessoas para defender os elementos que outorgam suas identidades e permitem aos indivíduos e à sociedade se reconhecerem no lugar que habitam e influenciam na qualidade de vida. Por fim, o estímulo por considerar a paisagem como um direito, incitando a criação de projetos que promovam uma *democratização do paisagístico* e permitam outorgar um valor além do estético aos espaços cotidianos (MARTÍN, 2017, p. 22-23).

A partir da promulgação da CEP, vários países europeus, assim como a própria União Europeia, começaram a editar um conjunto de leis e documentos estratégicos com a finalidade de implementar os objetivos apresentados na Convenção. São os casos, por exemplo, da lei nº 8/2005 de *Protecció, Gestió i Ordenació del Paisatge* na Catalunha, Espanha; a *Territorial*



*Agenda of the European Union*, de 2007, pela União Europeia; o *Federal Spatial Planning Act (Raumordnungsgesetz – ROG)*, de 2008, na Alemanha; e a *Política Nacional de Arquitectura e Paisagem para Portugal*, de 2013 (GONÇALVES, 2015; LEIBENATH, OTTO, 2013).

Outras peças e reorientações políticas recentes podem ser mencionadas: o movimento de ampliação e renovação de práticas patrimoniais, como a proposição da tipologia de paisagem cultural da Unesco (1992) e criação da abordagem da Paisagem Urbana Histórica (HUL, na sigla inglesa), em 2011; a atuação da *International Federation of Landscape Architects (IFLA)*, na busca por expandir as reflexões da CEP em uma Convenção Global da Paisagem (RIBEIRO, 2019b; GONÇALVES, 2015). Conforme Checa-Artasu (2017, p. 49):

Es desde esas consideraciones jurídicas que el paisaje ha comenzado a transitar de ser un concepto eminentemente espacial, pero con funciones pasivas, entendido como contenedor, a ser un concepto donde la espacialidad contiene funciones activas insertadas en ese paisaje y, a la vez, otras, que trasciende el propio paisaje y que transmiten relaciones y valores de gran impacto social. Un tránsito que tiene mucho que ver con la evolución del concepto del paisaje que ha pasado de ser un concepto plural (paisajes) a ser individual y generalista (el paisaje); que ha dejado de entenderse como sólo un elemento a conservar para ser un elemento a proteger, gestionar y rehabilitar; y que ha pasado de sólo considerar la excepcionalidad de unos paisajes concretos para atender el paisaje desde lo cotidiano, desde la degradación y desde cualquier proceso de humanización, sin considerar aquellos de especial relevancia<sup>22</sup>.

Apesar da aproximação jurídica da paisagem no direito comparado internacional, ainda não existe na América Latina (e no Brasil, conseqüentemente) um *status* legislativo consolidado para tratamento da paisagem. Apesar dessa carência, a paisagem tem entrado no debate sobre a gestão territorial a partir de diferentes caminhos, destacando-se: o surgimento de coletivos de cidadãos que mobilizam a paisagem como um recurso político para a defesa de suas identidades e paisagens culturais (consideradas como um reflexo de suas territorialidades); a proposição de documentos que visam estimular a criação de marcos jurídicos para a proteção, valoração e gestão das paisagens locais (CHECA-ARTASU, 2017; BARBOSA, 2018).

No contexto da América Latina podem ser destacadas: a construção da *Iniciativa Latinoamericana del Paisaje (LALI)*, movimento de atuação transnacional que, articulada às ações da IFLA, tem buscado impulsionar a formação e consolidação de uma rede de iniciativas cidadãs, institucionais e jurídicas para promoção, valoração e gestão sustentável das paisagens

---

<sup>22</sup> Livre tradução: “É a partir dessas considerações jurídicas que a paisagem começou a transitar de ser um conceito eminentemente espacial, porém com funções passivas, entendido como recipiente, para ser um conceito onde a espacialidade contém funções ativas inseridas nessa paisagem e, ao mesmo tempo, que transcende a própria paisagem e que transmitem relações e valores de grande impacto social. Um trânsito que tem muita relação com a evolução do conceito de paisagem que passou de ser um conceito plural (paisagens) a ser individual e generalista (a paisagem); que deixou de entender-se como apenas um elemento a conservar para ser um elemento a proteger, gerir e rehabilitar; e que passou de apenas considerar a excepcionalidade de umas paisagens concretas para atender a paisagem desde o cotidiano, desde a degradação e qualquer processo de humanização, sem considerar aquelas de especial relevância”.

latino-americanas<sup>23</sup> (CHECA-ARTASU, 2017; IFLA, 2018). Mais recentemente, a construção da Carta de Paisagem das Américas, com o propósito central de favorecer uma “tomada de consciência” e valorização das paisagens da América Latina e buscando apoiar a construção de um marco legal orientador, pensado a partir da realidade presente, em consideração ao passado e para construção do futuro (IFLA, 2018).

No Brasil, se observa o desenvolvimento de alguns documentos, como: a Carta de Bagé (Carta da Paisagem Cultural Brasileira – 2007); a Chancela de Paisagem Cultural do IPHAN (2009); a Carta Brasileira da Paisagem (2012); a apropriação da paisagem como categoria e recurso para a gestão urbana, incluídas na formulação de planos diretores nos anos 2010, como os casos do Rio de Janeiro e São Paulo; o reconhecimento da cidade do Rio de Janeiro na Lista do Patrimônio Mundial como Paisagem Cultural, que tem estimulado o debate e organização de novas inscrições (RIBEIRO, 2018a, 2019b; GONÇALVES, 2015; PIRES DO RIO e NAME, 2013; CAETANO e ROSANELI, 2017).

Apesar da diferença entre as abordagens legislativas dadas à paisagem nos diferentes países e contextos continentais, Sgard, Fortin e Peyrache-Gadeau (2010) destacam que a base comum entre essas distintas abordagens encontra-se na preocupação de âmbito global sobre o desenvolvimento sustentável. Conforme as palavras dessas autoras:

Par l’intégration étroite des problématiques environnementale, économique et sociale qu’il est supposé impliquer, le développement durable trouve dans la thématique paysagère un champ privilégié, la chose est entendue. Depuis la fin des années 1990, l’injonction paysagère est venue se mouler dans l’armature du développement durable et aujourd’hui les deux semblent se répondre et se renforcer l’un l’autre ; dans le champ des politiques publiques de développement, la référence explicite tant à la durabilité qu’au respect du paysage est devenue un principe normatif<sup>24</sup> (SGARD, FORTIN e PEYRACHE-GADEAU, 2010, p. 02).

Neste sentido, a construção desses documentos e abordagens institucionais contribuem para o fortalecimento de novos interesses econômicos, políticos e sociais sobre a paisagem, construídos a partir dos preceitos do desenvolvimento sustentável e com debates que envolvem questões como a(s) identidade(s) nacional(is), a indústria imobiliária, o mercado turístico, etc. Igualmente, ao considerar a paisagem como um produto social, reforçam a ligação desta com o campo das políticas públicas e das expressões da cidadania, possibilitando uma discussão da

<sup>23</sup> Maiores informações: <<http://www.lali-iniciativa.com/>>. Acesso em: 27 dez. 2018.

<sup>24</sup> Livre tradução: “Através da integração estreita entre problemáticas ambientais, econômicas e sociais onde ele é supostamente implicado, o desenvolvimento sustentável encontra na temática paisagística um campo privilegiado, onde a coisa é entendida. Desde o fim dos anos 1990, a injunção paisagística passou a ser moldada no quadro do desenvolvimento sustentável e hoje as duas parecem se responder e se fortalecer uma a outra; no campo das políticas públicas de desenvolvimento, a referência tanto à durabilidade quanto ao respeito à paisagem torna-se um princípio normativo”.

paisagem como questão de interesse público e um bem comum para transmitir às gerações futuras (SAUTER, ORMAUX e TOURNEUX, 2008; SGARD, 2010; GONÇALVES, 2015).

Igualmente, conforme a abordagem de Sgard (2010), tais debates e documentos políticos permitem abordar a paisagem, acima de tudo, como um projeto compartilhado, uma herança coletiva, com valores que podem ser gerenciados. Eles contribuem com o renascimento da ideia de paisagem como um projeto político: destacam a importância da noção a partir dos valores compartilhados, como um projeto federativo com desafio central não de preservação, mas da gestão dos desejos dos usuários e seus desdobramentos futuros. Se antes buscava-se responder “o que é paisagem?”, agora a preocupação centra-se sobre “quem tem direito à paisagem?”, “quem tem acesso à paisagem?” e “quem tem o direito de falar sobre a paisagem?” (SGARD, 2010).

Porém, críticos consideram que essas peças nem sempre são acompanhadas de esforços para pensar a paisagem de forma holística, integrando-as aos sujeitos e ao ambiente circundante. Para tais, esses documentos simbolizam uma instrumentalização da paisagem que a transforma cada vez mais como um campo de trabalho de especialistas, com ações que correm o risco de ser instituídas sem a participação da sociedade. As paisagens, trabalhadas para receber títulos patrimoniais, dependeriam mais de trabalhadores técnicos especializados para sua concepção e manutenção (DEBARBIEUX, 2007; MADERUELO, 2009; BERQUE, 2009).

Entretanto, como destacam Priore (2002) e Varón (2012; 2015) a aproximação jurídica da paisagem no direito comparado internacional demonstra o fortalecimento de uma concepção paisagística dinâmica: a centralidade está cada vez mais no reconhecimento da função social e política da paisagem para as populações, assim como no protagonismo dos grupos sociais na definição dos interesses paisagísticos e estratégias de participação na gestão das paisagens.

Cortina (2011, p. 166) destaca que essas novas peças políticas indicam a apreensão da paisagem não apenas como uma questão subjetiva e individual, mas, acima de tudo, um projeto compartilhado, uma herança coletiva, com valores que podem ser objetivados e gerenciados. São propostas que estariam diretamente vinculadas com a proposição de uma nova ética da paisagem, que envolve uma maior preocupação com o bem-estar individual e social, a garantia de boa qualidade de vida e o respeito às identidades locais, regionais e nacionais (CORTINA, 2011). Complementando com as palavras de Fortin, Sgard e Franchomme (2017, p. 02):

Envisagée comme outil de médiation, entre gouvernants et acteurs sociaux, entre demandes plurielles, entre groupes d'intérêts, entre idéal et matériel, la notion large et *a priori* positive de paysage est volontiers mobilisée pour relier, animer, initier le débat, cherchant à préserver l'harmonie sociale, au nom du bien commun (Sgard, 2010). [...] Plus encore, ces démarches parviendraient à réguler des intérêts souvent

divergents. Les attentes sont donc fortes, souscrivant aux grands desseins de la planification territoriale<sup>25</sup>.

Assim, esses debates recentes também são amplificados na perspectiva teórica, onde são indicados novos elementos, como: a consideração do conceito a partir da articulação entre sua dimensão física, subjetiva, cultural e integrativa, com uma abordagem para além da estética, considerando os sentidos vernaculares das paisagens *ordinárias* dentro da gestão territorial. Um entendimento da paisagem como um direito de todos, que se desenvolve a partir da forma como a população vê, percebe e compreende seus horizontes paisagísticos, valorizando a diversidade das culturas, das histórias e dos valores sociais (CANDAU e LE FLOCH, 2002; PRIORE, 2002; DEBARBIEUX, 2007; ROUSSO, 2010).

Como destaca Checa-Artasu (2017), o direito de dispor de paisagens (e se reconhecer nos quadros paisagísticos cotidianos) é uma das possibilidades para reativar a vinculação do homem com seu ambiente. Neste sentido, o debate paisagístico apresenta-se como uma questão importante para o futuro das sociedades e do planeta, visto que garantir os direitos aos grupos de dispor das paisagens pode melhorar a qualidade de vida e garantir um mundo melhor para gerações futuras, especialmente em termos ambientais, éticos e políticos.

Igualmente, também indicam o desenvolvimento de abordagens renovadas da paisagem enquanto tema importante para a organização espacial, produção de discursos sobre a cidade e a prática da cidadania. São experiências que fazem da paisagem um objeto do pensamento, da ação e da argumentação social e que tem possibilitado uma qualificação crescente dos espaços “ordinários” em termos paisagísticos, criando uma rede de interesses econômicos, políticos e sociais sobre a paisagem (BERQUE, 2009; MADERUELO, 2009; CANDAU e LE FLOCH, 2002; RIBEIRO, 2013; 2015).

Esses debates e ações justificam a consideração de questões paisagísticas não apenas a partir da valoração das formas, mas principalmente pelo reconhecimento dos valores e relações espaciais. São estratégias que interpretam a paisagem como parte dos sujeitos que nela se reconhecem e com ela estabelecem uma ligação (produto e condição de sua existência) a partir dos processos territoriais vinculados ao cotidiano dos grupos em sua relação com o mundo circundante (RIBEIRO, 2015; BRIFFAUD, 2009; VERAS, 2014; BERQUE, 2009).

---

<sup>25</sup> Livre tradução: “Considerada como ferramenta de mediação entre governantes e atores sociais, entre demandas plurais, entre grupos de interesses, entre o ideal e o material, a noção larga e *a priori* positiva da paisagem é voluntariamente mobilizada para religar, animar, iniciar o debate, buscando preservar a harmonia social, em nome do bem comum (Sgard, 2010). [...] Mais, essas abordagens ajudariam a regular interesses frequentemente divergentes. As expectativas são altas, subscrevendo aos grandes planos do planejamento territorial”.

Neste sentido, tais apontamentos indicam a necessidade de adotar uma perspectiva de leitura da paisagem menos como um substantivo (“A” paisagem) e mais na diversidade de sua percepção, mobilização e vivência, assim como na intencionalidade de suas mobilizações. Necessidade de desnaturalizar o conceito, problematizando a construção das *sensibilidades* e *idiosincrasias paisagísticas*, discutindo os processos de conformação de novos pensamentos, atitudes e formas de relação (pessoal e social) com as paisagens.

Com efeito, essa perspectiva é defendida por Serge Briffaud, que destaca a necessidade de compreender a paisagem como sinônimo de um *cadre de vie*, problematizando-a a partir do olhar do habitante, pelo cruzamento de subjetividades, valores e sentimentos compartilhados na esfera local (BRIFFAUD, 2009). Para este autor, mais que uma leitura da relação dos grupos com uma “paisagem enquadrada”, o contexto contemporâneo necessita problematizar seu potencial de *representação social*, suas percepções socioculturais, experiências vividas e usos de seus territórios correlatos. Segundo os termos deste autor:

Le paysage, ici, n'est plus d'abord ce qui existe par la médiation de l'oeuvre d'art, mais plutôt par celle du regard de l'habitant, qui projete sur l'espace des valeurs et des sentiments dont la prise en compte doit fonder les politiques en ce domaine. Ce paysage replacé au carrefour des subjectivités est le contraire d'un site-tableau, dont on peut décréter la valeur. Il n'est plus seulement évaluable en termes esthétiques, mais en termes de *représentation* sociale, c'est-à-dire relativement à des perceptions qui s'enracinent dans des substrats culturels socialement différenciés et qui ne peuvent être séparés du vécu et de l'usage fait des territoires. Ce paysage-là n'est plus pittoresque. Il n'est plus ce que regarde, de loin et en passant, un observateur-voyager, mais ce qui est contemplé de l'intérieur par un habitant-acteur, reconnu non seulement comme détenteur d'un regard de référence, mais aussi pour sa participation à la production et à l'entretien des formes perceptibles<sup>26</sup> (BRIFFAUD, 2009, p. 46).

Em perspectiva próxima, Wylie (2007), ao abordar a paisagem a partir do confronto epistemológico entre suas ‘tensões’<sup>27</sup>, demonstra que esse cenário contemporâneo aproxima o debate paisagístico do “*be in the world*”, do habitar complexo do espaço. Além do debate entre especialistas, a paisagem pode contribuir na compreensão dos diferentes pontos de vista, das

---

<sup>26</sup> Livre tradução: “A paisagem, aqui, não é mais o que existe pela mediação da obra de arte, mas antes por aquele olhar do habitante, que projeta sobre o espaço os valores e os sentimentos considerados fundadores políticos em seu domínio. Essa paisagem que recupera o cruzamento das subjetividades é o contrário de um sítio-quadro, onde pode-se decretar valor. Ele não é mais somente avaliado em termos estéticos, mas em termos de *representação social*, quer dizer, relativamente às percepções que se enraízam nos substratos culturais socialmente diferenciados e que não podem ser separados do vivido e do uso feito nos territórios. Essa paisagem não é mais pitoresca. Ela não é mais o que se observa, de longe e de passagem, por um observador-viajante, mais o que é contemplado do interior, por um habitante-ator, reconhecido não simplesmente como detentor de um olhar de referência, mas também por sua participação na produção e conservação das formas perceptíveis”.

<sup>27</sup> O debate epistemológico da paisagem exposto por Wylie (2007) se fundamenta na exposição de um conjunto de tensões que ‘animam’ a discussão da paisagem entre várias tradições de pesquisa desse conceito. Para este autor, há na paisagem uma interconectividade entre o “*self*”, “*body*”, “*knowledge*” e “*land*”, expostas em quatro tensões conceituais: “*proximity/distance*”; “*observation/inhabitation*”; “*eye/land*”; “*culture/nature*”. Em sua concepção, essa série de tensões além de permitir identificar diferentes interpretações do conceito, expõe a atualidade do seu debate para a cultura geográfica e para o conhecimento do mundo que vivemos.

formas de observação/habitação das paisagens cotidianas. A paisagem monolítica e pictórica e seu poder central são questionados a partir de uma compreensão mais nuançada e próxima da vida cotidiana que conformam a paisagem (e não apenas estão *refletidas* numa visão da paisagem). Quer dizer, uma abordagem e aplicação da paisagem a partir de uma perspectiva holística e integradora, vinculada ao debate sobre suas ancoragens ontológicas, existenciais e materiais (RIBEIRO, 2018a; BESSE, 2014b, p. 243).

A aproximação do debate paisagístico desse *be in the world* também pode ser observado nas análises das abordagens ecológicas e ambientais. Frente à emergência das preocupações ambientais globais, a paisagem – usualmente considerada como categoria sintética que integra a base natural com as dimensões humanas – surge como um dos instrumentos mobilizados para repensar as relações da sociedade com a natureza e buscar saídas à crise ecológica. A natureza ameaçada (e suas expressões paisagísticas) passam a ser debatidas como portadoras de um status de direito ontológico à existência, um *état de être*, que a torna imprópria à apropriações abusivas e promove a difusão de uma “dimensão pública e política da natureza” (LAFAYE e THÉVENAU, 1993; LASCOUMES, 1994; KALAORA, 2001; SERRÃO, 2014).

Retomando, o questionamento à perspectiva pictórica e pitoresca, em conexão a esses debates renovados, não faz sumir o lado estético da paisagem, mas permite que essa esfera ocupe outros padrões, com novos papéis e outros tipos de mobilização. Tais questionamentos recolocam o debate estético a partir das potencialidades políticas que se encontram envolvidas na construção das visualidades, que passam a ser compreendidas de forma mais abrangente, para designar diferentes formas de apropriação, percepção e representação da terra.

Assim, com essa perspectiva não buscamos negar a importância política e teórica da estética da paisagem no contexto contemporâneo. Há uma qualidade inerentemente política no visual, onde o “ver e ser visto” em uma sociedade menos desigual e mais democrática é inerente a uma gestão democrática da paisagem e condição *sine que non* para a estabilidade dos espaços públicos (MACIEL, 2012; BENEDIKTSSON, 2007; BERQUE, 2009). Conforme o geógrafo Karl Benediktsson:

Geographers seem to have flipped over from rampant “scopophilia” to rather pusillanimous “scenophobia” [...] Rather than shy away from the visual substance of landscapes on grounds of a timid and ill-founded “scenophobia”, a geography of landscape is needed which takes visual values seriously, while simultaneously acknowledging the experiential complexity of landscape appreciation. The “scenic” is an indispensable part of a more comprehensive aesthetic of nature which, in accordance with the Deweyan approach, does involve all senses and indeed the body as a whole (cf. Lund 2005). Attendance to the visual does not necessarily have to lead down the well-trodden path of objectification and detachment. On the contrary, it is a

necessary part of democratic and inclusive politics of landscape where there is room for various interpretive takes<sup>28</sup> (BENEDIKTSSON, 2007, p. 209; 214).

Neste sentido, a partir dessas novas abordagens podemos reforçar um contraponto à predominância da perspectiva ocular e a “coisificação” consciente do processo dinâmico e interativo da paisagem, que reduz o senso da paisagem ao olhar e esquece toda a complexidade socioespacial e cultural da instituição das paisagens (HOLZER, 2004; BERQUE, 2009; MACIEL, 2004). Se a paisagem não é apenas pitoresca, seu potencial visual ainda se apresenta como um dos aspectos centrais, mobilizado com objetivos políticos diversos. Igualmente, faz-se necessário repensar criticamente a carga histórica e política da redução da paisagem ao visual. Como complementa Besse (2014b, p. 247-248):

Portanto, para mim, não se trata de concluir que as concepções visuais e representativas da paisagem são falsas. Tal afirmação não teria sentido. Entretanto, na perspectiva que eu adoto aqui, podemos considerar que essas concepções são epistemologicamente insuficientes porque elas não dão conta da complexidade e da diversidade das experiências paisagísticas, experiências que não são todas, e nem unicamente, da ordem da visão perspectiva e do distanciamento, ou seja, da ordem da representação, no sentido que as ciências da cultura deram a este último termo. Em outras palavras, algumas experiências paisagísticas contemporâneas colocam em prática um novo sentido do espaço, um sentido não visual, e se forma num tipo de proximidade com o mundo que se deveria perceber. O que seria necessário sem dúvida interrogar de maneira mais aprofundada, mas, que não posso fazer no âmbito dessa proposta, seria a possibilidade de um tipo de olhar não submetido às exigências da representação “clássica” que eu acabei de evocar, ou seja, da ordem da perspectiva e do distanciamento (BESSE, 2014b, p. 247-248).

Conforme Benediktsson (2008), esses novos aportes aproximam o debate paisagístico da questão do habitar, da vivência, das práticas que constroem as paisagens e, frequentemente, são confrontados com a compreensão visual e cênica da paisagem. Entretanto, tais oposições se revelam improdutivas, pois a experiência multidimensional da paisagem não pode ser reduzida a um único sentido, nem excluir um ou outro sentido, como o visual. Devemos reconfigurar a visão (a atividade do olhar) enquanto uma prática do habitar, a partir de um “olho tocante” (*the touching eye*) e fusão de todos os sentidos na experiência encarnada da paisagem (BENEDIKTSSON, 2008; LUND, 2005).

Essa proposta de pensar a paisagem em termos dos hábitos, das atividades sociais, das ações cotidianas encarnadas nos estimula a pensar o debate não a partir de um objeto acabado,

---

<sup>28</sup> Livre tradução: “Os geógrafos parecem ter escapado da “scopophilia” desenfreada para a “scenophobia” mais covarde [...] Em vez de fugir da substância visual das paisagens por causa de uma “scenophobia” tímida e mal fundamentada, é necessária uma geografia da paisagem que leve os valores visuais a sério, enquanto simultaneamente reconhece a complexidade experiencial da apreciação da paisagem. O “cênico” é uma parte indispensável de uma estética da natureza mais abrangente que, de acordo com a abordagem deweyana, envolve todos os sentidos e, de fato, o corpo como um todo (cf. Lund, 2005). O comparecimento ao visual não precisa necessariamente levar pelo caminho trilhado de objetificação e desapego. Pelo contrário, é uma parte necessária da política democrática e inclusiva da paisagem, onde há espaço para várias tomadas interpretativas”.

mas como algo sempre sujeito às circunstâncias sociais, culturais, econômicas e negociações dos indivíduos e coletivos sociais no presente. Em outras palavras: considerar a paisagem entre a heterotopia e o consenso, enquanto um *geossímbolo* aglutinador entre as vivências íntimas e as normas reguladoras do espaço público e da política.

Neste sentido, as paisagens precisam ser consideradas de forma contextual, pois contam histórias, sentimentos, personalidades e desígnios daqueles que a vivenciam, representam e mobilizam. Essas questões colocam em jogo novos valores e sensibilidades que ultrapassam o exercício da arte e interrogam, de forma mais ampla, as relações com o real, com os “quadros perceptivos e simbólicos da experiência do mundo” (BESSE, 2014a, p. 23-24). A partir dessas formulações, podemos considerar a paisagem como um *marcador social do espaço* (BESSE, 2014a) e valorizar seus agenciamentos e justificações sociais. Nas palavras desse autor:

A noção de paisagem adquire aqui, portanto, como se vê, uma significação muito abrangente: a paisagem é um espaço político, e talvez um espaço mais social e cultural que político. Observação decisiva, pois permite relativizar, ao mesmo tempo, a concepção estetizante (ou pitoresca) da paisagem e a concepção determinista. [...] Temos que achar novos critérios para avaliar as paisagens, existentes ou futuras. Para tanto, é preciso abandonar o ponto de vista do espectador e se questionar sobre o interesse que o ser humano teria de viver nessas paisagens. As perguntas que devem ser feitas não são *primeiramente* estéticas, mas sim as seguintes: quais possibilidades oferece a paisagem para o ser humano viver, para ser livre, para estabelecer relações sensatas com os outros homens e a própria paisagem? Qual a contribuição da paisagem para a realização pessoal e a mudança social? A resposta de J. B. Jackson a essas perguntas é inapelável: nunca se deve mexer na paisagem sem pensar naqueles que vivem nela. Afinal de contas, se a paisagem tem um sentido e, sobretudo, se o projeto de paisagem pode ter um sentido, é porque o desafio é tornar o mundo habitável para o homem. O eixo central da reflexão está aí: a paisagem é a expressão de um esforço humano, sempre frágil e a ser recomeçado, para habitar o mundo (BESSE, 2014a, p. 36-37).

A abordagem destacada por Jean-Marc Besse adquire um caráter central nessa tese. A partir dos seus apontamentos, buscamos analisar não apenas os “homens”, mas os diferentes grupos sociais, os vários pontos de vistas expressos por aqueles que vivenciam o espaço, assim como os mal-entendidos oriundos dos encontros sociais. A partir dessa reflexão, buscaremos compreender qual o papel da paisagem para os debates políticos e sociais contemporâneos, assim como a possibilidade que ela oferece para superar os atuais conflitos e indicar formas de (re)aproximar os diferentes grupos uns dos outros e do ambiente onde vivem.

## **1.2 As demandas paisagísticas contemporâneas: O desejo por paisagem**

Como buscamos demonstrar acima, a paisagem tem sido discutida e mobilizada no contexto contemporâneo a partir de abordagens renovadas que, em diálogo com algumas ações de planejamento territorial, reaproximam o debate paisagístico das demandas particulares de atores e grupos com interesses distintos. Todavia, além de ser uma consequência da construção



dessas abordagens técnicas e de gestão renovadas, a ampliação do debate paisagístico também evidencia uma maior conscientização social sobre a paisagem, a partir da expansão de interesses expressos por grupos sociais que buscam apreciar suas paisagens imediatas como uma questão de reconhecimento cidadão.

Conforme destaca Gonçalves (2015), a paisagem, na qualidade de um bem, corresponde a um objeto de interesse público: se refere a toda coletividade da sociedade envolvida, sendo, portanto, indivisível. Assim, contemplar as paisagens deve ser considerado como um direito de todos os cidadãos. Quando esse direito é cerceado por processos de privatização, interceptação ou bloqueio físico da paisagem, pode-se considerar que a vista da paisagem foi ‘roubada’ de quem teria o direito a seu desfrute (SÁ CARNEIRO, VERAS e BARBOSA, 2020). No contexto contemporâneo, frente ameaças crescentes de “vistas roubadas”, podemos observar a expansão de grupos que expressam demandas paisagísticas e desejos de reconhecimento e/ou valorização de seus quadros paisagísticos. São ações que buscam, antes de tudo, criar estratégias de defesa dos territórios particulares, a partir de uma abordagem das paisagens como um recurso político e uma questão central para a expressão de suas cidadanias. Igualmente, são grupos e ações que buscam formas de participação no planejamento e gestão de seus horizontes de vida, associado as demandas paisagísticas a partir de valores múltiplos: qualidade de vida, reconhecimento de valores históricos, patrimoniais, sociais e culturais, bem-estar, etc. (DEBARBIEUX, 2007).

Em nossa interpretação, a ampliação desses interesses paisagísticos renovados encontra-se ligado ao processo que nomeamos como *desejo de paisagem*: a expressão de um interesse renovado pela paisagem dentro da política urbana, quando a dimensão paisagística passa a outorgar um lugar central na expressão das identidades territoriais. Inicialmente, nossa proposta para conceituar os “desejos de paisagens” tomou como ponto de partida o debate de Pierre Nora sobre a constituição da “vontade de memória”, um dos aspectos centrais destacados pelo autor para a constituição dos lugares de memória<sup>29</sup> (NORA, 1993, p. 12-17).

A partir da formulação deste autor, passamos a considerar a expressão de uma “vontade de paisagem”, posteriormente “desejo de paisagem”, como a expressão do desejo apresentado por diferentes grupos de se sentir representados nos horizontes paisagísticos, de ter seu “estar no mundo”, suas marcas territoriais e expressões simbólicas reconhecidas e valoradas. Desejo de paisagem como uma caracterização do contexto atual, onde a noção de “paisagem” passa a ser mobilizada como um recurso político para expressar o desejo de diferentes grupos de se

---

<sup>29</sup> Para Nora (1993, p. 12-17), lugares de memória podem ser compreendidos como “sinais de reconhecimento e de pertencimento de grupo numa sociedade”, formulados a partir de uma “vontade geral de registro” na tentativa por encontrar origins, sinais de reconhecimento e pertencimento de grupos sociais no transcurso da história.

sentir representados nos horizontes (horizontalidade da dimensão geométrica, mas também da espacialidade concreta dos lugares) e ter seu ‘estar no mundo’ e marcas territoriais reconhecidas e valoradas (BARBOSA, 2018; ZAMANT e RIBEIRO, 2018; RIBEIRO, 2019a; KALAORA, 1995).

Consideramos que os indivíduos e grupos expressam esses desejos paisagísticos a partir do conjunto de olhares socialmente construídos, formado pelo conjunto das heranças culturais e experiências individuais e/ou coletivas que vivenciam. Assim, tais desejos de paisagem estão articulados com as marcas territoriais e expressões simbólicas dos grupos sociais, que passam a ser mobilizadas como estratégia para criar coerência e marcos referenciais para as narrativas históricas de suas territorialidades (CASTRO, 2002). Igualmente, essas demandas paisagísticas podem ser compreendidas como a expressão daquilo que Fry (1987) considera como o “desejo socialmente desejável”: a revelação de um fenômeno cultural e histórico, com significações, histórias e lógicas próprias, reflexo do imaginário político contemporâneo, onde a “identidade”, “diferença”, “reconhecimento” tornam-se importantes estratégias de luta e reconhecimento político (FRY, 1987; FRASER, 2006).

Na perspectiva de Quintero (2015) e Váron (2015), esses processos indicam a existência de uma “tomada de consciência” e apropriação da paisagem como um recurso através da ação de coletivos profissionais e grupos de cidadãos comuns, que permite a sinalização da existência de uma demanda cidadã que considera a paisagem como um direito básico para o *bienestar anímico*. Conforme Quintero (2015, p. 17), essa tomada de consciência poderia contribuir com um processo de abertura e democratização do conceito, aproximando-o das pessoas que se identificam com seus entornos paisagísticos e passam a se considerar como os atores principais da conservação e renovação permanente.

Besse (2018b), por sua vez, destaca a expansão de aspirações sociais que abordam a paisagem não apenas como uma representação, mas como uma necessidade: considerada não apenas como consequência, mas condição básica da existência humana, um dado constitutivo e indelével da vida individual e social (BESSE, 2018b, p. 06-08). Para este autor, indivíduos e grupos sociais com preocupações distintas passam a externar na esfera pública o interesse por paisagens de qualidade, vinculando essas aspirações paisagísticas aos desejos de construção de uma renovada habitabilidade do mundo, às tentativas por experienciar novas formas de habitar as paisagens e formas alternativas de organização e práticas espaciais.

Algumas demandas paisagísticas identificadas na cidade do Recife, que serão discutidas nos próximos capítulos, podem ser antecipadas. Em nossa pesquisa, identificamos os desejos de paisagem a partir da observação de diferentes coletivos de cidadãos que começaram a expor

na cena pública seus desejos paisagísticos e vontades de participar no processo de planejamento e gestão das paisagens locais. Três exemplos foram paradigmáticos: os pedidos de tombamento da paisagem do Cais José Estelita, construídos pelo movimento Ocupe Estelita; os debates em torno do destino para o antigo terreno do Aeroclub de Recife, com demandas que envolvem a construção de um parque para observação paisagística; ações com preocupações identitárias e estéticas em bairros populares, como o passeio turístico para a Ilha de Deus (Figuras 03).

Figuras 03 – Desejos de Paisagem na cidade do Recife



03a (de cima para baixo, da esquerda para a direita) – Ações pelo tombamento do Cais José Estelita. Disponível em: <<https://www.facebook.com/EstelitaDoBrasil>>. Acesso em: 12 fev. 2017.

03b – Ação #PeloParqueBV. Disponível em: <[www.facebook.com/peloparquebv/](http://www.facebook.com/peloparquebv/)>. Acesso em: 01 mar. 2019.

03c – Tour para a Ilha de Deus. Disponível em: <<https://www.catamarantours.com.br/>>. Acesso em: 03 fev. 2018.

Entretanto, para além de uma especificidade da dinâmica urbana recifense, a observação de demandas paisagísticas corresponde a um dos principais tópicos do atual debate político sobre a paisagem em distintos contextos. Como destaca Checa-Artasu (2017), se observa no contexto atual uma crescente tomada de consciência e ampliação de movimentos de cidadãos

em defesa das paisagens, dentro de um cenário que indica-nos a necessidade de compreender a paisagem como um direito de todos, a ser administrado de forma coletiva através de ações que promovam a negociação entre interesses conflitantes.

Esse autor destaca dois movimentos que construíram demandas paisagística no México: primeiro, ações de defesa da paisagem do *Cerro de La Bufa y de los Picachos*, na cidade de Guanajuato, quando a ameaça de construção de uma operação urbanística estimulou cidadãos locais a se organizar coletivamente em defesa de seu território. Segundo, a defesa do *Valle de Guadalupe*, em Ensenada (Baja California), onde empresários do setor vitivinícola mobilizaram ações de defesa da paisagem para contestar um projeto imobiliário considerado como agressivo às paisagens locais, vinculadas à produção do vinho. Para o autor, esses dois movimentos simbolizam um contexto recente onde a paisagem passa a ser compreendida como um elemento capaz de vertebrar ações concretas em defesa do território, conduzindo à construção de novas formas de desenvolvimento local, além de reforçar a necessidade de uma maior democracia participativa (CHECA-ARTASU, 2017) (Figuras 04).

Portanto, os desejos de paisagens se expressam como legítimas manifestações de grupos e indivíduos que consideram a dimensão pública e política da paisagem através dos seus afetos e projetos territoriais, através do envolvimento e atuação de cidadãos comuns, intelectuais, técnicos especializados, associações de moradores, movimentos conservacionistas, etc. São ações que publicitam interesses paisagísticos que antes não eram colocados em cena, ou que eram invisibilizados e negligenciados por discursos hegemônicos, como o caso das paisagens consideradas como *cotidianas* e/ou *ordinárias*. São quadros paisagísticos que, através de atos intencionais e/ou mudanças nas percepções socioculturais, passam a ser demandadas e valorizadas através de abordagens que consideram-nas como portadoras de valores culturais.

Analistas sobre a história da paisagem já reforçaram, por distintas abordagens, que mesmo a ideia clássica desse conceito corresponde à uma invenção, estimulada pelo interesse estético de uma determinada classe, localizados em um determinado contexto histórico, social e cultural. O desenvolvimento da noção de paisagem já se expressaria a partir da formação de uma consciência paisagística, que envolve um desejo de usufruto de uma natureza enquadrada, expressa a partir de uma objetificação do olhar e um processo de artialização da natureza *in situ* e *in visu* (ROGER; 1997; SALGUEIRO, 2000).

Como destacam Cauquelin (2007) e Roger (2000), a forma como as montanhas passam a ser uma das paisagens simbólicas do Ocidente são exemplares desse processo de conformação da paisagem como uma forma de ver (e querer ver) o mundo, estruturado a partir da organização de uma sensibilidade e um desejo cultural. Nas palavras de Roger (2000, p. 96-108), a mudança



demandadas por grupos sociais na atualidade podem ser consideradas enquanto *desejos socialmente desejáveis*, mas a própria ideia (clássica e histórica) da paisagem se desenvolveu como um desejo social que adquiriu valor e sentido quando uma coletividade passou a vê-la como elemento representativo. A paisagem, e o desejo de paisagem, em particular, podem ser vistos como uma “‘realidade’ social, uma construção que é passada por filtros simbólicos”, conformada a partir de acordos tácitos e uma organização visual, tátil e emocional da realidade, através da forma como os grupos observam sua realidade (CAUQUELIN, 2007, p. 96-100).

Se interesses paisagísticos não podem ser considerados uma novidade, a particularidade do contexto contemporâneo corresponde à forma como essa questão invade o debate público: a partir da transformação da paisagem em objeto de políticas públicas numerosas; a expansão do paisagismo como uma prática importante ao planejamento territorial (europeu, principalmente); o consumo paisagístico que se transforma em uma das principais motivações do turismo; pela expressão crescente de preocupações e demandas paisagísticas por grupos sociais diversos, etc. (DEBARBIEUX, 2007).

Assim, a paisagem se transforma em um problema de interesse público e de desejo por parte dos grupos sociais através do crescimento de uma preocupação, por parte de técnicos e profissionais, mas também de cidadãos comuns, com o “embelezamento” dos quadros da vida cotidiana, o que envolve a proteção e/ou produção de lugares para a contemplação paisagística. Se a preocupação com o embelezamento urbano ou a produção de lugares para contemplação da paisagem não é recente – tendo sido um dos principais elementos do discurso que defendeu as reformas urbanas nas cidades brasileiras no início do século XX (RIBEIRO, 2019b) – é verdade também que no momento atual o discurso sobre a paisagem e sua prática passa a incluir uma série de novos elementos.

Entre as razões que adicionam novos elementos à esses desejos de paisagens, tornando esse debate mais contemporâneo, duas talvez sejam mais facilmente identificáveis: a primeira oriunda das transformações na área de patrimônio, quando a paisagem passou a ser recuperada como um instrumento de integração entre elementos vistos de maneira estanque até então, como natureza e cultura; a segunda, proveniente de processos como o *marketing* das cidades, o *city branding* e a globalização, quando a cidade passa a ser considerada como uma mercadoria e, sua paisagem, um dos principais atrativos. Elas estão associadas às duas tradições relacionadas à paisagem que mais tem alimentado políticas públicas relacionadas à cultura: a paisagem como vista e a paisagem como relação sociedade e natureza (RIBEIRO, 2018b).

De forma correlata, Ribeiro (2019a) também acrescenta que esses desejos de paisagem se expressam a partir de uma vontade crescente de operacionalizar a categoria “paisagem” de

diferentes formas, especialmente a partir de três processos centrais: a) a utilização mais ampla do termo “paisagem”, tanto no vocábulo geral quanto nas estratégias de planejamento e gestão; b) o crescente interesse pela paisagem como um objeto de usufruto e lazer, conectado ao status social e ao consumo paisagístico de uma forma mais geral; c) uso da paisagem como marca identitária e recurso político, a partir da utilização do termo como ferramenta política usada por diferentes grupos sociais.

Conforme Debarbieux (2007), junto ao crescimento dessas demandas pela paisagem pode-se observar uma banalização da invocação e da preocupação paisagística, o que revelaria um processo que ele nomeia como o *empaysagement*<sup>30</sup> da sociedade: dinâmica social e espacial que designa, de maneira geral, uma mudança na forma como as sociedades passam a pensar elas mesmas e suas inscrições materiais através da representação e ação paisagística. Assim, se observa o desenvolvimento de um *empaysagement* das consciências, que pode ser apreendido como uma vontade de compensação, por vezes retrógrada ou nostálgica, que reaproxima a paisagem como uma modalidade do projeto e alvo de proteção perante mudanças nas práticas espaciais que podem pôr em perigo as territorialidades (DEBARBIEUX, 2007).

Essas preocupações renovadas dialogam com as demandas sociais contemporâneas que apresentam interesses paisagísticos não apenas ligados aos componentes naturais e à beleza, mas principalmente a partir das novas relações indivíduo-indivíduo e indivíduo-meio, assim como das novas relações e desejos que o debate paisagístico passa a agregar. Não se trata mais apenas dos valores pictóricos e econômicos, mas o reconhecimento dos valores para a sociedade dos grupos que vivem/vivenciam essas paisagens, envolvendo valores sociais, emocionais, de desenvolvimento humano e social (CUSTÓDIO, 2012).

Para Priore (2002), a expansão de demandas sociais referentes à qualidade da dimensão paisagística dos territórios possibilita o fortalecimento de uma concepção “social” da paisagem: abordagem que, mais que uma construção teórica, pode ser um recurso teórico e político para o reconhecimento das vontades dos grupos sociais em atribuir maior importância aos marcos e marcas de suas expressões territoriais. Qualificação do debate a partir dos valores qualitativos da experiência espacial, dos valores e sentimentos que vinculam as pessoas, considerados como cidadãos participantes de uma comunidade política, com seus marcos de vida cotidiana.

---

<sup>30</sup> Bernard Debarbieux esclarece que *empaysagement* não é sinônimo de *paysagement*, conceito proposto por Augustin Berque para designar a preocupação contemporânea em reaproximar os aportes sensíveis, a experiência, a ciência e a técnica da paisagem. Igualmente, é diferente da noção de *demande sociale de paysage*, proposto por Pierre Donadieu. Para Debarbieux (2007), esses dois termos fazem referência à preocupação social crescente pela paisagem em intervenções sobre o ambiente, enquanto este autor busca colocar em evidência o processo histórico e cultural das mudanças nas relações com a paisagem (DEBARBIEUX, 2007).

Porém, se esses interesses paisagísticos são apresentados na cena pública a partir dos interesses particulares que conectam certas coletividades, eles também permitem a observação de desacordos existentes entre interesses paisagísticos diversos. Aqui, portanto, eis um desafio: como criar estratégias de gestão das paisagens que possibilitem o estabelecimento de encontros entre os diferentes desejos de paisagens? Como criar convergências entre expectativas sociais opostas buscando estimular estratégias de participação coletiva na elaboração de projetos de planejamento e gestão paisagísticas? Como, dentro do diverso, podemos estabelecer uma ação comum?

Consideramos que essa ação comum pode ser construída a partir do reconhecimento do direito à paisagem – na perspectiva coletiva – como uma demanda articulada ao direito à cidade, através da garantia de uma cidade justa, democrática e participativa. Como destacado em artigo recente, a apreciação da paisagem, de certa maneira, pode ser compreendida como uma forma de exercer o direito à liberdade dentro do direito à vida urbana ou à cidade, como defende Henri Lefebvre. Se os grupos expressam desejos de paisagem com o objetivo de participar da gestão de seus horizontes de vida, garantir o direito de todos à paisagem pode permitir o bem-estar e ajudar na qualificação e identificação dos cidadãos com os lugares e na integração do indivíduo à cidade, possibilitando o desfrute do espaço urbano (SÁ CARNEIRO, VERAS e BARBOSA, 2020).

Neste sentido, o debate sobre os desejos de paisagem pode dialogar com as reflexões sobre o direito à cidade na sua perspectiva coletiva, como uma palavra de ordem de movimentos sociais, mas também como ideal político, conforme os termos mencionados por David Harvey: o “direito à mudar o mundo, a mudar a vida e a reinventar a cidade de acordo com seus mais profundos desejos” (HARVEY, 2014, p. 65-66). Segundo esse autor:

[...] o direito à cidade é, portanto, muito mais do que o direito de acesso individual ou grupal aos recursos que a cidade incorpora: é um direito de mudar e reinventar a cidade mais de acordo com nossos mais profundos desejos. Além disso, é um direito mais coletivo do que individual, uma vez que reinventar a cidade depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo sobre o processo de urbanização. A liberdade de fazer e refazer a nós mesmos e a nossas cidades, como pretendo argumentar, é um dos nossos direitos humanos mais preciosos, ainda que um dos mais menosprezados (HARVEY, 2014, p. 28).

Assim, debater esses desejos de paisagem envolve não apenas o reconhecimento da existência de diversas percepções paisagísticas, mas, principalmente, buscar reconstruir uma abordagem da paisagem como um projeto político: ter a consciência que reconhecer os desejos paisagísticos envolve o debate sobre o reconhecimento de valores partilhados, buscando criar pontes e estratégias de conexão entre os atores sociais e abordando a paisagem como um projeto



federativo (DEBARBIEUX, 2007; SGARD, 2010). Como destaca Gonçalves (2015, p. 102), a consideração da paisagem como produto e produtora/mediadora das relações sociais pode ser o “lastro mínimo para se pensar a articulação entre a noção de paisagem, como dimensão sociopolítica da cidade, e a noção de interesse público”. A partir de tal feito, poderíamos chegar até a consideração da paisagem como um bem comum, um recurso das coletividades.

Esse reconhecimento da paisagem como um direito e expressão dos desejos sociais dos grupos que a reivindicam precisa ser compreendido a partir da relação dos indivíduos e grupos com seu entorno, de forma engajada e equilibrada. Reconhecimento das vontades paisagísticas que possa permitir a satisfação das necessidades da população para além dos valores e interesses materiais, mas a partir do vínculo profundo entre as populações e o território (PRIORE, 2002; CUSTÓDIO, 2012; BARBOSA, 2018). Neste ponto, faz-se importante considerar a abordagem apresentada por Jean-Marc Besse:

Porque, se a paisagem é portadora de um potencial crítico em relação ao estado real do mundo, é sem dúvida porque, no fundo de toda paisagem, reside algo como uma geografia utópica e um princípio de esperança que vêm contrabalançar o princípio de responsabilidade, o princípio de cautela, o princípio de conservação. Mas é, sobretudo, porque a própria ideia do fim do mundo, assim como a do fim das paisagens, é uma ideia contraditória. Um mundo cujo começo e fim não possam mais me representar passa a ser, para mim, um simples objeto, que posso percorrer com o olhar ou o pensamento, ou graças a companhias de aviação, é verdade, mas que não habito mais. [...]

O mundo é uma totalidade inacabável, mas também um meio no qual vivemos. Aprendemos que a paisagem faz parte da nossa vida, que o horizonte é uma dimensão do nosso estar no mundo. [...] Um mundo sem horizontes, isto é, sem paisagem, sem cantos do mundo que chamem o desejo, simplesmente deixou de ser um mundo. Se a paisagem é uma obra, no sentido que Hannah Arendt dá a essa palavra, se ela é a abertura de uma duração e, nesse sentido, de um mundo, então ela é uma vontade e uma meditação da vida e não da morte, uma meditação sobre o nascimento das coisas e não sobre o seu desaparecimento (BESSE, 2014a, p. 65-66).

Portanto, a compreensão e o debate desses desejos de paisagens precisam envolver uma reflexão sobre ações de planejamento e gestão consideradas a partir da coletividade social, com o objetivo de criar conexões entre as questões ontológicas, éticas e políticas que conectam os diferentes interesses paisagísticos. Sendo a paisagem uma questão essencial para pensarmos nossa relação com o mundo, o debate e reconhecimento desses desejos paisagísticos deve acompanhar uma reflexão ética e política para pensar uma gestão comum e coletiva do espaço.

### **1.3 As múltiplas escalas da geografia política da paisagem**

Como buscamos demonstrar acima, a produção de marcos legais para proteção e defesa da paisagem, assim como a expressão de demandas sociais pela paisagem correspondem a um dos principais tópicos do atual debate da paisagem. Questões paisagísticas têm apresentado um papel mais central nos debates relacionados à gestão e ao planejamento territoriais, na produção

de discursos sobre os lugares e nas demandas cidadãs, não ficando restritos aos grupos técnicos, políticos e científicos, envolvendo de forma crescente grupos de cidadãos comuns, associações de moradores, movimentos conservacionistas, dentre outros.

Entretanto, se a paisagem tem sido objeto desses interesses políticos, teóricos e sociais renovados, ela também envolve múltiplas expectativas que nem sempre estão em harmonia. Na discussão sobre projetos de reconfiguração territorial, cada vez mais grupos diversos passam a associar retóricas paisagísticas às demandas cidadãs, integrando a paisagem aos seus anseios políticos e sociais. São grupos que estimulam a expansão do debate paisagístico a partir de uma perspectiva ética, através de demandas expressas pelo respeito às idiossincrasias paisagísticas e inclusão de grupos locais na gestão territorial (NOGUÉ I FONT, 2007; SGARD, 2010).

Em diferentes contextos socioespaciais se observa o crescimento de desacordos e mal-entendidos sociais que contribuem para conformar a paisagem como um problema de interesse público. São mobilizações cidadãs em defesa da paisagem (e do direito à paisagem) como um recurso indivisível e coletivo. Alguns desacordos podem ser antecipados: o caso das disputas em torno da transformação das paisagens notáveis na Islândia, provocadas pela proposição do projeto hidrelétrico *Kárahnjúkar* (BENEDIKTSSON, 2007; 2008); debates sobre a construção de um arranha-céu ao lado do centro histórico da cidade de Sevilla (Espanha) (SCALERCIO, 2016); discussões sobre a instalação de um monumento (o Memorial às Vítimas do Holocausto) no Morro do Pasmado (área na Zona de Amortecimento do Sítio Patrimônio Mundial da cidade do Rio de Janeiro), onde grupos de cidadãos e profissionais passam a questionar a intervenção a partir de argumentos paisagísticos (RIBEIRO, 2019b).

Esses conflitos indicam um cenário onde a paisagem se apresenta como um fenômeno sociopolítico: se transforma em um componente essencial ao planejamento territorial, onde o debate e gestão envolve mais que os locais notáveis e belos panoramas, mas também o ambiente onde se vive (GONÇALVES, 2015). Compreendendo que tais mudanças também são resultado direto das pressões e debates realizados por movimentos sociais, buscaremos agora destacar as formas como essas questões são colocadas na pauta dos conflitos recentes que apresentam uma perspectiva paisagística. Interessa-nos problematizar onde, como e por que podemos observar essa “ampliação dos horizontes da sensibilidade paisagística” (BESSE, 2014a, p. 24).

A partir de revisão bibliográfica, observação direta em alguns contextos particulares e discussões em eventos científicos, construímos uma proposta tipológica inicial para apresentar os questionamentos centrais que perpassam os debates paisagísticos contemporâneos. Guiados pela proposta tipológica dos novos movimentos sociais urbanos de Nel-lo (2018) e proposição

dos novos conflitos com dimensões paisagísticas de Nogué (2014), consideramos três questões centrais que guiam a mobilização paisagística por grupos sociais em suas contestações:

1. Debates sobre a velocidade, intensidade e extensão das transformações e/ou destruição de paisagens (emblemáticas ou cotidianas), ligado com a iminência da construção de projetos de grande impacto, que contribui para que cidadãos heterogêneos construam “plataformas em defesa do território” e de suas “idiosincrasias paisagísticas”. (NOGUÉ, 2014, p. 159).
2. Questionamentos sobre a dinâmica política das representações paisagísticas, onde grupos sociais passam a denunciar “representações paisagísticas estereotipadas” dos seus territórios e lugares originais e começam a produzir representações e discursos mais respeitosos sobre suas “paisagens reais” (NOGUÉ, 2014).
3. Debates sobre a possibilidade/necessidade de construir novas estratégias mais democráticas e de caráter coletivo para a gestão paisagística, em oposição ao tratamento usual e clichê dado à paisagem nos projetos convencionais.

Considerando que a abordagem que defendemos nessa tese é da geografia política, essas questões serão apresentadas a partir da abordagem política da paisagem: interesse por apreender de que forma a dimensão paisagística motiva e informa os conflitos socioespaciais, destacando seus processos de negociação e a forma como a paisagem se transforma em um objeto vinculado à ação (BACKHAUS, REICHLER e STREMLow, 2007; NOGUÉ, 2014; RIBEIRO, 2018a).

### 1.3.1 As plataformas em defesa do território

Em outubro de 2005, o geógrafo Joan Nogué, diretor do *Observatori del Paisatge de Catalunya*, publicou no jornal *El País* um artigo chamado “Vuelve el paisaje”<sup>31</sup>, onde buscou destacar a centralidade discursiva e política da paisagem no cenário contemporâneo. Segundo este autor, a paisagem transforma-se cada vez mais em tema de interesse geral que transcende os âmbitos especializados, convertendo-se em peça fundamental de políticas de ordenamento territorial e do debate sobre o bem-estar social.

Em artigo mais recente, o autor passou a destacar uma outra questão central ao contexto contemporâneo: a paisagem como parte constituinte de alguns conflitos territoriais, a partir da sua mobilização em discursos e ações de grupos de cidadãos heterogêneos que consideram a paisagem como parte de suas demandas cidadãs (NOGUÉ, 2014). Mobilizações paisagísticas que são construídas como reação a uma dinâmica ampliada de processos de transformação e/ou destruição dos territórios coletivos. Conforme o autor, a expansão de projetos que transformam

---

<sup>31</sup> Artigo disponível em: <[https://elpais.com/diario/2005/10/17/cvalenciana/1129576704\\_850215.html](https://elpais.com/diario/2005/10/17/cvalenciana/1129576704_850215.html)>. Acesso em: 29 de abril de 2019.

os territórios e contribuem para deixar as paisagens impessoais e irreconhecíveis aos habitantes do lugar estimulam o surgimento de “plataformas em defesa do território” e valorização dos quadros imediatos da vida e das “idiosincrasias paisagísticas” (NOGUÉ, 2014, p. 159).

Para o autor, tais debates revelam um conflito ético central à sociedade contemporânea: a ampliação de intervenções territoriais incapazes de atuar sobre as paisagens sem destruí-las, sem eliminar os traços de continuidade histórica e suas identidades locais (NOGUÉ, 2014). Desacordos que expressam o descontentamento de grupos sociais (autóctones e/ou profissionais e técnicos) perante a expansão de mudanças na paisagem, consideradas como o produto material das forças de mercado (GAILING, 2013; NOGUÉ, 2014). São questionamentos desenvolvidos para projetos considerados como produtores de uma degradação, banalização e/ou destruição dos valores patrimoniais e simbólicos tradicionais, ocasionando crises sociais com dimensões paisagísticas: não pela modificação em si, mas pela rápida descaracterização e desaparecimento das paisagens referenciais (NOGUÉ I FONT, 2007; GONÇALVES, 2015).

Entretanto, como destaca o filósofo Alain Roger, as crises paisagísticas contemporâneas são resultados diretos de um duplo movimento: a deterioração da paisagem *in situ* em conexão ao abandono da paisagem *in visu*<sup>32</sup> (ROGER, 1997, p. 123-128). Em suas palavras:

[...] loin de s’apauvrir, notre vision paysagère ne cesse de s’enrichir, au point que cette exubérance – chaque décennie nous livre désormais son lot de nouveaux paysages, où l’art et la technique se prêtent un mutuel appui – risque de nous grever les yeux et de provoquer, avec la satiété, la nostalgie d’un temps où, seule, la campagne bucolique, chère à certains écologistes, avait droit de cité (j’allais dire de cécité) dans notre regard esthétique. [...]

1) *In situ*. Le constat de décès signifierait que nous avons effectivement détérioré, sinon détruit nos paysages traditionnels, réduits, par nos agressions et notre incurie, à l’état de « pays ». [...]

2) *In visu*. La question se pose tout autrement : disposons-nous des modèles qui nous permettraient d’apprécier ce que nous avons sous les yeux ? Non, semble-t-il. Nous serions, devant nos villes et même nos campagnes, dans le même dénuement perceptif (esthétique) qu’un homme du XVIIe face à la mer et la montagne. C’est un « affreux pays », qui ne suscite que la répulsion.

C’est de la conjonction de ces deux facteurs – détérioration *in situ*, déréliction *in visu* – que procède la crise actuelle du paysage. Mais est-elle aussi grave ? Je crois qu’elle trahit surtout la sclérose de notre regard, qui veut du vieux [...] et le recours

<sup>32</sup> Alain Roger destaca esse duplo processo no livro *Court traité du paysage*, quando debate a questão da *morte da paisagem* (« *mort du paysage* »). As reflexões sobre essa temática se iniciaram na França, em 1982, a partir da realização de um seminário organizado por François Dagognet, François Guéry e Odile Marcel na cidade de Lyon. O evento centrou-se no debate sobre a percepção de uma perda da memória histórica e cultural, com impactos na identidade dos países europeus. A preocupação com a *morte* da paisagem foi estimulada através da observação do abandono do campo tradicional e sua substituição por uma agricultura mecanizada, aliado à expansão de uma forte urbanização e alguns problemas vinculados (ROGER, 1997; BESSE, 2010; MARTÍN, 2017). Posterior ao evento, foi publicado o livro *Mort du paysage ? Philosophie et esthétique du paysage* (primeira edição de 1982), que, conforme Besse (2006), trata-se do marco inicial do desenvolvimento de pesquisas teóricas da paisagem na França.

nostalgique à des modèles bucoliques, plus ou moins périmés, des *paysâges*, des *paysâgés*<sup>33</sup> (ROGER, 1997, p. 123-124).

Como destacado pelo autor, crises paisagísticas podem ser compreendidas mais como a expressão de visões nostálgicas e reacionárias da paisagem do que um efeito das mudanças no plano paisagístico. Para Alain Roger, tentativas de abordar a paisagem através da proteção e conservação podem ser consideradas como ações reacionárias, visto que usualmente concebem a paisagem como um *em si*, como um objeto congelado e petrificado que não incorpora as *cicatrices* adicionadas pelo novo (ROGER, 1997). Por fim, a *crise da paisagem* poderia ser superada a partir de um reaprendizado do olhar e de uma postura renovada das sociedades em busca de olhar a paisagem sem se prender aos parâmetros estéticos e materiais de paisagens que já não existem (ROGER, 1997; 2000).

Porém, conforme destaca Alves (2001), os debates e problemas paisagísticos sinalizados pelo contexto contemporâneo indicam a necessidade de ir além de um reaprendizado do olhar. Para a autora, necessitamos compreender os condicionamentos sociais, políticos e culturais que influenciam as novas experiências perceptivas, formas de (re)construção e demandas que envolvem as paisagens. Compreender as bases dessa nova *desordem* e as razões que justificam as controversas transformações operadas nos quadros paisagísticos (ALVES, 2001).

De acordo com Cortina (2011), a paisagem nasce do diálogo entre as atividades humanas com seus entornos, o que permite considerar que toda comunidade irá transformar os quadros paisagísticos onde vivem. Assim, se a paisagem corresponde a um momento desse processo e não se resume a uma realidade estática, não são as mudanças das paisagens em si que causam questionamentos sociais, visto que a noção de mudança é consubstancial ao próprio conceito. A raiz do problema contemporâneo vincula-se ao grau, ritmo e contexto dessas transformações, que podem afetar a qualidade de vida das pessoas e dos grupos sociais, gerando preocupações no plano individual e coletivo do território. A percepção de processos acelerados e irreversíveis de transformação contribuem para questionar de que forma podemos integrar as exigências do

---

<sup>33</sup> Livre tradução: “[...] longe de empobrecer-se, nossa visão paisagística não deixa de se enriquecer, até o ponto que esta exuberância – cada década nos entrega seu lote de novas paisagens, nos quais a arte e a técnica se prestam um mútuo apoio – poderia sobrecarregar o olhar e provocar, com a saciedade, a nostalgia de um tempo no qual somente o campo bucólico, tão querido por alguns ecologistas, teria direito de cidadania (eu iria dizer de cegueira) em nosso olhar estético. [...] *In situ*. A constatação da morte significaria que, efetivamente, nós deterioramos, se não destruímos, nossas paisagens tradicionais, reduzidas ao estado de « *pays* », por nossas agressões e nosso descuido. [...] *In visu*. A questão se coloca de forma totalmente diferente: nós dispomos de modelos que nos permitiriam apreciar o que temos perante os olhos? Parece que não. Perante nossas cidades e nossos campos, estaríamos na mesma indigência perceptiva (estética) que um homem do século XVII a respeito do mar e da montanha. É um « *pays* horrível » que só suscita repulsão. Da conjunção desses dois fatores – deterioração *in situ*, abandono *in visu* – procede a crise atual da paisagem. Porém, é uma crise tão grave? Eu acredito que ela revela, sobretudo, a esclerose de nosso olhar, que quer o velho [...] e o recurso nostálgico à modelos bucólicos, mais ou menos obsoletas, de *paysâges* [paisagem + idade, período histórico], *paysâgés* [paisagem + velho, idoso]”.

desenvolvimento com as demandas de proteção das paisagens (ROUSSO, 1995; CORTINA, 2011).

Nel·lo (2018) destaca que além de um protecionismo identitário e egoísta, a virulência dessas plataformas em defesa do território encontra-se relacionada com algumas dinâmicas estruturais de caráter global, sendo consequências de processos de transformações territoriais que criam uma rede econômica crescente e interdependente mas que, ao mesmo tempo, também lança os lugares numa dinâmica constante de disputas entre-lugares. Respondendo críticas parecidas às apresentadas por Alain Roger, Nogué (2014, p. 159) destaca que:

Miedos, angustias existenciales, pérdida de referentes paisajísticos, desconcierto, sensación de impotencia, son los principales motivos que empujan a personas normales y tranquilas a ocuparse de algo que queda fuera de su ámbito doméstico más inmediato. El trasfondo de todo ello tiene mucho que ver con el deseo de recuperar la identidad local como elemento irrenunciable para la calidad de vida. La necesidad de sentirse identificado con un espacio determinado es sentida con fuerza, sin que ello implique retroceder a formas premodernas de identidad territorial. No se trata de volver a espacios microsociales impregnados de lógicas tribales y corporativas. Creo que la inmensa mayoría de los nuevos movimientos sociales en defensa del territorio reclaman, sencillamente, una mayor participación ciudadana en la resolución de los conflictos territoriales que les han caído encima. Estos movimientos sociales defienden sus lugares ante la nueva lógica de los espacios sin lugares, de los espacios de flujos propios de la era informacional en la que ya estamos plenamente inmersos. Reclaman su memoria histórica, la pervivencia de sus valores y el derecho a preservar su propia concepción del espacio y del tiempo<sup>34</sup> (NOGUÉ, 2014, p. 159).

Esses debates sobre a transformação irreversível das paisagens são observados de forma destacada em contextos urbanos, dentro de processos que envolvem a expansão e crise da cidade global. Se a paisagem urbana se transforma em tema central de estratégias de *marketing* e *branding* urbanos, ela também se conforma numa das bases de movimentos contestatórios, que passam a articular a defesa dos quadros paisagísticos às demandas dos *novos movimientos sociales urbanos* (ROSSI e VANOLO, 2012; CASTELLS, 2013; NOGUÉ, 2014).

São plataformas de defesa da paisagem desenvolvidas a partir da ampliação de estratégias de renovação urbana, destacando-se reações à instalação de arranha-céus que descaracterizam horizontes urbanos históricos. Alguns exemplos: os debates e questionamentos

---

<sup>34</sup> Livre tradução: “Medos, angústias existenciais, perda de referentes paisagísticos, desconcerto, sensação de impotência, são os principais motivos que empurram pessoas normais e tranquilas a ocupar-se de algo que está fora de seu âmbito doméstico mais imediato. O plano de fundo de todo ele tem muito a ver com o desejo de recuperar a identidade local como elemento irrenunciável para a qualidade de vida. A necessidade de sentir-se identificado com um espaço determinado é sentida com força, sem que ela implique retroceder a formas pré-modernas de identidade territorial. Não se trata de voltar a espaços microsociais impregnadas de lógicas tribais e corporativas. Creio que a imensa maioria dos novos movimentos sociais em defesa do território reclamam, sensivelmente, uma maior participação cidadã na resolução dos conflitos territoriais que eles caíram em cima. Estes movimentos sociais defendem seus lugares ante a nova lógica dos espaços sem lugares, de espaços de fluxos próprios na era informacional em que já estamos plenamente imersos. Reclamam sua memória histórica, a sobrevivência de seus valores e o direito a preservar sua própria concepção de espaço e de tempo”.

à construção da Torre *Shard*, em Londres (APPERT, 2011; VERAS, 2014); a contestação pela proposição de alguns arranha-céus em Paris, como as *Tour Triangle*, *Tour First*, *Tours Duo* e a *Tour Phare*, que rememoram antigas polêmicas sobre a construção da Torre Montparnasse (VERAS, 2014); os debates sobre a *Torre Cajasol*, em Sevilla (Espanha) (SCALERCIO, 2016); no Brasil, alguns casos em diferentes cidades, como as torres *La Vue* (Salvador, Bahia), a proposta de construção do conjunto de torres em terreno vizinho ao Teatro Oficina (São Paulo) e os casos que serão analisados nos próximos capítulos sobre a cidade do Recife.

Entretanto, além da oposição a intervenções pontuais consideradas como desrespeitosas às preexistências paisagísticas locais, também existem movimentos que mobilizam referências paisagísticas como recurso de oposição a projetos de renovação mais amplas, de requalificação territorial. São ações de defesa de paisagens já considerados patrimônios por órgãos legitimados (UNESCO, por exemplo), mas também em paisagens com interesses patrimoniais *insurgentes* expressos por demandas cidadãs.

Em artigo sobre os *urban squatting* na Europa, Pruijt (2013) nomeou os processos de ocupações que tentam garantir a preservação de conjuntos urbanos e paisagens submetidas a processo de transformação como “*conservational squatting*” (*ocupação conservacionista*, em livre tradução). Tais táticas de ocupação, segundo o autor, ao mesmo tempo que sinalizam lutas pela preservação/conservação das paisagens urbanas, também objetivam preservar as funções sociais frente a processos de renovação urbana e de expansão imobiliária. Pruijt (2013) destaca alguns exemplos dessas ações: ações desenvolvidas em Tolmes Square (Londres), para impedir a destruição de antigas habitações locais e construção de edifícios de escritórios; mobilizações que impediram a construção de rodovias, escritórios e hotéis em Nieuwmarkt (Amsterdã); ações comunitárias em Kreuzberg (Berlim) para impedir a demolição de edifícios históricos locais e preservar as morfologias e padrões habitacionais locais; por fim, os ativistas em Friedrichshain (Berlim) que ocuparam prédios locais para evitar a destruição do bairro (PRUIJT, 2013).

No contexto europeu, outro tipo de conflito que envolve as transformações paisagísticas corresponde às controvérsias que envolvem a instalação de parques de energia eólica, ampliadas a partir da década de 1990. Perante as ameaças de alterações climáticas, a escassez de fontes energéticas convencionais e a ampliação das demandas de proteção ambiental, diversos países começaram a investir no desenvolvimento de fontes de energia “alternativas” ou “renováveis”. Se no cenário internacional o desenvolvimento dessas fontes energéticas se ampliou a partir de discursos consensuais – a mitigação das alterações climáticas, por exemplo – no nível local, a instalação das infraestruturas tem estimulado vários questionamentos e resistências, a partir de temáticas diversas: destruição visual da paisagem pela instalação dos aerogeradores eólicos;

impacto dos parques sobre os ecossistemas, nas atividades turísticas e na gestão dos patrimônios naturais e construídos, etc. (DELICADO *et al*, 2013; LABUSSIÈRE, 2007; SGARD, 2011).

Há vasta bibliografia com relatos sobre conflitos que envolvem a instalação de parques de energia eólica em países como Portugal, Espanha, Alemanha e França (LABUSSIÈRE, 2007; FORTIN, LE FLOCH, 2010; SGARD, 2011; DELICADO *et al*, 2013), mas também sobre a construção de usinas de energia hidroelétrica com casos na Islândia, França e Portugal (BENEDIKSSON, 2007; 2008; ERIACHER, 2018; XAVIER, 2000). O debate dessas questões energéticas tem estimulado o surgimento de controvérsias (no sentido de existir desacordos discursivos que envolvem vários atores) e conflitos sociais, com as resistências lideradas por residentes e autoridades locais, coletivo de pesquisadores, estudantes e organizações não governamentais (em defesa do ambiente, do patrimônio, etc.) (DELICADO *et al*, 2013).

Convém exemplificar a partir do caso destacado por Delicado *et al* (2013). Em Portugal, nas proximidades da aldeia histórica de Sortelha (Região das Beiras), foram instalados em 2011 dois parques de energia eólica: o Parque de São Cornélio (com 17 aerogeradores) e o Troviscal (com 08 aerogeradores), incluídos em um complexo mais amplo, o Parque Eólico da Raia. Perante a instalação dos aerogeradores, se desenvolveu um movimento de contestação chamado *Vamos Salvar Sortelha*<sup>35</sup>, fundado por moradores locais em 2010 (FIGURAS 05).

Figuras 05 – Conflitos em torno da energia eólica: o caso de Sortelha (Portugal)



Fonte das imagens: <<http://vamosalvarsortelha.blogspot.com/>>. Acesso em: 22 jan. 2020.

A partir do desenvolvimento de diferentes ações de contestação (produção de materiais iconográficos, divulgação de petição pública *online* com o recolhimento de assinaturas contra o empreendimento, etc.), o movimento buscou impedir a instalação dos aerogeradores para salvaguardar a “preservação do património cultural, histórico e arquitetónico”. Como destacam

<sup>35</sup> Endereço do movimento na internet: <<http://vamosalvarsortelha.blogspot.com/>>. Acesso em: 22 jan. 2020.



Delicado et al (2013), o movimento buscou criar contraposições à intrusão visual das eólicas numa paisagem percebida e mobilizada como pastoral, enquanto símbolo da cultura portuguesa. Igualmente, a intrusão visual provocada pelo parque energético passou a ser denunciado como atentatório aos interesses do turismo.

Numa primeira vista, esses debates se apresentam a partir de um conjunto de oposições binárias: ambiente/economia, paisagem/desenvolvimento, natureza/tecnologia. Discussões que parecem colocar as noções de preservação e conservação em oposição à ideia de valorização, melhoria, desenvolvimento (econômico e social). Porém, as linhas de tensão envolvem questões mais complexas, com demandas para a produção de ações de planejamento territorial de forma respeitosa aos valores paisagísticos e socioculturais dos contextos territoriais particulares. São debates que se desenvolvem perante a insatisfação com a sobreposição entre estratégias de planejamento territorial mais amplas e seus impactos no cotidiano dos lugares (DELICADO *et al*, 2013; ALVES, 2001). Conforme Sgard, Fortin e Peyrache-Gadeau (2010), as controversas sobre a instalação de parques eólicos tem pontuado demandas pela qualidade estético-ambiental dos quadros de vida como um elemento essencial do habitar.

Em níveis locais, regionais e nacionais, esses debates também articulam a problemática paisagística com questões colocadas ao desenvolvimento regional, quando as necessidades do desenvolvimento econômico local se encontram com alguns interesses de proteção da natureza, ampliadas globalmente (DELICADO *et al*, 2013; LEIBENATH e OTTO, 2013). Leibenath e Otto (2013) destacam que tais debates ocasionam uma mudança dos significados semânticos da palavra *paisagem* (a partir do vocábulo inglês): *land-scape* passa a ser um objeto de disputa entre grupos preocupados com o planejamento e o design dos ambientes físicos, e dos impactos dessas ações na dinâmica ambiental.

Como destacam Lafaye e Thévenot (1993, p. 495-496), conflitos sobre a contestação de grandes projetos de planejamento territorial e de construção de infraestrutura (caso de alguns dos projetos aqui mencionados) conduzem, muitas vezes, à integração entre as preocupações de questões ambientais com um modo de avaliação de ordem estética. A partir de uma análise sobre as “expressões de desacordos no planejamento da natureza”<sup>36</sup>, tais autores identificaram duas estratégias de engajamento da natureza, considerados enquanto “quadros argumentativos que se referem à um bem comum e que se constituem enquanto retóricas políticas”<sup>37</sup>.

---

<sup>36</sup> No original: « expressions de désaccords dans l'aménagement de la nature ».

<sup>37</sup> No original: « [...] cadres argumentatifs qui se réfèrent à un bien commun et qui constituent donc des rhétoriques politiques ».

De um lado, se observa a evocação de uma relação íntima que os homens locais entretêm com a natureza e as paisagens que lhes movem. São estratégias que conduzem até a mobilização da beleza natural de um sítio e, de forma correlata, contrárias às ameaças que pesam sobre essa beleza. A singularidade da contemplação das paisagens passa a ser compreendida como portadora de um valor com alcance global, necessárias para pensar a condução das intervenções. São abordagens que buscam proteger a natureza e suas particularidades paisagísticas, com mobilizações destas como um *patrimônio* particular, a partir de ligações emocionais positivas (LAFAYE e THÉVENOT, 1993).

Por outro lado, também se observar uma estratégia de defesa que envolve a construção e evocação das expressões de intimidade com a natureza, dos compromissos e ações que aproximam a dinâmica social do ambiente natural. Argumentações que evocam a harmonia da paisagem, fundamentada no diálogo entre a noção de equilíbrio (da argumentação ecológica) com o vocabulário da estética. São mobilizações construídas para defender a qualidade de vida, integrando as preocupações relacionadas à proteção do ambiente com uma justificativa fundada em um *continuum* com as questões ambientais (LAFAYE e THÉVENOT, 1993).

Por fim, podemos observar que os grupos buscam defender seus territórios, assim como suas peculiaridades paisagísticas perante algumas agressões que os ameaçam. De forma regular, costumam reivindicar a preservação de questões locais e que, ao menos no início, recolocam o mundo doméstico como parte da coisa pública, como problema de interesse público. Na medida que defendem um *terroir*, um patrimônio e uma tradição, se opõem a intervenções econômicas e técnicas consideradas como insensíveis, construindo demandas de proteção pública do mundo doméstico visto como ameaçado por intervenções desterritorializadoras e descaracterizadoras das particularidades paisagísticas locais (NOGUÉ, 2014; LATOUR, 1995).

Essas mobilizações são normalmente acusadas como portadoras da “síndrome NIMBY” (*not in my backyard*, em português, “não no meu quintal”): denunciadas como questionamentos egoístas, com interesses restritos para a proteção de interesses privados e incapazes de adotar pontos de vista mais geral, além da defesa de bens particulares (NOGUÉ, 2014; LAFAYE e THÉVENOT, 1993). Em perspectiva próxima, outros críticos consideram que essas ações não deveriam reduzir o debate das transformações paisagísticas ao aspecto estético, considerando mais importantes a mobilização de questões quantificáveis e pragmáticas. Essa corresponde à crítica apresentada por Eriacher (2018), em análises sobre os embates em torno da construção da ponte de Waldschlösschen, no rio Elba, em Dresden (capital da Saxônia, leste da Alemanha).

Em 2003, o Vale do Elba foi inscrito na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO, a partir do conjunto paisagístico e arquitetônico existente no vale de 18km que passa pela cidade

de Dresden. Porém, buscando melhorar o tráfego rodoviário da cidade, a gestão local decidiu construir uma nova ponte, visível a partir do centro histórico da cidade, recebendo a aprovação da população local em um plebiscito de fevereiro de 2005 (ERIACHER, 2018; CABRAL, 2011). Para Eriacher (2018), o debate ocasionado pela construção da ponte se fez a partir da consideração que uma estética da paisagem precisa ser flexível e negociável: novos usos podem indicar a conformação de novas estéticas. Entretanto, Cabral (2011) destaca que o plebiscito foi lançado à população sem deixar claro que a obra poderia implicar a perda do título concedido pela Unesco. Apesar de manifestações contrárias ao projeto, organizadas por grupos de defesa do patrimônio, e do aviso da Unesco que a construção afetaria de forma irreparável a paisagem cultural do Elba, com a inclusão em 2006 do Vale do Elba na Lista do Patrimônio Mundial em Perigo, a gestão local iniciou a construção em 2007. O Comitê da Unesco decidiu retirar o Vale do Elba da Lista do Patrimônio Mundial em 2009, por considerar que o Estado alemão foi incapaz de preservar o valor universal excepcional do bem (CABRAL, 2011).

Apesar dessas críticas, consideramos que as ações expostas que mobilizam argumentos paisagísticos para criar estratégias de defesa dos seus territórios (e suas territorialidades) se apresentam como mobilizações que buscam promover o debate e a constituição da paisagem como um bem comum superior. Frente ao cenário de amplitude mundial onde a paisagem é instrumentalizada em projetos eticamente condenáveis, essas demandas paisagísticas seriam recursos políticos mobilizados para valorizar transformações que respeitem os sentimentos, memórias e vínculos sociais dos grupos com os territórios. Assim, indicam que os processos de mudanças e relações dos grupos com as paisagens precisam estar articuladas às questões éticas: as transformações e formas de gestão precisam respeitar às idiossincrasias paisagísticas, sem delimitar na paisagem fronteiras entre um “nós” e os “outros”. A paisagem precisa ser concebida como um recurso coletivo e comum à toda a sociedade envolvida (LAFAYE e THÉVENOT, 1993; SGARD, 2010).

### **1.3.2 A estética política da paisagem**

A paisagem, na história do pensamento ocidental, corresponde a uma noção associada à criação estética, como um produto e uma representação da cultura. A formulação ocidental da paisagem se fez ao longo de um processo histórico ligado ao desenvolvimento de um conjunto de representações artísticas, como a poesia, a pintura e, mais recentes, a fotografia, o cinema e o desenvolvimento das imagens digitais. A paisagem, como representação, estaria diretamente ligada à condição do visível, do recorte do espaço que se apreende num lance de vista e é visto a partir do olhar de um observador (ROGER, 2000; CAUQUELIN, 2007; MEINING, 2003).

A partir dessa perspectiva visual e estética, a paisagem poderia ser compreendida como um modo de ver enunciado pelos sujeitos participantes das relações sociais. Como um modo de ver, ela é observada a partir de um ponto de vista que recorta o espaço na perspectiva do olhar e expressa um jogo político particular: pode tornar certas fisionomias e significados visíveis, ao mesmo tempo que pode colocar outras na invisibilidade. Assim, a paisagem não seria apenas uma questão de ótica, mas principalmente uma construção social que seleciona o que se convém ver e não ver. Nesse exercício de ver – e de não ver – há a produção de sentidos (significações) construídos na relação com o mundo e que caracterizam a paisagem como um *artefato* estético sociocultural, percebido a partir das possibilidades históricas onde nascem suas representações (BERQUE, 2009; 2012).

Partindo da consideração dessa dinâmica, a segunda problemática que perpassa o atual debate paisagístico se apresenta a partir da vertente política das representações paisagísticas: debates sobre como discursos sobre a paisagem produzem visibilidades, invisibilidades e, de forma correlata, fundamentam projetos de intervenção territorial que contribuem para deixar de fora práticas e agentes sociais vistos como indesejáveis. São debates sobre a estética política da paisagem, intensificados pelo desenvolvimento de grupos que questionam “representações paisagísticas estereotipadas” de seus territórios, buscando construir discursos mais respeitosos sobre suas “paisagens reais” (NOGUÉ, 2014; SOUZA, 2013).

A partir de metodologias diversas, grupos técnicos e científicos, coletivos de moradores, artistas, organizações sociais, etc., têm construído estratégias para se contrapor aos processos de invisibilização socioterritorial que denunciam (SOUZA, 2013; WYLIE, 2007; MITCHELL, 2003; SGARD, 2010), ou para questionar o descompasso entre as *paisagens de referência* e as *paisagens reais* (NOGUÉ, 2014). Se para Lacoste (1995) a paisagem se caracteriza por um deslizamento de escalas que conformam visibilidades, invisibilidades, visões parciais, relativas e deformadas do espaço, o debate da estética política da paisagem busca questionar os processos sociais que contribuem para criar essas invisibilidades e visões deformadas do espaço.

Como destacam Andrade e Terra (2012), se a paisagem é conformada pelos interesses culturais daqueles que as moldam, ela também é, por vezes, formatada a partir dos estereótipos. Neste sentido, o debate paisagístico precisaria envolver uma reflexão sobre os contextos particulares onde os grupos constroem seus espaços e suas narrativas paisagísticas, buscando apreender os processos sociais não-ditos e a forma como são construídos o que é dado ao olhar e o que permanece invisibilizado no “avesso das paisagens” (ANDRADE, TERRA, 2012; DAOU, 2012).

No caso brasileiro, esses debates sobre a estética política da paisagem são amplamente difundidos a partir de uma problemática amplamente difundida: os estereótipos e invisibilidades criados sobre as *favelas*. Desde a década de 1990 foram amplificadas um conjunto de ações que questionam os processos de invisibilização socioterritorial das *favelas* e dos assentamentos populares autoconstruídos, em sua diversidade. São debates que estimulam algumas ações, por exemplo: a criação e/ou ampliação dos *Museus de Favela* e espaços de memória dedicados a grupos sociais ameaçados de remoção/expulsão; a criação de passeios e equipamentos turísticos em favelas e bairros populares; o desenvolvimento de coletivos artístico-culturais responsáveis por produzir produtos audiovisuais, musicais, mapeamentos e discursos culturais que lançam olhares mais respeitosos sobre seus territórios, criando novas imagens *de si e sobre si*; etc.

Há diversos casos sobre a estética política das paisagens de favelas. No Rio de Janeiro, os casos de museus de favelas, tais como: Museu da Favela no Pavão-Pavãozinho e Cantagalo<sup>38</sup>; Museu a Céu Aberto do Morro da Providência e Museu Comunitário da Providência<sup>39</sup>; Museu a Céu Aberto do Cerro-Corá; Museu da Maré<sup>40</sup>; ou ainda o Museu da Rocinha Sanfoka<sup>41</sup>. Em Recife, casos do Museu da Beira da Linha do Coque<sup>42</sup> e o Museu Frei Beda<sup>43</sup>, na Ilha de Deus. Tais museus, a partir de diferentes narrativas, demonstram situações onde grupos de moradores buscam gerenciar suas identidades territoriais e representações paisagísticas, contrapondo-se aos discursos (jornalísticos, estatais, sociais) que consideram sensíveis. A identidade passa a servir como um instrumento que se joga em função de uma finalidade, para alcançar objetivos políticos e sociais determinados (LA CECLA, 2002).

Tais projetos contribuem para desenvolver leituras das expressões territoriais populares como expressões paisagísticas de certo padrão construtivo da cidade, reveladoras de um ato cultural e patrimonial (LACERDA, 2012). Apoiados nas memórias e nas histórias comunitárias, buscam inserir de forma retórica e visual os territórios *favelados* na paisagem urbana hegemônica, a partir do reconhecimento cultural de suas marcas territoriais. Tais paisagens, que antes não eram destacadas, passam a ser consideradas a partir de uma visão estética e julgadas como dignas de serem objetos de representação e composição de uma imagem. O interesse por paisagens que opera na transformação destas em objetos estéticos, provando que esses “objetos” apresentam certa excepcionalidade, destacando seus valores (LACOSTE, 1995).

<sup>38</sup> Museu de Favela (MUF): <https://www.museodefavela.org/>. Acesso em: 22 jan. 2020.

<sup>39</sup> Museu Comunitário da Providência: <https://museumorrodaprovidencia.blogspot.com/>. Acesso em: 22 jan. 2020.

<sup>40</sup> Museu da Maré: <https://www.facebook.com/museudamare/>. Acesso em: 22 jan. 2020.

<sup>41</sup> Museu Sanfoka Rocinha: <https://www.facebook.com/SankofaRocinha/>. Acesso em: 22 jan. 2020.

<sup>42</sup> Museu da Beira da Linha do Coque: <https://museudabeiradalinhadocoqueblog.wordpress.com/>. Acesso em: 22 jan. 2020.

<sup>43</sup> Museu Frei Beda: <http://www.centrosaberviver.org.br/museu-frei-beda-ilha-de-deus/>. Acesso em: 22 jan. 2020.

Igualmente, essas ações questionam os processos políticos que criam invisibilidades aos grupos sociais e aos territórios da favela, que são produzidos a partir de dois processos: a partir de representações que deixam de fora ou retratam os grupos e territórios de forma caricatural (representações seletivas ou retocadas da paisagem, com variação de ângulos, pontos de vista e formas de aproximação); através de intervenções no espaço que objetivam “limpar” a paisagem, com remoção de agentes e práticas tidas como “indesejáveis” ou “enfeidores” (reformatações da paisagem a partir de ações, projetos e intervenções) (SOUZA, 2013).

Os questionamentos e demandas apresentados por esses debates apontam os riscos de aproximação da paisagem com questões de injustiça e violência, a partir de processos que podem ocultar debates sociais na abordagem paisagística, sobretudo nos debates que envolvem a paisagem pelo belo, cênico e patrimônio (MITCHELL, 2003; SGARD, 2010; 2018; CUSTÓDIO, 2012). No Recife, alguns planos construídos pela gestão municipal exemplificam esses riscos. O “Projeto Recife”, por exemplo, um plano desenvolvido pela Prefeitura da Cidade do Recife em 1979, apresentou nas propostas de revitalização do rio Capibaribe a necessidade de remoção das *favelas* localizadas nas margens do rio e no centro da cidade como componente central da política urbana, para beneficiar a “estética da cidade” (COUTINHO, 1989). Mais recentemente, no final da década de 1990, o plano estratégico chamado “Projeto Capital” discutiu os assentamentos autoconstruídos como periferias passíveis de erradicação e remoção, justificadas para estimular uma exploração econômica, turística e paisagística das margens do estuário recifense (BITOUN, 2001; BARBOSA, 2014).

Como destacam Rossi e Vanolo (2012, p. 28-30), representações vistas como ultrajantes aos olhos de atores sociais que questionam seus conteúdos podem ser compreendidas como “táticas discursivas que informam processos de planejamento”<sup>44</sup>: são representações e discursos que tentam impor uma percepção positiva da cidade, excluindo o que parece estar em contraste com as imagens de harmonia e consenso. São representações positivas que desconsideram as expressões dissidentes e, a partir das “ausências propositais de registro, apagamento de populações”, expressam visões de mundo e agendas políticas (BUENO, 2009, p. 232-235).

Portanto, esses debates contemporâneos buscam (re)aproximar o potencial estético da paisagem de suas potencialidades e implicações políticas, a partir da consideração que as lutas políticas também são constituídas pelas contradições presentes no belo, sublime, e pitoresco: a produção de “paisagens belas” na atualidade supõe sempre a presença de um capital cultural que promove práticas de exclusão. Assim, representações paisagísticas devem ser consideradas

---

<sup>44</sup> No original: “*discursive tactics informing the planning processes*”.

como caminhos para acessar mentalidades e refletir sobre os preconceitos socioespaciais e a influência destes na condução de projetos de intervenções sobre os espaços (ZUSMAN, 2008; SOUZA, 2013; BARBOSA, 2014). Conforme Wylie (2007, p. 135), a partir de Derek Gregory:

[...] visual ordering and exhibiting of the world is inseparable from a colonial and imperial imagination in which an informed, rational and enlightened Western observer gazes upon an other simultaneously defined as exotic, irrational and so in need of ordering. [...] the general point, however, is that the confluence of voyaging and visualising can be understood as an imperial discourse ‘precisely because it put in place an inside and an outside a centre and a margin...’<sup>45</sup>

Como acrescenta Sgard (2018), a construção *in situ e in visu* das paisagens podem portar atos de violências e injustiças, tal como o caso destacado em suas análises sobre a construção dos minaretes na Suíça. De acordo com seu relato, em 2009 ocorreu uma votação na Suíça que, por iniciativa popular e com apoio de um partido político populista, decidiu proibir a construção de novos minaretes (a torre mais elevada das mesquitas, local onde são anunciadas as chamadas diárias à oração). A alegação utilizada foi que essas construções descaracterizam a paisagem nacional suíça, utilizando discursos paisagísticos estereotipados sobre a Suíça e a seleção de algumas *paisagens de referência*, para justificar a impossibilidade de integrar os minaretes na paisagem nacional (SGARD, 2018).

Para a autora, tais ações podem ser consideradas enquanto “armas paisagísticas” (*arme paysagère*, no original): ações ou estruturas que “portam intencionalmente um discurso ou atos de violência simbólica e/ou concreta”, apresentando uma “dimensão estética da violência” que cria obstáculos, limites, barreiras e formas de intervenção no território que dificultam/impedem o acesso às paisagens. São situações em que a paisagem, a intervenção sobre a paisagem e/ou a mobilização do argumento paisagístico conformam atos de agressão e destruição do caráter comum e coletivo destas. São armas que podem destruir emblemas patrimoniais e paisagísticos, o valor coletivo e status político desses emblemas (SGARD, 2010; 2018).

Nogué (2014) também destaca que a expansão desses conflitos pode ser observadas a partir do descompasso crescente entre as *paisagens de referência* (arquetípicas, simbólicas, as imagens mais significativas e tradicionalmente representadas) e as *paisagens reais* (percebidas no cotidiano) (NOGUÉ, 2014). Para este autor, cada vez mais as paisagens de referência, bases necessárias para a consolidação das identidades nacionais, se isolam frente o crescente cenário de fragmentação territorial e paisagística da atual sociedade. Esse debate, são especialmente

---

<sup>45</sup> Livre tradução: “[...] a ordenação e exibição visual do mundo são inseparáveis de uma imaginação colonial e imperial, na qual um observador ocidental informado, racional e esclarecido olha um outro simultaneamente definido como exótico, irracional e com necessidade de ordenamento. [...] o ponto geral, no entanto, é que a confluência entre viajar e visualizar pode ser entendida como um discurso imperial, ‘precisamente porque colocou em prática um interior e um exterior, um centro e uma margem...’”

vinculados às transformações das paisagens rurais europeias, cada vez mais vinculados a um processo de transformação e homogeneização das atividades (NOGUÉ I FONT, 2007).

Os debates sobre essas estéticas políticas das paisagens têm sido fortalecidos a partir da expansão no contexto contemporâneo da *civilização da imagem*, onde são criadas uma série de conflitos estéticos e éticos advindos da “mediatização da paisagem real”. Nesse processo, a apreciação estética da paisagem seria cada vez mais condicionada a partir da informação visual, que contribui para criar conflitos e questionamentos ao que se experimenta (a própria vivência da paisagem) (NOGUÉ I FONT, 2007). No cenário urbano imerso numa civilização da imagem que populariza e naturaliza a produção serial de paisagens arquetípicas, a produção e recepção das imagens, discursos e representações se apresentam como um campo de controvérsias e contestações (KALAORA, 1995; NOGUÉ I FONT, 2007; MACIEL, 2012; BARBOSA, 2014).

### 1.3.3 A paisagem entre o desenvolvimento e a defesa dos comuns

Como consequência da definição jurídica dada pela Convenção Europeia da Paisagem, grupos profissionais e políticos, sobretudo na Europa, passaram a estimular um conjunto de debates buscando destacar a necessidade de construir estratégias de gestão mais democráticas e participativas para a paisagem. Se a CEP passou a defender a paisagem como um recurso sociocultural construído por uma coletividade humana, debates subsequentes buscaram estimular a participação direta e coletiva dos atores diretamente vinculados com as paisagens (emblemáticas e ordinárias). Ao considerar a paisagem como um problema de todos, como um recurso que precisa ser gerenciado por toda a coletividade envolvida, a CEP aproximou o debate paisagístico de uma questão ressurgente no debate político: a problemática dos *bens comuns*.

O debate sobre o *comum*, *comuns* ou *bens comuns* não é uma novidade. Essas expressões apresentam uma longa trajetória, vinda desde a Antiguidade, estando presente na legislação de diversos países e nas reflexões de disciplinas como Filosofia, Sociologia e Ciência Política. A ideia do *bem comum* começou a ser desenvolvida a partir das reflexões de Tomás de Aquino (1225-1274) que, a partir da redescoberta de textos de Aristóteles, considerou a existência de bens de que a manutenção e proteção serviriam ao benefício de todos. Conforme suas reflexões, o bem comum envolveria uma relação das partes com o todo, designando uma aspiração e um interesse partilhado que se situa além dos interesses individuais (DARDOT e LAVAL, 2015; KEBIR, NAHRATH e WALLET, 2018).

Na segunda metade do século XX o conceito retornou de forma destacada em algumas análises da economia institucional, a partir do conceito de *common pool resources*, com ênfases ao trabalho amplamente difundido da economista Elinor Ostrom. As reflexões dessa autora



passaram a se centrar sob a dimensão organizacional dos bens, sobretudo nas formas de governo dos recursos (distribuição, uso, manutenção e preservação) e pelo reconhecimento dos grupos locais como atores centrais de sua gestão. A partir de uma perspectiva que escapa, de uma parte, da apropriação privada e mercantilização e, de outra parte, da estatização, o bem comum se apresenta em sua abordagem como, antes de tudo, um dispositivo institucional socialmente construído que permite às coletividades gerenciar de forma comum os recursos compartilhados entre si (BESSE, 2018a; DARDOT e LAVAL, 2015).

Recentemente, a discussão sobre a temática ganhou novos ânimos, estritamente ligado à convocação dos *comuns* dentro do quadro de novas mobilizações cidadãs. Perante a percepção de uma crise ecológica crescente e uma insatisfação com os rumos do modelo capitalista, opera-se uma objetivação, tomada de consciência e mobilização para salvaguardar os valores e bens tidos como universais e fundamentais à sociedade. O *comum* passa então a ser mobilizado como um “agir em comum” descentralizado e resiliente, que busca garantir que os recursos comuns (naturais e humanos/artificiais) sejam acessíveis para todos (não exclusivos) e geridos de forma coletiva (DARDOT e LAVAL, 2015; KEBIR, NAHRATH e WALLET, 2018).

Para Kebir, Nahrath e Wallet (2018, p. 14), se expandem nesse cenário um conjunto de mobilizações coletivas e cidadãs que objetivam garantir a salvaguarda de recursos territoriais e a manutenção de serviços e valores partilhados. Tais iniciativas cidadãs se apropriam da ideia dos comuns por considerá-la como um vetor que favorece um fortalecimento do sentimento de pertencimento, de apropriação e identidade coletiva com o território.

Existem diversas interpretações sobre os termos *comum*, *comuns* e *bens comuns*. Kebir, Nahrath e Wallet (2018) alertam para a dificuldade conceitual que o debate da temática coloca atualmente. Quando se discute os *comuns* em suas diferentes terminologias, a referência pode ser aos objetos de diferentes naturezas (recursos naturais renováveis, artefatos urbanos, recursos imateriais, etc.), mobilizado por coletivos diversos (da pequena associação ou cooperativa de bairro às comunidades virtuais de usuários de plataformas da internet, na escala mundial) e dispositivos de governo (da auto-organização à gestão pública) com contornos elásticos.

Apesar dessas diferenças conceituais e práticas, o debate sobre os comuns no contexto contemporâneo recoloca uma agenda política que compartilha entre diferentes abordagens uma questão central: o debate sobre recursos de uso partilhado, cuja gestão (total ou parcial) precisa ser conduzida por um coletivo ou uma comunidade de usuários considerados ou autodeclarados como legítimos. A conexão se faz a partir da articulação ator-atividade-espço, a partir dos três componentes dos comuns: recursos-governo-comunidade (KEBIR, NAHRATH e WALLET, 2018).

Como destaca Checa-Artasu (2019), os bens comuns podem ser considerados como recursos insubstituíveis (por suas funções e características), cujo acesso não pode ser limitado e o pertencimento deve estar vinculado a uma coletividade que lhe gerencia de forma direta. Assim, sua particularidade centra-se no debate sobre suas características próprias e sobre as formas de governo desses recursos, vinculando-os à uma coletividade que os gerencia de forma comum e direta. Em suas palavras:

Así, ¿qué podemos entender como bien común? De forma somera, es un elemento de uso compartido por un número significativo de personas y sobre el cual se ejerce una gestión, parcial o total, realizada por una comunidad de usuarios legitimados por el carácter común y público de ese bien. Además de ello, el bien común —por su propia esencia— cuestiona el sentido mismo de la propiedad privada, pues se trata de un bien que es difícil de privatizar [...] son recursos tangibles o intangibles de uso compartido por muchos, donde hay dificultades para excluir a alguien de su uso. Otra característica es que un bien común puede ser considerado propio por parte de un colectivo amplio, como una sociedad o una comunidad, que se legitima como poseedor; entonces, puede gestionarlo, en todo o en parte, mediante acuerdos sociales, ya sean normas escritas o no o acuerdos tácitos, para propiciar, precisamente, su uso colectivo, sostenible, equitativo y justo. De igual forma, su carácter de común es un bien que está permeado por la escasez, es decir, se puede acabar el bien común si no se le gestiona bien o si su condición de común se tergiversa en aras de lo privado o si se degrada de forma general por su uso abusivo<sup>46</sup> (CHECA-ARTASU, 2019, p. 62).

Neste sentido, o debate sobre os comuns se relaciona com as estratégias de governo que se desenvolvem para gerenciar um recurso, apresentando assim implicações éticas e morais de largo alcance. Falar em comum corresponde a aceitar que, para cada membro constituinte da coletividade envolvida, existem coobrigações que fundamentam a constituição do coletivo. A problemática do comum envolve uma busca por formas coletivas de autogoverno dos coletivos humanos engajados na ação e corresponde, acima de tudo, a um princípio político que orienta a busca por formas políticas de ação coletiva, um “fazer em comum”, ou “agir em comum” (BESSE, 2018a; KEBIR, NAHRATH e WALLET, 2018).

Neste ponto, convém destacar de que forma o debate paisagístico contemporâneo se aproxima da temática dos comuns. A aproximação ocorre a partir da ampliação dos marcos teóricos da paisagem, que passa de uma análise pontual de certos bens para uma visão sistêmica

---

<sup>46</sup> Livre tradução: “Assim, o que podemos entender como bem comum? De forma breve, é um elemento de uso compartilhado por um número significativo de pessoas e sobre o qual se exerce uma gestão, parcial ou total, realizada por uma comunidade de usuários legitimados pelo caráter comum e público desse bem. Além disso, o bem comum – por sua própria essência – questiona o sentido mesmo da propriedade privada, pois se trata de um bem que é difícil privatizar [...] são recursos tangíveis ou intangíveis, de uso compartilhado por muitos, onde há dificuldades para excluir alguém de seu uso. Outra característica é que um bem comum pode ser considerado próprio por parte de um coletivo amplo, como uma sociedade ou uma comunidade, que se legitima como possuidor; então, pode gerenciá-lo, em todo ou em parte, mediante acordos sociais, sejam normas escritas ou não, o acordos tácitos, para propiciar, precisamente, seu uso coletivo, sustentável, equitativo e justo. De igual forma, seu caráter de comum é um bem que está permeado pela escassez, quer dizer, se pode acabar o bem comum se não lhe gerencia bem, ou se sua condição de comum se deturpa em nome do privado, ou se degrada de forma geral pelo seu uso abusivo”.

(como a abordagem sinalizada pela CEP), onde o recurso (paisagem) passa a ser um elemento chave para discernir problemáticas socioambientais e os conflitos que estes geram. Igualmente, se relaciona com as propostas que recolocam a paisagem como uma questão eminentemente política: a necessidade de garantir o usufruto das necessidades humanas básicas que envolvem-na, a partir da administração das expectativas contraditórias dos habitantes, dos atores sociais, políticos e interesses do mercado, em favor de um uso e gestão coletiva desse recurso (BESSE, 2018b; CHECA-ARTASU, 2019).

Assim, debates que tematizam as paisagens a partir dos comuns buscam destacar os usos atribuídos às paisagens, em conexão com as ameaças sentidas por novas práticas e apropriações indevidas. São análises que centram o debate sobre a gestão e o futuro possíveis às paisagens, tomada como um recurso social, político e coletivo: a problemática paisagística passa a ser debatida e mobilizada nos marcos de uma gestão coletiva, a partir das possibilidades oferecidas ao governo (político, econômico e social) do recurso essencial à dinâmica futura das sociedades (CHECA-ARTASU, 2019; BESSE, 2018a; SGARD, 2018).

São debates que incitam novos questionamentos à organização social e territorial dentro do contexto capitalista-financeiro global, com seus impactos vistos nas expressões paisagísticas da sociedade. São debates vinculados a partir do encontro entre duas dinâmicas: de um lado, a proposição de projetos de infraestruturas com potenciais impactos de transformação territorial e paisagística. Do outro lado, a expansão de ações e experiências insurgentes que demandam estratégias de gestão participativa dos recursos públicos, incluindo a defesa do uso equitativo de diferentes recursos (KEBIR, NAHRATH e WALLET, 2018).

Para Besse (2018a), os debates que aproximam a paisagem da problemática dos comuns usualmente estão associados às experiências que buscam formas de ação coletiva para garantir o usufruto equitativo do meio ambiente e dos quadros imediatos da vida. Esse autor destaca três exemplos de ações: (i) a difusão de jardins partilhados gerenciados por habitantes de um mesmo lugar; (ii) projetos de reapropriação e/ou transformação coletiva de espaços públicos, tais como conjuntos arquitetônicos e espaços urbanos negligenciados, praças e parques; (iii) ações de resistência e movimentos de cidadãos contra grandes projetos de planejamento considerados como prejudiciais ao ambiente ou territorialidades específicas (instalação de infraestruturas para parques energéticos; proposição de estruturas de transporte, como aeroportos e ferrovias; expansão de complexos para o turismo e lazer, dentre outros).

São debates que, a partir do reconhecimento da existência de necessidades humanas e valores (dentre os quais, os paisagísticos) que ultrapassam os direitos da propriedade exclusiva, reivindicam um acesso equitativo e uma gestão específica desses recursos, considerados como

necessidades humanas de primeira ordem, com gestão coletiva e compartilhada. A apropriação do recurso paisagístico sugerida pelo debate dos comuns não envolve o direito de propriedade possuído por um indivíduo, mas sim o acesso ao recurso permitido a partir do pertencimento à uma comunidade de usuários (BESSE, 2018a; KEBIR, NAHRATH e WALLET, 2018).

Nesses debates, o valor atribuído ao recurso residirá menos em seu potencial de troca comercial e mais nas potencialidades dos seus usos, articulando a reivindicação pela resolução de problemas sociais básicos com críticas aos modos de regulação capitalista e experimentações sociais que valorizam a abordagem dos recursos partilhados ou comuns (KEBIR, NAHRATH e WALLET, 2018). Usualmente, esses questionamentos apresentam críticas às propostas de promoção do *desenvolvimento* (local/regional, econômico, sustentável) consideradas danosas, criando estratégias de defesa dos recursos como *bem comum*, ligando-se à uma coletividade humana que considera-os pelos valores tangíveis e intangíveis essenciais à sua sobrevivência.

A percepção de processos de transformação estimula o surgimento desses movimentos sociais que questionam a privatização das paisagens sinalizadas, mobilizando a paisagem como um bem comum vinculado às relações com a terra e o território, sendo essenciais à manutenção de suas culturas e, portanto, um direito vinculado à expressão de suas cidadanias. Conforme destaca Checa-Artasu (2017), o desenvolvimento de megaprojetos para geração de energia elétrica e a proposta de instalação de empreendimentos imobiliários tem possibilitado o desenvolvimento de uma geopolítica em diferentes escalas que, a partir do debate sobre a paisagem, possibilitam a organização de reivindicações pela proteção dos territórios.

Comum a esses casos está a defesa das paisagens percebidas e reivindicadas como bens comuns aos grupos locais ou à humanidade, articulada à crítica ao modelo de desenvolvimento econômico predatório. São movimentos que questionam as mudanças na paisagem originadas pelas forças do mercado e contribuem para pensar as paisagens como parte de suas construções sociais, destacando seus valores imateriais para a sociedade. São mobilizações que chamam a atenção aos aspectos imateriais e questões coletivas e indivisíveis da paisagem. Para Checa-Artasu (2019, p. 65), valorizar a paisagem como um bem comum reflete uma vontade de mudar as atuais condições políticas, econômicas e ambientais do atual contexto social, buscando usar a paisagem como uma ferramenta para denunciar conflitos ambientais e territoriais gerados pelo sistema capitalista, assim como impedir a expropriação do território e da paisagem de realidades concretas.

Apesar de diferentes, tanto do ponto de vista do projeto quanto dos questionamentos construídos, as controvérsias que cercam essas dinâmicas se aproximam, em termos teóricos e políticos, da temática dos comuns: a paisagem como um recurso social, psicológico e político

aos grupos humanos; o interesse central por formular estratégias de gestão coletiva e controlar as apropriações privadas do recurso; a construção de estratégias sustentáveis de intervenção que possibilitem a manutenção dos usos e dos padrões estéticos e paisagísticos locais/regionais (LEIBENATH e OTTO, 2013; GAILING, 2013; BESSE, 2018a).

Para Checa-Artasu (2019), três características fazem da paisagem um bem comum. Em primeira instância, a complexa ambivalência a respeito de quem exerce propriedade sobre a paisagem, que implica relacionar a paisagem com as formas de percepção. Se não há paisagem sem a percepção, esta pode ser particular (ser fruto da percepção específica de cada pessoa) mas também pode ser comum: todos os homens podem perceber e, portanto, ler, entender e assumir a paisagem de formas distintas. Somadas em conjunto, essas percepções convertem-na em um conceito gerenciável no marco de um coletivo. Assim, a paisagem pode ser considerada como um bem comum que não exclui ninguém, já que pode ser percebida por qualquer pessoas e vivenciada de forma tangível e plena. Igualmente, nela podemos encontrar pontos em comum da relação das pessoas com um território, relação esta que tem a ver com a presença de certos valores compartilhados por essa coletividade como próprios (CHECA-ARTASU, 2019, p. 63).

A segunda característica que revela um sentido comum da paisagem corresponde ao seu caráter comunal, visto que essa se relaciona com a identidade de um grupo humano que a cria, a modifica e a fortalece a partir do pertencimento a um território assumido como próprio. Para este autor, a paisagem pode permitir o fortalecimento da identidade de uma comunidade, na medida em que esta considera a paisagem como um bem comum, um valor ou uma ideia que representa e é reflexo de sua comunidade. Por fim, a terceira característica corresponde ao fato de que a paisagem pode ser considerada como um constructo humano que permite conectar o que percebemos com o construído, sendo a leitura desta conexão uma mostra da qualidade da relação do homem com seu meio, sendo a paisagem um reflexo dessa relação e um elemento básico da vida (CHECA-ARTASU, 2019).

Outro esforço de sistematizar essa abordagem da paisagem como um comum pode ser destacado a partir da recente publicação do número especial do *Les Carnets du Paysage*, destacada revista francesa dedicada à paisagem: uma edição nomeada *Paysages em commun* (publicada em 2018), que buscou debater a forma como as paisagens poderiam estabelecer aportes com o debate sobre os recursos comuns. Com coordenação de Jean-Marc Besse, o número temático apresentou a percepção da paisagem como um comum a partir de três níveis:

[...] à un premier niveau, très immédiat, le paysage joue un rôle dans l'expérience sensible, corporelle, physique, que nous faisons du monde. [...] Le paysage correspond à l'ensemble des contacts sensibles (visuels, olfactifs, sonores, tactiles) que nous avons avec le monde environnant. Et la qualité de ces contacts, qui sont au fond des

contacts de type émotionnel (au sens où ils nous  *affectent*), joue un rôle décisif dans ce qu'on peut appeler une "bonne vie" pour les êtres humains. L'expérience sensible des paysages fait partie des biens communs, au sens rigoureux du terme : elle est non exclusive (chacun peut y avoir accès) mais elle est rivale, et donc se pose effectivement la question d'une politique du sensible, c'est-à-dire d'une réflexion sur l'organisation des conditions sensorielles de l'existence collectives et individuelle de l'humanité [...]

À un deuxième niveau, le paysage est impliqué dans la question des biens communs, en tant qu'il est l'expression de l'histoire humaine dans la diversité de ses aspects. On parlera alors des héritages historiques comme des ressources communes (ressources historiques), et le paysage fait partie de ces héritages à préserver et à entretenir (paysage comme patrimoine, mais aussi comme ressource pour le futur). [...]

Enfin, les paysages sont concernés au premier chef par un héritage spécifique, celui des "terres communes", des "communaux", à savoir des terres qui sont accessibles à un usage commun, collectif, même si les usagers ne sont pas les propriétaires de ces terres (droits d'usage) [...] C'est donc défendre et promouvoir des usages non exclusifs et non marchands du paysage<sup>47</sup> (BESSE, 2018a, p. 08-09).

Assim, tais debates buscam estimular uma abordagem da paisagem a partir de três dimensões éticas básicas: i) conceber a paisagem como um bem comum, acessível a todos; ii) considerar a paisagem como um bem a transmitir, de responsabilidade de todos; iii) pensar a paisagem como um bem relevante para o viver juntos e em equidade (SGARD, 2010). Para tal, buscam estimular estratégias de gestão coletiva e participativa do recurso, com implicações éticas e morais de largo alcance.

Destacadas essas questões, iremos agora analisar alguns debates recentes na cidade do Recife onde a temática paisagística se apresenta como um dos temas centrais de controvérsias socioespaciais. Em vínculo ao contexto teórico, político e social destacado nesse capítulo, desde a década de 1990 o debate sobre as transformações das paisagens, a construção de documentos de gestão e o crescimento das demandas paisagísticas expressas por grupos sociais diversos tem aproximado o debate paisagístico das ações de planejamento urbano e territorial.

---

<sup>47</sup> Livre tradução: "[...] em um primeiro nível, muito imediato, a paisagem desempenha um papel na experiência sensível, corporal e física que temos com o mundo. [...] A paisagem corresponde ao conjunto dos contatos sensíveis (visuais, olfativos, sonoros, tácticos) que temos com o mundo circundante. E a qualidade desses contatos, que são basicamente contatos do tipo emocional (no sentido que eles nos *afetam*), desempenham um papel decisivo no que pode ser chamado uma "boa vida" para os seres humanos. A experiência sensível das paisagens faz parte dos bens comuns no sentido rigoroso do termo: ela não é exclusiva (todos podem ter acesso a ela) mas é rival e, portanto, se coloca efetivamente a questão de uma política do sensível, quer dizer, uma reflexão sobre a organização das condições sensoriais da existência coletiva e individual da humanidade [...] Em um segundo nível, a paisagem está implicada na questão dos bens comuns na medida que ela é a expressão da história humana na diversidade de seus aspectos. Falaremos das heranças históricas como recursos comuns (recursos históricos) e a paisagem faz parte dessas heranças a preservar e conservar (paisagem como patrimônio, mas também como recurso para o futuro) [...] Enfim, as paisagens são vinculadas, em primeiro lugar, com um patrimônio específico, o de "terras comuns", dos "comunais", ou seja, de terras que são acessíveis para um uso comum, coletivo, mesmo se os usuários não são os proprietários dessas terras (direitos de uso) [...] Trata-se, portanto, de defender e promover usos não exclusivos e não comerciais da paisagem".

## **CAPÍTULO 02**

---

### **O MUNDO DAS ÁGUAS: A GEOGRAFIA POLÍTICA DA PAISAGEM RECIFENSE**

Como destacado na apresentação dessa tese, não é de hoje que nossas pesquisas buscam analisar a dinâmica política das paisagens do estuário recifense. Ao longo de uma trajetória de pesquisas, pudemos constatar que o estuário do centro histórico-geográfico do Recife encontra-se envolvido em uma geografia política da paisagem, ligada aos diferentes usos, representações, discursos e projetos de intervenção expressos por sujeitos enunciadoreis diversos, que expõem seus modos de ver e planos de ação sobre suas paisagens (BARBOSA, 2012, 2014).

Buscando seguir esse percurso científico, interessa-nos agora apreender de que forma a paisagem se transforma em um objeto ligado à ação, quer seja como uma questão de interesse do Estado e do mercado imobiliário ou como um recurso político mobilizado por grupos sociais envolvidos nas controvérsias do planejamento urbano. Neste capítulo, iremos discutir algumas particularidades sociais, políticas e espaciais que justificam a emergência da atualidade política da paisagem na cidade do Recife.

De início, precisamos reconhecer que o protagonismo político do conceito de paisagem não é uma novidade ao contexto urbano recifense. Em análise sobre as “sínteses interpretativas do Recife”, o geógrafo Jan Bitoun destacou que a noção de paisagem, a partir da inspiração da abordagem de Vidal de La Blache<sup>48</sup>, corresponde a um dos marcos teóricos fundamentais para a produção de interpretações sobre o Recife e para as interrogações dos planejadores urbanos<sup>49</sup>. Essa tradição do pensamento urbanístico se fortaleceu localmente na década de 1950, com uma leitura da paisagem que inter-relaciona as ações dos grupos humanos com os condicionantes naturais, numa abordagem morfofuncional (BITOUN, 1994).

O nascimento de análises paisagísticas como base de compreensão do Recife vincula-se, dentre outros, aos escritos de Josué de Castro. Em seus textos, esse autor defendeu o “estudo da natureza ecológica da paisagem urbana do Recife”, a partir de análises sobre as influências exercidas pelos aspectos naturais do sítio frente aos fatores de localização da cidade (CASTRO, 1948; 1966). Para tal, propôs leituras da paisagem a partir do entrelaçamento entre natureza e cultura como aspectos primordiais da localização, desenvolvimento e diferenciação funcional da cidade do Recife. Essas leituras vinculam-se aos estudos geográficos clássicos, com análises

---

<sup>48</sup> A abordagem *vidalina* está associada com uma ideia da paisagem que aproxima os modos de vida tradicionais e relações homem/natureza, compreendendo a paisagem como o resultado da relação da sociedade com seu meio (RIBEIRO, 2007).

<sup>49</sup> Jan Bitoun analisou nessas sínteses interpretativas as obras de Josué de Castro, Mário Lacerda de Melo e Manuel Correia de Andrade, incluindo também o livro *Sobrados e Mucambos* de Gilberto Freyre. Segundo este autor, os conceitos “âncoras” que se destacaram na produção geográfica sobre o Recife são a paisagem urbana, a construção histórica da cidade e as relações cidade-campo no quadro da região Nordeste. Em sua análise, tais produções não foram desvinculadas dos movimentos das ideias, das coisas e das estratégias, e se relacionaram com concepções do urbanismo, do planejamento e do desenvolvimento urbano e regional (BITOUN, 1994).



sobre o sítio, a posição e os processos de ocupação social (CASTRO, 1966; FIGUEIREDO e ARAÚJO, 2012).

Os estudos de Josué de Castro ainda são influentes na ciência e no cenário cultural local, mas também podemos observar algumas análises renovadas sobre a paisagem urbana recifense. Há estudos que se ampliam sobre a dimensão político-cultural das representações sociais e identidades atribuídas aos espaços públicos e paisagens da cidade (BITOUN, 1993a; ARRAIS, 2004; MACIEL, 2005; ARAÚJO, 2007). Igualmente, há análises sobre as conexões entre as retóricas paisagísticas, os desígnios dos gestores urbanos e os processos de transformação da cidade (VERAS, 2014; MACIEL, 2005; MACIEL e BARBOSA, 2013; BITOUN, 2000).

Vale reforçar que muitos desses estudos que analisam a paisagem recifense centram suas análises sobre a planície estuarina onde está localizado o centro histórico-geográfico da cidade. Embora a planície represente uma pequena parte da superfície da cidade – 10% da superfície municipal corresponde a corpos d'água, 20% de planícies e mais de 60% são de áreas de colinas (morros) – os rios, mangues, pontes e demais morfologias do estuário são consideradas como importantes marcos coletivos da cidade, concentrando várias análises científicas, artísticas e midiáticas (MACIEL, 2005). Na planície estuarina, existem dois conjuntos ambientais que se articulam: o *estuário norte*, onde termina o percurso dos rios Capibaribe e Beberibe, e o *estuário sul*, ponto final dos rios Tejipió, Jordão e braço sul do Capibaribe. O estuário norte corresponde ao complexo ambiental que se expande entre o centro histórico-geográfico da cidade até a divisa com a cidade de Olinda. Nesse ambiente se expandiu a urbanização formal desde o século XVI, moldura líquida dos tradicionais postais da cidade do Recife.

O estuário sul, objeto de nossa análise, corresponde ao ambiente situado entre o centro histórico-geográfico e a zona sul do Recife. Muito embora esteja localizado ao lado do centro histórico, essa região apresentou uma ocupação mais demorada, devido as particularidades do seu sítio geográfico. Até o início do século XX, apresentava predominantemente um perfil de moradores populares (pescadores, trabalhadores do porto, empregados domésticos), usualmente habitantes de casas de palha na beira da praia e dentro da maré (ARAÚJO, 2007). Atualmente, esse estuário sul corresponde a um dos territórios do Recife com mais forte disputa territorial. Buscando compreender os fatores que justificam o processo contemporâneo de transformação (urbanística, territorial e paisagística), buscaremos analisar neste capítulo as particularidades que permitem a emergência desse processo de disputa, centrando a análise a partir dos conflitos que envolvem a transformação de sua paisagem.

Nos tópicos a seguir buscaremos apresentar o processo histórico de transformação desse *estuário sul*. Para tal, selecionamos dois recortes temporais, através de uma abordagem social

e não-linear da história: primeiro, o período que se inicia na metade do século XIX e vai até a metade do século XX, onde o estuário sul vai se transformando de um espaço desprestigiado e mal afamado para uma nova zona de expansão urbana da cidade. Em nossa análise, os processos observados nesse transcurso temporal apresentam conexões com as problemáticas paisagísticas atuais: foi nesse período em que, ao mesmo tempo, se intensificou a fama negativa do estuário sul e começou a expansão da urbanização recifense para a zona sul. O segundo período corresponde ao contexto iniciado na década de 1990, onde se observa a ampliação de projetos de renovação urbana e o estímulo ao desenvolvimento de uma paisagem verticalizada fora do contexto prévio (histórico e territorial).

Escolhemos tais sequências temporais pois acreditamos que nesses transcurtos podemos encontrar algumas raízes políticas e culturais dos conflitos urbanos observados no presente. Em nossa consideração, a atual proposição de novas cortinas paisagísticas (prédios altivos, ações de consumo estético, requalificações urbanísticas, etc.), vinculam-se à emergência do conflito cognitivo mais amplo, onde uma paisagem (uma razão paisagística) almeja substituir outra, com a expansão do consumo estético e mercantil das paisagens que almeja suplantar as marcas e matrizes do passado favelizado desse recorte territorial.

## **2.1 As marés escondidas**

Caracterizada por Gilberto Freyre como uma “cidade quase-ilha ou quase-arquipélago, levantada entre a água do mar e a mata tropical” (FREYRE, 2007, p. 75), o Recife tem nas suas paisagens estuarinas um conjunto de metonímias geográficas, como destaca Maciel (2005, p. 11): são importantes marcos para representar a alma coletiva da cidade que contribuem para a construção de um “ideal recifense” de “confluência” da vida social, da natureza e organização física do meio urbano.

Como destacam Bezerra e Melo (2014), os rios contribuíram para a formação e expansão da cidade, desenvolvida sobre ilhas e terras ladeadas por áreas alagadiças, conquistadas dos rios e dos mangues, com traçado urbano condicionado pelas dinâmicas do sítio fluvial (BEZERRA e MELO, 2014). Igualmente, esses rios, destacando-se o Capibaribe e o Beberibe, contribuíram ao desenvolvimento da cidade como importantes suportes às atividades econômicas, auxiliando no desenvolvimento da cultura canavieira e escoamento das cargas de açúcar locais.

Entretanto, se as relações com as águas foram importantes ao processo de construção do espaço urbano recifense, nem sempre a relação entre a água e a cidade foram valorizadas como dimensões associadas no cotidiano da cidade. Conforme Castilho (2014), a partir da segunda metade do século XIX se expandiu um processo de negação da natureza da/na cidade que

contribuiu para afastar a cidade da urbanização formal das águas fluviais da cidade. Ao mesmo tempo, ao longo dos séculos XIX e XX, algumas margens dos rios da cidade se conformaram como espaços ocupados por uma população mais pobre, que passou a construir suas habitações dentro dos “terrenos da maré”. Outrora deixados de lado pela ocupação formal, na atualidade, sobretudo a partir da década de 1990, podemos observar a formação de uma nova *geopolítica* interna em torno da reocupação desses terrenos situados nas margens dos rios e mangues: um processo de reocupação pela população com rendas mais altas, a partir de interesses renovados e mercantis pelas margens líquidas para fins imobiliário-financeiros (CASTILHO, 2014).

O debate sobre a transformação e reapropriação dessas margens pelo setor imobiliário encontra-se no centro do jogo político e democrático contemporâneo. Na cena pública, retóricas paisagísticas sobre os ambientes estuarinos têm sido construídas com intenções radicalmente opostas: para uns, tais paisagens são as expressões de valores históricos e culturais basilares da formação, ocupação e convivência dos grupos locais com o sítio natural. Assim, seria necessário valorizar a conservação e preservação dessas paisagens para construir “horizontes consensuais” para um Recife habitável e plural. Essas intenções são apresentadas, por exemplo, por grupos de cidadãos que demandam a valorização de territorialidades históricas e a patrimonialização de panoramas paisagísticos. Para outros, esses recortes paisagísticos são considerados como detentores de um valor econômico e um valor de uso, essenciais para a expansão de projetos de consumo estético, para o desenvolvimento de grandes empreendimentos de turismo e lazer. Tais paisagens são interpretadas como signos de *status* e peças de uma identidade “diferenciada”.

Em nossa interpretação, um primeiro fator que pode ajudar a compreender a emergência desses embates atuais corresponde a uma questão apresentada por Gilberto Freyre: o histórico contraste do espaço social recifense, expresso a partir da oposição entre os solos enxutos e solos alagados<sup>50</sup> (FREYRE, 2006, p. 350-351). No Recife, devido as condições topográficas do sítio, a configuração espacial e ecológica da cidade seguiu um rumo particular: nos terrenos enxutos (as ilhas do centro e a planície continental) se instalaram as habitações da elite socioeconômica (os sobrados). Nos solos molhados, áreas de risco sanitário e geológico (as beiras de rios e zonas de mangues) se instalaram os assentamentos populares autoconstruídos (mocambos).

---

<sup>50</sup> Segundo Gilberto Freyre, esses antagonismos podem ser compreendidos a partir da observação de alguns fatores: a derrocada do sistema econômico e social da casa-grande-senzala, que rompeu os equilíbrios outrora mantidos à sombra dos engenhos de açúcar; o rápido processo de urbanização brasileiro, que fez o Recife transbordar além da *quase-ilha* do Recife antigo, via aterros e ocupação das zonas de mangues; as condições particulares da topografia e do solo recifense, que impunham outros rumos à configuração espacial e ecológica da cidade. No Recife, essa dinâmica foi diferente de outras cidades coloniais brasileiras, como Rio de Janeiro e Salvador, onde os morros foram, de início, os espaços aristocráticos por excelência e os contrastes sociais urbanos se estabeleceram a partir da oposição alto (morros) vs baixo (planícies) (FREYRE, 2006, p. 269-379).

Perante tal geografia histórica local, o *estuário sul* se conformou como uma expressão urbana bastante expressiva desse contraste do espaço social recifense. Outrora, esse ambiente foi um estuário em forma de arquipélago com forte presença de mangues, o que contribuiu para deixar esse espaço inacessível e desprezado como ambiente de residência para os grupos mais abastados do Recife (SILVA, 2008; BARBOSA, 2014). Conforme destaca Andrade (2019), são espaços que, por estarem diretamente ligados às dinâmicas ambientais da maré, permaneceram até a metade do século XX atrelados às estruturas de significação *anti-mangue*: a rejeição desses espaços nos planos urbanístico, estético e ambiental, influenciando desde o século XIX na construção de políticas públicas que almejavam arrancar os mangues das vistas da cidade.

Dentre os séculos XVI e XIX, graças a posição estratégica do ponto de vista militar e econômico, a região abrigou especialmente um conjunto de equipamentos militares, comerciais, portuários e pequenos sítios e fazendas. As primeiras formas de ocupações habitacionais mais densas nesse estuário sul começaram a se firmar apenas nos primórdios do século XVII, a partir dos povoados de pescadores e criadores de gado que se fixaram na Ilha do Nogueira (uma das seis ilhas aterradas na formação do bairro do Pina) (ARAÚJO, 2007; BEZERRA, 2000).

Analistas destacam que até a primeira metade do século XX a ocupação residencial do estuário sul representou um local de retiro, refúgio e esconderijo para um conjunto de habitantes pobres (como pescadores, trabalhadores do porto, empregados domésticos, etc.), migrantes do latifúndio da cana-de-açúcar e fugidos das secas sertanejas (ARAÚJO, 2007; BEZERRA, 2000; CASTRO, J., 2010; SILVA, 2008). Esses grupos eram usualmente habitantes de casas de palha na beira da praia e dentro da maré (os mocambos), o que possibilitou o estabelecimento de uma paisagem particular na cidade do Recife. Conforme Araújo (2007, p. 56):

A paisagem singular que se edificou ao longo da linha da costa, desde o século XVI permanecendo quase inalterada até a segunda metade do XX, paisagem furta-cor, matizada de verdes, brancos e azuis, materializava todo um processo histórico de povoamento e ocupação do litoral. Sob a aparência de territórios do vazio, de terras sem dono e sem lei, escondiam-se formas particulares de exploração econômica, de propriedade e posse do espaço litorâneo, há muito solidificadas. Formas essas que criaram condições para a existência de camadas sociais ligadas à pequena lavoura e à pesca: jangadeiros e pescadores livres e escravos, sítiantes e rendeiros, proprietários de terra, de currais de peixe e embarcações (ARAÚJO, 2007, p. 56).

Ao menos desde o início do século XVIII essa região correspondia a uma das principais zonas de expansão das casas precárias nos *terrenos molhados* do estuário. A expansão dessas casas populares foi narrada em diversos registros, especialmente pelos viajantes estrangeiros que vieram ao Recife a partir do século XVIII. O francês Tollenare corresponde a um dos

primeiros viajantes que relatou essas habitações e os processos de transformação da época<sup>51</sup>. Ele escreveu um diário com relatos sobre sua viagem de Portugal ao Brasil entre 1816 à 1818, publicado no livro *Notas Dominicæes*. Tollenare registrou um conjunto de “*habitações miseráveis*” dentro dos mangues e “*miseráveis palhoças, de cabanas de taipa ou de folhagem*”, assim como “*cabanas feitas de folhagem, nas quaes habitam mulatos e negros livres*” (TOLLENARE, 1905, p. 40-59). Essas casas foram vistas no passeio que Tollenare realizou pelo estuário do rio Capibaribe, no caminho de São José à Afogados e na saída sul da ilha de Santo Antônio, indo ao povoado de Boa Viagem (TOLLENARE, 1905; HALLEY, 2017). São casas que estariam localizadas onde hoje encontram-se os bairros de Afogados e Coque, bairros onde ainda persistem algumas habitações precárias.

Um século depois, no prefácio para o romance *Homens e Caranguejos*, o geógrafo Josué de Castro fez relato semelhante. Ao discutir um dos temas centrais de suas análises políticas e científicas – o fenômeno da fome – o autor revela que este drama lhe foi revelado durante sua infância, nas zonas dos mangues, “nos bairros miseráveis da cidade do Recife: Afogados, Pina, Santo Amaro, Ilha do Leite” (CASTRO, 2010, p. 10). Através de uma *abordagem clínica e ecológica* da cidade, Josué de Castro apresentou a leitura dessas habitações como expressões da convivência e adaptação dessa população pobre ao habitat urbano.

Na abordagem desse autor, os mocambos (e os bairros que surgiram dos aglomerados de mocambos) se apresentam como o símbolo físico da convivência espacial e relação causal entre os homens (que viviam/vivem nos mangues) com a diversidade da “fauna da lama” (CASTRO, 2006; MELO FILHO, 2003). Emblemas da miséria e desigualdade social da cidade, mas também, lugar de referência identitária e simbólica dos moradores, como se a identificação da cidade com o mangue correspondesse ao processo de identificação dos *mocambeiros* com seu local de moradia (NETA, 2007; BARBOSA, 2012). Uma relação causal homens-mangues-caranguejos que ratificaria que essas áreas alagadas, e os territórios formados a partir delas, são partes do substrato original da cidade e de sua paisagem urbana (BEZERRA, 2000).

Símbolos da desigualdade social e do rápido processo de urbanização, essas habitações podem ser compreendidas como o resultado do encontro entre duas expressões urbanas: de um lado, a idealização e expansão da *Veneza Americana* no centro insular do Recife, conectada ao processo de expansão do porto e atuação destacada da elite político-econômica açucareira. Do

---

<sup>51</sup> Louis-François Tollenare corresponde a um dos principais nomes vinculados a nomeada *literatura de viagem*, que agrupa um conjunto de relatos e crônicas de viajantes (profissionais ou aventureiros) que descreveram a realidade do Brasil dentre os séculos XVI e XIX. Outros nomes importantes vinculados a esse gênero literário correspondem à Pero Vaz de Caminha, Henry Coster e Maria Graham, por exemplo.

outro lado, o rápido avanço da *Mucambópolis* na periferia imediata do estuário e dos sobrados da elite socioeconômica (FREYRE, 2006; CASTRO, 2010; ARRAIS, 2004; HALLEY, 2017).

A *Veneza Americana* corresponde ao nome turístico dado ao Recife da “cidade-insular” e dos bairros do centro histórico-geográfico: o “bairro-porto” do Recife Antigo e os “bairros-ilhas” de Santo Antônio e São José, propagados como as paisagens emblemáticas da cidade, emolduradas pelas águas do Capibaribe e Beberibe (HALLEY, 2017; VERAS, 2014). Assim, corresponde à expressão retórica das intervenções modernizantes que se expandiram a partir da segunda metade do século XIX, cuja *cidade-Veneza* assumiu o papel ideológico representativo da modernidade que o Recife almejava alcançar<sup>52</sup>.

A *Mucambópolis*, por sua vez, corresponde ao topônimo atribuído entre fins do século XIX e metade do século XX para caracterizar o Recife perante a intensificação da ocupação das áreas de mangues e das beiras dos rios por famílias pobres, que chegavam à cidade fugindo da seca do sertão nordestino e das zonas de produção latifundiária de cana-de-açúcar. Como muitas das pessoas passaram a residir nos *mocambos*, a denominação passou a ser atribuída ao conjunto das moradias em expansão nos locais menos valorizados da cidade (alagados, mangues e terras de maré), historicamente opostas aos sobrados das elites (CASTRO, 2010; FIGUEIREDO e ARAÚJO, 2012; MELO, 1978; LIRA, 1994).

Essas habitações podiam ser encontradas em várias regiões da cidade, sendo o estuário sul um dos pontos de concentração de tais residências. Conforme destacam diversos relatos, as zonas de *mocambos* podiam ser encontradas nas freguesias de Afogados, Cabanga e Pina, partes constituintes da região que consideramos nessa pesquisa. Seguem alguns desses relatos:

“Sendo como todos sabem a Cabanga um lugar imundo, que por suas circunstâncias particulares oferece um largo campo de devastação à epidemia reinante (...). Casas de palha mal arejadas, pequenas, infectas que são habitadas por dez e doze pessoas pouco propensas ao asseio, que se alimentam das piores substâncias, que não tem o menor cuidado com a sua saúde (...)” (Diário de Pernambuco, 27/02/1856, In: LIRA, 1998).

“Afogados”, “Pina”, “Santo Amaro”, zonas dos mangues, dos “*mocambos*”, dos operários, dos sem profissão, dos inadaptados, dos que desceram do sertão na fome e não puderam vencer na cidade, dos rebelados e dos conformados – dos vencidos. Zona dos “*mocambos*”. Cidade aquática, com casas de barro batido a sopapo, telhados de capim, de palha e de fôlhas de flandres. Cumbucas negras boiando nas águas. *Mocambos* – verdadeira senzala remanescente fracionada em torno às Casas Grandes da Veneza Americana (CASTRO, 1968, p. 15).

Alguns dados estatísticos reforçam essa realidade: conforme o censo de 1913, mais de 40% dos domicílios na cidade do Recife eram *mocambos*. Na década de 1930, os *mocambos* já

---

<sup>52</sup> O termo *Veneza Americana* foi atribuído pelo poeta Gonçalves Dias no século XIX, a partir de versos do poema *Tabira*: “Salve, terra formosa, ó Pernambuco. Veneza Americana, transportada boiante sobre as águas!”. Sua visão ufanista foi rapidamente utilizada pelas elites políticas e econômicas locais para idealizar e reproduzir uma forma imaginária à cidade, na busca por uma “europeização” do espaço da capital de Pernambuco (HALLEY, 2017).

totalizavam metade das habitações do Recife: a cidade abrigava em 1931/32 23.869 habitações *normais* e 23.210 consideradas como *mocambos*. No Censo dos Mocambos de 1939 foram registrados mais de 60% de mocambos entre os domicílios da cidade. No ano de 1946, 230 mil dos 700 mil habitantes do Recife viviam em mocambos (CASTRO, 2006; 2010; LIRA, 1994).

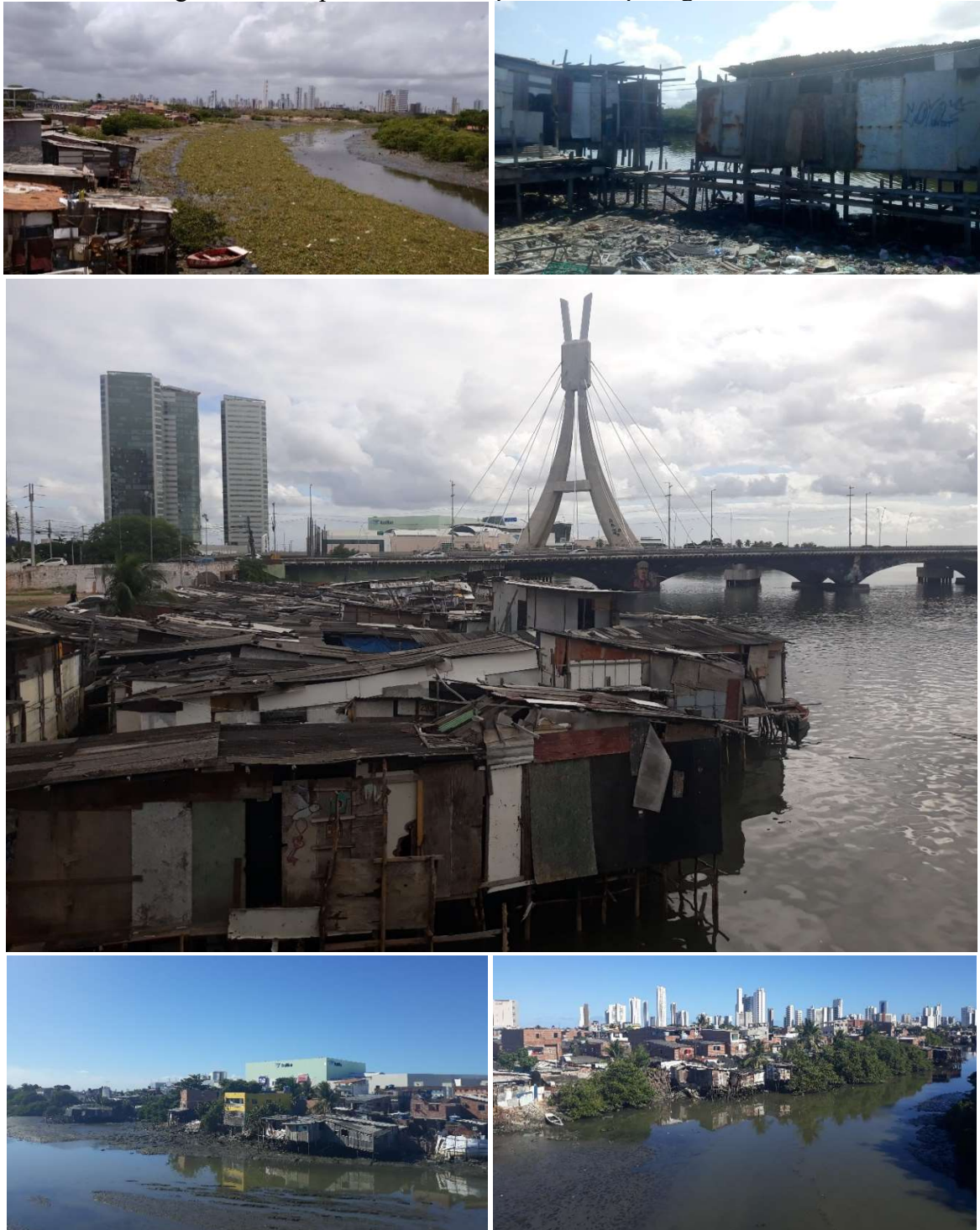
Conforme apresenta Andrade (2019), os mangues (e as habitações presentes nesses) que eram abundantes no Centro do Recife, na região de Santo Amaro e do Pina, foram fortemente removidos na virada do século XIX para o XX a partir da articulação entre duas questões: de um lado, ações que visavam garantir a salubridade do centro urbano do Recife, a partir do discurso que via os mangues como portadores de potenciais prejuízos à saúde. Por outro lado, ações que visavam melhorar a estética da cidade, considerando os mocambos (e os manguezais) como expressões urbanas que enfeavam a cidade, como um mal à cidade no plano estético.

Como destaca Castro (2006, p. 124), esses habitantes ficavam “plantados nos mangues e nos arredores da verdadeira cidade”, nas regiões de Afogados, Pina, Várzea, Poço da Panela, Graças e margens do rio Beberibe, ocupando sítios, terrenos nos mangues e espaços de maré. Assim, os bairros vinculados à nossa pesquisa fazem parte da dinâmica histórica de expansão dessa *Mucambópolis*, permanecendo como parte dessa paisagem anfíbia do Recife até pelo menos a década de 1920, quando começou um lento processo de transformação e expansão imobiliária (ARAÚJO, 2007). Porém, ainda hoje as heranças dessas habitações são visíveis na paisagem, como o caso representado pelas palafitas (Figuras 06).

Neste ponto, faz-se necessário esclarecer as razões que nos estimulam a aproximar os conflitos paisagísticos contemporâneos dessa dinâmica histórica e social. Primeiro, ao destacar ligações históricas com a *Mucambópolis* não buscamos romantizar ou reforçar visões negativas sobre os territórios contemporâneos, mas destacar que o processo histórico de construção desses espaços informa uma expressão urbanística, identitária e paisagística particular. A partir do reconhecimento dos valores históricos e sociais desse processo, podemos discutir intervenções interessadas no incremento da qualidade de vida, no reconhecimento dos valores patrimoniais e, em conexão, da participação implicada dos grupos que convivem com esses ambientes.

Se o estuário sul apresentava essa configuração territorial e paisagística até as primeiras décadas do século XX, ela começou a ser transformada a partir de dois fatores que estimularam a renovação desses espaços: primeiro, a partir da década de 1840 começam a ser planejadas um conjunto de obras públicas e ações dinamizadoras para expandir a urbanização recifense à zona sul. Segundo, através do estímulo das obras, começam a chegar novos habitantes ao litoral sul, que passa a se consagrar como um espaço dinâmico e em valorização (no plano simbólico e imobiliário).

Figuras 06 – A persistência das palafitas na paisagem recifense



06a (de cima para baixo, da esquerda para a direita) – Palafitas localizadas no braço sul do rio Capibaribe, entre o Coque (Ilha de Joana Bezerra) e Afogados. Fonte: Foto do autor. Janeiro de 2017.

06b – Palafitas nas margens do braço sul do rio Capibaribe, Coque (Ilha Joana Bezerra). Fonte: Roberta K. F. da Silva, março de 2018.

06c – Palafitas localizadas entre as pontes do Pina, na entrada da zona sul. Ao fundo, se observa o viaduto onde começa a Via Mangue e o Shopping RioMar e suas torres empresariais. Fonte: Foto do autor. Julho de 2019.

06d – Palafitas atrás do Shopping RioMar. Fonte: Foto do autor. Janeiro de 2020.

06e – Palafitas da comunidade do Bode (Pina). Fonte: Foto do autor. Janeiro de 2020.

Conforme destaca Arrais (2004), a mudança na fisionomia e estrutura urbanas do Recife começou a se estruturar de forma mais intensa na gestão do prefeito Francisco do Rego Barros



(1837 – 1844). Durante essa administração, desenvolveram-se ações calcadas na racionalidade técnica e na transformação das materialidades urbanas, assim como a tentativa de moldar novos valores, novos costumes de ordem pública, de salubridade e de civilidade. Foi com a chegada de engenheiros, técnicos e operários europeus contratados nessa gestão que foram planejadas e/ou começaram um conjunto de obras *modernizantes e civilizatórias* para expansão da cidade, tais como: a modernização do porto, iniciada em 1849 e intensificadas na gestão do prefeito Sérgio Loreto (1922-1926); a construção da ponte do Pina, das avenidas Herculano Bandeira e Beira-Mar (para ligação da cidade do Recife ao crescente povoado de Boa Viagem, na zona sul), a implantação do Sistema de Esgotamento da Cidade, concluídas em 1924, dentre outras (ARRAIS, 2004; ARAÚJO, 2007; SILVA, 2008). Esse conjunto de obras:

[...] [também] incluíam a tapagem da passagem da Barreta no molhe de pedras naturais, e a construção de um dique para defesa e junção da ilha do Nogueira à linha de recifes, proximamente disposta e, também, para obter uma maior profundidade nas águas do estuário e permitir a circulação de embarcações de maiores proporções. Com a intervenção, os pescadores viram-se privados de passagem que lhes dava acesso ao mar de fora e, conseqüentemente, tiveram que mudar a rota da pesca. Adotaram uma outra saída, a barretinha, que ficava um pouco mais ao sul, em frente ao pontal do Pina. Muitos pescadores, então, homens livres e pobres, mudaram-se para as proximidades do pontal, apossando-se dos terrenos alagados próximos aos mangues, charcos e camboas, ou dos chãos arenosos da praia onde suas palhoças eram erguidas (ARAÚJO, 2007, p. 443).

Essas obras se intensificaram com a chegada do século XX, quando ocorre a construção da ponte do Pina (na época, *Ponte do Saneamento*), durante o governo de Sérgio Loreto (1922-1926). Para Bezerra (2000), a realização dessas obras, em conexão com a implementação do sistema de transporte, permitiu a expansão da cidade além da *quase-ilha do Recife*. Ademais, um conjunto particular de obras apresentou um impacto decisivo na transformação (simbólica e material) dessa região: a instalação de equipamentos urbanos com teor médico e sanitário.

A partir da influência da medicina social, calcadas pelos paradigmas da salubridade e higienização, o estuário sul (sobretudo a região da Bacia do Pina) foi o espaço escolhido para receber as obras de saneamento, conectadas ao processo de modernização do centro recifense. Duas obras merecem destaque: a construção do Lazareto<sup>53</sup> (hospital para tratamento de escravos doentes) na ilha do Nogueira (uma das ilhas aterrada na formação do atual bairro do Pina), em 1843; a instalação da estação de tratamento de esgotos no Pina, conectada à nova rede de esgotamento sanitário da capital. Esses equipamentos atribuíram um sentido higiênico-sanitário

<sup>53</sup> Conforme destaca Bezerra (2000, p. 110-111), o lazareto foi um hospital vinculado à Santa Casa de Misericórdia que, nos tempos de epidemia de cólera, destinava-se a abrigar em quarentena os grupos africanos e demais viajantes oriundos da Europa. Esse Lazareto, que passou a ser conhecido como *Hospital da Bubônica*, também deu guarida aos doentes durante a epidemia de febre amarela e aos mendigos migrantes das secas do Nordeste. O hospital foi desativado por ocasião das obras de saneamento e abastecimento d'água projetado por Saturnino de Brito.

ao estuário do Pina, com repercussões na percepção social, presente e futura, da área (ARAÚJO, 2007, p. 444). Nas palavras de Araújo (2007, p. 446-447):

As obras de implantação da nova rede de saneamento foram iniciadas em 1910, e, no ano seguinte, os canos de esgoto atravessavam as terras da ilha e avançavam em direção ao mar. Em 1915, a construção da rede de esgoto estava concluída. O Recife, considerado em seus bairros centrais e nos lugares de morada da gente de posse, passava a contar com um serviço de saneamento dos mais modernos e eficazes do país. Quanto ao Pina, não lhe coube a mesma sorte. Área que se firmava crescentemente como lugar de morada de trabalhadores pobres e miseráveis, de cor escura, quase sempre – pescadores, trabalhadores nas obras do porto, operários, lavadeiras, empregados domésticos, biscateiros, retirantes das secas do sertão, gente expropriada e expulsa das terras de usina –, o Pina não foi contemplado com o serviço de esgoto. [...] Ficou desprestigiada, mal afamada, em decorrência de suas águas oceânicas haverem sido escolhidas para receber o derrame final da matéria esgotada.

Junto dessas obras, outro fator contribui com o processo de dinamização da zona sul do Recife: a difusão dos *banhos salgados* e dos usos públicos das praias oceânicas. Até o final do século XIX, os banhos públicos difundidos na cidade eram de rio, especialmente no Capibaribe: banhos com motivação higiênico-sanitária, em trechos pouco ou nada habitados, nos arrabaldes da cidade. Esses fatores contribuíram para a intensificação da ocupação e transformação dos espaços da zona sul do Recife que, segundo Silva (2008, p. 33), se deu entre as décadas de 1910 e 1930, a partir da fixação de moradias em áreas com terra firme, sem delimitação de lotes e por adaptação às condições da topografia da área.

Atrelado a construção dessas infraestruturas, também se expandiram sobre esse espaço um conjunto de equipamentos urbanos vinculados ao ideal de uma cidade balneário: caso do Casino do Pina (inaugurado em 1925); casas de banho e barracas balneárias nas praias do Pina e Boa Viagem (a partir dos anos 1920); hotéis e clubes para prática esportiva, multiplicados a partir da década de 1930 (ARAÚJO, 2007). Essas obras e usos renovados contribuíram para reforçar novos usos à zona sul da cidade, fortalecendo processos de transformação da paisagem e a consolidação da zona sul do Recife como nova zona de expansão da cidade. Para Ribeiro (2019a), esses processos são representativos de processos que ocorreram em várias cidades no mundo, onde a procura de espaços de balneário e lazer ligados ao contato com o mar levou a uma valorização e ressignificação da relação das sociedades com os espaços litorâneos.

Há então uma conexão entre três fatores dinamizadores na transformação da paisagem dessa zona sul: (a) um conjunto de obras públicas modernizantes; (b) o processo de ocupação urbana das zonas de praias para moradia; (c) a difusão dos usos terapêuticos e dos usos para recreação e lazer nas praias salgadas do litoral sul. Esses processos possibilitaram, em primeiro lugar, a expansão de casas de veraneio da classe média, seguido pelo processo de verticalização nas décadas posteriores (ARAÚJO, 2007; BEZERRA, 2000). As consequências desse processo podem ser resumidas a partir de Bezerra (2000, p. 118):

Como a faixa beira-mar passou a ter alta valorização e a ser ocupada por população de alto poder aquisitivo, só restaram aos pobres ocupar os locais mais afastados da praia e de menor valor imobiliário. As áreas ribeirinhas e os manguezais do Jordão e Pina, desde o ano de 1928, passaram a ser ocupadas por conglomerados de população de baixa renda, ocupando desde as margens desses rios até os limites da então hoje avenida Conselheiro Aguiar [...] Junto com os do Pina, *Bode*, *Areinha* e *Beira Rio* [os núcleos que hoje correspondem à *Entra Apulso* e *Ilha do Destino*] se constituem como resultado da segregação social e substituição da apropriação do solo urbano, expulsão da população pobre de áreas consideradas nobre.

Assim, se esse conjunto de obras ligou o centro do Recife à zona sul, também contribuiu para fortalecer o contraste do espaço social recifense (a oposição na ocupação dos solos enxutos e solos alagados) e difundir alguns imaginários negativos sobre esses espaços do estuário sul. Buscando promover uma mudança desse padrão habitacional da cidade, se desenvolveu a partir da década de 1930 a Liga Social contra o Mocambo<sup>54</sup> que, conforme destaca Andrade (2019), promoveu a remoção de habitações pobres do estuário em favor da especulação imobiliária e transformou o debate sobre o mangue como uma questão sobre a estética da cidade.

O processo de transformação desse estuário sul, entretanto, se fez num ritmo muito lento e descontínuo. Em 1950 o crescimento da zona sul se fez de forma mais intensa no bairro de Boa Viagem, que se transformou em bairro de residência permanente da classe média crescente. Como destaca Araújo (2007, p. 515), quatro paisagens se formaram nessa zona sul no transcurso de um século: (i) sítios de coqueiros, currais de peixes e alagados; (ii) palhoças de pescadores e casas de veraneio; (iii) palacetes representantes do início dos banhos salgados; (iv) e, por fim, edifícios verticalizados. Uma quinta forma de ocupação se expande no presente: “as derrubadas dos primeiros prédios de edifícios de três, quatro e cinco pavimentos para darem lugar a outros de construções muito mais luxuosas e que alcançam entre trinta e quarenta andares” (ARAÚJO, 2007, p. 515). A quinta expressão paisagística encaminha nossa reflexão ao período que começa na década de 1990 e se prolonga até a atualidade (década de 2010).

## 2.2 Os estuários descortinados

No tópico anterior buscamos destacar que o processo histórico de ocupação do estuário sul, expresso através da herança de uma população pobre habitando tal espaço, contribuiu para conformar o estuário sul como uma *maré escondida*: um espaço carregado de estigmas sociais negativos. Entretanto, a dinâmica observada a partir da década de 1990 se apresenta através de um processo distinto: o descortino de novas paisagens no estuário, a partir da multiplicação de projetos de requalificação urbana e projetos de consumo estético das paisagens locais. Se um século atrás o estuário sul se apresentava como uma fronteira entre a cidade equipada (formada

---

<sup>54</sup> Liga criada em Recife no ano de 1939, durante o governo do interventor Agamenon Magalhães, a partir do objetivo de promover a extinção dos mocambos e incentivar a construção de casas populares.

pelo porto, pelos espaços saneados e sobrados da elite socioeconômica) e a cidade dos homens ligados ao mar e aos rios (pescadores e mocambeiros), a partir da década de 1990 a expansão dessa fronteira se renova e ganha novos contornos.

A partir da década de 1990 são desenvolvidos processos de requalificação urbana com o objetivo de superar as heranças “negativas” locais, perante a proposição de novas narrativas paisagísticas e novos equipamentos urbanos que consolidam o estuário sul como uma das novas centralidades da cidade. São processos que impulsionam, de forma simultânea e complementar, uma valorização simbólica e econômica dos espaços do estuário, apontando um processo que descortina novas paisagens e promove ações de consumo estético das frentes d’água (ARAÚJO, 2007; BARBOSA, 2014). Os processos se desenvolvem através de duas questões centrais: (i) a partir da proposição de projetos de lei e planos de ação (da Prefeitura Municipal do Recife e do Governo do Estado de Pernambuco) que sinalizam e preparam alguns espaços para intervenções de renovação urbana; (ii) no desenvolvimento de projetos urbanísticos (megaempreendimentos comerciais e residenciais, projetos viários, renovações nos espaços portuários) que promovem a revalorização das margens estuarinas, ampliando as paisagens-vitrine do mercado imobiliário.

Essa dinâmica de transformações se inicia no ano de 1990, quando começa o processo de desativação da Estação Rádio-Base do Pina, antiga rádio de comunicação militar localizada no bairro do Pina, na área onde hoje se encontra o Parque dos Manguezais (BARBOSA, 2014). A ERPINA foi instalada numa área de mangues<sup>55</sup> durante a Segunda Guerra Mundial, sendo inicialmente operada e mantida pelos Estados Unidos. Após o término da guerra, a estação passou à Marinha do Brasil, que a utilizou até 1990, quando o avanço da urbanização na zona do sul da cidade ameaçou as atividades de radiocomunicações, contribuindo para o fechamento da estação.

A desativação da ERPINA contribuiu para iniciar o processo de transformação dos padrões construtivos nessa região da cidade. Enquanto a rádio estava em funcionamento, ela impedia o aumento da verticalização urbana no cone de influência de sua atuação. Com seu desligamento, o mercado imobiliário ficou liberado para construir edifícios mais altos no bairro do Pina e na parte mais interna de Boa Viagem. Sem restrições de altura, os terrenos localizados próximos à antiga rádio, outrora desvalorizados e ocupados na maior parte por assentamentos pobres, passaram a se constituir como territórios de incorporação para reserva especulativa das grandes empresas do setor imobiliário (BARBOSA, 2014).

---

<sup>55</sup> A localização da estação de rádio militar nessa zona de mangues foi possibilitada por questões estratégicas e pelas características naturais do terreno que contribuíam para a recepção e propagação das ondas eletromagnéticas de comunicação, desde que mantida a ocupação por baixos gabaritos (MAGAROTTO, 2012; BARBOSA, 2014).

Após a desativação da ERPINA o terreno continuou sob responsabilidade da Marinha do Brasil. Apenas em 2010, através do Decreto 25.565/2010, a Prefeitura do Recife formalizou a criação da Unidade Protegida do Parque dos Manguezais Josué de Castro<sup>56</sup>. Nesse decreto, o Parque foi regulamentado como um “Parque natural de contemplação, educação ambiental, patrimonial, científico e para turismo ecológico”, além de ser considerado como essencial para manter a “identidade anfíbia da paisagem do Recife”.

A regulamentação do Parque dos Manguezais revela algumas questões importantes que estão associadas com as transformações e valorizações recentes dos manguezais no contexto urbano local, onde esses elementos ambientais são historicamente desvalorizados e/ou negados por partes da população recifense, como destacado no tópico anterior. Em nossa interpretação, os imaginários sobre os mangues amplamente presentes na cidade começaram a mudar a partir da década de 1990, através da conexão de dois fatores: (i) a maior percepção da crise ecológica (local e global), com reflexos diretos nas retóricas políticas e escolhas da gestão urbana para valorização das paisagens locais; (ii) o desenvolvimento local do movimento cultural *Mangue Beat*, que criou novas camadas simbólicas sobre esse ambiente, colocando-o como uma das principais bases identitárias locais (BARBOSA, 2012).

Essas questões contribuíram para revalorizar ambiental e culturalmente os mangues na cidade do Recife, permitindo a difusão de novos olhares e interesses sociais. Conforme destaca Latour (1995), a partir dos anos 1990, quando a preocupação ambientalista foi gradativamente incorporada às políticas e retóricas urbanas, o debate ecológico foi sendo incorporado à agenda política como um *business as usual*, onde não tanto a ecologia se tornou um negócio mas, graças a ela, surgiram novos negócios e formas de expansão imobiliária (LATOURE, 1995).

Junto a esses processos, um outro fator contribuiu para induzir outras transformações às paisagens locais: a expansão de uma nova conjuntura política e econômica do Brasil ao longo dos anos 1990 que, a partir da emergência de um *novo desenvolvimentismo*, estimulou no plano regional do Nordeste, a expansão de novos empreendimentos turísticos e de lazer no litoral, dentro os quais, na região litorânea da cidade do Recife. Alguns desses novos empreendimentos passaram a ser sinalizados e instalados em terrenos subutilizados do centro urbano expandido, sobretudo os remanescentes de indústrias, armazéns portuários e ferroviários, aeroclube, etc.

---

<sup>56</sup> O decreto de regulamentação do Parque dos Manguezais foi definido no mesmo dia da divulgação pela Marinha do Brasil da intenção de venda do terreno. Quando aconteceu a polêmica, a Prefeitura do Recife instituiu o terreno como “Parque Natural Municipal dos Manguezais Josué de Castro”, apresentado numa extensão de 320,34 hectares, dentre os quais 225,82 hectares são de mangue e quase 70% da área propriedade da Marinha.

Projetos que passaram a sinalizar reconfigurações nos usos do território e criação de conflitos socioambientais e culturais (BITOUN, 2016; LACERDA, 2010).

No Recife, esse novo desenvolvimentismo primeiro se expressou através da proposição de legislações e ações governamentais que, no plano das ideias, passaram a sinalizar o estuário sul como uma das novas centralidades da cidade e um dos espaços centrais para a proposição de ações dinamizadoras. Por exemplo: o Projeto Capital (1998), plano estratégico que mapeou “novas centralidades” para a cidade, dentre as quais, a Bacia do Pina; a proposição da Linha Verde (2000), nomeada depois como Via Mangue, que criou um novo acesso à Boa Viagem e viabilizou o uso imobiliário e turístico de grandes terrenos disponíveis que margeiam o Parque dos Manguezais e a Bacia do Pina (Cais José Estelita, Fábrica da Bacardi, Aeroclube, etc.); o Complexo Turístico Cultural Recife-Olinda (2003), projeto que sinalizou a possibilidade de expandir alguns empreendimentos imobiliários para os terrenos “subutilizados” localizados no centro expandido da cidade.

Muito embora alguns desses planos tenham permanecido quase na sua totalidade no terreno das ideias, constata-se na elaboração destes uma abordagem que atribuiu ao estuário sul o papel de nova centralidade urbana, contribuindo para a construção e emergência dos planos de renovação urbana atualmente em curso. São planos de ação que já apontavam para a intenção de grandes projetos (imobiliários, turísticos, viários e de lazer) para a região, sinalizando alguns dos terrenos disponíveis, as reformas necessárias, os novos equipamentos e o aproveitamento econômico possível. Igualmente, são planos que estimulam um aumento no limite de altura das construções desses espaços, em benefício da construção dos projetos imobiliários e detrimento das práticas socioespaciais cotidianas.

Os processos de mudança também foram intensificados com a incorporação dos terrenos *subutilizados* (remanescentes das indústrias, do porto, do pátio ferroviário e do aeroclube) pelo mercado imobiliário. Esses espaços remanescentes, representativos do processo de expansão urbana recifense a partir das atividades portuárias, ferroviárias e industriais, se expandem entre os bairros de Santo Amaro, Recife Antigo, São José e Pina. São nesses espaços que, ao menos desde a década de 1990, se concentram os investimentos (públicos e privados) para estimular a multiplicação de empreendimentos produtivos e competitivos, acompanhados de um conjunto de obras de infraestrutura e externalidades, capazes de criar novas centralidades e novos polos de desenvolvimento para a cidade (BITOUN, 2001, 2016; BARBOSA, 2014).

Como destacamos em pesquisa anterior, uma apresentação realizada no ano 2000 pela Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente da Prefeitura do Recife, sobre a Linha Verde (atual Via Mangue), destacou que a incorporação de terrenos “ociosos” pela iniciativa

privada era a estratégia de requalificação urbana programada pela gestão municipal para o estuário sul, há pelo menos duas décadas. Na apresentação, terrenos como o Cais José Estelita, o Aeroclube, o terreno da fábrica da Bacardi e terrenos vizinhos ao Parque dos Manguezais e na borda imediata da Via Mangue, foram demarcados como livres para incorporação da iniciativa privada (BARBOSA, 2014).

Esses terrenos são onde se desenvolvem (ou onde são sinalizados) os grandes projetos de intervenção que criam controvérsias paisagísticas frente às transformações que ocasionam: o Cais José Estelita, local onde se propõe a construção do Novo Recife; os armazéns portuários do Recife Antigo, reformados para expansão do Porto Novo Recife; o terreno da antiga Fábrica da Bacardi, onde foi construído o *Shopping RioMar*; o Aeroclube do Recife, ainda em debate sobre a futura intervenção a se realizar; dentre outros. Os grandes projetos nesses terrenos são os pontos nodais para a construção dos planos de requalificação urbana em curso (BARBOSA, 2014, p. 112-113).

Vários desses terrenos foram vendidos e alguns projetos já foram realizados. O terreno da fábrica da Bacardi foi vendido ao grupo JCPM em 1996, posterior à desativação da fábrica de bebidas, com o shopping RioMar sendo inaugurado nesse terreno em 2012. O Cais José Estelita foi comprado pelo Consórcio Novo Recife no ano de 2008, com as obras do Projeto Novo Recife iniciadas em 2019. O aeroclube foi desativado e o terreno devolvido ao Governo do Estado, sendo atualmente alvo de polêmicas sobre a futura utilização. Em terrenos próximos ao Parque dos Manguezais foram desenvolvidas obras para a Via Mangue, assim como algumas torres empresariais e residenciais em expansão.

Tal cenário de construção de grandes empreendimentos imobiliários sinalizam um novo contexto de transformação da paisagem, com a expansão (ainda em curso) de diversos arranha-céus e produção de um horizonte *ob-scenus*, sobretudo a partir da década de 2000: um conjunto de torres que estimulam um consumo estético das paisagens e sinalizam o estuário como uma nova vitrine da cidade, como as *Torres Gêmeas*, o Novo Recife, os empresariais multiplicados no Pina, dentre outros (VERAS, 2014). São projetos que promovem uma revalorização de largo trecho da cidade até recentemente deixado de lado e que, conforme Castilho (2014), reforçam a configuração de uma geopolítica interna, na medida que desencadeiam conflitos territoriais em torno das margens urbanas, encorajadas por novos interesses imobiliários e financeiros.

Para Albuquerque e Gomes (2013), esses empreendimentos podem ser compreendidos como vetores de transformação da paisagem da cidade e sinalizam a dinâmica de revalorização desses territórios submetidos à lógica de reprodução do capital. Para além da submissão aos interesses do 'capital', observamos nesse processo a ausência de vontade das sucessivas gestões

municipais de garantir a supremacia do interesse público da/pela paisagem. Ao desconsiderar a possibilidade de construir espaços públicos nas bordas d'água que permitam o usufruto coletivo e público das paisagens estuarinas, a venda desses terrenos (e a posterior privatização de suas vistas) revela como a paisagem tem sido negligenciada como uma questão de interesse público e de respeito à lógica republicana e constitucional (GONÇALVES, 2015, p. 114).

Em conexão a tais processos, a partir dos anos 2000 também se observa a expansão de projetos de requalificação nos bairros populares do centro-sul do Recife, destacando-se as ações em Brasília Teimosa (obras iniciadas em 2001) e Ilha de Deus (obras a partir de 2007). Além das temáticas urgentes que envolvem esses projetos de requalificação (a solução do problema das habitações precárias, por exemplo), consideramos que essas intervenções contribuíram para criar novas camadas ao processo de mudança da imagem *favelizada* desse estuário.

Neste sentido, o conflito paisagístico que emerge no contexto contemporâneo, ligado ao processo histórico destacado, se desenvolve em torno da valorização imagética e imobiliária dos ambientes estuarinos do Recife. Um processo que descortina *novas* vistas e promove um conflito cognitivo subjacente ao processo contemporâneo de transformação das paisagens do estuário sul. Uma razão paisagística que quer ser delineada como ativa, moderna e exclusiva (os *novos Recifes*), tenta substituir uma outra racionalidade paisagística, a do Recife histórico, com as marcas da desigualdade social (as palafitas e bairros de habitação popular). Um conflito socioespacial vinculado ao processo de transformação desse espaço de uma *maré escondida* em um *estuário descortinado*.

### **2.3 Estuário Sul: Entre heterotopias e consensos**

Nos tópicos acima buscamos destacar alguns aspectos que contribuíram para conformar o estuário sul do Recife como um dos ambientes centrais ao debate paisagístico contemporâneo. Em nossa interpretação, o longo processo histórico destacado acima contribuiu para conformar as paisagens do estuário recifense (incluídas as vinculadas ao nosso recorte de análise) como um geossímbolo aglutinador que colocam-nas como parte do jogo político. Estas podem ser “horizontes consensuais” para uma cidade habitável, mas também podem ser signos de “*status*” e peças de uma identidade “diferenciada”.

Agora, interessa-nos apresentar de que forma esse conjunto paisagístico é considerado na legislação urbana, buscando destacar os aparatos legais que versam sobre a gestão da cidade a partir da paisagem, assim como os conflitos paisagísticos vinculados à sua gestão. De início, apresentamos os instrumentos legais da cidade do Recife que incorporam a paisagem como uma questão de proteção e gestão. Destacamos três documentos centrais: a Lei de Uso e Ocupação



do Solo do Recife – LUOS (Lei nº 16.176/96); o Código de Meio Ambiente e do Equilíbrio Ecológico da Cidade do Recife (Lei nº 16.243/96); por fim, o Plano Diretor da Cidade do Recife (Lei 17.511/08)<sup>57</sup>.

A paisagem, dentro das instituições da gestão pública do Recife, corresponde a uma noção incluída nas ferramentas de gestão através de um percurso não linear e com múltiplos sentidos. Como a palavra ‘paisagem’, antes de ser uma noção científica, é um termo polissêmico e amplamente difundido no senso comum, existem diversas abordagens possíveis. A paisagem como noção supõe relações de interdisciplinaridade e enfoques plurais de análise e reflexão. É comum pensá-la na fluidez entre natureza e cultura, onde a paisagem passa a ser compreendida como sendo, simultaneamente, natureza e cultura. Talvez por isso, no momento de enquadrar o conceito em sistemas legislativos locais a paisagem se apresenta a partir de certas dificuldades no enquadramento para a gestão (SÁ CARNEIRO, VERAS e BARBOSA, 2020).

Quando se debate a inserção da paisagem nos instrumentos legais de Recife, o primeiro documento que oficialmente nomeou e definiu a paisagem como foco de proteção foi o Código de Meio Ambiente e do Equilíbrio Ecológico da Cidade do Recife, a Lei nº 16.243/96. A partir de uma política para o meio ambiente e voltada para a vegetação, sobretudo dos ecossistemas remanescentes da Mata Atlântica, a paisagem, foi definida como:

Configuração assumida por diferentes objetos e atributos físicos, naturais e artificiais, distribuídos sobre um determinado espaço em sua continuidade visual observável, sujeita às mudanças que os processos sociais ali presentes determinem ou condicionem (PREFEITURA DO RECIFE, Lei nº 16.243/96, Artigo 8º, inciso XXX).

Junto da definição do conceito, também foram apresentados os conceitos de “paisagem urbana” e “paisagem urbana do Recife”, concebidos da seguinte forma:

PAISAGEM URBANA – É a síntese dos objetos, atributos e relações que dão forma e expressão ao espaço físico, econômico e social do ecossistema natural para constituir o habitat humano. Distingue-se da chamada paisagem natural pela presença predominante dos componentes construídos ou artificialmente dispostos, a exemplo dos prédios, praças, ruas, maciços vegetais plantados ou preservados do sítio primitivo, etc. onde vivem e circulam pessoas e animais.

PAISAGEM URBANA DO RECIFE – Fisionomia assumida pelo ecossistema original da cidade, no processo coletivo de sua criação e expresso em um contínuo de ambientes e perfis, dispostos ao longo do tempo e do espaço, resultantes das construções, dos vazios, da presença da vegetação e do movimento de pessoas e coisas nas ilhas, na planície, nos morros, nos ambientes fluviais e marinhos (PREFEITURA DO RECIFE, Lei nº 16.243/96, Artigo 8º, incisos XXXI e XXXII).

A partir de uma abordagem vinculada às materialidades e ao que é visto e observável, assim como uma separação entre o natural e o urbano, a Lei ainda sugere nos Artigos 86 e 89 a

---

<sup>57</sup> O Plano Diretor do Recife foi apresentado a partir da Lei 17.511/2008, como revisão do plano anterior, implementado pela Lei 15.547/1991. Desde 2018 o plano está sendo debatido e sua revisão está em construção.

importância de garantir o descortino de paisagens que identificam traços singulares da cidade a partir da beleza excepcional, história e expressões estético-culturais que emprestem prestígio e significado à cidade. Assim, a paisagem é referenciada pela primeira vez nas legislações locais a partir daquilo que é abraçado pelo olhar, em vistas excepcionais, reconhecendo-se também a importância da natureza para a qualidade de vida (SÁ CARNEIRO, VERAS e BARBOSA, 2020).

A Prefeitura do Recife construiu esse Código do Meio Ambiente de forma diretamente relacionada à construção da Lei de Uso e Ocupação do Solo do Recife (LUOS), sancionada na Lei nº 16.176/96. Esse documento, responsável por regulamentar os padrões de edificações e zoneamento urbano da cidade, deixou a paisagem fora do texto, que aparece apenas insinuada na cisão indicada entre a natureza e a cultura. Exemplo: Na definição das zonas e áreas a ser protegidas, essa Lei sugere a criação de dois Setores, o Setor de Preservação Rigorosa (SPR) – ligados às Zonas de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural – e o Setor de Preservação Ambiental (SPA), vinculadas aos elementos naturais. Como destacado por Sá Carneiro, Veras e Barbosa (2020), ao sugerir que gerir a “natureza” seria responsabilidade do “setor ambiental” e gerir os “monumentos edificados”, seria responsabilidade do “setor cultural”, as proposições da LUOS e do Código Ambiental evidenciam uma distinção na abordagem paisagística da administração municipal: para a Prefeitura do Recife, paisagem é natureza, originada a partir da “moldura” que envolve a arquitetura. A partir dessa cisão se cria uma preocupação ambiental e paisagística na administração recifense<sup>58</sup>.

A leitura dada por esses documentos se ampliou em 2008, com a construção do Plano Diretor da Cidade do Recife (Lei 17.511/08). Ao considerar o sítio natural sobre o qual a cidade se desenvolveu e foi construída, o Plano Diretor passou a definir a natureza e a cultura a partir de duas zonas igualmente importantes para a legislação da cidade: as Macrozona do Ambiente Natural (MAN) e Macrozona do Ambiente Construído (MAC). Ainda que não seja uma divisão rígida entre natureza e cultura, a MAN concentrou as áreas dos diferentes ambientes vegetados, enquanto a MAC concentrou o espaço construído.

---

<sup>58</sup> Conforme Sá Carneiro, Veras e Barbosa (2020), essa percepção cindida da paisagem é, em parte, uma herança do percurso antecessor de Leis e Decretos que definiram normas de proteção do patrimônio artístico e cultural da cidade do Recife. Por exemplo, uma percepção parecida à LUOS já havia sido sinalizada em 1979, a partir da Lei nº 13.957 que instituiu normas de proteção do patrimônio. Essa Lei de Preservação de Sítios Históricos do Recife, quando buscou definir o entorno das zonas de preservação rigorosa dos monumentos e conjuntos históricos, considerou as zonas de preservação ambiental como molduras de transição entre os setores mais e menos rigorosos de proteção. Nessa lei, associava-se uma zona de preservação arquitetônica, histórica e arqueológica com os sítios paisagísticos que os acolheram, sem explorar suas inter-relações e insinuando a paisagem apenas como a zona que circunda o sítio histórico.

Igualmente, o Plano Diretor também anunciou a criação do Sistema Municipal de Unidades Protegidas do Recife (SMUP), efetivado em 2014 na Lei nº 18.014/2014. O SMUP do Recife definiu quatro categorias para proteção: (i) Unidades de Conservação da Natureza (UCN); (ii) Unidades de Conservação da Paisagem (UCP); (iii) Unidades de Equilíbrio Ambiental (UEA); e (iv) “Jardim Botânico”. No SMUP, foi a primeira vez que a paisagem foi incluída não apenas como um conceito dentro dos Artigos da Lei, mas como uma categoria de proteção municipal, definida como *Unidades de Conservação da Paisagem*. Em sua definição:

A Unidade de Conservação da Paisagem – UCP é o recorte do território que revela significativa relação entre o sítio natural e os valores materiais e imateriais, consolidados ao longo do tempo e expressos na identidade do Recife.

Considera-se como Unidade de Conservação da Paisagem – UCP a área que possua pelo menos uma das seguintes características:

I – área de ocupação humana com significativos atributos naturais e culturais, que compreende sítios de valor paisagístico, os quais materializam momentos históricos da ocupação da cidade, de interesse natural e cultural;

II – área que abriga exemplares da biota local ou regional, cujos atributos naturais justifiquem sua proteção e conservação, em face de sua relevância ecológica;

III - área que constitui um recorte de paisagem caracterizado por uma identidade peculiar do Recife, que relaciona o suporte físico-geográfico às intervenções antrópicas, apropriadas pelos recifenses como símbolo e memória da cidade (PREFEITURA DO RECIFE, Lei nº 18.014/2014, Artigos 17º e 18º, incisos I, II e III).

Criado pelo setor institucional ligado às questões ambientais – a Secretaria de Meio Ambiente – o SMUP manteve a distinção entre a proteção dos elementos naturais e dos elementos construídos, privilegiando os elementos naturais. Como destacam Sá Carneiro, Veras e Barbosa (2020, p. 10-11), a compreensão técnica era que a paisagem contemplada fosse a que resguarda a concentração de elementos naturais com pequenas intervenções culturais, diferente da “natureza” quase intocada. Nas palavras dos autores:

Esta decisão excluiria paisagens singulares que identificam o Recife secular, como aquela de seu centro histórico, notadamente dos bairros de São José e Santo Antônio, às bordas do estuário. Historicamente aí, não é a vegetação a sua natureza mais evidente, mas as águas, doces e salgadas que quase encostam no céu. Entre as águas e o céu, a arquitetura das igrejas e casario de séculos de história fazem das bordas de São José voltadas para o mar, no Cais José Estelita, uma das mais belas paisagens do Recife. [...] A dicotomia hoje se expressa na separação entre a Secretaria de Meio Ambiente (que cuida da natureza), e a Secretaria de Cultura (que cuida da cultura), excluindo-se a paisagem lá e cá, porque a invisibilidade se dá desde as indefinições conceituais ao seu planejamento, proteção e gestão. Sabemos, portanto, que estar diluída nos instrumentos legais não lhe garante a conservação, mas é condição para sua conservação que seja inserida em instrumentos legais, o que implica afirmar que, para o Recife, falta uma *Lei de Paisagem* e que seja legitimada democraticamente (SÁ CARNEIRO, VERAS e BARBOSA, 2020, p. 10-11).

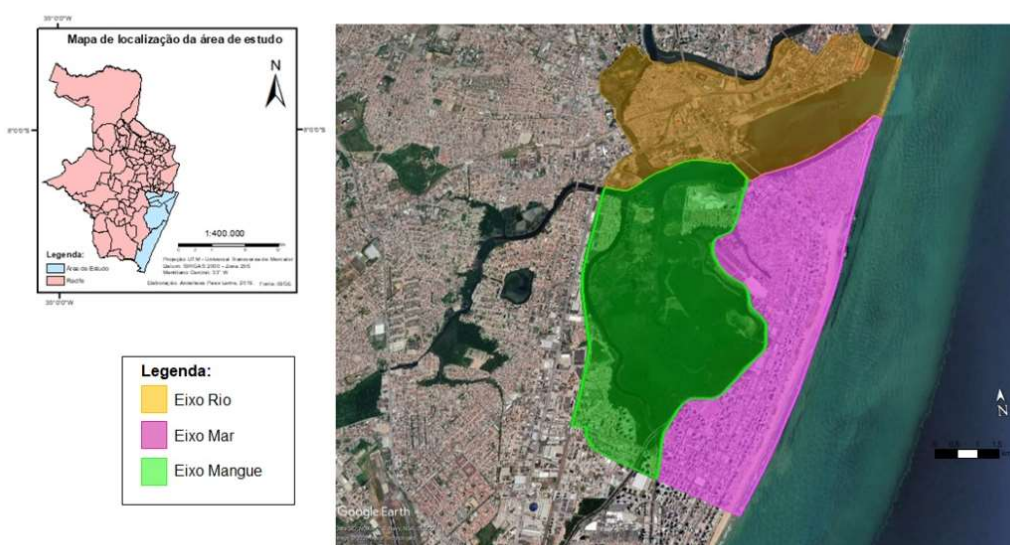
Apesar da existência dessas leis e esforços para a gestão paisagística, tais peças não têm garantido a conservação e o respeito às particularidades paisagísticas locais. A expansão dos usos econômicos das paisagens se sobrepõe aos projetos de interesse e de uso públicos,

estimulando a expansão de conflitos e desacordos que demandam usos mais respeitosos às paisagens locais. Da mesma forma, essa indefinição e/ou sobreposição geográfica, ambiental e legal sobre o que seria a paisagem e sobre os limites das zonas especiais de preservação histórica ou ambiental, tem criado confusões políticas, com projetos que aproveitam as indefinições e sobreposições entre distintas legislações para concretizar suas intervenções (VERAS, 2014).

Do mesmo modo, a partir do conhecimento desses instrumentos legais, em conexão à ampliação de um “olhar educado” para a paisagem capaz de perceber as particularidades locais e ameaças de transformação/destruição dos espaços protegidos pela lei, movimentos sociais têm movido ações em defesa do direito à paisagem como parte de suas demandas por direito à cidade (SÁ CARNEIRO, VERAS e BARBOSA, 2020). A partir do desejo por usufruir das paisagens locais e garantir a conservação dos territórios da cidade, grupos diversos passaram a associar seus desejos de paisagem aos instrumentos legais de gestão paisagística. São grupos que reivindicam o direitos à paisagem e sua incorporação no direito de paisagem, como veremos no capítulo 03. Agora, buscaremos apresentar os conflitos paisagísticos que estimulam o desenvolvimento desses grupos e suas demandas pelo direito à paisagem. Para apresentar essa geografia política da paisagem no Recife, adotaremos três eixos de análise, onde buscaremos problematizar as disputas, mobilizações e ações paisagísticas desenvolvidas: os Eixo Rio, Eixo Mar e Eixo Mangue (Mapa 02).

Mapa 02 – Mapa de Delimitação dos Eixos de Análise

### Mapa de Delimitação dos Eixos de Análise



Produção e organização: Anneliese Paes Leme e David Tavares Barbosa, 2019. Data da imagem: nov. de 2019.

A construção desses recortes de análise tem algumas justificações. Primeiro, com eles buscamos apreender as formas específicas como se manifestam os processos de transformação,

os conflitos paisagísticos e as demandas cidadãs nos diferentes contextos territoriais. Segundo, partimos da hipótese que diferentes relações sociais com o estuário – que tentamos representar a partir da construção desses eixos – influenciam e possibilitam a construção de diferentes estratégias de mobilização da paisagem. A partir dos eixos, poderíamos identificar os diferentes contextos políticos que permitem a emergência da paisagem como um problema público. Por fim, acreditamos que esses eixos permitem observar situações específicas, mas diretamente vinculadas a um contexto mais global: o processo de requalificação urbana que descortina novas paisagens no estuário sul e na cidade do Recife, em extensão.

A partir da identificação dos eixos de análise e das disputas paisagísticas relacionadas, buscaremos apreender como as paisagens do estuário sul são inseridas no debate e nas querelas da gestão urbana. Esses recortes se apresentam no cenário contemporâneo como os espaços de disputa por diversas ordens (funditária, representacional, econômica, social, etc.), sendo também os espaços que tencionam parte dos processos de transformação e de disputa das paisagens. Dentro de uma dinâmica maior de transformação da imagem e dos imaginários da cidade, os embates identificados participam do processo de emergência do estuário sul como um novo cenário paisagístico para o Recife. Assim, acreditamos que seu estudo permitirá construir uma chave de compreensão sobre a dinâmica de disputas políticas da/na paisagem.

### **2.3.1 Eixo Rio: Um *horizonte obscuro* em panoramas paisagísticos históricos**

Ao longo das últimas décadas a cidade do Recife tem se caracterizado por um agressivo remodelamento urbano baseado na intensa verticalização e na fluidez do controle urbano. No transcurso do século XX, a ocupação urbana de classe média deixou a área central da cidade para seguir duas dinâmicas particulares: uma primeira na zona norte da cidade, seguindo os rios no sentido do interior, na região dos bairros de Casa Forte, Graças, Aflitos, etc. A segunda, ao longo do litoral sul, na direção do bairro de Boa Viagem.

Entre o centro histórico-geográfico e a zona sul da cidade do Recife, o recorte de análise considerado nessa tese como “estuário sul” foi deixado de lado do processo de ocupação residencial pelo mercado imobiliário formal, ao menos até a década de 1990. Incluído no recorte da pesquisa, a área nomeada como Bacia do Pina teve as suas margens historicamente ocupadas por um conjunto de infraestruturas diversas: armazéns portuários, pátio ferroviário, estação de tratamento de esgoto, etc. Devido à presença desses equipamentos e a proximidade de áreas de mangues, a Bacia do Pina foi considerada durante um longo período como um espaço menos atraente e insalubre. Entretanto, a partir da década de 1990, pode-se observar um processo de reconfiguração dessa região, através do desenvolvimento de algumas reformas urbanas e da

expansão de altos edifícios que estimulam novos olhares aos corpos d'água e descortinam novas vistas para consumo estético (BARBOSA, 2014; RIBEIRO, 2018).

A partir dessas questões, consideramos como o primeiro eixo de análise representativo dos conflitos que envolvem a paisagem na cidade do Recife o *Eixo Rio*. Localizado na margem esquerda da Bacia do Pina, o eixo abrange o conjunto territorial formado pelo Cais José Estelita, o Cais de Santa Rita e os bairros de São José e Coque (Ilha de Joana Bezerra). Neste eixo, o que se encontra mais próximo e diretamente vinculado ao centro histórico-geográfico da cidade, a especificidade do debate paisagístico corresponde ao crescente conflito ligado ao processo de transformação da paisagem histórica e secular do Recife. Um conflito paisagístico vinculado ao processo de transformação do “horizonte nostálgico” da cidade (VERAS, 2014), cujo debate centra-se na destruição e/ou no esquecimento dos testemunhos históricos da paisagem, assim como na transformação irreversível da morfologia urbana histórica de ocupação horizontal (o bairro de São José) e de perfil popular (Coque).

Esse debate paisagístico emerge como um problema de interesse público no contexto de transformação da paisagem histórica, “postal” e “nostálgica” do Recife, a partir da proposição e construção de uma “verticalização deslocada” e um “horizonte vertical *ob-scenus*” (VERAS, 2014, p. 43-70): processo amplificado no começo da década de 2000, com a construção das *Torres Gêmeas* (Pier Duarte Coelho e Pier Maurício de Nassau) e, posteriormente, a proposição do Projeto Novo Recife (São José) e Polo Jurídico (Ilha de Joana Bezerra). No debate sobre a transformação dessa região histórica, a paisagem passa a ser uma das bases do debate público.

Três aspectos paisagísticos se destacam nesse eixo de análise: a presença do caudaloso corpo d'água da Bacia do Pina, o Sítio Histórico de São José e o bairro do Coque, importante assentamento autoconstruído da cidade. A Bacia do Pina corresponde ao extenso corpo d'água formado pela confluência entre um conjunto de rios (Tejipió, Jordão e braço sul do Capibaribe) e o oceano. Localizado entre o centro histórico-geográfico e a zona sul da cidade, nas suas margens podemos identificar um conjunto de bairros históricos, caso dos bairros de São José, Brasília Teimosa e Pina. Conforme Bezerra e Melo (2014), o sítio natural do Capibaribe (onde está inserido a Bacia do Pina) pode ser compreendido como um dos marcos patrimoniais representativos para a identidade sociocultural da paisagem recifense, apresentando um papel fundamental na formação fisiográfica, na estruturação urbana e no uso e ocupação da cidade<sup>59</sup>.

---

<sup>59</sup> No zoneamento urbano do Recife, o ambiente físico-natural da Bacia do Pina é classificado como *Zona de Ambiente Natural* (ZAN) do Capibaribe, composta pelos cursos d'água formadores da bacia hidrográfica do Rio Capibaribe. As ZANs são definidas a partir dos cursos e corpos d'água que formam as bacias hidrográficas locais (os rios Beberibe, Capibaribe, Jiquiá, Jordão e Tejipió) e a orla marítima, incluindo a faixa de praia, a parte costeira

Considerando que a cidade se expandiu a partir de uma profunda relação com esse sítio natural, pode-se observar nas margens da Bacia do Pina alguns conjuntos edificados históricos que representam as memórias e o patrimônio histórico e cultural da expansão da cidade a partir do estuário. São espaços diretamente vinculados ao centro histórico-geográfico, que retratam os diversos períodos de intervenções passadas, desde pelo menos o século XVIII. Se enquadram nessa categoria alguns espaços imediatos do estuário sul, mas também outros localizados no entorno imediato de bairros vizinhos: os padrões edificados do Recife colonial (o bairro de São José); conjuntos edificados do Recife do início do século XX, com resquícios coloniais (bairros do Recife e São José); espaços construídos e representativos das décadas de 1950 e 1960 (bairro de São José).

Esses conjuntos edificados históricos são classificados no Plano Diretor e demais leis de gestão urbana como Zonas de Diretrizes Específicas: partes dos bairros de São José e Recife Antigo são consideradas *Zona Especial de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural*<sup>60</sup> (ZEPH). Essas zonas são instituídas levando-se em consideração alguns aspectos: a referência histórico-cultural; a importância que representam para a preservação da paisagem e da memória urbana; a importância para a manutenção das identidades locais; os valores estéticos sociais e coletivos; a representatividade das memórias arquitetônicas, paisagísticas e urbanísticas; e, por fim, a presença de equipamentos tombados pelos órgãos patrimoniais.

Nessa região, a partir do começo da década de 2000, se expandiu um conflito a partir da proposta de construção de um conjunto de arranha-céus e projetos de reconfiguração urbana nas bordas do Sítio Histórico-Cultural de São José, com alterações irreversíveis no horizonte patrimonial da cidade do Recife. Conflito que se desenvolveu a partir da proposição de projetos imobiliários, sobretudo grandes torres residenciais, com impactos diretos nas territorialidades históricas da cidade: as Torres Gêmeas (no Cais de Santa Rita), já construídas, e o Projeto Novo Recife (no Cais José Estelita), em construção. Esses projetos foram propostos em terrenos que tangenciam o Sítio Histórico de Santo Antônio/São José, nas margens da Bacia do Pina.

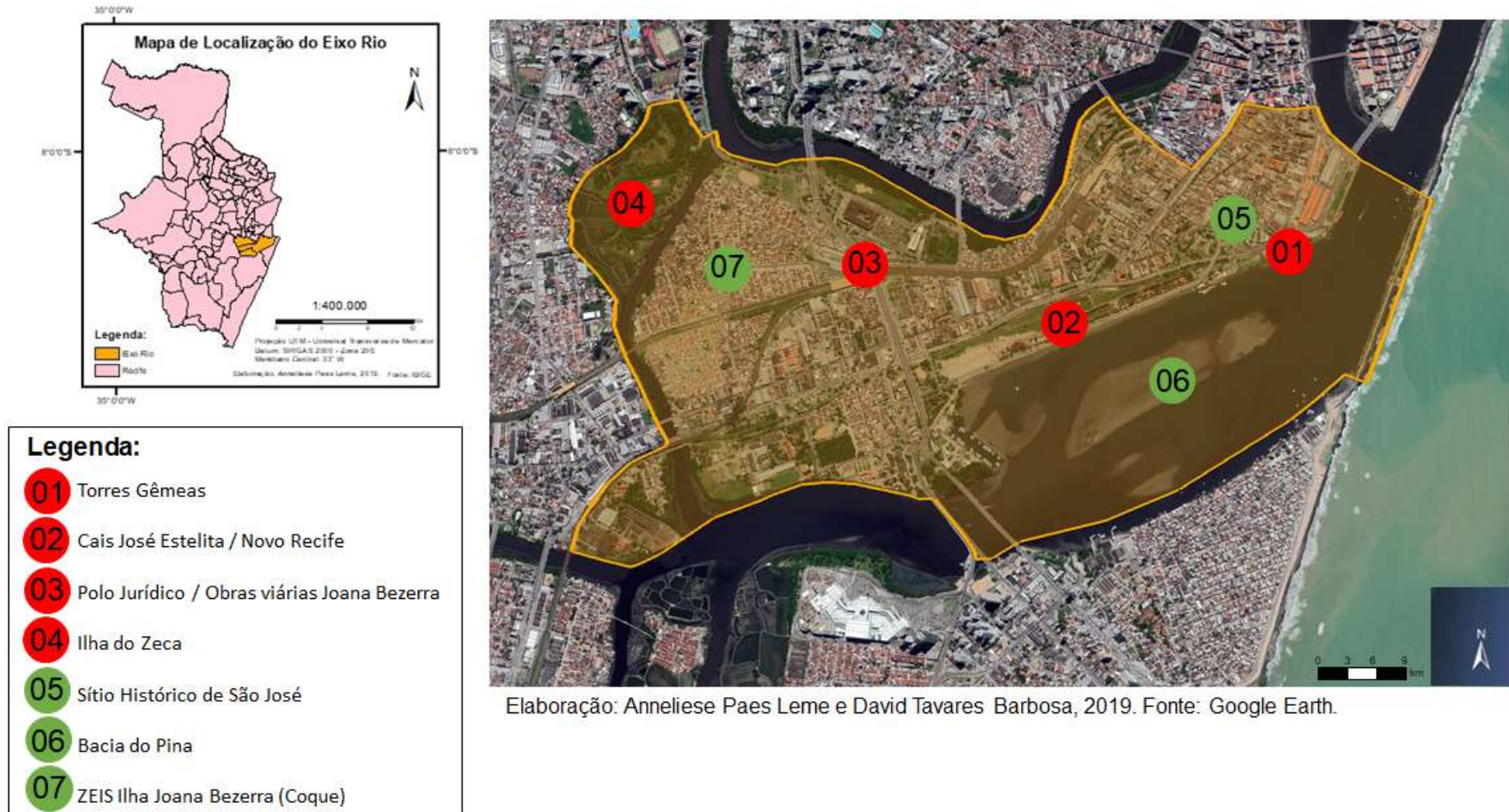
---

das águas oceânicas e os arrecifes costeiros. Nesse zoneamento, os ambientes naturais são definidos a partir da “presença significativa da água, como elemento definidor”, considerando a preservação desses elementos naturais (e dos ecossistemas interligados) como essenciais para a preservação e valorização da paisagem urbana. De acordo com o Plano Diretor, reconhecer essas ZANs deveria ser um estímulo para implantar parques naturais municipais, a melhoria da qualidade ambiental e paisagística e integração entre os patrimônios natural e histórico-cultural.

<sup>60</sup> “As Zonas Especiais de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural – ZEPH são áreas formadas por sítios, ruínas, conjuntos ou edifícios isolados de expressão artística, cultural, histórica, arqueológica ou paisagística, considerados representativos da memória arquitetônica, paisagística e urbanística da cidade” (Artigo 114, Lei nº 17.511/2008).

Mapa 03 – Eixo Rio: Delimitação e caracterização

## Mapa de Delimitação e Caracterização do Eixo Rio



Produção e organização: Anneliese Paes Leme e David Tavares Barbosa, 2019. Data da imagem do Google Earth: novembro de 2019.



### Figuras 07 – Eixo Rio: Caracterização



07a – Torres Gêmeas vistas a partir do Recife Antigo. Fonte: Foto do autor, dez. 2012.



07b – Cais José Estelita. Fonte: Foto do autor, abr. 2012.



07c – Projeto Novo Recife. Fonte: <<https://tinyurl.com/va5jb4u>>. Acesso: 23 jan. 2020.



07d – Coque e o Fórum da Joana Bezerra. Fonte: Foto do autor, Jan. 2017.



07e – Ilha do Zeca. Fonte: <<https://tinyurl.com/qsqpcur>>. Acesso: 23 jan. 2020.



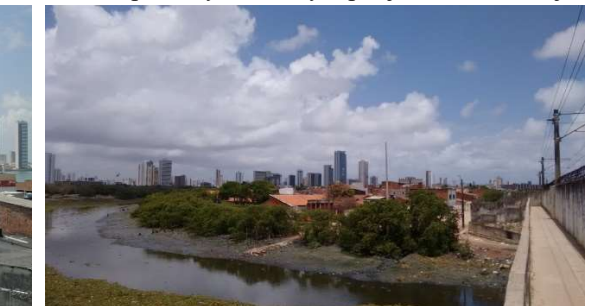
07f – Sítio Histórico de São José. Fonte: <<https://tinyurl.com/yx6p63jz>>. Acesso: 23 jan. 2020.



07g – Bacia do Pina vista do Cais José Estelita. Fonte: Foto do autor. Abr. 2013.



07h – Bacia do Pina vista de Brasília Teimosa. Fonte: Foto do autor. Set. 2015.



07i – Coque na divisa com o bairro de Afogados. Fonte: Foto do autor. Jan. 2017.

O Cais José Estelita e o Cais de Santa Rita correspondem a duas bordas acrescidas ao bairro de São José nas margens da Bacia do Pina, a partir de aterros realizados no começo do século XX. Os cais começaram a ser construídos na década de 1930, em virtude do processo de modernização da cidade. Pensado inicialmente como expansão do Porto e aterrado para abrigar galpões de armazenamento, o Cais Estelita começou a se consolidar apenas na década de 1950, com obras de urbanização (calçamento, arborização e iluminação) finalizadas apenas na década de 1960 (PONTUAL, 2007; BARBOSA, 2014). Atualmente, existe nesse espaço um conjunto de equipamentos e instalações portuárias e ferroviárias, como galpões, armazéns e residências de antigos trabalhadores da extinta Rede Ferroviária Federal.

Na década de 1990, o Cais José Estelita passou por importantes reformas urbanas que, dentre outras questões, envolveram a preocupação com a reformulação paisagística das bordas estuarinas. Em 1996, o Cais foi totalmente restaurado, incluindo seus armazéns e a construção de uma orla voltada para a Bacia do Pina. Em entrevista ao *Jornal do Commercio* em 1998, a responsável por essas reformas, a assessora especial do prefeito Maria Janete Freire, afirmou que a “revitalização” do Cais, assim como outras obras realizadas, foram pensadas buscando estimular uma melhor contemplação paisagística do estuário recifense. Conforme suas palavras:

[...] o Cais José Estelita, que coordenei a revitalização. Nós interferimos na paisagem, hoje o Recife não é mais o mesmo naquele trecho, seja na iluminação, na calçada, ou na vegetação. A avenida continua lá, mas de uma maneira mais agradável. Uma obra pequena, mas que me encanta, é o Cais de Santa Rita, uma área contemplativa na Bacia do Capibaribe, com bancos e lampiões. [...] a cidade bonita desperta a vaidade da população e desperta o respeito por outras obras (Maria Janete Freire, entrevista ao *Jornal do Commercio*, 30 de agosto de 1998).

Conforme o relato de Maria Janete Freire, as obras nos dois Cais indicados envolveram a instalação de equipamentos para usos públicos (bancos, iluminação pública, etc.), plantio de vegetação nativa e, sobretudo, uma preocupação ecológica e paisagística nas intervenções. Na entrevista, Maria Janete foi apresentada como “a estilista que veste e embeleza Recife”, sendo evidente seus interesses em transformar os espaços públicos da cidade em zonas de convivência, mas também de contemplação. Uma forma de ver a cidade e a paisagem a partir de espaços que já nascem como diferenciados, colocando em evidência o desejo de usá-la para além de uma contemplação desinteressada (RIBEIRO, 2019a).

Posterior às reformas, o Cais José Estelita passou a ser um espaço mobilizado de forma destacada na publicidade da Prefeitura do Recife. Por exemplo, em 1998 uma miniatura do Cais José Estelita foi colocada em cima do bolo comemorativo do aniversário do Recife, dividindo a decoração apenas com a vela dos 461 anos da cidade. Em nossa compreensão, as reformas de embelezamento do Cais e sua posterior publicitação tinham um objetivo claro: direcionar novos

enquadramentos à paisagem e estimular, a partir dos ‘melhoramentos’ paisagísticos, a expansão de empreendimentos imobiliários nessa região da cidade. Objetivo que pode ser confirmado a partir de notícia publicada no *Jornal do Commercio*, no dia 03 de maio de 1998:

O presidente da URB-Recife Bruno Castro e Silva tem em mãos dois projetos que irão mudar a cara do Recife. Caso o martelo seja batido de fato, esta semana, a Rádio Station do Pina, que pertence à Marinha, vai virar parque temático e ecológico. A prefeitura, em troca, doará à Marinha (dona da Rádio Pina) uma área na Cruz Cabugá. Já o Cais José Estelita poderá ser um pólo de lazer ou então virar bairro residencial. A decisão sobre o cais será dada pelo prefeito Roberto Magalhães, que já está com os dois estudos no seu gabinete. Em qualquer situação escolhida, serão construídos ali, deques para atracação de lanchas e embarcações.

Convém reforçar que, nesse período, a Prefeitura do Recife realizou uma ação que, de fato, contribuiu para propor uma mudança na “cara” da cidade e, de forma correlata, transformar o Cais José Estelita: a construção do Projeto Capital, em 1998. O Projeto Capital sinalizou quais aproveitamentos econômicos das margens achavam viáveis: a implantação de um complexo turístico de lazer no Cais José Estelita; a instituição do Parque dos Manguezais Pina/Jordão; o programa de navegabilidade dos rios; um melhor tratamento urbano-paisagístico das margens dos rios. Tudo pensando numa adoção destes espaços numa parceria com a iniciativa privada (RECIFE, 1999; BARBOSA, 2014). Neste cenário, o aproveitamento indicado para as margens do Cais José Estelita chama atenção pela proximidade com a proposta apresentada pelo Novo Recife, anos depois. Conforme a proposta apresentada:

Para que o Recife tenha sua imagem associada ao uso racional de suas águas, será necessário o aproveitamento de sua posição geográfica favorável e da tradição náutica da cidade. [...] Neste sentido, destaca-se a baía do Pina e especialmente a frente d’água do Cais José Estelita, que oferece condição excepcional para instalação de equipamento de caráter internacional como uma marina atrelada a um grande complexo de lazer e negócios (RECIFE, 1999, p. 101).

Assim, pensamos ser evidente que as reformas realizadas no Cais José Estelita (1996) e as propostas de intervenção sugeridas pelo Projeto Capital (1999) já sinalizavam uma dinâmica de renovação deste espaço apoiada em retóricas de valorização paisagística e indissociabilidade de três questões: a) a remoção das visualidades da pobreza; b) o cuidado com um tratamento paisagístico para embelezar e tornar o Cais um cenário; e c) a qualificação do espaço para uma competitividade turística e econômica da cidade, a partir da promoção de grandes projetos pelo setor privado. Tais ações corroboram, em nossa compreensão, com a expressão de um interesse por construir um quadro paisagístico renovado ao local, contribuindo para direcionar os olhares até determinados objetos espaciais (FERNANDES, 2014; GOMES, 2015; RIBEIRO, 2019).

Posterior ao Projeto Capital, outras operações urbanas foram realizadas com abordagens paisagísticas aproximadas, tais como: o Complexo Turístico Cultural Recife-Olinda (2003) que,

ao buscar desenvolver uma proposta de planejamento da frente marítima de articulação das duas cidades pernambucanas, voltou a indicar o Cais José Estelita como uma região disponível para o capital imobiliário, visto sua paisagem natural ser um grande atrativo ao setor imobiliário. No centro histórico-geográfico do Recife, localizado em uma planície flúvio-marinha com poucas elevações de terreno, ações de requalificação dos cais, *píers* e demais estruturas localizadas à beira d'água constantemente são desenvolvidas para promover a ressignificação e valorização do espaço urbano. Assim, anterior à expansão de grandes edifícios e construção, essas ações já sinalizam mudanças no quadro paisagístico local.

Posterior às reformas e projetos, as transformações e conflitos paisagísticos nesse eixo foram amplificados a partir do processo de discussão e construção das *Torres Gêmeas*, dupla de arranha-céus residenciais construídos na borda do bairro histórico de São José. Construídas pela Moura Dubeux Engenharia S.A., correspondem a duas torres de 40 pavimentos nomeadas como Píer Duarte Coelho e Píer Maurício de Nassau<sup>61</sup>, responsáveis por introduzir no centro histórico do Recife a construção de unidades habitacionais para a classe média alta, afirmando promover uma '*requalificação*' e/ou '*revitalização*' da cidade (LOUREIRO e AMORIM, 2006; BARBOSA, 2014). Cercado de polêmicas sobre o impacto no patrimônio, na paisagem e nas estratégias de desenvolvimento da cidade, o empreendimento foi anunciado em 2003, debatido em diversas instâncias por três anos, e aprovado com algumas modificações em relação à proposta original em 2006, com obras iniciadas em 2004 e finalizadas em 2008. Para Loureiro e Amorim (2006), as torres se apresentam como uma "âncora para a urbanização do centro" e consubstanciaram um balão de ensaio para o alargamento do espaço de atuação e reprodução de novos padrões de investimento imobiliário.

De 2003 (início da construção das Torres Gêmeas) até 2008 (finalização e inauguração do empreendimento), observou-se no Recife uma discussão acirrada sobre a autorização legal da construção das torres ao lado do Sítio Histórico de São José. Como exposto por Veras (2014), a maior preocupação do debate desenvolvido esteve centrada não no perfil dos edifícios propriamente ditos, mas sobre a interferência destes na paisagem urbana histórica do estuário centro-sul. Para essa autora, as reações contra essas torres (e os processos de renovação urbana vinculados) se articularam a partir de dois questionamentos: (i) apreensão com a transformação radical da forma urbana e das particularidades paisagísticas observadas na visada panorâmica

---

<sup>61</sup> Duarte Coelho foi o primeiro donatário da Capitania de Pernambuco, considerado como o responsável pelo sucesso da exploração canavieira colonial. Maurício de Nassau corresponde ao administrador do período holandês que almejou instalar no contemporâneo bairro de São José a cidade planejada para ser a sede do império holandês nas Américas. Percebe-se que o batismo dos edifícios já apresenta uma ligação com um passado de grandes transformações na cidade, a partir da ideia de progresso, modernidade, cosmopolitismo e suas marcas na paisagem.

de São José (o padrão do *skyline*); (ii) preocupações sobre as transformações radicais nos usos sociais do espaço, dos processos territoriais na linha do chão (no *landline*). Enfim, Veras (2014, p. 62-65), destaca que as oposições não visavam impedir a transformação em si, mas buscavam pensar como “construir elementos novos consolidando as características e a identidade de uma paisagem coletivamente apropriada, sem se submeter aos desejos de um mercado voltado para o turismo, para o marketing e para o ‘sentir-se fora daqui’”.

Em 2008, com a finalização da construção das Torres Gêmeas, outro projeto imobiliário foi lançado para o Cais José Estelita (terreno que tangencia o Sítio Histórico de São José): o Projeto Novo Recife, empreendimento formado por um conjunto de grandes torres residenciais, empresariais e hotéis que, de acordo com o projeto original, seria formado por edifícios entre 21 e 41 pavimentos. O empreendimento também inclui um conjunto de obras viárias, de criação de espaços públicos (cais, píer, jardins, etc.) e restauração de alguns armazéns próximos ao Forte das Cinco Pontas. De acordo com o relatório de empreendimento de impacto<sup>62</sup>, o projeto caracteriza-se por ser uma intervenção de uso múltiplo, em área total construída de 355.000,00 m<sup>2</sup>, desenvolvido por três escritórios de arquitetura do Recife<sup>63</sup>.

Na eminência de execução do Projeto Novo Recife, começaram a surgir movimentos sociais contestatórios que passaram a demandar a proteção patrimonial e paisagística do Cais José Estelita, considerando os valores da área na escala de composição da paisagem histórica da cidade do Recife (BISPO e PROCHNOW, 2016). Esses movimentos se articularam a partir do Ocupe Estelita, grupo de pressão que passou a questionar a viabilidade/legalidade do projeto. A partir de ações de ocupação de espaços públicos, uso do meio audiovisual para contestação, produção de debates e eventos, dentre outras metodologias, contribuíram para a promoção de discussões ampliadas sobre o acirramento da questão urbana do Recife. Mais que um grupo coeso, há um coletivo aberto e autônomo de cidadãos e grupos articulados com o objetivo de discutir os problemas da cidade, mas também propor novas ideias e rumos ao planejamento.

Além dos conflitos pela alteração da paisagem patrimonial, outras intervenções também provocaram questionamentos de grupos da sociedade civil sobre os impactos na cidade e na paisagem urbana. Algumas ações de requalificação, com perspectiva semelhante à intervenção no Cais José Estelita, foram indicadas para as regiões do Coque (Joana Bezerra) e Ilha do Zeca.

---

<sup>62</sup> Relatório elaborado pelo Consórcio Novo Recife, formado pelas empresas Moura Dubeux, Queiroz Galvão, GL Empreendimentos e ARA Empreendimentos, a partir da determinação da resolução nº 03/96 do Conselho de Desenvolvimento Urbano, que recomenda aos empreendimentos de impactos da cidade do Recife que apresente informações referentes ao projeto de intervenção proposto para apreciação da Comissão de Controle Urbanístico (CCU) e do Conselho de Desenvolvimento Urbano (CDU). Segundo este relatório, a sua produção corresponde igualmente ao cumprimento da Lei nº 16.176/96 de Uso e Ocupação do Solo, nos artigos 61, 62 e 63.

<sup>63</sup> Projeto dos arquitetos Jerônimo da Cunha Lima, Alexandre Mações e Marco Antônio Borsoi.

Localizado na Ilha de Joana Bezerra (uma ilha do rio Capibaribe) e com uma população de mais de 40 mil pessoas, o Coque corresponde a um dos bairros mais estigmatizados (pela violência) e carentes (em questão de desenvolvimento humano) da cidade do Recife. Apesar de ser uma *Zona Especial de Interesse Social*<sup>64</sup> (ZEIS), o que, ao menos no plano da lei, deveria garantir a permanência desse assentamento habitacional no tecido urbano, durante décadas, os moradores locais têm resistido à sucessivos projetos de remoção. A partir dos anos 2010, grupos locais, articulados aos ativistas do Ocupe Estelita, passaram a questionar um conjunto de obras viárias e de transporte (ampliação do Terminal Integrado da Joana Bezerra), assim como prédios institucionais (Polo Jurídico), vistos como intervenções que desconsideram as particularidades históricas, culturais e paisagísticas deste bairro popular.

Igualmente, esses grupos também se articularam no ano de 2013 em defesa da Ilha do Zeca, uma Unidade de Conservação da Natureza localizada ao lado da Ilha de Joana Bezerra. Criada em 2003 a partir da Lei nº 16.869, na categoria “Área de Relevante Interesse Ecológico”, essa ilha desabitada apresenta uma vegetação de manguezal. Em 2013, a Ilha esteve no centro de debates quando a Prefeitura da Cidade do Recife, a partir do decreto 26.723/2012, autorizou a construção de prédios de até 28 pavimentos no local. Como a Ilha do Zeca encontra-se situada entre a Ilha do Retiro, Coque e Afogados, bairros com forte especulação imobiliária, grupos articulados ao Ocupe Estelita, Ministério Público e cidadãos diversos passaram a questionar a Prefeitura e solicitar a revisão e anulação do decreto, sob argumento de preservação do local e controle da especulação imobiliária.

Neste sentido, considerando a realidade do Recife, cidade com exíguos espaços públicos disponíveis para o encontro e observação paisagística, a destruição de símbolos e registros paisagísticos que garantem a percepção de uma continuidade histórica se transformou a partir da década de 2000 em tema urgente, contribuindo para colocar o debate paisagístico no centro do debate político. A mobilização social a partir da paisagem se faz com objetivos claros: impedir a destruição e o esquecimento dos testemunhos paisagísticos históricos, mas também a transformação irrefletida e quimérica do horizonte nostálgico e patrimonial do centro original da cidade, com suas morfologias urbanas de ocupação horizontal e assentamentos populares consolidados.

---

<sup>64</sup> Categoria atribuída no Plano Diretor do Recife a áreas de assentamentos habitacionais de população de baixa renda que, em lei, garante a ocupação com finalidade de urbanização e regularização fundiária de assentamentos habitacionais de baixa renda.

### 2.3.2 Eixo Mar: As fronteiras de renovação urbana e estética

Localizado na margem direita da Bacia do Pina, na Zona Sul do Recife, enquadrados nesse eixo o conjunto territorial formado diretamente pelos bairros de Brasília Teimosa e Pina, e indiretamente pelo bairro de Boa Viagem. O eixo se caracteriza pela existência de um conflito paisagístico específico: os embates pela apropriação e transformação do litoral sul recifense, a partir da expansão do modelo de urbanização vertical, turístico e “moderno” representado pelo bairro de Boa Viagem, que expande sua dinâmica urbana sobre os bairros do Pina e Brasília Teimosa. Esse conflito também se vincula ao processo de destruição e/ou transformação de edifícios vinculados ao primeiro ciclo de verticalização dessa zona sul, de gabaritos mais baixos e equipamentos com interesse patrimonial: os edifícios Caiçara, Holiday, Oceania, etc.

Esses conflitos foram intensificados no momento subsequentes à construção da Avenida Brasília Formosa, em 2003, no bairro de Brasília Teimosa, quando foram removidas as palafitas da beira-mar e realizado o processo de “reurbanização” no bairro. Mesmo que a remoção das palafitas e construção da avenida beira-mar tenham relações com demandas locais e populares, os resultados atuais podem ser compreendidos como parte de uma dinâmica territorial mais ampla, onde paisagens espetaculares são cobiçadas por empreendimentos imobiliários e atores sociais mais abastados. A construção da avenida possibilitou a ‘liberação’ da paisagem de beira-mar da “cortina de palafitas”, cujos efeitos atuais estimulam o impulso de novas racionalidades paisagísticas e projetos de intervenção de consumo estético por atores privados e públicos<sup>65</sup>.

Esse conflito pode ser ilustrado a partir de um exemplo. Em maio de 2013, alunos do curso de arquitetura da UFPE apresentaram um projeto de criação de uma *orla poente* para a cidade do Recife, instalada na face leste de Brasília Teimosa<sup>66</sup>. No dia 07 de maio de 2013, o jornal Diário de Pernambuco (importante noticiário local) estampou na capa da edição diária a

---

<sup>65</sup> Como destaca Sales (2017, p. 172-179), a remoção das palafitas e realização do projeto de “requalificação” na orla marítima de Brasília Teimosa era uma demanda antiga da comunidade. A requalificação foi finalizada em 2004, com a aprovação da população, através de um conjunto de ações que envolveram a engorda da faixa de areia da praia, a criação da avenida e instalação de quiosques, restaurantes e equipamentos de esporte e lazer, além da recuperação do muro de proteção existente sobre os arrecifes localizados entre o molhe do Pina e a praia do *Buraco da Véia*, em Brasília Teimosa. Nas palavras de Sales (2017, p. 176) o projeto foi realizado “de forma simples, sem grandes luxos e com um tratamento diferenciado em relação ao Pina e Boa Viagem” a pedido dos moradores, que consideravam que as mudanças deveriam ser feitas dessa maneira para “atizar o mínimo possível o interesse das empreiteiras pelo local”. Neste sentido, compreende-se que a Avenida Brasília Formosa foi uma demanda popular dos moradores de Brasília Teimosa, que expressavam um desejo de usufruto da orla marítima e, conseqüentemente, um desejo pela paisagem. São demandas internas que envolviam o interesse pela orla e pelo descortino da paisagem das palafitas, mas que também temiam os efeitos imobiliários e territoriais dessa obra, com a expansão do modelo de urbanização do Pina e Boa Viagem para a comunidade.

<sup>66</sup> O projeto experimental, produzido para uma disciplina do curso de graduação, demonstrava a viabilidade de transformar a orla leste do bairro em um parque linear, com recomposição da vegetação de restinga e implantação de equipamentos públicos, a partir da fixação de moradores e fortalecimento das relações com a Bacia do Pina.

notícia “Uma nova praia para o Recife”. A matéria apresentava com entusiasmo a possibilidade de construir essa “Brasília Teimosa do futuro, com equipamentos públicos de alto padrão e um local privilegiado para contemplar o Rio Capibaribe”. Para a reportagem, a implantação desse projeto era apresentada como uma solução para *requalificar a precariedade* atual dos espaços da Brasília Teimosa, integrando essa nova orla à dinâmica da Zona Sul<sup>67</sup>.

Ao afirmar que a implantação deste equipamento em Brasília Teimosa possibilitaria a integração desse bairro à Zona Sul, a reportagem expressou um posicionamento recorrente que caracteriza os bairros populares do centro expandido da cidade como periferias, enquanto discontinuidades e espaços a se integrar à dinâmica aparentemente diferenciada da Zona Sul. Essa consideração de Brasília Teimosa se aproxima do discurso do superintendente comercial da Moura Dubeux (uma das empresas imobiliárias de mais forte atuação na cidade) em vídeo produzido por um coletivo de audiovisual local. No vídeo, o representante da empresa fala de seus interesses sobre esse bairro. Conforme suas palavras:

Brasília Teimosa era um local que se não tivesse dado a ocupação que foi dada a ela, era um local excelente porque é um local cercado de água pelos três lados. Então assim, hoje a ocupação que dá nela não se permite mais fazer um empreendimento imobiliário, a não ser que haja uma intervenção severa do poder público né, que realmente rearranje aquele local né, e assim, disponibilize à cidade *pra* um novo empreendimento. Então ela *tá* fadada a não passar daquilo, a não ser que haja uma intervenção severa do poder público, que o poder público ache que é importante que aquele local passe a servir à cidade com hotéis, com marinas, com equipamentos que incentivem ao turismo né... Mas isso é uma visão a médio e longo prazo. A gente tem outras áreas importantes da cidade para reocupar, como as áreas portuárias do Recife, o Cais da rua da Aurora né. Então você tem uma série de outros locais que tem uma relação fundiária mais simples *pra* gente poder ocupar.

Eu sou Antônio Vasconcelos, superintendente comercial da Moura Dubeux, da regional de Pernambuco. Eu sou engenheiro civil, especialista em marketing e trabalho na empresa há quase 10 anos<sup>68</sup>.

Segundo a fala deste representante da Moura Dubeux, percebe-se a vontade de expandir seus negócios até essas áreas, que necessitam ser “disponibilizadas” à cidade, ao mercado imobiliário. Interesse por dotar o “local cercado de água pelos três lados” de equipamentos turísticos adequados ao turismo de lazer litorâneo que tornou o bairro de Boa Viagem famoso. Visualiza-se um projeto de expansão das fronteiras do mercado imobiliário e do turismo local.

<sup>67</sup> Tal discurso não é uma novidade no meio jornalístico local. Como destacou Jan Bitoun, o Jornal do Comércio (outro importante jornal de Pernambuco), já havia publicado um artigo semelhante em 2010. No artigo com título “As favelas cercam a Zona Sul do Recife”, o noticiário apresentou um mapa de delimitação da zona sul do Recife, destacando as favelas como discontinuidades, espaços não integrados à dinâmica da cidade e partes dissonantes do modelo urbano representado pela Zona Sul (BITOUN, 2014).

<sup>68</sup> “Recife MD” (Gabriela Alcântara e Marcelo Pedroso, 2011, 4’). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=CRYHDRi9QRc>>. Acesso em: 12 mar. 2019.



Esses exemplos ajudam a destacar o conflito paisagístico que identificamos nesse *Eixo*: as disputas que envolvem uma apropriação da parte *descontínua* do litoral recifense. Conforme destacamos no tópico anterior, durante o processo de expansão urbana para a zona sul, o bairro de Boa Viagem se configurou como o centro dinâmico dessa expansão, experimentando um rápido processo de verticalização a partir dos anos 1940. Neste processo, os bairros do Pina e Brasília Teimosa permanecerem com um perfil de moradores mais populares. Entretanto, a partir da década de 1990, com a desativação da Rádio Pina, diversas empresas imobiliárias começaram a expandir seus negócios imobiliários na direção desses bairros, estimulando um processo de transformação morfológica e do perfil de moradores.

Assim, o conflito paisagístico desse recorte corresponde ao processo de transformação e/ou reconfiguração territorial desses bairros, especialmente das áreas sinalizadas como ZEIS: Bode, Pina e Brasília Teimosa. Alguns grupos de habitantes têm denunciado uma dinâmica de assédios aos terrenos, remoções e processos de invasão de seus territórios a partir da expansão de projetos imobiliários diversos. Brasília Teimosa se apresenta como um caso exemplar dessa disputa territorial e paisagística, visto que podemos observar na comunidade diversas tentativas de apropriação das *paisagens exuberantes e descortinadas* de sua orla marítima. Processo que o bairro vizinho, o Pina, vem passando desde o século passado, como evidencia a seguinte matéria jornalística de 1940:

O Pina era apenas uma pobre praia de pescadores, ao abandono. Mas, o Pina tomará um grande desenvolvimento, desde que se aterrem os alagados e se construam, na zona beneficiada, casas para a classe média. O que está entretendo ainda o desenvolvimento do Pina é a enorme área de mangues, que em vários pontos chega até o meio-fio da avenida. Removido o mangue e feito o aterro, o bairro tem todas as possibilidades para expandir-se. (Diário de Pernambuco, 08/06/1940, in ANDRADE, 2019).

Brasília Teimosa corresponde a um bairro de origem popular localizado na Zona Sul do Recife, nas margens da Bacia do Pina e da frente marítima da cidade. Com população atual superior aos 20 mil habitantes, o bairro teve sua ocupação iniciada na década de 1930, quando famílias começaram a ocupar a chamada Coroa dos Passarinhos, areal drenado e aterrado pelo governo local para fazer a tancagem do porto (ARAÚJO, 2007). Com o processo histórico de ocupação desse ‘Areal Novo’, o bairro se apresenta como uma das mais importantes expressões espaciais da resistência e da luta por permanência da cidade.

A morfologia deste espaço guarda aspectos de um processo histórico de construção da cidade, através da forte relação que as pessoas que construíram esses espaços tiveram – e ainda tem – com os rios, com as atividades econômicas e sociais dos estuários do Recife, com uma paisagem praieira e da pesca, de rio e de mar. O bairro foi a primeira Zona Especial de Interesse

Social (ZEIS) do Recife, instituída em 1983, categoria atribuída para áreas de assentamentos habitacionais de população de baixa renda, o que, em lei, garante sua ocupação com finalidade de urbanização e regularização fundiária dos assentamentos habitacionais de baixa renda.

Como destaca Lacerda (2011), Brasília Teimosa encontra-se localizada numa paisagem preciosa e dinâmica do Recife, resistindo desde o início de sua ocupação para permanecer neste espaço adquirido. Igualmente, a autora destaca que o bairro se constitui enquanto um território pois seus comportamentos são moldados pela situação de resistência histórica e cotidiana, que possibilita a formação de um campo de forças, de uma rede de relações sociais capaz de definir uma diferença entre os da “comunidade” e os “de fora” (LACERDA, 2011).

Até o começo dos anos 2000 o bairro esteve fortemente marcado no imaginário local pela presença de um conjunto de palafitas na beira-mar, moradias em situação de risco e de baixa qualidade. Desde os anos 2000, uma série de intervenções tem dotado o bairro de algumas infraestruturas básicas, além de ter urbanizado sua orla marítima com a remoção das palafitas e construção da Avenida Brasília Formosa (Figuras 09). Muito embora visualidades da pobreza ainda possam ser verificadas no bairro, Brasília Teimosa encontra-se localizada numa paisagem preciosa e dinâmica do Recife. Por isso, identificamos um processo crescente de disputa urbana que tem “descortinado” a paisagem desse bairro e possibilitado a abertura de caminhos para a especulação imobiliária, verticalização das residências locais e transformações em seu padrão social e construtivo.

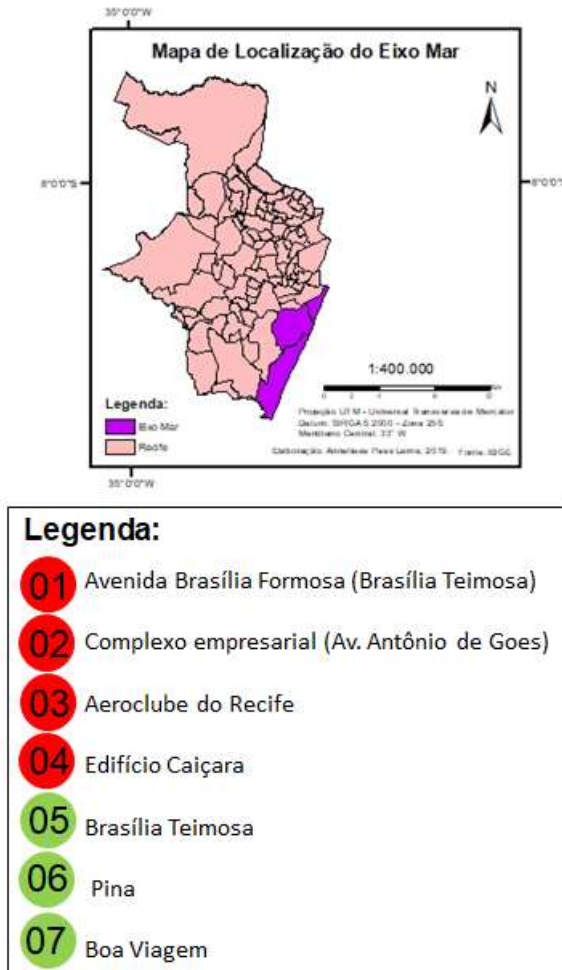
Um exemplo dessa transformação tem sido constantemente denunciado pelos moradores de Brasília Teimosa, como destacado pela reportagem publicada na Folha de São Paulo no dia 09/09/2010. Intitulada “Teimosa e cobiçada”, a reportagem foi uma das primeiras denúncias sobre a crescente especulação imobiliária observada no bairro de Brasília Teimosa, posterior à revitalização prometida na campanha eleitoral do presidente Luís Inácio Lula da Silva. Segundo a reportagem, vários imóveis na orla de Brasília Teimosa têm sido vendidos por preços altos, conforme uma “alegoria do faroeste que se projeta sobre a região”, com grupos de empresários e especuladores que almejam a posse de grandes terrenos<sup>69</sup>.

---

<sup>69</sup> Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po0909201041.html>>. Acesso: 22 mai. 2019.

Mapa 04 – Eixo Mar: Delimitação e caracterização

## Mapa de Delimitação e Caracterização do Eixo Mar



Elaboração: Anelise Paes Leme e David Tavares Barbosa, 2019. Fonte: Google Earth.

## Figuras 08 – Eixo Mar: Caracterização



08a – Avenida Brasília Formosa.  
Fonte: Foto do autor, dez. 2016.



08b – Complexo empresarial Av. Antônio de Goes.  
Fonte: Foto do autor, jan. 2014.



08c – Aeroclube do Recife.  
Fonte: <<https://globoplay.globo.com/v/6254602/>>. 24 jan 2020.



08d – Edifício Caiçara.  
Fonte: <https://www.vitruvius.com.br/>. 24 jan. 2020.



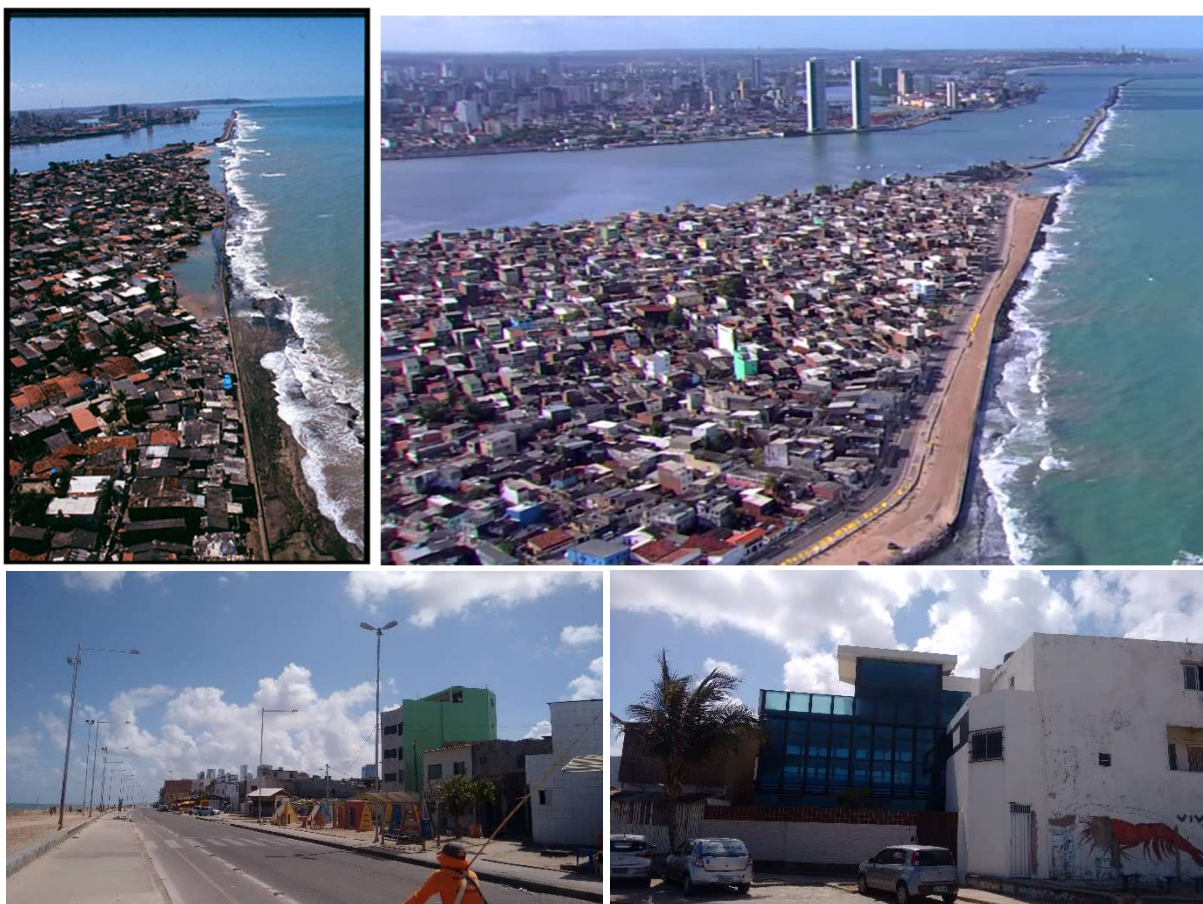
08e – Brasília Teimosa.  
Fonte: Foto do autor, nov. 2017.



08f – Pina e Boa Viagem (ao fundo) a partir de Brasília Teimosa.  
Fonte: Foto do autor, set. 2015.

Há que se explicar a razão de considerarmos a produção da avenida beira-mar do bairro como desencadeador de um conflito paisagístico. Onde hoje há a avenida, existia até 2004 um conjunto de palafitas em plena beira-mar. Após promessa de campanha eleitoral, o presidente eleito Luís Inácio Lula da Silva urbanizou essa orla marítima do bairro, realocando a população residente em palafitas para um conjunto residencial na zona oeste da cidade. Mesmo que a remoção das palafitas e a construção da avenida beira-mar sejam justificadas pela urgência das obras e tenham relações com as demandas locais e populares, os resultados atuais podem ser compreendidos como parte de uma dinâmica territorial mais ampla, verificada no ambiente do estuário como um todo.

Figuras 09 – Da Brasília Teimosa à Brasília Formosa



09a (da esquerda para a direita): Orla de Brasília Teimosa antes da intervenção. Fonte: <<https://www.flickr.com/photos/alxauler/>>. Acesso em: 28 jun. 2019.

09b: Orla de Brasília Teimosa, com a avenida Brasília Formosa já construída. Também pode ser observada as *Torres Gêmeas* já construídas, na outra margem da Baía do Pina. Fonte: <<https://pt.org.br/com-lula-e-joao-paulo-brasil-ia-teimosa- virou-brasil-ia-formosa/>>. Acesso em: 28 jun. 2019.

09c – Avenida Brasília Formosa. Fonte: Foto do autor, novembro de 2017.

09d – Novos padrões de habitações construídas na Brasília Teimosa, posterior à construção da avenida Brasília Formosa. Fonte: Foto do autor, novembro de 2017.

No momento subsequente à construção da Avenida Brasília Formosa, consideramos que há o desenvolvimento de um conflito paisagístico que se estende até a atualidade. O processo

iniciado de reurbanização no bairro e a construção da avenida possibilitou a “liberação” da paisagem de beira-mar da sua “cortina de palafitas”, cujos efeitos atuais estimulam o impulso de novas racionalidades paisagísticas e projetos de intervenção por atores privados e públicos. Assim, ao considerar a construção da avenida como uma questão paisagística, consideramos que a construção corresponde a uma *antecipação espacial* que estimulou a transformação do perfil construtivo e social do bairro, além de impulsionar novas racionalidades paisagísticas<sup>70</sup>.

A implantação da avenida beira-mar deu visibilidade e criou amenidades à paisagem, transformando o bairro como alvo constante da especulação imobiliária e de expansão do perfil urbano representado por Boa Viagem. Desde então, esse bairro tem sido cercado por algumas “fronteiras de estetização”: uma espécie de linha de isolamento estético ainda em produção que, a partir de um conjunto de reformas, da instalação de novos equipamentos e intervenções por atores privados e públicos que transformam as morfologias locais. Identificamos três linhas de isolamento estético: primeiro, na fronteira da avenida beira-mar onde, posterior a reforma, se observa a multiplicação de restaurantes, quiosques e outros equipamentos de lazer, seguindo os padrões de uso do restante da orla marítima.

A segunda fronteira de estetização se encontra na fronteira sul, no contato do bairro com o binário formado pelas avenidas Antônio de Gois e Herculano Bandeira, que ligam o centro do Recife com a zona sul. Nessas vias se observa a expansão de grandes edifícios empresariais (alguns em terrenos antes pertencentes à ZEIS Brasília Teimosa<sup>71</sup>), que tapam a visão interna do bairro, mas também estimulam processos de transformação morfológica das habitações. Por fim, há um cordão de estetização em expansão na orla leste (Bacia do Pina), onde é possível observar a expansão de residências de alto padrão e arquiteturas diferenciadas, construídas ao lado das casas autoconstruídas (palafitas) que ainda persistem nessa porção do bairro.

Ademais, sobre as possíveis transformações no padrão social e construtivo do bairro, acreditamos que a transformação para *melhor*, em si, não se trata de um problema. A questão que queremos destacar é que esse processo se coaduna com um processo de enobrecimento do estuário sul, a partir da captura das paisagens para um consumo estético de grupos privilegiados,

---

<sup>70</sup> A antecipação espacial aqui mencionada corresponde à ideia apresentada por Roberto Lobato Corrêa: “[...] prática que pode ser definida pela localização de uma atividade em um dado local antes que condições favoráveis tenham sido satisfeitas. [...] Antecipação espacial significa reserva de território, significa garantir para o futuro próximo o controle de uma dada organização espacial, garantindo assim as possibilidades, via ampliação do espaço de atuação, de reprodução de suas condições da produção (CORRÊA, 2008, p. 39).

<sup>71</sup> Caso do JCPM Trade Center, sede de importante grupo empresarial e conglomerado de mídia local, o Grupo JCPM Participações e Empreendimentos S.A., construtor e administrador de diversos *shopping centers* na cidade do Recife e na região Nordeste, além de administrador do Sistema Jornal do Commercio de Comunicação. A sede do grupo foi construída em terreno pertencente à ZEIS Brasília Teimosa mas que, via manobra legal, a Prefeitura alterou o perfil do terreno e permitiu a construção do edifício empresarial.

e que estariam apagando/substituindo identidades e histórias locais em benefício da promoção de uma “paisagem-privilégio”.

Alguns grupos locais têm buscado resistir a esses processos de transformação a partir de ações vinculadas à luta urbana ‘clássica’: via Associação de Moradores, grupos vinculados aos pescadores, ao processo de instituição da ZEIS e participação no PREZEIS, ações de direito à moradia, dentre outros. A narrativa paisagística “interna” não se faz a partir da mobilização de uma valorização estética-cênica-espetacular, mas a partir de uma paisagem-memória, a partir do destaque dos modos de ser/habitar que se fazem presentes. Essa articulação de resistências revela uma tentativa de criar uma sensação de “segurança” histórica e de estabilidade social.

Assim, observamos uma estratégia política de apropriação da paisagem como estratégia e objeto de luta: a mobilização de geossímbolos e *expressões espaciais de resistência* com papel central na produção de narrativas e imagens que apresentam o bairro como uma conquista política importante à cidade. Há de forma constante a mobilização (narrativa e imagética) de geossímbolos como as palafitas, da praia do “*Buraco da Véia*”, dos barcos de pescadores, da história de luta urbana e de conquistas, quer dizer, de geossímbolos que reforcem o imaginário da “teimosia” característica da construção desse espaço. Rememoração da “teimosia”, da luta histórica pela permanência em seus territórios enquanto lembranças que funcionam como um dispositivo discursivo e político constantemente agenciado nas disputas urbanas.

### **2.3.3 Eixo Mangue: O espetáculo estético e econômico dos manguezais**

Finalmente, o terceiro recorte analítico considerado corresponde ao conjunto territorial formado pela Via Mangue, Shopping RioMar, Parque dos Manguezais e a comunidade da Ilha de Deus. Localizado na parte mais interior do estuário sul, entre os bairros do Pina, Boa Viagem, Imbiribeira e Afogados, nesse *eixo* identificamos alguns conflitos, que envolvem a disputa pela apropriação e/ou transformação da paisagem do mangue. Trata-se de desacordos sociais que se desenvolvem a partir da apropriação (econômica, urbanística e retórica) do lado ecológico do estuário, especialmente dos manguezais. Conflito vinculado ao processo de espetacularização do mangue, de aproximação e mobilização dos mangues locais como um elemento estético, ecológico e identitário. Nesse recorte, a paisagem aparece nos debates e ações a partir de uma retórica ecológica, onde se destaca o caráter pitoresco, espetacular e patrimonial desse lado natural da cidade, mas também a partir do debate sobre as expressões das relações diretas de convivência de grupos locais (autóctones e resilientes) com o estuário.

Esses projetos se desenvolvem nos espaços diretamente vinculados ao Parque Natural Municipal dos Manguezais, considerado como Unidade de Conservação da Natureza desde o

ano de 2010, a partir de seus valores ambientais, culturais e científicos. Como destacado acima, as zonas de mangues no Recife ganharam novas interpretações sociais e culturais ao longo da década de 1990, a partir de um duplo processo de ressignificação cultural: a preocupação ecológica crescente no cenário global e a ascensão local do movimento cultural *Mangue Beat*. O manguezal do Pina, nomeado como Parque Natural Municipal dos Manguezais Josué de Castro<sup>72</sup>, se constitui como um exemplar representativo do sítio original da cidade do Recife e elemento peculiar da sua paisagem urbana. Localizado na parte mais interior desse estuário sul, encontra-se entre os bairros do Pina, Boa Viagem e Imbiribeira, apresentando uma extensão de 320,34 hectares, com 225,82 hectares de mangue e quase 70% da área propriedade da Marinha.

Se as Zonas de Ambiente Natural são estabelecidas a partir dos cursos e corpos d'água, o encontro desses ambientes formou o complexo de manguezais do Pina, reconhecido no Plano Diretor como Parque Natural Municipal dos Manguezais e classificada como Unidade de Conservação da Natureza<sup>73</sup>. Essa Unidade foi enquadrada como Parque em 2010, a partir do decreto de regulamentação da lei nº 25.565/2010 que o classificou como “Parque Natural Municipal dos Manguezais Josué de Castro”, enquanto parque natural de contemplação, educação ambiental, patrimonial, científico e de turismo ecológico.

Apesar do conjunto de legislações e abordagens diferenciais desses ambientes no Plano Diretor, esses enfoques não têm garantido a preservação/requalificação da qualidade ambiental e paisagísticas desse estuário. Esses espaços se caracterizam a partir de um elevado grau de degradação ambiental, com impactos crescentes causados pela poluição, pela destruição dos ecossistemas costeiros e expansão de empreendimentos que não respeitam a legislação urbana. Assim, apesar da importância histórica, social e ambiental desses elementos físico-naturais, esses se apresentam como alvo crescente de questionamentos sobre a baixa qualidade ecológica e paisagística desse ambiente urbano.

---

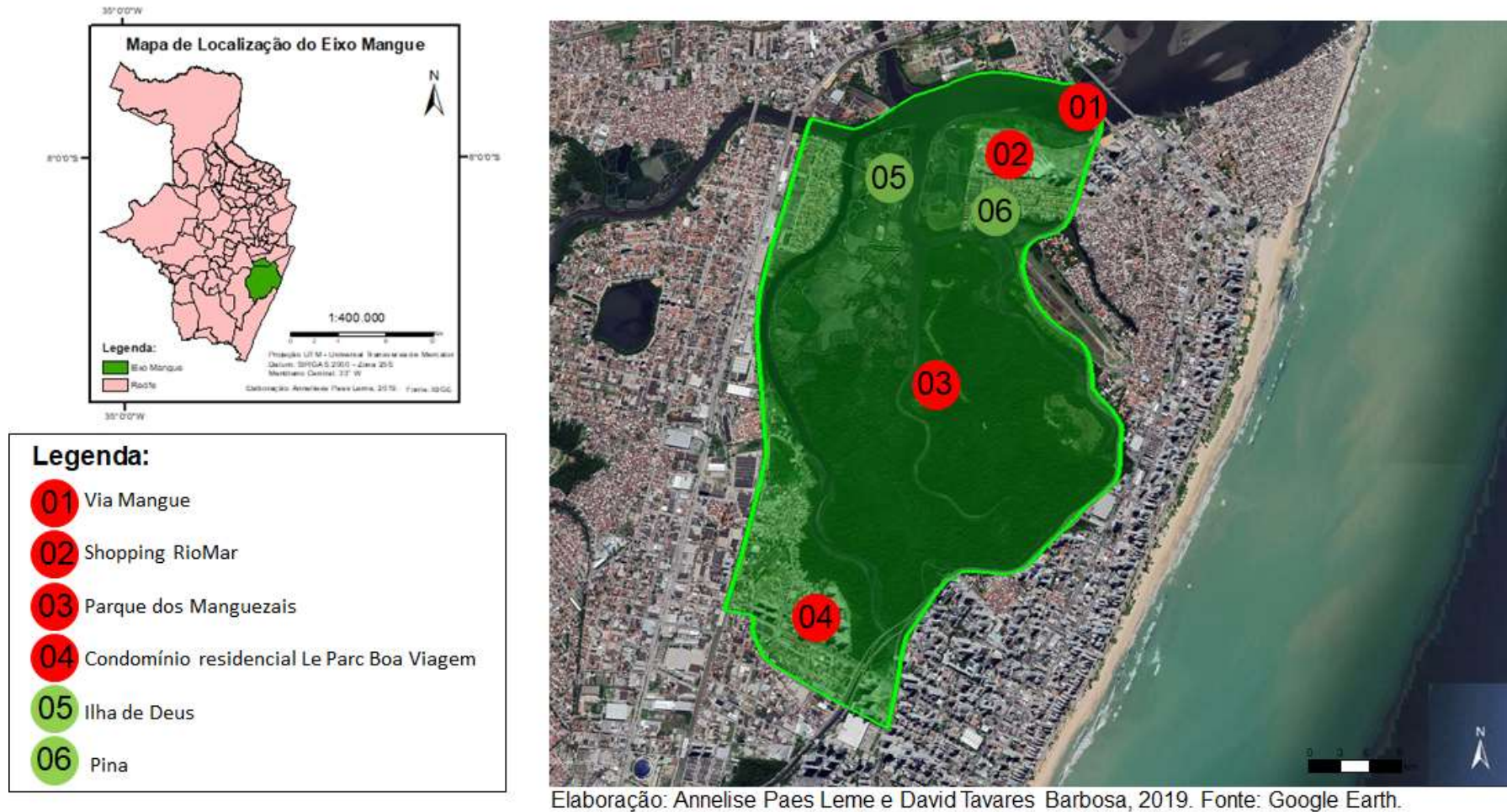
<sup>72</sup> A Prefeitura do Recife formalizou a criação do Parque dos Manguezais no ano de 2010, quando a Marinha do Brasil, a partir do seu Comando do 3º Distrito Naval, lançou o edital de licitação de concorrência para a venda do terreno que estava sob sua posse e onde se localizava a antiga Rádio Militar no Pina. O Parque foi definido no mesmo dia da divulgação pela Marinha do Brasil da intenção de venda desse terreno.

<sup>73</sup> “As Unidades Protegidas são unidades que apresentam mata, mangue, curso ou corpo d'água, bem como aquelas de interesse ambiental ou paisagístico necessárias à preservação das condições de amenização climática, destinadas a atividades recreativas, esportivas, de convivência ou de lazer; [...] As Unidades Protegidas são espaços legalmente instituídos pelo Poder Público Municipal, que exigem definição de usos e diretrizes especiais, tendo em vista sua importância ambiental ou paisagística, sendo necessária a sua preservação, conservação, recuperação dos recursos ambientais”. Essas Unidades compreendem: os Jardins Botânicos (JB); as Unidades de Conservação da Natureza (UCN); as Unidades de Conservação da Paisagem (UCP); e, Unidades de Equilíbrio Ambiental (UEA) (Artigos 124-125, Lei nº 17.511/2008). As “Unidades de Conservação da Natureza (UCN), caso do Parque dos Manguezais, são recortes territoriais e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo Poder Público com objetivos de conservação e limites definidos, sob regimes especiais de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção” (Artigo 125, Lei nº 17.511/2008).



Mapa 05 – Eixo Mangue e Conflitos paisagísticos identificados

## Mapa de Delimitação e Caracterização do Eixo Mangue



Produção e organização: Anneliese Paes Leme e David Tavares Barbosa, 2019. Data da imagem do Google Earth: novembro de 2019.

### Figuras 10 – Eixo Mangue: Caracterização



10a – Via Mangue, vista panorâmica.

Fonte: <[http://www.copa2014.gov.br/pt-br/dinamic/galeria\\_imagem/39976](http://www.copa2014.gov.br/pt-br/dinamic/galeria_imagem/39976)>. Acesso: 24 jul. 2015.



10b – Shopping RioMar.

Fonte: Foto do autor, jan. 2014.



10c – Parque dos manguezais, a partir da Ilha de Deus.

Fonte: Foto do autor, dez. 2017.



10d – Le Parc Boa Viagem.

Fonte: <<https://www.youtube.com/watch?v=wMcyQZV4H8I>>. Acesso: 24 jan. 2020.



10e – Ilha de Deus.

Fonte: <<http://www.centrosaberviver.org.br/>>. Acesso: 24 jan. 2020.



10f – Pina, Comunidade do Bode.

Fonte: Foto do autor, dez. 2014.

Nesse eixo de análise, acreditamos que as disputas que envolvem a apropriação desse lado ambiental e paisagístico do mangue foram intensificadas no final da década de 1990, a partir da proposição da Linha Mangue (atualmente, Via Mangue). Essa via corresponde a uma intervenção de mobilidade urbana apresentada pela Prefeitura do Recife, enquanto uma ação de preservação ecológica pensada para complementar as rotas de trânsito da zona sul do Recife. Os estudos sobre a via começaram em 1997, com o nome de Linha Verde, durante a gestão de Roberto Magalhães na Prefeitura do Recife. Em 2004, o projeto foi rebatizado como Via Mangue, tendo sua primeira etapa realizada entre 2005 e 2008 com a construção do túnel do Pina e ruas no entorno (no mandato do prefeito João Paulo). A segunda etapa foi iniciada em 2011 (em momento próximo ao início da construção do RioMar e do decreto de criação do Parque dos Manguezais), com obras finalizadas em janeiro de 2016.

De forma correlata à consolidação da Via Mangue, toma forma também um processo de *limpeza* da paisagem local para tornar as paisagens locais mais atrativas. Anterior à construção dos novos empreendimentos imobiliários (*Torres Gêmeas*, RioMar, Novo Recife, etc.), e como obras que fazem parte do projeto de intervenção da via expressa, algumas ações governamentais removeram palafitas e realizaram reformas nos bairros autoconstruídos locais: obras na Brasília Teimosa (sinalizado no ponto anterior), na Ilha de Deus e remoção de um conjunto de palafitas, como o caso mais emblemático da comunidade da Bacardi (onde hoje está o Shopping RioMar).

Conforme destacamos acima, as ações governamentais de remoção das palafitas são justificáveis para resolver o problema dessas habitações precárias e insalubres, além de estarem conectadas com as demandas locais e populares das pessoas que vivem nesses espaços<sup>74</sup>. Em nossa abordagem, não questionamos a necessidade e urgência dessas ações. Buscamos apenas considerar que essas ações se articulam aos processos mais amplos de transformação da imagem (e dos imaginários) da paisagem guardada na memória dos recifenses: o Recife da pobreza, das marcas da desigualdade social brasileira representadas pelas habitações precárias dentro da maré. Difunde-se a superação dessas marcas da desigualdade a partir da difusão de um *mangue-ecológico* que é esvaziado de gente e vira um *cenário*, uma paisagem verde que agrega valor aos empreendimentos imobiliários e valoriza a imagem da cidade.

---

<sup>74</sup> Algumas dessas ações estavam articuladas ao programa “Recife sem palafitas”, um programa realizado pela Prefeitura do Recife em parceria com o Ministério das Cidades e que atuou na requalificação urbana de áreas alagadas com ocorrência de palafitas, com foco na construção de “moradias dignas” aos seus habitantes. O projeto envolvia um conjunto de ações urbanísticas, ambientais, socioeconômicas e culturais em benefício das famílias residentes em palafitas. A primeira área contemplada do projeto foi Brasília Teimosa, na ação que removeu as palafitas da orla marítima e criou o trecho de 1,3 km de orla marítima. Maiores informações sobre o programa: <http://www.recife.pe.gov.br/especiais/recifeseempalafitas/index.php>

Neste sentido, o processo de transformação observado nas duas comunidades (Brasília Teimosa e Ilha de Deus) será aqui considerado como o ponto inicial desse conflito que envolve a mudança da imagem da cidade. Essas ações de transformação morfológica se articulam aos projetos posteriores de *modernização* da cidade, com a expansão de várias torres modernas, que promovem uma transformação morfológica, urbanística e toponímica, quer dizer, uma mudança na imagem e na paisagem da cidade.

Igualmente, a consolidação da Via Mangue, em conexão com as reformas realizadas nos bairros autoconstruídos próximos à via, estimularam uma expansão e valorização da atividade imobiliária em todo o estuário sul, a partir da expansão de grandes empreendimentos que se apropriam das particularidades estéticas e paisagísticas dessa área de manguezal: os edifícios residenciais do *Le Parc*, o *Shopping RioMar*; os debates que envolvem as futuras reformas do aeroclube<sup>75</sup>; um conjunto de novos empreendimentos que se multiplicam no bairro do Pina e nos terrenos vizinhos à Via Mangue; e também, a própria Via Mangue, construída buscando valorizar pontos de observação da paisagem e que projetou a construção de um mirante na ponte estaiada, porta de entrada da via e principal acesso ao *shopping RioMar*.

O RioMar, por sua vez, corresponde a um centro comercial que tem desempenhado um papel destacado na transformação imagética e paisagística desse eixo de análise. Desenvolvido pelo Grupo JCPM Participações e Empreendimentos S.A., grupo empresarial de histórica atuação nos setores da comunicação, da construção de *shoppings centers* e do ramo imobiliário da cidade do Recife<sup>76</sup>, o centro comercial apresenta uma área total de 295 mil m<sup>2</sup>, considerado

---

<sup>75</sup> Inaugurado em 1940, o Aeroclube do Recife se localiza em terreno vizinho ao atual Parque dos Manguezais. O terreno foi desapropriado em 2013, quando o Governo do Estado de Pernambuco conseguiu a reintegração de posse do terreno, depois de um processo judicial que tramitava desde 2004. A desapropriação fez parte das ações que envolveram a construção da Via Mangue. Desde então, o terreno tem sido alvo de debates que envolvem os moradores do Pina, Bode, Encanta Moça e Boa Viagem. Alguns moradores querem que sejam construídos um conjunto de habitacionais. Outros, demandam a construção de um parque público. Conforme demonstra uma reportagem do jornal Diário de Pernambuco, o futuro uso do terreno do aeroclube está vinculado com a “disputa pelo entorno da Bacia do Pina, que tem o terceiro metro quadrado mais caro da Região Metropolitana do Recife”, onde a Prefeitura do Recife e Governo do Estado de Pernambuco têm buscado uma exploração econômica e ambiental da área. Por fim, convém esclarecer que a reurbanização da área do Aeroclube a partir da construção de um habitacional para os moradores do Bode foi promessa de campanha de Geraldo Júlio (atual prefeito do Recife). Promessa semelhante às de Luís Inácio Lula da Silva na campanha eleitoral para presidente, em 2002, a respeito das reformas de Brasília Teimosa, e de Eduardo Campos, na campanha para Governador de Pernambuco em 2007, que prometeu em campanha a urbanização da Ilha de Deus. Maiores informações: <[https://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/vida-urbana/2018/11/13/interna\\_vidaurbana,768148/uso-de-terreno-do-aeroclube-para-construcao-de-habitacionais-nao-e-con.shtml](https://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/vida-urbana/2018/11/13/interna_vidaurbana,768148/uso-de-terreno-do-aeroclube-para-construcao-de-habitacionais-nao-e-con.shtml)>. Acesso em 11 dez. 2018.

<sup>76</sup> O grupo responsável por este centro comercial já havia tentado viabilizar a construção de um shopping nas margens da bacia do Pina, em terreno no começo da Avenida Agamenon Magalhães, terras de um estacionamento construído pela prefeitura, dentro da comunidade do Coque. O debate desse projeto ocorreu nas décadas de 1970 e 1980, quando a Prefeitura do Recife tentou vender o terreno ao grupo Bompreço para implantação do *shopping center* na comunidade. Uma antecipação espacial momentaneamente infrutífera, mas que demonstra o quão tentador tem sido os “espaços vazios” do entorno da Bacia do Pina para o empresariado local (BARBOSA, 2014).

como o maior centro de compras do Norte/Nordeste. Esse centro comercial utiliza a localização paisagística como um aspecto particular que agrega valor à arquitetura e à experiência do lugar. Igualmente, o espaço é intencionalmente cercado por um cinturão de “renaturalização”: uma área de mangue replantada que funciona como um tipo de “cordão biológico” que separa o empreendimento das margens da Bacia do Pina, mas também agrega valor ao shopping e aos seus pontos de observação.

Neste sentido, a reconsideração do mangue como fator identitário à cidade se expressa de forma destacada nesse eixo a partir da apropriação da paisagem via pontos de observação diversos. Se expandem espaços de observação paisagística públicos (caso do mirante construído na ponte de entrada da Via Mangue), semipúblicos (como o construído no *Shopping RioMar*) e privados (a expansão de torres com referências direta às paisagens, cujo destaque à paisagem observada das *varandas gourmets* agrega valor aos empreendimentos).

De forma correlata, frente aos processos de apropriação da qualidade estética/ambiental do mangue por esses grupos econômicos/hegemônicos, grupos de moradores, ONGs e atores políticos heterogêneos também têm utilizado algumas retóricas ecológicas para questionar tais intervenções e construir estratégias de aproveitamento das particularidades paisagísticas locais. Duas ações ganharam força a partir do ano de 2015: a implementação de um passeio turístico de catamarã com destino à Ilha de Deus; as demandas de grupos de moradores para a instalação de um parque público no terreno do aeroclube.

O passeio de catamarã para a Ilha de Deus corresponde a um passeio turístico que busca apresentar aos turistas (locais e de fora) um Recife com relação direta e evidente com as zonas de mangues da cidade. *Tour* planejado a partir da parceria entre a *Catamaran Tours* e a ONG Saber Viver<sup>77</sup>, o passeio se apoia na histórica relação dos habitantes dessa comunidade com a atividade pesqueira, assim como a proximidade da Ilha com o Parque dos Manguezais. Com discurso paisagístico evidente, o passeio foi construído e apresentado ao público com o objetivo de aproximar a cidade dessa paisagem isolada, a partir dos valores ambientais e da convivência (cotidiana e em sentido estrito) com o ambiente do estuário.

Outro tipo de demanda social baseado nas particularidades estéticas dos manguezais da cidade corresponde aos debates sobre a solução para o terreno do aeroclube do Pina. Nesse debate, alguns grupos têm solicitado ao Governo do Estado e Prefeitura do Recife a construção

---

<sup>77</sup> O Centro Educacional Popular Saber Viver corresponde a uma ONG fundada em 1983 com atuações na comunidade da Ilha de Deus, onde desenvolve ações sociais, de educação ambiental, culturais e esportivas para os moradores locais e dos entornos. A ONG construiu em conjunto com a Catamaran Tours o passeio turístico de catamarã. Site na internet: <<http://www.centrosaberviver.org.br/>>. Acesso em 12 mar. 2019.

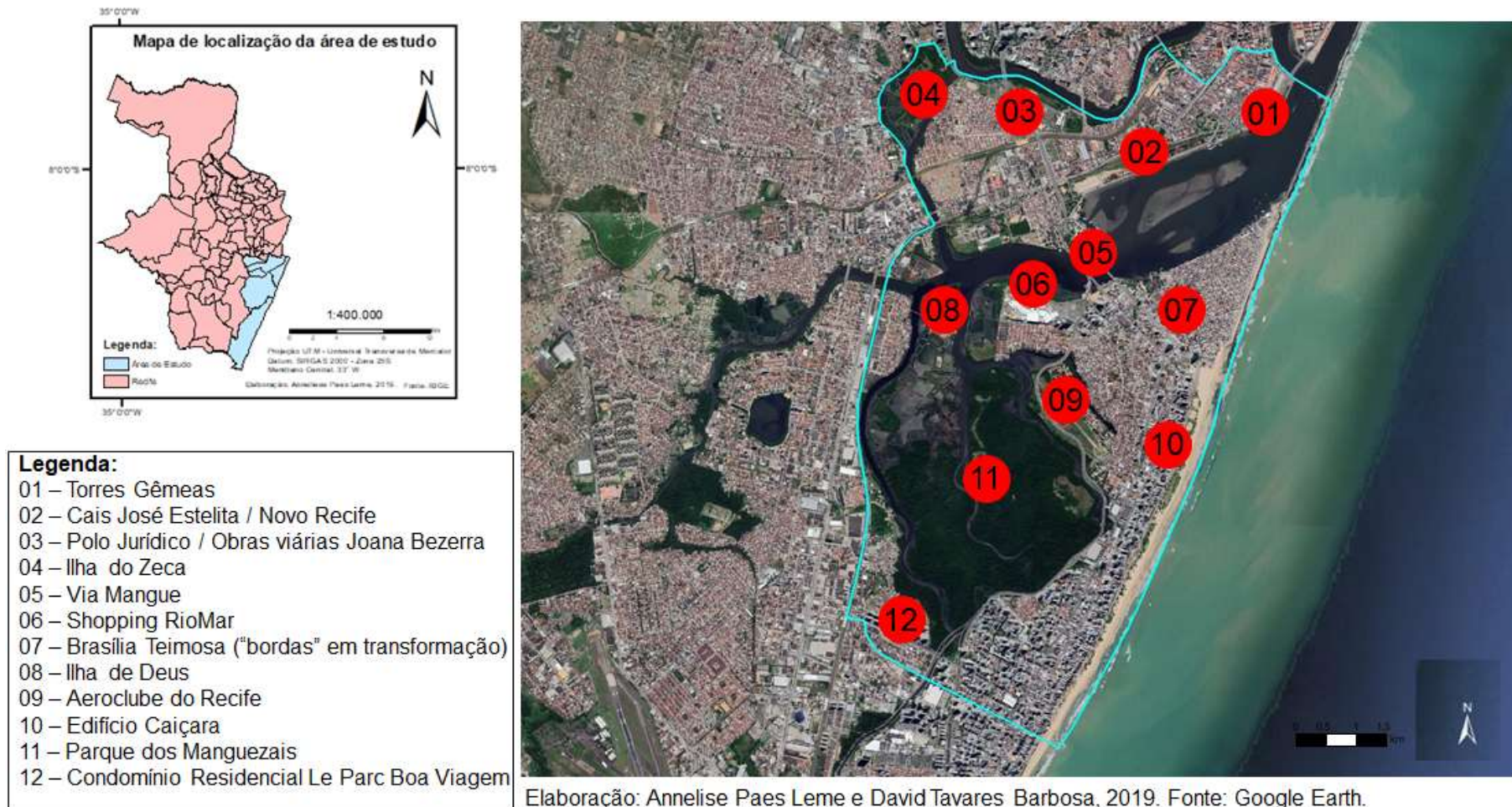
de um parque público para convivência com a natureza e observação da paisagem do Parque dos Manguezais. A partir da criação de movimentos como o *#PeloParqueBV* e *AeroParque Encanta Moça*, demandam a construção do parque como condição de valorização da área verde da cidade e ambiente para a convivência e reaproximação da cidade com sua natureza<sup>78</sup>.

---

<sup>78</sup> O movimento pelo ParqueBV foi lançado pelo vereador Wanderson Florêncio em agosto de 2017, em discurso na tribuna da Câmara de Vereadores do Recife. Ele se apoiou na existência de um projeto anterior, o movimento chamado como “Aero Parque Encanta Moça”, apoiado pelo então Ministro das Cidades, Bruno Araújo, que também tinha a proposta de construção de um parque verde no terreno do antigo Aeroclube do Recife. Página dos grupos: <<https://www.facebook.com/aeroparqueencantamoca>>; <<https://www.facebook.com/peloparquebv/>>. Acesso em: 27 nov. 2019.

Mapa 06 – Mapa dos conflitos paisagísticos no Estuário Sul

## Mapa dos Conflitos Paisagísticos no Estuário Sul



Produção e organização: Annelise Paes Leme e David Tavares Barbosa, 2019. Data da imagem do Google Earth: novembro de 2019.

Quadro 01 – Conflitos paisagísticos identificados no Estuário Sul do Recife

Conflitos Paisagísticos – Estuário Sul do Recife				
	Conflito Paisagístico	Contexto de emergência	Atores envolvidos	Controvérsias paisagísticas
1	Torres Gêmeas	Projeto proposto em 2003, com obras iniciadas em 2004. A construção foi finalizada no ano de 2008.	Debates entre os empreendedores (Moura Dubeux Engenharia S.A.), arquitetos e técnicos de órgãos institucionais (do Ministério Público Federal, da Prefeitura da Cidade do Recife e do IPHAN-PE) e grupos de pressão na sociedade civil.	Transformação da paisagem panorâmica ( <i>skyline</i> ) do centro histórico-geográfico do Recife; expansão de estratégias de consumo estético das paisagens.
2	Projeto Novo Recife	Terreno do Cais José Estelita leiloado pela União em 2003; Projeto Novo Recife apresentado à Prefeitura do Recife em 2008 e anunciado em audiência pública no ano de 2012. As obras foram iniciadas em 2019.	Consórcio Novo Recife (Moura Dubeux, Queiroz Galvão, GL Empreendimentos e ARA Empreendimentos); Prefeitura da Cidade do Recife; IPHAN e IPHAN-PE; Movimento Ocupe Estelita e Grupo Direitos Urbanos.	Transformação da paisagem panorâmica ( <i>skyline</i> ) do centro histórico-geográfico do Recife; expansão de estratégias de consumo estético das paisagens vs demandas cidadãs pelo direito à paisagem.
3	Obras no Coque (Ilha de Joana Bezerra): Polo Jurídico e obras para infraestruturas de transporte	A partir de 2010, através da proposta do plano de Operação Urbana Consorciada Joana Bezerra que propõe a construção do Polo Jurídico no Coque. Posteriormente, debates ampliados em 2012, com as obras de ampliação do Terminal Integrado da Joana Bezerra.	Prefeitura da Cidade do Recife; Governo do Estado de Pernambuco; Instituições jurídicas em atuação no Estado de Pernambuco: TJPE, MPPE, OAB-PE. Grupos contrários à intervenção: Coque (R)Existe, Coque Vive, Ocupe Estelita, Direitos Urbanos.	Obras que promovem transformações urbanísticas (imagéticas e paisagísticas) de uma territorialidade popular histórica da cidade. Grupos locais que denunciam as obras como pressões especulativas e imobiliárias que estimulam remoções e desterritorializações dos moradores.
4	Ilha do Zeca	Discussões a partir de 2008, com a publicação de dois decretos pela Prefeitura da Cidade do Recife: Decreto 23.825/08 e o Decreto 26.723/12 que criam permissões para construções dentro da Ilha do Zeca,	Prefeitura do Recife, que propõe os dois decretos que permitem a expansão imobiliária para a Ilha do Zeca; Grupos que questionam a validade e legalidade dos decretos: vereadores da	Expansão da exploração imobiliária e de consumo estético das paisagens em zonas de preservação ambiental da cidade do Recife.



		uma das Zona Especial de Preservação Ambiental (ZEPA) previstas em lei.	oposição, grupo Direitos Urbanos, Ministério Público de Pernambuco.	
5	Via Mangue	A partir de 1997, com o início dos estudos para a implementação da via expressa, então nomeada como Linha Verde. As obras foram concluídas e a Via Mangue foi inaugurada em 2016.	Obras que envolveram as três esferas da Federação Brasileira: Governo Federal do Brasil, Governo do Estado de Pernambuco e Prefeitura da Cidade do Recife; Obras executadas pela Construtora Queiroz Galvão.	Construção que contribuiu para a expansão da exploração imobiliária e para a abertura de novas vistas ao consumo estético das paisagens mais internas do estuário do Recife (a zona dos manguezais).
6	Shopping RioMar	Centro comercial que começou a ser construído em 2010. Inaugurado no primeiro semestre de 2012.	Construído pelo Grupo JCPM Participações e Empreendimentos S/A, com apoio do Governo do Estado de Pernambuco e Prefeitura do Recife.	Expansão do consumo estético das paisagens do estuário, sobretudo do uso de uma perspectiva panorâmica de apreciação paisagística.
7	Brasília Teimosa: “bordas” em transformação	A partir do início da década de 2000, com a expansão de um conjunto de empresariais na avenida Antônio de Góes e processo de urbanização da orla de Brasília Teimosa (2003).	Obras que envolveram o Governo Federal do Brasil, o Governo do Estado de Pernambuco e a Prefeitura da Cidade do Recife.	Processo de renovação urbana e estética das bordas de Brasília Teimosa, responsáveis por promover uma mudança imagética e paisagística do bairro, assim como tentativas de apropriação pelo setor imobiliário das paisagens descortinadas de sua orla marítima.
8	Ilha de Deus	Em 2006, a partir de promessa de campanha do então candidato ao Governo do Estado de Pernambuco, Eduardo Campos (PSB). Quando eleito, formalizou a Ilha de Deus como ZEIS e começou a urbanização, contribuindo para um processo de mudança morfológica, urbanística e paisagística local.	Na urbanização da Ilha de Deus, participaram o Governo do Estado de Pernambuco e a Prefeitura da Cidade do Recife. O projeto foi construído com a participação da população e ONGs locais, como a Saber Viver e a Ação Comunitária Caranguejo Uçá.	Processo de transformação morfológica, urbanística e toponímica (mudança imagética e paisagística) das territorialidades populares históricas da cidade.
9	Aeroclube do Recife	Em 2004, quando o Governo do Estado de Pernambuco solicita a reintegração de posse do terreno,	Desacordos que envolvem: MTST Pernambuco e Associações de Moradores locais (Pina, Bode e Encanta	Discussões sobre o destino a ser dado para o amplo terreno, localizado na região da cidade com preços da terra

		localizado nas margens da Via Mangue. O terreno foi desapropriado em 2013 e, desde então, há incertezas sobre o destino do terreno.	Moça), que exigem a construção de habitações populares; Políticos que debatem com a gestão municipal sobre a construção de um parque público para observação da paisagem dos manguezais, a partir de movimentos como o “#PeloParqueBV” e “AeroParque Encanta Moça”. Políticos envolvidos: Ricardo Cruz (PPS), Ana Lúcia (PRB); Felipe Cury (PT); Wanderson Florêncio (PSC).	mais altos e com vista privilegiada ao Parque dos Manguezais. As controvérsias centram-se no futuro destino a ser dado ao terreno: a construção de um parque público de observação da paisagem, a construção de moradias populares ou a construção de ambos.
10	Edifício Caiçara (Boa Viagem)	A partir de 2011, com o movimento “Salve o Caiçara”, criado para impedir a demolição desse edifício modernista, simbólico do processo de consolidação do bairro de Boa Viagem.	De um lado, grupos que demandam a proteção e tombamento do edifício: “Salve o Caiçara”, Direitos Urbanos e técnicos ligados ao MPPE. Por outro lado, a Construtora RioAve, proprietária do edifício, autorizada pela FUNDARPE e Prefeitura da Cidade do Recife para demolir o edifício.	Processo de transformação e/ou destruição de edifícios e espaços com interesses patrimoniais expressos pela população local, representativos da dinâmica de expansão urbana da cidade do Recife para a Zona Sul.
11	Parque dos Manguezais	A partir de 1990, quando a Estação Militar Rádio Pina é desativada e contribui para o desenvolvimento do Parque Natural Municipal dos Manguezais Josué de Castro.	Prefeitura da Cidade do Recife e Marinha do Brasil.	Expansão do consumo estético das paisagens do estuário, a partir da incorporação dos mangues como um ambiente que agrega valor (estético e econômico) aos empreendimentos imobiliários.
13	Residencial <i>Le Parc</i>	Conjunto residencial apresentado em 2010 e inaugurado em 2015, em conexão à construção da Via Mangue e consolidação do Parque dos Manguezais.	Projeto realizado pela construtora Cyrela e pelo Grupo JCPM	Empreendimento que corresponde a um exemplo da ampliação do mercado imobiliário sinalizada a partir da concretização da Via Mangue.

A construção desses eixos de análise para identificação dos conflitos paisagísticos vistos na cidade do Recife nos permitiu considerar que as paisagens desse estuário sul se apresentam como cenários de conflitos e tensões sociais, políticas, ambientais, dentre outros. Conflitos que se expressam a partir de diferentes formas: controvérsias entre o antigo e o novo, o ambiental e o construído, o autóctone e o moderno-global, etc. Projetos de requalificação têm produzido pressões sobre territórios particulares, suas particularidades paisagísticas e relações sociais dos grupos com a cidade, seja do ponto de vista ambiental, social, histórico ou urbanístico.

Esses conflitos indicam a proposição de novas “cortinas” às paisagens do estuário sul, cujos prédios altivos, vias expressas, *shoppings* e *business centers* em margens líquidas indicam novas leituras a um espaço anteriormente associado às palafitas, favelas, mangues fétidos e expressões da desigualdade social. A observação desses processos a partir da paisagem permite-nos compreender a existência de ações articuladas de reestruturação e valorização do centro-sul da cidade do Recife. Se essas áreas eram, nos tempos longos, desvalorizadas por questões culturais e urbanísticas históricas, estão sendo atualmente transformadas a partir da construção de novos signos e estruturas físicas (ALBUQUERQUE e GOMES, 2013; BARBOSA, 2014).

A partir da observação dos conflitos apresentados nos eixos de análise, consideramos que os desacordos paisagísticos revelam a existência de dois paradigmas que perpassam todos os conflitos. De um lado, há conflitos que envolvem as controvérsias sobre a transformação do horizonte da cidade. São embates sobre a gestão da paisagem pictórica, submetida a processos de transformação das fachadas e frentes d’água. Por outro lado, há embates que envolvem um conflito paisagístico no plano do território, nas práticas históricas e cotidianas com o ambiente estuarino. São conflitos que envolvem modos de ver (e fazer ver), projetos de ação e narrativas paisagísticas particulares.

Para exemplificar essas questões, apresentaremos essas estratégias de mobilização como dois paradigmas do debate paisagístico local: o *paradigma do cais*, um conflito pelo direito à ver a paisagem, a partir das atuações do coletivo Ocupe Estelita; o *paradigma da maré*, conflito pelo direito de ser (n)a paisagem, a partir de ações desenvolvidas especialmente na Ilha de Deus.

## **CAPÍTULO 03**

---

### **O PARADIGMA DO CAIS: O DIREITO DE VER A PAISAGEM**

### 3.1 Olhares táticos e estéticos

Conforme buscamos demonstrar no capítulo anterior, a cidade do Recife, originalmente formada em um ambiente de estuário, construiu suas identidades a partir de uma forte ligação com os rios, mangues, pontes e ilhas, sendo a presença da água um dos elementos marcantes da paisagem da cidade. Ao longo desse processo histórico, algumas das áreas próximas aos rios foram deixadas de lado da ocupação formal da cidade, sendo ocupadas por populações pobres. Na atualidade, alguns desses terrenos têm sido cobiçados para a instalação de empreendimentos de alta renda que transformam as beiras de rios em fonte de amenidades e de interesse renovado para o mercado imobiliário (BARBOSA, 2014; RIBEIRO, 2018a).

No Recife, conflitos em torno dessas ocupações, com projetos que se caracterizam por uma forte verticalização, foram amplificados a partir da década de 2000 quando se observa uma intensificação da construção de alguns arranha-céus em áreas vizinhas ao perímetro tombado do centro histórico (*Torres Gêmeas*, Novo Recife, torres da Aurora, etc.)<sup>79</sup> (BARBOSA, 2014; VERAS, 2014; LINO e NASCIMENTO, 2017; LOUREIRO e AMORIM, 2006). A proposição desses projetos, voltados para um público com alto poder aquisitivo, constantemente se apoia na mobilização da paisagem (vista a partir das janelas dos apartamentos e/ou das torres incluídas no horizonte da cidade) como uma imagem a promover, mesmo que apenas para uma faixa da população que possa comprar. A paisagem surge vinculada com projetos de “modernização” e revalorização imagética, servindo como um guia de leitura que contribui para dar sentido às transformações urbanas (LACOSTE, 1995; ZUKIN, 2000; CANDAU e LE FLOCH, 2002). A retórica de alguns desses empreendimentos são ilustrativas dessa dinâmica.

Em novembro de 2018 a Moura Dubeux, uma das empresas componentes do Consórcio Novo Recife, anunciou o lançamento do Mirante do Cais<sup>80</sup>, as primeiras torres do complexo de arranha-céus do Projeto Novo Recife. Essas torres, cada qual com 37 andares, seriam compostas por apartamentos entre 226 e 268 m<sup>2</sup>, com 04 quartos (suítes), preço de 8 mil reais pelo metro quadrado (apartamentos de até R\$ 1,8 milhão) e com obras previstas para acabar em 2022. Nos materiais de divulgação do empreendimento, a empresa apresentou os edifícios a partir de uma

---

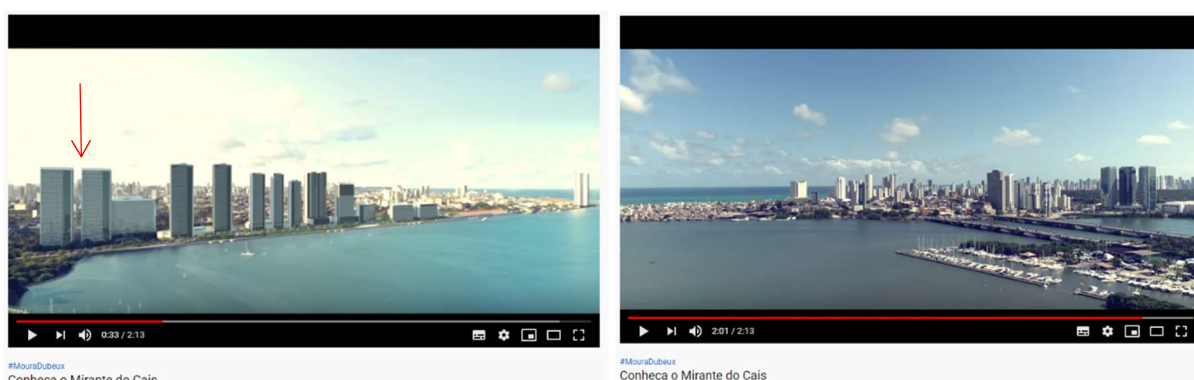
<sup>79</sup> A resistência aos processos de verticalização não é uma novidade na cidade do Recife. Igualmente, também não é uma dinâmica restrita ao recorte de pesquisa considerado. Ao menos desde a década de 1980 se observa a formação de arranjos políticos e movimentos sociais de resistência e oposição aos processos de verticalização da cidade (LACERDA, LEITÃO e QUEIROZ, 2010). A particularidade dos processos de resistência atuais, como buscamos defender nessa tese, é que a paisagem encontra-se incorporada às retóricas e ações políticas dos grupos como uma ferramenta e um objeto de interesse cidadão.

<sup>80</sup> Endereço digital do empreendimento: <<https://www.mouradubeux.com.br/md/imoveis/pernambuco/residenciais/recife/saojose/apartamento-4quartos-232m-4vagas-mirantedocais-sul.html>>. Acesso em: 30 nov. 2018.

retórica paisagística particular: pelo interesse em aproveitar o espelho d’água e o panorama paisagístico visto a partir dos apartamentos como um atrativo diferencial do projeto.

A partir do *slogan* “Um novo olhar para o Recife” e apresentação das torres como um empreendimento “cercado pelo melhor do Recife por todos os lados”, o *Mirante* foi apresentado como um projeto que “aproveita o espelho d’água como um dos atrativos para um passeio ao longo do cais”. Em um vídeo publicitário divulgado nas redes sociais da internet, o projeto foi apresentado a partir de um conjunto de imagens aéreas (de sobrevoo e panorâmicas) do Recife, dentre as quais, uma imagem que se aproxima da perspectiva possível de observar das varandas e janelas dos prédios, caso sejam concretizados (Figuras 11). Nesse vídeo, a narração associa as imagens (de longe e do alto) com a afirmação: “No Mirante do Cais você estará próximo ao que torna o Recife histórico. Mirante do Cais, uma nova forma de ver e viver o Recife”<sup>81</sup>.

Figuras 11 – Peças publicitárias com simulação gráfica do Mirante do Cais



11a (da esquerda para a direita) – Simulação gráfica do Projeto Novo Recife, com as torres do *Mirante do Cais* sinalizadas no canto esquerdo da imagem. Imagem retirada da peça publicitária do empreendimento, disponível na internet com o título “Conheça o Mirante do Cais”.

11b – Reprodução aproximada do ponto de vista que poderá ser observado com a construção do *Mirante do Cais*. Imagem retirada da peça publicitária do empreendimento, disponível no *Youtube*.

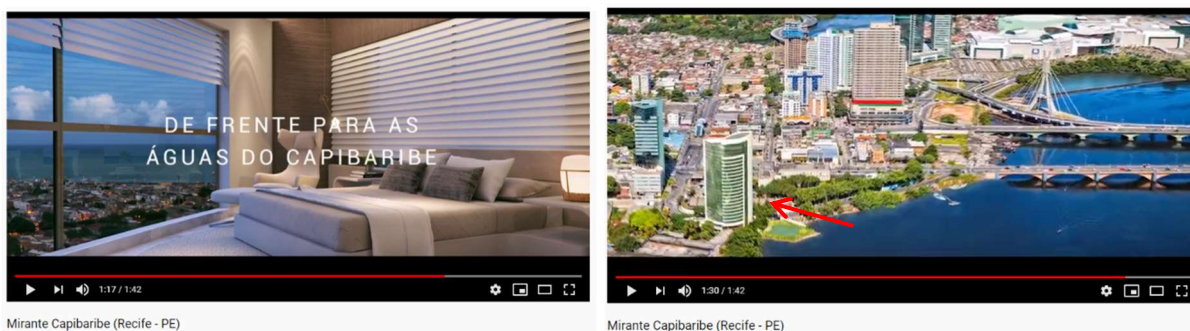
Embora as torres do *Mirante do Cais* sejam as primeiras anunciadas do complexo de treze edifícios que compõem o Projeto Novo Recife, nas peças publicitárias de divulgação das torres o complexo urbanístico maior (o Novo Recife) não foi mencionado. Do contrário, toda polêmica que envolveu o empreendimento e os impedimentos formais para a continuação da obra foram ocultados a partir da apresentação do projeto como uma intervenção harmônica. As torres aparecem como um “projeto inovador” que “olha para o novo” e “respeita a história” da cidade. Um dos questionamentos centrais ao Novo Recife – o impacto do empreendimento no patrimônio histórico – se transforma numa das retóricas mobilizadas pelo grupo propositor para a venda dos apartamentos.

<sup>81</sup> “Conheça o Mirante do Cais” (Moura Dubeux, 2018, 02’). disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=xZGQpucWjnM>>. Acesso em: 30 nov. 2018.

Posterior à proposição do Novo Recife (e divulgação do Mirante do Cais), outras torres foram anunciadas, tiveram projetos aprovados e/ou começaram a construção em outras margens do estuário recifense, sinalizando novas camadas imagéticas às bordas líquidas da cidade. Uma dessas torres propostas corresponde ao *Mirante Capibaribe*, edifício residencial anunciado pela Moura Dubeux, já em construção ao lado de Brasília Teimosa (na margem oposta da Bacia do Pina, em comparação ao Cais José Estelita, local do Projeto Novo Recife). Formado por uma torre com 19 apartamentos (um por andar) e uma cobertura triplex, os apartamentos começaram a ser vendidos a partir de 2 milhões de reais.

De forma semelhante ao Projeto Novo Recife, o *Mirante Capibaribe* construiu algumas peças publicitárias que destacaram a observação panorâmica das paisagens locais como um dos valores particulares do empreendimento (Figuras 12). No vídeo de divulgação, as imagens são apresentadas a partir de uma retórica paisagística semelhante: enquadramentos panorâmicos dos estuários do Recife; inclusão das paisagens vistas das janelas e varandas dos prédios como elemento cênico que agrega valor aos apartamentos; valorização da “vista” e da localização “de frente para as águas do Capibaribe”, que é apresentada como “uma vista que é pura inspiração” e “inspirada em seus maiores desejos”<sup>82</sup>.

Figuras 12 – Peças publicitárias com simulação gráfica do Mirante Capibaribe



12a (da esquerda para a direita) – Simulação gráfica da suíte de um apartamento do *Mirante Capibaribe*. A partir da toponímia do empreendimento, a publicidade do projeto dá grande destaque à paisagem vista a partir das janelas do edifício, destacando que a “vista” foi inspirada nos “maiores desejos” do consumidor: morar “de frente para as águas do Capibaribe”. Imagem retirada da peça publicitária de divulgação do projeto, disponível no *Youtube* sob título “Mirante Capibaribe (Recife – PE)”. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=0jIbJsbHbbQ&t=2s>>. Acesso em: 02 dez. 2019.

12b – Simulação gráfica do *Mirante Capibaribe*, destacando-se sua localização nas margens da Bacia do Pina e proximidade do *Shopping RioMar* e da *Via Mangue*. É possível verificar que entre o *Shopping RioMar* e o *Mirante Capibaribe* outros edifícios já foram construídos/estão em construção, alterando rapidamente o padrão territorial e paisagístico dessa região da cidade. Captura de tela retirada da peça publicitária do empreendimento, disponível no *Youtube* sob título “Mirante Capibaribe (Recife – PE)”. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=0jIbJsbHbbQ&t=2s>>. Acesso em: 02 dez. 2019.

<sup>82</sup> Informações disponíveis em: <<https://www.mouradubeux.com.br/md/imoveis/pernambuco/residenciais/recife/pina/apartamento-4quartos-268m-4vagas-mirantecapibaribe.html>>; <<https://www.youtube.com/watch?v=0jIbJsbHbbQ&t=2s>>. Acesso em: 29 nov. 2018.

Conforme destacam Bezerra e Melo (2014), os rios da cidade do Recife (sobretudo o rio Capibaribe), têm sido apropriados pelo setor imobiliário em atuação na cidade como marcos, monumentos e símbolos identitários da cidade. Os significados simbólicos dessas *paisagens líquidas* têm sido mobilizados para agregar valor econômico aos imóveis que se expandem nas margens dos rios, especialmente a partir da perspectiva paisagística dos altos edifícios, onde é possível contemplar a paisagem em seus grandes enquadramentos.

A escolha toponímica desses edifícios revela um aspecto particular: como um *mirante*, local onde se descortina um panorama, mais que um edifício e um apartamento, esses projetos indicam a valorização de um ponto de vista, uma paisagem vista de longe e através de grandes panoramas. Outros arranha-céus construídos na cidade também têm mobilizado as paisagens estuarinas locais, vistas a partir dos apartamentos *modernos*, como tática de valorização dos projetos. As janelas e *varandas gourmets* viram pontos de observação paisagística privilegiada e definitiva. Outros exemplos podem ser mencionados.

As *Torres Gêmeas*, que apoiadas na situação geográfica ímpar onde estão localizadas – nas bordas do Sítio Histórico de São José (centro do Recife) e da Bacia do Pina – se utilizam da vista definitiva que o empreendimento apresenta para ser uma “âncora para a urbanização do centro”, a partir da sinalização de construção de um novo Recife “deslumbrante, mais bonito e mais moderno” (LOUREIRO e AMORIM, 2006, p. 04). Igualmente, o caso do *Le Parc Boa Viagem Residential Resort*, um condomínio privado que apresenta a retórica de ser “totalmente integrado” e com “vista permanente para o Parque dos Manguezais”<sup>83</sup>. Por fim, a *Aurora Trend*, torres construídas no centro do Recife, com publicidade que destaca o cenário visto a partir das torres, que permitem observar o Recife Antigo e o rio Capibaribe, promovendo “conforto e beleza na janela de casa”<sup>84</sup>. O ponto de vista observado dos edifícios (das janelas e varandas, sobretudo) se apresenta como um dos fatores mobilizados para valorizar, no sentido estético mas também econômico, os projetos imobiliários. A partir da apresentação de um elemento arquitetônico particular – a janela – insinua-se um recorte do olhar e, em extensão, uma leitura paisagística que revelam os raciocínios táticos considerados nas transformações do território.

Como destacado por Santos *et al* (2018, p. 167), “a janela, como um quadro, representa uma intenção”, cujo enquadramento pode ser compreendido como a tradução de uma “vontade do arquiteto em selecionar uma porção de paisagem”. Neste sentido, a forma como a paisagem

<sup>83</sup> Informações disponíveis em: <<https://www.cyrela.com.br/imovel/le-parc-boa-viagem-apartamento-boa-viagem-recife-pe>>; <<https://www.youtube.com/watch?v=wMcyQZV4H8I>>. Acesso em: 03 fev. 2020.

<sup>84</sup> Informações disponíveis em: <<https://www.mouradubeux.com.br/pernambuco/recife/santo-amaro/residenciais-incorporacao/3-quartos/aurora-trend-1>>; <[https://www.youtube.com/watch?v=370NUcOan2M&feature=emb\\_title](https://www.youtube.com/watch?v=370NUcOan2M&feature=emb_title)>. Acesso em: 03 fev. 2020.



é inserida no projeto arquitetônico e representada nas simulações gráficas destacadas revelam uma intenção, uma seleção a partir dos “olhos-janela” que reforçam o ato do olhar como fato urbano, construído a partir da relação entre a arquitetura, cidade e paisagem. Assim, o elemento do repertório construtivo da arquitetura poderia estimular, a partir do enquadramento do olhar que insinua, uma “apreciação da paisagem e provocar o observador a envolver-se com ela”. Nas palavras dessas autoras:

Na arquitetura, a janela assume o papel da moldura à semelhança do quadro na pintura, enquadrando porções da paisagem. Nesse sentido, as janelas proporcionam um meio à compreensão da noção de paisagem dada sua posição de mediação entre espaço exterior e interior. Ao enquadrarem uma cena externa trazendo-a para o interior do edifício, as janelas permitem que o observador atribua significado ao espaço externo [...] o olhar do observador exerce um papel preponderante sobre a janela, pois ele faz dela a ponte entre o interior e o exterior, conduzindo o olhar na direção daquilo que foi enquadrado, a ver imagens que foram previamente selecionadas. A questão do enquadramento é um ponto fundamental para o tema da janela, pois é a moldura que focaliza o olhar e faz com que o movimento natural do olho se fixe em um ponto e perceba, através da janela, a paisagem (SANTOS *et al*, 2018, p. 163; 167).

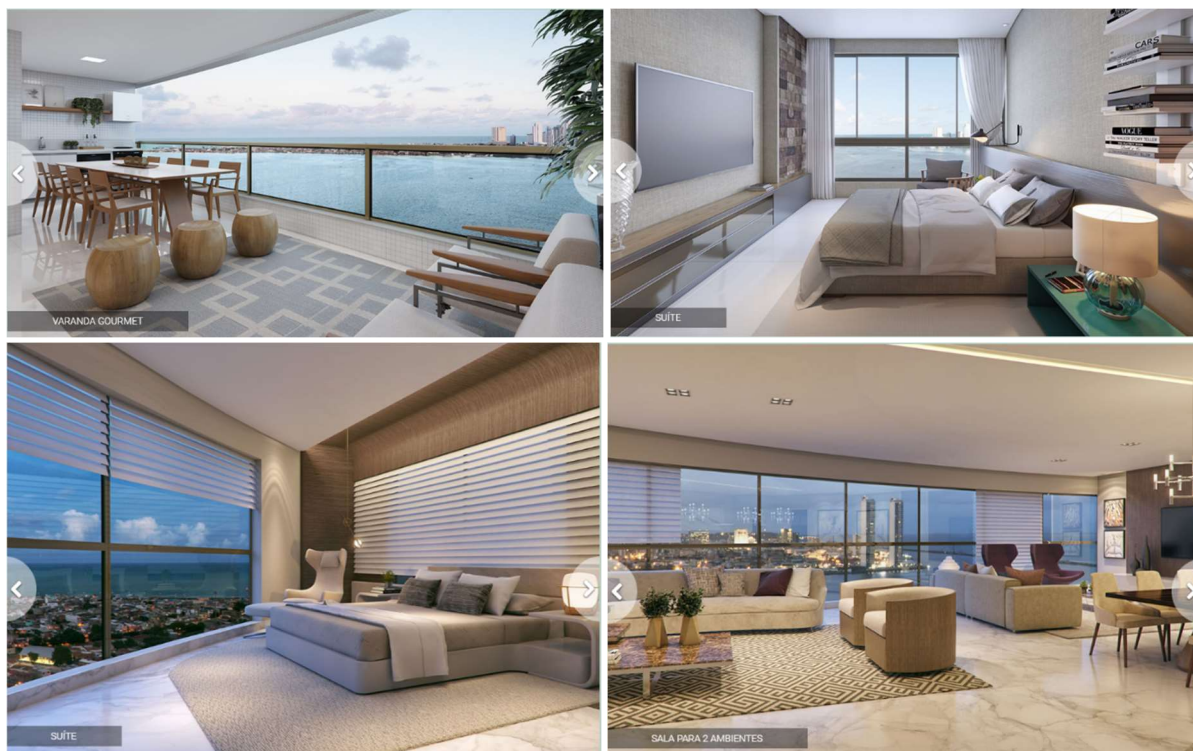
A importância dada à vista privilegiada das janelas desses edifícios, considerados como *mirantes* que descortinam novas paisagens, corresponde a um dos principais fatores explorados na apresentação desses empreendimentos: maquetes virtuais, filmes publicitários, simulações fotográficas, etc. Nesses materiais, são selecionados ângulos de observação, enquadramentos paisagísticos e escalas de projeção que revelam um consumo estético das paisagens, na mesma medida que dissimulam ou apagam alguns aspectos (materiais e simbólicos) da cidade. São enquadramentos que revelam os interesses estéticos e táticos de um processo de expansão imobiliária associado ao descortino de novas paisagens.

As retóricas paisagísticas indicadas por esses empreendimentos indicam a produção de novos olhares e molduras discursivas que insinuam um apagamento/encobrimento de questões de teor crítico (as visualidades da desigualdade social brasileira), como as simulações gráficas reproduzidas abaixo. São molduras discursivas que demonstram o enquadramento da paisagem que esconde e “limpa” as visualidades da pobreza ainda presentes nos estuários do Recife: as simulações gráficas da “varanda gourmet” e “suíte” do *Mirante do Cais*, onde as molduras das barras das janelas escondem parcialmente (varanda) e totalmente (suíte) as casas de Brasília Teimosa da linha do horizonte, atribuindo maior destaque aos aspectos cênicos do estuário: as águas da Baía do Pina e o céu tropical (Figuras 13).

Numa cidade marcada pela desigualdade social presente de maneira ostensiva na paisagem, dá-se um destaque aos edifícios de luxo e a linha do horizonte que se descortina em suas janelas, tornando invisíveis os territórios dos pobres na cidade: os mocambos de outrora,

tornados palafitas e, mais recentemente, assentamentos populares de interesse social. Conforme informa Bitoun (1993), no Recife coexistem múltiplas e contraditórias identidades e classes sociais, sendo que muitas vezes, de forma nada pacífica.

Figuras 13 – Janelas para a paisagem: Novos olhares, novas molduras



13a e 13b (de cima para baixo, da esquerda para a direita) – Simulações gráficas da “varanda gourmet” e “suíte” do *Mirante do Cais*. Disponível em: <<https://www.mouradubeux.com.br/md/imoveis/pernambuco/residenciais/recife/saose/apartamento-quartos-232m-4vagas-mirantedocais-sul.html>>. Acesso em: 29 nov. 2018.

13c e 13d – Simulação gráfica da suíte e da sala do *Mirante Capibaribe*. Localizado ao lado de Brasília Teimosa, o bairro pode ser observado parcialmente na parte inferior da grande janela de observação da suíte, onde também é possível observar a proximidade com o oceano. Da janela da sala, pode-se observar a vista privilegiada para o centro histórico-geográfico do Recife, prevalecendo a vista das *Torres Gêmeas* (já construídas) e do Cais José Estelita, onde foi proposto o Projeto Novo Recife (em construção). Disponível em: <<https://www.mouradubeux.com.br/md/imoveis/pernambuco/residenciais/recife/pina/apartamento-4quartos-268m-4vagas-mirantecapibaribe.html>>. Acesso em: 29 nov. 2018.

A construção dessas invisibilidades infere uma forma de violência simbólica que evoca a paisagem como bem exclusivo de quem pode “se colocar no espaço”. Quer dizer, apropriar-se por meio de compra e regulá-la por meio das leis que se fazem-e-desfazem. São ações que deixam de fora e “limpam” grupos das paisagens a partir das representações espaciais e tramas discursivas (modos de ver), em diálogo com práticas concretas responsáveis pela transformação do espaço urbano (modos de fazer) (SOUZA, 2013; DUNCAN, 1990). Tal como afirma Ribeiro (2013, p. 241), identificar como e porque determinadas paisagens são privilegiadas e outras invisibilizadas constitui, além de questão técnica, um exercício de cidadania, visto que permite evidenciar como grupos são omitidos da paisagem para tornar visível outros atores.

A paisagem, através desses recortes do olhar, revela algo, exprime questões, não sendo unicamente uma representação, considerando-se que o visível revela funções, significações e intenções de intervenção, quer dizer, projetos sobre o território (BESSE, 2006). Uma questão próxima ao que Berdoulay e Saule-Sorbé (1999, p. 34-35) evidenciam: o saber não é anterior ao olhar, mas ao contrário, a partir do olhar em interação com o saber se constrói um resultado, uma nova forma de ver. As visibilidades e invisibilidades vinculam-se não apenas aos padrões visuais, mas também, aos anseios de intervenção e expressam valores de uma interação homem-meio que produz significações, sensações e projetos (BESSE, 2006, ZUSMAN, 2008; SOUZA, 2013).

Neste sentido, uma característica particular desses empreendimentos corresponde ao interesse por atribuir novas percepções paisagísticas ao estuário sul (ou recuperar percepções do passado que se coadunam aos projetos do presente), centrados em uma leitura da paisagem a partir da *modernidade* e do *progresso*, encobrendo algumas marcas das desigualdades sociais presentes (ou mostrando-as de forma pejorativa). Para tal, buscam constantemente retratar a construção de uma *nova* paisagem, diferenciada e deslocada, um tipo de *paisagem a parte*, como se fosse destituída ou diferenciada do contexto local social, histórico e urbanisticamente mais complexo.

Da mesma forma, apresentam uma dimensão simbólica da paisagem, vinculada com as intervenções que associam, em termos de uma “imagem a promover”: através da criação de imagens arquetípicas e emblemáticas, mobilizam a paisagem como uma imagem com poder simbólico que permite operar uma passagem entre uma materialidade visível (as estruturas e intervenções associadas a seus projetos) à uma valorização da cidade. Associação da paisagem entre uma bela imagem do local *revitalizado* e uma bela imagem da *cidade do futuro*. Assim, a paisagem é apresentada como um guia de leitura que serve para dar um sentido à uma operação, mobilizada em associação aos temas do desenvolvimento econômico, do progresso e consumo urbanos (CANDAUI e LE FLOCH, 2002).

Essas intervenções associam a paisagem aos temas do desenvolvimento (na perspectiva econômica), considerando-a como um panorama onírico para consumo visual. A partir de uma visão pictórica, se impõe (ou pretende-se impor) um esquema de leitura paisagística conectada aos anseios de “ocupantes privilegiados”, mesmo que isso possa gerar incômodos e espoliações aos demais habitantes (próximos e de toda a cidade) em extensão. São ações que se apresentam a partir de uma intervenção particular: altos edifícios residenciais, empresariais e/ou hotéis, que criam barreiras de edifícios nas linhas de borda do estuário. Se a altura elevada dos edifícios amplia os ganhos econômicos, a excessiva verticalização, sobretudo em espaços históricos com

outro perfil de horizonte, revela a ineficiência do planejamento urbano, o descaso com a história, com a paisagem e com quem se situa por trás dos edifícios, desrespeitando a função social da cidade e da paisagem (SÁ CARNEIRO, VERAS e BARBOSA, 2020).

Conforme destaca Lacoste (1995, p. 44), nos espaços consagrados como pontos de vista privilegiados – pela beleza cênica, pitoresca e/ou observação panorâmica – costuma-se observar o desenvolvimento de uma *caça de paisagens*, onde ocorre o incremento do valor mercantil das paisagens, a especulação imobiliária e a instalação de empreendimentos de lazer. Em nossa interpretação, nas conexões entre os planos, os projetos de intervenção e os empreendimentos imobiliários desenvolvidos no estuário sul, se observa uma evidente *caça de paisagens*. A partir da conexão entre os aspectos destacados, a expansão imobiliária *caça e descortina* novas paisagens, rapidamente incorporadas ao mercado imobiliário, onde as paisagens passam a ser objeto de consumo, mas também de disputas e mobilizações políticas.

O RioMar, centro comercial com forte apelo paisagístico, corresponde a outro projeto arquitetônico construído na cidade do Recife que tem buscado exercer um papel transformador nos discursos turísticos, comerciais e imagéticos das bordas líquidas da cidade. Por exemplo, para buscar tirar proveito da “paisagem incrível” onde está localizado, o *shopping* inaugurou em 2012 com a apresentação de uma proposta de lazer inovadora na cidade: a disposição de uma varanda para observação da paisagem local (Figuras 14).

Como destacam os arquitetos responsáveis pelo projeto do centro comercial, o RioMar “oferece uma integração com a natureza de beleza cenográfica” que foi plenamente mobilizada e incorporada ao projeto a partir das escolhas construtivas de seu edifício: amplas janelas que permitem inserir a paisagem dentro do *shopping*, mas também permitem uma experiência de observação oferecida pela varanda<sup>85</sup>. Rapidamente, a varanda se transformou em um ponto de atração turística, reforçando os interesses dos gestores em estimular um consumo estético da paisagem. Como publicado no *site* oficial do RioMar, a varanda contribui para consolidar o centro comercial como um destino turístico à cidade do Recife:

Com arquitetura diferenciada, vista para o Rio Jordão e as praias da bacia do Pina e de Boa Viagem, ambiente agradável onde a claridade do dia atravessa os domos de vidro com fatores de controle dos raios infravermelhos e ultravioleta, o RioMar Recife se destaca como destino de compras, turismo, negócios e lazer. Inaugurado em 2012, já ocupa o quarto lugar em destino turístico na plataforma colaborativa TripAdvisor, sendo apontado ainda como o primeiro em destino de compras. [...] Uma das áreas mais disputadas pelos turistas para fotos é, sem dúvida, a Varanda do RioMar. O

<sup>85</sup> Informações disponíveis nos *sites* do *Shopping* RioMar e da AFA Arquitetura, empresa dos arquitetos André Sá e Francisco Mota, responsáveis pelo projeto do centro comercial. Disponível em: <[http://riomarrecife.com.br/#\\_](http://riomarrecife.com.br/#_); <http://www.afa.arq.br/projeto/riomar-shopping-recife/>>. Acesso em: 12 de outubro de 2018.

espaço, localizado no Piso L3, tem vista panorâmica, abrangendo o Norte e Sul da Cidade do Recife<sup>86</sup>.

Figuras 14 – Varanda do *Shopping RioMar*



Fonte (de cima para baixo, da esquerda para a direita): Foto do autor, maio de 2019; RIBEIRO, Rafael Winter, nov. 2017; Foto do autor, nov. 2017.

A varanda dispõe de alguns equipamentos que estimulam a observação da paisagem, como a disponibilidade de lunetas que, de acordo com seu cartaz publicitário, permitem “ver o Recife sob um novo ponto de vista”. Além da construção da varanda de observação, no discurso institucional do grupo construtor/gestor do *shopping* (JCPM Participações e Empreendimentos S.A.), a própria localização do centro de compras é apresentada como fator de destaque para o usufruto privilegiado da paisagem. Destacam sua posição nas “margens do encontro entre o rio e o mar” e o fato do *shopping* apresentar arquitetura “integrada à paisagem do Recife”. Como acrescenta a empresa construtora, ao se situar nessa localização privilegiada (a interseção entre as duas principais áreas da cidade, a zona norte e sul), o “RioMar mudou a paisagem do lugar”,

<sup>86</sup> Relato disponível em: <<https://vivariomarrecife.com.br/lazer/riomar-recife-um-dos-destinos-mais-procurados-pelos-turistas/>>. Acesso em: 03 dez. 2019.

sendo compreendido como um espaço privilegiado para apreciar a paisagem da cidade, a partir da varanda construída<sup>87</sup>.

Neste sentido, o RioMar se apresenta como um *shopping* que quer estar na paisagem e quer estimular uma nova leitura das paisagens do estuário sul, usando uma retórica ecológica e visual da paisagem para propor uma transformação turística, comercial e imagética dos espaços da borda líquida da cidade. Na atual “sociedade da imagem” e do espetáculo, a proposição da varanda do RioMar passa a convidar a sociedade para usar seu mirante e incluir a paisagem em seus autorretratos. A varanda/mirante oferece uma nova perspectiva da cidade, capaz de colocar as pessoas no contexto do espetáculo, onde a paisagem se transforma em um tipo de ‘*selfie*’ da sociedade que a mobiliza.

Outros dois equipamentos para observação paisagística foram construídos e lançados em momento próximo à inauguração do RioMar: o mirante da Ponte Estaiada da Via Mangue (bairro do Pina) e a praça/pier construída ao lado das Torres Gêmeas (que será destacada mais a frente). O mirante da Via Mangue corresponde a um espaço de convivência com mais de dois mil metros quadrados, localizado na alça do viaduto que marca o início dessa via expressa. O belvedere, concebido pela Prefeitura do Recife e aberto com a inauguração da via, foi concebido como uma “área de contemplação do rio Capibaribe” que aponta o olhar “em direção a uma das vistas ainda pouco apreciadas do Rio Capibaribe e do mangue”<sup>88</sup> (Figuras 15).

Em 2019, a Prefeitura do Recife realizou algumas intervenções de requalificação no mirante, que objetivam a construção de uma passarela de acesso aos pedestres, pavimentação do espaço sob o viaduto e realização de serviços de iluminação, paisagismo, estacionamento e ciclofaixa<sup>89</sup>. Entretanto, até janeiro de 2020 o mirante permanecia sem qualquer equipamento urbano capaz de possibilitar usos públicos (bancos, estacionamentos, etc.) ou acesso disponível para pedestres.

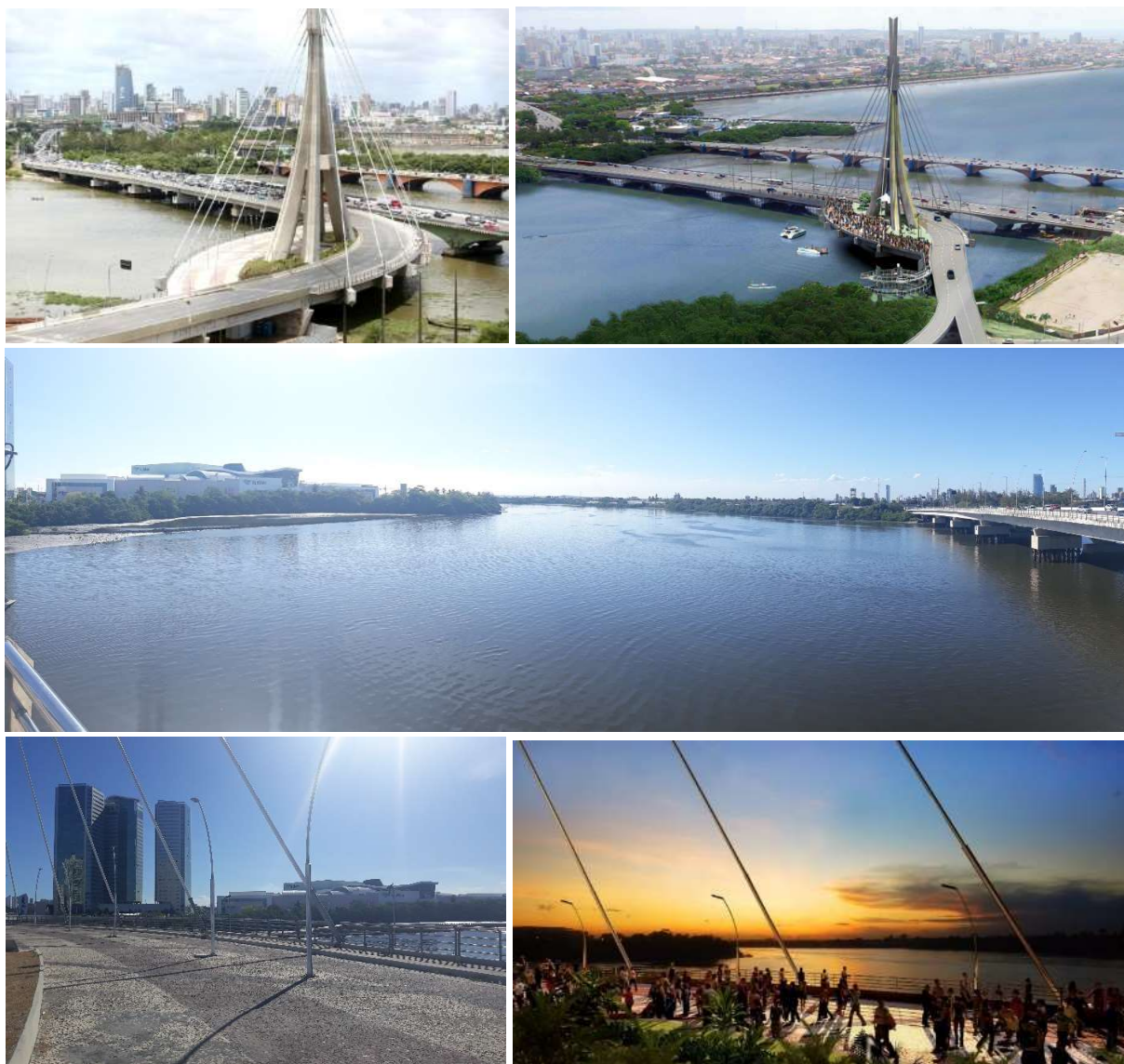
---

<sup>87</sup> Informações presentes nos endereços digitais oficiais do empreendimento: <<http://riomarrecife.com.br/#>; [http://www.jcpm.com.br/riomar.php?id\\_pai=1](http://www.jcpm.com.br/riomar.php?id_pai=1)>; <<http://www.afa.arq.br/projeto/riomar-shopping-recife/>>. Acesso em 03 dez. 2019.

<sup>88</sup> Informações disponíveis em: <<http://www2.recife.pe.gov.br/noticias/13/11/2014/obra-da-ponte-estaiada-na-mangue-recebe-premio-nacional-de-engenharia>>. Acesso em: 03 dez. 2019.

<sup>89</sup> Informações disponíveis em: <<https://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2019/02/06/entorno-da-via-mangue-sera-urbanizado-pela-prefeitura-do-recife-370636.php>>. Acesso em 03 dez. 2019.

Figuras 15 – Mirante da Via Mangue



15a (de cima para baixo, da esquerda para a direita) – Ponte estaiada no dia da inauguração da Via Mangue, em janeiro de 2016. Imagem disponível em: <<https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2016/01/via-mangue-liberada-para-alivio-dos-motoristas-que-trafegam-pela-zona.html>>. Acesso em: 03 dez. 2019.

15b – Simulação gráfica para apresentação do projeto de requalificação do belvedere, apresentado em fevereiro de 2019. Imagens disponíveis em: <<https://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2019/02/06/entorno-da-via-mangue-sera-urbanizado-pela-prefeitura-do-recife-370636.php>>. Acesso em: 03 dez. 2019.

15c – Vista panorâmica do Mirante da Via Mangue, avistando-se o Shopping RioMar (na esquerda) e a Ponte do Pina (na direita). Fonte: Foto do autor. Janeiro de 2020.

15c – Mirante da Via Mangue, com destaque para o Shopping RioMar e seus edifícios empresariais ao fundo. Foto do autor. Janeiro de 2020.

15d – Simulação gráfica para apresentação do projeto de requalificação do belvedere, apresentado em fevereiro de 2019. Imagens disponíveis em: <<http://www.joaualberto.com/2014/05/26/recife-ganha-novo-mirante/>>. Acesso em: 03 dez. 2019.

Essas questões observadas no Recife lembram-nos um fator essencialmente político que envolve o ato de olhar a paisagem, como apresentado por Lacoste (1995): a justaposição entre interesses táticos e estéticos na observação da paisagem a partir de pontos de vista privilegiados.

Conforme destacou Yves Lacoste em artigo-editorial, a observação das paisagens serviria, antes de tudo, para fazer a guerra<sup>90</sup>. Em suas palavras:

Le paysage se caractérise fondamentalement par le glissement d'échelles et par les espaces masqués qui dépendent du lieu d'observation. Un même espace peut avoir *des* paysages différents selon les points d'où on l'observe. Ne pas confondre paysage et carte. [...]

Pourquoi donc faut-il souligner que le paysage n'est pas la carte ou la vision aérienne d'un territoire ? Parce que ces espaces masqués et changeants selon le point d'observation ont une très grande importance pour ceux qui, bien que munis de cartes, regardent les paysages avec le plus d'attention et dans tous les détails. Il ne s'agit pas de préoccupations esthétiques. L'observation des paysages sert, d'abord, à faire la guerre : une grande partie des mouvements tactiques dépend justement de ces espaces masqués pour se dissimuler à la vue ou au feu de l'ennemi, mais aussi pour pouvoir le surprendre [...] L'importance tactique d'une position tient à la vue du paysage qu'on peut avoir de cet endroit<sup>91</sup> (LACOSTE, 1995, p. 53-56, grifos nosso).

Conforme o autor, a importância tática de uma paisagem, considerada a partir do ponto de observação particular que essa apresenta, se justificaria a partir de duas questões centrais: (i) a possibilidade que os grandes quadros paisagísticos oferecem para observar o território em sua amplitude; (ii) por permitir aos observadores identificar que, de determinados pontos de vista, certas partes do espaço são visíveis enquanto que, de outras partes, são ocultados. A observação das paisagens, em conexão com as particularidades do terreno observado, revelaria a existência de um regime de visibilidade que precisa ser considerado através de uma análise espacial. Por tal questão, esse autor destaca que antes da existência do interesse estético pelas paisagens (questões já amplamente discutidas a partir da História da Arte), os militares já haviam atribuído uma atenção extrema à construção e observação estratégica de representações paisagísticas para visualizar os espaços onde ocorriam seus combates territoriais (LACOSTE, 1995).

A partir da recuperação dessa particularidade do raciocínio tático-militar da paisagem (na história do Ocidente), Lacoste destaca um fator essencialmente político que envolve o ato de *olhar a paisagem*: a coincidência entre posições vantajosas no plano da tática militar e os

---

<sup>90</sup> O artigo em questão foi publicado originalmente como editorial do número 07 da revista *Hérodote*, publicada em 1977 sob o título « *A quoi sert le paysage?* ». O número foi publicado um ano depois da primeira edição do destacado livro de Yves Lacoste nomeado « *La géographie, ça sert, d'abord, à faire la guerre* », que teve a primeira edição francesa publicada em 1976. Neste sentido, existe uma conexão entre as reflexões de Lacoste sobre o papel político-científico da Geografia (e do saber geográfico em extensão) e a função da observação da paisagem na disciplina, mas também nas artes, na tática militar e na sociedade, em geral.

<sup>91</sup> Livre tradução: “A paisagem se caracteriza, fundamentalmente, pelo deslizamento de escalas e pelos espaços dissimulados que dependem do lugar de observação. Um mesmo espaço pode ter *paisagens* diferentes segundo os pontos de onde se observa. Não confundir paisagem e mapa [...] Por que então é preciso sublinhar que a paisagem não é o mapa ou a visão aérea de um território? Porque esses espaços ocultos e cambiantes de acordo com o ponto de observação têm uma grande importância para aqueles que, mesmo bem munidos de mapas, observam as paisagens com mais atenção e em todos seus detalhes. Não se trata de preocupações estéticas. A observação das paisagens serve, antes de tudo, para fazer a guerra: uma grande parte dos movimentos táticos depende justamente desses espaços ocultos para se dissimular da vista ou do fogo do inimigo, mas também para poder lhe surpreender [...] A importância tática de uma posição mantém relações com a vista da paisagem que se pode ter desse lugar”.



pontos que se consagraram, ao longo do processo histórico, como pontos de vista privilegiados para a observação de belas paisagens. Coincidência explicada a partir do que e como se pode observar à distância:

Cette coïncidence géographique des points de vue (au sens premier du terme évidemment : point d'où l'on voit) les plus intéressants pour ce qui est de la tactique et pour ce qui est de l'esthétique des paysages peut d'abord s'expliquer par le fait que, dans l'un et l'autre cas, il s'agit de regarder : dans la guerre, ce qui est *visible* est d'abord c'est qui est visible, et il vaut mieux en voir le plus possible ; c'est aussi le désir de ceux pour qui le paysage n'est qu'un spectacle. Cependant le regard tactique (du tacticien) et le regard esthétique, s'ils recherchent les mêmes points d'observation, diffèrent sur deux points principaux : d'abord, si le touriste ne s'occupe que de voir le paysage, l'officier ou le partisan qui observe ce paysage sait que lui-même est (ou peut-être) observé d'un de ces lieux qu'il regarde ; pour lui, le paysage, c'est d'abord là où se trouve (ou peut se trouver) l'adversaire ; pour le touriste, qui imagine mal être regardé, le paysage est comme vide d'hommes (même lorsqu'il voit villes et villages) ou, du moins, c'est un spectacle, un tableau sans grand rapport avec les hommes qui y vivent<sup>92</sup> (LACOSTE, 1995, p. 61).

Essa correlação entre *visão tática* e *visão estética* centra-se na possibilidade privilegiada de poder observar a paisagem como um espetáculo grandioso que se descortina *até onde a vista alcança*. Antes os pontos de vista privilegiados permitiam a construção de um raciocínio tático quanto à utilização do terreno. Nos dias de hoje, os grandes panoramas urbanos, observados de pontos altos, passam a ser percebidos como paisagens espetaculares. Conforme sua abordagem, não por coincidência os espaços que apresentam pontos de observação amplos e “bonitos” são onde se expandem, na sociedade atual, a especulação imobiliária com bases no valor mercantil das paisagens. Nos lugares que apresentam pontos privilegiados de observação, as paisagens são “caçadas” e transformadas a partir da instalação de empreendimentos diversos: a paisagem, com seus valores estéticos, simbólicos e culturais, passa também a ser explorada a partir de seu valor de mercado, tornando-se em um dos fatores da disputa urbana (LACOSTE, 1995).

Entretanto, a mobilização dessas paisagens não pode ser reduzida a marcas impostas por um poder demiurgo, tampouco se constitui apenas como manipulação de mitos e imagens pelos grupos “hegemônicos”. Decerto tudo isto faz parte do jogo, porém é preferível considerar que as paisagens integram uma geografia política particular onde narrativas, valores e sensibilidades encontram-se em permanente disputa. O potencial comunicativo da paisagem, a capacidade

---

<sup>92</sup> Livre tradução: “Essa coincidência geográfica dos pontos de vista mais interessantes (no sentido primeiro do termo, evidentemente: ponto de onde se vê) para a tática e para a estética das paisagens pode, primeiro, se explicar pelo fato de que, em um e outro caso, a questão é observar: na guerra, o que é *visível* é primeiro o que é visável, e é melhor vê-lo o máximo possível; esse é também o desejo daqueles do qual a paisagem é só um espetáculo. Contudo, se o olhar tático e o olhar estético procuram os mesmos pontos de observação, diferem sobre dois pontos principais: primeiro, se o turista se ocupa apenas de ver a paisagem, o oficial ou o defensor que observa essa paisagem sabe que ele mesmo é (ou pode ser) visto de um dos lugares que ele observa; para ele, na paisagem é onde se localiza (ou pode se localizar) o adversário; para o turista, que não imagina ser visto, a paisagem é como se fosse vazia de homens (mesmo aqueles que observam cidades e aldeias) ou, ao menos, é um espetáculo, um quadro sem grande relação com o homens que nela vivem”.

interpretativa dos sujeitos e as posturas democráticas estão, portanto, na origem da vitalidade dos espaços públicos (BITOUN, 1993a; MACIEL e BARBOSA, 2013).

No caso do objeto de estudo dessa tese, a percepção da rápida verticalização do Recife, ligada à conscientização da destruição e/ou privatização das paisagens locais (sobretudo dos cenários do centro histórico-geográfico) tem estimulado a construção de demandas expressas por grupos de cidadãos que objetivam garantir que a visibilidade das paisagens seja respeitada como um interesse público. Em outras palavras, a percepção da “vista roubada” estimula a defesa de um interesse social e comum pela paisagem, de demanda pelo usufruto coletivo e indivisível dos grandes horizontes cênicos da cidade, a partir do debate sobre o *direito à ver a paisagem* (BARBOSA, 2018; SÁ CARNEIRO, VERAS e BARBOSA, 2020). Esse contexto permitiu a emergência de coletivos de cidadãos como o Ocupe Estelita. Passaremos agora para a análise dessas ações.

### **3.2 Cena 01: Recife, março de 2012 – Audiência sobre o Projeto Novo Recife**

Na manhã de 22 de março de 2012, no plenário da Câmara de Vereadores da cidade do Recife, ocorreu uma audiência pública<sup>93</sup> para debater o empreendimento imobiliário chamado como *Projeto Novo Recife*<sup>94</sup>. Convocada pelo vereador Múcio Magalhães (PT) como resposta à pressão de diversos grupos que queriam debater os impactos do referido empreendimento, a audiência ficou marcada pela intervenção de uma plateia de cidadãos insatisfeitos com os rumos do planejamento urbano recifense.

Além da intervenção da plateia em clara oposição ao projeto, a audiência contou com a participação de alguns representantes técnicos e da sociedade civil: Eduardo Moura, diretor da Moura Dubeux, uma das empresas do consórcio promotor do empreendimento; Maria José de Biase, secretária de Controle e Desenvolvimento Urbano<sup>95</sup> (CDU) da Prefeitura do Recife; Tomás Lapa, representante da sociedade civil e professor no curso de Arquitetura e Urbanismo

---

<sup>93</sup> As audiências públicas correspondem a um dos mais conhecidos instrumentos de participação popular existentes na Administração Pública brasileira, estando previstas no plano constitucional. As audiências são garantidas na Constituição Federal de 1988, sendo reguladas por leis federais, estaduais e municipais, podendo envolver diversos atores sociais, esferas do governo, membros da administração pública e a população em geral.

<sup>94</sup> A audiência pode ser consultada na internet: <<https://www.youtube.com/watch?v=3IkIRWkm9Sw>>. Também há o filme *Desconstrução civil* (Vurto, 2012, 13’): <<https://vurto.com.br/2012/03/17/desconstrucao-civil/>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

<sup>95</sup> Conselho de Desenvolvimento Urbano – CDU: órgão institucional de participação paritária entre o Poder Municipal e a Sociedade Civil. Foi criado a partir de Lei Orgânica do Município do Recife, promulgada em 04 de abril de 1990 e regulamentado em 21 de dezembro de 1992, a partir da Lei nº 15.735. Órgão construído para ser um instrumento de gestão participativa municipal, esteve envolvido em diversas controvérsias sobre a aprovação do Novo Recife. Mais informações: <<https://licenciamento.recife.pe.gov.br/node/128>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

da UFPE; Belize Câmara, promotora do Meio Ambiente e Patrimônio Histórico-Cultural do Ministério Público de Pernambuco; e Frederico Almeida, representante do IPHAN-PE.

A audiência iniciou com um dos representantes do Consórcio Novo Recife apresentando as justificativas e interesses das empresas com o Novo Recife. Em seguida, foi apresentado o “Laudo de avaliação cultural do Pátio Ferroviário das Cinco Pontas”, produzido por um grupo de arquitetos e urbanistas contratado pelo consórcio das empresas. Neste laudo, foi apresentado o histórico do terreno do Cais José Estelita: a instalação da Rede Ferroviária Federal (RFFSA), o processo de dissolução da empresa, as etapas que culminaram no leilão do terreno, a evolução morfológica da paisagem, dentre outras.

Após a apresentação do referido laudo de avaliação cultural, o Projeto Novo Recife foi apresentado ao público a partir de um “filme-conceito”, produto audiovisual bastante revelador sobre os interesses políticos e as retóricas paisagísticas que envolvem o empreendimento. O material iconográfico, através de uma série de recursos narrativos e imagéticos, demonstra os interesses do projeto por descortinar um novo horizonte turístico e econômico nas/das paisagens do estuário recifense, calcado em discursos sobre desenvolvimento e progresso que propõe a renovação destes espaços.

O filme começou a partir da narração do famoso poema “O Início”, do escritor recifense Carlos Pena Filho: “Hoje, serena flutua. Metade roubada ao mar, metade à imaginação. Pois é dos sonhos dos homens que uma cidade se inventa”<sup>96</sup>. A partir da citação do poema, o filme passou a argumentar que o principal ensinamento retirado da história da cidade é que, tendo o Recife nascido porto, os recifenses sempre estiveram abertos para o novo e para a mudança. O fato da cidade ter nascido voltada para o mar funcionaria, de acordo com o produto apresentado, como um estímulo para manter o recifense em contato com o mundo, fazendo do Recife uma cidade “cosmopolita e moderna”.

A partir da apresentação de uma sequência de imagens e mapas antigos do Recife, a cidade contemporânea foi apresentada a partir de um olhar horizontal e vertical, perspectiva que permite um maior destaque às imponentes Torres Gêmeas, no Cais de Santa Rita. No filme as torres são apresentadas em clara conexão com o Novo Recife, como símbolos do que há de mais moderno e cosmopolita na cidade, destacadas no espaço histórico de edificações de baixos pavimentos. Durante a apresentação do filme a plateia reagiu com vaias, questionando o projeto e os discursos mobilizados no filme. Na sequência, um dos arquitetos responsáveis pelo projeto

---

<sup>96</sup> O uso de poetas que decantaram a paisagem recifense é recorrente na cidade, seja por atores públicos ou privados. Em outro artigo, analisamos o papel da poesia na pedagogia do olhar levada a cabo pela Prefeitura do Recife acerca do espaço público na área central (MACIEL e BARBOSA, 2013).

arquitetônico apresentou o *masterplan* do Projeto, em clima hostil e sendo constantemente confrontado pelos presentes.

Depois da apresentação do Consórcio, o representante da sociedade civil e professor do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFPE Tomás de Albuquerque Lapa fez a sua intervenção. Em seu discurso, evocando a necessidade de pensar a gestão e transformação da cidade a partir da ética, o professor discursou em favor da importância patrimonial e paisagística do Cais José Estelita. Ao fazer uma crítica ao modelo urbano representado pelo Novo Recife, tido como uma proposta de verticalização com preocupação estética sem preocupações com a ética, classificou o Projeto como um “atentado à memória e à identidade da cidade”. Ele destacou, igualmente, a existência de leis que deveriam garantir o processo de revitalização e preservação do patrimônio ferroviário e uma gestão sustentável do urbano e de suas paisagens. Ao falar especialmente da paisagem, o professor relatou uma problemática que envolve a proposição do Novo Recife: o descortino das vistas das superfícies aquáticas do Recife a partir de um processo de privatização do usufruto paisagístico. Em suas palavras:

Em seguida eu entro na questão da paisagem, no mérito da paisagem. E há um termo ali essencial, em todas as legislações como por exemplo o código de meio ambiente e de equilíbrio ecológico da cidade do Recife que corresponde à lei 16243, de 1996, e que fala, sobretudo do descortino da vista para as superfícies aquáticas. Então aquela é uma área específica [aplausos], é uma área especial para a qual nós devemos nos voltar e devemos garantir esse descortino não só, eu volto a dizer, para uma camada que tem acesso à compra daqueles imóveis, mas para a população da cidade como um todo. Então o descortino e o acesso daquela área para a população como um todo. A paisagem está em toda parte, a paisagem não é só uma imagem visual, a paisagem é algo que é feito pela participação, pela atitude, pelas crenças, pelas práticas sociais, pelo dia a dia dos cidadãos. Então aquela área não pode ficar restrita ao uso ou ao usufruto de uma pequena parcela da população<sup>97</sup>.

Enquanto ocorria a audiência, os meios de comunicação locais passaram a apresentar o Novo Recife como um *projeto de urbanização* com potencial de *mudar definitivamente a paisagem local*<sup>98</sup>. Em contrapartida, no mesmo dia da audiência, cidadãos com motivações diversas começaram a se articular via redes sociais (*Facebook*, sobretudo), para compartilhar um abaixo-assinado contra o projeto, divulgando vídeos da audiência, assim como amplificando na internet as palavras de ordem clamadas no plenário da Câmara.

Para esse grupo de cidadãos insatisfeitos, um discurso proferido durante a audiência foi bem recebido, sendo amplamente divulgado nas redes da internet como representativo do grupo

<sup>97</sup> A transcrição completa de seu discurso pode ser acessada na internet: <<https://direitosurbanos.wordpress.com/2012/03/28/fala-do-prof-tomaz-lapa-na-audiencia-publica-sobre-o-nr/>>. Acesso em: 30 out. 2017.

<sup>98</sup> JORNAL DO COMERCIO, Câmara lotada para audiência pública sobre projeto do Cais José Estelita, 22/03/2012. Disponível em: <<http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2012/03/22/camara-lotada-para-audiencia-publica-sobre-projeto-do-cais-jose-estelita-36697.php>>. Acesso em: 26 set. 2017.

que começava a se articular: a fala da promotora Belize Câmara, que iniciou o discurso com uma lembrança: perante a lei, a sociedade civil tem a garantia de poder participar diretamente do planejamento e gestão de nossas cidades. Sua atuação na audiência, complementada pela intervenção da plateia, além da ampla divulgação dos vídeos na internet, se tornaram emblemáticas do momento inicial de um conjunto de ações (artísticas, políticas, judiciárias, etc.) contrárias à implantação do Novo Recife<sup>99</sup>. Conforme as palavras da promotora:

A princípio eu gostaria de adiantar que o Ministério Público como órgão protetor da sociedade, dos interesses da coletividade comunga e ratifica totalmente, integralmente, a posição do Professor Tomás Lapa (aplausos efusivos). E como eu costumo dizer o Ministério Público pode algo, mas sem vocês a gente pode menos ainda. Então assim, nestas questões a gente sabe que quem diz a última palavra é o judiciário, e o judiciário permitiu as “Torres Gêmeas” no centro do Recife, e aí a gente se pergunta “queremos 13 torres daquela?” [resposta em coro “NÃO!”]. Bom, eu vou passar também à análise dos aspectos técnicos da legislação que é importante. A gente não pode ficar só em opiniões subjetivas e aí cada um tem a sua. Os interesses são diversos, tem interesse financeiro, tem interesse da sociedade, enfim, que se contrapõem a todo momento. [...] A gente não *tá*, acredito, nem de um lado nem do outro. A gente quer sim desenvolvimento, a gente quer ocupação, mas uma ocupação sustentável que seja usufruída por toda sociedade. Essa é a posição do Ministério Público e farei todos os esforços necessários e tudo o que tiver ao meu alcance *pra* defender essa posição”<sup>100</sup>.

Três semanas depois, no dia 15 de abril de 2012, o grupo de cidadãos que se articulou a partir da audiência pública, em diálogo com movimentos sociais diversos, realizou a primeira *ocupação-manifesto* do Cais José Estelita, terreno alvo da construção do Projeto Novo Recife. Essa ocupação foi divulgada e amplificada nas redes de sociabilidade (reais e virtuais) como #OcupeEstelita. O movimento se apresentou como uma ação de oposição ao projeto previsto pelas construtoras e “contra a convivência do poder público com ele e a favor de um uso mais responsável e democrático dessa propriedade [o Cais José Estelita]<sup>101</sup>”. No dia da ocupação, foi pregado nas paredes do armazém de açúcar uma grande faixa com a frase “A cidade é nossa. Ocupe-a!”, que se tornou um dos lemas mais conhecidos do movimento. Conforme a descrição do evento:

<sup>99</sup> A promotora Belize Câmara teve atuação direta na oposição ao Novo Recife durante o primeiro ano do Ocupe Estelita. Como representante do Ministério Público, cobrou respeito à Constituição, leis orgânicas e legislações urbanísticas. Igualmente, denunciou um conjunto de “falhas institucionais” (leis ultrapassadas, indefinições “legais” do zoneamento urbano), a ausência de estudos de impacto (ambiental, impacto de vizinhança, etc.) e a “utilização cega” de parâmetros legislativos. Em março de 2013, foi afastada da Promotoria de Defesa do Meio Ambiente municipal, voltando à Promotoria da Criança e da Juventude de Jaboatão dos Guararapes, onde é titular. Sua transferência gerou desconfiança e uma série de protestos por parte dos integrantes do Ocupe Estelita, que viram na atitude uma “ingerência política e econômica dos grandes grupos empresariais” perante a cúpula do MPPE. Maiores informações: <<https://direitosurbanos.wordpress.com/?s=belize+c%C3%A2mara>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

<sup>100</sup> A transcrição do discurso pode ser acessada no seguinte link: <<https://direitosurbanos.wordpress.com/2012/04/01/transcricao-da-fala-de-belize-camara-audiencia-novo-recife/>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

<sup>101</sup> Questões apresentadas em: <<https://direitosurbanos.wordpress.com/ocupeestelita-0/ocupeestelita/>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

[...] a proposta do #ocupeestelita é chamar a atenção para a área e principalmente reforçar que existem muitas possibilidades de ativá-la; **que a proposta da moura dubeux e queiroz galvão não é a única maneira de integrá-la à cidade, ao contrário, é uma das piores, justamente porque a conecta com uma face da cidade que não reflete sua diversidade, que não enfrenta seus problemas e que não respeita sua identidade e sua história.** [...]

é um encontro festivo, mas não ameno. a indignação com o projeto previsto para a área é muito grande e é esse sentimento que alimenta a ocupação. o repúdio começa pelo nome: novo recife. pela recusa em aceitar como nova **a repetição de uma lógica predatória extrativista diante da cidade, ao invés de se aproveitar uma oportunidade como esta de inventar uma nova cidade**, dentro e a partir da cidade que já somos<sup>102</sup> (grifos no original).

Posterior ao primeiro #OcupeEstelita, o Grupo Direitos Urbanos – coletivo formado no *Facebook*, espaço de diálogo virtual aos opositores do Projeto Novo Recife – escreveu a “Carta em defesa do Cais José Estelita. Nossa paisagem, nosso patrimônio<sup>103</sup>”, endereçada ao IPHAN nacional, IPHAN Pernambuco, FUNDARPE (Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco), Secretário de Cultura do Estado de Pernambuco e ao então governador do Estado de Pernambuco, Eduardo Campos. Nesta carta, o movimento destacou:

Nós, Grupo Direitos Urbanos, presentes na audiência, e aqueles que a assistiram via transmissão ao vivo pela internet, sentimos-nos agredidos pelo projeto apresentado. Agride-nos e viola as características urbanas e históricas do Bairro de São José. Discordamos do projeto de cidade contido na proposta apresentada porque representa um corte contra a nossa paisagem urbana, esta, que conta a nossa história, na qual nos vemos refletidos, e é nosso patrimônio cultural e afetivo. E tudo isso para servir a um mercado imobiliário restrito ao qual apenas uma pequenina minoria tem acesso, no contexto do Recife. [...]

Esta carta será entregue em ato público no dia 23 de abril de 2012 ao IPHAN-PE, com cópia para ser encaminhada ao IPHAN Nacional, à presidência e à diretoria de patrimônio da FUNDARPE, à Secretaria de Cultura de Pernambuco e ao Governo do Estado de Pernambuco. Através dela,

**REAFIRMAMOS** nosso compromisso com o desenvolvimento urbano sustentável da cidade do Recife e com a defesa do patrimônio histórico e cultural – material e imaterial;

**DEFENDEMOS** a continuidade da paisagem no Cais José Estelita. Qualquer projeto para área deve obedecer à relação de reciprocidade com o patrimônio existente. Sua reabilitação deverá ser contemplada com um plano urbanístico estruturado a partir de traçado viário integrado à malha existente, da diversidade de usos, dos marcos da paisagem, dos espaços livres, coletivos e abertos, da imagem, metáforas e memória coletiva do lugar. Deve promover usos democráticos, com acesso irrestrito da população, recuperando o poder econômico local sem criar impactos tão negativos, com uma idéia de falso progresso. Progresso de quem?

**EXIGIMOS** dos poderes públicos a conservação e defesa da paisagem do Cais José Estelita como nosso patrimônio. O Cais, assim como seu entorno representa um forte elemento da identidade local. Destacamos como marcos da paisagem o Forte das Cinco Pontas, os antigos galpões da Rede Ferroviária, a Igreja Matriz de São José e principalmente a Bacia do Pina, patrimônio natural da paisagem local. Entendemos que estes elementos devam ser preservados e valorizados, devendo ser estabelecida uma relação de conjunto. É forçoso ressaltar que o próprio Cais, como condição

<sup>102</sup> Questões apresentadas na página do grupo Direitos Urbanos e no evento do *Facebook*: <http://direitosurbanos.wordpress.com/ocupeestelita-0/ocupeestelita/>; <https://www.facebook.com/events/352462881472624/>.

<sup>103</sup> A carta encontra-se disponível no site do grupo Direitos Urbanos: <https://direitosurbanos.wordpress.com/2012/04/18/cartapatrimonio/>. Também foi publicada um relato sobre a entrega da carta aos órgãos de patrimônio, que pode ser consultada em: <https://direitosurbanos.wordpress.com/2012/04/25/entregadascartas/>.

altamente representativa da ocupação urbana holandesa, tão cara aos recifenses, é uma faixa de terreno tão importante quanto, ou mais que os edifícios nela erguidos.

**SOLICITAMOS** que esta carta, a Petição Pública “Abaixo-assinado Contra o Projeto Novo Recife!” com 3898 (três mil oitocentas e noventa e oito) assinaturas, documentos estes protocolados na data de hoje, 23/04/2012. Pedimos ainda que o material do processo sobre o projeto no IPHAN incluindo os laudos dos técnicos locais seja enviado ao Ministério Público conforme solicitação declarada na audiência, e que o posicionamento destes técnicos seja considerado nos encaminhamentos tomados com relação a qualquer decisão, posicionamento e intervenção na área do Cais José Estelita (“Carta em defesa do Cais José Estelita. Nossa paisagem, nosso patrimônio”).

Figuras 16 – #OcupeEstelita, abril de 2012

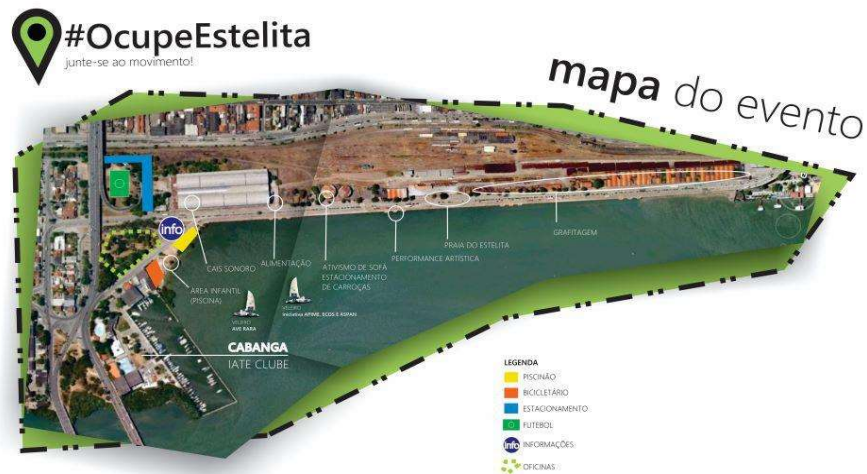


Figura 16a (de cima para baixo): Mapa-convite do #OcupeEstelita. Disponível em: <<http://direitosurbanos.wordpress.com/ocupeestelita-0/ocupeestelita/>>. Acesso em: 28 out. 2019.

Figuras 16b – 16e: Ocupe Estelita, 15/04/2012. FONTE: Foto do autor, abril de 2012.

A partir das ações desse coletivo de cidadãos, se iniciou um longo processo de debate e ações em que a paisagem passou a ser um dos recursos políticos mobilizados para tentar frear os processos de transformação e requalificação urbanas, assim como de demanda pela participação nas decisões da gestão urbana.

O Ocupe Estelita continuou ativo e realizando suas ocupações do espaço público nos anos seguintes, em momentos emergenciais. Por exemplo, em 21 de maio de 2017 ocorreu o “#OcupeEstelita+5”, ação comemorativa e de reafirmação da luta do coletivo, mas apontando novas pautas reivindicatórias para além da oposição ao empreendimento imobiliário. A partir das ações iniciais de ocupação, alguns grupos de cidadãos construíram outras plataformas de atuação que, de forma articulada ou isolada, ampliando as reivindicações a partir da articulação de uma pluralidade de pautas, sinalizando mobilizações para “escancarar processos estruturais da sociedade e catalisar debates transversais”<sup>104</sup>.

-----

### **3.3 Cena 02: Recife, março de 2015 – Passeata pelo tombamento do Cais José Estelita**

Em maio de 2014 a Prefeitura do Recife autorizou o Consórcio Novo Recife a demolir os armazéns de açúcar presentes no Cais José Estelita (espaço onde o Ocupe Estelita realizava seus atos). Essa autorização foi dada mesmo após a justiça ter proibido a realização de qualquer obra no terreno, em função da ausência de alguns dos estudos obrigatórios. No momento que o consórcio imobiliário começou a demolição, um membro do grupo Direitos Urbanos – coletivo formado no *Facebook*, principal articulador e espaço de diálogo virtual do Ocupe Estelita – viu a ação quando passava pela região de bicicleta. O ativista registrou algumas fotos, postou nas redes sociais e convocou o apoio de outros membros para ir ao local e tentar impedir o processo de demolição. Foi formada uma rede de apoio mas, na manhã seguinte, os armazéns de açúcar já estavam parcialmente demolidos.

De forma reativa, os ativistas do Ocupe Estelita conseguiram montar um acampamento dentro do terreno do Cais José Estelita, impedindo a sequência da demolição dos armazéns. Essa ação emergencial contra a destruição parcial e ilegal dos armazéns de açúcar permaneceu no Cais José Estelita por 28 dias, inicialmente dentro do terreno, depois em uma praça vizinha ao terreno. Ao longo dos dias de ocupação, foram realizadas diversas atividades culturais, aulas públicas com professores universitários, debates com especialistas do Urbanismo e do Direito, dentre outros. Igualmente, conseguiram suspender a licença de demolição dos armazéns em

---

<sup>104</sup> Evento no *Facebook*: <[https://www.facebook.com/events/564675473736094/?ref=br\\_rs](https://www.facebook.com/events/564675473736094/?ref=br_rs)>. Acesso em: 28 out. 2019.



junho de 2014. A ocupação foi brutalmente removida pelas forças policiais na madrugada do dia 17 de junho de 2014 (dia do jogo do Brasil contra o México, pela Copa do Mundo FIFA de 2014)<sup>105</sup>. O confronto se estendeu durante todo o dia, terminando com o terreno totalmente desocupado.

Em março de 2015, a Prefeitura do Recife apresentou uma nova ação contestada pelo grupo Ocupe Estelita: o projeto de lei nº 8/2015, de autoria do Poder Executivo Municipal, que entrou em vigor em maio de 2015 pela Lei nº 18.138/2015. Essa lei foi a responsável por instituir e regulamentar um Plano Específico para o Cais de Santa Rita, Cais José Estelita e Cabanga (região que engloba o terreno envolvido na controvérsia do Novo Recife), com a definição de novas normas e parâmetros para o uso e ocupação da frente d'água, a partir das potencialidades paisagísticas, físico-culturais e econômicas<sup>106</sup>. O movimento Ocupe Estelita questionou esse projeto de lei, considerando-o ilegal pela ausência dos estudos preliminares obrigatórios, a partir da inexistência de precauções quanto ao patrimônio histórico-cultural e por considerar que, as revisões nas normas e parâmetros construtivos permitidos passava por cima do Plano Diretor, com o único objetivo de permitir a construção do Projeto Novo Recife e outros empreendimentos ainda não publicitados<sup>107</sup>.

Perante esse contexto, em março de 2015, integrantes dos grupos Direitos Urbanos e Ocupe Estelita realizaram algumas ações para questionar as manobras da Prefeitura, merecendo destaque algumas atividades organizadas a partir da solicitação pelo tombamento da paisagem cultural do Cais José Estelita. Primeiro, a construção de uma petição on-line solicitando esse tombamento. A seguir, a realização de uma passeata pelo Centro do Recife, com destino à Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Por fim, o encontro com os Ministros da Cultura e Presidente do IPHAN, em Brasília, para entregar o documento pedindo o tombamento do pátio (e de sua paisagem associada).

A petição on-line foi publicada na internet em março de 2015, sendo endereçada aos Ministério da Cultura e IPHAN<sup>108</sup>. Centrando-se na importância histórica para a memória urbana e para o patrimônio ferroviário nacional, a petição apresentou o pedido de consideração

---

<sup>105</sup> Mais informações: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/a-batalha-pelo-cais-jose-estelita-8652.html>>. “Braço armado das empreiteiras”: <<https://www.youtube.com/watch?v=-cw67cCuni0>>. Acesso em: 28 out. 2019.

<sup>106</sup> Lei nº 18.138/2015: <<https://leismunicipais.com.br/a1/pe/r/recife/lei-ordinaria/2015/1814/18138/lei-ordinaria-n-18138-2015-institui-e-regulamenta-o-plano-especifico-para-o-cais-de-santa-rita-cais-jose-estelita-e-cabanga-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: 28 out. 2019.

<sup>107</sup> “Carta do Direitos Urbanos à Câmara Municipal sobre o Plano Urbanístico para o Estelita (PLE nº 08/2015)”: <<https://direitosurbanos.wordpress.com/2015/04/11/carta-do-direitos-urbanos-a-camara-municipal-sobre-o-ple-no-082015/>>. Acesso em: 28 out. 2019.

<sup>108</sup> Petição – “Tombamento do Pátio Ferroviário das Cinco Pontas e do Cais José Estelita”. Disponível em: <<https://www.change.org/p/minist%C3%A9rio-da-cultura-tombamento-do-p%C3%A1tio-ferrovi%C3%A1rio-das-cinco-pontas-e-do-cais-jos%C3%A9-estelita>>. Acesso em: 28 out. 2019.

do Cais José Estelita como um autêntico e significativo terreno com expressões de patrimônio histórico-cultural do Recife. A petição solicitou o tombamento com a seguinte justificativa:

Por ser uma área portadora de valores históricos, arqueológicos, paisagísticos e ambientais indiscutíveis para a cidade do Recife, o Estado de Pernambuco e para o Brasil. Próxima a 16 Monumentos Nacionais preservados pelo IPHAN, o Pátio Ferroviário das Cinco Pontas é ainda um precioso documento sobre a memória ferroviária de Pernambuco e do Brasil, e, naturalmente, um bem de enorme valor para a história do Recife. O pátio foi implantado sobre zona de aterramento junto ao antigo Aterro dos Afogados, no século XVII por iniciativa dos holandeses para ligar o Forte das Cinco Pontas, Monumento Nacional desde 1938, e o Forte do Príncipe Guilherme (demolido no início do século XIX). Essa área aberta compunha um sofisticado sistema defensivo de mar, rios e canais, demarcando também a entrada por terra da região produtora de açúcar. Além disso, ao longo do pátio, sobre o aterro dos Afogados, encontra-se o traçado da primeira linha férrea de Pernambuco, segunda do Brasil para ligar o Recife ao rio São Francisco. A área se destaca também pelo seu valor enquanto paisagem cultural, na sua relação histórica com a baía de Pina, com o bairro do Recife e com o antigo Porto do Recife.

Nos últimos anos, o grupo ‘Direitos Urbanos | Recife’ promoveu diversas ocupações político-culturais no Cais José Estelita, mostrando que parte significativa da população deseja conhecer e resguardar sua história e sua identidade. [...] Queremos que o pátio ferroviário e o Cais José Estelita sejam tombados, pois eles fazem parte da nossa história, da nossa memória e a da paisagem urbana do Recife.

Povo sem história é povo sem memória e povo sem memória é povo sem alma.

Como destacava a petição, esse coletivo buscava a ampliação da área protegida do Pátio Ferroviário das Cinco Pontas e Cais José Estelita além da área operacional (os trilhos), a partir da inclusão da parte não operacional, dentre os quais, o Cais José Estelita. Após um mês aberta para assinaturas na internet, a petição foi fechada com um total de 12.588 assinaturas e o aval de mais de 100 instituições, movimentos sociais e coletivos diversos. Em 26 de março de 2015, após o recolhimento das assinaturas, o grupo promoveu uma passeata pelas ruas do Centro do Recife, com destino à sede da Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) para entregar a petição<sup>109</sup>.

Posteriormente, representantes do movimento<sup>110</sup> participaram em maio de 2015 de uma reunião em Brasília com o então ministro da Cultura, Juca Ferreira, e a presidenta em exercício do IPHAN Nacional, Jurema Machado. No encontro, entregaram a petição que solicitava o tombamento da paisagem do Cais José Estelita<sup>111</sup>. Esses pedidos de tombamento também foram encaminhados à órgãos como o MPF, a partir da atuação do coletivo “Estelita do Brasil”. Apesar do pedido solicitar a preservação da memória ferroviária, a ação foi apresentada como

<sup>109</sup> Maiores informações: <<http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2015/03/passeata-no-recife-pede-ampliacao-de-area-prottegida-no-cais-jose-estelita.html>; <https://noticias.ne10.uol.com.br/jc-transito/noticia/2015/03/26/movimento-ocupe-estelita-realiza-passeata-no-centro-do-recife-539016.php>>. Acesso em: 01 nov. 2019.

<sup>110</sup> Representados pelo músico Otto, pelo ativista Sérgio Urt, os professores da UFPE Liane Cirne Lins e Tomás Lapa e do produtor cultural Eduardo Vieira.

<sup>111</sup> Reportagem no jornal El País Brasil, de 28 de maio de 2015, sobre a entrega do documento no Ministério da Cultura: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2015/05/28/politica/1432826822\\_497228.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2015/05/28/politica/1432826822_497228.html)>. Acesso em: 01 nov. 2019.

uma estratégia para barrar a construção do Novo Recife e preservação da “*memória da cidade na paisagem*”. A mobilização também articulou uma ação frente ao Ministério Público Federal, conseguindo apoio no âmbito da Procuradoria da República no Estado de Pernambuco e da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural, a partir da recomendação do tombamento do parque ferroviário. Como resultado, o movimento conseguiu protocolar o pedido de tombamento, além da inserção do pátio na lista do patrimônio cultural ferroviário, cuja homologação declara o valor histórico, artístico e cultural da área operacional do pátio ferroviário. Com a medida, o pátio foi valorado, mas não tombado, o que significou que a decisão não iria interferir no processo do Novo Recife.

Figuras 17 – Ato de entrega da petição de tombamento ao IPHAN-PE



17a (de cima para baixo, da esquerda para a direita): Convocatória do ato de entrega da petição. Disponível em: <<https://www.facebook.com/pg/MovimentoOcupeEstelita>>. Acesso em: 01 nov. 2019.

17b – Concentração do ato, dia 26 de março de 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2015/03/passeata-no-recife-pede-ampliacao-de-area-prottegida-no-cais-jose-estelita.html>>. Acesso em: 25 jan. 2020>. Acesso em: 01 nov. 2019.

17c – Passeata para entrega da petição ao IPHAN. Disponível em: <<https://www.facebook.com/pg/MovimentoOcupeEstelita>>. Acesso em: 01 nov. 2019.

### 3.4 Conflitos pela observação paisagística panorâmica

No Recife, cidade originalmente nascida da relação com o porto, mar e rios, existe um conjunto de *cais*<sup>112</sup> (naturais ou aterrados) que, atualmente, se apresentam como um dos espaços mais disputados na política urbana. Esses cais, localizados nas frentes d'água, possibilitam uma observação panorâmica da cidade e representam um conflito paisagístico de primeira ordem na cidade do Recife: de um lado, grupos que querem aproveitar a beleza panorâmica dos estuários a partir do seu valor econômico-imobiliário. Do outro lado, cidadãos que demandam a garantia do usufruto coletivo e comum das paisagens vistas dessas bordas (valor democrático). Conflitos que expressam, nos dois lados das controvérsias, sentidos da paisagem como algo exterior que se pode admirar, concebido a partir de uma estetização do olhar (CLAVAL, 2012).

Quando o ato de contemplar os quadros paisagísticos consolidados se tornou ameaçado perante um processo que passou a 'roubar' a vista dos que teriam o direito ao seu desfrute (toda a sociedade), coletivos de cidadãos passaram a lutar para garantir a visibilidade das paisagens como um interesse público. A ameaça de privatização dos quadros paisagísticos estimulou a apreensão do usufruto das paisagens como uma questão central ao exercício da cidadania, contribuindo para a emergência de ações em defesa da paisagem. No Recife, esses coletivos começaram a se desenvolver na década de 2000, especialmente a partir da reação às Torres Gêmeas e outras ações subsequentes que culminaram no Ocupe Estelita (BARBOSA, 2014; SÁ CARNEIRO, VERAS e BARBOSA, 2020; LINO e NASCIMENTO, 2017).

De 2003 (início da construção das Torres Gêmeas) até 2008 (finalização e inauguração do empreendimento), observou-se no Recife uma discussão acirrada sobre a autorização legal da construção dessas torres residenciais ao lado do Sítio Histórico do bairro de São José. Como exposto por Veras (2014), a maior preocupação do debate desenvolvido esteve centrada não no perfil dos edifícios propriamente ditos, mas sobre a interferência destes na paisagem urbana histórica do estuário centro-sul. Assim, as reações contra as torres (e os processos de renovação urbana vinculados) se articularam a partir de dois questionamentos: primeiro, a preocupação com a transformação radical da forma urbana e das particularidades paisagísticas observadas na visada panorâmica dessas paisagens (o padrão do *skyline*). Segundo, preocupações sobre as

---

<sup>112</sup> Conforme a definição do dicionário, um cais pode ser compreendido como: “1 - Parte da margem de um rio ou porto de mar, geralmente uma elevação de terra ou aterro, reforçado com paredes de pedra ou concreto (ou demais materiais assemelhados), de modo a conter as águas, onde atracam os navios e se faz o embarque ou desembarque de pessoas ou mercadorias. [...] 2 - Qualquer estrutura de contenção de águas ou desvio de correntes de lagos, rios ou mar, em geral de alvenaria, construída às margens de um rio ou canal” (Fonte: Dicionário Michaelis, 2019). Na cidade do Recife, existem várias dessas estruturas de contenção. Algumas ainda guardam características e funções de um cais, outras se transformaram em espaços públicos integrados à dinâmica urbana contemporânea: Cais de Santa Rita, Cais José Estelita, Cais da Alfândega, Cais do Imperador, Cais José Mariano, etc.

transformações radicais nos usos sociais do espaço articulados às paisagens em transformação, especialmente dos processos territoriais na linha do chão (no *landline*). Conforme destaca Veras (2014, p. 62-65), as oposições não visavam impedir os processos de transformação em si, mas buscavam pensar estratégias para “construir elementos novos consolidando as características e a identidade de uma paisagem coletivamente apropriada, sem se submeter aos desejos de um mercado voltado para o turismo, para o marketing e para o ‘sentir-se fora daqui’”.

Apesar de não ter tido uma repercussão negativa ampliada, o movimento contrário às torres se articulou através de um conjunto de ações da classe artística (sobretudo do meio audiovisual), de arquitetos, urbanistas e jornalistas locais. Em 2011, os grupos que se juntaram para discutir e tentar impedir a construção das torres, desenvolveram um produto audiovisual resultante dos debates e ações contrários ao empreendimento: o “[projeto Torres Gêmeas]”, filme coletivo construído a partir de uma chamada pública onde qualquer pessoa poderia submeter qualquer material sobre as Torres Gêmeas. A ideia do projeto correspondia a “falar do Recife e de suas relações de poder a partir do projeto urbano”<sup>113</sup>. O filme envolveu 50 pessoas, foi disponibilizado na internet e exibido em diversos festivais de cinema e debates locais.

Para Lino e Nascimento (2017, p. 59), esse projeto possibilitou o encontro entre grupos descontentes com a política urbana local, possibilitando o compartilhamento de um “incômodo consensual” sobre os rumos da cidade. Com a construção do filme, a temática foi apropriada por outros realizadores locais, que passaram a produzir outros produtos audiovisuais (ficcionais ou documentais) que problematizam a verticalização da cidade e colaboram com discussões sobre a qualidade urbana e o direito à cidade. Para Barbosa e Queiroz (2013) a construção do filme, em articulação com outros filmes produzidos por outros grupos contemporâneos, contribuiu para utilizar as plataformas da internet na promoção de reflexões ampliadas sobre os projetos de “revitalização” do centro histórico recifense, recurso amplamente usado nos anos seguintes, nas ações e produtos do Ocupe Estelita. A ideia não seria “pregar para os convertidos”, mas “causar incômodo, reflexão e, por fim, conscientização, em espectadores ainda sem posição definida dentro das questões propostas” (BARBOSA e QUEIROZ, 2013).

Outra ação que também começou a ser articulada em 2011 é considerada por alguns dos representantes do Ocupe Estelita como o embrião das ações posteriores: a construção do pedido de tombamento para o Edifício Caiçara. Esse prédio de três andares, localizado na orla da praia de Boa Viagem, correspondia a um dos últimos exemplares dos primeiros edifícios residenciais da cidade, construídos nas décadas de 1930-1940. O Caiçara foi um dos primeiros edifícios de

---

<sup>113</sup> Informações disponíveis em: <<https://projeto Torres Gêmeas.wordpress.com/projeto/>>. Acesso em: 05 nov. 2019.

habitação multifamiliar de Boa Viagem, testemunho do momento de expansão da urbanização recifense para a zona sul (processo narrado no Capítulo 02). Em 2011, quando a Prefeitura da Cidade do Recife expediu um alvará que autorizou a Construtora Rio Ave (a proprietária do edifício, depois que comprou todos os apartamentos) a demolir o prédio, um grupo formado por moradores locais, historiadores, arquitetos, juristas e outros profissionais diversos começou um movimento de luta por sua preservação, a partir do coletivo chamado Salve o Caiçara<sup>114</sup>.

Esse grupo construiu um abaixo-assinado em repúdio à demolição do edifício e pedindo sua preservação (setembro/2011), abriu um processo pedindo seu tombamento na Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE) (outubro/2011) e se articulou com a Promotoria do Meio Ambiente do Ministério Público de Pernambuco, sobretudo a partir da aproximação com a promotora Belize Câmara (maio/2012)<sup>115</sup>. A partir de então, se iniciou uma batalha judicial sobre as pendências no tombamento e autorização de demolição do imóvel e envolveu a Construtora Rio Ave, a FUNDARPE, o Ministério Público de Pernambuco e a Prefeitura Municipal do Recife.

Conforme destacou a promotora Belize Câmara, a FUNDARPE indeferiu o processo de tombamento em tempo recorde, o que estimulou o movimento a tentar uma segunda estratégia: a requisição à Prefeitura do Recife da realização de estudos sobre o valor histórico-cultural do imóvel, buscando transformá-lo em “Imóvel Especial de Preservação” (IEP). De acordo com a Lei Municipal 16.284/97, os IEPs são imóveis considerados como exemplares isolados de uma arquitetura significativa ao patrimônio histórico, artístico e/ou cultural da cidade do Recife. O pedido para transformar o Caiçara em IEP usou como argumentos, dentre outros aspectos: o padrão construtivo do edifício, representativo do bairro de Boa Viagem em 1940, com o imóvel como um exemplar raro de edificação neocolonial; a importância do prédio à memória afetiva do bairro; os apelos da sociedade favoráveis à sua preservação, que revelaria uma relação de identidade e apego ao lugar, além de sua importância para a história e cultura locais<sup>116</sup>.

Posterior a tais ações, o Município não respondeu se acatava a inclusão do edifício como IEP e a promotora Belize Câmara foi dispensada das atribuições junto à Promotoria do Meio

<sup>114</sup> Grupo formado nas redes sociais, sobretudo no *Facebook*: <<https://www.facebook.com/groups/salveocaicara/>>. Acesso em: 11 nov. 2019.

<sup>115</sup> Informações disponíveis em: CANTARELLI, Rodrigo. O Caiçara, o tombamento prévio e a falha da lei do IEP. Disponível em: <<https://direitosurbanos.wordpress.com/2013/10/07/o-caicara-o-tombamento-previo-e-a-falha-lei-do-iep/>>; CÂMARA, Belize. A verdade sobre a demolição do Caiçara. Disponível em: <<http://acertodecontas.blog.br/artigos/a-verdade-sobre-a-demolicao-do-caicara/>>; ALCÂNTARA, Edinéa. Não é apenas pelo Caiçara, é pela memória e história de uma cidade. Disponível em: <<https://direitosurbanos.wordpress.com/2014/04/07/nao-e- apenas-pelo-caicara-e-pela-memoria-e-historia-de-uma-cidade/>>. Acessos em: 11 nov. 2019.

<sup>116</sup> In: CÂMARA, Belize. A verdade sobre a demolição do Caiçara. Disponível em: <<http://acertodecontas.blog.br/artigos/a-verdade-sobre-a-demolicao-do-caicara/>>. Acesso em: 11 nov. 2019.

Ambiente e Patrimônio Histórico (março/2013). Em seguida, a FUNDARPE concluiu que o edifício não apresentava qualquer valor histórico, paisagístico, estético ou artístico ao Estado (maio/2013) e o serviço de demolição foi iniciado em setembro de 2013, ação embargada logo em seguida. A Prefeitura negou a transformação do edifício em IEP em 2014, quando o Caiçara já estava parcialmente destruído e o edifício foi totalmente demolido em abril de 2016, ainda sob protestos dos opositores.

Independentemente do resultado, essas duas ações (reações contrárias às Torres Gêmeas e à demolição do Edifício Caiçara) foram essenciais para a formação do coletivo que, a partir de 2012, se articulou através do Movimento Ocupe Estelita, responsável por amplificar as ações em defesa do patrimônio e das paisagens locais. O Ocupe Estelita corresponde ao movimento que se originou como tática de ocupação do espaço público do Cais José Estelita, como forma de oposição ao empreendimento proposto para o terreno: o Projeto Novo Recife. Através da influência das ocupações que ocorreram no mundo a partir de 2011, tais como o *Occupy Wall Street* (Estados Unidos), o 15-M (Espanha) e a Primavera Árabe (que ocorreu em países como Egito e Tunísia), o Ocupe Estelita se caracteriza como uma ocupação festiva e cultural, mas também política e de debate, do Cais José Estelita.

Formado nas redes sociais através do grupo “Direitos Urbanos”<sup>117</sup>, o Ocupe Estelita corresponde a um coletivo de cidadãos que, desde 2012, tem expressado vontades e demandas de usufruir de paisagens da cidade, apoiando-se nos instrumentos legais para defender e garantir o direito à cidade a partir do usufruto paisagístico. Identificado como um grupo de contestação com atuação variada (ocupações do espaço público, usos políticos da arte, “batalhas judiciais, etc.), contribuiu nos últimos anos para a promoção de debates ampliados sobre o acirramento da questão urbana do Recife, envolvendo não apenas a discussão de problemas, mas também a proposição de novas ideias e rumos para o planejamento e gestão urbanos. Foi na busca por proteção e valorização de uma paisagem singular do Recife – o Cais José Estelita – que cidadãos comuns insatisfeitos com os rumos do planejamento urbano local, em diálogo com profissionais e movimentos sociais diversos, se articularam a partir de março de 2012 para formar o coletivo.

---

<sup>117</sup> O Direitos Urbanos corresponde a um grupo formado na internet, em especial na rede social *Facebook*, com o objetivo de articular um grupo de diálogos sobre o modelo contemporâneo de ocupação e transformação da cidade do Recife. Na definição apresentada na rede social, se identificam como um “grupo para discutir não só os problemas da cidade do Recife, mas também ideias, propostas, novos rumos. A ideia é juntar pessoas interessadas em um Recife realmente para as pessoas (não só nos slogans), um Recife com vida”. A partir desse grupo foi articulado a primeira ação de ocupação do Cais José Estelita, assim como outras atividades realizadas nos anos seguintes. Maiores informações: <<https://www.facebook.com/DireitosUrbanos/>>; <<https://www.facebook.com/groups/direitosurbanos/>>; <<https://direitosurbanos.wordpress.com/>>. Acessos em: 25 nov. 2019.

Como destacado no capítulo anterior, o Cais José Estelita corresponde ao amplo terreno localizado na margem norte da Baía do Pina e que tangencia o Sítio Histórico de Santo Antônio e São José (ZEPH-10). Formado a partir de sucessivos aterros no começo do século XX, foi construído em virtude do projeto de modernização da cidade, pensado inicialmente como uma expansão do Porto, para abrigar galpões de armazenamento. O terreno foi leiloadado em 2008<sup>118</sup> e a partir de 2012 o Cais se tornou o centro de uma controvérsia pública quando, em audiência pública, foi apresentado a proposta de um consórcio de empresas que propôs transformá-lo a partir da construção de altos edifícios residenciais, empresariais e hotéis, além de outras obras viárias e paisagísticas. Tratava-se do Projeto Novo Recife (Figuras 18).

Figuras 18 – Simulações do Projeto Novo Recife



18a (de cima para baixo) – Projeto original do Novo Recife, apresentado em 2012. Disponível em: <[http://www.glempreendimentos.com.br/wp-content/uploads/2013/04/EXTERNA\\_NOVO\\_RECIFE\\_FRONTAL1024x341.jpg](http://www.glempreendimentos.com.br/wp-content/uploads/2013/04/EXTERNA_NOVO_RECIFE_FRONTAL1024x341.jpg)>. Acesso em: 18 fev. 2020.

18b – Redesenho do Projeto Novo Recife, apresentado em 2015. Disponível em: <<https://blogs.ne10.uol.com.br/jamildo/2019/03/25/veja-o-que-preve-o-projeto-novo-recife-no-cais-jose-estelita/>>. Acesso em: 18 fev. 2020.

O Novo Recife corresponde a uma proposta de intervenção privada em um terreno de 10,1 hectares, localizado no Cais José Estelita. O empreendimento, conforme o projeto original,

<sup>118</sup> O terreno localizado no Cais José Estelita, foi leiloadado em 2008, sendo adquirido pelo Consórcio formado pelas empresas Queiroz Galvão, Moura Dubeux, ARA Empreendimentos e GL Empreendimentos pelo valor de R\$ 55,4 milhões, cujo lance mínimo previsto em edital era de R\$ 55,278 milhões. O terreno era propriedade da RFFSA (Rede Ferroviária Federal S/A), fundada em 1957 e que permaneceu como empresa pública por 40 anos. Em 2012 o Ministério Público Federal iniciou uma investigação sobre possíveis irregularidades do leilão do Cais Estelita, a partir de denúncias da inclusão indevida de armazéns na área arrematada pelo Consórcio Novo Recife. Em 2015, a Polícia Federal apontou fraudes no leilão do terreno, a partir da denúncia que o leilão teria sido subfaturado em dez milhões de reais e que houve uma falsa competitividade e irregularidades na condução do processo.



se caracteriza por ser uma intervenção de uso múltiplo, com torres entre 21 e 41 pavimentos. Ressalte-se que, estando próximo ao Sítio Histórico do bairro de São José, todo o entorno foi ocupado por edificações horizontais ou de baixo gabarito. Igualmente, o terreno está localizado em um ponto estratégico da cidade, considerando-se sua inserção no centro histórico-geográfico da cidade, sua relação com a frente d'água, a relação com os bairros de seu entorno e a dinâmica do espaço público da cidade. Neste sentido, o Novo Recife se apresenta como uma proposta de grande impacto: pela localização, dimensão da área construída e verticalizada e os usos futuros previstos (BARBOSA, 2014; VIEIRA, 2019).

A autorização da construção desse conjunto de torres nesse terreno que margeia o sítio histórico pode ser explicada a partir da delimitação do perímetro tombado do Sítio Histórico do Bairro de São José. Como destaca Veras (2014, p. 40-43), o bairro de São José sempre manteve forte relações com as águas, mantendo-se assim até o início do século XX, quando a construção do Cais José Estelita alterou profundamente as relações históricas do bairro com o estuário recifense. A nova borda, acarretou a produção de uma “franja de transição entre as águas e o ‘antigo’ São José” (VERAS, 2014, p. 40), atribuindo novas funções e novas relações às margens do estuário sul. A produção desse novo cais e a ocupação do espaço com os galpões portuários e os trilhos da linha férrea transformaram o espaço da orla, atribuindo-lhe novas dinâmicas: não mais como um espaço de permanência, mas como uma área de passagem, de fluxo de transporte e das atividades portuárias e ferroviárias, notadamente (VERAS, 2014; BISPO, PROCHNOW, 2016). Essas questões influenciaram na não-inclusão desse Cais no perímetro de preservação, nem sua consideração como área de transição da ZEPH-10.

Nessa nova borda acrescida ao bairro se situa o Pátio Ferroviário das Cinco Pontas, um dos primeiros pátios ferroviários do Brasil e o primeiro pátio-porto do sistema ferroviário implantado no Nordeste brasileiro no século XIX. O início desse sistema de ferrovias ocorreu com a construção da primeira estação das Cinco Pontas em 1855, inaugurada em 1858, sendo o pátio fundador da principal estação da Estrada de Ferro do Recife ao São Francisco (na altura da cidade de Paulo Afonso/BA), a segunda ferrovia mais antiga do Brasil e a primeira do Nordeste<sup>119</sup>. À época de sua construção existia no Brasil apenas a Ferrovia Mauá (São Paulo),

---

<sup>119</sup> De acordo com o setor de arqueologia da Superintendência do IPHAN em Pernambuco, em documentos referentes ao projeto de monitoramento, resgate arqueológico e educação patrimonial das obras do Cais José Estelita referentes ao Projeto Novo Recife, o Pátio Ferroviário das Cinco Pontas corresponde ao “primeiro pátio-porto do primitivo sistema ferroviário do Nordeste implantado no Brasil no século XIX”, vinculado à um contexto histórico mais amplo: “o processo de inserção do Brasil através do seu porto mais importante nos séculos iniciais de sua formação – o Porto de Olinda no lugar dos Arrecifes, depois Porto do Recife e de Pernambuco”. Neste sentido, propõem uma abordagem técnica e construção de um memorial ao Cais José Estelita que aborde a importância dos equipamentos ferroviários locais enquanto terminal ferroviário de uma rede regional, interligada

inaugurada no ano anterior. Para Freire *et al.* (2012), a Estrada do Recife foi a primeira ferrovia brasileira de âmbito nacional, visto que a Ferrovia Mauá era uma linha municipal.

Neste sentido, a implantação desse parque ferroviário apresenta destacada importância não apenas à história local, mas também para a história econômica e regional do Nordeste e do Brasil. Conforme destaca Bitoun (2016), a construção do Parque Ferroviário das Cinco Pontas encontra-se diretamente vinculado à uma rede regional, integrada à malha e ao desenvolvimento econômico do Nordeste e do Brasil. Sua construção ocorreu no momento de consolidação da “formação territorial agromercantil” (final do século XIX e início do século XX), e permitiu a implantação da economia regional associada ao criatório e plantações de algodão destinadas ao mercado inglês. Assim, a implantação dessa ferrovia possibilitou a conexão entre a cidade do Recife (sobretudo, do seu porto de exportação) com o Agreste e o Sertão nordestino, permitindo a expansão e consolidação da agricultura agromercantil e do agronegócio (BITOUN, 2016).

Esse pátio se situa às margens do Cais José Estelita e do Cais de Santa Rita, nos limites dos Sítios Históricos de Santo Antônio e São José. A estação central inicial, denominada como Estação das Cinco Pontas, foi construída na esplanada do Forte das Cinco Pontas, velho forte holandês, próximo ao centro histórico da cidade e do porto. Apesar das modificações ocorridas ao longo dos anos, o Pátio das Cinco Pontas é um dos mais íntegros do Brasil, com ligações com o porto do Recife, sendo assim, importante paisagem cultural característica das cidades, sobretudo litorâneas, onde se implantou esse modo de produção. Por essas razões, o IPHAN, a partir do parecer técnico complementar de 27/10/2011, referente à área operacional e não operacional desse pátio, destacou os valores de significância cultural para preservação da memória ferroviária atribuídos à área, defendendo sua inscrição na Lista do Patrimônio Cultural Ferroviário (FREIRE *et al.*, 2012; BISPO e PROCHNOW, 2016).

É importante reforçar que esse importante pátio da memória ferroviária nacional se encontra ao lado do Sítio Histórico de Santo Antônio/São José (ZEPH-10), estando ambos localizados numa das ilhas originais do Recife (a *Ilha de Antônio Vaz*), onde se desenvolveu o projeto de expansão inicial da cidade, quando durante o período holandês do século XVI foi planejado o projeto da Cidade Maurícia (*Mauritzstaadt*)<sup>120</sup>. Essa trama urbana é tributária do

---

à malha nacional (Informação Técnica nº 55/LO/2016”, de 28 de junho de 2016, referente ao processo número 01498001988/2015-37, instaurado com o objetivo do Ministério Público Federal acompanhar as medidas administrativas adotadas pelo IPHAN em relação ao patrimônio arqueológico do Cais José Estelita).

<sup>120</sup> A ocupação holandesa da região que atualmente corresponde ao estado de Pernambuco ocorreu entre 1630 e 1654. Antes da ocupação holandesa, durante o início da colonização portuguesa, o Recife se restringia à região que atualmente forma o bairro do Recife Antigo, a partir de um porto rudimentar funcionalmente ligado e a serviço de Olinda, a capital da província. Com a chegada dos holandeses Olinda foi abandonada e a cidade do Recife passou a ser a capital e cidade principal. Com a chegada do Conde Maurício de Nassau em 1637 foi desenvolvido

modelo urbanístico lusitano adotado em momento posterior à saída dos holandeses (pós 1654) e guarda um dos maiores acervos de monumentos tombados do Recife, notadamente religiosos do século XVIII: o mais importante conjunto barroco de Pernambuco, com construções desde a segunda metade do século XVII, notadamente formado por igrejas que continuam a pontuar o horizonte local (VASCONCELOS, MACIEL e LACERDA, 2018).

Entretanto, apesar da presença do Pátio Ferroviário das Cinco Pontas, da relação com a paisagem urbana das águas e das conexões com as questões históricas locais destacadas, os projetos de transformação foram aprovados nesse terreno, graças à não inclusão do Cais José Estelita dentro do perímetro do sítio de preservação. Com a não inclusão, os terrenos ficaram disponíveis para a iniciativa privada explorar suas potencialidades econômicas sem as restrições do enquadramento patrimonial.

A ameaça de implantação do Projeto Novo Recife e seus impactos na descaracterização do Cais José Estelita e do pátio ferroviário desencadeou uma organização de parte da sociedade civil em movimentos sociais que questionavam a legalidade e necessidade do empreendimento. Para se contrapor ao processo de verticalização, estes grupos passaram a demandar a proteção patrimonial, urbanística e paisagística do Cais José Estelita e do pátio ferroviário, a partir de justificações que vão além da preservação das materialidades, considerando também os valores da área na escala de composição da paisagem histórica urbana (BISPO e PROCHNOW, 2016).

A partir de 2012 tal coletivo desenvolveu diversos debates e ações, em que algumas das atividades dialogaram e/ou foram construídas a partir de relações diretas com a problemática paisagística e que, em alguns momentos, conduziram as oposições ao empreendimento. Em outros debates, a paisagem aparece de forma indireta, prevalecendo mobilizações a partir de outras temáticas, como mobilidade urbana, planejamento e gestão territorial, etc. Por exemplo, no primeiro ano das mobilizações do Ocupe Estelita (2012), além das ações e debates sobre a questão paisagística, outros temas foram mobilizados: debates sobre projetos para mobilidade urbana, críticas às obras ligadas à preparação da cidade para a Copa do Mundo de 2014, atuação da demanda pela revisão das leis urbanísticas, dentre outros.

Por essa razão, tem-se claro que o Ocupe Estelita nunca foi uma ação de defesa exclusiva da paisagem e do direito à paisagem, mas um coletivo de demanda e luta pelo direito à cidade que, de forma contextual, mobilizou a paisagem como um instrumento político. O debate sobre a paisagem emergiu como um recurso político mobilizado frente às urgências do presente, a partir de portas diversas: reflexões em torno da destruição ambiental, paisagística e patrimonial

---

o projeto de expansão da cidade para a Ilha de Antônio Vaz, a partir do plano urbanístico da *Mauritzstaadt*, onde hoje se localiza o bairro de São José.

das zonas históricas da cidade; preocupação com os impactos na identidade visual da cidade, a partir da proposição de uma *verticalização deslocada, fora do lugar e fora de cena* (VERAS, 2014), dentre outros. No percurso do Ocupe Estelita (de 2012 a 2018), identificamos que o debate paisagístico apareceu associado às ações político-pedagógicas do coletivo a partir de três portas principais:

a) Discussão paisagística a partir da aproximação com as legislações de controle urbano, como o Plano Diretor, a Lei de Uso e Ocupação do Solo e demais dispositivos legais que versam sobre os parâmetros construtivos da cidade. São discussões ligadas à percepção dos impactos advindos pelo processo de verticalização sinalizada pelo Novo Recife, assim como das possíveis transformações no zoneamento e uso do solo urbano.

b) Abordagem da paisagem vinculada ao meio ambiente natural, a partir da porta indicada pela categoria das Unidades de Conservação da Paisagem, presente nas leis urbanísticas do Recife. A partir da compreensão que a paisagem foi oficialmente definida pela primeira vez no cenário local através do Código de Meio Ambiente e do Equilíbrio Ecológico da Cidade do Recife, assim como que nos documentos da gestão municipal há uma concepção paisagística de inspiração ambiental, mobiliza-se essa porta buscando construir ações que permitam incluir o Cais José Estelita na preservação e visibilização dos ambientes naturais e suas paisagens associadas;

c) Associação do debate paisagístico com a perspectiva do patrimônio histórico-cultural, originada na preocupação em garantir a continuidade e visibilidade das marcas e matrizes das paisagens históricas da cidade para usufruto coletivo. Conseqüentemente, buscam impedir a privatização dos panoramas históricos da cidade e garantir o usufruto e gestão das paisagens como um direito de todos.

Conforme buscamos demonstrar na Cena 01, essas três portas paisagísticas estiveram presentes desde o início das ações do Ocupe Estelita, destacando-se, sobretudo, referências mais diretas à perspectiva do patrimônio histórico-cultural e da abordagem ambiental. Na audiência sobre o Projeto Novo Recife (março de 2012), as falas do professor Tomás de Albuquerque Lapa e da promotora do Ministério Público de Pernambuco Belize Câmara, ambas em oposição ao Novo Recife, mobilizaram um discurso paisagístico voltado para a perspectiva ambiental, embasando suas falas a partir das legislações e instituições ambientais que deveriam garantir o descortino e usufruto público das paisagens do estuário da cidade.

Posteriormente, essa abordagem paisagística pela porta ambiental foi retomada, porém apenas de forma pontual. Por exemplo: nos artigos da arquiteta Lúcia Veras publicados no *site* do Direitos Urbanos, que abordam a possibilidade de usar a Lei nº 16.243/1996 (o Código do

Meio Ambiente e do Equilíbrio Ecológico da Cidade do Recife) para solicitar a conservação da paisagem histórica do centro do Recife<sup>121</sup>; o parecer jurídico elaborado por Liane Cirne Lins, professora de Direito na UFPE, construído a pedido do Direitos Urbanos/Ocupe Estelita, para ser apresentado no Conselho de Desenvolvimento Urbano quando a Prefeitura do Recife buscou aprovar o Novo Recife no último mês do mandato do prefeito João da Costa (PT)<sup>122</sup>; a presença do argumento ambiental nas várias ações apresentadas pelo Ocupe Estelita na Justiça (estadual e federal), a partir da demanda pelo respeito à Lei nº 16.243/1996 e da execução dos estudos de EIA/RIMA.

Entretanto, conforme destacado por Sá Carneiro, Veras e Barbosa (2020), a perspectiva paisagística a partir da ‘porta’ do ambiente, como formulada na Lei nº 16.243/1996 e expressa nas Unidades de Conservação da Paisagem, não consegue ultrapassar velhos vícios de uma compreensão de paisagem que separa a natureza da cultura. Ao classificar as paisagens a partir da concentração dos elementos naturais com pequenas intervenções culturais, essa decisão excluiria algumas paisagens singulares e representativas do Recife secular, como aquelas do centro histórico, notadamente dos bairros de São José, nas bordas do estuário. Essas paisagens, diretamente vinculadas às demandas do Ocupe Estelita, não são historicamente marcadas pela vegetação e natureza, mas sim pelas águas, que, em conjunto com a arquitetura histórica, fazem das bordas de São José voltadas ao estuário, no Cais José Estelita, uma das mais belas paisagens do Recife (SÁ CARNEIRO, VERAS e BARBOSA, 2020).

Assim, apesar da existência dessas três ‘portas’, o que prevaleceu na atuação do coletivo foi a mobilização do direito à paisagem pela perspectiva do patrimônio histórico-cultural, pela tentativa de legitimar a paisagem do Estelita como uma paisagem cultural da cidade dentro das instâncias do patrimônio, sobretudo do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e da FUNDARPE (Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco). Maior atenção dada para a ‘porta’ patrimonial que revela uma triagem e seleção na mobilização dos recursos políticos mais eficazes para se contrapor às emergências contextuais da disputa contra o Novo Recife.

---

<sup>121</sup> A autora publicou dois artigos no Direitos Urbanos: “Por que a paisagem é importante? Por que conservar a paisagem histórica do centro do Recife?”, publicado em janeiro de 2013; “O horizonte vertical *ob-scenus*: A ameaça de destruição de uma Paisagem-postal no coração do Recife”, publicado em junho de 2014. Os artigos podem ser consultados nos endereços a seguir: <<https://direitosurbanos.wordpress.com/2013/01/29/por-que-a-paisagem-e-importante-por-que-conservar-a-paisagem-historica-do-centro-do-recife/>>; <<https://direitosurbanos.wordpress.com/2014/06/01/o-horizonte-vertical-ob-scenus-a-ameaca-de-destruicao-de-uma-paisagem-postal-no-coracao-do-recife/>>. Acesso em: 13 dez. 2019.

<sup>122</sup> “Parecer Jurídico sobre as irregularidades do processo sobre o Novo Recife na Prefeitura”. Disponível em: <<https://direitosurbanos.wordpress.com/2013/01/28/parecer-juridico-sobre-a-irregularidade-do-novo-recife/>>. Acesso em: 13 dez. 2019.

Ao optar pelo protagonismo da paisagem como patrimônio cultural, buscaram um apoio nos instrumentos legais federais propostos pelo IPHAN que, ao assegurar a proteção dos bens culturais, garantem a conservação da paisagem necessária à visibilidade do bem protegido. Tais escolhas parecem indicar o uso de uma estratégia: buscar a declaração do Pátio Ferroviário das Cinco Pontas como “Patrimônio Cultural Brasileiro”, assegurando a conservação da paisagem que o envolve, ou seja, a paisagem do Cais José Estelita. É um caminho invertido para se chegar à paisagem, mas mostra com clareza que essas mobilizações articulam demandas patrimoniais e paisagísticas com as demandas de direito à paisagem, buscando reivindicar a formalização no direito de paisagem que possa ajudar a garantir o direito à cidade, implícito na noção de uma cidadania paisagística (SÁ CARNEIRO, VERAS e BARBOSA, 2020; BARBOSA, 2018).

Essa abordagem paisagística a partir do patrimônio se fez presente desde as primeiras atuações do Ocupe Estelita (destacadas na Cena 01). Posterior à primeira ocupação-manifesto do Cais José Estelita (abril de 2012), o coletivo se articulou para escrever um documento em defesa da paisagem do Cais José Estelita, endereçando-o ao IPHAN (nacional e estadual), à FUNDARPE, à Secretaria de Cultura do Estado de Pernambuco e ao governador do Estado de Pernambuco, Eduardo Campos. Nesse documento, intitulado “Carta em defesa do Cais José Estelita. Nossa paisagem, nosso patrimônio”<sup>123</sup>, o grupo apresentou uma defesa da “nossa paisagem urbana, esta, que conta a nossa história, na qual nos vemos refletidos, e é nosso patrimônio cultural e afetivo”. Com a Carta, o movimento buscou defender a conservação e reabilitação das paisagens do Estelita pelo respeito à relação de reciprocidade com o patrimônio existente: valorização dos marcos da paisagem, garantia de visibilidade e usos democráticos da paisagem e dos espaços públicos associados e, sobretudo, execução de um plano urbanístico para a gestão da paisagem como um patrimônio coletivo.

Posteriormente, a demanda paisagística a partir do patrimônio foi retomada em março de 2015, com a publicação de um novo documento, na forma da petição “Tombamento do Pátio Ferroviário das Cinco Pontas e do Cais José Estelita” (apresentado na Cena 03)<sup>124</sup>. Essa petição foi construída como reação à apresentação da Lei nº18.138/2015, de autoria do Poder Executivo

---

<sup>123</sup> A carta encontra-se disponível na internet, junto do relato sobre o processo de entrega da carta aos órgãos de patrimônio. Os documentos podem ser consultados nos endereços a seguir: <<https://direitosurbanos.wordpress.com/2012/04/18/cartapatrimonio/>>; <<https://direitosurbanos.wordpress.com/2012/04/25/entregadascartas/>>. Acesso em: 15 dez. 2019.

<sup>124</sup> O Pátio Ferroviário das Cinco Pontas corresponde a um importante pátio da memória ferroviária nacional, localizado entre o Sítio Histórico de Santo Antônio/São José e as bordas do Cais José Estelita. Trata-se do primeiro pátio-porto do sistema ferroviário implantado no Nordeste brasileiro no século XIX. Seu início ocorreu com a construção da primeira estação das Cinco Pontas (na esplanada do Forte das Cinco Pontas, velho forte holandês preservado) em 1855, inaugurada em 1858, sendo o pátio fundador da Estrada de Ferro do Recife ao São Francisco (cidade de Paulo Afonso/BA) e também é a segunda ferrovia mais antiga do Brasil e a primeira do Nordeste (FREIRE *et al.*, 2012; BISPO e PROCHNOW, 2016).

Municipal. Neste instrumento se estabelece um Plano Específico para o Cais de Santa Rita, Cais José Estelita e Cabanga (região que engloba o Novo Recife), com a definição de novas normas e parâmetros para o uso e ocupação da frente d'água, a partir das potencialidades paisagísticas, físico-culturais e econômicas. O que foi proposto nesse momento não impediria a implantação do empreendimento, mas promoveu alterações e o redesenho na área próxima ao sítio histórico que, ainda assim, não atenderam ao que era requisitado pelos movimentos sociais.

Nesse contexto, a paisagem reapareceu nas atuações do Ocupe Estelita como um recurso político, de forma emergencial, para impedir que a nova lei facilitasse a construção do Novo Recife. Como reação ao Plano, realizaram ações que aproximaram o *direito à paisagem* do *direito de paisagem*, articuladas em torno da solicitação pelo tombamento da paisagem cultural do Cais José Estelita. Aqui, consideramos a distinção apresentada por Priore (2002): *direito à paisagem* como o próprio reconhecimento de um interesse paisagístico, como a expressão do sentimento de pertencimento individual e coletivo dos cidadãos com os quadros paisagísticos e marcos de vida. *Direito de paisagem* como o quadro jurídico onde se aplicam as normas de proteção das demandas sociais de reconhecimento dessas relações sensíveis com o território.

De início, construíram uma petição solicitando o tombamento, publicada e divulgada na internet em março de 2015, sendo endereçada aos Ministério da Cultura e IPHAN. No documento, o pedido de tombamento do Cais José Estelita se fez a partir da consideração deste como um espaço autêntico e significativo, portador de “valores históricos, arqueológicos, paisagísticos e ambientais indiscutíveis”. Ainda na petição, o tombamento se justificaria a partir da consideração do Pátio Ferroviário e do Cais José Estelita como espaços que “fazem parte da nossa história, da nossa memória e a da paisagem urbana do Recife”.

Com essa petição, o coletivo buscou a ampliação da área protegida do Pátio Ferroviário das Cinco Pontas e Cais José Estelita além da área operacional (os trilhos), a partir da inclusão da parte não operacional, dentre os quais, o Cais José Estelita (terreno proposto para construção do Novo Recife). Após um mês aberta para assinaturas na internet, a petição foi fechada com um total de 12.588 assinaturas, além do apoio de mais de 100 instituições, movimentos sociais e coletivos diversos (do Brasil e fora dele).

Posterior ao recolhimento das assinaturas, o movimento ainda realizou outras atividades articuladas com essa demanda: uma passeata pelas ruas do Centro do Recife, com destino à sede da Superintendência Regional do IPHAN, para entregar a petição e legitimar o pedido nas instâncias competentes (março de 2015); um ato público em apoio ao pedido de tombamento da paisagem do Estelita (maio de 2015); uma reunião em Brasília com o ministro da Cultura e

a presidência do IPHAN Nacional, também com o objetivo de entregar o documento pedindo o tombamento do pátio ferroviário (e da paisagem associada).

Essa abordagem histórica da paisagem pode ser exemplificada a partir dos produtos imagéticos que foram construídos para divulgar a atividade (Figuras 19): representações que articulam a representação visual da paisagem histórica do Recife, a partir do desenho do *skyline* intencionalmente bem delimitado e a partir da seleção de símbolos marcantes (as cúpulas das igrejas, os armazéns portuários, o espelho d'água, os símbolos e marcas do pátio ferroviário, etc.), associando-os à textos “Não é pela paisagem na memória. É pela memória na paisagem”, ou “Eu apoio o tombamento do Estelita – Pelo direito à nossa paisagem”.

Figuras 19 – Imagens e artes de apoio ao pedido de tombamento do Cais José Estelita



Fonte das imagens: <<https://www.facebook.com/pg/MovimentoOcupeEstelita/photos/>>; <<https://www.facebook.com/EstelitaDoBrasil>>. Acesso: 25 jan. 2017.



Apesar dos pedidos centrados na solicitação da preservação da memória ferroviária, as ações foram apresentadas como uma estratégia para barrar a construção do Novo Recife e preservação da “*memória da cidade na paisagem*”. Em nossa abordagem, esses coletivos de cidadãos passaram a utilizar as retóricas paisagísticas destacadas como um recurso para frear as transformações urbanas em curso (a paisagem como recurso político), mas também a própria ideia de paisagem passou a ser um objeto de interesse e reconhecimento cidadão (a paisagem como um direito) (BARBOSA, 2018; RIBEIRO, 2018a).

Como destaca a petição pública construída para solicitar o tombamento, a partir da oposição ao Projeto Novo Recife, o coletivo buscava “resguardar sua história e sua identidade”, para garantir a preservação de “um dos poucos espaços abertos de onde ainda se vê o pôr-do-sol no Recife e cujo potencial como área pública de uso comum é enorme”. Expressa-se o interesse por resguardar os testemunhos históricos desse espaço que, em seu conjunto, formam o conjunto paisagístico da cidade-porto, mas também garantir uma intervenção no terreno que permita o usufruto coletivo do espaço público e da paisagem que se descortina deste Cais. Uma demanda pelo direito de ver a paisagem do (e a partir do) Cais José Estelita.

A ênfase dada não apenas no pátio ferroviário, mas na paisagem associada e onde esses espaços estão inseridos, permite-nos considerar que a preocupação do movimento em manter as estruturas urbanas no contexto que lhes dá significado revela que o monumento questionado é, antes de tudo, a paisagem (XAVIER, 2000). As demandas apresentadas pelos coletivos de cidadãos demonstram que a simples conservação material do pátio ferroviário não bastaria, sendo mais importante garantir a preservação da paisagem dentro de seu conjunto, através do enquadramento do pátio ferroviário como uma paisagem cultural capaz de garantir à sociedade seu direito à paisagem. As ações demonstram uma compreensão social e política das estratégias de preservação vistas não apenas como a salvaguarda de um patrimônio histórico e cultural, mas como a possibilidade de pensar as bases de um projeto de desenvolvimento local, propondo outras estratégias de desenvolvimento a partir das particularidades do lugar (XAVIER, 2000).

A associação entre paisagem, os patrimônios e a necessidade de garantir sua visibilidade a todos se faz a partir do reconhecimento e valoração da paisagem panorâmica e histórica, cujas ações almejam garantir a preservação de monumentos que articulam as histórias materializadas com o quadro paisagístico e as memórias coletivas da cidade. A paisagem é mobilizada a partir de sua localização em determinada história, com memórias afetivas e vinculadas a um contexto social, a partir de discursos que podem possibilitar o reconhecimento do valor dessa paisagem em esferas institucionais, em espaços políticos legitimadores. Mobilização das paisagens como

modo de investimento que assegura uma “operação de qualificação”, de reconhecimento de valores e qualidades a esses ambientes (MOTA, 2014, p. 152).

É importante destacar que as ações que solicitavam o tombamento da paisagem do Cais José Estelita dialogaram com estudos e ações realizadas pelo IPHAN-PE para analisar o valor cultural do Pátio Ferroviário das Cinco Pontas. Durante o processo que analisou a possibilidade de tombamento do Cais José Estelita, técnicos ligados aos órgãos buscaram construir análises do Cais José Estelita que fundamentassem sua salvaguarda. Exemplo: quando os pesquisadores contratados pelo Consórcio Novo Recife realizaram os estudos arqueológicos do terreno do Cais José Estelita, os técnicos do IPHAN questionaram em diversos documentos a redução das estruturas arquitetônicas ao século XX, assim como a compreensão da estruturação do Pátio Ferroviário das Cinco Pontas apenas à funcionalidade, de forma fragmentada. O IPHAN-Pernambuco, por parte de técnicos locais, passou a solicitar a ampliação da contextualização histórica dos estudos para discutir a constituição do pátio-porto das Cinco Pontas (século XIX) e sua ligação sistêmica com a dinâmica urbana histórica mais antiga da cidade do Recife<sup>125</sup>.

Essas análises e questionamentos foram apresentados numa série de Pareceres Técnicos produzidos pelo Grupo de Trabalho designado pelo IPHAN-PE para analisar o valor cultural do Pátio Ferroviário das Cinco Pontas, posterior ao processo de liquidação e extinção da Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA). As reflexões desse grupo podem ser consultadas no artigo apresentado por Freire et al. (2012), onde pode ser verificada a defesa desse pátio a partir dos valores paisagísticos e da memória ferroviária. Conforme a abordagem desse grupo:

Dos pátios ferroviários originais das primeiras ferrovias do Brasil, o das Cinco Pontas é o que se encontra atualmente mais íntegro e ainda mantém a ligação como o porto do Recife, apesar das modificações ocorridas ao longo dos anos. Ele constitui com o porto uma paisagem cultural característica das cidades, sobretudo litorâneas, onde se implantou esse modo de produção. [...] Declarar a significância do Pátio Ferroviário das Cinco Pontas passa então por compreender esses espaços como lugares de memória no contexto da ferrovia, na perspectiva de um potencial legado para a recente história social brasileira. [...] Desta maneira, se intui que a essência desses lugares – Pátio - está no vazio, conformado pelos edifícios e equipamentos que lhe dão sentido. E que esse vazio consubstancia a memória desse lugar pelo que aconteceu no entre “coisas”, permeado pelas linhas férreas e vencido pela velocidade cadenciada do trem, portando cargas e pessoas, transportando memória social (FREIRE et al, 2012, p. 07, 15 e 17).

<sup>125</sup> Questões observadas a partir da análise dos documentos referentes ao processo número 01498002850/2013-93, que agrega os documentos sobre o embargo ao Novo Recife referente aos estudos arqueológicos, solicitado pelo IPHAN. O processo é chamado como “Projeto de monitoramento, resgate arqueológico e educação patrimonial das obras do Cais José Estelita”. Também analisamos o processo número 01498001988/2015-37, relativo ao Ministério Público Federal, instaurado com o objetivo de acompanhar as medidas administrativas adotadas pelo IPHAN em relação ao patrimônio arqueológico do Cais José Estelita.

O “vazio” corresponde à concretização de um dos valores imbricados no contexto do patrimônio ferroviário, enquadrando-se na categoria de um valor paisagístico: ao expressar uma atividade que necessita de espaços operacionais eminentemente construídos como “vazios”, o vazio compõe uma paisagem a partir de uma lógica funcional que dá sentido e condições de funcionamento ao sistema ferroviário, possibilitando a construção de uma “paisagem urbana industrial que expressa a memória da ferrovia” (FREIRE et al, 2012, p. 18). Neste sentido, esses autores defenderam, a partir das atividades no grupo do trabalho do IPHAN, a valoração do Pátio Ferroviário das Cinco Pontas a partir de seus valores paisagísticos, imbricados ao conjunto dos valores histórico, arquitetônico, arqueológico, de uso, de raridade e de memória.

Entretanto, em dezembro de 2018 o IPHAN emitiu um parecer técnico que concluiu os estudos sobre o levantamento histórico e arqueológico do terreno do Cais José Estelita (parte do processo de licenciamento ambiental do projeto) e concedeu a anuência da Licença Prévia e Licença de Instalação do Projeto Novo Recife, finalizando a última barreira (técnica e jurídica) para construção do projeto, finalizando o embargo imposto desde 2014. O processo foi concluído em março de 2019, com o embargo técnico finalizado no dia 18 de março de 2019<sup>126</sup>. Apesar de argumentos favoráveis em diferentes instâncias (institucionais e sociais), os pedidos não foram atendidos e os armazéns derrubados. Como destaca Vieira (2019), o arquivamento do processo de tombamento do Cais José Estelita no Iphan está cercado de controvérsias. De acordo com suas palavras:

[...] vale destacar o absurdo que significa o arquivamento do processo de tombamento da área por parte do Iphan, no ano de 2016, em uma discussão bastante controversa, uma vez que o estudo havia sido criteriosamente desenvolvido por especialistas da área do patrimônio sob sólidos argumentos sobre a importância da área para a preservação de edificações do conjunto do antigo Pátio Ferroviário das Cinco Pontas e da paisagem da área central recifense, no bairro de São José. [...]

Como esse arquivamento conseguiu ser aprovado pelo Conselho Consultivo do Iphan é algo a ser desvendado. A discussão realizada por ocasião do 11º Seminário Docomomo\_BR ocorrido em Recife em abril de 2016, entre Andrey Schlee – diretor do Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização do Iphan –, membros do conselho consultivo presentes ao seminário, e a especialista Cecília Rodrigues Santos – uma das responsáveis pela instrução do processo de tombamento e membros do Movimento “Ocupe Estelita” – deixou evidente a falta de clareza nesse processo de arquivamento. Vale destacar que o arquivamento foi “justificado” pela necessidade de um maior estudo sobre a área enquanto “paisagem cultural”. Tal estudo não se concretizou e estamos assistindo hoje à demolição da área com poucas armas para seguir resistindo. O Iphan e, mais especificamente, os que argumentaram pelo arquivamento de tal processo devem se sentir corresponsáveis pela demolição em curso. (VIEIRA, 2019).

<sup>126</sup> Parecer Técnico nº 15/2018 - IPHAN-PE/COTEC IPHAN-PE/IPHAN, expedido em 21 de dezembro de 2018, do Relatório do Projeto Monitoramento e Resgate Arqueológico e Educação Patrimonial das Obras do Cais José Estelita Processo IPHAN n.º 01498.002350/2013-93, coordenado por José Aylton Coelho de Mello e Nuno José de Souza Rêgo, com apoio institucional do Museu da Cidade do Recife/PE e endosso financeiro do Novo Recife Empreendimentos S/A.

Velho (2006), ao comentar sobre o processo de tombamento do terreiro de candomblé da Casa Branca, em Salvador (Bahia)<sup>127</sup>, destaca a forma como os processos que envolvem o tombamento de bens culturais costumam apresentar embates e “choques de opiniões” que contribuem para conformar um *drama social*: envolvem grupos de atores bem definidos, com interesses e opiniões diferentes e, por vezes, antagônicos, em torno de uma temática que se revela, em certas ocasiões, emblemáticas para a discussão da identidade nacional. Assim, o conflito pelo patrimônio pode se relacionar não apenas aos aspectos técnicos e legais, mas também envolver simbologias associadas ao Estado em suas relações com a sociedade civil.

Ainda segundo o autor, esse drama social não apenas divide os diferentes atores como também pode fazer que os indivíduos oscilem entre posturas mais preservacionistas ou outras mais modernizantes e invasivas. Para Velho (2006), uma das principais pressões que envolvem o debate patrimonial no contexto brasileiro atual corresponde aos interesses crescentes da indústria de construção civil na ocupação de terrenos onde se observa a demanda de grupos pela proteção e preservação cultural/ambiental. Para esse autor, se as políticas patrimoniais dialogam com questões complexas que envolvem emoções, afetos e interesses variados e contraditórios, precisamos, antes de tudo, problematizar as relações entre as cidades, seus patrimônios e as questões de interesses envolvidos em suas negociações.

Essas demandas políticas associadas à valoração patrimonial e paisagística expõem uma “ampliação dos horizontes da sensibilidade paisagística” (BESSE, 2014a, p. 24) que, articuladas com as experiências práticas e empenhos sociais diretos, revelam a emergência de novas formas de mobilização e engajamento da cidadania. Articulam processos de demanda patrimonial e paisagística aos processos de disputa territorial na cidade contemporânea e revelam a ampliação do debate da memória e/ou patrimônio expressa nas paisagens urbanas como forma de contestação, mas também como canal para reivindicações públicas, ponto de referência para controvérsias em espaços públicos plurais (BARBOSA e SILVA FILHO, 2016). A discussão paisagística se amplia como canal de reivindicações públicas e ponto de referência para controvérsias em espaços públicos plurais.

---

<sup>127</sup> O processo de tombamento do terreiro de candomblé Casa Branca começou no ano de 1984, sendo a primeira vez que uma tradição afro-brasileira obteve o reconhecimento oficial do Estado brasileiro, no ano de 1986. Conforme destaca Velho (2006), o estatuto do tombamento até aquele período envolvia, basicamente, edificações religiosas, militares e civis da tradição luso-brasileira. A partir da atuação de movimentos sociais de Salvador (com a reunião de artistas, intelectuais, jornalistas, políticos e lideranças religiosas), o terreiro foi reconhecido como patrimônio nacional, baseado na tradição de mais de 150 anos. O antropólogo Gilberto Velho participou como relator desse processo e destaca que o processo se deu a partir de fortes conflitos e “choque de opiniões”, no debate da sociedade mas também dentro do contexto interno do Conselho da SPHAN.

Posterior às demandas pelo direito de ver a paisagem do Cais José Estelita, novas ações parecidas se desenvolveram na cidade do Recife, como o caso da atuação de movimentos que passaram a demandar a construção de um parque no antigo terreno do Aeroclube do Recife, no bairro do Pina (Zona Sul). Trata-se do caso de grupos de moradores, sobretudo do bairro vizinho Boa Viagem, que construíram dois movimentos que solicitam a transformação do terreno em parque público: os “AeroParque Encanta Moça”<sup>128</sup> e “#PeloParqueBV”<sup>129</sup> (Figuras 20).

O primeiro, trata-se de um movimento criado em outubro de 2016, apoiado pelo então Ministro das Cidades, Bruno Araújo, que buscou apresentar a proposta de construção de um parque verde ligado ao Parque dos Manguezais. O segundo, um movimento lançado em agosto de 2017 pelo vereador Wanderson Florêncio (PSC) – eleito em 2018 como deputado estadual – com a apresentação do Projeto de Lei Ordinária 355/2017 e discurso na tribuna da Câmara de Vereadores do Recife, também em defesa de um parque verde. Os dois movimentos articulam a justificativa da necessidade de criar um parque público e ecológico para a Zona Sul do Recife, que possa valorizar a observação do Parque dos Manguezais e permitir uma conexão entre a população, a natureza e a paisagem particular do local.

Entretanto, tais demandas têm sido confrontadas com as demandas de outros grupos, no caso de grupo de moradores do Pina (das localidades da Encanta Moça e do Bode, vizinhas ao terreno) que solicitam a reurbanização da área e construção de habitacionais de perfil popular para seus habitantes, sobretudo aos moradores de palafitas que ainda existem na localidade. Tal destinação teria sido promessa de campanha do atual prefeito da cidade do Recife, Geraldo Júlio (PSB). A construção do habitacional também foi publicamente apoiada pelo MTST Pernambuco, membros do Ocupe Estelita e alguns vereadores da oposição<sup>130</sup>. Para demonstrar essas demandas, os moradores realizaram, por exemplo, um “plebiscito simbólico” sobre o destino do terreno entre os moradores do bairro, com urna de votação itinerante, durante o mês de novembro de 2017. Como resultado, a construção do habitacional ganhou em uma votação

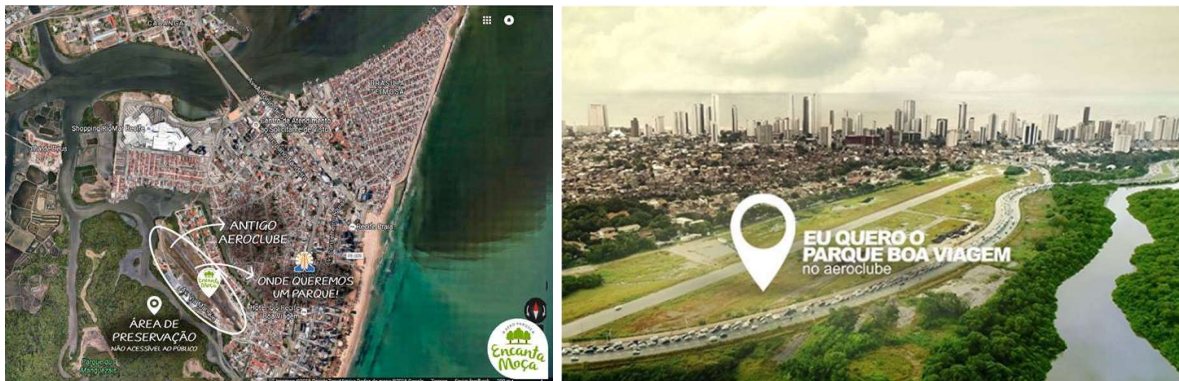
<sup>128</sup> Disponível em: <<https://www.facebook.com/aeroparqueencantamoca>>. Acesso em: 05 ago. 2019.

<sup>129</sup> Apesar do movimento nomear a demanda pelo parque a partir da ligação ao bairro de Boa Viagem, importante destacar que o aeroclube não se encontra, dentro da divisão administrativa municipal, nesse bairro, mas nos limites administrativos do Pina. No Projeto de Lei Ordinária apresentado pelo vereador proponente do Parque, ele justifica a escolha do nome Boa Viagem da seguinte forma: “Esse espaço deverá levar o nome do bairro de Boa Viagem, conhecido nacionalmente por ser o mais tradicional da zona Sul do Recife e de grande referência para todos que se orgulham em morar nessa região da cidade. O tema traz novamente a esperança para os moradores da área, que ainda sonham em ter um espaço verde de convivência, para que as famílias que residem em toda Zona Sul vizinhos possam usufruir de um espaço integrado com a natureza”. Maiores informações: <<https://www.facebook.com/pelo-parquebv/>>; <<https://www.instagram.com/peloparquebv/>>. Acessos em: 05 ago. 2019.

<sup>130</sup> Informações disponíveis em: <[http://www.recife.pe.leg.br/noticias\\_antigas/ricardo-cruz-defende-habitacional-no-antigo-aeroclube](http://www.recife.pe.leg.br/noticias_antigas/ricardo-cruz-defende-habitacional-no-antigo-aeroclube)>; <<https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2018/11/uso-de-terreno-do-aeroclube-para-construcao-de-habitacionais-nao-e-con.html>>. Acesso em: 05 ago. 2019.

com mais de cinco mil votos: 67% a favor da construção das moradias, 7% pela construção do parque e 24% pelas duas alternativas<sup>131</sup>.

Figuras 20 – Demandas pela construção do parque público no Aeroclube do Recife



20a (da esquerda para a direita): Demandas pelo “AeroParque Encanta Moça”. Disponível em: <<https://www.facebook.com/aeroparqueencantamoça>>. Acesso em: 05 ago. 2019.

20b: Parque Boa Viagem. Disponível em: <<https://www.instagram.com/peloparquebv/>>. Acesso em: 05 ago. 2019.

Neste sentido, duas questões foram amplificadas com a revelação *súbita* que a discussão do Cais José Estelita trouxe à cidade. Primeiro, quando o ato de contemplar os quadros paisagísticos se tornou ameaçado perante um processo que ameaçou ‘roubar’ a vista de quem teria o direito ao seu desfrute, cidadãos passaram a lutar para garantir a visibilidade das paisagens a partir do interesse público. Segundo, a busca por “localizações inovadoras” e “vistas deslumbrantes e definitivas” pelo setor imobiliário chamou o conceito de paisagem onde antes a questão não era explicitada, provocando reações pela paisagem. Houve uma expansão do debate paisagístico para outros setores, inclusive para aqueles onde não há, ainda, uma paisagem deslumbrante, onde não há a possibilidade de uma vista definitiva com valor de troca.

A ameaça de privatização dos quadros paisagísticos estimulou uma apreensão de que o usufruto das paisagens é uma questão central à prática da cidadania. A sensação de “perda” da vista e dos referenciais paisagísticos da cidade ajudou na mobilização de uma energia central para repensar a modernização da cidade sem abdicar de sua paisagem cultural. Garantir o acesso, participação e responsabilidade coletiva na gestão dessas paisagens é um dos grandes desafios para pensar o presente e planejar o futuro das cidades.

A “vista” que se reclama vai além do abarcado pela visão, posto representar o direito cerceado de usufruí-la que se inicia no debate do direito à cidade. Esse corresponde ao debate central que desencadeia as ações do movimento e que encontra na paisagem um argumento

<sup>131</sup> Informações disponíveis em: <<https://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2017/10/30/moradores-fazem-plebiscito-para-definir-destino-de-aeroclube-no-pina-313739.php>>; <<https://m.blogs.ne10.uol.com.br/jamildo/2017/12/12/apos-plebiscito-liderancas-voltam-a-cobrar-geraldo-julio-habitacional-no-aeroclube/>>. Acesso em: 09 ago. 2019.

motriz para se contrapor ao empreendimento (SÁ CARNEIRO, VERAS e BARBOSA, 2020). Na medida que esses debates incorporam ações e discursos de determinados grupos que apelam às mudanças na paisagem (positiva ou negativamente) como forma de reivindicar rumos que melhor representem suas balizas, tradições e desejos socioespaciais, o tema aproxima a paisagem das expressões da cidadania, uma vez que esses grupos “atribuem um papel central à paisagem nas lutas por direitos” (BARBOSA, 2018, p.49-50).

### **3.5 A política nas ruas, nas telas e *dentro do Estado***

Em artigo sobre movimentos de resistência cultural, Castriota e Braga (2016) destacam que iniciativas como o Ocupe Estelita, onde setores da sociedade partem para a “ação direta” a partir da ocupação e/ou reutilização de espaços públicos com valores patrimoniais, podem ser vistas como experiências insurgentes do patrimônio. Através de críticas à representatividade do poder constituído ou das instâncias formais de participação, ocupam ruas, praças e edifícios abandonados (ou não utilizados) como estratégia para recolocar o direito à cidade e à memória na esfera do debate público. Em acréscimo à perspectiva dos autores, consideramos que essas iniciativas também buscam garantir a visibilidade desses patrimônios e memórias na paisagem, garantindo o pleno usufruto de toda a população como expressão de suas cidadanias.

Assim, nessas lutas em defesa das paisagens e preservação dos conjuntos patrimoniais, podemos observar a emergência de grupos de cidadãos heterogêneos que, perante os processos de transformação, decidem não apenas questionar as administrações públicas, mas também, e principalmente, impulsionar dentro da própria sociedade o desenvolvimento de iniciativas de ação e gestão das paisagens e suas expressões patrimoniais. São movimentos onde os cidadãos experienciam a ação política e democrática da gestão territorial e paisagística, expressando seus direitos e obrigações de cidadania nas interações sociais, sem se restringir ao nível institucional do Estado e da sociedade (FUTRELL, 2002).

A partir dessa “perspectiva insurgente do patrimônio”, gostaríamos de considerar que as ações desenvolvidas pelo Ocupe Estelita apontam um novo caminho não apenas às lutas pela preservação do patrimônio – aspecto que Castriota e Braga (2016) analisam com profundidade – mas indicam o próprio patrimônio (arquitetônico e paisagístico) como um recurso político, mobilizado na construção de estratégias de resistência e construção de visibilidade social: o patrimônio se apresenta como um objeto de interesse, de disputa, de demanda, mas também como um instrumento que canaliza outros objetivos. Convém lembrar que o debate sobre o Cais José Estelita representa algo além de um conflito patrimonial ou paisagístico, mas envolve um espaço de disputa por diversas ordens (fundiária, representacional, econômica, social, etc.).

Em pesquisa anterior, quando analisamos o debate público sobre o Projeto Novo Recife, consideramos a disputa paisagística que se desenvolveu em torno do empreendimento como um embate entre duas forças políticas opostas: de um lado, os defensores do projeto, considerados como *atores hegemônicos*, sendo formado por grupos vinculados à administração pública, a intervenção privada (empresas imobiliárias, sobretudo) e as grandes redes de mídia; do outro lado, os grupos considerados como *contra-hegemônicos*, formado pelos coletivos de cidadãos que se organizaram para contestar o empreendimento e estariam em oposição frontal às forças hegemônicas. Com essa proposta, buscamos problematizar a *guerra de paisagens* observada nos diferentes usos, representações e discursos atribuídos às paisagens da cidade pelos grupos que participavam do debate sobre o Novo Recife (BARBOSA, 2014).

Entretanto, ao longo do desenvolvimento dessa pesquisa do doutorado, observamos a necessidade de desenvolver uma nova leitura do conflito no/do Cais José Estelita que vá além dessa oposição. Primeiro, porque os grupos “a favor” do empreendimento Novo Recife não são restritos aos grupos empresariais, encontrando diversos apoiadores na sociedade civil no geral. Por exemplo, a amplitude dos apoiadores ao empreendimento ficou evidente durante os debates e audiências públicas realizadas para discutir o “redesenho” do Projeto Novo Recife e construção de um novo plano urbanístico para o Cais José Estelita (entre 2014 e 2015). A realização de algumas audiências públicas, uma das reivindicações centrais do Ocupe Estelita, que cobrava um maior debate e participação da população, fizeram parte desse processo, contribuindo para a Prefeitura do Recife construir e sancionar o Plano Específico para o Cais de Santa Rita, Cais José Estelita e Cabanga (Lei nº 18.138/2015), que definiu novas normas de uso e ocupação da frente d’água.

As audiências ficaram marcadas pelo confronto entre integrantes do movimento Ocupe Estelita, moradores do Coque (*comunidade vizinha ao Cais José Estelita*) contrários ao Novo Recife e, de outro lado, líderes comunitários e outros moradores também do Coque, mas a favor do empreendimento. Como relata Severien (2018, p. 145-148), o motivo das discussões seria a percepção, por parte dos militantes contrários ao Novo Recife, que lideranças e moradores do Coque haviam sido pagos para formarem uma “claque em favor do projeto”. Segundo o autor, esses moradores chegaram à audiência em ônibus privados e, quando indagados sobre o Projeto, não sabiam responder os motivos de estarem ali presentes<sup>132</sup>.

---

<sup>132</sup> O movimento Ocupe Estelita registrou esses embates em filme disponibilizado na internet: “Audiência pública (?)” (Ernesto de Carvalho, Leon Sampaio, Luís Henrique Leal, Marcelo Pedroso, Pedro Severien. Brasil, 2014, 18’57”). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=HfOzcjSETYs>>. Acesso em: 11 fev. 2018.



Em trabalho de campo realizado no Coque em março de 2018 dialogamos com dois dos líderes comunitários presentes nessa audiência e acusados de “comprar” os moradores em troca do apoio ao empreendimento em debate. Na entrevista, realizada no quintal da casa de um deles enquanto trabalhavam no aterro de uma margem do rio com restos de construção e demolição para expandir sua residência, os dois fugiram de comentários sobre a questão, mas confessaram as razões de seu apoio:

“[...] eu apoio a Moura Dubeux, o projeto, o Novo Recife. Não vai interferir em nada [no Coque]. Tu vê o prédio que a Moura Dubeux vai fazer ali no Pina, ali na margem do Pina [o Mirante Capibaribe]? Meu filho *tava* mostrando o vídeo ontem. *Mô véi*, é negócio *pra* Dubai, vai criar emprego *pro* provo [...] Ali [no Projeto Novo Recife] vai ter moradia, cinema, lazer, é... é, contrapartida, 200 casas *pro, pra* comunidade, *tá* entendendo? Eu apoio” (A., 54 anos, morador do Coque desde 1965).

Neste sentido, não podemos confirmar as acusações de “compra” do apoio popular como sinalizado pelos ativistas do Ocupe Estelita. Porém, consideramos que a aprovação popular de projetos como o Novo Recife não é apenas o resultado de uma manipulação das elites. No Recife, a partir da observação dos embates na opinião pública, nas discussões sobre os processos de transformação e nos trabalhos de campo realizados, consideramos que parte da sociedade aceita os novos padrões de intervenção. Isso pode ser constatado, por exemplo, pela pouca resistência aos grandes empreendimentos para além dos grupos contestatórios aqui considerados. Decerto, não é apenas manipulação, mas no caso em tela há muito de uma construção de um senso comum por parte do setor imobiliário que vai transformando a cidade ao seu modo e seus objetivos. O debate de fundo (e dolorido) é que o senso comum da “cidade das torres” tem sido amplamente aceito pela população como parte do discurso/necessidade da modernização, do desenvolvimento (BARBOSA, 2014). Há um outro desejo de paisagem amplamente difundido na cidade do Recife, de pessoas que desejam ter e morar num apartamento com a “grife” dos grandes empreendimentos.

Outra razão que contribuiu para reconsiderar o conflito em torno do Cais José Estelita corresponde a percepção de que os grupos opositores ao empreendimento não se encontram totalmente fora das “forças hegemônicas”. Diversos técnicos e profissionais vinculados à Prefeitura do Recife, IPHAN, Ministério Público Federal, etc., trabalharam para criar oposições ao empreendimento “dentro do Estado”. O caso da atuação da promotora Belize Câmara e ações realizadas pelo Ministério Público, as ações realizadas pelo Grupo de Trabalho do IPHAN-PE e as diversas cobranças realizadas por profissionais técnicos vinculados à Prefeitura do Recife, todos destacados acima, deixam claro que a oposição ao Novo Recife não se fez exclusivamente a partir de uma contra-hegemonia “fora” do Estado. A atuação desses profissionais “dentro do

Estado”, em ambientes institucionais diversos, foi essencial para a conquista de alguns ganhos para o movimento, tais como: a redução do gabarito dos edifícios no redesenho do Projeto Novo Recife; a obrigação da construção de habitações de interesse social para as comunidades do entorno, dentre outras.

Por fim, porque as ações e contestações realizadas pelo coletivo utilizaram, em diversos momentos, vários canais e instâncias institucionais como uma das estratégias centrais para resistência. A partir da observação de ações vinculadas à perspectiva patrimonial, consideramos a existência de um “uso tático” das institucionalidades, sem necessariamente construir uma oposição direta e frontal ao Estado. Do contrário, buscaram propor mudanças de orientação e práticas menos *heterônomas* ao planejamento urbano, utilizando esferas institucionais do Estado como um recurso para construir suas ações de contestação, a partir da utilização e/ou identificação de algumas potencialidades a serem exploradas, como instâncias participativas oficiais, leis e abordagens institucionais favoráveis, brechas legais, etc. (SOUZA, 2015).

A observação dessas atuações permitiu-nos considerar esses movimentos como a expressão de uma inter-relação e diálogo crítico com as esferas institucionais. São movimentos que buscaram um diálogo crítico com as esferas institucionais para conseguir maior eficácia política e atingir seus objetivos. Essas ações possibilitam demonstrar a forma como o Estado é cheio de conflitos, oscilações e contradições internas, onde o Ocupe Estelita não corresponde a uma luta de cidadãos “fora do Estado”. Como destaca Souza Lima (2010) o Estado não pode ser compreendido como uma entidade universal, palpável e definidora das relações políticas e sociais, mas um “feixe de relações de poder” com diferentes portas, tramas processuais e conexões com a realidade política imediata.

Portanto, não consideramos as ações do Ocupe Estelita como a expressão de uma força política contra-hegemônica e antagonista à um Estado visto à parte da sociedade. As resistências desenvolvidas por esse coletivo podem ser consideradas como uma luta pelo direito à cidade e pelo interesse de assumir uma atitude proativa para garantir um Estado para todos, preocupado com os interesses coletivos e bloqueando que interesses de minorias privilegiadas submetam a sociedade a suas aspirações e desejos. Assim, as demandas paisagísticas, questionamentos à política urbana e ações realizadas no espaço público buscaram garantir o debate e construção da cidade a partir da garantia dos interesses coletivos (BARBOSA, 2014; LAPA, 2011).

Identificado como um grupo de contestação com metodologia de atuação variada (usos políticos da arte, ocupações do espaço público, aulas e debates públicos, batalhas jurídicas, etc.) o Ocupe Estelita alcançou rápida expansão a partir de três recursos centrais: (i) ações e debates que ocorreram no espaço público e expressaram *in loco* suas formas de resistência política; (ii)

a partir do uso político das redes sociais e das artes (audiovisual, fotografias, grafites, etc.) que contribuíram para amplificar as vozes do movimento e aumentar sua rede de apoio; (iii) ações de contestação *dentro do Estado*, através de recorrentes *batalhas jurídicas*, da presença em audiências públicas realizadas, das demandas aos órgãos patrimoniais, etc.

Da diversidade de atuações, aquela que chamou primeiro a atenção do público em geral, especialmente até 2015, corresponde às ações de ocupação do espaço público. Compreendida como uma metodologia de atuação reativa ao anúncio de projetos de intervenção que requeriam uma contestação emergencial, as ocupações se realizaram como uma estratégia de *ação direta*, a partir da combinação entre aspectos políticos e culturais, buscando criar táticas de *resistência* e de oposição às *demandas urgentes* da política urbana. Ao longo dos anos de atuação do grupo, diversas ações realizadas no espaço público se tornaram emblemáticas ao movimento: o Ocupe Estelita e o Ocupe Prefeitura; a Troça Empatando Tua Vista; o acampamento no Cais Estelita durante a Copa do Mundo de 2014; outras manifestações mais pontuais, como o *rolezinho* no RioMar<sup>133</sup>, a passeata em direção à casa do prefeito Geraldo Júlio<sup>134</sup> e o *Reveillita*<sup>135</sup>.

O Ocupe Estelita, a primeira grande ação no espaço público organizada, foi concebido como uma ocupação festiva e política do Cais José Estelita, também considerado como uma tática de enfrentamento à imposição do modelo de cidade sinalizado pelo Novo Recife. A partir da reunião de atores interessados em pensar e agir nesse enfrentamento e na ressignificação dos espaços públicos, os grupos mostraram-se presentes no local através de várias atividades: ações esportivas (bicicletas, skates, futebol); dança, yoga e atividades de circo no meio da Avenida José Estelita; brincadeiras infantis; música ao vivo; pinturas, grafites e colagens nas paredes dos antigos armazéns de açúcar; confecção de cartazes, faixas e pinturas para camisetas; rodas de diálogo e aulas públicas; exposição de fotografias, filmes e outras iconografias; realização do plantio de jardins e hortas comunitárias, além da simples reunião entre amigos.

A mensagem das ocupações, como indica a faixa pregada em todos os #OcupeEstelita sempre foi a mesma: “A cidade é nossa. Ocupe-a!”. Ocupação do espaço público a partir da diversão, mas também pela exigência que o interesse e o bem-estar públicos sejam garantidos

---

<sup>133</sup> Protesto realizado durante o dia 05 de maio de 2015, dia seguinte à aprovação do Plano Específico para o Cais de Santa Rita, Cais José Estelita e Cabanga (Lei nº 18.138/2015). Na ocasião, os manifestantes realizaram uma passeata pelas ruas do Recife, saindo de frente da Câmara de Vereadores do Recife (Boa Vista, centro do Recife), passando pelo Cais José Estelita e encerrando as ações dentro do Shopping RioMar.

<sup>134</sup> Protesto realizado no dia 07 de maio de 2015 contra a aprovação do plano específico para o Cais José Estelita. Na ocasião, os manifestantes saíram da Praça do Derby (área central da cidade) e se dirigiram em passeata até a residência do prefeito, localizada na Torre (zona oeste do Recife). Ao chegar na residência do prefeito, o grupo armou barracas e montou um acampamento, permanecendo por dois dias. Com o protesto, o movimento buscava a anulação da votação que aprovou o plano urbanístico que consideravam irregular.

<sup>135</sup> Festa de *réveillon* realizada no Cais José Estelita desde 2015, organizada de forma colaborativa e participativa por ativistas vinculados ao Ocupe Estelita.

na escolha de projetos de transformação dos espaços da cidade. Portanto, a ocupação festiva do espaço não excluía o caráter político da apropriação espacial. Até 2017 o movimento realizou ao menos uma edição anual do Ocupe Estelita, com atividades desenvolvidas dentro do terreno, nas calçadas exteriores e/ou na praça do Cabanga (vizinhas ao terreno em disputa). Em uma das ocupações, realizada em novembro de 2014, o movimento conseguiu articular a participação do geógrafo inglês David Harvey, que discursou em favor da luta pelo direito à cidade realizada pelo coletivo<sup>136</sup>.

Outra ocupação com forte potencial político corresponde ao Ocupe Prefeitura, ação de caráter emergencial que ocorreu no último mês de mandato do prefeito João da Costa (PT), em 2012. Com ações realizadas nos dias 30/11/2012, 21/12/2012 e 28/12/2012, essas ocupações ocorreram no momento que o Projeto Novo Recife foi colocado para votação no Conselho de Desenvolvimento Urbano (CDU) sem cumprir importantes requisitos formais<sup>137</sup>. Como reação à votação considerada ilegal, o movimento foi até a sede da Prefeitura do Recife para demandar a participação da sociedade civil nas reuniões, além de questionar a legitimidade do projeto. Na chegada ao prédio, encontraram uma reunião que ocorria a portas fechadas, ficando presos nas escadas do 12º andar da Prefeitura.

Contrário a todos os questionamentos apresentados, a Prefeitura do Recife, através do Conselho de Desenvolvimento Urbano, aprovou o Projeto Novo Recife no dia 28 de dezembro de 2012, clara manobra ao apagar das luzes de um ano marcado por crescente contestação. Para alguns opositores essa aprovação foi considerada irregular, visto que ainda existiam algumas liminares judiciais deferidas que conseguiram congelar o empreendimento, segundo diversos questionamentos. Após essa turbulenta e controversa aprovação, um novo prefeito assumiu a gestão da Prefeitura do Recife: Geraldo Júlio (PSB), eleito com o slogan “Um novo prefeito para um novo Recife”<sup>138</sup>.

---

<sup>136</sup> O discurso foi disponibilizado na internet: <<https://www.youtube.com/watch?v=DxW-lnT8XHk>>. Acesso em: 11 fev. 2018.

<sup>137</sup> Segundo o abaixo-assinado entregue pelos manifestantes na reunião do dia 30/11/2012, as irregularidades e ausências do projeto colocado para votação eram as seguintes: i) anuência da FIDEM para parcelamento do solo; ii) pareceres favoráveis da FUNDARPE e do IPHAN sobre impactos no patrimônio histórico; iii) definições da ANTT e DNIT sobre possibilidade de construção junto à linha férrea; iv) A Prefeitura não exigiu Estudos de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) e de Vizinhança (EIV); v) a Prefeitura também não havia garantido ampla publicidade e participação popular, exigência da legislação federal e municipal para empreendimentos de impacto, como o Novo Recife; vi) Consideração que, das quatro cadeiras destinadas à associações comunitárias, três estavam vagas, permitindo à gestão municipal e entidades associadas às construtoras uma maior representação no conselho, violando a paridade estabelecida no Plano Diretor.

<sup>138</sup> A semelhança entre o *slogan* da campanha de Geraldo Júlio – “Um novo prefeito para um Novo Recife” – e a toponímia do projeto proposto pelo Consórcio Novo Recife levantou desconfianças sobre possível ingerência das empresas promotoras do Novo Recife no engajamento do prefeito eleito em facilitar sua construção. Ademais, na

Figuras 21 – Ocupações do espaço público pelo Ocupe Estelita



21a (de cima para baixo, da esquerda para a direita) – Ocupe Prefeitura, novembro de 2012. Fonte: Foto do autor, nov. 2012.

21b – Ocupe Estelita +2, junho de 2014. Atividade realizada dentro do terreno do Cais José Estelita. Fonte: Foto do autor, jun. 2014.

21c – Reveillita, festa de réveillon realizada pelo Ocupe Estelita nas calçadas do Cais José Estelita. Fonte: Foto do autor, dez. 2018.

21d – Aula pública sobre o Plano Diretor, abril de 2019. Atividade realizada em momento posterior à derrubada dos armazéns do Cais José Estelita. Fonte: Foto do autor, abr. 2019.

Ao assumir o posto de prefeito, Geraldo Júlio declarou em diversos momentos que não cancelaria as ações do prefeito anterior e daria continuidade às suas decisões. Sua gestão (ainda em vigor) possibilitou alguns êxitos ao Consórcio Novo Recife. Exemplo: em maio de 2014 a Prefeitura do Recife autorizou a demolição dos armazéns de açúcar presentes no Cais José Estelita, mesmo após a justiça ter proibido a realização de qualquer obra no terreno, em função da ausência dos estudos obrigatórios. Como ação emergencial perante a destruição parcial e considerada ilegal dos armazéns de açúcar do Cais, os ativistas do Ocupe Estelita iniciaram no dia seguinte uma nova ocupação do terreno, dessa vez na parte interna e mais definitiva. Montaram acampamento e permaneceram por 28 dias, quando foram brutalmente removidos por forças policiais na madrugada do dia 17 de junho de 2014<sup>139</sup>.

---

campanha eleitoral de 2012, a Moura Dubeux (uma das empresas do Consórcio) foi uma das maiores financiadoras da campanha do então candidato. Maiores informações: <<https://blogs.ne10.uol.com.br/jamildo/2012/07/17/geraldo-julio-anuncia-apoio-de-empresarios-da-construcao-civil-e-do-setor-de-imoveis/>>. Acesso em: 07 mai. 2014.

<sup>139</sup> A desocupação começou às cinco horas da manhã, sem que a Polícia Militar avisasse ao Ministério Público Federal sobre a reintegração de posse, como havia sido combinado antes. Ademais, a ação foi realizada no mesmo dia de um jogo do Brasil na Copa do Mundo (jogo contra o México). Maiores informações: <<http://www.cartacapit>

No ano de 2014 esse coletivo também havia começado uma nova estratégia de ocupação do espaço público: a *Troça Carnavalesca Mista Público-Privada Empatando Tua Vista*, um ato político-festivo criado por membros do Ocupe Estelita e do grupo Direitos Urbanos. Como um bloco de carnaval crítico à verticalização excessiva da cidade, a Troça vem desfilando no carnaval de Recife desde 2014, quando integrantes fantasiados como edifícios altos, vestidos com prismas de tecido de três metros de altura, simulam os arranha-céus da cidade e entram no meio de outros blocos carnavalescos para criticar a verticalização da cidade, a ineficiência do planejamento urbano, o descaso com a história e com a paisagem e o desrespeito com a função social da cidade<sup>140</sup>. Conforme a descrição da Troça, apresentada na página oficial do *Facebook*:

A Troça Carnavalesca Mista Público-Privada Empatando Tua Vista é um ato político-folião crítico à verticalização excessiva, que negligencia o planejamento urbano, a história do lugar, privatiza o descortinar das águas, a paisagem e a vista dos monumentos. Estamos aproveitando a brincadeira e a irreverência do carnaval para empatar a vista dos foliões e lembrar o que vem acontecendo no Recife. A crescente receptividade que estamos recebendo é porque tocamos o coração das pessoas. Quando você vir torres no meio de outros blocos, junte-se a nós e venha brincar o carnaval e declarar seu amor pelo Recife (grifos nosso).

A partir do humor e da irreverência, esse “coletivo performático” (SEVERIEN, 2018) aproveita a ocupação do espaço público durante o carnaval da cidade para apresentar suas críticas à verticalização excessiva nas cidades, sobretudo a partir dos problemas observados em Recife. Em nossa consideração, a construção de uma *troça* que *empata* a vista dos foliões expressa, a partir do alívio cômico, o incomodo de seus fundadores perante a privatização dos quadros paisagísticos da cidade. Expressam a forma como o Projeto Novo Recife, assim como outros empreendimentos em curso, afrontam a garantia do direito de todos à paisagem, na medida que a concretização do paredão de torres entre o bairro histórico de São José e as águas do estuário impediriam a vista *do e para* as paisagens daqueles que não estarão nas torres ou que estarão por trás delas.

Conforme artigo publicado por uma das idealizadoras, a Troça foi pensada como uma brincadeira para aliviar o mal-estar e expressar indignação com os rumos do capital imobiliário que se reproduz na cidade. Para tal, as torres de tecido buscariam simular “arranha-céus com um padrão repetitivo de projeto”, representando um processo em que “a altura das torres é cada

---

al.com.br/sociedade/a-batalha-pelo-cais-jose-estelita-8652.html>. Filme “Braço armado das empreiteiras”: <<https://www.youtube.com/watch?v=-cw67cCuni0>>. Acesso em: 02 jul. 2018.

<sup>140</sup> Informações disponíveis na página do *Direitos Urbanos*, onde fornecem um tutorial completo, nomeado como *Faz Tua Torre – Empate Você Mesma!*, ensinando a forma como as pessoas podem fazer suas torres de forma autônoma. Informações sobre a Troça podem ser consultadas nos endereços a seguir: <<https://www.facebook.com/empatandoatuavista/>>; <<https://direitosurbanos.wordpress.com/empatando-tua-vista/>>; <<https://direitosurbanos.wordpress.com/2014/02/27/empatando-tua-vista-humor-e-irreverencia-para-criticar-a-verticalizacao-excessiva-nas-cidades/>>. Acessos em: 20 out. 2019.

vez maior e se concentram cada vez nos espaços de visão mais privilegiada: as frentes d'água”<sup>141</sup>.

Figuras 22 – Troça Carnavalesca Mista Público-Privada Empatando Tua Vista



Troça Carnavalesca Mista Público-Privada Empatando Tua Vista em fevereiro de 2019, durante o bloco “Terra à Vista – Bloco da Reforma Urbana”. Fonte: Fotos do autor, fev. 2019.

<sup>141</sup> Informações disponível em: ALCÂNTARA, Edinéa. Empatando Tua Vista: Humor e irreverência para criticar a verticalização excessiva nas cidades. In: <https://direitosurbanos.wordpress.com/2014/02/27/empatando-tua-vista-humor-e-irreverencia-para-criticar-a-verticalizacao-excessiva-nas-cidades/>. Acesso em: 20 jan. 2020.

Ainda segundo a fundadora da Troça, o grupo buscou construir uma “oposição frontal à verticalização excessiva e “fora do lugar” na cidade”, a partir do que representa o Projeto Novo Recife. De acordo com suas palavras:

A verticalização crescente com a aprovação de projetos sem estudos de impacto ambiental sérios está atrelada à aliança entre o poder público e o capital imobiliário, devido aos compromissos de campanha e legitimados por uma legislação caduca e limitada, que pauta o planejamento urbano no lote individual. É o direito da propriedade privada sobrepujando o interesse público e a função social da terra com o apoio dos órgãos públicos. Tal legislação permite que um empreendimento privado, formado por um complexo de 12 torres de 40 pavimentos seja erguido em um bairro histórico e em frentes d’água, buscando o desfrute das melhores vistas. Como se não bastasse o acesso privilegiado a tais paisagens, busca-se vários mecanismos de isolamento, segregação e privatização: muralhas medievais que cercam os condomínios e deixam o pedestre vulnerável nas ruas sem olhos para oferecer segurança; espaços públicos que afugentam quem queira desfrutar da paisagem, pois não são projetados para permanência, mas contemplação dos próprios moradores dos condomínios ou por quem passa de carro. [...] esses empreendimentos empatam a vista, empatam o sol na praia, empatam o vento, empatam a mobilidade, empatam a vida. Tudo isso tem crescido e gerado um sentimento de tristeza e de mal-estar<sup>142</sup>.

O uso desse humor e irreverência pela Troça também esteve presente em um produto audiovisual do movimento Ocupe Estelita: o *Novo Apocalipse Recife*<sup>143</sup>. Nesse filme coletivo, a narrativa utiliza a sátira (a *gréia*, na gíria local) típica da Troça para construir um “ataque frontal e unificado” às relações do prefeito da cidade do Recife, Geraldo Júlio (PSB), com as empreiteiras que compõem o Consórcio Novo Recife (SEVERIEN, 2018). O filme utiliza um tom carnavalesco, com paródias à uma peça publicitária onde o prefeito aparece representado a partir de uma máscara de papel realizando uma ode em apoio ao Projeto Novo Recife. As torres aparecem associadas à representação do prefeito em “situações lúdicas”: dançando na praia de Boa Viagem, em frente aos arranha-céus da beira-mar; uma das torres passeando com o prefeito vestido de cachorro; numa caminhada pelo centro histórico da cidade que “esmaga” os prédios históricos e fazem nascer as torres do Novo Recife, dentre outros (Figuras 23).

Conforme destaca Severien (2018, p. 92), o gesto de provocação do filme, que utiliza a máscara de um representante do poder público para produzir a imagem de um “novo” prefeito para um “novo” Recife “propõe desmascarar uma face nem sempre visível das relações de poder: a íntima associação de interesses privados na agenda de representantes do poder público”. Conforme os termos desse autor:

No caso de *Novo Apocalipse Recife*, essa assimetria perante o poder institucional é averiguada ao longo de toda uma série de tentativas de negociação no âmbito justamente institucional. Não se deve olhar para o gesto do filme fora do

<sup>142</sup> Idem.

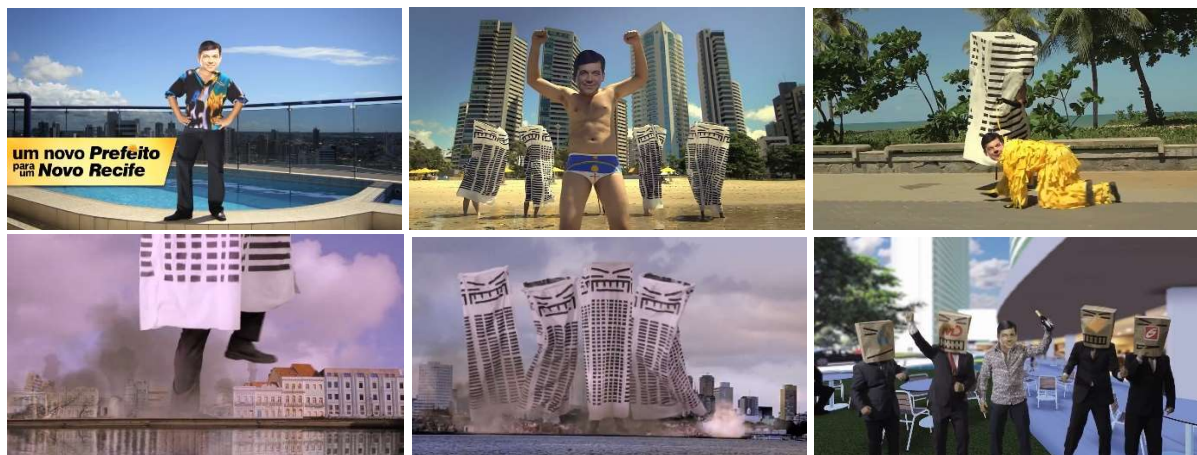
<sup>143</sup> “Novo Apocalipse Recife” (Movimento Ocupe Estelita e TCMPP Empatando Tua Vista, 2015, 6’). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=uE0wJi6xNBk>>. Acesso em: 20 jan. 2020.



histórico recente dos novíssimos movimentos sociais de produção de uma crítica justamente ao sistema representativo, ou a sua captura pelo capital. [...]

*Novo Apocalipse Recife* articula, portanto, um gesto de carnavalização sobre a imagem do prefeito. Nesse caso, a diluição da autoria em um plural que roteiriza e encena uma peça que tem coesão estética não funciona para o apagamento das singularidades das pessoas envolvidas, mas para expressão de seus afetos agenciados. A ideia do filme foi sendo materializada em uma série de encontros de roteiro e compartilhamentos em assembleias e eventos. O filme faz uso da carnavalização para gerar empatia, para mobilizar através dos afetos, do riso, de uma paródia, da música de Reginaldo Rossi intitulada *Recife, minha cidade*.

Figuras 23 – Fotogramas do filme *Novo Apocalipse Recife*



Fonte: “Novo Apocalipse Recife” (Movimento Ocupe Estelita e TCMPP Empatando Tua Vista, 2015, 6’). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=uE0wJi6xNBk>>. Acesso em: 20 jan. 2020.

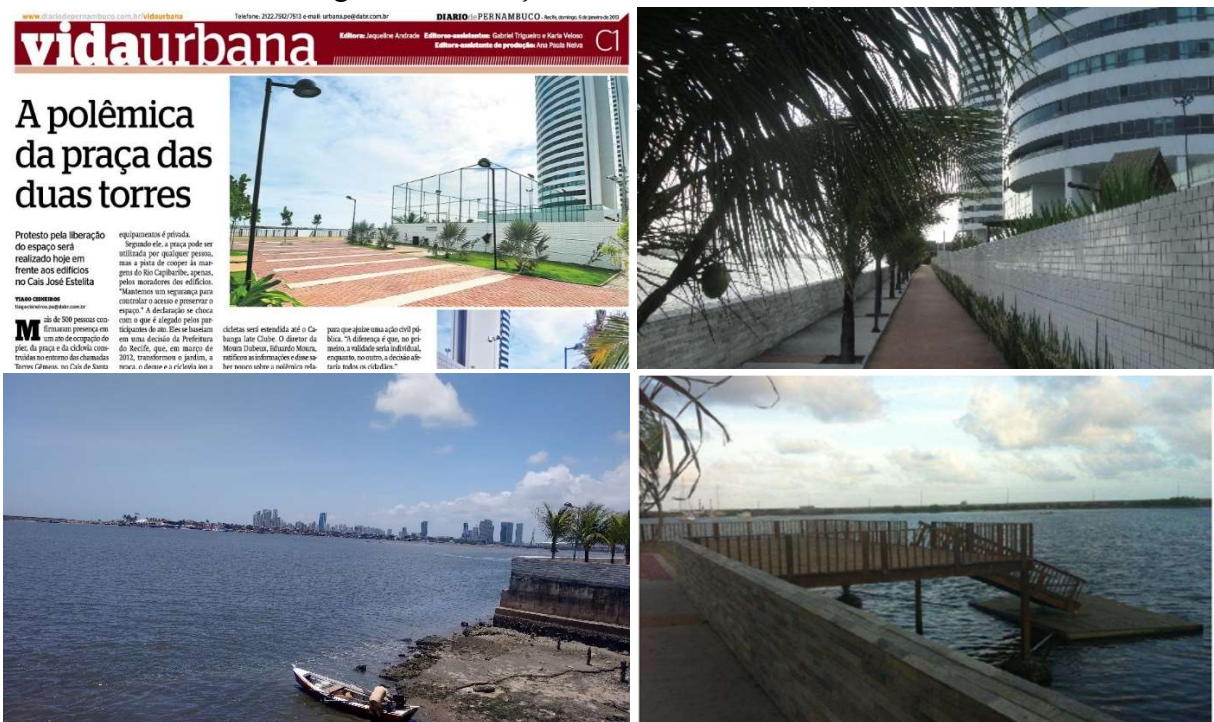
Outras ocupações do espaço público foram realizadas com outros objetivos e dialogaram com a produção de peças audiovisuais. Outro exemplo de uso do espaço público corresponde à ação realizada na praça-mirante localizada ao lado das *Torres Gêmeas*, no bairro de São José. Posterior à construção dos arranha-céus, o grupo responsável pela construção teve de criar o equipamento público como medida mitigadora exigida pela aprovação das torres no Conselho de Desenvolvimento Urbano (CDU) da Prefeitura do Recife. Como solicitado pela Prefeitura, a ação mitigadora exigia que fossem deixadas aberturas para as águas do estuário, a partir do acesso à um mirante, praça e píer, localizado no extremo leste do empreendimento. A ideia seria possibilitar o uso público na linha d’água e permitir, no futuro, a conexão do equipamento a uma borda contínua que se estenderia até o Cais José Estelita (VERAS, 2014).

A construtora começou a cumprir as exigências mitigadoras em março de 2012, quando implantou uma pista para bicicletas e jardim, numa faixa de 5 metros de largura por 250 metros de extensão, no espaço localizado entre as torres e a margem do estuário. A pista e jardim foram posteriormente conectados à praça de acesso às águas, sendo inaugurada em dezembro de 2012, cercada de polêmicas sobre o caráter público do equipamento. Conforme divulgado nos jornais locais, a empresa afirmou que a praça foi pensada para devolver um espaço público à cidade,

considerando o usufruto de todos à paisagem. Como destacou o *Jornal do Commercio* de 10 de março de 2012<sup>144</sup>:

Uma vista deslumbrante vai se abrir para a cidade. Hoje restrita aos moradores das torres gêmeas, como ficaram conhecidos os arranha-céus construídos no Cais de Santa Rita, no bairro de São José, região central do Recife, a paisagem passará a ser desfrutada por todos, de preferência, pedalando. Por exigência da Prefeitura do Recife, a área em frente aos prédios foi transformada em espaço público. E, após negociação com a construtora Moura Dubeux, que ergueu os dois edifícios, ganhará pracinha, jardim, deque e ciclovia. [...] Fechado por um portão de ferro, o local tinha acesso restrito, mas, com a reforma, será aberto à circulação e à contemplação (JC, 10/03/2012).

Figuras 24 – Praça-mirante das *Torres Gêmeas*



24a (de cima para baixo, da esquerda para a direita) – Reportagem no jornal Diário de Pernambuco de 06/01/2013 sobre a “polêmica” da praça das Torres Gêmeas, apresentando o protesto pela liberação do espaço público.

24b – Pista para ciclistas, localizada entre as torres e a borda d’água. Fonte: Foto do autor, set. 2015.

24c – Vista para o estuário, observada a partir da praça-mirante. Fonte: Foto do autor, nov. 2017.

24d – Estrutura do píer construído na praça-mirante. Fonte: Blog do Jamildo. “Ativistas protestam neste domingo pela ‘desprivatização’ da praça em frente às Torres Gêmeas”. Matéria de 04/01/2013. Acesso em: jan. 2013.

Posterior a inauguração, a praça foi alvo de polêmicas e protestos em janeiro de 2013, quando cidadãos denunciaram nos canais de comunicação do Ocupe Estelita, Direitos Urbanos e jornais que seguranças das *Torres Gêmeas* estavam impedindo o livre trânsito de pessoas no local, afirmando que a praça era uma área privativa do condomínio. Para garantir o livre acesso do público ao equipamento, pessoas ligadas aos movimentos do Estelita realizaram um protesto em forma de ocupação do espaço público, buscando garantir o acesso e uso públicos dos

<sup>144</sup> Matéria disponível em: <<https://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/noticia/2012/03/10/prefeitura-do-recife-transforma-area-em-frente-as-torres-gemeas-em-espaco-publico-35262.php>>. Acesso em 09 dez. 2019.

equipamentos e o usufruto das estruturas de observação paisagística por todos. Como destacou Veras (2014, p. 54):

A proibição para o uso público de todo o espaço, gerou protesto desencadeado pelas redes sociais, que adotou o slogan “Invasão do espaço público” para atrair a população e estimulá-la a participar de ato de ocupação do espaço em uma manhã de domingo em janeiro de 2013. [...] De um lado os moradores dos Piers Duarte Coelho e Maurício de Nassau, que mesmo tendo conhecimento da determinação legal acordada, incomodam-se com a presença de não moradores e proibem o acesso ao passeio que margeia as bordas dos edifícios, e do outro, moradores do Recife que se incomodam com a proibição do acesso a uma área que se abre – ainda que timidamente –, ao descortino da beleza da paisagem estuarina e que, sendo legalmente pública, deveria se ter livre acesso.

Por fim, convém acrescentar que esses equipamentos (praça, píer, jardins, pistas para ciclistas e mirante) conformam um espaço exíguo e sem escala urbana que, nas palavras de Veras (2014, p. 53-54), não garantem/ajudam na consolidação do espaço público e que, como borda pública, “caracteriza-se como uma intervenção insignificante, sem dimensão de espaço público e de borda d’água [...] O projeto parece apenas atender à solicitação do CDU e assim cumprir legalmente com o que foi acordado”.

Essas estratégias de ocupação podem ser compreendidas como táticas de enfrentamento aos “processos coloniais” de intervenção urbana e consumo da paisagem em curso. Conforme destacado em pesquisa anterior, vislumbramos no Novo Recife um processo de colonização dos espaços ociosos da capital pernambucana, através do enlace entre os objetivos econômicos e anseios políticos de intervenções urbanas que buscam transformar os territórios da cidade a partir do consumo da paisagem (BARBOSA, 2014). Perspectiva próxima a Moser (2016), que considera o Projeto Novo Recife como um projeto desenvolvimentista com elementos de autoimperialismo, que considera a paisagem (e as pessoas presentes na paisagem) como alvos a conquistar, consumir.

Igualmente, as ocupações do espaço urbano possibilitaram que a oposição ao Novo Recife deixasse de ser uma disputa ideológica, porque os problemas e as mobilizações foram mostrados de forma real no espaço, segundo problematizações além da escala local. A partir da reunião de atores interessados em pensar e agir sobre novas estratégias mais democráticas ao planejamento urbano, desafiam a ideia de equivalência entre consumo e desenvolvimento, presente na proposta empresarialista e colonial de intervenção urbana sinalizada pelo Novo Recife (BARBOSA, 2014; MOSER, 2016).

Por fim, essas mobilizações que utilizam a materialidade dos espaços públicos através de ocupações, passeatas, produção de grafites e artes críticas adicionadas às paredes do Cais Estelita, etc., tornam visíveis as demandas desse coletivo e produzem uma paisagem que torna

ela mesma um meio de ação política. São ocupações que colocam signos políticos aos espaços públicos e incorporam os grupos e suas demandas ao espaço físico e, por isso mesmo, tornam o espaço e suas paisagens urbanas em atos políticos (de forma concreta, visual e simbólica) (CASTRO, 2018a, 2018b; MACHADO FILHO, 2017). Seguindo a sugestão de Castro (2018a), podemos considerar que as ações de ocupação no espaço público realizadas pelo Ocupe Estelita conformam a construção de um “espaço político aberto”. Conforme suas palavras:

Os espaços políticos abertos (CASTRO, 2016), que Cornwall (2002) chamou de espaços políticos de movimentos e momentos efêmeros, se expressam nas ruas e praças, lugares do cotidiano social que se metamorfoseiam em arenas de demandas, conflitos e ação, o que os investe de evidente caráter político (MACHADO FILHO, 2017). Estes são espaços da visibilidade e da performance política em bruto, ou seja, como forma que precisa ser interpretada (BUCCI, 2016). Sua escala e métrica são variáveis e instáveis, mas seus afeitos, como condição da sua substância podem afetar profundamente algumas decisões políticas de prazo mais longo, estabelecendo um nexos entre a “praça” e o “palácio”, ou mais objetivamente, entre a sociedade e seus governantes. Estes são espaços de ação abertos a toda a sociedade, qualidade intrínseca aos espaços escolhidos para manifestações, protestos, passeatas, ocupações e tudo mais que a imaginação dos ativistas sociais decidir criar para alcançar seus objetivos políticos. Nunca é demais lembrar que quanto mais livres, numerosos e reconhecidos pela sociedade esses espaços, maior será o vigor da sua participação política na organização e defesa dos seus interesses (CASTRO, 2018a, p. 123).

Outra importante estratégia de atuação desses grupos corresponde à ampliação no uso das imagens, de produtos audiovisuais para contestar e promover discussões ampliadas sobre a questão urbana. O cinema foi fortemente mobilizado como estratégia desenvolvida para discutir sobre o espaço urbano, as metamorfoses da paisagem urbana do Recife e questões relacionadas com o direito à cidade. A partir do desenvolvimento de um cine-ativismo, os grupos articulados a partir do Ocupe Estelita produziram uma série de filmes (curtas-metragens, principalmente), produzidos para portais da internet e exibidos em festivais de cinema e ações de cineclubes, contribuindo para discutir as metamorfoses paisagísticas observadas na cidade (BARBOSA e QUEIROZ, 2013; BARBOSA, 2014).

São produtos audiovisuais que debatem questões diversas, como: o olhar de cientistas sobre os grandes projetos que instauram “novos” Recifes<sup>145</sup> ou o impacto da construção de duas grandes torres habitacionais nas bordas do centro histórico recifense<sup>146</sup>. Filmes sobre o olhar de um engenheiro civil de uma grande construtora sobre a comunidade de Brasília Teimosa<sup>147</sup>,

<sup>145</sup> Velho Recife Novo (Luís Henrique Leal, Caio Zatti, Cristiano Borba e Livia Nóbrega. 2012, 16’). Disponível em: <<http://vimeo.com/40913933>>; Desurbanismo #1 (Luís Henrique Leal, Caio Zatti, Cristiano Borba e Livia Nóbrega. 2012, 03’). Disponível em: <<http://vimeo.com/42116187>>; Desurbanismo #2 (Luís Henrique Leal, Caio Zatti, Cristiano Borba e Livia Nóbrega. 2012, 03’) Disponível em: <<http://vimeo.com/44360432>>. Acesso em: 25 jan. 2020.

<sup>146</sup> [projetotorresgêmeas] (Direção coletiva. 2011, 19’): <<http://vimeo.com/31387595>>. Acesso em: 25 jan. 2020.

<sup>147</sup> Recife md (Gabriela Alcântara e Marcelo Pedroso. 2011, 4’). Disponível em: <<http://vimeo.com/31354876>>. Acesso em: 25 jan. 2020.

assim como o registro de uma audiência pública que discutia a implantação do empreendimento imobiliário Novo Recife<sup>148</sup>. Filmes também sobre o impacto de obras como a avenida Brasília Formosa<sup>149</sup>, do *shopping* RioMar e Via Mangue<sup>150</sup>.

Os filmes produzidos em diálogo com o Ocupe Estelita podem ser classificados em três grupos: (i) filmes realizados e assinados pelo próprio coletivo Ocupe Estelita, mas também por pessoas anônimas que realizaram seus registros e publicaram nas plataformas da internet; (ii) filmes realizados por coletivos ativistas de audiovisual próximos da atuação do Ocupe Estelita (Vurto, Contravento, etc.); (iii) o diálogo e a influência dos questionamentos do movimento com o cinema “convencional”, que estimulou uma aproximação de questões discutidas *in loco* com as representações em tela, como o caso emblemático do filme “Aquarius” (Kléber Mendonça Filho, 2016, 146’).

Ao longo dos anos de atuação, os movimentos articulados em torno do Ocupe Estelita produziram e publicaram nas redes da internet diversos produtos audiovisuais. Nos canais oficiais dos dois grupos articuladores das ações do coletivo (Direitos Urbanos e Ocupe Estelita), foram publicados desde 2012 um total de 59 filmes, apresentados a partir de produtos diversos: (i) há filmes realizados por cineastas profissionais, com destacado cuidado técnico e narrativo (caso dos filmes “Audiência pública?”, “Novo apocalipse Recife”, “Recife, cidade roubada” e “Cabeça de prédio”); (ii) também existem filmes que registram as ações de ocupação do espaço urbano, construídos como um registro histórico-visual das atuações do coletivo e que ajudaram a disseminar as ideias do coletivo (filmes sobre as atividades realizadas nos Ocupe Estelita, nos protestos, passeatas e aulas realizadas no espaço público, etc.); (iii) registros de opiniões e aulas proferidas por profissionais e professores apoiadores do movimento, com vídeos de professores como Luiz Amorim, Tomás Lapa e Lúcia Leitão (Arquitetura e Urbanismo/UFPE), Jan Bitoun (Geografia/UFPE) e David Harvey; (iv) filmes sobre as reuniões de negociação e as audiências públicas realizadas com os órgãos estatais; (v) vídeos com a opinião de personalidades públicas (músicos, cineastas, etc.) que explicam as razões do apoio que dão ao movimento<sup>151</sup>.

<sup>148</sup> Desconstrução Cível (Felipe Peres Calheiros e Guma Farias. 2012, 13): <<http://vimeo.com/39050957>>. Acesso em: 25 jan. 2020.

<sup>149</sup> Avenida Brasília Formosa (Gabriel Mascaro. 2010, 75’).

<sup>150</sup> Concreto armado (Felipe Peres Calheiros. Brasil, 2012, 3’). Disponível em: <<https://vimeo.com/39382721>>. Acesso em: 25 jan. 2020.

<sup>151</sup> Vídeos disponíveis em: <<https://www.youtube.com/user/ocupestelita/videos>>; <<https://www.youtube.com/channel/UCC9-uXiO AchxgnfR2FkTbgg/videos>>. Acesso em: 25 jan. 2020.

Dentro da diversidade de peças audiovisuais construídas pelo Ocupe Estelita, o curta-metragem “Recife, cidade roubada”<sup>152</sup> foi um dos que conseguiu maior visibilidade, com mais de 200 mil visualizações apenas na plataforma *Youtube*. Realizado de forma coletiva, o filme apresenta o objetivo de tentar “demonstrar a ingerência do capital imobiliário na política urbana e a urgente necessidade de cancelamento do Projeto Novo Recife, um empreendimento amplamente prejudicial à saúde de nossa cidade”. A partir da denúncia dos processos de privatização da paisagem do Cais José Estelita, o filme também expressa uma demanda pelo direito à paisagem (direito de ver e de ser a/na paisagem), que pode ser exemplificado a partir do comentário de uma moradora do Coque, presente no vídeo:

A gente que somos do Coque, nós que somos pobres, que somos da periferia, não vamos ter espaço naquele lugar [empreendimento Novo Recife]. Você se vê brincando, com seus filhos brincando num parque que foi feito exclusivamente pra filhos de filhos da elite? Você não se vê gente! [...] Aquele terreno que poderia ser direcionado *pra* pessoas que *tá* morando na vulnerabilidade, de que forma fizeram isso? Não nos perguntaram, o terreno era de utilidade pública, projetos públicos não tem ali, não é aberto *pra* a sociedade, não é uma coisa transparente. [...] **É um espaço nosso. Nós temos o direito de fazer parte, de construir tudo o que vai ser feito. Nós temos direito de fazer parte daquela imagem, daquela cena, daquela paisagem. A gente tem direito de viver, de passar uma tarde, de sentar com nossos filhos** (grifos nosso).

Outros coletivos de audiovisual contribuíram na construção de filmes que dialogam com essas ações do Ocupe Estelita: casos do Contravento e Vurto. Com conexões e parcerias com o movimento, esses grupos produziram uma série de filmes curtos, para portais da internet, mas também exibidos em festivais de cinema, discutindo as metamorfoses paisagísticas do Recife, a partir de vários olhares sobre a cidade. O Vurto corresponde a um coletivo cinematográfico produtor de filmes amplamente difundidos na internet, via redes sociais e virtuais, a partir de uma série de vídeos com temáticas políticas claras, como Recife MD e Desconstrução Civil<sup>153</sup>. O Contravento corresponde a um coletivo voltado ao audiovisual e produziu filmes de destaque no início do movimento: Velho Recife Novo, Desurbanismo #1 e Desurbanismo #2<sup>154</sup>.

Para Lacerda (2012), esses produtos visuais ampliados, produzidos para a plataforma da internet e/ou para disseminação do debate sobre a cidade, representaram uma transformação na produção cinematográfica da cidade. Ao terem como suporte principal os espaços virtuais,

<sup>152</sup> “Recife, cidade roubada” (Ocupe Estelita, 2014, 13’): Realizado por Ernesto de Carvalho, Leon Sampaio, Luis Henrique Leal, Marcelo Pedrosa e Pedro Severien. O filme conta com a participação de Irandhir Santos (ator pernambucano), Kleber Mendonça Filho (cineasta pernambucano), Leonardo Cisneiros (professor de Filosofia da UFRPE e um dos porta-vozes do Ocupe Estelita), Liana Cirne Lins (professora de Direito da UFPE e porta-voz do Ocupe Estelita), Norma Lacerda (professora de arquitetura e urbanismo da UFPE), dentre outros integrantes do coletivo Ocupe Estelita. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=dJY1XE2S9Pk>>. Acesso em: 25 jan. 2020.

<sup>153</sup> Página oficial na internet: <<http://vurto.com.br/>>. Acesso em: 25 jan. 2020.

<sup>154</sup> Página oficial na internet: <<http://vimeo.com/user11414332>>. Acesso em: 25 jan. 2020.

possibilitaram o desenvolvimento da discussão de forma mais imediata e efetiva, misturando os filmes a uma maior quantidade de conteúdos relacionados ao tema em debate. Assim, o uso de imagens e do meio audiovisual passaram a promover discussões ampliadas dos temas debatidos, afirmando um sentido de urgência dos filmes frente ao acirramento da discussão urbana (LACERDA, 2012; BARBOSA, 2014).

Essas ações desenvolvidas em articulação às artes visuais (o audiovisual, o design, artes de rua, etc.) tiveram uma importante atuação na *tradução* dos questionamentos formais e indignações do movimento para outros grupos sociais, estimulando um transbordamento da informação e das contestações. A partir dos filmes foram compartilhadas experiências (pessoais e sociais), estimulando uma reaproximação entre as artes, a ciência e as demandas da sociedade. Igualmente, buscaram mostrar que as reações às transformações irrefletidas do conjunto urbano exigem uma complexidade de formas de atuação e uma interligação entre os saberes que seja capaz de fortalecer a percepção da cidade e da paisagem urbana.

Em nossa abordagem, essas atividades de *tradução* podem ser consideradas como ações de *transcodage*, de acordo com a proposição de Lascoumes (1994): trata-se de um processo que significa, sobretudo, o ato de agregar e traduzir informações em disputa, a partir do interesse por intervir nos processos, buscar tornar visível os problemas e demandar uma resposta pública aos problemas. Assim, são atos que traduzem os códigos em disputa, mas também buscam produzir sentidos a partir da integração de pontos de vistas diferentes, mas conectadas na busca por respostas sociais organizadas. Portanto, a produção dessas imagens pode ser analisadas como ações que contribuem para produzir um tipo de transbordamento geográfico do debate público sobre o planejamento urbano e paisagístico para toda a sociedade, a partir da produção de imagens que comunicam as ações dos grupos, os seus questionamentos e suas propostas, o que possibilita ampliar a base de apoio e atuação do movimento através de uma educação sobre questões patrimoniais, urbanísticas e paisagísticas.

Nessas atuações, mobilizaram com frequência a figura dos *experts*, pessoas que, de acordo com a definição de Kalaora (1999), podem ser consideradas como especialistas que se colocam entre a ciência e a prática social e política, explorando seus conhecimentos sobre os caminhos e dinâmicas da decisão administrativa e política. Esses *experts* foram os responsáveis por formular, expressar e validar as dúvidas, os questionamentos e as possibilidades de barrar os empreendimentos, a partir de ações “dentro da lei” e pelo “saber técnico”. Para demandar o direito à paisagem, buscaram o apoio de especialistas (do Direito e do Urbanismo, sobretudo) que permitem fundamentar suas demandas no conhecimento técnico-profissional sobre o direito de paisagem. São pessoas que contribuem para acrescentar uma palavra de autoridade a partir de

um conhecimento da causa. Conforme as palavras de Kalaora (1999, p. 514), esse *experts* são mobilizados como “um recurso instintivo e mágico à angústia coletiva resultante da nossa incapacidade de assumir o presente assim como o futuro”.

Importante destacar que, a expressão dessas demandas paisagísticas se fez não apenas nas ocupações no espaço público, mas também nos diálogos estabelecidos com grupos “dentro do Estado”, como o caso do Grupo de Trabalho do IPHAN-PE, destacado no tópico anterior. Tais ações apontam um novo caminho às lutas pela preservação do patrimônio, mas também indicam o patrimônio (dentre os quais, o paisagístico) como um recurso político mobilizado na construção de estratégias de resistência e construção de visibilidade social. São insurgências expressas *no, pelo e a partir do* patrimônio: o próprio patrimônio como um objeto de interesse, de disputa, de demanda, mas também como um instrumento que canaliza outros objetivos.

Essas ações são exemplares do debate sobre os patrimônios insurgentes. Elas foram articuladas para solicitar a preservação da memória ferroviária expressa pelo Pátio Ferroviário das Cinco Pontas, a partir da construção de documentos pedindo o tombamento do pátio (e da paisagem associada) aos órgãos responsáveis pela administração dos patrimônios históricos, culturais e paisagísticos. São ações que articulam reconhecimento social, demandas territoriais e reconhecimento de identidades, encarando-os como essenciais à garantia do direito à cidade e à paisagem (RIBEIRO, 2013).

Conforme reforça Melo Filho (2017), o patrimônio e as esferas institucionais de gestão patrimonial correspondem a um recurso político, configurando-se como um campo de forças onde se articulam a mobilização de distintas racionalidades patrimoniais, as disputas pelo reconhecimento e o fortalecimento de determinados interesses políticos. Como podemos compreender a partir do exemplo do Estelita, grupos podem mobilizar suas razões patrimoniais (em espaços políticos legitimados ou não) como uma estratégia de enfrentamento político, mesclando interesses reais de conservação de espaços e práticas sociais, mas também como estratégia para impedir o avanço de processos de transformação urbana.

Entretanto, além de mobilizações em instâncias patrimoniais, esse movimento tem articulado algumas táticas de atuação em outras esferas institucionais, como o exemplo do coletivo “A cidade somos nós”, um desdobramento dos grupos Direitos Urbanos e Ocupe Estelita que se desenvolveu com o objetivo de atuar na defesa, ampliação e radicalização do direito à cidade<sup>155</sup>. Ao longo do primeiro semestre de 2017, esse coletivo promoveu algumas oficinas públicas para elaborar propostas de revisão à Lei Orgânica do Recife, condensadas com

---

<sup>155</sup> Formado por pesquisadores de diferentes áreas de interesse e representantes do grupo Direitos Urbanos e Ocupe Estelita: <<https://www.facebook.com/pg/acidadesomosnos/about>>. Acesso em: 13 nov. 2019.



a construção do material repassado ao vereador Ivan Moraes Filho (PSOL). São ações que usam a lei e os canais participativos da política partidária de forma tática, como uma modalidade instrumental para conseguir certos avanços na luta política.

Igualmente, a atuação do vereador acima mencionado também tem sido palco de algumas dessas estratégias de resistência. Ivan Moraes Filho, eleito na primeira eleição que disputou, tem um histórico de militância a partir da pauta dos direitos humanos e da democratização da mídia. Em 2016, fez de sua campanha eleitoral uma “candidatura coletiva” e seu mandato apresenta o *slogan* “a gente com mais voz”, com o compromisso de ampliar os espaços de participação popular da Câmara Municipal do Recife. A partir de um mandato “de portas abertas” à “sociedade civil organizada e desorganizada”, sua atuação na Câmara tem construído parcerias com diversos movimentos sociais, que participam de sua gestão como conselheiros políticos. A partir do diálogo com organizações sociais, incluído grupos ligados ao Ocupe Estelita, o vereador já protocolou mais de 100 emendas à lei orgânica, buscando assim explorar e fortalecer canais de participação e interlocução direta<sup>156</sup>.

Outros integrantes dos grupos articulados ao Ocupe Estelita também se candidataram para cargos eletivos nas eleições dos últimos anos. Casos, por exemplo, de Leonardo Cisneiros, um dos principais articuladores do grupo Direitos Urbanos em seus primeiros anos, que tentou se eleger pelo PSOL como vereador da cidade do Recife, nas eleições de 2016. Outra integrante que se candidatou à cargos eletivos foi a advogada Liana Cirne Lins, um dos principais nomes atuantes nas “batalhas judiciais” travadas pelo coletivo, candidata ao cargo de deputada estadual pelo PT, nas eleições de 2018. Ambos não conseguiram se eleger aos cargos almejados.

A partir da consciência da crise do planejamento urbano recifense e das transformações irreversíveis da paisagem, são organizados tais coletivos de cidadãos que passam a pautar ações e debates públicos sobre o a questão urbana e paisagística da cidade. Os grupos, com seus respectivos produtos e discursos, contribuíram para trazer à tona as reflexões sobre o direito à paisagem para a esfera pública e política, desenvolvendo ações para estimular novas adesões ao debate e buscando reafirmar que determinadas ações de intervenção na/da cidade precisam ser construídas, pensadas e vividas coletivamente.

---

<sup>156</sup> Questões expostas em: <<https://www.ivanmoraesfilho.com.br/>>; <<http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/politica/pernambuco/noticia/2017/04/09/sociedade-civil-quer-mais-espaco-para-debate-na-camara-do-recife-277579.php>>. Acesso em: 13 nov. 2019.

## **CAPÍTULO 04**

---

### **O PARADIGMA DA MARÉ: O DIREITO DE SER N(A) PAISAGEM**

Se a percepção do rápido processo de verticalização da cidade do Recife e a subsequente transformação da paisagem estuarina em um recurso intercambiável possibilitou o surgimento de movimentos sociais preocupados com o direito de ver a paisagem, outros grupos passaram a expressar preocupações sobre os efeitos desse processo em seus territórios imediatos da vida. Como destacado na Carta em defesa dos Territórios Pesqueiros Tradicionais de Recife (presente na Cena 04, reproduzida a seguir), o ambiente estuarino da cidade e suas paisagens associadas, também passaram a ser mobilizadas através do direito de ser n(a) paisagem: as paisagens-*ribeirinhas* vistas como expressão das territorialidades, como expressões de suas identidades e ligadas às histórias pessoais compartilhadas daqueles que construíram seu viver na cidade em conexão direta com o ambiente estuarino.

Na Carta, se defende as “comunidades” tradicionais (r)existentes nas bordas dos rios e na orla marítima do Recife, considerando-as como representantes do “espaço secularmente ocupado e apropriado por essas comunidades por meio do trabalho pesqueiro”. Na compreensão de seus atores, essas comunidades se encontram ameaçadas pelo “avanço do capital privado” a partir de “empreendimentos e apropriações diversas”. As comunidades em questão, são aquelas que surgiram e são até hoje marcadas por uma “vida ribeirinha, historicamente influenciada pelos rios, mangues, estuários, córregos e a própria pesca artesanal”<sup>157</sup>. Dentre as doze comunidades destacadas, quatro estão incluídas no recorte de análise considerado nessa pesquisa: Brasília Teimosa, Bode, Ilha de Deus e Coque.

A partir da década de 2000, essas comunidades presenciaram a ampliação de processos de transformação (morfológica, urbanística e toponímica – mudança imagética e paisagística) que geram questionamentos pelos habitantes locais: requalificações realizadas na Ilha de Deus e Brasília Teimosa; a rápida valorização imobiliária do Pina, que avança até a comunidade do Bode; a sucessão de projetos “invasores” no Coque (metrô, terminal integrado, Polo Jurídico, obras viárias preparatórias para a Copa do Mundo, etc.). Se o processo de transformação desses bairros envolve, muita das vezes, a demanda por melhoria da qualidade de vida, alguns grupos temem que esses atos sejam a expressão inicial da mudança nas imagens/imaginários locais que podem vir seguidas por um “enobrecimento” dos bairros populares.

Diferentemente dos debates vinculados ao *paradigma do cais*, nos debates sobre essas transformações a paisagem é mobilizada de forma menos nominal. Apenas na Ilha de Deus – no caso do circuito de catamarã construído em parceria com uma empresa especializada em passeios turísticos – a paisagem (e o direito de ser a/na paisagem) é falada de forma mais direta

---

<sup>157</sup> Extratos da Carta do Encontro dos Pescadores e Pescadoras de Recife, disponível em: <<http://caranguejouca.blogspot.com/2017/10/carta-do-encontro-dos-pescadores-e.html>>. Acesso em: 20 dez. 2019.

e explícita. Em outras situações, os grupos desses bairros populares apresentam suas demandas a partir de uma deriva entre referências espaciais: aproximações com o lugar (comunidade), os territórios e as territorialidades, o espaço público, etc. Numa sociedade que percebe e pratica a paisagem como privilégio, como uma vista que se descortina em panoramas e que pressupõe distanciamento e erudição do olhar, sociabilidades e marcas territoriais de grupos “ribeirinhos” acabam sendo desconsideradas (até por habitantes locais) como expressões paisagísticas.

Entretanto, alguns elementos observados nas atividades de catamarã, debates sobre os territórios pesqueiros e entrevistas com moradores desses bairros populares permitem apreender alguns valores que podem ser atribuídos à paisagem. Mesmo que a paisagem não seja referida de forma nominal, ela passa a ser mobilizada de maneira diferente, a partir da demarcação de territorialidades que também passam pelo pensamento paisagístico. Quando constroem essas demandas de reconhecimento dos territórios pesqueiros ou promovem um turismo comunitário numa comunidade de base pesqueira, podemos observar uma associação do território com um panorama visível, uma experiência sensorial vinculada à linha do horizonte. São ações que, na esfera da percepção, permitem a inserção de territorialidades dentro de uma composição visível da paisagem, colocando o ser e o estar dessas comunidades na composição visual das paisagens da cidade (SÁ CARNEIRO, VERAS e BARBOSA, 2020).

Neste sentido, a paisagem aparece vinculada às formas de ser, de habitar e de fazer dos habitantes, mais próxima do valor de uso e dos modos de vida cotidiana. Muitas vezes não é panorâmica, mas aparece em alguns atos (intencionais ou incidentais) cotidianos: na coleção de fotos expostas na parede de uma moradora do Coque ou nas paredes do futuro Museu da Ilha de Deus; na descrição das relações diretas e cotidianas dos moradores com o mar (caso de Brasília Teimosa) e com os rios e mangues (Coque e Ilha de Deus), ressaltadas a partir da vista e do contato que desfrutam dos corpos d’água; por fim, na forma como falam de seus territórios, territorialidades e relações com a *maré*.

Nos bairros populares percorridos durante a produção dessa tese (casos da Ilha de Deus, Coque, Brasília Teimosa e Pina), que apresentam grupos ligados à demanda de reconhecimento dos territórios pesqueiros, chamou-nos a atenção a ampla utilização, em contextos diversos, do termo *maré*, mobilizado para designar diferentes situações da relação com o ambiente estuarino: o ritmo de subida e descida dos rios e do mar; os próprios rios; o complexo estuarino formado pelos corpos d’água que envolve os mangues, as ilhas fluviais, os bancos de areia; o conjunto territorial e identitário das pessoas e grupos com esse complexo de estuário; etc. A referência à ideia da *maré* é uma questão forte no Recife, revelando um aspecto identitário, mas também um lado depreciativo (da pobreza e ausência de infraestruturas mínimas).

A partir dessa observação, passamos a atentar ao termo *maré* e para as formas como ele é mobilizado, em diálogo com os aportes teórico-metodológicos fornecidos por Costa (2013). Pela originalidade do termo e por ser preexistente aos conflitos paisagísticos aqui considerados, compreendemos que a *maré* pode ser considerada como a expressão de um “espaço social apropriado”, capaz de revelar o significado social daquilo que os grupos recortam, sublinham e apropriam em suas territorialidades.

Quando as pessoas falam da *maré* mencionam aspectos de um sistema ecológico, social e cultural que vai além dos limites dos corpos d’água. Por exemplo: nas entrevistas, quando falamos com os moradores sobre o processo histórico de suas comunidades e as transformações entre o “antes” e o “agora”, comumente ouvimos respostas do tipo: “isso aqui era *maré*”, “eu aterrei a *maré*” e/ou “eu sou da *maré*”, destacando-se um processo onde se imbricam a conquista da terra e a relação identitária com seus lugares conquistados dos rios e dos mangues.

Um segundo exemplo corresponde ao apresentado por uma jovem moradora do Coque (Ilha de Joana Bezerra) que destacou em entrevista que “o rio é quando chega na cidade, lá na rua da Aurora<sup>158</sup> [...] o rio é *pra* olhar, é perigoso. A *maré* é onde a gente toma banho, onde a gente usa *pra* brincar e *pra* pegar *chié*<sup>159</sup>. A *maré* é isso aqui que *arrudéia* o Coque”<sup>160</sup>. É possível que a compreensão da *maré* como aquilo que está ao redor de sua comunidade, onde são desenvolvidas um conjunto de sociabilidades, intencione destacar um panorama visível e de experiências sensoriais que, no plano conceitual, permite uma aproximação com a paisagem.

Neste sentido, consideramos que a *maré* corresponde a uma categoria geográfica e geosófica que articula, ao mesmo tempo, um primeiro grau de percepções sobre o ambiente, o território e a paisagem: ela envolve a dinâmica física do ambiente estuarino, a territorialidade dos grupos/pessoas com seus saberes-fazer e práticas de convivência com o sítio, assim como as marcas e matrizes conformadas na relação histórica e cotidiana entre a sociedade, o território e o ambiente/sítio local. Envolve o sentido de mediação, uma percepção mais cosmológica da paisagem, vinculada ao ser-no-mundo (CLAVAL, 2012).

A expressão dessas questões vinculadas à *maré* permite-nos apreender as questões paisagísticas de formas distintas. Mobilizada sobretudo nos bairros populares, a *maré* articula, na perspectiva paisagística aqui considerada, a referência às marcas e matrizes da paisagem (BERQUE, 2012), articuladas com alguns discursos apoiados e legitimados pela memória e

---

<sup>158</sup> Importante logradouro do Recife, situada na margem esquerda do rio Capibaribe, sendo famosa por ser uma das imagens mais conhecidas da cidade, usualmente incorporada aos cartões-postais.

<sup>159</sup> Um tipo pequeno de caranguejo, comum nas zonas de mangue do Recife.

<sup>160</sup> Entrevista com R. K., 29 anos, durante trabalho de campo realizado em março de 2018.

cultura intersubjetivas, considerando as expressões geossimbólicas da maré como expressões espaciais da resistência que fundamentam a demandas por um direito de ser e estar na paisagem. À maré, se associam expressões territoriais e paisagísticas que ajudam na rememoração de um processo histórico de construção da cidade onde estes moradores participaram, atribuindo uma importância histórica a aspectos materiais e imateriais do cotidiano: os barcos de pescadores, palafitas e barracos que testemunham os atos iniciais de adaptação/improvisação ao ambiente; o aterro e construção do chão onde hoje habitam; as histórias de vida e de resistência presentes nos habitantes mais velhos, nas memórias coletivas e associações dos moradores, nas melhorias operadas nas casas, etc.

Assim, a maré como um paradigma para a paisagem envolve a necessidade de pensá-la para além dos cais, das beiras d'água panorâmicas e “fachadas” dos novos empreendimentos imobiliários. O *paradigma da maré* envolve a questão paisagística a partir do cotidiano, dos usos do/no ambiente urbano, das relações com o meio ambiente e a conformação dos territórios em associação com a “vida ribeirinha”. Trata-se de uma paisagem mais local e etnogeográfica, considerada a partir das expressões de convivência com o ambiente estuarino, mobilizada como uma das expressões identitárias básicas para reivindicar direitos. O paradigma da *maré* permite revelar o caráter holístico da paisagem, indo além da forma mais tradicional como o paisagismo trabalha, pensando-a através das expressões territoriais (práticas e sensíveis) construídas em relação com o ambiente.

O paradigma da maré envolve duas problemáticas paisagísticas: demandas pelo *direito de ser a paisagem*, que envolve ações que objetivam criar visibilidades aos territórios e táticas que buscam incluir as expressões paisagísticas dos grupos populares como representantes de uma identidade local. Demandas que são expressas, de forma mais evidente, no passeio turístico de catamarã, por exemplo. Outra demanda envolve o *direito de ser na paisagem*, vinculada com ações que objetivam afirmar os territórios e territorialidades dos grupos no mapa e na paisagem da cidade. Além de criar visibilidades, buscam consolidar a existência e permanência de seus territórios e identidades territoriais como expressões de um modo de ser na cidade. Essas demandas são mais próximas da mobilização pelos territórios pesqueiros. Se as ações do Ocupa Estelita falam mais do lado patrimonial/visual das paisagens, as demandas aqui desenvolvidas se expressam mais através da construção do lugar onde os grupos vivem (perspectiva relacional, lateral com a paisagem).

#### 4.1 Cena 03: Recife, fevereiro de 2017 - Passeio turístico de catamarã – Ilha de Deus

No dia 28 de dezembro de 2016 foi exibido no NETV, jornal de notícias locais da Rede Globo Nordeste, uma reportagem especial intitulada “Passeio pela Ilha de Deus mostra a turistas cotidiano da comunidade”. Na emissão televisiva, o passeio foi apresentado como um encontro com o “Recife autêntico” visto por poucos, assim como uma “expedição pela história e rotina da comunidade simples que abriu as portas ao turismo comunitário”. A reportagem apresentou o passeio de catamarã como uma visita ao *outro* Recife, próximo das dinâmicas naturais do sítio e com moradores que vivem em relação direta com o ambiente, sobrevivendo do que esta natureza oferece<sup>161</sup>.

Considerado como uma novidade turística do verão recifense, o passeio foi apresentado como uma opção aos turistas interessados em “navegar por cenários improváveis, longe dos cartões-postais que os turistas costumam visitar no Recife”. No site da empresa promotora, a Catamaran Tours<sup>162</sup>, o passeio é apresentado da seguinte forma:

Venha fazer esse passeio especial com muita história, turismo ciência e cultura, conhecendo e vivenciando o dia a dia da comunidade da Ilha de Deus: comunidade localizada no centro do Parque dos Manguezais, na reserva estuarina da Baía do Pina, que começou a ser ocupada nas primeiras décadas do século XX. De olho em iniciativas que preservam o meio ambiente e promovem o bem-estar coletivo, a Catamaran Tours e a ONG Saber Viver realizam todos os sábados um tour pela Ilha de Deus. Desde que surgiu, a Ilha de Deus sempre foi vítima de diversos problemas sociais e da ausência de serviços públicos básicos, como saúde, saneamento, educação e segurança. A situação crítica fez com que a comunidade fosse batizada por muitos anos de “Ilha sem Deus”. O cenário só começou a mudar a partir de 2007, quando, após muita luta dos moradores, a região passou por um processo de urbanização executado pelo Governo do Estado de Pernambuco. Assim, as palafitas deram lugar às casas de alvenaria, mais dignas, e as ruas cheias de lama, ao saneamento básico. Neste roteiro, mostramos aos passageiros como a comunidade conseguiu se estabelecer de forma harmônica com a natureza, superando os diversos problemas sociais e tendo na pesca de camarões, caranguejos, siris e sururus sua principal atividade econômica, abordando os principais aspectos socioculturais, econômicos e ambientais da comunidade. Durante o percurso, os passageiros poderão conhecer os projetos sociais que vêm transformando a vida dos ilhéus, além de vivenciar as principais atividades produtivas locais, como a pesca do sururu. Passeio com duração de 2h/2h15min aonde os passageiros terão contato com os principais aspectos da cultura local como o artesanato, promovido por artesãos da própria Ilha de Deus<sup>163</sup>.

No dia 11 de fevereiro de 2017, decidimos acompanhar um desses passeios<sup>164</sup>. Mesmo na sede da empresa que administra o passeio a Ilha de Deus parece ser uma novidade. Na sede

<sup>161</sup> A reportagem encontra-se disponível na plataforma digital do Grupo Globo: <<https://globoplay.globo.com/v/5541338/>>. Acesso em: 03 jan. 2017.

<sup>162</sup> Empresa especializada em passeios náuticos na cidade do Recife, com sede no Cais das Cinco Pontas. Domínio oficial da empresa: <<http://www.catamarantours.com.br/>>. Acesso em: 03 jan. 2017.

<sup>163</sup> Disponível em: <<https://www.catamarantours.com.br/passeio-abrir.php?idRoteiro=79>>. Acesso em: 03 jan. 2017.

<sup>164</sup> Trabalho de campo de caráter exploratório realizado na companhia do professor Caio Maciel. Deixo registrado o agradecimento por sua companhia e suas valiosas observações.

da Catamaran Tours, local de saída da atividade, chamou-nos a atenção um painel localizado na recepção, uma representação cartográfica e artística do estuário recifense<sup>165</sup>, onde a Ilha não aparece identificada no mapa. No seu lugar, visualiza-se uma representação metonímica dos manguezais, a partir da representação da fauna local (caranguejos e garças) e da presença de um homem adulto e algumas crianças catando caranguejos no mangue.

Antes da saída do catamarã, a locutora (funcionária da Catamaran Tours) destaca que o passeio corresponde a um exercício de turismo com base comunitária, desenvolvido em parceria com organizações não governamentais atuantes na comunidade, especialmente a ONG Saber Viver<sup>166</sup>. Ao chegar na Ilha de Deus, as camisas dos guias turísticos (moradores locais) confirmavam a abordagem turística da atividade, destacando o projeto como um “turismo de experiência, oportunidade de convivência e intercâmbio cultural”. Se o tom inicial do passeio é descontraído, os guias dão avisos de que vamos sair de uma zona de conforto para visitar um espaço mais “social”.

No percurso, a guia deixa transparecer algumas *ideologias geográficas* que influenciam a construção do passeio: apresenta a Ilha de Deus como uma comunidade de íntima relação com o rio. Destaca as *Torres Gêmeas* do bairro de São José como um elemento de cartão-postal do Recife, sem mencionar as torres das antigas igrejas ou os galpões da cidade portuária. Direciona o olhar ao *bairro de Brasília Teimosa*, permitindo a visualização do Iate Clube e algumas marinas particulares, existentes ao lado das palafitas de concreto ou dos resquícios das antigas habitações sobre pilares de madeira. A luta de Brasília Teimosa para se estabelecer é contada brevemente. Logo depois, fala da grandiosidade do *Shopping RioMar*. Destaca a maré baixa do rio, o que permite observar a *croá* (ilhas de areia que surgem dentro do rio na maré baixa) e os diversos pescadores e catadores de mariscos em atividade nos bancos de lama da Bacia do Pina. Antes de chegar ao destino, pede aos participantes que não tirem fotos dos moradores que estão envolvidos com seus afazeres cotidianos, mas sugere que os participantes observem e registrem a “paisagem deslumbrante da *Ilha*”.

O desembarque na Ilha de Deus foi realizado no anfiteatro-cais localizado na margem do rio, uma espécie de *marco zero da Ilha* e ponto elevado para observação da paisagem do estuário. Desse cais de desembarque, fomos convidados para participar de uma cerimônia de

---

<sup>165</sup> Obra do artista visual e designer Terciano Torres, conhecido por retratar de forma lúdica diferentes momentos da história de Recife.

<sup>166</sup> O Centro Educacional Popular Saber Viver corresponde a uma instituição privada sem fins lucrativos, fundada em 1983 e formalizada em 1994, com atuações na Ilha de Deus. A ONG tem parcerias com algumas associações internacionais, tais como as organizações alemãs *Aktions Kreis Pater Beda*, *Die Sternsinger Kindermissionswerk*, a rede *Volunteer Vacations* e o Porto Social, projeto desenvolvido pelo Porto Digital, parque tecnológico sediado na cidade do Recife. Maiores informações: <<http://www.centrosaberviver.org.br/>>. Acesso em: 20 nov. 2017.



recepção, em um prédio amplo, maior que as habitações padronizadas, localizado em frente ao Marco Zero da Ilha. Lá, fomos recebidos por jovens passistas de frevo – crianças e adolescentes moradores do bairro – acompanhados de *padrinhos* participantes de ONGs atuantes no local, assim como por jovens intercambistas da Alemanha.

Durante todo o passeio, fomos acompanhados pelos guias locais da ONG Saber Viver, além de Dona Beró (79 anos), apresentada por um dos padrinhos da Ilha como a “*matriarca da Ilha, a rainha da Ilha*”. No percurso, essa senhora cantou um conjunto de sambas e cocos de roda de sua própria autoria, com temas que envolviam questões culturais, dinâmicas cotidianas com os rios e letras de reivindicação. Sem fazer falas gerais ao grupo, mas sempre sorridente e solícita, afirmou ter nascido na Imbiribeira, do outro lado do canal, mas que sempre viveu na Ilha, lugar que ama e onde aprendeu a pescar, cozinhar, dançar, cantar...

No roteiro pré-estabelecido, a caminhada seguiu pelas ruas localizadas nas bordas da Ilha, na margem dos corpos d’água que a circundam. As paradas envolviam a observação de marcos simbólicos do bairro, diálogos sobre questões ecológicas, culturais e cotidianas da Ilha de Deus. Pudemos observar alguns moradores fervendo o sururu (molusco típico do Nordeste brasileiro) recém-pescado, em fogos de lenha (serviço real) na borda do muro de arrimo, onde conchas de vários mariscos se acumulam sobre a lama do mangue. Mais a frente, paramos para observar uma senhora catando marisco (ação encenada).

Em seguida, na frente do *hostel comunitário*<sup>167</sup>, foi realizado um replantio simbólico de espécies do mangue, a partir da participação direta dos turistas participantes do passeio. Porém, posterior à atividade realizada no dia, o guia afirmou que as plantas seriam retiradas daquele espaço (pois o lugar onde o ato foi realizado era um local para atracar barcos) e replantadas em outro ambiente, dentro dos limites do Parque dos Manguezais.

No *hostel*, realizamos a degustação da mariscada e do sururu, pratos tradicionais da região, produzidos com os mariscos pescados e produzidos por moradores locais e preparados por uma moradora local. Em seguida, caminhamos até a ponte Vitória das Mulheres, primeira obra finalizada do projeto de “urbanização”<sup>168</sup> da Ilha, iniciada no ano de 2007. Ainda foram realizadas paradas na creche comunitária (construção prometida pelo Governo do Estado de

---

<sup>167</sup> *Hostel* construído a partir da parceria entre o Centro Saber Viver, *Aktionskreis Pater Beda* (Organização da Alemanha, de origem católica), *Volunteers Vacations*, Porto Social (Recife-PE), Programa ASA (Alemanha), IBA Brasil-Alemanha e AIESEC-Pernambuco.

<sup>168</sup> O termo “urbanização” se encontra entre aspas pois se refere à forma como é chamada a intervenção estatal realizada para dotar a Ilha de Deus dos aparelhos técnicos. Aqui, o termo não se refere à ideia de urbanização como conceito: um processo mais amplo que vai além da produção de uma forma em si.

Pernambuco, mas que encontra-se abandonada) e no centro local de artesanato, para compra de produtos feitos por moradores, com materiais reciclados e colhidos na maré.

O fim do passeio se dá posterior ao meio-dia, em um dia de sol limpo e forte calor na cidade do Recife. Quando o catamarã se afasta da Ilha podemos observar que mesmo que o muro tenha delimitado uma área fixa à Ilha de Deus, as cascas de marisco depositadas sobre a lama do mangue circundante continuam a mostrar que a comunidade ainda apresenta um forte vínculo com as atividades pesqueiras, uma rotina diretamente relacionada à *geografia líquida do Recife*. Há a manutenção de grande parte do modo de vida tradicional, agora explorado como estratégia de visibilidade e reconhecimento social.

Retornamos à Ilha em dezembro de 2017<sup>169</sup>. O dia estava um pouco diferente daquele da primeira visita, com a maré cheia e o tempo nublado. A trajetória e os pontos destacados pelos guias foram quase idênticos ao primeiro passeio, o que nos parece revelar a existência de um roteiro pré-estabelecido e ensaiado: um destaque às *Torres Gêmeas* como cartões-postais, histórias contadas sobre os pescadores nas bordas de Brasília Teimosa, o destaque à imponência do *Shopping RioMar*, etc. Entretanto, alguns aspectos novos são revelados, como a maré cheia que permite à guia falar da Bacia do Pina como a “raia das regatas de Pernambuco”, importante espaço para a navegação esportiva e lúdica da cidade.

O desembarque foi realizado no mesmo anfiteatro na beira do rio, com a presença dos assistentes da escola de frevo, da professora de dança Raquel, mas sem a presença dos padrinhos e participantes de ONGs atuantes no bairro. Uma novidade pode ser observada nesse espaço: uma exposição improvisada com fotos antigas da Ilha, acompanhadas da sinalização de que ali, no mesmo espaço onde fomos recepcionados, será construído o Museu Comunitário da Ilha de Deus. A placa que indica o projeto de construção desse museu, afixada no dia 19 de agosto de 2017, apresenta os interesses do museu: “Hoje começamos a construir o Museu Comunitário da Ilha de Deus, inspirados nas ações de Frei Beda, franciscano alemão que dedicou muitos anos da sua vida a esse lugar, para ser um espaço cultural de resgate, preservação e construção da identidade da comunidade e dos seus descendentes”<sup>170</sup>.

Dentro da Ilha o roteiro foi o mesmo da primeira visita, sem alterações das paradas, dos discursos e dos personagens destacados. A notar apenas algumas modificações nas casas

<sup>169</sup> Trabalho de campo realizado no dia 09 de dezembro de 2017, com a equipe do Laboratório de Estudos sobre Espaço, Cultura e Política (LECgeo-UFPE), com a presença de Pedro Vilela, Maria Karolliny Silva, Bruno Andrade, Tiane Souza, Marli Gondim, Ana Galanternick, Elvira de Paula, Caio Maciel, Matheus Severo e Herivelto Filho. Agradecemos à participação da equipe e suas valiosas observações.

<sup>170</sup> O Museu foi anunciado como uma parceria entre o Centro Educacional Popular Saber Viver, a MAR Projetos & Criação e com apoio do Porto Digital, através do Laboratório De Objetos Urbanos Conectados (Louco). Maiores informações: <<http://www.centrosaberviver.org.br/museu-frei-beda-ilha-de-deus/>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

padronizadas entregues pelo governo, onde alguns moradores fizeram puxadinhos, varandas e revestiram as casas com porcelanatos. Dona Beró e Seu Rabelo (advogado e professor universitário que foi apresentado desde nossa primeira visita como um dos padrinhos locais), chegaram nesse segundo passeio apenas no final, no momento da degustação da mariscada no albergue.

Mais uma vez, em todo o caminho do percurso dentro da Ilha e no retorno do passeio ao centro do Recife, pudemos observar os montes de cascas de mariscos que continuam a crescer além do dique de concreto que limitou o perímetro da ilha. Possivelmente, em alguns anos, se nenhuma solução for tomada para resolver o acúmulo das cascas de mariscos, a mancha de solo firme será maior, bastando que alguém comece a construir no novo aterro. Por enquanto, há apenas barracas de catação de sururu e marisco.

A participação nesses dois passeios promoveu um giro em nossa pesquisa. Ao observar um passeio turístico que durante o itinerário mobiliza cartões-postais clássicos da cidade (caso das pontes, das ilhas do centro histórico-geográfico da cidade), mas coloca como destino final uma comunidade simbólica para discutir a herança dos mocambos, palafitas e demais visualidades da desigualdade social brasileira, nos fez perceber um outro tipo de mobilização discursiva e prática do caráter estético da paisagem enquanto um instrumento político.

Esse roteiro turístico, construído em parceria com alguns grupos de moradores locais, nos fez perceber que a paisagem espetacular que esses grupos habitam é, antes de tudo, um quadro mobilizado em suas lutas por moradia e reconhecimento social. Suas paisagens são mobilizadas como beleza cênica, mas também, e principalmente, como parte de suas memórias, de seus modos de ser e expressões do habitar. Um habitar que nasce conectado à beira do rio, à croa da maré, com os pés fincados na lama.

Em entrevista realizada em março de 2018 com o professor universitário responsável por apresentar o projeto do passeio à comunidade, ele destacou que foram contabilizados quase vinte mil pessoas visitando a Ilha de Deus no ano de 2017, através de vários canais motivados pelo turismo: pelo passeio do catamarã, na hospedagem oferecida pelo *Hostel*, nos passeios pedagógicos realizados com grupos agendados, etc. Conforme o professor, esse número é maior que os visitantes do Museu Cais do Sertão (no Recife Antigo) e da Oficina de cerâmica de Francisco Brennand<sup>171</sup>.

-----

---

<sup>171</sup> Entrevista realizada com o professor universitário João Paulo da Silva, responsável por apresentar a atividade de turismo comunitário à ONG Saber Viver, posterior à uma atividade realizada com estudantes de uma faculdade local.

Mapa 07 – Passeio de Catamarã: Tour Ilha de Deus, Catamaran Tours

## Mapa Passeio de Catamarã: Tour Ilha de Deus, Catamaran Tours



Elaboração: Annelise Paes Leme e David Tavares Barbosa, 2019. Fonte: Google Earth.

Produção e organização: Anneliese Paes Leme e David Tavares Barbosa, 2019. Data da imagem do Google Earth: novembro de 2019.

### Pontos destacados no percurso do catamarã:

- |                                                |                                                   |
|------------------------------------------------|---------------------------------------------------|
| 01 – Saída do passeio, sede da Catamaran Tours | 07 – Passagem entre as pontes do Pina e palafitas |
| 02 – Torres Gêmeas do bairro de São José       | 08 – Shopping RioMar                              |
| 03 – Arrecifes e Parque das Esculturas         | 09 – Confluência entre os rios e mangues          |
| 04 – Iate Clube do Recife (Brasília Teimosa)   | 10 – Tanques de criação de camarão                |
| 05 – Colônia de Pescadores de Brasília Teimosa | 11 – Chegada à Ilha de Deus                       |
| 06 – Brasília Teimosa                          |                                                   |

Figuras 25 – Passeio de Catamarã: Tour Ilha de Deus, Catamaran Tours



25a - Saída do percurso: Catamaran Tours, Cais das Cinco Pontas, Recife – PE.  
Fonte: Foto do autor, março, 2018.



25b – Torres Gêmeas, bairro de São José.  
Fonte: Foto do autor, fevereiro, 2018.



25c – Linha de arrecifes (Calçada do Mar)  
Fonte: Foto do autor, fevereiro de 2017.



25d – Iate Clube do Recife (Brasília Teimosa)  
Fonte: Foto do autor, fevereiro de 2017.



25e – Colônia de Pescadores (Brasília Teimosa)  
Fonte: Foto do autor, fevereiro de 2017.



25f – Brasília Teimosa: diferentes padrões construtivos.  
Fonte: Foto do autor, fevereiro de 2017.



25f – Brasília Teimosa: diferentes padrões construtivos.  
Fonte: Foto do autor, fevereiro de 2017.



25g – Palafitas entre as pontes do Pina.  
Fonte: Foto do autor, fevereiro de 2017.



25h – Shopping RioMar.  
Fonte: Foto do autor, fevereiro de 2017.



25i – Confluência entre os rios e mangues.  
Fonte: Foto do autor, fevereiro de 2017.



25j – Tanques de criação de camarão.  
Fonte: Foto do autor, fevereiro de 2017.



25k – Cais de chegada e desembarque na Ilha de Deus.  
Fonte: Foto do autor, dezembro de 2017.

Mapa 08 – Passeio de Catamarã: Percurso na Ilha de Deus

## Mapa Passeio de Catamarã: Percurso na Ilha de Deus



Elaboração: Annelise Paes Leme e David Tavares Barbosa, 2019. Fonte: Google Earth.

Produção e organização: Annelise Paes Leme e David Tavares Barbosa, 2019. Data da imagem do Google Earth: novembro de 2019.

### Pontos destacados dentro da Ilha de Deus:

- |                                                  |                                              |
|--------------------------------------------------|----------------------------------------------|
| 01 – Anfiteatro/Cais da Ilha de Deus (recepção)  | 06 – Hostel comunitário                      |
| 02 – Prédio-sede do futuro museu da Ilha de Deus | 07 – Ponte Vitória das Mulheres              |
| 03 – Barracas de catação do sururu               | 08 – Obras abandonadas da creche comunitária |
| 04 – Praça nas bordas da Ilha                    | 09 – Ponto final: loja de artesanato local   |
| 05 – Replanteio simbólico do mangue              |                                              |

Figuras 26 – Passeio de Catamarã: Percurso na Ilha de Deus



26a – Anfiteatro da Ilha de Deus (recepção).  
Fonte: Foto do autor, fevereiro de 2017.



26b – Recepção com passistas de frevo.  
Fonte: Foto do autor, fevereiro de 2017.



26c – Recepção por padrinhos de ONGs atuantes na Ilha.  
Fonte: Foto do autor, fevereiro de 2017.



26d – Barraca de catação do sururu (ação real).  
Fonte: Foto do autor, fevereiro de 2017.



26e – Moradora local catando marisco (ação encenada).  
Fonte: Foto do autor, fevereiro de 2017.



26f – Replântio simbólico do mangue.  
Fonte: Foto do autor, fevereiro de 2017.





26g – Hostel Comunitário da Ilha de Deus.  
Fonte: GALANTERNICK, Ana. Dezembro de 2017.



26h – Ponte Vitória das Mulheres.  
Fonte: Foto do autor. Maio de 2018.



26i – Obras abandonadas da creche comunitária.  
Fonte: Foto do autor, fevereiro de 2017.



26j – Ponto final: loja de artesanato local.  
Fonte: GALANTERNICK, Ana. Dezembro de 2017.



26k – Saída da Ilha de Deus.  
Fonte: Foto do autor, dezembro de 2017.

#### 4.2 Cena 04: Recife, dezembro de 2017 – Audiência pública sobre os territórios pesqueiros

Nos dias 18 e 19 de setembro de 2017 foi realizado em Recife o *Encontro de pescadores e pescadoras da cidade do Recife*, reunindo trabalhadores(as) da pesca de 12 comunidades tradicionais pesqueiras das cidades de Recife e Olinda<sup>172</sup>, além da participação de pesquisadores das três universidades públicas da cidade: UPE, UFPE e UFRPE. Vinculado à *Campanha Nacional Pela Regularização do Território das Comunidades Tradicionais Pesqueiras*<sup>173</sup>, o evento foi construído a partir da associação entre organizações vinculadas aos movimentos da pesca e grupos comunitários das cidades de Recife e Olinda.

Na programação do evento, as temáticas debatidas envolviam questões como a saúde dos trabalhadores(as) da pesca, a situação do meio ambiente local, a educação e regularização sobre os territórios pesqueiros e o cotidiano dessas *comunidades tradicionais pesqueiras*. Como resultado do evento, foi publicada uma carta-manifesto contando com a assinatura de 95 pessoas (pescadores, pescadoras, pesquisadores, pesquisadoras, estudantes de universidades públicas) e intitulada “Carta do Encontro dos Pescadores e Pescadoras de Recife: Pescadoras e Pescadores na Luta em Defesa de Direitos e Territórios Pesqueiros Tradicionais”<sup>174</sup>. Na carta, os pescadores são apresentados como uma categoria socioprofissional ligada à formação histórica da cidade e da sociedade recifense, se apresentando junto com os rios, o mar e os manguezais como um dos elementos que caracterizam a paisagem, a identidade cultural e a expressão urbana do Recife. Conforme apresenta a Carta:

Cidade do Recife que surgiu de uma Vila de Pescadores, onde a maior parte de seus bairros constituiu-se como marca de uma vida ribeirinha, historicamente influenciada pelos rios, mangues, estuários, córregos e a própria pesca artesanal. Sem dúvida, Recife necessita reencontrar-se consigo ao valorizar seu mundo das águas e aquelas e aqueles que sempre fizeram desse recurso natural, principal meio de existência material e simbólico de suas vidas. Por isso, o Encontro foi também um Grito Histórico.

Nele, discutimos e constatamos que as nossas Comunidades Tradicionais Pesqueiras Urbanas vivenciam cotidianamente sistemáticas pressões e violências provocadas pelo desenvolvimento de um projeto de cidade cada dia mais excludente em termos de classe, juventude, gênero e raça/etnias; que nega a existência e o pleno desenvolvimento das Comunidades Tradicionais Pesqueiras. Tudo isso se liga a um projeto de cidade ambientalmente injusto, que encontra nos rios uma comprovação desse fenômeno, a partir das formas insustentáveis de usos de suas águas

<sup>172</sup> As doze comunidades são: Brasília Teimosa, Bode, Ilha de Deus, Coelhoos, Coque, Vila São Miguel, Caranguejo Tabaiães, Vila da Imbiribeira, Vila Tamandaré, Ponte do Limoeiro, Espaço Ciência, no Recife, e Ilha do Maruim, em Olinda.

<sup>173</sup> Campanha lançada em junho de 2012 pelo Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP), que busca a assinatura de 1% do eleitorado brasileiro (aproximadamente 1.406.466 assinaturas), para apresentação de uma lei de iniciativa popular que propõe a regularização do território das comunidades tradicionais pesqueiras. Maiores informações: <<http://peloterritoriopesqueiro.blogspot.com/>>. Acesso em: 15 jan. 2020.

<sup>174</sup> Como resultado do evento, também foi realizado um filme para apresentação dos territórios pesqueiros da cidade do Recife: “Encontro de Pescadores e Pescadoras do Recife” (Caranguejo Uçá, 2019, 27’). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=803iorjuYyk>>. Acesso em: 15 jan. 2020.

(esgotamento doméstico; depósito e descarte de resíduos domésticos, hospitalares e industriais; desmatamento dos mangues; assoreamento dos rios; especulação imobiliária e urbanização negadora da reprodução do modo de vida ribeirinho/pesqueiro). [...]

Diante dessa realidade, que nos mostra a concretude da atividade pesqueira artesanal na cidade de Recife como fonte de reprodução da vida de mais de mil famílias, chamamos a atenção para a existência dos Territórios Pesqueiros Urbanos. Os Territórios Pesqueiros são constituídos por elementos concretos e subjetivos que permeiam a referida atividade – como a água dos rios, mangues, mares e marés; a terra que serve para moradia, vivências e trabalho; além das relações históricas, identitárias e afetivas que as comunidades mantêm com esses espaços. [...]

Por fim, numa cidade envolvida pelas águas, as questões apresentadas que afetam as comunidades pesqueiras, também afetam toda a população recifense. Reafirmamos, portanto, nossos compromissos de luta em defesa e reconhecimento dos Territórios Pesqueiros e garantia dos direitos das comunidades tradicionais<sup>175</sup>.

De acordo com a Carta, observa-se a uma leitura do Recife como uma cidade que surgiu da lama da maré, a partir das vilas de pescadores que se formaram através de uma relação direta com os corpos d'água presentes no sítio local. Ao considerar essa origem da cidade, busca-se colocar esse “outro” olhar – o olhar a partir da maré – no debate político.

Como continuidade ao processo iniciado no Encontro, somado às inquietações lançadas com a divulgação da Carta, o movimento solicitou a realização de uma audiência pública na Câmara Municipal do Recife, a fim de discutir as possibilidades de regularização dos territórios pesqueiros na cidade do Recife. O requerimento para a audiência (nº 10.541/2017) foi realizado pelo vereador Ivan Moraes Filho (PSOL), também responsável pela condução da atividade que se realizou no dia 13 de dezembro de 2017.

Figuras 27 – Audiência pública sobre os territórios pesqueiros



27a (Da esquerda para a direita) – Mesa-debate da audiência. Fonte: Foto do autor, dez. 2017.

27b – Exibição do filme construída para apresentação dos territórios pesqueiros. Fonte: <<https://www.facebook.com/pg/nucleodecomunicacaocaranguejouca/photos>>. Acesso em: 18 nov. 2019.

A mesa da audiência foi composta por: Dona Edileuza (Leu), representante dos pescadores e pescadoras (Brasília Teimosa); Vilalba Soares, bióloga, representante do MPPE;

<sup>175</sup> A Carta pode ser consultada na íntegra no endereço digital a seguir: <<http://cppnenordeste.blogspot.com/2017/10/carta-do-encontro-dos-pescadores-e.html>>. Acesso em: 18 nov. 2019.

Ana Magalhães (gerente para Igualdade de Gênero da PCR); Maurício Guerra (Secretaria do Meio Ambiente); Eduardo Henrique (Supervisor de saúde do trabalho, da Secretaria Municipal de Saúde); e Severino Antônio dos Santos (Comissão Pastoral dos Pescadores – CPP)<sup>176</sup>.

Dentre a amplitude de questões debatidas, algumas merecem destaque pela aproximação com a temática aqui debatida. Primeiro, a inquietude dos pescadores e pescadoras com o aumento da poluição e a ampliação dos impedimentos para realizar a pesca. Sobre os problemas com a poluição, foram denunciados os dejetos lançados de forma indiscriminada por hospitais, fábricas e grandes condomínios locais. Igualmente, alertaram sobre os impactos que estão sendo sentidos com a expansão de grandes obras de infraestrutura, como o projeto de navegabilidade e dragagem do rio, que estariam criando buracos no rio e destruindo os espaços consagrados para a pesca do sururu, marisco e peixes diversos. Também foram denunciados outros conflitos que estão impedindo os pescadores de acessar seus territórios pesqueiros: o desmate das áreas de manguezais; a expansão de barracos e projetos imobiliários na margem dos rios, etc.

Uma segunda questão corresponde ao debate sobre o território: questionaram os planos de “urbanização” e requalificação usualmente propostos que, de acordo com moradores de bairros distintos, não respeitam as especificidades locais e restringem as intervenções apenas à questão da habitação, sem maiores preocupações com o ambiente (da moradia e trabalho) e/ou a qualidade de vida. Como colocou um dos representantes da Ilha de Deus, faltam aos projetos de “urbanização” considerar a cidade do Recife como uma “metrópole tradicional pesqueira”, cuja “verdadeira identidade” se exprime “a partir das águas”. Como destacou Dona Edileuza, representante dos pescadores e pescadoras na mesa de debate:

“O rio Capibaribe ele não pode se acabar. O rio Capibaribe é vida! É nossa vida! Quantas pessoa, quantos pais de família, num *veve* do rio Capibaribe? Eu mesmo né, que saio de casa todo dia de duas, de três pra trabalhar, pra pescar e fico muito triste porque o rio tá cada vez mais se acabando, porque é muito lixo, é muita sujeira, é muita poluição e tem que acabar isso com esse rio porque esse rio é a vida da gente. O rio Capibaribe ele não pode se acabar” (Edileuza [Dona Leu], 61 anos, Brasília Teimosa.

Muitos apresentaram seus questionamentos e demandas a partir da mobilização de uma identidade de pescador/pescadora como expressão de suas territorialidades, apreendidas a partir de histórias familiares e ligações históricas com a maré. Conforme destacou uma pescadora de sururu de Brasília Teimosa, o interesse do movimento era de, a partir do reconhecimento dos territórios pesqueiros, retirar as pessoas (que trabalham na pesca e/ou moram nos assentamentos

---

<sup>176</sup> O vídeo da audiência pode ser visto no endereço digital da Câmara Municipal do Recife: <<http://www.recife.pe.leg.br/tv-camara/videos-gravados-2017/audiencias-publicas/audiencia-publica-para-discutir-sobre-a-situacao-da-regulamentacao-dos-territorios-pesqueiros-na-cidade-do-recife--realizado-no-dia-13-12-2017>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

autoconstruídos) da invisibilidade e permitir uma resistência aos projetos de transformação em curso. Conforme suas palavras, “*Nós queremos ser visto... Olhe pra mim que nós estamos aqui, como pescador, como cidadão*”.

Ao mobilizar suas identidades pesqueiras, indicavam as invasões e os conflitos que estão ameaçando suas territorialidades (os locais de moradia *em terra*, os espaços de acesso às águas e os territórios dentro dos rios e do mar): as “maquiagens ambientais” desenvolvidas por órgãos estatais, mas também por pessoas dentro do bairro que tentam capitalizar seus modos de vida; a expansão da especulação imobiliária para as beiras de rios, cobiçadas por empreendimentos imobiliários; a sucessão de ações imobiliárias que fazem o Recife perder seus horizontes e suas vistas para o mar; a persistência na negação do processo histórico das comunidades e das identidades pesqueiras, etc.

-----

### 4.3 As paisagens cotidianas como recurso político

Em abril de 2018, foi realizada a gravação do *Jornal da Maré*<sup>177</sup>, programa filmado no anfiteatro localizado na sede da Ação Comunitária Caranguejo Uçá (ACCU), grupo atuante na Ilha de Deus (Recife-PE). O cenário dessa atividade revelou-se de forma bastante particular. De início, destacam-se os desenhos grafitados nas paredes do local com a representação de três questões identitárias frequentemente reforçadas pela comunidade: a) representações do mangue com a justaposição entre os elementos da fauna e flora local; b) a ponte Vitória das Mulheres, estrutura que dá acesso viário à Ilha, demanda política histórica da comunidade, articulada com a representação de um pescador jogando as redes de pesca no rio, uma criança tomando banho na *maré* e as mãos de um morador(a) catando o *sururu* (marisco abundante no ambiente local); c) por fim, na terceira parede, a representação de três moradores históricos da comunidade (Zé Porquinho, Dona Ceça e Mãe Bel)<sup>178</sup>.

---

<sup>177</sup> O *Jornal da Maré* corresponde a um programa exibido na TV Universitária do Recife, gravado na Ilha de Deus e com realização da Ação Comunitária Caranguejo Uçá. Conforme a descrição desse grupo, o jornal corresponde a uma “ferramenta em formato audiovisual para a efetivação de Direitos garantidos à Sociedade, porém muitas vezes não praticados no dia a dia”. Igualmente, descrevem o programa como um produto que objetiva “[...] discutir os desejos, anseios e conquistas da sociedade à partir das diversas temáticas relativas aos valores dos povos e os respectivos territórios tradicionais, as pertinentes formas de organização coletiva, formação política e educação popular”. Para maiores informações: <<https://caranguejouca.blogspot.com/search?q=jornal+da+mar%C3%A9>>. Acesso em: 07 dez. 2019.

<sup>178</sup> Importante destacar que, até fevereiro de 2018, as paredes da sede da ACCU apresentavam outros desenhos, destacando-se a existência de uma representação das palafitas – habitações sobre as águas que fazem parte da história local – articulada a uma imagem do geógrafo Josué de Castro, que atribuiu amplo destaque ao estudo desses bairros populares existentes no estuário recifense.

Além das pinturas do anfiteatro, o cenário também estava decorado com três placas de madeiras que apresentavam o nome do programa e revelam um cuidado estético que comunica alguns aspectos identitários dos envolvidos com o programa: as madeiras utilizadas, conforme confessou o responsável pela cenografia do programa, foram colhidas no mangue próximo à Ilha, a partir da seleção intencional de madeiras semelhantes às utilizadas para fazer o fogo que queima o sururu, método amplamente utilizado na comunidade (Figura 28).

Figura 28 – Jornal da Maré, Ilha de Deus



Cenário do *Jornal da Maré*, sede da Ação Comunitária Caranguejo Uçá. Fonte: Foto do autor, abril de 2018.

Por fim, o programa ainda contou com a presença do grupo musical Casas Populares da BR-232, banda composta por mulheres e que se apresenta com músicas que compõem a cultura popular nordestina (coco, ciranda, afoxé, samba e outras expressões ligadas à matriz africana e indígena). O grupo começou suas apresentações com a música “Quero nadar”, composição que destaca: “*Que me importa a beleza das matas, se homem branco não deixa eu entrar? Que me importa a beleza das águas, se homem sério não deixa eu entrar? Quero nadar, quero nadar...*”<sup>179</sup>. Além do grupo musical, o programa ainda teve a participação de convidados que debateram a habitação popular e a presença de moradores na organização das atividades e na formação da plateia do programa.

É possível que a expressão “que me importa a beleza das águas”, articulada à afirmação de querer entrar e nadar nessas águas intencione destacar outras questões além da paisagem. Fala-se do uso lúdico que não substantiva a paisagem, o que pode, em primeira análise, indicar que a paisagem talvez não interesse a alguns grupos aqui considerados. Porém, a complexidade das leituras do espaço habitado realizadas nas vivências práticas, simbólicas e cotidianas desse lugar, indica-nos a existência de uma paisagem que se recorta no olhar e nas práticas territoriais.

<sup>179</sup> Quero Nadar (Casas Populares da BR232): <[https://www.youtube.com/watch?v=IRsA-7eqV\\_M](https://www.youtube.com/watch?v=IRsA-7eqV_M)>. Acesso em: 07 dez. 2019.

Como destaca Besse (2014a, p. 47-48), a paisagem é, antes de tudo, vivenciada e depois, talvez, falada, com a palavra buscando prolongar a vida que faz dessa paisagem uma experiência. A paisagem existe como uma experiência no *estar no mundo*, em momento e lugar determinados.

A ACCU, grupo organizador do Jornal da Maré, corresponde a uma ação comunitária atuante na Ilha de Deus, com atuações na área da educação, da cultura, da comunicação e do meio ambiente<sup>180</sup>. Formada em 2002 por moradores locais e de bairros vizinhos, corresponde a um dos grupos que se articularam para realizar o Encontro dos Pescadores(as) (setembro de 2017) e para demandar a realização da audiência pela regularização dos territórios pesqueiros do Recife<sup>181</sup>. Conforme destacou o representante do Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP), a audiência foi fruto de uma articulação de mais de três anos, iniciada a partir de uma atividade realizada em 2015 através da articulação entre a Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), CPP e ACCU. A ideia inicial do evento era pensar estratégias para ampliar as formas de participação das comunidades do Recife na construção de políticas voltadas para pesca, no nível estadual e nacional<sup>182</sup>.

Para esses grupos, com a proposição da Audiência buscavam debater questões relativas ao território sem restringi-las à habitação, pensando também sobre o ambiente e as condições de trabalho. A partir da abordagem de uma territorialidade que se expande entre os lugares de suas moradias (em terra) e os locais de trabalho (na maré), demandam a garantia do acesso dos habitantes aos seus territórios, a permanência em suas comunidades e o respeito às suas práticas. De acordo com a fala do representante da CPP na Audiência:

Hoje, ao contrário do que se pensa, a Ilha [de Deus] tá bonita, mas a forma de produção dos pescadores na Ilha de Deus continua a mesma de dez anos atrás, quando começou o programa de urbanização da Ilha. E olha que a Ilha tem uma comunidade articulada, voltada à luta pelos seus direitos. E a gente chegou em comunidades no Recife que há cinco anos atrás se encontravam muitos pescadores e muitos deles migraram para outras atividades pois não tem mais condição de trabalhar. A gente teve na comunidade do Coque, numa rua conhecida como rua do sururu e a gente encontrou poucos pescadores, porque a maior parte deles estão fazendo outras atividades porque não tem condições mais de trabalhar por causa do risco de poluição do rio. [...] outra questão que, com a dragagem que foi feita *pra* o Pernambuco... pra o Capibaribe navegável fizeram buracos no rio tá, e esses buracos levaram bancos de sururu. E onde os pescadores conseguiam navegar com tranquilidade, assoreou (Severino Antônio, representante do Conselho Pastoral de Pescadores, na Audiência sobre os Territórios Pesqueiros. Recife, 13 de dezembro de 2017).

<sup>180</sup> Outras informações: <<http://caranguejouca.blogspot.com/>>; <<https://www.facebook.com/nucleodecomunica caocaranguejouca/>>. Acesso em: 07 dez. 2019.

<sup>181</sup> Em parceria com o Conselho Pastoral dos Pescadores, a Fundação Joaquim Nabuco e a Fase-Pernambuco, esse grupo construiu um filme para ser exibido na audiência pública, como estratégia de apresentação dos “territórios pesqueiros da cidade do Recife”. Trata-se do filme “Encontro de Pescadores e Pescadoras do Recife” (Caranguejo Uçá, 2019, 27’): <<https://www.youtube.com/watch?v=803iorjuYyk>>. Acesso em: 15 jan. 2020.

<sup>182</sup> Questões apresentadas durante a audiência na Câmara de Vereadores, realizada em dezembro de 2017.

Essa articulação em torno dos territórios pesqueiros demonstra o momento político do Brasil posterior à Constituição de 1988, cuja proteção das minorias é defendida como estratégia de reconhecimento da pluralidade da(s) identidade(s) nacional(is), observando-se a emergência de políticas de ação afirmativa articuladas com demandas territoriais e de reconhecimento de identidades (RIBEIRO, 2013; MOTA, 2014). Nesse contexto, ocorre a multiplicação de casos em que grupos buscam o reconhecimento de suas práticas sociais, a partir de entradas jurídicas diversas e que podem fortalecer suas identidades e criar visibilidades.

Se essa demanda se faz pela categoria dos Territórios Pesqueiros, as paisagens dessas comunidades também ganham destaque com a proposição de atividades turísticas dentro dessas comunidades, no momento de intensificação do processo turístico (na escala local, nacional e internacional). Trata-se do caso da Ilha de Deus, a partir de um conjunto de propostas de turismo comunitário desenvolvidas pela ONG Saber Viver. Esse grupo foi fundado em 1983 pelo Frei Beda (padre alemão) e Dona Beró (uma das moradoras mais antigas da comunidade), posterior à uma grande mortandade de peixes ocasionada pelos lançamentos de dejetos industriais nos rios que circundam a comunidade, em 1983. A ONG foi formalizada em 1994, como Centro Educacional Popular Saber Viver, apresentando a missão de “contribuir para a qualidade de vida da comunidade da Ilha de Deus e seu entorno”, através da proposição de ações que buscam capacitar e sensibilizar os moradores para “limpeza dos rios e o reflorestamento do manguezal da Ilha de Deus”<sup>183</sup>.

Apesar de diferenças na atuação desses dois grupos, consideramos que ambos buscam a partir de estratégias particulares – de um lado, a mobilização pela regularização dos territórios pesqueiros (reconhecimento de um grupo social tradicional); do outro, a construção de ações de turismo de base comunitária (capitalização dos modos de vida) – transformar os imaginários negativos sobre o lugar onde vivem, fortalecer as identidades com as quais se identificam e se sentem vinculados ao território e valorizar seus quadros de vida.

A ONG Saber Viver foi a proponente do passeio de catamarã para a Ilha, realizado em parceria com a *Catamaran Tours* e construída a partir de uma atividade de extensão realizada com professores e alunos de turismo de uma universidade local. Como indicado pelo professor responsável pela condução da disciplina que apresentou o “produto” de turismo comunitário, a atividade foi pensada a partir da sua experiência de “turismo em periferia” realizada na favela da Rocinha (Rio de Janeiro). Conforme seu relato:

---

<sup>183</sup> Informações obtidas através de entrevistas, realizadas em março de 2018 e nas páginas oficiais do Centro Social: <<http://www.centrosaberviver.org.br/>>; <<https://www.facebook.com/saberviverilhadedeus/>>. Acesso em: 20 nov. 2017.



“[...] quando eu voltei *pra* cá, *pra* Recife, eu disse: não, eu quero, a intenção era adotar alguma localidade aqui no Recife que tivesse potencial *pra* isso [turismo de base comunitária], mas que não tivesse um produto estruturado. E aí inicialmente esse trabalho ia ser um trabalho de extensão pela faculdade que eu trabalhava, *pra* envolver os alunos [...] e aí eu já vinha trabalhando esse tema em sala de aula e formatei um projeto de extensão. Inicialmente esse trabalho ia ser no Ibura porque era muito parecido com a lógica da Rocinha [...] Mas conversando com um amigo meu que era policial militar e já desenvolve um trabalho social na Ilha de Deus tem um tempo, que é um trabalho social voltado *pra* criança [...] e ele me falou da Ilha: ‘Esse trabalho que tu quer fazer, esse projeto, cai muito bem lá na Ilha de Deus’. Eu fiz, a lembrança que eu tinha da Ilha de Deus era outra. Eu disse: ‘não cara, tu é louco! Não tem como’. Porque assim, como é que eu vou chegar lá numa comunidade daquelas falando de turismo se questões básicas eles não tem? Moradia, educação, alimentação, saúde. Eu não sabia que a Ilha tinha passado por esse processo de urbanização. [...] Ele me levou lá em janeiro de 2015 e foi um choque né, ver a comunidade daquele jeito, aquela ponte daquele jeito lá, *pra* quem tinha visto o que eu vi... E aí eu fiquei chocado, conheci lá a ONG que tem 30 anos, a Saber Viver, conheci a comunidade toda, andei pela comunidade, fiquei encantado, me apaixonei e falei ‘o projeto vai ser aqui!’ [...] aí foi quando eu envolvi os meus alunos nesse projeto, a gente se engajou, minhas aulas foram todas transferidas para lá, a noite, dentro da comunidade. Então a gente fazia as aulas juntamente com a comunidade, era uma aula aberta. Teve dia da aula ter de ser a céu aberto, porque tinham 80 pessoas da comunidade mais os meus alunos *pra* falar de turismo ali, de planejamento turístico. Então foi um processo de construção que obedeceu a esse princípio de participação... então foi o ano de 2015 inteiro a gente discutindo, capacitando, formando as pessoas lá, até sair os produtos. Todos os produtos que rolam lá hoje, inclusive o catamarã, foram trabalhos de alunos [...] junto com os moradores locais, e são projetos que saíram do papel” (Entrevista com o professor João Paulo, colaborador da ONG Saber Viver, realizada em março de 2018).

Ademais, como destacou uma funcionária da Gerência de Marketing e Comunicação da *Catamaran Tours*, o passeio só foi possível a partir das ações sociais desenvolvidas pela ONG na Ilha de Deus e pelas atividades realizadas com os estudantes e professores sobre as atividades de turismo. Segundo a funcionária, as ações permitiram uma “reconstrução” (imagética e social) da comunidade, permitindo a realização da atividade “turística” e “social” para observar “uma realidade que foi modificada e que a cada dia é mais modificada”. Assim, o principal objetivo dos projetos turísticos seria a observação das mudanças na “vida dos ilhéus”<sup>184</sup>.

As mudanças em questão correspondem ao processo de “urbanização” realizado na Ilha de Deus. Conforme relatos históricos, essa comunidade teria começado a se formar na década de 1920, a partir de um conjunto de habitações flutuantes em ambiente de manguezais. Durante décadas, a comunidade ficou conhecida como *Ilha sem Deus*. Na década de 2000 a comunidade passou por um profundo processo de requalificação, a partir de uma promessa de campanha do então candidato a governador do Estado de Pernambuco, Eduardo Campos. Depois de eleito, em 2007, o governador realizou a primeira atividade do seu mandato na Ilha, para dar início a um conjunto de ações: a transformação da Ilha de Deus em ZEIS e a construção das primeiras

<sup>184</sup> Questões apresentadas em entrevista, realizada em 15 de março de 2018, com C. H., da Gerência de Marketing e Comunicação da *Catamaran Tours*.

residências em 2007; a construção da ponte que liga a Ilha ao continente, em 2009; um conjunto de outras obras pontuais, em momentos posteriores.

Ao comentar sobre esse processo de transformação, um dos guias do passeio turístico de catamarã e morador do local iniciou a atividade realizada em fevereiro de 2017 comentando que:

“Estamos na Ilha de Deus, ex-Ilha Sem Deus. Antes era violento, hoje não. Antes era inacessível, não tinha luz, água encanada, ponte... só tinha palafita e por isso era fácil *pra* os bandidos de outras comunidades se esconderem aqui dentro. Hoje é tudo urbanizado. Em 2006 Eduardo Campos fez a promessa na campanha. Em 2007 começou a mudança. A primeira coisa que ele fez foi a ponte de concreto, depois muros de contenção para conter a maré, calçamento, casas... hoje é tudo urbanizado. [...] Hoje é uma ilha urbanizada. A maré entrava, inundava tudo, hoje não. O muro de arrimo foi muito importante” (F., guia de turismo local, Ilha de Deus, fevereiro de 2017).

A Ilha está realmente diferente, sendo essa transformação (morfológica e imagética) o principal recurso político mobilizado em diversas ações atualmente realizadas na comunidade. A partir de 2007 a comunidade foi totalmente refeita, tanto morfológica quanto simbolicamente: da Ilha sem Deus à Ilha de Deus; antes era formada por palafitas, hoje por residências no estilo de habitacionais (pequenos prédios), já ampliadas a partir de algumas modificações realizadas por moradores (a construção dos “puxadinhos”, de algumas varandas, terraços e o revestimento de algumas residências com porcelanatos, etc.); antes era associada à pobreza, violência e ao isolamento geográfico, sendo agora vinculada ao trabalho comunitário e à superação social; se outrora estava submetida aos avanços da maré, as obras de urbanização levantaram a comunidade “acima” das variações da maré; o muro de arrimo delimitou uma área fixa à comunidade e criou uma borda de separação entre a comunidade e o rio, muito embora as cascas de mariscos continuem se amontoando além do dique que delimitou o perímetro da Ilha.

Figuras 29 – Da *Ilha sem Deus* à *Ilha de Deus*



29a (Da esquerda para a direita) – Ilha de Deus, antes da urbanização. Foto do acervo do Museu Frei Beda, sem data. Fonte: <<https://www.facebook.com/pg/saberviverilhadedeus/photos/>>. Acesso em: 19 fev. 2020.

29b – Ilha de Deus posterior à urbanização, sem data. Fonte: <<https://www.facebook.com/pg/saberviverilhadedeus/photos/>>. Acesso em: 19 fev. 2020.

Nesse sentido, a articulação entre a ONG Saber Viver e a *Catamaran Tours* construiu a visita guiada à Ilha a partir do discurso de superação social, de uma observação paisagística que testemunha o percurso territorial da comunidade. Como avisou um guia turístico local (morador da Ilha de Deus e contratado pela ONG Saber Viver), a visita se inspira nas ações de turismo realizadas nas favelas do Rio de Janeiro, buscando promover uma “visita de intercâmbio em uma comunidade”<sup>185</sup>. O apelo nas transformações morfológicas da Ilha, sem esquecer o passado de pobreza da comunidade, conectada com a mobilização da “beleza da paisagem” onde a Ilha está inserida, revela-se como uma das tônicas que conduz a visita guiada. Em entrevista realizada na *Catamaran Tours* em março de 2018, a gerente de marketing da empresa e uma guia que conduz os grupos nos passeios realizados para a Ilha comentaram a forma como as particularidades visuais são utilizadas para comunicar o processo de superação social da comunidade:

C.H. (gerente): “É um roteiro lindo, é um roteiro que o visual é lindo, você passa por aquelas duas pontes ali que não me lembro o nome delas [Ponte Governador Paulo Guerra, conhecida como ponte do Pina] que são pontes que a gente não passa em outros passeios... Então assim, você vai passar por essas pontes, são lindas, e também você já olha aquela questão das palafitas, logo ali você já observa aquela realidade”.

L. (guia turística): “Era aquilo [as palafitas] que era a Ilha de Deus, entendeu? Era chocante pois as pessoas... *pra* você chegar lá na Ilha de Deus você tinha que pedir autorização e hoje não. Tu chega lá e tu vai visitar, tu vai ser um turista, não tem problema nenhum. E *tá* tudo muito lindo”.

Todo o roteiro é basicamente construído para mostrar as histórias de superação dos habitantes locais, a partir da mobilização de histórias e aspectos cotidianos que testemunham as mudanças morfológicas e simbólicas que passou a comunidade na transição da *Ilha sem Deus* até *Ilha de Deus*. Durante a atividade, lembra-se constantemente que a Ilha de Deus corresponde a uma “comunidade” que superou o passado de violência e hoje tem “cultura”. Nos dois passeios realizados, foi reforçado a não-violência da comunidade. Na primeira ida (fevereiro de 2017), a guia falou que “a comunidade da Ilha de Deus nos abraça, estamos há dois anos sem nenhum índice de violência”. A informação, repetida durante a segunda atividade (dezembro de 2017), permite-nos considerar que os organizadores acreditam que os turistas (locais ou de fora) devem ir para a atividade com certo medo do local (ou dos estereótipos vinculados aos espaços de “comunidade”) e buscam logo acalmar as pessoas, sendo o turismo o meio escolhido como recurso capaz de mudar as imagens e os imaginários do lugar. Conforme relatado pelo professor João Paulo:

---

<sup>185</sup> Questões apresentadas no passeio de catamarã realizado em fevereiro de 2017.

“A gente lançou o produto em outubro de 2016, oficialmente, no mercado. A gente sempre teve uma preocupação que é..., o modelo de turismo que a gente *tava* formatando ali, era um modelo diferente dessa lógica convencional do mercado turístico. A gente não queria massificar o produto, a intenção não era essa. A intenção era que o turismo fosse um meio para valorizar o território, de geração de renda complementar aos moradores locais, que mudasse o estereótipo da comunidade... [...] Tudo isso nasceu do projeto de extensão. Na época, a Saber Viver não tinha essa visão de que o turismo podia ser uma boa alternativa *pra* eles. No máximo eles tinham a intenção de fazer um restaurante lá” (Entrevista com o professor João Paulo, colaborador da ONG Saber Viver, realizada em março de 2018).

Reforçando tal percepção, um dos “padrinhos” da Ilha, Seu Rabelo, recepcionou o grupo visitante no primeiro passeio realizado. Na ocasião, ele foi apresentado pelo guia local como um “advogado e professor universitário, que se apaixonou pela ilha”. Na sua fala, Seu Rabelo destacou que:

“A Ilha tem barco, pesca, dança e cultura. Quem quiser vir durante o dia tenho aqui mapa e artigos para informar. É seguro visitar a comunidade. Uma pessoa maldosa escreveu nas redes sociais que a Ilha era perigosa, era igual à Rocinha. Se é igual à Rocinha, então a Rocinha é o paraíso! Porque aqui é o paraíso. Então é mentira isso que ele falou. Eu escrevi um artigo no jornal para desmentir isso. Podem vir. [...] Quem quiser visitar e trazer pessoas dia de semana, pode ligar para encomendar mariscada, pega nosso telefone na internet. Basta dizer quantas pessoas, só não pode grupo grande, mas 4 a 5 pessoas é o ideal. A mariscada sai por R\$ 25,00. Venham fazer turismo comunitário. Aqui as crianças já nascem nadando e pescando, a comunidade é pequena, umas 2.000 famílias, eu amo este lugar” (Seu Rabelo, Ilha de Deus, fevereiro de 2017).

Essas observações positivas sobre as transformações morfológicas dos bairros populares também podem ser observadas nas falas de moradores de outras localidades, como o caso de moradores do Coque (na Ilha de Joana Bezerra). Quando falam do Coque contemporâneo, nas obras de “urbanização” e modernização – que envolvem obras de pavimentação, saneamento, criação de espaços de lazer, etc. – sempre direcionam para a questão da paisagem, sobre uma estética “mais bonita” da comunidade ou melhorias da qualidade de vida que passa por variáveis paisagísticas. Algumas falas podem ser destacadas:

“O Coque hoje em dia *tá* bonito, pra vista do que era antigamente, um matagal. Hoje em dia a beleza a gente vê, porque aqui *tá* um cartão postal de pobre. Mas mudou, *pra* vista que era. Hoje em dia *tá* bonito mesmo, aí tem tanto lugar mais feioso do que aqui. Boa Viagem tem tanta boniteza, talvez aqui seja até mais bonito, de pobre, mas talvez seja até mais bonito do que Boa Viagem. *Tá* bem arrumadinho, tem academia, quadra de jogo, coisa que não tinha antigamente. O campo iluminado, as pistas... *Tá* um Coque bem modificado pra melhor, nesse sentido de paisagem *tá* bonito. (L., 63 anos, moradora do Coque desde a infância. Entrevista realizada em maio de 2018).

“[...] a comunidade foi crescendo e hoje agora ela *tá* avançando pra dentro do rio. Hoje aqui... isso aqui tudo era maré [...] por conta dos, da população crescendo na beira rio, foi invadindo, invadindo... Se você for lá trás você vai ver. Antigamente tudo era maré, foi tudo aterrado, aquela terra dali. [...] Não tinha esse negócio de calçamento não. Você andava sobre *tauba*, era a viela, uns correio de quarto, porque tudo era maré. Era complicado, era feio. Hoje *tá* melhor, *tá* bonito. A maré quando enchia, essa maré aí ela era, era rasa, e na época que chovia muito *num* tinha lugar *pra*

ela escoar, ela ficava o que? Cheia! Na época de 75, 78, 80, aí era cheia” (J., 45 anos, morador do Coque desde o nascimento. Entrevista realizada em março de 2018).

Apesar das mudanças morfológicas e “urbanísticas” da Ilha de Deus, a paisagem não é mobilizada durante o passeio para mostrar o renovado visual “de dentro” da comunidade. No passeio realizado em fevereiro de 2017, por exemplo, a guia destacou que a “comunidade” recebe os turistas de “braços abertos”, desde que respeitadas a privacidade dos moradores locais. Para tal, ela solicitou que “não tirem fotos das pessoas que estão em seus trabalhos cotidianos fora do percurso [...] Da paisagem podem tirar fotos à vontade”.

Assim, a mobilização paisagística se faz “para fora”, buscando destacar os panoramas paisagísticos particulares vistos a partir da comunidade. Fala-se de paisagem para destacar os pontos de vista espetaculares observados a partir das bordas da Ilha: a observação dos rios, do shopping RioMar e dos prédios que se expandem por Boa Viagem, junto com a complexa rede de manguezais, canais e viveiros de camarões. É possível que essa seja a razão do passeio se concentrar quase totalmente nas bordas. Para dentro, fala-se de comunidade, de bairro histórico, de uma territorialidade incluída nessa paisagem espetacular.

Figuras 30 – Bordas da Ilha de Deus



30a (De cima para baixo, da esquerda para a direita) – Cais de desembarque da Ilha de Deus. Ao fundo, a zona sul do Recife e o Shopping RioMar (esquerda da imagem). Fonte: Foto do autor, dez. 2017.

30b – Rua lateral da Ilha de Deus, onde foi plantada a muda do manguezal. Fonte: Foto do autor, fev. 2017.

30c – Rua lateral da Ilha de Deus. Ao fundo se observa o Shopping RioMar e seus empresariais. Fonte: Foto do autor, fev. 2017.

30d – Parque infantil do “Espaço Vivo”. Fonte: Foto do autor, dez. 2017.

Igualmente, é possível observar um tipo de “domesticação” das bordas da ilha, a partir da construção de parques e jardins recentes (parques do “Espaço Vivo”, patrocinados pela companhia telefônica homônima), além da construção do cais/anfiteatro por onde se chega pelo catamarã. Com exceção do cais/anfiteatro, frequentemente usado pelos moradores, durante as visitas avulsas à Ilha (sem estar vinculadas ao passeio de catamarã) observamos que os parques são raramente utilizados pelos moradores locais, parecendo uma intervenção “de fora para dentro”: um paisagismo para amenizar a visão de quem chega, muito mais do que um espaço público de lazer para os moradores, e que contribui para transformar a borda da *maré* (zona de contato e convivência) em *cais* (zona de fruição estética).

O lado imagético, estético e panorâmico da paisagem exerce destacada influência da construção do passeio de catamarã. Mais que a capitalização dos modos de vida e consumo estético das paisagens onde essa “comunidade” está inserida, os passeios se apoiam nos grandes aspectos cênicos, justapostos às particularidades ‘menores’ dos atos cotidianos para justificar a possibilidade de inclusão da Ilha, e suas territorialidades, nas retóricas paisagísticas da cidade.

Junto às transformações morfológicas destacadas, no percurso do catamarã mobiliza-se uma retórica da paisagem que funciona, antes de tudo, como uma estratégia para (re)construir os imaginários sobre a Ilha e permitir o acesso ao *novo* território “tradicional” da comunidade, transformando suas particularidades em atrativo aos turistas. Já que o passeio é divulgado como uma atividade de visita ao *Recife autêntico*, representativo de uma ocupação harmônica entre as relações da sociedade com a natureza, percebe-se a mobilização de alguns discursos, visões e recortes paisagísticos que seriam representativos dessa convivência entre a cidade, o seu sítio físico e sua biodiversidade.

Assim, articula-se a retórica da “superação social” com a mobilização de expressões territoriais e paisagísticas particulares de um Recife “autêntico” e “ambiental”. A visita guiada apresenta, da publicidade ao discurso dos guias, a retórica de ser uma ação de turismo social e comunitário que se apoia na observação paisagística e convivência com o meio ambiente para estimular uma ação com caráter “social”. A apresentação dessas abordagens do roteiro turístico foi exposta antes da chegada à Ilha de Deus, a partir de uma “antecipação da experiência” que se constitui no diálogo com as imagens veiculadas nas reportagens e divulgações publicitárias da atividade, que contribuem para criar uma “moldura interpretativa e comportamental para o turista” (FREIRE-MEDEIROS, 2019, p. 20).

Como destacado pelo coordenador da ONG Saber Viver, essa “moldura interpretativa e comportamental” exerce influência direta no tipo de atividade que os grupos de turismo buscam realizar na comunidade. Conforme seu relato:

“Nós fechamos agora com um grupo de 40 pessoas que vem do Amazonas, que vem *pra cá pra* conhecer o Mangue Beat. Eu fiquei surpreso. Pensei assim: essas mulheres vão chegar aqui e querer uma ciranda, né?! Não. Ela quer Mangue Beat, ela quer ir *pra maior* reserva de mangue em área urbana do Brasil, que ainda é aqui. Até que a especulação imobiliária acabe, ela ainda é aqui. Elas querem conhecer a história do mangue, a história das pessoas do mangue, como é que essas pessoas vivem do mangue e tal” (Edy Rocha, Coordenador da Saber Viver. Entrevista realizada em março de 2018).

O Mangue Beat corresponde ao movimento cultural surgido no Recife na década de 1990, a partir das bandas Chico Science & Nação Zumbi e Mundo Livre S/A. Mesclando ritmos e expressões culturais locais (maracatu, ciranda, etc.) com a música global (música eletrônica, rock), suas músicas atribuíram grande destaque ao mangue como importante caráter identitário da cidade, lançando a ideia do Recife como a *Manguetown* (BARBOSA, 2012). Essa ligação entre as expressões do Mangue Beat e a Ilha de Deus também são exploradas, por exemplo, nas atividades realizadas no percurso entre a sede da empresa que organiza a atividade e a chegada à Ilha, quando há a seleção de músicas de Chico Science & Nação Zumbi que reverenciam um Recife conectado às dinâmicas da cidade-estuário.

Junto à antecipação da experiência proporcionada pelo apoio no Mangue Beat, também são realizados relatos sobre o passado da comunidade, caracterizado pela violência e fome, mas que encontrou a superação na relação *harmônica com a natureza*. A partir de uma associação estabelecida entre os pescadores(as) e catadores(as) de sururu vistos no percurso pelo rio com os moradores da Ilha de Deus, o local é apresentado como uma comunidade de pescadores a partir da seleção de discursos e imagens que são mobilizados e, com o avançar da atividade, tornam-se realidade ao serem experienciados *in loco* pelos turistas.

Na chegada à Ilha, a recepção se faz partir de alguns “rituais de apresentação” onde os moradores apresentam expressões culturais mais clássicas e pitorescas que encenam uma “autenticidade” que acreditam ser de interesse dos turistas (FREIRE-MEDEIROS, 2019, p. 62-63). A primeira fala acontece no anfiteatro/cais onde ocorre o desembarque, que permite uma observação panorâmica *para fora* da Ilha, prontamente apontada por um dos guias como uma “paisagem maravilhosa”. Ao mesmo tempo, o grupo é direcionado para acompanhar a recepção organizada por alguns moradores, com a apresentação de expressões culturais tradicionais de Pernambuco: um grupo de crianças e adolescentes passistas de frevo e as falas e cantos de Dona Beró (que apresenta alguns sambas e cocos de roda).

Ao apresentar as ações culturais, são ressaltadas a “validade” de suas expressões: falam que o grupo de crianças já se apresentou na Europa e viajam para lá, sobretudo para a Alemanha, frequentemente; as apresentações são sempre seguidas de uma aula explicativa para ressaltar a ligação entre as expressões culturais e a história (da comunidade e da cidade). Nas danças,

músicas e explicações sobre as atividades sempre são ressaltadas as ligações entre a cultura e a natureza (o mangue), ressaltando as ligações entre a cultura, a história e a construção dos territórios que habitam. Como destacou o coordenador da Saber Viver, “a gente tem de vender o produto que as pessoas querem. Eles querem cultura, frevo, ciranda, maracatu, querem ver o mangue, o rio”<sup>186</sup>.

Posterior à recepção, o passeio se desenvolve buscando destacar as ações cotidianas que expressam a proximidade e “convivência harmônica” da comunidade com o quadro natural. Para tal, apresentam uma retórica paisagística que se aproxima de uma leitura estética centrada na experiência e no engajamento das pessoas em seus territórios (BERLEANT, 2013a, 2013b; BENEDIKTSSON, 2007; SGARD, 2010). São mobilizadas de forma especial duas formas de relações dos moradores locais com o ambiente circundante: i) as ações diretas das pessoas com a paisagem e o território, nas práticas de trabalho e lazer; ii) a expressão de tipos de cuidado e/ou preocupação estético-ambiental com o ambiente dos manguezais.

Um dos valores paisagísticos atribuídos corresponde à apresentação dos rios e mangues como fonte de trabalho (sobrevivência) e lazer, apesar da denúncia sobre o aumento da poluição e dos lixos existentes dentro da maré. Como apresentado na divulgação do passeio, a atividade possibilitaria a observação do “modo de vida de uma das comunidades mais raízes do Recife. A vila de pescadores, com sua convivência com a natureza e a experiência de viver de seus frutos”<sup>187</sup>. São valores paisagísticos construídos em relação aos trabalhos dos pescadores(as), marisqueiras, etc., que, dentro e fora da maré, revelam a consolidação de marcas e matrizes paisagísticas de um modo de vida pesqueiro.

Esses valores são mobilizados a partir do plano prático, dos trabalhos cotidianos, das ações realizadas *na maré* e das marcas que testemunham essas ações de convivência: os viveiros de camarão, a *croá* da maré onde se pode catar o sururu, a apresentação dos territórios nos rios onde se concentram a maior parte dos pescadores, as bases das antigas palafitas, ainda visíveis nas margens do rio, etc. Valorização estética das ações cotidianas construídas em convivência com os rios e com os mangues, a partir da funcionalidade, dos modos de vida e estratégias de subsistência. Como relatado em entrevista com a gerente da *Catamaran Tours* e uma das guias do catamarã:

C.H. (gerente): “É um *tour* riquíssimo, na questão ecológica, na questão de sustentabilidade, é..., de como eles conseguiram se estruturar ali no meio do caos que

<sup>186</sup> Entrevista realizada com Edy Rocha, coordenador da Saber Viver, em março de 2018.

<sup>187</sup> Apresentação das atividades de “turismo criativo” realizadas na Ilha de Deus, pela instituição RECRUA, uma das organizações responsáveis pela construção do passeio de catamarã para a Ilha de Deus. Informações disponíveis em: <<https://turismocriativobrasil.com.br/>>. Acesso em 27 jan. 2020.



eles viviam [...] Aborda a parte ecológica, também a parte sociocultural, que a gente vê a questão da palafita, a questão da falta de... a diferença de você ver as palafitas e os grandes prédios, né?”

L. (guia turística): “[...] [No passeio de catamarã] tem a questão também da, maneira... do modo de vida, de como eles se sustentam, que é com a pesca do marisco e também do camarão, e do sururu [...] o camarão daqui, o viveiro é orgânico. É interessante! São aproximadamente 100 viveiros, 98 viveiros na verdade. Você olhar de cima você vê que são muitos. E é bonito né? Bem bonito mesmo!”

C.H. (gerente): “O primeiro roteiro que a gente fez, na visita técnica, a gente passou pelos viveiros mas aí a gente não pode porque fica muito extenso [...] mas seria ótimo passar por lá para ver essa criação orgânica [...] porque não é um passeio turístico, propriamente turístico. É um passeio de base comunitária mesmo. Quem vai, vai para buscar e aprender sobre o lado ecológico, cultural, econômico. Não é só um passeio que você vai, achou bonito e pronto”<sup>188</sup>.

Para apresentar o *modo de vida* e os *saberes-fazeres* da comunidade, o passeio costuma realizar paradas junto aos trabalhadores e trabalhadoras que realizam nas ruas locais a *catação* do sururu (processo realizado para abrir o crustáceo e retirar sua carne). No primeiro passeio realizado (fevereiro de 2017), além de observar o trabalho real de um pescador cozinhando o sururu, outra parada também envolveu a observação de um ato encenado: uma senhora que reside na comunidade e reproduziu a forma como realiza seu trabalho. A encenação deste ato revela a importância que essas práticas cotidianas oferecem para a comunidade apresentar um estereótipo de si mesmo, colocando suas identidades em cena para estimular o diálogo e criar uma oportunidade ao encontro (LA CECLA, 2002).

Na divulgação da atividade é mencionado que os passageiros poderão “vivenciar as principais atividades produtivas locais, como a pesca do sururu”. Essas atividades produtivas são apresentadas por toda a atividade: na visualização da pesca na Bacia do Pina; no cozimento do sururu observado na entrada da Ilha; a catação simulada logo a seguir. Posterior a observação dessas etapas da produção do pescado é possibilitado aos turistas a experiência gustativa do sururu ao molho de coco e da mariscada no *hostel* local. Produzido com sururu e marisco comprado nos pescadores locais e preparados por uma cozinheira habitante da comunidade, a refeição possibilita uma experiência sensorial que permite uma aproximação com a identidade pesqueira preconizada pelo passeio turístico. Uma experiência gastronômica de um prato local que possibilita aos visitantes participar de uma “zona de tradução” e encontrar novos pontos de apoio que facilitam contatos subsequentes (LA CECLA, 2002).

Conforme destaca Marot (2005, p. 42), experiências sensoriais partilhadas em um lugar particular – a degustação de um prato local, observação de canções populares, participação em uma atividade autóctone especial, etc. – permitem estabelecer laços entre as pessoas, os lugares

---

<sup>188</sup> Questões apresentadas em entrevista, realizada em 15 de março de 2018, com C. H., da Gerência de Marketing e Comunicação da *Catamaran Tours*.

visitados e seus lugares de origem. As experiências sensoriais, articuladas aos espaços pensados para permitir essas experiências e encontros, são os aspectos que dão à uma paisagem seu lado único, que lhes dá seu estilo e que fazem que nós nos lembremos dela com emoção. Igualmente, são ações que proporcionam experiências que ultrapassam o visual e permitem a mobilização de vários sentidos e sentimentos (FREIRE-MEDEIROS, 2019).

Outras experiências estéticas são realizadas de forma participativa, buscando aproximar os sujeitos (turistas) do lugar visitado, a partir das ações que permitem uma interação concreta com a paisagem: a muda do mangue que é plantada durante o passeio sempre é realizado pelos visitantes; o turista tem a oportunidade de ver o processo de tratamento do sururu (os lugares da pesca, de tratamento do pescado e suas formas de cozimento), dentre outros. As mobilizações revelam um engajamento visando não apenas os espaços tradicionalmente codificados em nome da beleza, mas todo o conjunto do mundo sensível e das vivências dos habitantes com seu meio circundante. São preocupações estéticas pragmáticas, que questionam os laços singulares dos habitantes com o ambiente e aproximam a estética das reivindicações dos habitantes em suas vidas diárias (BERLEANT, 2013a, 2013b; SGARD, 2010).

A mobilização dessas experiências sensoriais – as apresentações culturais, a observação dos atos cotidianos de “contato” com o estuário, o replantio simbólico do mangue, a experiência gastronômica, etc. – são a todo momento articulados com o discurso de respeito e proteção à natureza. Como destacado na entrevista com a gerente da *Catamaran Tours*, o momento do replantio do mangue é um dos momentos preferidos e mais esperados pelos visitantes, pois “as pessoas gostam de participar, de plantar o mangue. Elas gostam de se sentir cidadãos”<sup>189</sup>.

São experiências sensoriais que reforçam uma narrativa de cuidado com o ecológico, compreendido como um “patrimônio” (para a cidade e para a comunidade) diretamente ligado à qualidade de vida e à expressão das identidades. A mobilização de noções legitimadoras como *comunidade*, *comunidade tradicional*, já indicam a integração entre a proteção do ambiente com o respeito à tradição: as territorialidades são integradas em um *continuum* com as questões ambientais e a ação dos grupos na cidade.

Como destaca Besse (2014b, p. 251), apoiado nas reflexões de J.B. Jackson, a percepção paisagística que se desenvolve na escala da proximidade e das vivências, contribuem para “personificar a nossa existência (o nosso estar no mundo)”, ao mesmo tempo que “traduz o fato de que somos habitantes do mundo”. Conforme suas palavras:

---

<sup>189</sup> C. H., da Gerência de Marketing e Comunicação da *Catamaran Tours*. Entrevista, realizada em 15 de março de 2018.

A elaboração vernacular da paisagem repousa, com efeito, sobre o costume, ou seja, não sobre um conjunto de princípios absolutos que viriam aplicar do exterior sobre o lugar, mas sobre um conjunto de hábitos, de práticas, de usos continuamente elaborados e ajustados ao contato com o lugar, numa relação de parceria, no curso do que poderíamos chamar uma conversação com o lugar. “Costumes”, “práticas”, “conversação”: estamos aqui no universo de uma racionalidade contextual, em permanente evolução, sem identidade definida a priori (Olwig, 2009) [...] a noção de paisagem vernacular ou de paisagem vivida exprime o fato de que o ser humano é também um habitante do mundo, um ser vivo num ambiente, um habitante da terra e da natureza. Em outros termos tem um chão, e faz parte de um meio ao mesmo tempo material, vivo e simbólico, com o qual mantém constantemente relações materiais, sensíveis, imaginárias, práticas. O vernacular é, de certa maneira, o sinal da presença deste meio, em especial do meio natural, e deste chão. A paisagem vernacular evolui, de acordo com Jackson, em função das nossas tentativas de viver em harmonia com o mundo natural ao redor de nós. E, neste sentido, isso não tem um fim realmente determinado. (BESSE, 2014, p. 251).

Nesse ponto, a mobilização das práticas e saberes-fazeres contribuem para associar o cotidiano local com as dinâmicas ambientais, demonstrando uma mobilização da paisagem como um habitat moldado pelas tarefas cotidianas. Observação da paisagem a partir dos homens que a habitam a partir de uma relação íntima e ecológica com a natureza, a partir das expressões de convivência entre a comunidade e a natureza. São mobilizações paisagísticas moldadas pelas tarefas cotidianas, imbricadas com as maneiras de viver o território e de estar no mundo. Uma associação com a natureza e a paisagem a partir de uma vivência prática, cultural e corpórea, da perspectiva das populações que a produzem e a habitam (CANO SUÑÉN, 2012; MEINING, 2003).

Figuras 31 – Marcas dos trabalhos da maré na paisagem da Ilha de Deus



31a (Da esquerda para a direita) – Pessoas catando o sururu, atividade constante na Ilha de Deus. Fonte: Foto do autor, mar, 2018.

31b – Viveiros de camarão. Ao fundo, o bairro de Boa Viagem. Fonte: Foto do autor, jan, 2018.

Essas mobilizações discursivas e práticas que compartilham uma referência direta aos trabalhadores da maré e para a paisagem construída a partir de seus trabalhos objetivam dar uma representação realista dessas paisagens. Mais que uma vista distanciada e para consumo puramente visual, mobilizam uma paisagem que nasce das relações idiossincráticas expressas

pelos trabalhos *na maré*, cujas formas culturais revelam uma associação entre o trabalho e o meio (DEBARBIEUX, 2007).

São mobilizações através dos territórios pesqueiros que aproximam a leitura geográfica desses grupos da questão destacada por Rogers (2009, p. 21-22) sobre a particularidade do trabalho na apreensão da paisagem. Os trabalhos *na maré* são considerados como saberes-fazer que geram um conhecimento sobre a natureza e que contribuem na construção dos sentidos locais referentes ao ambiente e às paisagens onde trabalham. Observa-se a mobilização de uma intimidade entre os trabalhadores, seus *territórios pesqueiros* e o ambiente estuarino recifense, a partir de narrativas construídas a partir da corporalidade do trabalho. Como destaca Rogers (2009, p. 27-28) ao comentar sobre a experiência com trabalhadores da zona da mata pernambucana (de produção canavieira):

Apesar do poder dos senhores, visível física ou simbolicamente em toda parte, o sentimento daquele trabalhador jovem ainda é importante: a idéia de “cada pessoa no seu lugar” é poderosa. [...] O espaço do engenho é espaço de poder, sim, mas também espaço da vida dos trabalhadores. Muitos dentre eles comentaram que o lugar do seu nascimento foi o mais belo e melhor lugar no mundo. Lembram com satisfação dos banhos no rio, do trabalho na roça, do tempo com família. Essas lembranças formam o outro lado da paisagem dos trabalhadores: a vida não é só sofrimento, exploração e medo. Trabalhadores da zona da mata (como no mundo todo) têm idéias de identidade, de “eu”. Enfatadamente, não são simplesmente elementos da terra, são atores da história. E este ponto demonstra a divergência entre a paisagem deles e a paisagem da elite (ROGERS, 2009, p. 27-28, grifos nosso).

Neste sentido, o passeio de catamarã possibilita uma visita guiada para apresentação de um território que se articula a partir de retóricas paisagísticas que inserem os lugares visitados dentro de um todo coerente e integrado que lhes confere sentido: o “Recife autêntico” que nasce diretamente conectado ao estuário, a partir da construção de seu próprio chão em convivência com o complexo sítio local. A partir de Xavier (2000, p. 117), considera-se que a visita guiada veicula/mobiliza uma imagem ao território para ajudar os turistas a interpretar os significados socioespaciais facilitando a leitura daqueles que visitam o lugar. Nessas visitas, a paisagem (e os atos paisagísticos mobilizados) se transformam em um texto que ajuda o turista a interpretar aquilo que vê e experiencia.

Convém destacar que, posteriormente, essas ações realizadas na Ilha de Deus foram incluídas dentro do “Plano do Turismo Criativo – 2019-2021”, apresentado pela Prefeitura da Cidade do Recife como “um turismo mais inclusivo, inovador e envolvente” que, a partir da economia criativa, busca possibilitar a transformação do turismo como “um importante ativo econômico e social para a cidade, tanto para os seus moradores como para seus visitantes” (RECIFE, 2018, p. 07-12). O Plano também revela o interesse de criar uma política pública de turismo “de forma participativa, com escuta social”, que possibilitem a criação de “iniciativas

espontâneas de turismo, juntamente com as comunidades recifenses sejam incluídas e caminhem juntos” (RECIFE, 2018, p. 07). O documento foi construído a partir do Grupo de Trabalho que reuniu a Secretaria de Turismo, Esportes e Lazer do Recife, a Rede Nacional de Turismo Criativo (RECRITA) – fundada, dentre outros membros, pelo professor João Paulo da Silva, responsável pela elaboração do passeio de catamarã na Ilha de Deus – e o SEBRAE/PE.

Além do cuidado estético-ambiental apresentado durante o passeio de catamarã, também existem na (e para a) comunidade outros projetos que revelam um cuidado e responsabilidade desses grupos na preservação dos mangues e valorização das paisagens locais. Por exemplo, a ONG responsável pela construção do passeio de catamarã tem um outro projeto, realizado com a participação dos moradores locais, que objetiva fazer uma faxina (a pé e de barco) nos rios, mangues e viveiros que cercam a comunidade. Esse projeto, nomeado como “Semear e Colher”, consiste em estimular crianças, adolescentes e adultos a colher e reciclar os lixos encontrados dentro dos rios e mangues, ambientes vistos como locais de subsistência e os responsáveis por garantir a qualidade de vida da comunidade<sup>190</sup>.

Outras ações podem ser citadas: um conjunto de placas espalhadas pela comunidade que pedem para que as pessoas não joguem lixos nos rios e nos mangues; as denúncias sobre as cascas de marisco que se acumulam nas bordas da ilha sem que a Prefeitura do Recife encontre uma solução, dentre outras. Tais ações, se desenvolvidas de forma consciente, podem motivar (os habitantes locais e os eventuais visitantes dos passeios turísticos) a desenvolver uma ligação sustentável e responsável com a natureza, a cidade e suas expressões paisagísticas. São ações que demonstram que, sem a implicação das pessoas, qualquer protocolo ou convenção para tratar da paisagem será ineficaz (CIPRA, 2018).

Igualmente, a convivência/coabitação com o ambiente estuarino também se transforma em um recurso (político e econômico) que agrega valor ao passeio turístico, à comunidade local e ao “território pesqueiro”. O lado ambiental (a vida em conexão com a maré) e suas expressões de convivência, adaptação e improvisação ao sítio estuarino são mobilizados como um guia de leitura e legitimação das atividades. Se antes (ainda hoje) os grupos locais buscavam conviver e adaptar suas vidas ao sítio estuarino a partir do aproveitamento das potencialidades e recursos

---

<sup>190</sup> Informações obtidas através de entrevistas, realizadas em março de 2018 e nas páginas oficiais do Centro Social: <http://www.centrosaberviver.org.br/>; <https://www.facebook.com/saberviverilhadedeus/>. Ademais, importante destacar que, em maio de 2017, esses projetos desenvolvidos na Ilha de Deus foram outra vez apresentados em reportagem da Rede Globo, dessa vez no âmbito nacional: no programa *Estrelas*, quando a atriz recifense Fabiana Karla participou por um dia do projeto “Semear e Colher”, participando com pessoas da comunidade da coleta dos lixos no manguezal. Programa disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/5867371/>. Acesso em 07 nov. 2019.

do meio, hoje esses processos também se transformam em um saber-fazer mobilizado para comunicar a identidade de um grupo, a partir da capitalização dos seus modos de vida.

À sua maneira, esses pequenos atos mobilizados de convivência e adaptação ao estuário podem ser considerados como reveladores de uma certa “atitude estética”, cujos gestos da vida cotidiana passam a ser mobilizados como justificações de um cuidado e uma qualidade estética da existência desses grupos perante olhares múltiplos. São *atividades paisagísticas ordinárias* que revelam o interesse pelo sensível, pela beleza no cotidiano, separando-os do sublime e do pitoresco, e que contribuem para validar as preocupações socioambientais anunciadas a partir de uma estética do cuidado e de proximidade com o meio (SGARD, 2010; BERLEANT, 2013a). Como destacou uma moradora da Ilha de Deus em entrevista:

“Quando eu morava na palafita, eu morava dentro do mangue mesmo. A palafita ainda tá lá, eu vou as vezes, não deixo não. É bonito ficar vendo as coisas lá. Dá *pra* ver os barco passar, as garças, tudo que tem dentro do mangue [...] Eu sou acostumada com aquilo, mas sempre que vejo, me impressiono. Quando eu morava lá, da minha casa dava *pra* ver tudo, do bichinho no mangue até lá em Boa Viagem” (N., 45 anos, moradora da Ilha de Deus desde o nascimento. Entrevista em março de 2018).

Essas percepções paisagísticas cotidianas também expressam um conjunto de medos e desconfiâncias com os efeitos dessa vida em proximidade e convivência com a maré, tal como se expressa a partir do medo constante de enchestes, o aumento da poluição e lixos presentes nos rios e mangues, a violência urbana que se desenvolve na beira dos rios (desova de corpos, fuga de criminosos pelas margens, etc.). Conforme alguns relatos observados durante algumas entrevistas realizadas:

“Ela [a maré] agora tá enchendo. Ali tá seco porque ainda tá enchendo. Daqui *pra a mais tarde* ela tá cheia, bem bonitona, chega fica azul e faz como que umas ondas assim. Fica bonito. Eu até tirei umas fotos assim, foi muito engraçado. Meus neto ali, eu achei muito interessante. Eles *tavam* sentados com os pés na água e eu tirando [as fotos]. Chega fazia assim as ondas, aquela coisa bem bonitinha. [...] Eu levo eles ali a tardezinha na beira, é bem bonito, eles colocam os pés mas eu deixo entrar não. Eu deixo só eles olhando. É bonito *pra* olhar ali, mas eu tenho medo. Porque assim, parece que, eu não sei, o povo fala muito, não sei, não tenho certeza, que esse hospital dali solta calda de, de tudo, de lá pra cá, mas não pode né?!<sup>191</sup> Se fosse uma justiça mesmo pesada, não podia. Porque é um hospital muito grande, limpo, com recurso. Não podia jogar dentro da maré. [...] Faz até medo! Mas quando ela tá limpinha dá até vontade de tomar banho, menino! Agora a água é salgada, viu!” (N., 56 anos, moradora do Coque há 36 anos).

“Se eu tivesse condição, eu colocaria uma tela de cinco metros de altura aí na beira do rio, *pra* separar aqui a rua da maré. Não presta mais *pra* nada. Só tem lixo, sujeira, *catanga* [mau cheiro]” (E., 58 anos, morador do Coque).

“Antigamente existia uma relação com o rio, um certo cuidado. Esse rio aí serviu de antigamente, na época que eu era menino aí, a água que, essa água potável que era

<sup>191</sup> O hospital destacado pela moradora corresponde ao Polo Médico-Hospitalar do Recife, um complexo formado por equipamentos de saúde diversos (hospitais, consultórios, clínicas médicas, etc.), sobretudo privados, localizado na Ilha do Leite (bairro vizinho ao Coque) e em expansão para áreas dos bairros do Derby, Boa Vista e Paissandu.

escassa, antigamente o pessoal lavava roupa nesse rio aí. Mas hoje a interação da comunidade com esse rio é essa que o senhor tá vendo aí: só lixo. O carro do lixo passa todo dia, mas se... o povo não tem paciência” (S., 55 anos, morador da Ilha de Deus).

Durante a audiência sobre os territórios pesqueiros, vários pescadores questionaram os órgãos do poder público presentes sobre soluções aos problemas ambientais sentidos nessas comunidades. Dos questionamentos mais pontuais (as cascas de marisco e sururu acumuladas nas bordas da Ilha de Deus, os barracos nas margens de Brasília Teimosa que impedem o acesso dos pescadores ao mar) aos problemas mais estruturais (o aumento do dejetos de esgoto doméstico e lixo industrial/hospitalar, os projetos de navegabilidade/dragagem do rio que criaram buracos no rio) tais problemas foram denunciados pelos efeitos nas suas atividades de subsistência até os impactos na saúde, qualidade de vida e bem-estar dos moradores que trabalham na maré.

Para um morador da Ilha de Deus, a comunidade pode ter ficado bonita, mas nos últimos 10 anos pouca coisa mudou/melhorou além das transformações morfológicas. Para ele, alguns dos problemas ambientais experimentados por quem “entra na maré” se agravaram, perante o aumento dos esgotos e dos lixos jogados nos rios. Direcionando críticas às ações de turismo realizadas na comunidade, esse morador ainda destacou que a Ilha precisa deixar de ser “um ponto exótico da cidade do Recife” aos olhos da Secretaria de Turismo e ser reconhecida como uma comunidade tradicional pesqueira. Ainda para esse morador, “a verdadeira identidade do Recife é a partir das águas”, e ela deveria ser valorizada a partir do seu reconhecimento como “cidade tradicional pesqueira”<sup>192</sup>. Posteriormente, outro morador da Ilha também questionou as ações turísticas na comunidade, caracterizando-as como “maquiagens ambientais” que apenas contribuem para aproximar os interesses imobiliários<sup>193</sup>.

Assim, a demanda pela valorização da comunidade pelos Territórios Pesqueiros difere das ações de turismo comunitário, com uma mobilização paisagística menos evidente. Buscam valorizar o processo histórico e social da conquista e construção do chão, do território que as comunidades habitam e trabalham dentro da maré. Uma conquista feita a partir de aterros, do represamento de terrenos da maré, além de uma adaptação à dinâmica particular do sítio onde se instalaram. A partir de suas expressões territoriais e sociabilidades específicas, originadas a partir de uma convivência histórica e particular com o sítio urbano local, tais ações buscam considerar que esses bairros populares são representantes de um modo de encarar a “vida” na

<sup>192</sup> E.F. 44 anos, nascido na Ilha de Deus, durante sua fala na audiência sobre os territórios pesqueiros.

<sup>193</sup> W., 39 anos, pescador e morador da Ilha desde a infância, durante a audiência dos territórios pesqueiros.

cidade que também deve ser considerada um patrimônio, pois representam um dos tipos de ser do Recife em seu conjunto urbano (VASCONCELOS, MACIEL e LACERDA, 2018).

Essas ações permitem compreender a forma como a identidade se joga em função de uma finalidade, colocada de forma pragmática para negociar melhorias à comunidade. A relativa dificuldade de fixação permanente de geossímbolos nos contextos urbanos desses espaços autoconstruídos, vinculados a um processo permanente de transformações e tentativas de criar uma melhor qualidade de vida, possibilita que suas narrativas territoriais e paisagísticas sejam construídas a partir da apreensão de feixes de valores e laços geossimbólicos *amarrados* no território (LA CECLA, 2002; MACIEL, 2004; BONNEMAISON, 2012).

#### **4.4 As redes de sociabilidades afetivas e políticas**

Vinculado a um contexto de grandes transformações urbanas, com intervenções que propõem “reocupar” as bordas d’água, moradores dos bairros populares localizados no Centro-Sul da cidade do Recife têm cada vez mais se voltado a pensar seus espaços imediatos de vida, ora de forma nostálgica, ora com temor. Historicamente abordados de forma preconceituosa e considerados como “indesejáveis”, “enfeidores” e/ou “violentos”, grupos locais expressam de formas diversas os temores sobre esses projetos de “requalificação urbana”, considerados como projetos de valorização estética e de embelezamento que contribuem para expulsá-los dos seus lugares de vida (SEVERINO JÚNIOR, 2019; BARBOSA, 2014).

Buscando promover uma revisão (auto)crítica das imagens e dos imaginários existentes sobre suas “comunidades”, grupos de moradores locais passam a desenvolver ações que buscam reconsiderar os signos e símbolos vinculados aos seus *habitats* populares, apresentando-os para além do prisma de áreas de riscos ou áreas-problemas. Ações que, como as destacadas acima, buscam construir novos regimes de visibilidade para suas comunidades, além de fortalecer suas identidades e romper com alguns estereótipos locais. Para se contrapor aos consumos estéticos da especulação imobiliária, a paisagem aparece nessas ações populares associada à mobilização dos seus lugares de memórias, às vivências (individuais, familiares e comunitárias) e aos laços territoriais.

Neste cenário, um dos principais recursos mobilizados por esses grupos corresponde ao apelo às memórias, com referências ao passado e ao conjunto de histórias sobre a formação de seus territórios. Há a mobilização de objetos e lugares de memórias (fotografias, instrumentos de trabalho, casas antigas, ruas antigas e sítios iniciais da difusão das comunidades, etc.) mas também de moradores antigos considerados como portadores da memória dos lugares. Essas memórias, são elencadas de forma a criar legitimidades para suas territorialidades e garantir os



direitos de permanência dos habitantes em seus territórios. A partir dessa mobilização, buscam contar suas trajetórias pessoais e comunitárias, transmitir e compartilhar experiências pessoais, demarcar suas territorialidades e validar suas formas de conviver com o estuário.

Se na luta pela preservação do Cais José Estelita as demandas envolviam a salvaguarda de uma paisagem compreendida como um testemunho histórico (direito à paisagem como um respeito às memórias), nesses bairros populares observamos uma mobilização das memórias (e suas expressões territoriais e paisagísticas) como um recurso para garantir a coesão (interna, da comunidade) e legitimar (na política urbana) a permanência em seu território habitado. Aqui, o apoio na memória ajuda os grupos a atribuir um sentido e uma legitimidade ao seu universo em diferentes escalas (dentro e fora das comunidades), buscando promover uma reconsideração de signos e símbolos presentes nesses espaços perante a sociedade englobante.

Essas memórias passam a ser mobilizadas, compartilhadas e transmitidas a partir de três caminhos centrais: (i) pelo registro da memória falada dos moradores mais velhos, testemunhas históricas do processo histórico de consolidação de suas comunidades, assim como pela seleção e reconhecimento dos portadores da memória coletiva, autorizados a falar pelas comunidades; (ii) mobilização de monumentos, lugares de memória e marcos referenciais que materializam as trajetórias territoriais; (iii) rememoração dos saberes-fazer diretamente ligados aos processos de constituição territorial e das estratégias de convivência com o sítio local.

Um exemplo das mobilizações dessas memórias nos foi apresentado na realização da segunda visita no catamarã, realizada em dezembro de 2017, quando no desembarque na Ilha de Deus o guia local recebeu o grupo visitante com uma novidade: a aprovação do projeto para a construção de um museu da/sobre a Ilha de Deus, o Museu Frei Beda. A proposta envolve a construção de um museu a partir do acervo imagético pessoal (fotografias e vídeos) com mais de cinco mil fotografias, registradas pelo frei franciscano alemão que dá nome ao equipamento. O frei realizou a primeira visita à Ilha em 1983, voltando de forma periódica até 2015, quando faleceu. Nessas visitas, o frei contribuiu com a fundação da ONG Saber Viver e registrou o processo de transformação da Ilha em um conjunto de imagens e vídeos.

Em dezembro de 2017, quando chegamos ao Centro de Artes da Ilha de Deus – o ponto inicial das atividades na Ilha de Deus e futura sede do Museu – estavam coladas nas paredes do local algumas impressões coloridas das fotos registradas pelo Frei Beda, formando uma linha evolutiva sobre a história (e a transformação morfológica) da Ilha de Deus. As primeiras fotos mostravam a Ilha na década de 1980, formada apenas por habitações do tipo palafitas, com suas bases dentro da água. As últimas, imagens mais recentes, da década de 2010, mostravam uma

Ilha posterior à requalificação urbana, a partir de uma perspectiva mais panorâmica. Nesse dia, as fotos foram apresentadas como um registro da história social e a memória desta comunidade.

Figuras 32 – Museu Frei Beda, Ilha de Deus



32a (de cima para baixo, da esquerda para a direita): Recepção com passistas de frevo no passeio realizado em dezembro de 2017. Nas paredes é possível observar a exposição improvisada das fotos do arquivo que formará o futuro Museu Frei Beda. Fonte: Foto do autor, dez. 2017.

32b – Placa inaugural do Museu Frei Beda. Fonte: Foto do autor, dez. 2017.

32c – Algumas das cópias das imagens dos arquivos, em exposição improvisada. Fonte: Foto do autor, dez. 2017.

De acordo com o projeto apresentado pela Saber Viver, o acervo é considerado como um “patrimônio documental”, referência inédita para compreender a história da comunidade, “sobre seus moradores, suas lutas e resistências, sobre a paisagem e o manguezal, as atividades produtivas, o saneamento, a educação e a cultura do local”<sup>194</sup>. Conforme sua apresentação:

O Museu tem como meta salvaguardar a memória da Ilha de Deus a partir do acervo constituído de documentos distribuídos em diversos suportes como fotografias,

<sup>194</sup> Disponível em: <<http://www.centrosaberviver.org.br/museu-frei-beda-ilha-de-deus/>>. Acesso em: 20 nov. 2019.

vídeos, cds, recortes de jornais, teses e outros, doados pela instituição católica AKTIONSKREIS PATER BEDA e coletados em arquivos na Alemanha nos anos de 2015 e 2016, pois representam um valioso material sobre a história social e a memória da comunidade da Ilha de Deus, situada ao lado do Parque Natural Municipal dos Manguezais Josué de Castro, no estuário da bacia hidrográfica dos rios Pina, Tejipió e Jordão. [...]

O histórico da ilha tem base para a implementação do museu a partir desse inventário museológico do acervo iconográfico objetivando a sua preservação, estudos e pesquisas sobre os temas abordados. Constituída por 5000 (cinco mil) fotografias digitalizadas, mais de 200 depoimentos em áudio e vídeo, textos impressos e publicações, colecionadas a partir dos anos de 1980 até 2015, grande parte produzida por iniciativa de Frei Beda<sup>195</sup>.

Tais ações encontram correlações com outros museus comunitários desenvolvidos no Recife, como o equipamento desenvolvido no Coque (Ilha de Joana Bezerra) para contar as histórias do lugar: o caso do *Museu da Beira da Linha do Coque*, ligado ao projeto Contadores e Contadoras de Histórias do Coque<sup>196</sup>. Esse projeto corresponde a um museu audiovisual e de caráter itinerante baseado na produção e registro da história oral do bairro do Coque. Lançado em agosto de 2013 a partir da articulação entre o Ponto de Cultura Espaço Livre do Coque e a Fundação Joaquim Nabuco, o acervo é formado a partir de depoimentos registrados em vídeo de moradores mais antigos da comunidade, considerados como “arquivos-vivos” que narram a história da formação e da consolidação do bairro. De acordo com a descrição do projeto, sua formação corresponde a “uma maneira de coletar e guardar a nossa verdadeira história e assim, tentar acabar com as discriminações e distorções”.

Esse Museu assumiu a estratégia de redefinir as chaves interpretativas sobre os espaços do bairro e, para tal, registra algumas histórias de vida, práticas espaciais e lugares simbólicos à comunidade, mobilizando-as como expressões da memória coletiva do bairro. Esse coletivo também produziu uma representação cartográfica sobre o bairro, o “Mapa dos fatos urbanos do Coque”, construído como um “registro cartográfico da memória do Coque” e que apresenta o interesse de “reconhecimento do território” a partir da criação de um “retrato-espacial-falado” capaz de resgatar a memória e a história do bairro<sup>197</sup>.

A constituição desses museus, mapas, passeios de turismo comunitário, etc., a partir da voz ativa dos moradores mais velhos e centralidade das histórias contadas, a rememoração dos processos pessoais e comunitários a partir de acervos fotográficos permite-nos considerar que,

<sup>195</sup> Disponível em: <<http://www.centrosaberviver.org.br/museu-frei-beda-ilha-de-deus/>>. Acesso em: 20 nov. 2019.

<sup>196</sup> Maiores informações: <<http://museudabeiradalinhadocoque.org/>; <https://historiasdocoque.wordpress.com/>>. Acesso em: 20 nov. 2019.

<sup>197</sup> Mapa dos fatos urbanos do Coque. Disponível em: <<https://museudabeiradalinhadocoqueblog.wordpress.com/o-coque/mapa-dos-fatos-urbanos-do-coque/>>; <<https://www.google.com/maps/d/viewer?mid=1AyguR15MsTvXPYOKMJx2k2U8zs&usp=sharing>>. Acesso em: 20 nov. 2019.

a partir de Pollak (1989, p. 08), tais ações possibilitam uma transmissão de lembranças *das comunidades* através de “redes de sociabilidade afetiva e/ou política”, que podem interferir em fenômenos geográficos concretos. Na seleção e transmissão dessas memórias, associando-as aos processos territoriais que elas revelam, tais grupos demandam visibilidade e buscam ser inseridos no mapa e na paisagem da cidade, criando suas próprias representações, delimitando seus territórios e sinalizando seus espaços vividos, preenchendo os mapeamentos oficiais com novas legendas e novas vozes dissonantes (DAOU, 2009).

Para Pollak (1989, p. 11; 1992, p. 215), nos processos que envolvem as disputas por memórias, as iconografias adquirem importância central para a reconstrução de uma memória visual aos grupos e, conseqüentemente, na mudança de significados atribuído aos lugares. Tais estratégias de “controle da memória e de suas imagens” possibilitariam a reconstrução dos fatos e das reações e sentimentos pessoais, aproximando as memórias sensoriais mais pessoais dos processos crescentes de formação e reorganização das memórias coletivas. Assim, o recurso às imagens revela um papel de suporte para a conservação dessas memórias, na medida em que se dirigem às capacidades cognitivas em articulação com a captura das emoções.

Entretanto, podemos constatar que as mobilizações dessas memórias como base para o autorreconhecimento dos seus territórios não ocorrem apenas de formas institucionais, dentro das paredes e das narrativas dos museus, mas também no cotidiano, em pequenos atos de convivência e diálogo com os vizinhos e moradores próximos, a partir de “redes de sociabilidade afetiva e/ou política” (POLLAK, 1989). Por exemplo: em visita exploratória de pesquisa, realizada no Coque em janeiro de 2017, conversamos com *Dona Neia*, moradora que tem uma quitanda na frente de sua casa, em uma das principais ruas do bairro. Essa senhora aproveitou a estrutura da pequena barraca e montou uma pequena exposição fotográfica sobre a história do bairro (Figuras 33): há fotografias expostas de sua família, das famílias vizinhas, dos momentos de confraternização realizados nos campos de futebol do bairro, das festas realizadas na rua, das atividades escolares realizadas na escola próxima à sua casa. Fotos antigas que, contextualizadas com as explicações fornecidas pela senhora, transformam sua casa e sua quitanda em um centro de transmissão do saber e de compartilhamento das memórias (e transformações) do bairro.

Da mesma forma, pode-se observar nas paredes da Ilha de Deus a mobilização dessas histórias pessoais e comunitárias, a partir de desenhos grafitados em homenagem aos moradores antigos, como o caso dos desenhos na sede da Ação Comunitária Caranguejo Uçá (apresentados acima), ou ainda o desenho sobre a Mãe Bel (Dona Albertina), parteira que realizou mais de 370 partos de crianças da comunidade. Tais moradores são considerados como os responsáveis

por unir e fortalecer o sentido de “comunidade”, símbolos da superação e bases para manter as tradições.

Assim, são mobilizados dispositivos de memória ligados às formas de ser, de habitar e de fazer, mais próximas do valor de uso e dos modos de vida. A partir da mobilização de um discurso que testemunha e se orgulha das mudanças (morfológicas e simbólicas) da comunidade onde habitam (reflexão evidente na coleção de fotos de *Dona Neia*), as expressões paisagísticas da consolidação de suas habitações e da construção do chão que habitam são mobilizadas como uma prova que essas pessoas “venceram na vida” e possuem um território construído de forma associada ao trabalho coletivo e comunitário.

Figuras 33 – A memória comunitária e os símbolos familiares



33a e 33b (da esquerda para a direita): Exposição improvisada de fotografias na quitanda de *Dona Neia*. Fonte: Foto do autor, Jan. 2017.

33c: Grafite de Mãe Bel (Dona Albertina) em muro na Ilha de Deus. Fonte: Foto do autor, Fev. 2018.

Nas entrevistas realizadas, pessoas de diferentes comunidades costumam narrar suas percepções sobre as transformações urbanas vivenciadas e percepções sobre o lugar a partir de uma associação com os personagens históricos, mas também apoiados nas tradições familiares. São discursos que mobilizam uma “história partilhada”, transmitida através de laços familiares e comunitários e que contam detalhes sobre suas ligações com os territórios da cidade. Como destaca Jackson (2005), memórias pessoais e familiares podem revelar algumas questões que para os *estrangeiros* podem parecer incompreensíveis, inventadas ou deslocadas, mas que permitem revelar as complexidades envolvidas no processo particular de construção da cidade.

Um exemplo pertinente dessas questões pode ser destacado através das lembranças das relações com a *maré* observadas na escolha das toponímias de Brasília Teimosa. Como uma comunidade diretamente vinculada à atividade pesqueira, as ruas, associações de moradores,

bares, restaurantes locais costumam ser batizados com referências aos ícones do estuário e à biodiversidade marinha. Por exemplo, as ruas de Brasília Teimosa apresentam nomes de peixe (ruas Delfim, Albacoara, Saramunete, Guarajuba, Arabaiana, etc.). Também é possível observar bares e outros espaços de lazer com nomes como “Quiosque Palafita”, “Bar do Peixe”, dentre outros (Figuras 34). Essas toponímias permitem-nos compreender como os conhecimentos vernaculares do ambiente, articulados aos saberes-fazer e práticas históricas e cotidianas do espaço, marcam o território e são mobilizados como expressão destes (DENARNAUD, 2018).

Figuras 34 – Toponímias da Maré, Brasília Teimosa



34a (da esquerda para a direita): “Alfabeto viário de Brasília Teimosa”. Disponível em: <<https://poraqui.com/boa-viagem/letras-do-alfabeto-e-nomes-de-peixe-batizando-as-mesmas-ruas-pode-isso/>>. Acesso em: 08 jan. 2020.

34b: “Quiosque Palafita”, na orla de Brasília Teimosa. Fonte: Foto do autor, fev. 2017.

Na mobilização dessas memórias, a natureza circundante, recortada pelo olhar e práticas dos habitantes, é parte incontornável dos argumentos. As qualidades ambientais (mangue, rio, maré, mar, alagado, aterro...) estão sempre presentes, permitindo observar uma insinuação da paisagem a partir da experiência geográfica, da proximidade e vivência desta. A relação com a maré, apresentada na mobilização dos ícones dessa convivência, revela uma paisagem, uma atmosfera e uma relação com a natureza, expressa em formas territorializadas de relação com a terra e as águas.

Materialmente, essas relações com a maré se expressam a partir de dois tipos de marcas visualizadas nas comunidades. De um lado, nas marcas “internas” e processos que ocorrem dentro de suas comunidades: as barracas dos catadores de sururu, nas cascas que se acumulam nas margens, nos barcos e materiais de trabalhos ancorados na maré, nos viveiros de camarão vizinhos às suas casas, etc. De outro lado, nos territórios que demarcam dentro da maré, quando reconhecem e utilizam cotidianamente os melhores ambientes para catar o sururu, marisco ou realizar as pescarias: a *croa* do Pina, embaixo da ponte do Pina, atrás do Palácio das Princesas, o estabelecimento de rotas do rio, a partir do conhecimento sobre onde existem buraco e bancos de areia no leito, etc.

Porém, até que ponto essas maneiras de fazer e conviver com as paisagens do estuário podem entrar na reflexão geral sobre o direito à paisagem? Em nossa compreensão, a partir da possibilidade que oferecem para compreender uma relação particular com a natureza e um tipo de relação com o sítio estuarino. A familiaridade que expressam com o ambiente onde estão envolvidos encontra-se baseado no uso diário, com bases históricas e familiares, nas formas de estar no mundo, na “geografia de proximidade e de contato com o mundo e o espaço” (BESSE, 2014a, p. 186-189). Conforme destaca Besse, os contatos íntimos com o mundo circundante são uma das bases para a apreensão e percepção das paisagens. De acordo com suas palavras:

[...] a intimidade com o mundo de que se trata aqui não é privada, ela não está fechada em si como numa interioridade pessoal. Aliás, não se pode asseverar que haja algo como “um interior” nessa história. A geografia vivida, isto é, o contato costumeiro com o mundo e o espaço, não é uma geografia interior, uma geografia da interioridade subjetiva, uma “paisagem da alma”. Se a subjetividade estiver implicada nessa experiência ou nessa geografia (duas palavras, talvez, para a mesma coisa), ela não está fechada em si mesma, excluindo o mundo e o espaço. Ela é, na sua totalidade, espacial, mobilizada pelo espaço, deslocada no espaço, atravessa o espaço. Ela está fora, no exterior, na estrada (BESSE, 2014a, p. 188-189).

Neste sentido, nessas expressões de convivência com a maré a paisagem existe como uma consequência, como um conjunto de crenças e atitudes carregadas de significados pelas práticas cotidianas. Ao interagirem umas com as outras as pessoas então implicadas com seus espaços de vida, seu cotidiano, a realidade imediata e futura do lugar em que vivem – não com um objeto congelado e exterior a sua existência, mas enquanto sujeitos sociais, cidadãos enfim (WYLIE, 2007). Como destaca Berque (2012), há na paisagem uma mediação intersubjetiva e ontológica, expressão da relação do sujeito coletivo (sociedade) com seu entorno. Perspectiva que Veras (2014) caracteriza como uma paisagem estabelecida na continuidade entre mundo interior, ambiente social e meio, unidos nas relações de lugar e que fundam a territorialidade humana.

Assim, nesses atos mobilizam-se diversos monumentos e “lugares de memória” pois esses dão importância às suas demandas e materializam a trajetória territorial desses grupos. Na Ilha de Deus, apresentam a ponte Vitória das Mulheres como importante geossímbolo das resistências e conquistas dos moradores locais (sobretudo das mulheres, numa comunidade que mobiliza de forma constante a força feminina). Na Brasília Teimosa, referenciam a resistência a partir dos lugares de memória ligados às águas (do mar e do rio): a faixa de litoral, a praia do *Buraco da Véia*, a colônia de pescadores, etc. No Coque, mobilizam ruas antigas e lugares históricos à ocupação da comunidade, como aquelas destacadas no Mapa dos Fatos Urbanos do Coque: rua Cabo Eutrópio e da Zoadá; os “lugares históricos” da antiga garagem da São Geraldo, o Sítio do Cajueiro, a liga de dominó, o chafariz e o comissariado. Alguns lugares que

já não existem, outras simples expressões do cotidiano mas que, como destaca Nora (1993), a preocupação com o significado do presente e a incerteza do futuro dá ao mais modesto dos vestígios e testemunhos a dignidade do memorável.

Em algumas situações, foram articulados eventos e intervenções na tentativa de garantir a preservação desses testemunhos históricos, como o evento “Sítio do Cajueiro: Lembrar é (R)Existir!”. Realizado através da parceria entre a Rede Coque (R)Existe, Centro Popular de Direitos Humanos e Movimento Ocupe Estelita, ocorreu no Coque no dia 20 de setembro de 2015, sendo promovido para lembrar os despejos envolvidos para a realização da Copa do Mundo FIFA 2014, quando grande parte da área do Sítio do Cajueiro foi desapropriada para a obra de expansão do Terminal Integrado de Joana Bezerra – uma das obras de mobilidade para o mundial.

Esse evento também ocorreu, de acordo com sua convocatória, como estratégia de articulação entre a memória coletiva de seus moradores com a luta política de permanência da comunidade. Tido como um dos “marcos zeros” do bairro, enquanto “única lembrança viva das ocupações originais do Coque que restou além dos próprios moradores”<sup>198</sup>, o evento foi organizado via redes sociais, sendo concebido como um evento de promoção de “um dia de resistência e memória no Coque”, como um grito contra o apagamento de memórias do Coque via projetos de reestruturação urbana diretamente relacionados com o bairro<sup>199</sup>.

Tais ações nos revelam uma articulação entre processos de reconstrução/rememoração do passado e processos de disputa territorial na cidade contemporânea. São debates que revelam uma ampliação no debate da memória como forma de contestação e promoção de discussões ampliadas sobre o acirramento das questões urbanas locais e que funcionam como um canal para contestações públicas, como “importante referência para as controvérsias em espaços públicos plurais e multiculturais” (MOTA, 2014, p. 135; BARBOSA e SILVA FILHO, 2016).

Igualmente, pensamos que tais estratégias de mobilização e veiculação de memórias expressam um desejo de paisagem, uma vontade de se sentir representado, de fazer parte e ter reconhecido seu “estar no mundo”, reconhecimento do horizonte que faz parte da sua vida. São memórias mobilizadas como estratégia para criar coerência, fortalecer seus marcos referenciais, marcar as trajetórias e histórias das distintas territorialidades que conquistaram e do chão que construíram e habitam. Como destaca Castro (2002), os indivíduos expressam suas “motivações paisagísticas” a partir dos olhares construídos pelas heranças culturais, experiências individuais

---

<sup>198</sup> Relato disponível em: <<http://museudabeiradalinhadocoque.org/salve-o-sitio-do-cajueiro/>>. Acesso em: 11 fev. 2018.

<sup>199</sup> Convocatória do evento: <<https://www.facebook.com/events/744942278962239/>>. Acesso em: 11 fev. 2018.



e coletivas. São desejos de paisagem que contribuem para a percepção e articulação dos sentidos do meio em marcas territoriais e expressões simbólicas.

Desejos de paisagem expressos segundo “novas formas de investimento de si no espaço público” que, via estratégias de autorrepresentações, associam os desejos de “ter” e “narrar” suas histórias com a (re)produção de novos instrumentos de validação e reconhecimento social (MOTA, 2014, p. 135-140). Nesse processo, selecionam e promovem o reconhecimento de centralidades simbólicas, de territorialidades históricas, dos deslocamentos e relações espaciais internos e externos aos seus ambientes mais próximos. A mobilização de memórias locais e/ou coletivas se faz como elemento formativo e político de lutas com diferentes demandas, como estratégia para fortalecer vínculos comunitários e, igualmente, como argumento para redefinir chaves interpretativas dos seus territórios de pertencimento. Conforme lembra Sgard (2010), há paisagens que apelam ao sentimento, à memória e a responsabilização social e que permite-nos pensar sobre a intencionalidade das relações estabelecidas com a paisagem.

Nesses bairros populares, mobilizações articulam a paisagem e a memória que atribuem destaque aos geossímbolos e *expressões espaciais da resistência*, presentes na morfologia ou na memória de seus habitantes. Ações que atribuem importância às morfologias espaciais que guardam aspectos de um processo histórico de construção da cidade, através da forte relação que as pessoas que construíram esses espaços tiveram – e ainda tem – com os rios, mangues, e o complexo de atividades econômicas, sociais e políticas com o estuário: importância histórica ao espaço não apenas pela face visível desta paisagem, mas também pelas histórias de vida e de resistência presentes nos barracos, palafitas, aterros, vielas, barcos de pescadores e demais formas simbólicas observadas.

Para N. Lacerda (2012, p. 48), debater os valores culturais expressos por essas formas de construção popular do habitat urbano, mesmo as desenvolvidas por populações de baixa renda, pode ser essencial para a construção de uma abordagem patrimonial e cultural da cidade. Uma abordagem que poderia permitir o reconhecimento das diferentes formas de ocupação do espaço urbano como atos culturais que conformam um bem cultural à cidade. Nas palavras da autora:

Convém observar que Mário de Andrade – autor do anteprojeto de lei (encomendado pelo Ministro Capanema – 1934/1945) que propõe a criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional – ao se referir à categoria arte popular, preconizava a preservação de “*determinados lugares agenciados definitivamente pela indústria popular, como vilarejos lacustres vivos da Amazônia, tal morro do Rio de Janeiro, tal agrupamento de mocambos no Recife, etc.*” (1980, p.95). É extraordinário perceber que há, aproximadamente, setenta anos, alguém tivesse a lucidez de perceber que certos agenciamentos de habitações – mesmo populares e muitas vezes precários

– conformavam um patrimônio, revestiam-se de características que lhes conferiam o *status* de bens culturais, ou seja, impregnados de valores.

Nesse caso, trata-se de considerar o próprio *habitat* como um ato cultural por compreender uma totalidade complexa feita de normas, de hábitos, de repertórios, de ações e de representações dos seus habitantes enquanto membros de uma determinada comunidade (LACERDA, N., 2012, p. 48).

Nessa perspectiva, a produção do habitat como um ato cultural, tal como é apresentado nas ações sociais aqui consideradas, conduz a pensar e reconhecer as várias formas de produção do espaço como manifestações culturais, inclusive aquelas edificadas pela “indústria popular”. Reconhecimento a partir das práticas, formas de ocupação e apropriação dos espaços, em suas materialidades e imaterialidades, pelos valores culturais atribuídos ao território e à paisagem, pautados a partir de acordos e consensos sociais. Essa interpretação pode reaproximar a questão paisagística das práticas cotidianas e históricas dos sujeitos em seus territórios, pela conexão com os quadros de vida, os olhares dos habitantes e suas subjetividades, valores e sentimentos compartilhados (VASCONCELOS, MACIEL e LACERDA, 2018; BEZERRA e MELO, 2014).

Em análise recente, a partir da consideração sobre as favelas cariocas, Schlee (2014) e Motta (2017) destacam que agrupamentos urbanos populares precisam ser considerados como parte do patrimônio urbano, como um *documento urbano* (MOTTA, 2017) e/ou expressão física de uma das formas “tradicionais” de habitabilidade de parte significativa da sociedade urbana brasileira (SCHLEE, 2014). São análises que destacam a necessidade de considerar tais espaços como expressões socioespaciais que participam dos valores paisagísticos brasileiros, sendo produzidas de forma articulada à cultura urbana, com características particulares que expressam diferentes processos, traçados e formas de ocupação.

Aqui, observamos um desafio: abordar a paisagem como uma expressão dessas questões íntimas com o *habitat* e o território, revela também a necessidade de considerá-la na perspectiva do espaço público, como espaço da ação, de visibilidade, dos encontros, das controversas e da pluralidade de perspectivas. Quer dizer, reflexão sobre o caráter democrático de sua dinâmica social (SGARD, 2010). Para tal, precisamos discutir esses processos de recomposição das identidades, seus usos políticos e as questões práticas ao exercício e regulação desse processo de valorização.

Assim, esses espaços populares, comumente pensados e caracterizados como “favelas”, da mesma forma que podem personificar a insalubridade, pobreza, violência e ilegalidade, também expressam as materializações e territorialidades dos mais pobres no contexto urbano. Ao considerar esses agrupamentos por suas expressões paisagísticas, é importante analisar a questão pela perspectiva de construção de seus *habitats* como um ato cultural, como expressão

física da condição social e uma das formas mais “tradicionalis” de habitabilidade de uma parte significativa da sociedade urbana (SCHLEE, 2014; LACERDA, 2012). Para tal, as ações autóctones aqui consideradas buscam mostrar que “os lugares onde residem podem ser também um bom lugar onde acontece um cotidiano cujas condições poderiam ser melhoradas” e que precisam de intervenções pensadas não apenas em nome da necessidade ou da redução dos riscos, mas a partir do “incremento da qualidade” e bem-estar coletivo (Bitoun, 2005, p. 303).

## **CAPÍTULO 05**

---

### **PAISAGEM, DIREITO À PAISAGEM E CIDADANIA**

Milton Santos, importante geógrafo brasileiro, desenvolveu uma destacada e influente teoria sobre o espaço geográfico, sendo até hoje uma das abordagens mais difundidas na esfera do pensamento crítico brasileiro. A partir de uma proposição teórica, metodológica e filosófica particular, este autor construiu sua teoria geográfica a partir da compreensão do espaço como um todo estrutural: a totalidade do espaço. Na sua arquitetura teórico-conceitual, o conceito de paisagem assume uma posição secundária, considerando-a de forma desvinculada das ações, a partir da redução do conceito à materialidade acumulada e apreendida pelo olhar, como uma marca dos processos ocorridos no espaço. De acordo com a definição apresentada no seu livro *A Natureza do Espaço*:

Paisagem e espaço não são sinônimos. A paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza. O espaço são essas formas mais a vida que as anima.

A palavra paisagem é frequentemente utilizada em vez da expressão configuração territorial. Esta é o conjunto de elementos naturais e artificiais que fisicamente caracterizam uma área. A rigor, a paisagem é apenas a porção da configuração territorial que é possível abarcar com a visão. [...] Nesse sentido a paisagem é transtemporal, juntando objetos passados e presentes, uma construção transversal. O espaço é sempre um presente, uma construção horizontal, uma situação única. Cada paisagem se caracteriza por uma dada distribuição de formas-objetos, providas de um conteúdo técnico específico. Já o espaço resulta da intrusão da sociedade nessas formas-objetos. [...]

Durante a guerra fria, os laboratórios do Pentágono chegaram a cogitar da produção de um engenho, a bomba de nêutrons, capaz de aniquilar a vida humana em uma dada área, mas preservando todas as construções. O Presidente Kennedy afinal renunciou a levar a cabo esse projeto. Senão, o que na véspera seria ainda o espaço, após a temida explosão seria apenas paisagem. Não temos melhor imagem para mostrar a diferença entre esses dois conceitos (SANTOS, 2006, p. 66-69).

Com base nessa proposição teórica, a paisagem passou a ser amplamente considerada na Geografia Crítica brasileira apenas como um “retrato” momentâneo do espaço, um conjunto de formas aparentes onde as ações humanas e sociais estariam excluídas. A partir dessa proposição teórico-conceitual, se operou uma *subalternização* do conceito de paisagem frente ao de espaço, contribuindo para a difusão de uma abordagem da paisagem apenas como produto material da sociedade, esvaziado de ações, significados culturais e dinâmicas sociais e políticas de primeira ordem (RIBEIRO, 2018b).

Todavia, a abordagem miltoniana da paisagem não é consensual na Geografia. Ao menos desde a década de 1980, autores vinculados às ciências sociais e, em particular, às abordagens da geografia cultural, buscam desconstruir algumas formas modernas de conceber a paisagem, considerando-a como uma maneira de ver e representar o mundo circundante. Além de uma materialidade inerte ou uma representação puramente visual do espaço, busca-se considerar que a paisagem conforma um modo de olhar o espaço mais nuançado e próximo da vida cotidiana,

aproximando a cultura e a política das práticas espaciais, corporais e ações cotidianas (WYLIE, 2007; COSGROVE, 2004; BESSE, 2014a; RODRIGUES, 2019).

A partir dessas bases teórico-conceituais e em articulação aos debates e conflitos expostos nos capítulos anteriores, consideramos a necessidade de ir além da redução da paisagem à uma leitura material, destacando a atualidade política da associação entre a noção e as ações de grupos sociais diversos. Conforme destaca Debarbieux (2007), as preocupações paisagísticas contemporâneas, dentro do contexto das novas práticas políticas e democráticas, ilustram um contexto (teórico e social) que sinaliza uma concepção da *paisagem-como-ação* (« *paysage-comme-action* », no original). Ação considerada a partir do significado atribuído por Hannah Arendt: como uma fonte de definição da identidade política do sujeito e modalidade pelo qual os homens, em sociedade, definem aquilo que tem em comum e colocam no coração do espaço público. A paisagem se apresentaria como uma oportunidade ao viver juntos no mundo, como uma possibilidade de construção de uma vivência comum do/no espaço público.

Ao considerar a paisagem como uma ação, o autor busca problematizar o atual contexto em que o conceito invade a esfera pública e se torna objeto de interesses renovados: a expansão do paisagismo como prática profissional e componente do planejamento territorial; ampliação do consumo paisagístico; crescimento de demandas paisagísticas por coletivos de cidadãos, etc. São questões que recolocam a paisagem na esfera da ação coletiva e contribuem para reconstruir o projeto político a partir de novas bases territoriais. São novos valores que colocam a paisagem na esfera pública como um objeto político e uma ferramenta de negociação política que conecta os grupos sociais ao ambiente circundante e à gestão territorial (DEBARBIEUX, 2007). Essas transformações indicam a apropriação da paisagem como tema importante para a organização espacial, produção de discursos sobre a cidade e prática da cidadania, além da transformação da paisagem em um objeto do pensamento, da ação e da argumentação social (RIBEIRO, 2013, 2015; BERQUE, 2009).

Neste ponto, a partir das questões observadas na cidade do Recife, convém acrescentar a necessidade de pensar essa ação na paisagem não apenas pelas oportunidades de construir um viver juntos, mas também problematizar o oposto: as formas como ações na paisagem têm sido mobilizadas para criar barreiras e impedir o acesso de diferentes grupos aos territórios. Dois exemplos locais podem ser considerados. Primeiro, o exemplo do Coque (Joana Bezerra), bairro que se situa entre o centro e a zona sul do Recife e encontra-se cercado de diversas “armas paisagísticas” (SGARD, 2010) (viadutos, linha do metrô, passarela de pedestre, dentre outros) que escondem o bairro na paisagem e “tapam” seus horizontes, transformando-o em um enclave territorial. Para além do recorte de análise dessa tese, podemos destacar também o exemplo da

construção da Reserva do Paiva, no litoral sul de Pernambuco que, ao construir um complexo residencial, criou barreiras urbanísticas e paisagísticas no acesso à praia, dificultando o uso e a presença de não-moradores no litoral<sup>200</sup>.

Considerando tais complexidades da ação paisagística, Maciel (2004; 2012) indica que paisagens podem ser horizontes consensuais e condensar leituras heterotópicas, estabelecendo laços de ligação dos grupos com o território e reforçando os ideais de coletividade intrínsecos à cena pública. Porém, as paisagens também são conectadas às relações sociais e espaciais que estas conformam e são por elas influenciadas. Consequentemente, elas também fazem parte do jogo político dos encontros sociais e podem ser construídas e/ou mobilizadas como peças de identidades diferenciadas, como signos de diferenças. Assim, compreende-se que as paisagens podem construir sínteses, acordos, encontros, mas também podem ser a base de conflitos entre diferentes usos, representações, identidades, mentalidades e preconceitos (MACIEL, 2004, 2012; BESSE, 2006; ZUSMAN, 2008; SOUZA, 2013).

Ribeiro (2018b; 2019b) considera que há uma ampliação da ideia de paisagem no cenário atual que permite que esse conceito deixe de ser considerado apenas como o conjunto de formas acumuladas ao sabor do tempo, passando a ser a base de novos instrumentos de gestão e desejos sociais sobre os ambientes circundantes. Essas mudanças têm permitido discutir o conceito não apenas no ponto de vista do projeto, mas como um instrumento central ao planejamento, gestão e conservação territoriais. Partindo da ideia de “política da paisagem”, Ribeiro (2018b; 2019b) destaca que essas transformações ligam o conceito à ideia de ação, a partir de sua inclusão como objeto de interesse do Estado e pela apropriação do conceito como um recurso mobilizado por grupos com interesses econômicos, identitários e políticos diversos.

Conforme Ribeiro (2018b, p. 163), a paisagem tem se transformado em um objeto de ação quando esta passa a ser “mobilizada por diferentes grupos, com diferentes objetivos, a partir de diferentes representações, seja do espaço em questão, seja da própria ideia do que é uma paisagem, visando algum tipo de ação”. Ação que pode estar ligada à demanda de direitos, deveres e participação de sujeitos dentro da comunidade política, levando-nos a possibilidade de considerar a ideia de cidadania paisagística (BARBOSA, 2018), que permite-nos considerar a paisagem como uma prática política e um instrumento de controle e reivindicação.

---

<sup>200</sup> A Reserva do Paiva é um megaprojeto imobiliário no litoral sul de Pernambuco, localizado no município do Cabo de Santo Agostinho, Região Metropolitana do Recife. Com forte apelo estético e paisagístico, o empreendimento foi lançado em 2007, inicialmente para funcionar como um destino turístico internacional. Entretanto, em 2008 o projeto foi reformulado para um complexo imobiliário, residencial e de serviços voltados para a demanda local do Estado de Pernambuco (BARBOSA, A., 2014).

Perante essas questões, buscamos apresentar nos capítulos anteriores uma cartografia das problemáticas paisagísticas observadas no Recife, a partir da análise de alguns debates e ações que surgiram nos anos 2000, quando a paisagem passou a ser uma das questões discutidas nas controvérsias urbanas. A partir da observação das narrativas e relações paisagísticas expressas, buscamos analisar de que forma grupos sociais diversos usam a paisagem como um recurso político, com efeitos práticos, sociais, culturais e territoriais diretos.

Para tal, identificamos a existência de dois paradigmas paisagísticos no contexto local do Recife, cujo encontro e diálogo entre suas perspectivas distintas influenciam o desenvolvimento de alguns mal-entendidos. De um lado, mobilizações que referenciam a abordagem paisagística a partir do consumo estético e/ou identitário dos grandes horizontes: as paisagens das fachadas das frente d'água, dos postais, das demandas pelo direito ao belo. Esse paradigma chamamos como a *paisagem-cais*. Do outro lado, uma perspectiva paisagística vinculada às práticas de convivência com o sítio local, uma paisagem “para dentro” e cotidiana, com lutas pela garantia de direitos básicos. Chamamos o paradigma como a *paisagem-maré*. São dois paradigmas que representam duas problemáticas conectadas dentro de uma mesma cena e envolvem modos de ver, projetos de ação, etc.

Como preconiza Sgard (2010), instrumentalizações de figuras paisagísticas na produção de discursos e ações sociais precisam ser observadas a partir dos anseios de poder e vontades políticas que expressam. Neste sentido, a partir da identificação desses dois paradigmas, de que forma essas diferentes mobilizações da paisagem podem auxiliar na formulação de uma postura paisagística democrática e inclusiva? De que forma a paisagem poderia ser um instrumento viável para construir estratégias de planejamento e gestão coletivas do território? Podemos aproximar as demandas paisagísticas particulares e estimular uma reflexão geral sobre o direito à paisagem? Buscaremos apresentar agora algumas reflexões sobre essas questões.

### **5.1 Direito de paisagem, direito à paisagem**

Nos capítulos anteriores, buscamos destacar que na cidade do Recife, a partir de “olhares educados para a paisagem”, alguns grupos de cidadãos se articularam para construir ações em defesa do “direito à paisagem”. A partir do conhecimento dos instrumentos da gestão urbana, essas ações se desenvolveram sobretudo a partir de 2012, através das manifestações do Ocupa Estelita em defesa da paisagem histórica do bairro de São José, Centro do Recife. Essas ações revelam como o desejo por paisagens foi incorporado às demandas do movimento, buscando respaldar suas reivindicações de direito à paisagem pela incorporação no direito de paisagem (SÁ CARNEIRO, VERAS e BARBOSA, 2020).



Porém, as demandas pelo direito à paisagem também podem envolver outros anseios sociais, a partir da expressão de questionamentos pelo direito de ver a paisagem, direito de estar na paisagem e/ou o direito de ser a paisagem. As ações que solicitam o tombamento da paisagem cultural do Pátio Ferroviário das Cinco Pontas, assim como a fala de uma moradora do Coque reivindicando o direito de “fazer parte daquela imagem, daquela cena, daquela paisagem [do Cais José Estelita]” demonstram como a noção, enquanto uma narrativa social, se transforma em recurso político na negociação de direitos, para produzir resistências, criar visibilidades e reconhecimentos sociais a partir dos quadros de vida cotidianos (RIBEIRO, 2015; BARBOSA, 2014).

Contudo, como lembra-nos Pina et al (2017, p. 146), apesar de haver consensos sobre o valor patrimonial de algumas paisagens, a leitura desse valor não é completa para a maioria das pessoas. O valor paisagístico, frequentemente associado à um valor estético-visual de uma bela vista, por vezes ignora a “complexa rede de camadas existentes na paisagem (histórica, social, cultural, econômica e ecológica)”.

A partir das diferentes posições ocupadas pelos grupos socioculturais na sociedade, os grupos passam a demandar as questões paisagísticas de maneiras distintas, a partir da influência de seus contextos socioterritoriais. O *lugar* de onde se fala exerce influências para a construção de consciências e experiências particulares na cidade, assim como na expressão de concepções diferenciadas da paisagem (COSGROVE, 2004; BEZERRA e MELO, 2014). Pensando a partir do caso recifense, não consideramos que existem padrões paisagísticos independentes, mas sim a existência de um conflito de interesses na transformação/apropriação das paisagens da cidade, cujo reflexo se dá, de forma direta, nas demandas paisagísticas, representações e discursos feitos em nome da paisagem.

Perante a construção de novos instrumentos de gestão e ampliação das demandas sociais pelo usufruto da paisagem, alguns profissionais, sobretudo na perspectiva do Urbanismo e do Direito, têm discutido a possibilidade/necessidade de considerar a paisagem como um direito social essencial à qualidade de vida. São análises que tematizam a paisagem como um direito, na perspectiva de um direito da coletividade, capaz de aportar qualidade de vida, identidade, promover o bem-estar, o conforto social e o prazer estético, além de ser um recurso à atividade econômica (PRIORE, 2002; JORGE e GENTIL, 2010; ZANOLLO NETO, 2010; CUSTÓDIO, 2012; VARÓN, 2012; 2015). Para Priore (2002), essas reflexões expressam uma aproximação da paisagem do debate jurídico internacional, admitindo a centralidade do reconhecimento de sua função social e política para as populações. Mais, são formulações que permitem pensar a

paisagem, do ponto de vista metodológico, a partir do caráter político da demanda de direitos e da promoção de políticas públicas de valor coletivo.

Checa-Artasu (2017) destaca que esses debates foram amplificados a partir da atuação de pesquisadores vinculados ao *Cambridge Centre for Landscape and People* (Reino Unido) que, em 2008, buscaram ampliar o conceito de direitos humanos e explorar as possibilidades de um novo campo de atuações que chamaram como “direito à paisagem” (*right to landscape*, no original)<sup>201</sup>. A partir da proposição desse campo de ações, articulado à amplitude do conceito “guarda-chuvas” de paisagem, buscou-se estimular a discussão paisagística sobre novas bases: através de temáticas como a “dignidade” e o “bem-estar” das comunidades e dos indivíduos, a partir da definição de novos âmbitos de atuação coletiva sobre a paisagem (CHECA-ARTASU, 2017). As reflexões desse grupo foram publicadas no livro *The right to landscape: Contesting landscape and human rights*, a partir da organização de Shelley Egoz, Jala Makhzoumi e Gloria Pungetti.

De acordo com a abordagem dessas autoras, falar do *direito à paisagem* envolve ir além dos já reconhecidos direitos à saúde e meio ambiente adequado ao desenvolvimento integral das pessoas. Também vai além do direito ao legado cultural e patrimonial. O direito à paisagem envolveria aproveitar o potencial da paisagem como uma noção “guarda-chuva” para expandir o debate dos direitos humanos aos valores que a paisagem pode ser associada: temas como a justiça social e cultural, a ética da atuação do poder político e o reconhecimento de valores tangíveis e intangíveis vinculados à experiência humana com o meio (EGOZ, MAKHZOUMI e PUNGETTI, 2011; CHECA-ARTASU, 2017). Conforme os termos dessas autoras:

The concept of the right to landscape explores in detail the role of landscape in working towards justice and human wellbeing. [...] The underpinning of the idea of a right to landscape is our framing of landscape as more than a material object or objective environment. Landscape can be seen as a relationship between humans and their surroundings (Egoz, 2010). This relationship is shared by all human beings and as such can be understood as a universal existential bond that is part of the human experience (Tuan, 1974). The relationship is at once conceptual – a mental picture of the world that is culture and place specific, and physical – the action of shaping land and natural resources to fulfil human needs (Makhzoumi, 2010). [...] we conceive of the right to landscape as the place where the expansive definition of landscape, with its tangible and intangible dimensions, overlaps with the tangible needs for survival and the intangible, spiritual, emotional and psychological needs that are quintessential to the human experience as defined by

---

<sup>201</sup> Debates desenvolvidos a partir de um workshop organizado para debater o aniversário de 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em dezembro de 2008.

the UDHR [Universal Declaration of Human Rights]<sup>202</sup> (EGOZ, MAKHZOUMI e PUNGETTI, 2011, p. 01; 05).

Em artigo de 2002, o jurista Riccardo Priore – profissional que esteve envolvido na formulação e implantação da Convenção Europeia da Paisagem, através de sua participação no *Council of Europe* – já destacava que, a partir da evolução e aproximação da paisagem no debate jurídico europeu e internacional, novas abordagens estimulavam o reconhecimento da função social e política da paisagem para as populações. A partir dos debates e trabalhos para construir a Convenção Europeia da Paisagem, esse autor destacava uma leitura da paisagem não apenas no campo das intervenções restritas, mas como um tema político e social de interesse geral, que contribui para o bem-estar e pode ser uma oportunidade para fortalecer a democracia (PRIORE, 2002).

Nesta publicação, o autor realiza uma distinção entre o “direito de paisagem” e o “direito à paisagem”: Direito de paisagem pode ser considerado como um domínio autônomo do direito e um subdomínio do direito ambiental, quer dizer, o quadro jurídico onde se aplicam normas de proteção às “situações jurídicas subjetivas”. O direito à paisagem, mas que uma construção teórica, corresponde ao próprio interesse paisagístico, ao ato de reconhecimento individual e coletivo dos cidadãos de pertencimento a uma sociedade determinada (PRIORE, 2002). Como reforçam Custódio (2012) e Váron (2012; 2015): “Direito de paisagem” pode ser compreendido como o estudo e a prática do conjunto de normas dirigidas à proteção da paisagem como um patrimônio comum da nação. “Direito à paisagem” como o debate sobre os direitos subjetivos que cada um dispõe sobre a paisagem do qual se encontra mais próximo.

No Brasil, os debates sobre o direito à paisagem pela perspectiva do direito de paisagem têm sido construídos principalmente a partir de duas leituras: (i) a paisagem como um “interesse difuso”; (ii) a paisagem como um “interesse público”. Na primeira abordagem considera-se a paisagem como um bem coletivo contextual da sociedade, formado como um feixe ou conjunto de interesses individuais, que não permite se sobrepor a um direito coletivo maior, sendo necessário sua proteção (tutela legal) em respeito aos direitos da coletividade (GONÇALVES,

---

<sup>202</sup> Livre tradução: “O conceito do direito à paisagem explora, em detalhes, o papel da paisagem no trabalho em direção à justiça e ao bem-estar humano. [...] O suporte da ideia de um direito à paisagem é nosso enquadramento da paisagem como algo além de um objeto material ou ambiente objetivo. A paisagem pode ser vista como uma relação entre os seres humanos e seus arredores (Egoz, 2010). Esse relacionamento é compartilhado por todos os seres humanos e, como tal, pode ser entendido como um vínculo existencial universal que faz parte da experiência humana (Tuan, 1974). O relacionamento é ao mesmo tempo conceitual - uma imagem mental do mundo que é cultural e um lugar específico e físico - a ação de moldar a terra e os recursos naturais para atender às necessidades humanas [...] nós concebemos o direito à paisagem como o lugar onde a definição expansiva da paisagem, com suas dimensões tangíveis e intangíveis, são sobrepostas com as necessidades tangíveis de sobrevivência e às necessidades intangíveis, espirituais, emocionais e psicológicas que são essenciais para a experiência humana, conforme definida pela Declaração Universal dos Direitos Humanos”.

2015; JORGE e GENTIL, 2010). Do ponto de vista metodológico, as formulações da paisagem como direito difuso permitem pensar a paisagem pelo caráter político da demanda de direitos e promoção de políticas públicas de valor coletivo. Mas, como destaca Gonçalves (2015, p. 107), se o interesse difuso possui, em certo grau, um conjunto de indivíduos referenciais e unidos por circunstância conexa, “o direito pleiteado pode não coincidir com o desejado pela coletividade”.

Também há autores que consideram a paisagem por outra perspectiva, como objeto de interesse público primário (GONÇALVES, 2015). Sem negar a possibilidade de considerar a paisagem como um direito difuso, essa concepção permite estabelecer um contraponto às outras abordagens: considerar a paisagem não como um direito conectado a um conjunto de interesses individuais unidos por circunstância conexa, mas pensar a paisagem como um interesse público referente a toda sociedade envolvida, onde “o objeto de direito (a paisagem) é automaticamente extensível a toda a coletividade de uma sociedade” (GONÇALVES, 2015, p. 107).

Na consideração de Gonçalves (2015), pensar a paisagem como um interesse público de toda a coletividade (um bem comum e indivisível) possibilita o reconhecimento da paisagem como um fenômeno e um elemento comum à percepção coletiva e de direito de todos os cidadãos. Compreensão que evidencia sua abordagem como um tema do Direito e insere a questão no âmbito de uma política pública específica. Conforme as palavras desse autor:

[...] a noção de interesse público se apreende aplicável de uma forma mais abrangente, para além dos conflitos de interesse entre Estado e sociedade, ou entre indivíduos, para representar uma via intermediária do direito, de espectro social, abarcando um conjunto de pessoas, uma determinada coletividade. [...]

Por esse entendimento, pensa-se que a paisagem pode ser compreendida também como objeto de interesse difuso, pela aceção de indeterminação que enseja. No entanto esse artigo se ocupa em contribuir para fundar sua dimensão social, como um todo indivisível, comum à coletividade em geral, ainda que admitindo a multiplicidade de interesses – e assim, ratifica-se como oportuna a posição de considerar a paisagem como objeto de interesse público primário (GONÇALVES, 2015, p. 106-108).

Compreendendo as limitações do olhar geográfico para aprofundar o debate sobre essas questões relativas ao Direito, convém esclarecer que buscamos contribuir à questão não a partir da leitura legislativa e processual do conceito. Pensamos que, no plano da Geografia, o debate sobre tais questões podem ser exploradas, dentre outras possibilidades, a partir da análise sobre as formas como os grupos vivem em seu *cadre de vie* e mobilizam-no como um valor (histórico, cultural e social) de suas territorialidades (BRIFFAUD, 2009; CUSTÓDIO, 2012). Interessamos contribuir com o debate sobre os direitos subjetivos que cada um dispõe sobre a paisagem do qual se encontra próximo, assim como seus deveres na proteção, conservação e gestão dessas paisagens. Como o exemplo dado pela Convenção Europeia da Paisagem, o direito à paisagem

para todos só pode ser alcançado a partir das responsabilidades compartilhadas e coletivas, entre especialistas e cidadãos ‘comuns’ (SÁ CARNEIRO, VERAS e BARBOSA, 2020).

Entretanto, se a paisagem tem sido objeto de interesses renovados, ela também envolve expectativas distintas que nem sempre estão em harmonia. Nesse contexto, se observa também o crescimento de embates e desacordos sociais que contribuem para conformar a paisagem como um problema público. Por exemplo, no Recife pudemos observar expectativas sociais que interpretam a paisagem de formas opostas: de um lado, a partir do valor de troca (a questão da paisagem-privilégio, do espetáculo que confere status e busca descortinar as paisagens vistas a partir das grandes torres); por outro lado, abordagens que consideram as paisagens como um dispositivo de memória, ligado às formas de ser, de observar os panoramas históricos da cidade, mais próxima do valor de uso.

Mal-entendidos e desacordos são questões inevitáveis aos encontros sociais. Situações de encontro interpessoal e/ou intercultural sempre vão expressar nuances verificáveis nos “nós íntimos da cultura” que são intraduzíveis ou incompatíveis entre todas as partes envolvidas (LA CECLA, 2002). A partir da abordagem de La Cecla (2002, p. 10-15), consideramos que os mal-entendidos e desacordos sobre a gestão das paisagens não são resultados de suposta falha e/ou falta de comunicação, ou da ausência de conhecimentos sobre o tema pelos grupos envolvidos. Esses desacordos são expressões inevitáveis dos encontros sociais, resultado das fronteiras verificáveis na complexidade dos encontros, onde os indivíduos se descobrem como diferentes e, na maioria das vezes, transformam situações que poderiam ser enriquecedores em expressões de dissensões e conflitos (LA CECLA, 2002).

Pensando a paisagem como uma dessas fronteiras, de que forma podemos avançar nas experiências do planejamento urbano e paisagístico para superar as controvérsias e oposições binárias, construindo lições para o futuro? De que forma a paisagem poderia ser um instrumento viável para construir estratégias de planejamento e gestão coletivas do território? Se os conflitos e mal-entendidos são inevitáveis à sociedade e à dinâmica dos espaços públicos, podemos usar tais *desencontros* como uma oportunidade para estimular o diálogo, a convivência e uma gestão compartilhada. São desacordos que nos convidam a discutir formas de integração e estimular a *contiguidade entre as diferenças*: estímulo à convivência e coabitação com o diferente, a partir de um *faire avec* que utiliza o mal-entendido como uma estratégia interpessoal e intercultural suscetível de preparar, produzir e consentir a tolerância (LA CECLA, 2002).

O exemplo dos geossímbolos no espaço estuarino do Recife pode ser elucidativo acerca do potencial apresentado pela paisagem para incitar um imaginário de confluência social numa cidade fragmentada e desigual socialmente, como o Recife. Nas mobilizações e demandas da

paisagem destacadas, algumas com interesses contraditórios, as retóricas e imagens construídas usualmente se apoiam sobre lugares previamente carregados de potencial identitário para toda a cidade: espaços marcados pela presença da água, pontes, manguezais e margens dos rios que possibilitam a observação da paisagem e outros elementos recorrentes do sítio estuarino. Como buscamos demonstrar nessa tese e em pesquisas anteriores (BARBOSA, 2012; 2014; MACIEL e BARBOSA, 2013), essas paisagens estuarinas são geossimbólicas – ou metonímicas, nas palavras de Maciel (2005, 2013) – não apenas por imposição discursiva, mas pela diversidade e vitalidade das histórias pessoais, memórias coletivas, vivências, sensibilidades, afetividades, interações sociais e valores culturais diversos aí vinculados.

Paisagens geossimbólicas (ou metonímicas) conforme qualificam Bonnemaïson (2012) e Maciel (2005, 2012), são paisagens que podem possibilitar/promover o estabelecimento de *laços* que ligam os grupos ao território e permitem reforçar os ideais de coletividade intrínsecos à cena pública. Assim, demonstram a possibilidade do encontro, de acordos e estabelecimento de pontes de confluência dos diferentes, visando reforçar a coerência de espaços públicos ao apelar para um espaço vivido e construído a partir de experiências variadas, senão contrastantes (BARBOSA, 2012, 2014; MACIEL e BARBOSA, 2013).

Em nossa compreensão, tais postulados reforçam a proposição da “leitura heterotópica da paisagem” exposta por Claval (1994, p. 64-67), que destaca a necessidade de considerar a paisagem como o *lugar do outro*, para destacar suas discontinuidades, dissonâncias e rupturas como consequência das ontologias diferenciadas dos lugares. São debates que envolvem a expressão de questões íntimas que são colocadas e precisam ser consideradas na perspectiva do espaço público, como espaço da ação, da visibilidade, dos encontros e controversas construídos a partir de uma pluralidade de perspectivas e ações, buscando garantir o caráter democrático de sua dinâmica social. Essas questões colocam em jogo novos valores e novas sensibilidades que ultrapassam o exercício da arte e interrogam, de forma mais ampla, as relações com o real, com os “quadros perceptivos e simbólicos da experiência do mundo” (BESSE, 2014, p. 23-24).

O fortalecimento do direito à paisagem pode possibilitar a satisfação das “necessidades existenciais” do ser humano, sobretudo as afetivas e sociais, vinculadas às relações com seus territórios produzidos e praticados, a partir da soma das experimentações, costumes e práticas (BESSE, 2014). Entretanto, como destaca Ribeiro (2018a) o aparato institucional desenvolvido tem se mostrado pouco efetivo em dar conta dessas novas demandas e os espaços políticos ainda são mobilizados de maneira efêmera, colocando desafios importantes à gestão das cidades.

Pensar a paisagem nessa perspectiva inclusiva, considerada enquanto possibilidade de expressão da cidadania, torna-se central ao debate público da cidade contemporânea, visto que

reconhecer direitos pela “porta” paisagística pode permitir a valorização e o reconhecimento de identidades (pressuposto indispensável da qualidade do cidadão) e garantir o acesso destes à memória, aos seus símbolos e a participação na seleção e definição dos valores paisagísticos locais (RIBEIRO, 2013). Entretanto, há que se considerar que:

[...] a mera inclusão de outros grupos dentro do discurso identitário nacional não significa necessariamente uma prática democrática. A forma e os critérios para a seleção desses grupos e de quais discursos privilegiar é que merecem ser o foco da discussão. O mais importante é discutir quem são os atores que fazem essa seleção e quais os instrumentos legais e instituições que possibilitam à população participar dessa seleção, reconhecimento e construção identitária da nação.

É nesse sentido que pensar a paisagem como patrimônio hoje implica a incorporação dessa discussão. O momento atual, no qual se buscam os instrumentos adequados para a identificação e atribuição de valor das paisagens é fundamental, uma vez que a questão de quais valores e quais narrativas sobre a paisagem privilegiar é muito mais do que meramente uma questão técnica e objetiva, mas de exercício da democracia e da cidadania. Ao mesmo tempo em que essas ações podem evidenciar valores, também podem esconder e omitir significados de outros grupos (RIBEIRO, 2013, p. 241).

Em perspectiva próxima, Sgard (2010) considera que uma perspectiva mais inclusiva da paisagem não deve ser realizada a partir de uma moral fundada em simplesmente aceitar novas práticas paisagísticas, baseadas na simpatia e tolerância, mas sim a partir da reflexão sobre os valores paisagísticos, da sua gestão e distintas instrumentalizações na produção dos discursos e ações. Da mesma forma, Olwig (2011) destaca que a polivocalidade da paisagem não pode ser uma desculpa para revogar a proposição de um princípio universal, visto que, em sua leitura, discutir o direito à paisagem envolve a busca para garantir o “direito a uma diversidade de paisagens”, mas também “ao direito de uso de uma paisagem comum compartilhada por uma variedade de indivíduos e comunidades”<sup>203</sup> (OLWIG, 2011, p. 47).

Se buscamos compreender a pertinência e eficácia como referências paisagísticas são mobilizadas como estratégia do discurso e da ação de grupos interessados no reconhecimento de sua cidadania, devemos admitir que esses valores paisagísticos são estabelecidos através de relações geograficamente referenciadas entre os indivíduos, os espaços onde habitam e suas paisagens, na perspectiva do território. Logo, nas estratégias adotadas por grupos da “classe média” e profissionais técnicos nas disputas pelo Ocupe Estelita podem ser mobilizados valores e racionalidades paisagísticas totalmente diferentes das mobilizações dos grupos organizados nas ações da Ilha de Deus, por exemplo. Há uma disputa que envolve a noção de “paisagem” (e da sua variação de “direito à paisagem”), mas também há “paisagens”. Não existe uma única

---

<sup>203</sup> No original: “The polyvocality of landscape is no excuse for revoking the proposition of a universal principle. As Kenneth Olwig suggests in this volume: The right right to landscape is ... the right to a diversity of landscapes, not just to the landscape of property’s uniform space, but also the use right to a common landscape shared by a variety of individuals and communities, human and natural”.

paisagem que perpassa todos, mas diversas concepções paisagísticas que disputam e se apropriam do conceito de paisagem para agir e reivindicar suas questões.

Portanto, as respostas a essas mobilizações da paisagem devem ser, antes de tudo, ética que técnica ou financeira (SGARD, 2010): impedir a delimitação entre um “nós” e os “outros” para impedir que a paisagem seja instrumentalizada em favor de uma identidade fechada. Como destaca essa autora, permitir esse “fechamento” pode transformar o argumento paisagístico em uma arma capaz de portar intencionalmente discursos e atos de violências simbólica e concreta (SGARD, 2010, p. 03).

Assim, eis o ponto geográfico do direito à paisagem que buscamos estimular: justificar a pertinência do debate desse direito à paisagem em nossas cidades a partir da valorização das práticas e relações particulares, históricas e sustentáveis dos grupos com os espaços, desde que essas respeitem e/ou contribuam para a conformação de uma paisagem comum e compartilhada pela variedade de indivíduos e comunidades. Reconhecimento do *direito à paisagem* não apenas a partir dos valores e interesses materiais vinculados ao território, mas a partir da relação das pessoas com seu entorno, de forma completa e equilibrada, conformando valores históricos, culturais e sociais às paisagens. Valor histórico a partir do status da herança e memória social de construção destas paisagens por uma dada sociedade. Igualmente, como valor cultural, pois sua apreensão pode reforçar identidades sociais e fortalecer laços sociais (LACERDA, N., 2012).

O reconhecimento desses valores envolvem a garantia de um conjunto de questões: da qualidade de vida; da identificação das populações com suas marcas e matrizes culturais; o pertencimento individual e coletivo dos cidadãos à sociedade; os direitos das futuras gerações a gozar de qualidade na paisagem; direitos e deveres dos cidadãos de hoje cujas intervenções transformam a paisagem e, com ela, a sua identidade coletiva, sua qualidade de vida, seu bem-estar físico e social e sua felicidade; e, por fim, a garantia de sua integridade como ser social, dotado de memória e identidade coletiva (PRIORE, 2002; GONÇALVES, 2015; RIBEIRO, 2018a; CORTINA, 2011).

## **5.2 Cidadania paisagística: uma utopia?**

Na atualidade, paisagens urbanas se transformam (visualmente e simbolicamente) cada vez mais em atos políticos. Ao desenvolver ações que demandam o reconhecimento das marcas territoriais que se identificam, grupos diversos passam a utilizar as materialidades dos espaços públicos para tornar visíveis suas demandas e produzir uma paisagem que torna ela mesma um meio de ação política (CASTRO, 2018b). Como destaca Rodrigues (2019, p. 39), as ideias e os



debates em torno da cidadania incluem cada vez mais referências paisagísticas, aproximando essas noções no debate político contemporâneo. É possível verificar conexões entre demandas pela paisagem e o exercício da cidadania: a paisagem se torna um importante vocábulo na luta por reconhecimento (social, cultural, político, jurídico) e pertencimento dos grupos no território e na sociedade.

Ao longo da produção dessa tese, buscamos contribuir com esse debate sobre a geografia política da paisagem a partir da proposição de uma abordagem para a ideia de *cidadania paisagística*, questão problematizada no diálogo entre grupos de pesquisa da UFRJ e UFPE<sup>204</sup>. Nessa rede de investigações, o apelo à noção se fez com o objetivo de problematizar as formas como a noção de paisagem, no contexto contemporâneo, se transforma em uma prática política e um instrumento de controle e reivindicação. Discussões sobre as formas como grupos sociais utilizam a materialidade do espaço urbano para manifestar suas demandas por cidadania e usar a paisagem como um meio para a ação política (RIBEIRO, 2018a; CASTRO, 2018b; MACIEL, 2016; BARBOSA, 2018).

Nessa rede de pesquisa, buscamos compreender as expressões da cidadania paisagística a partir de duas perspectivas gerais: (i) através dos conflitos observados entre a preservação e transformação das cidades brasileiras, perante os impactos sociais e políticos verificados nos grandes projetos urbanos; (ii) a partir da análise sobre como atores sociais diversos mobilizam a paisagem como um objeto de identidade e expressão de demandas sociais, quer dizer, como os grupos formulam e expressam demandas de cidadania perante a mobilização de referências paisagísticas (BARBOSA, 2018; RIBEIRO, 2018a).

Tomando a discussão recente da geografia política sobre os espaços políticos (RIBEIRO, 2018a, 2019b; CASTRO, 2018a; 2018b; MACHADO FILHO, 2017), consideramos que uma cidadania paisagística – o direito de ver, ser e estar na paisagem – pode ser garantida a partir da associação de duas questões ao debate paisagístico: participação e gestão. Participação através da necessidade de incorporar a população na identificação dos valores (culturais, patrimoniais, econômicos, etc.) paisagísticos, mas também no planejamento/gestão dos quadros paisagísticos. Gestão que deve ser realizada a partir de uma perspectiva participativa, compartilhada e comprometida, com a criação de espaços políticos para possibilitar encontros, debates e acordos sobre os interesses conflitantes (RIBEIRO, 2019b).

---

<sup>204</sup> Diálogo entre os grupos de pesquisa GEOPPOL/UFRJ (Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Política e Território) e LECgeo/UFPE (Laboratório de Estudos sobre Espaço, Cultura e Política). Essa parceria se faz a partir do projeto no CNPq iniciado em 2015, nomeado como “Direito à Paisagem e prática da cidadania no Rio de Janeiro e Recife: Política urbana, democracia e formação de espaços políticos em metrópoles brasileiras”, sob a coordenação do professor Rafael Winter Ribeiro.

No desenvolvimento dessa pesquisa, pudemos observar outros grupos de estudantes e pesquisadores que também estão apresentando leituras sobre a ideia de “cidadania paisagística”: trata-se do grupo de pesquisadores portugueses que apresentou em 2018 o Museu da Paisagem e formulou a ideia de “cidadania paisagista”, depois transformada em “cidadania paisagística”; e do grupo de pesquisadores na Inglaterra que, a partir do evento “*Landscape Citizenships – A Symposium*”, realizado na cidade de Londres, em novembro de 2018, apresentaram reflexões sobre a noção a partir das reflexões de Gary Snyder e Kenneth Olwig.

O Museu da Paisagem (MdP) corresponde ao museu com sede digital, mas com origem em Portugal, totalmente dedicado à paisagem. Conforme descrito na apresentação da exposição virtual de inauguração, o MdP surgiu “no contexto de uma sensibilização e educação para uma cidadania paisagística que, tal como a própria paisagem, terão de resultar de um processo contínuo e coletivo”. Inicialmente, o grupo apresentou a abordagem do museu a partir da noção de “cidadania paisagista” (PINA et al, 2017), transformando-a em momento posterior para a ideia de “cidadania paisagística” (2019).

Independente da terminologia adotada, a proposta do coletivo sempre esteve relacionada ao desenvolvimento de ações de educação paisagística e patrimonial, a partir do ato técnico e científico preocupado em “despertar o sentido crítico e participativo de todos os cidadãos” para a gestão das paisagens e do território<sup>205</sup>. A partir de ações de mediação museológica, buscam estimular maior participação e responsabilidade de todos os “protagonistas da esfera pública” no planejamento e gestão do patrimônio paisagístico. Para tal, propõem “estratégias inclusivas” e “ações participativas” que permitam reforçar a convivência entre as múltiplas sensibilidades, olhares e vozes sobre a paisagem, assim como a valorização das questões ambientais, culturais e de proteção do patrimônio paisagístico<sup>206</sup>.

A noção de *landscape citizenship*, por sua vez, foi apresentada em evento realizado em Londres, em novembro de 2018, organizado por pesquisadores de algumas universidades da Inglaterra e do Canadá<sup>207</sup>. A perspectiva do evento foi debater questões referentes aos campos emergentes da “justiça paisagística” e “democracia paisagística”, a partir de reflexões sobre as “relações substantivas e mutuamente constitutivas entre pessoas e lugares”. Inspirados a partir da proposição de Kenneth Olwig sobre as dimensões de pertencimento possíveis a partir do

---

<sup>205</sup> Informações disponíveis no endereço digital do MdP: <<https://museudapaisagem.pt/pages/sobre/>>. Acesso em: 13 set. 2019.

<sup>206</sup> *Idem*.

<sup>207</sup> O evento “*Landscape Citizenships – A Symposium*” foi organizado por Tim Waterman, Ed Wall e Jane Wolff, vinculados às *University of Greenwich*, *University of Toronto* e *Centre for Landscape Democracy e Landscape Research Group*. Endereço digital do evento: <<https://landscapecitizenships.wordpress.com/>>. Acesso em: 13 set. 2019.

termo *landship*<sup>208</sup>, o evento construiu suas atividades a partir do objetivo de discutir as relações de pertencimento entre as comunidades e a Terra, onde a relação grupos-terra-território seria considerada como parte indispensável da prática da cidadania<sup>209</sup>.

Apesar da proximidade com tais perspectivas, em nossa abordagem buscamos considerar a cidadania paisagística por algumas portas particulares, diretamente vinculadas ao contexto brasileiro. Primeiro, porque nos interessa destacar os movimentos operados “de baixo pra cima” em favor do reconhecimento de uma cidadania paisagística. Quando o MdP expressa, ao menos inicialmente, o termo “cidadania paisagista” (a partir do substantivo), percebemos uma primeira distinção com a nossa abordagem de cidadania paisagística (a partir do adjetivo). O MdP está mais vinculado com uma perspectiva técnica e institucional, a partir de atos profissionais que podem indicar novos caminhos à sociedade. A ênfase é dada ao sujeito da ação técnica que, no diálogo com a sociedade, pode criar novos espaços e paisagens para o exercício da cidadania paisagística. No caso observado na cidade do Recife, consideramos que o caminho de demanda e construção da cidadania paisagística também pode se operar no caminho inverso.

Para apresentar nossa abordagem teórico-metodológica da cidadania paisagística, faz-se necessário, antes de tudo, reconhecer que essa noção possibilita o encontro entre dois conceitos com percursos distintos, mas bastante difundidos em diferentes disciplinas: a “cidadania” e a “paisagem”. Termos polissêmicos, antes de serem conceitos científicos, correspondem a noções difundidas em contextos anteriores à sistematização de diversas ciências. Com abordagens e formulações teóricas justapostas em disciplinas distintas, esses conceitos suscitam enfoques interdisciplinares de análise, fazendo-se necessário que deixemos claro o aparato teórico-metodológico das nossas análises. Começaremos com a noção de cidadania.

A cidadania possibilita a construção de diferentes questões aos contextos disciplinares. Para cientistas políticos, por exemplo, debates sobre a cidadania normalmente envolvem a reflexão sobre justiça, participação política e direitos sociais. Antropólogos, por sua vez, podem se interessar pelos aspectos simbólicos e variações etnográficas das expressões da cidadania. Geógrafos, ao seu turno, costumam refletir sobre a dinâmica territorial intrínseca ao conceito, investigando o exercício de direitos realizados nos territórios e suas conexões com o Estado (PEIRANO, 2006; BOTELHO e SCHWARCZ, 2012; CASTRO, 2003; RIBEIRO, 2013).

---

<sup>208</sup> De acordo com Kenneth Olwig, há um paralelo entre os sufixos *land-scape* e *land-ship*, cujo significado de ambos envolve ‘mostrar algo’, ‘exibir’, uma qualidade ou estado de ser. Para esse autor, as pessoas podem conceber a si mesmas como incorporadas a uma *landship*, que podem levar ao reconhecimento de seus territórios e um pertencimento comprometido com as paisagens. Questões apresentadas em: Olwig, Kenneth (2005) “Representation and Alienation in the Political Land-scape”. In *Cultural Geographies* 12. London: Edward Arnold, 19-40.

<sup>209</sup> Informações disponíveis no endereço digital do evento.

A partir dessa diversidade, Botelho e Schwarcz (2012, p. 11) consideram que não existe uma definição consensual nem análises definitivas sobre o conceito de cidadania. Há, para os autores, uma pluralidade e instabilidade de concepções, a partir de abordagens que “convivem e disputam significados e sentidos não só práticos como simbólicos”, refletindo a variedade de tipologias resultantes de diversas experiências históricas.

Entretanto, como pondera Castro (2003, p. 08-10), há um “núcleo forte” do conceito, considerado como “ponto de partida filosófico” ao seu debate: a ideia de que a cidadania ilustra um “justo equilíbrio entre direitos e deveres na relação entre indivíduos e comunidade”, que se realiza nas práticas do cotidiano social, inscritos em determinado tempo e espaço, além de ancorados no aparato institucional à disposição da sociedade no território. As raízes do conceito no contexto contemporâneo ligam-se a partir do século XVIII, ligadas à ascensão dos ideais da república e da democracia, cujo conceito passa a indicar “os laços mais ou menos abstratos existentes entre todas as pessoas e os estados-nação de que fazem parte, expressos em termos de direitos e deveres” (RODRIGUES, 2019, p. 40).

Considera-se que, por definição, cidadãos são os membros de um Estado, com direitos, deveres e *status* garantido de participação integral na comunidade, sendo a cidadania tanto um conceito como uma prática social vinculada ao exercício pleno no Estado de direitos, estando cada vez mais incorporado à gramática e experiência política cotidiana (BARBOSA, 2018; PEIRANO, 2006; BOTELHO e SCHWARCZ, 2012; RIBEIRO, 2013). Essa perspectiva da cidadania institui um estatuto para a relação dos cidadãos com o corpo político do Estado, o que “confunde” a cidadania com a nacionalidade e restringe a participação dos indivíduos na vida política aos canais estabelecidos pela democracia representativa (RODRIGUES, 2019).

Assim, se essa acepção mais consensual permite-nos avançar nas reflexões da cidadania paisagística, ela também carrega um conjunto de impasses. Essa definição mínima expõe que a construção/delimitação da cidadania envolve uma dinâmica de inclusão e exclusão (criação de distinções, contrastes e *status* diferenciado de uma identidade cívica) entre os cidadãos e *não-cidadãos*, podendo gerar além do convívio comum, o aumento de demandas individualistas e/ou egoísticas (BOTELHO e SCHWARCZ, 2012; PEIRANO, 2006). Conforme esclarece DaMatta (1997), além de uma perspectiva jurídico-política, a cidadania também comporta a dimensão sociológica de algo que é institucionalizado socialmente e moralmente construído.

Análises contemporâneas também indicam outros questionamentos ao conceito, a partir da proposição de transformações profundas no seu significado, nas práticas e empenhos sociais de cidadãos no cotidiano. Como destacam Botelho e Schwarcz (2012), novos modelos teóricos e políticos são lançados no debate contemporâneo, transformando radicalmente o conceito: se

outrora era ligado ao pertencimento e exercício da individualidade perante um Estado nacional, agora, cada vez mais se transforma em um *desejo* por reconhecimento político, uma vontade política expressa por diferentes grupos em declarar e defender suas diferenças. A partir dessa abordagem, esses autores destacam três questões centrais que justificam a retomada dos debates sobre o conceito (BOTELHO e SCHWARCZ, 2012):

- (i) A emergência de lutas por novos direitos, não mais exclusivos aos indivíduos, mas em conexão a grupos, etnias, nações e à própria humanidade: o direito ao meio ambiente equilibrado, à paz, ao patrimônio, etc.;
- (ii) Debates sobre questões relativas ao pertencimento e reconhecimento de identidades coletivas, reconfiguradas diante migrações e conflitos étnicos, por exemplo;
- (iii) Fortalecimento de pressões sociais por justiça, que despertam a percepção de novos direitos e ampliação dos sentidos da cidadania: grupos que demandam direito à moradia, à saúde, à educação básica, etc.

Considerando o contexto brasileiro, o referencial legislativo fornecido pela Constituição de 1988, contribuiu de forma significativa para esse processo de reconfiguração da cidadania. A Constituição propõe o reconhecimento da diversidade como princípio norteador do debate jurídico sobre identidades e democracia, possibilitando a emergência de políticas de ações afirmativas articuladas a demandas territoriais e de reconhecimento de identidades (RIBEIRO, 2013). A proteção de práticas e espaços de grupos minoritários passa a ser considerada como estratégia de reconhecimento da pluralidade da(s) identidade(s) nacional(is). Conforme Ribeiro (2013) apoiado nas análises de Wilson Rocha Assis, o contexto pós-1988 permite pensar a cidadania através do “direito à diferença”, a partir da tradução de uma diversidade ontológica em pluralismo discursivo, de afirmação das diferentes expressões culturais e legitimidade de sua proteção jurídica.

Assim, o contexto contemporâneo da cidadania sinaliza uma “crescente hibridização das pautas reivindicativas”, articuladas ao rearranjo de valores sociais, a partir da proliferação de reivindicações, das demandas por direitos e reconhecimento por diferentes grupos: deficientes, LGBTs, grupos étnicos, mulheres, movimentos urbanos, etc. (MACIEL, 2016; BARBOSA, 2018). Para Rodrigues (2019), essas novas expressões ativistas que dissociam a ação cidadã da relação primeira com o Estado, a partir da transferência desta para um conjunto de práticas onde a cidadania *se joga*, contribui ao desenvolvimento de *cidadanias insurgentes*. Em suas palavras:

Mas, além desta forma “ativa” de se ser cidadão, situada dentro das práticas e dos valores formal e legalmente consagrados, podemos identificar uma outra, emergente, de cidadãos que não se conformam com os direitos e obrigações existentes e se tornam

“ativistas”, em nome de determinados princípios e objetivos éticos, políticos, culturais ou sociais, que querem ver defendidos. Estes desafiam o *habitus* instituído, contestam os limites impostos pelas formas de pensar e pelas condutas internalizadas e válidas para a generalidade dos sujeitos. É a eles que se deve a renovação do próprio exercício da cidadania, ao transformarem “as formas e os modos de agir politicamente, dando vida a novos atores como cidadãos ativistas (reclamantes de novos direitos e responsabilidades), criadores de novos espaços e escalas de luta” (Isin & Nielsen, 2008, p. 39) (RODRIGUES, 2019, p. 41).

Essas novas pautas reivindicativas contribuem para questionar a centralidade e/ou exclusividade de abordagem da cidadania pela identidade nacional, criando novas situações que expandem o conceito e a prática da cidadania, particularizando suas dimensões e introduzindo novas expressões cidadãs: por exemplo, a *cidadania cultural* (que reporta ao direito à diferença) e a *cidadania social* (reivindicações de grupos que buscam se proteger das discriminações e ter o reconhecimento de seus direitos por parte das autoridades) (RODRIGUES, 2019). Essas questões permitem apreender a cidadania como uma identidade social informada pela dimensão política (DAMATTA, 1997) ou, nos termos de Botelho e Schwarcz (2012), uma identidade social politizada. De acordo com a definição de Botelho e Schwarcz (2012, p. 12-13):

Mas gostaríamos de voltar mais uma vez ao conceito de cidadania como “identidade social politizada”. Cidadania é noção construída coletivamente e ganha sentido nas experiências tanto sociais quanto individuais, e por isso é uma identidade social. Claro que pensamos aqui em identidade como uma construção social relativa, contrastiva e situacional. Ou seja, ela é uma resposta política a determinadas demandas e circunstâncias igualmente políticas, e é volátil como são diversas as situações de conflitos ou de agregamento social. Porque é política, também sua força ou fragilidade depende das inúmeras mobilizações, confrontos e negociações cotidianas, práticas e simbólicas. [...] “Identidade social politizada” significa, portanto, que a extensão dos direitos da cidadania democrática deve ser pensada como resultados possíveis das contendas concretas de grupos sociais, e que essas contendas são, por sua vez, fontes poderosas de identificação intersubjetiva e reconhecimento entre as pessoas. Nesse sentido, identidade e cidadania não são conceitos essenciais, fixos por natureza. Eles variam conforme a agência que fazem deles os homens que os mobilizam (BOTELHO, SCHWARCZ, 2012, p. 12-13).

Assim, gostaríamos de reforçar essa abordagem dinâmica e relacional da cidadania, que se expressa nas experiências sociais cotidianas como resposta política às demandas igualmente políticas, e como exercício concreto dos direitos sobre o território. Considerar a cidadania como uma *identidade social politizada* envolve apreendê-la além do caráter jurídico-político-moral, mas através das formas de identificação intersubjetiva e de pertencimento criadas coletivamente nos conflitos e nas negociações cotidianas (práticas e simbólicas). A partir do reconhecimento dessas questões, podemos considerar que as identidades territoriais, as expressões culturais e o exercício da cidadania constituem elementos solidários e inseparáveis para a compreensão da sociedade contemporânea, indicando-nos a impossibilidade de dissociar a geografia dos

modos culturais e suas injunções políticas (MACIEL, 2016). Aqui, a proximidade com o debate paisagístico é evidente e necessária.

Conforme Botelho e Schwarcz (2012), o debate contemporâneo sobre a cidadania tem direcionado a apreensão da cidadania como um *desejo*, como um instrumento manejado pelos grupos para demandar reconhecimento político e afirmar suas diferenças sociais e identitárias. Em perspectiva próxima, Holston (2013) reforça que no contexto brasileiro a cidadania se torna cada vez mais uma palavra ubíqua e com uso evocativo à futuros alternativos, transformando-se de uma concepção estática e alienante para uma questão insurgente e indispensável, muito embora arriscado e deficiente.

Igualmente, conforme destacamos no capítulo 01, no debate paisagístico contemporâneo podemos observar a construção de ações que articulam demandas de reconhecimento social à valoração dos horizontes paisagísticos. Ações que atribuem um papel central à paisagem nas lutas por direitos, a partir da expressão daquilo que chamamos como *desejos de paisagem*: uma vontade crescente expressa por grupos diversos de se sentirem representados nos horizontes paisagísticos e ter seu estar no mundo, marcas territoriais e expressões simbólicas reconhecidas e valoradas. São demandas sociais onde “a paisagem é, simultaneamente, um objeto motivador de ação e uma categoria de pensamento e reflexão cidadã” (RODRIGUES, 2019, p. 43). Como destacado por esse autor:

Não [é] mais uma paisagem que se esgota no olhar contemplativo, de admiração perante a beleza do mundo natural, mas uma paisagem real, de diferentes formas de ocupar e projetar a nossa existência no espaço, de a considerar com base em valores coletivos e de decidir sobre os pontos de equilíbrio nesta relação. Uma paisagem feita e desejada, aquilo que materialmente lá está e aquilo que nela gostaríamos de ver; uma paisagem em que os interesses particulares têm que se confrontar e ser dirimidos face a desígnios coletivos, apelando, necessariamente dada a sua complexidade, como propõe Sgard, a uma reflexão ética sobre a maneira de “integrar na prática, os referenciais e os procedimentos de dimensões mal conhecidas, esquivas e difíceis de tratar: a estética e o sensível, a pertença e a identidade” (2010, p. 10), dando a todos o direito à palavra (RODRIGUES, 2019, p. 43).

Tais questões permitem-nos compreender que o debate paisagístico contemporâneo se faz não apenas a partir da valoração das formas, mas principalmente pelo reconhecimento dos valores e relações espaciais construídos por ações ordinárias. São debates que estimulam uma leitura da paisagem como parte dos sujeitos que nela se reconhecem e com ela estabelecem uma ligação, produto e condição de sua existência, em conexão aos processos territoriais cotidianos dos sujeitos nas suas relações com o mundo circundante (RIBEIRO, 2015; BRIFFAUD, 2009; BERQUE, 2009).

Ao considerar essas questões a partir da ideia de cidadania *paisagística*, o adjetivo que qualifica a cidadania, nos interessamos por analisar a dinâmica das mobilizações cidadãs que

referenciam suas demandas na ideia da paisagem e apresentam-na como parte de seus objetivos para participação cidadã. Tais ações se realizam a partir de um olhar mais lateral, *de dentro* da paisagem: dos grupos que observam as paisagens e buscam o reconhecimento e a inclusão dos seus territórios dentro das esferas políticas legitimadas. São ações cidadãs que contribuem para modificar o caráter da paisagem e que acrescentam novas qualidades ao usufruto paisagístico.

Essas questões indicam-nos a necessidade e possibilidade de aproximar a abordagem da paisagem das reflexões sobre a democracia e do exercício da cidadania, a partir da discussão sobre as formas como racionalidades paisagísticas participam da ação política de grupos sociais dentro de suas reivindicações por direitos e engajamento de suas cidadanias. Tais questões são essenciais às preocupações das abordagens cultural e política da geografia, da geografia social enfim, visto que possibilitam compreender de que forma a paisagem articula, a um só modo, pensamentos, ações e negociações necessárias à manutenção da sociedade democrática.

Com essa perspectiva, podemos ajudar a pensar a paisagem numa perspectiva inclusiva, considerando-a enquanto uma possibilidade de expressão da cidadania e noção “facilitadora” da democracia (SGARD, 2011). Tal debate torna-se central à sociedade contemporânea, visto que reconhecer direitos a partir da paisagem pode valorizar o reconhecimento de identidades, pressuposto indispensável da qualidade do cidadão, garantindo à sociedade a participação na seleção e/ou definição dos valores paisagísticos locais.

Nesse sentido, achamos necessário considerar este conceito (a paisagem e, por extensão, a cidadania paisagística) não de forma restrita ao “universo de práticas perceptivas e mentais” limitadas à esfera da arte, mas como noções que envolvem um conjunto amplo de atividades que expressam a ação do homem em relação com seu ambiente no mundo (BESSE, 2014a). Em outras palavras, há uma ampliação do campo de objetos e práticas paisagísticas, vinculadas não apenas às apreensões permitidas pela arte, mas cada vez mais relacionada com as dinâmicas do contexto social e político cotidiano, com desafios paisagísticos mais amplos. O destaque atual se expressa pelo “caráter holístico da paisagem”, que vai além da ação mais tradicional do paisagismo e se preocupa com a ordem dos elementos da natureza no projeto arquitetônico ou urbano (RIBEIRO, 2019b).

Entretanto, uma perspectiva mais inclusiva da paisagem não deve se fazer a partir de uma moral fundada em aceitar novas práticas paisagísticas, baseadas simplesmente na simpatia e tolerância, mas sim a partir da reflexão sobre os valores paisagísticos, da sua gestão e distintas instrumentalizações na produção dos discursos e ações (RIBEIRO, 2013; SGARD, 2010). É preciso ir além da questão de reconhecimento/atribuição de valor para as identidades e pensar questões práticas ao exercício da cidadania paisagística. Se o reconhecimento das identidades



culturais é um pressuposto indispensável do cidadão, o acesso/participação na apropriação e seleção dos valores também devem ser considerados (RIBEIRO, 2013).

Aqui, a paisagem pode ser considerada como um objeto político, pois envolve um debate sobre um recurso que pertence a todos, onde todos tem o direito de *ver*, *ser* e *estar* na paisagem, assim como o dever de participar das ações de gestão de forma coletiva e comprometida. Neste sentido, envolve a consideração de que a paisagem permite articular uma questão política e de sensibilidade, tal como a dinâmica de todo espaço público, que envolve não apenas as paisagens excepcionais, mas também as cotidianas, constantemente modificadas a partir de nosso olhar e de nossas práticas cotidianas (SGARD, 2010; BESSE, 2014b). A partir dessas questões, dentro de uma conjuntura teórica que permite-nos pensar a paisagem como uma *ação* (política, social e intersubjetiva) e fonte de definição de uma identidade política reivindicada por grupos sociais, gostaríamos de indicar algumas questões para uma abordagem sobre a cidadania paisagística.

Primeiro, faz-se necessário fortalecer os canais de participação e interlocução direta com a população diretamente envolvida com os quadros paisagísticos. Uma participação que deve ser realizada não apenas incorporando a população na identificação dos valores paisagísticos, mas também do envolvimento direto na construção de estratégias de planejamento/gestão dos quadros paisagísticos. Porém, essa participação e negociação só podem interessar aos “cidadãos comuns” se pensadas pelo bem público e pelo objetivo de melhorar a cidade para todos. Como destaca Masbungu (2017), uma boa esfera de participação e negociação não se trata de ceder ao supostamente mais forte, ao político, ao investidor, aos grupos de pressão, mas objetiva criar ou encontrar meios de agir e de adaptar a cidade às suas restrições, assim como desenvolver um *savoir-faire* para deixar a cidade mais desejável e coletiva.

Como preconiza uma publicação recente da Comissão Internacional pela Proteção dos Alpes<sup>210</sup>, apesar da verificação de interesses diversos e, por vezes, conflitantes, a “paisagem é negociável” e, essa negociação pode ser desenvolvida a partir do envolvimento entre todos os atores sociais envolvidos, buscando estimular a integração entre os pontos de vistas e projetos de intervenção (CIPRA, 2018). Os desacordos verificados no debate paisagístico podem ser abordados em sua positividade, como uma chave para a compreensão do processo de produção do espaço e construção de um agir em comum com os diferentes grupos (JACKSON, 2005; CLAVAL, 2012; ZANOLLO NETO, 2010).

Considerando a participação na perspectiva paisagística, debate que envolve o encontro de uma multiplicidade de pontos de vista, como é possível manter juntos, sem sobrepor e sem

---

<sup>210</sup> *Commission Internationale pour la Protection des Alpes*, no original. Endereço digital: <<https://www.cipra.org/fr>>. Acesso em: 19 set. 2019.

confundir, as diversas experiências e leituras paisagísticas? Como podemos articular essas percepções subjetivas de cada indivíduo com os interesses coletivos sobre a paisagem? De que forma podemos promover uma abordagem universal e diversa para tornar visível as práticas dos atores sociais em seus territórios? Alguns debates e ações têm buscado oferecer caminhos para uma ação comum à paisagem.

Primeiro, convém retomar os debates da paisagem como um bem comum, conforme destacado no primeiro capítulo. Através da percepção da paisagem como um comum, algumas abordagens propõem o reconhecimento de um interesse público da dimensão paisagística que conforma a paisagem como um fenômeno e elemento comum à percepção coletiva e ao direito dos cidadãos. Essa paisagem como um comum poderia ser abordada a partir da importância atribuída aos seus aspectos imateriais, do destaque dado às questões coletivas e indivisíveis que formam as paisagens: a predominância da agência humana, das representações simbólicas e das práticas culturais cotidianas, etc. Uma abordagem social da paisagem a partir da influência dos fatores culturais (GONÇALVES, 2015; GAILING, 2013).

Esses debates buscam estimular uma abordagem da paisagem a partir de três dimensões éticas básicas: (i) conceber a paisagem como um bem comum, acessível a todos; (ii) considerar a paisagem com um bem a transmitir, de responsabilidade de todos; (iii) pensar a paisagem como um bem relevante para o viver juntos e em equidade (SGARD, 2010). Para tal, buscam estimular estratégias de gestão coletiva e participativa desse recurso, com implicações éticas e morais de largo alcance. Para Besse (2018a, p. 07), considerar a paisagem como um desses comuns envolve a adoção de estratégias de governo que permitam aos cidadãos participar de sua gestão através de um sistema de direitos e obrigações. Como acrescenta Checa-Artasu (2017, p. 49):

El paisaje es y puede ser considerado como un bien común, entendido éste como recurso económico, social y cultural, poseído por un colectivo humano más o menos amplio que lo considera parte de su identidad o baluarte de la misma y contenedor de valores intangibles asociados con relaciones sociales construidas a lo largo de tiempo y las más de las veces con un sustrato histórico. Un bien común que como tal es un elemento de producción y de reproducción de la vida frente a los embates y cercamientos del sistema económico imperante, el capitalismo neoliberal. Es decir, su conceptualización y el deseo o voluntad de protegerlo coadyuvan a la visibilización y toma de conciencia de los valores que están plenamente enraizados con la actividad humana en su estado más esencial (relaciones, pasiones, temores, querencias, etc.) [...] <sup>211</sup> (CHECA-ARTASU, 2017, p. 49).

---

<sup>211</sup> Livre tradução: “A paisagem é e pode ser considerada como um bem comum, entendido este como um recurso econômico, social e cultural, possuído por um coletivo humano mais ou menos amplo que a considera parte de sua identidade ou baluarte da mesma e recipiente de valores intangíveis associados com relações sociais construídas ao longo do tempo e, na maior parte das vezes, com um substrato histórico. Um bem comum que, como tal, é um

Igualmente, revelam a necessidade de considerar as questões paisagísticas a partir do ambiente cotidiano, pensando sua gestão pela perspectiva da negociação e participação sociais. Assim, considerar a paisagem nessa leitura envolve situá-la entre o bem comum (no sentido de ter um interesse geral) e um recurso comum (por ser ao mesmo tempo simbólica e material) (SGARD, 2010). Em outras palavras, pensar a paisagem como um projeto político que permita a diversidade de leituras, mas também um ponto comum. Como destaca Sgard (2010), apoiada nas leituras de Augustin Berque, a paisagem não pode ser o olhar de um só, mas deve emergir a partir de um “*sensus communis*”, alcançável a partir do diálogo e respeito à democracia. A pluralidade se faz necessária a partir da associação com o “viver-juntos”, a partir de uma ética que contribua para garantir a equidade no acesso desse bem comum (SGARD, 2010).

Para Abreu e Pina (2019, p. 66), no âmbito das reflexões sobre o Museu da Paisagem, essa articulação poderia ser alcançada apenas através do reconhecimento do valor de todas as “camadas de paisagem” expressas pelos atores que a mobilizam. Se a paisagem encerra uma complexa rede de narrativas, essas podem coabitar de modo harmonioso, a depender dos níveis de articulação e/ou tensão observadas sobre as problemáticas ambientais, econômicas, culturais e sociais. Assim, esses valores precisam ser percebidos, postos em relação e negociação a partir da participação e envolvimento de todos os agentes, podendo contribuir para a construção de “um conjunto sustentável”. Faz-se necessário fortalecer as relações entre a diversidade de atores territoriais, a partir da abertura de um “espaço de diálogo sobre a paisagem e suas relações entre os vários atores de um território” que, a partir de então, pode conseguir sensibilizar os grupos envolvidos na criação de “paisagens sustentáveis” (ABREU e PINA, 2019, p. 66). Cidadania paisagística que pode ser fortalecida pelo estímulo à participação e envolvimento dos grupos envolvidos em projetos transversais que se cruzam na paisagem.

O reconhecimento dos interesses e valores paisagísticos, assim como buscar garantir a participação dos distintos grupos interessados nos espaços políticos da gestão da paisagem é um dos requisitos básicos para garantir o direito à paisagem para todos e permitir que essa noção possa funcionar como uma ferramenta para melhorar a qualidade de vida da população e criar vínculos com o território. Permitir o exercício da cidadania a partir da gestão paisagística pode valorizar o reconhecimento de identidades (pressuposto indispensável da qualidade do cidadão)

---

elemento de produção e de reprodução da vida frente aos embates e cercamentos do sistema econômico prevalecente, o capitalismo neoliberal. Quer dizer, sua conceitualização, e o desejo ou vontade de protegê-la coadunam com sua visibilização e tomada de consciência dos valores que estão plenamente enraizados com a atividade humana em seu estado mais essencial (relações, paixões, temores, vontades, etc.) [...]”.

e garantir o acesso destes à memória, aos seus símbolos e a participação na seleção e definição dos valores paisagísticos locais (RIBEIRO, 2013).

Ribeiro (2019b) oferece outro exemplo sobre uma possibilidade de espaços de diálogos construídos para debater a paisagem e para garantir o exercício de uma cidadania paisagística: a formatação de espaços políticos para gestão da paisagem. A referência do autor vincula-se à consideração ao *espaço político*, conceito que simboliza uma proposta de abordagem a partir da consideração dos espaços para gestão compartilhada e os espaços de participação. Conforme esse autor, o espaço político pode ser compreendido como um espaço de encontro e debates capaz de permitir a construção de acordos sobre interesses conflitantes e desenvolvimento de uma gestão participativa (RIBEIRO, 2019b). De acordo com a definição apresentada por Castro (2018a, p. 123):

Como um espaço para o encontro dos diferentes, do embate de ideias e solução de conflitos, o espaço político é então um lugar mobilizado para o confronto, onde os homens agem coletivamente com uma intenção, o lugar da defesa de interesses, da negociação e da disputa de poder sobre acordos em relação às normas necessárias ao convívio pacífico entre diferentes visões de mundo. Há, pois na ação no espaço político uma dimensão instituinte, ou seja, uma conexão com o poder decisório governamental, qualquer que seja a sua escala.

Castro construiu a definição de espaço político a partir da consideração de três aspectos fundamentais aos espaços políticos: a visibilidade, a abrangência e a efetividade. A partir dessas variáveis, a autora indicou três tipos básicos de espaços políticos. Primeiro, os *espaços políticos exclusivos*, representado pelos parlamentos, assembleias ou câmaras, construídos e organizados para o debate e deliberação política de abrangência de toda a sociedade. Segundo, os *espaços políticos limitados*, formados a partir da associação entre interesses específicos da sociedade, onde se inserem diversos tipos de conselhos, fóruns temáticos e associações de moradores, por exemplo. Terceiro, os *espaços políticos abertos*, que se expressam sobretudo no espaço público, nas ruas e praças, de característica efêmera e constituídos como espaço de pressão e visibilidade de demandas (CASTRO, 2018a; RIBEIRO, 2019b).

Para Ribeiro (2019b), no debate paisagístico e patrimonial é importante a constituição de *espaços políticos limitados*, conforme a definição dada por Castro (2018a), fornecendo para isso o exemplo do Comitê Gestor da Paisagem Carioca. De acordo com esse autor, a cidade do Rio de Janeiro foi inscrita na Lista do Patrimônio Mundial da Unesco em 2012, sendo a primeira grande área urbana inscrita como paisagem cultural, dialogando com a abordagem de Paisagem Urbana Histórica, criada e difundida pela Unesco a partir de 2011. Em função do ineditismo da proposta e contrariando a atuação do Centro do Patrimônio Mundial, a inscrição foi aceita sem apresentar um Plano de Gestão totalmente elaborado. Entretanto, exigiu-se a incorporação da

população na gestão e elaboração do plano de Gestão. Esse plano foi concluído e instalado em 2016, a partir do Comitê Gestor da Paisagem Cultural (RIBEIRO, 2019b).

A ideia do Comitê Gestor seria contribuir para estimular a formação de um novo espaço político para gestão do patrimônio e da cidade a partir da paisagem, assim como a constituição de novos modelos de gestão mais democráticos. Apesar das dificuldades para implantação e das fragilidades verificadas no Comitê, Ribeiro (2019b) destaca algumas questões necessárias a considerar para a difusão da paisagem como instrumento de gestão compartilhada da cidade. Na sua abordagem, faz-se necessário a constituição de espaços políticos pensados para a gestão da paisagem que permitam a construção de mecanismos participativos.

Se o desejo é a formação de um espaço político para gestão democrática e coletiva da paisagem, compartilhado com diferentes setores da sociedade, alguns aspectos são essenciais e precisam ser respeitados. A saber: primeiro, faz-se necessário garantir a publicidade e o caráter público dos espaços de gestão da paisagem, através da realização de atividades para discussões que sejam de conhecimento público. A segunda característica corresponde à acessibilidade, da necessidade de garantir que os espaços e práticas de gestão sejam facilmente acessados por toda a população. Essa acessibilidade também pode ser possibilitada através de canais de divulgação e comunicação para todos que desejam se informar e participar. Terceiro, os espaços políticos de gestão também precisam ter representatividade de diferentes setores da sociedade para além daquelas organizações que representam interesses técnicos. Como reforça o autor a partir da abordagem de Hannah Arendt, a questão da diferença precisa ser garantida e valorizada pois ela é fundadora da política e não há política, nem democracia, entre iguais. Por fim, o autor destaca que é preciso uma constância e previsibilidade das ações, com um calendário fixo de reuniões e ações amplamente divulgadas, buscando facilitar a participação de todos os atores interessados (RIBEIRO, 2019b). Conforme as palavras desse autor,

Desnaturalizar o patrimônio e a paisagem, entendendo que estes não possuem valor intrínseco, mas são frutos de valorações diversas por diferentes grupos, com diferentes interesses, é compreender que o patrimônio e a paisagem são, antes de mais nada, políticos em sua essência. A construção de espaços políticos da gestão do patrimônio e da cidade através da paisagem pode representar, portanto, uma transformação significativa na forma como as instituições oficiais de patrimônio lidam com as cidades (RIBEIRO, 2019b, p. 163).

Estimular o debate a partir da constituição de espaços políticos pode permitir a retomada do debate sobre a paisagem (enquanto conceito e cenário de visibilização da vida e da diferença) como uma construção coletiva da sociedade, reafirmando sua função social e fortalecendo os valores democráticos que norteiam ações individuais e do planejamento da cidade. Conforme expresso na formulação da *landscape citizenship*, existem (ou podem existir e ser estimuladas)

paisagens e formas de gestão paisagística que possibilitam o fortalecimento da sensação de pertencimento e participação cidadã. Para tal, faz-se necessário o desenvolvimento de práticas coletivas, o exercício de expressões identitárias compartilhadas e o estímulo para a construção de práticas que convidem as pessoas a interagir ativamente com o ambiente circundante. Pensar a paisagem através do uso, ação e interação é o primeiro passo para convidar as pessoas para participar ativamente como cidadãos da gestão do seu mundo imediato<sup>212</sup>.

A abordagem sobre as *landscapes citizenships* propõe o reconhecimento das “relações substantivas e mutuamente constitutivas entre pessoas e lugares”, a partir da consideração que as relações grupos-terra-território são partes constitutivas da cidadania. Considera-se que as bases para a definição da *landscape citizenships* são a afinidade, a experiência e o conhecimento aplicados da paisagem, que expressam um relacionamento onde as pessoas são vistas como produtores de seus lugares, e os lugares como seus produtos<sup>213</sup>.

São questões que permitem considerar a paisagem como objeto para discutir e pensar o futuro, como um instrumento de reflexão e sensibilização sobre a importância de considerar os valores paisagísticos na salvaguarda patrimonial e no planejamento prospectivo dos territórios (CHECA-ARTASU e MARTÍN, 2017). Para tal, planejar/gerir a paisagem buscando garantir o direito à paisagem e a participação de todos precisa ser realizado sem separar a paisagem dos sujeitos e de suas territorialidades. Direito à paisagem e correlatos espaços políticos para gestão paisagística que precisam ser construídos a partir de um urbanismo *situado*, com análises pensadas *no e para o lugar*, capazes de estimular/fortalecer a convivência dos sujeitos com seus ambientes imediatos. Aqui, a abordagem de Jean-Marc Besse exerce influência direta em nossa reflexão. Conforme as palavras desse autor:

[...] a problemática paisagística consiste em pensar a cidade a partir das suas relações e na sua integração com o solo, o território, o meio vivo. Ela permite, mais precisamente, recosturar ligações entre a cidade e a sua localização, entre a cidade e o seu território, a cidade e o seu meio natural [...] Estamos aí no horizonte de uma racionalidade contextual. A palavra “contexto”, frise-se remete à ideia de “tecer com”. E podemos indagar se o projeto de paisagem não é, justamente, da ordem dessa atividade de “tecedura com”. É possível que o projeto de paisagem seja dessa espécie de jurisprudência que se preocupa, para atuar no espaço urbano, com as particularidades da localização, do território e do meio natural. O pensamento da paisagem, para o paisagista, é um pensamento do possível. Mais precisamente, ele é a busca dos possíveis contidos no real (BESSE, 2014a, p. 59-60).

Esses debates envolvem a reflexão sobre espaços de vida, realidades imediatas e futuras da cidade, palcos da existência de sujeitos sociais múltiplos. Conforme demonstra Sgard (2010),

<sup>212</sup> Questões apresentadas em: <<https://landscapecitizenships.wordpress.com/>>; <<http://www.tim-waterman.co.uk/?p=393>>. Acesso em: 13 set. 2019.

<sup>213</sup> Idem.

a paisagem corresponde a um objeto político com horizonte ético, cuja abordagem geográfica deve compreender como se tramam e se dizem as diferentes relações entre os habitantes e seus territórios, em todas as escalas. Quer dizer, apreender a paisagem como um fenômeno político que coloca em perspectiva o diálogo constante entre a pluralidade de formas de “se dizer” e “se fazer” a paisagem no “*viver-juntos*”.

Entretanto, como destacam Sgard (2010) e Besse (2018a), ao considerar que a paisagem envolve, antes de tudo, questões de sensibilidades particulares, ela evidencia a necessidade de debatê-la a partir de uma perspectiva política, baseada em questões éticas e morais: se existem vários interesses pessoais, há contradições entre os atores sociais e políticos que nem sempre convergem para um interesse comum. Por isso, ao agir na/com a paisagem de forma implicada, precisamos estimular a criação e fortalecimento de laços que permitam conectar os anseios particulares à uma gestão comum e coletiva das paisagens.

Essas reflexões encontram-se vinculadas ao debate que envolve a paisagem como um direito e uma expressão da cidadania. São análises que sinalizam o desenvolvimento deste conceito como um recurso social que pode ativar direitos humanos básicos, tais como: o direito à um lugar adequado ao desenvolvimento da vida; um meio ambiente equilibrado; o respeito às diferenças; o direito à liberdade de ação e opinião; direito ao desenvolvimento e livre expressão cultural, etc. A paisagem, como expressão da cidadania, envolve a possibilidade de que todos os cidadãos usufruam dos seus entornos paisagísticos, a partir de certos valores e expectativas de bem-estar, saúde e respeito ao meio ambiente (CHECA-ARTASU, 2017; BARBOSA, 2018; EGOZ et al., 2011).

A cidadania paisagística pode ser utilizada como estratégia teórico-metodológica, mas também política, para valorizar a importância de reconhecer as demandas expressas pelos atores sociais por reconhecimento de seus quadros imediatos da vida (na articulação entre a paisagem e o território) e participação efetiva na gestão de seus territórios. As demandas paisagísticas podem ser consideradas como um ponto de partida para ensejar questões relativas ao direito à paisagem. Ancorado nessa concepção, acreditamos na possibilidade de pensar a cidadania paisagística como um efeito de validação e reconhecimento de diferentes formas de viver o espaço, cujas demandas práticas de cidadania podem estar articuladas às práticas urbanísticas, aos atos culturais de construção de suas paisagens circundantes.

Por fim, queremos admitir que ao propor essas reflexões, almejamos indicar à disciplina geográfica a necessidade de observar e reconhecer a diversidade de formas de vivência das paisagens. Buscamos apresentar novas possibilidades de trabalhar o conceito de paisagem numa concepção integradora de exposição da diversidade dos espaços, dos modos de viver e querer

viver este espaço. Aprimorar estratégias que mostrem a polifonia que emana dos espaços é possibilitar os direitos aos diferentes grupos que estão copresentes nos espaços de que todos sejam paisagem, e estejam em suas representações.

### **5.3 Cena 05: Recife, 25 de março de 2019 – Demolição dos armazéns do Cais José Estelita**

No mês indicado para o início das obras do Projeto Novo Recife, os bloqueios que ainda impediam o começo das obras desse empreendimento foram derrubados, através de algumas movimentações técnicas e jurídicas. De início, o IPHAN concluiu o levantamento histórico e arqueológico do terreno do Cais José Estelita, parte do processo de licenciamento ambiental do projeto, finalizando em 18 de março de 2019 o embargo à obra imposto desde o ano de 2014. O levantamento arqueológico foi encerrado com o condicionante que fosse aberto um novo estudo arqueológico, a ser realizado por profissionais contratados pelo Consórcio Novo Recife, acompanhados pelo IPHAN. O parecer técnico do IPHAN<sup>214</sup>, expedido em 21 de dezembro de 2018 afirmava que:

Considerando a análise das complementações do Projeto Monitoramento e Resgate Arqueológico e Educação Patrimonial das Obras do Cais José Estelita manifestamos pela anuência da Licença Prévia (LP) e Licença de Instalação (LI) do referido empreendimento. A Licença de Operação deve ser concedida **após** o encaminhamento, execução e aprovação do projeto de salvamento do sítio arqueológico identificado como “Pátio Ferroviário das Cinco Pontas”, conforme artigo 6º da Portaria Iphan nº 203/2002.

Os trabalhos deverão priorizar a área onde foram encontrados os vestígios da primeira Estação das Cinco Pontas, ampliando as escavações anteriormente realizadas, além de prever a coleta de exemplares estatisticamente significativos da cultura material do sítio arqueológico. Sugere-se ainda que mantenham uma “janela do tempo” na área onde encontram-se as ruínas da Vila Operária.

O relatório final deverá apresentar as atividades desenvolvidas em campo e laboratório, bem como os resultados científicos dos esforços despendidos em termos de produção de conhecimento sobre a arqueologia da área de estudo. Assim, a perda física dos sítios arqueológicos poderá ser efetivamente compensada pela incorporação dos conhecimentos produzidos à Memória Nacional.

Logo após o fim do embargo técnico do IPHAN, na manhã do dia 25 de março de 2019, a Prefeitura da Cidade do Recife, a partir da Secretária de Mobilidade e Controle Urbano, emitiu uma autorização de demolição dos galpões e imóveis localizados no Cais José Estelita, na área mais próxima ao bairro do Cabanga (lado oposto ao Pátio Ferroviário das Cinco Pontas). Na mesma manhã, o Consórcio começou a demolição dos armazéns de açúcar, localizados no trecho mais próximo ao Largo do Cabanga, a entrada para a zona sul do Recife. Esses armazéns

<sup>214</sup> Parecer Técnico nº 15/2018 - IPHAN-PE/COTEC IPHAN-PE/IPHAN, do Relatório do Projeto Monitoramento e Resgate Arqueológico e Educação Patrimonial das Obras do Cais José Estelita Processo IPHAN n.º 01498.002350/2013-93, coordenado por José Aylton Coelho de Mello e Nuno José de Souza Rêgo, com apoio institucional do Museu da Cidade do Recife/PE e endosso financeiro do Novo Recife Empreendimentos S/A.



são aqueles que ficaram marcados pelas atividades desenvolvidas durante os #OcupeEstelita realizados a partir de 2012 e que, em 2014, as empresas já haviam demolido parcialmente e de forma irregular.

De forma emergencial e reativa, diversos militantes, a partir da mobilização inicial nas redes sociais, se dirigiram para o Cais José Estelita na tentativa de fazer uma nova ocupação do terreno e impedir as ações de demolição dos armazéns. Junto ao grupo de militantes anônimos, também se juntaram à manifestação alguns políticos: o vereador de Recife Ivan Moraes Filho (PSOL); as deputadas estaduais da *mandata coletiva* “Juntas” (PSOL), Robeyoncé Lima e Jô Cavalcanti, então presidentas da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Pernambuco; o deputado federal Tulio Gadelha (PDT). Também prestaram apoio e se juntaram aos protestos alguns representantes da Comissão de Direitos Humanos da OAB-PE, advogados, juristas, urbanistas, cineastas, estudantes universitários, etc. O dia transcorreu cheio de tensões e negociações envolvendo os militantes, as forças policiais e representantes das empresas e das instituições públicas presentes.

Na tentativa de reorganizar a luta em defesa do Cais José Estelita, o coletivo articulado em torno da oposição ao Projeto Novo Recife convocou uma plenária emergencial, no início da noite do mesmo dia, a partir da seguinte convocação:

<< Plenária Emergencial da Articulação Recife de Luta no Cais José Estelita agora às 19h >>

Na última semana, centenas de famílias foram retiradas do Edifício Holiday, em Boa Viagem, sem garantia de que vão ter um lugar para morar. A prefeitura também começou a remover famílias em Caranguejo Tabaiães e ameaça fazer um despejo forçado nas famílias que não aceitam sair de suas casas. Hoje, começou a demolição dos armazéns do Estelita, pouquíssimo tempo após cair o embargo do IPHAN que proibia a obra. Ambulantes estão sendo ameaçados e correm o risco de perderem o trabalho para dar espaço a obras do município que não contemplam uma grande parte da população trabalhadora. Ou resistimos juntas(os) ou seremos atacadas(os) em nossos territórios e perderemos os lugares que amamos.

É por isso que é fundamental fortalecer a resistência do Estelita e construir essa articulação do Recife que luta!

Hoje às 19h estamos todas e todos construindo uma plenária popular para pensar ações! Chega junto!

Na plenária, realizada com a participação de aproximadamente 200 pessoas, um aspecto chamou a atenção: pela primeira vez, uma atividade de ocupação do Cais José Estelita (quer seja ações festivas ou de caráter emergencial) não foi organizado por um dos grupos/coletivos centrais ao movimento: *Direitos Urbanos* ou *Ocupe Estelita*. A convocação, organização e condução da plenária ficou sob responsabilidade da *Articulação Recife de Luta*<sup>215</sup>.

<sup>215</sup> Movimento que articula mais de 30 organizações sociais em torno de debates e ações sobre o planejamento urbano democrático do Recife. Se apresentam na internet da seguinte forma: “A Frente Recife de Luta é formada

Na fala inicial da plenária, feita por um integrante do MTST, da *Articulação* e membro ativo do Ocupe Estelita desde sua fundação, o tom da rearticulação do movimento perante o contexto atual ficou clara: reagir não apenas à demolição dos armazéns do Cais José Estelita, mas articular as reações locais com outros movimentos sociais e políticos da cidade, buscando fortalecer a oposição ao modelo de cidade proposto em projetos como o Novo Recife. Para tal, foi anunciado na plenária o início de uma “jornada de luta em defesa do Recife” e do direito à cidade, a partir da articulação de ações em diversos territórios da cidade<sup>216</sup>.

Além das pessoas identificados com a pauta de defesa do Cais José Estelita, participaram da ocupação os representantes de alguns movimentos e coletivos: integrantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST); líderes do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Comércio Informal do Recife (SINTRACI); representantes das associações de moradores de bairros populares próximos ao terreno do Cais José Estelita (Caranguejo Tabaiães, Coque e Bode, especialmente).

Essa plenária emergencial de rearticulação, em diálogo com a última ocupação festiva do terreno, o “#OcupeEstelita+5”<sup>217</sup>, realizado em 21 de maio de 2017, indicam um movimento de ampliação da luta e das pautas reivindicatórias, apontando novos questionamentos para além da oposição ao empreendimento imobiliário. Os dois momentos de ocupações, cada uma de forma particular, sinalizaram uma ampliação das reivindicações, articulando uma pluralidade de pautas a partir de mobilizações que objetivam “escancarar processos estruturais da sociedade e catalisar debates transversais”.

Nesse transbordamento das lutas no Cais José Estelita, observa-se uma aproximação de outros movimentos com pautas particulares, muito embora conexas, que interpretam a ocupação do cais como uma janela de visibilidade<sup>218</sup> capaz de chamar a atenção da cidade aos problemas

---

por organizações não-governamentais, movimentos sociais, coletivos de pesquisa e ação e indivíduos comprometidos com a construção de uma Recife mais justa, democrática, com igualdade de direitos e oportunidades para a sua população. O que nos une na Frente Recife de Luta é o objetivo de fazer com que a revisão do Plano de Ordenamento Territorial da cidade do Recife seja, efetivamente, um reflexo das necessidades e das demandas colocadas pela sociedade civil. Para isso, é preciso que haja um processo de ampla participação popular, e que os resultados deste processo sejam respeitados. Exigimos transparência e abertura para o reconhecimento e participação real dos sujeitos que lutam por seu lugar na cidade e por uma cidade que seja de todos os seus cidadãos e cidadãs. Recife não pode ser pensada apenas sob a ótica da maximização dos lucros dos setores que a compreendem como mercadoria. É preciso contemplar os diversos olhares, anseios e expectativas que se agregam na defesa por um outro modelo de cidade”. Endereços digitais: <<https://recifedeluta.org/>>; <<https://www.facebook.com/recifedeluta/>>. Acessos em 12 jan. 2020.

<sup>216</sup> Não registramos áudio ou imagens da plenária a pedido do grupo que conduziu a atividade pois, visando garantir a segurança e anonimato dos que estavam ocupando o terreno, havia uma preocupação para controlar a divulgação de imagens da ocupação e dos ocupantes. Pessoas selecionadas fizeram um registro visual controlado da plenária.

<sup>217</sup> Disponível em: <[https://www.facebook.com/events/564675473736094/?ref=br\\_rs](https://www.facebook.com/events/564675473736094/?ref=br_rs)>. Acesso em 12 jan. 2020.

<sup>218</sup> A ideia da janela de visibilidade representada pelo movimento de ocupação do Cais José Estelita foi mencionada por uma representante da comunidade Caranguejo Tabaiães. Para ela, o Ocupe Estelita abriu uma janela para o

particulares, mas também estruturais, de suas *comunidades*. Uma participação instrumental na ocupação do Cais observada, por exemplo, nas falas dos representantes das comunidades de Caranguejo Tabaiães (Zona Especial de Interesse Social [ZEIS] localizada entre os bairros da Ilha do Retiro e Afogados), do Sítio dos Pescadores (ocupação do MTST, na comunidade do Bode, dentro do perímetro da ZEIS Pina/Encanta Moça) e da representante dos moradores do edifício Holiday (edifício modernista localizado no bairro de Boa Viagem, construído em 1956, cujos moradores foram obrigados a desocupar seus apartamentos pela Justiça, no início do mês de março de 2019).

Um outro aspecto destacado para a aproximação desses grupos ao Estelita foi sinalizado pelo representante da ocupação do MTST na comunidade do Bode (Pina). Para ele, o Estelita representaria uma luta pela preservação das identidades tradicionais da cidade – dentre as quais as identidades tradicionais pesqueiras, motivo de sua atuação – e que busca garantir o respeito ao exercício dessas identidades (e de suas territorialidades) no plano da lei (nesse ponto, ele mencionou especialmente a necessidade de respeitar as ZEIS e as zonas de proteção natural).

Na assembleia, o papel político da construção de visibilidades foi um tópico central dos debates. Preocupados com as consequências da exposição dos participantes da ocupação do terreno, foi decidido que toda a produção de imagens (fotografias e vídeos) deveria ficar sob responsabilidade de apenas alguns membros. Os demais participantes foram solicitados a não registrar qualquer conteúdo visual da assembleia. Outra preocupação visual foi com os tapumes colocados na calçada do Cais José Estelita. Como a ocupação se instalou nessa área do terreno, preocupava a invisibilização da ocupação, que não permitiria que transeuntes observassem suas ações e, igualmente, trazia riscos de violência (policial e dos seguranças particulares armados, contratados pelo Consórcio Novo Recife) aos ocupantes do Cais.

No final, todas as falas dos representantes e demais envolvidos na ocupação confluíram para destacar a questão central que envolve todo o conflito em torno do Cais José Estelita: uma luta pelo projeto de cidade. A oposição contra o modelo de cidade representado pelo urbanismo de grandes empreendimentos de impacto, caso do Novo Recife e outros projetos em curso na cidade, e defesa de uma cidade pensada, construída e ocupada por e para todos.

Com a ocupação do terreno reiniciada no dia 25 de março, no dia seguinte o movimento conseguiu suspender na justiça as obras do Novo Recife, a partir de uma Ação Civil Pública do MPPE. De acordo com a decisão, a Prefeitura do Recife ficou proibida de emitir a licença de

---

\_\_\_\_\_ mundo observar as lutas da cidade e demandas da população. Para ela, a participação nessa plenária se fez com o objetivo de buscar criar visibilidade às lutas travadas em sua comunidade, chamando os demais participantes para ser parceiros nas suas lutas pelo direito à cidade.



impediu a ocupação de se reorganizar: alguns retornaram ao espaço inicial da ocupação; outros adentraram no terreno, subiram nas máquinas e tentaram impedir a continuação dos trabalhos.

O Ocupe bloqueou a demolição dos armazéns do Cais José Estelita durante sete anos e prolongou essa última ocupação até o último final de semana de março (um sábado, 30 de março de 2019). O acampamento foi encerrado quando as obras de demolição já estavam concluídas e os armazéns de açúcar já estavam totalmente destruídos, reduzidos a ruínas no chão. O cenário indica que o movimento contrário ao Projeto Novo Recife presenciará novos atos de resistência, com um redirecionamento das ações e com novas disputas na justiça e nos espaços da política urbana. A nota apresentada na saída do acampamento no Cais indica esse redirecionamento da luta:

#### OUTRO CAIS É POSSÍVEL!

Nós, do Movimento Ocupe Estelita, bloqueamos a demolição dos armazéns situados no Cais José Estelita durante sete anos como uma forma de resistir ao Projeto “Novo” Recife e materializar muitas outras possibilidades de existência para este lugar. Esse período possibilitou que milhares de pessoas vivenciassem no Cais a potência da construção de uma cidade verdadeiramente democrática e plural.

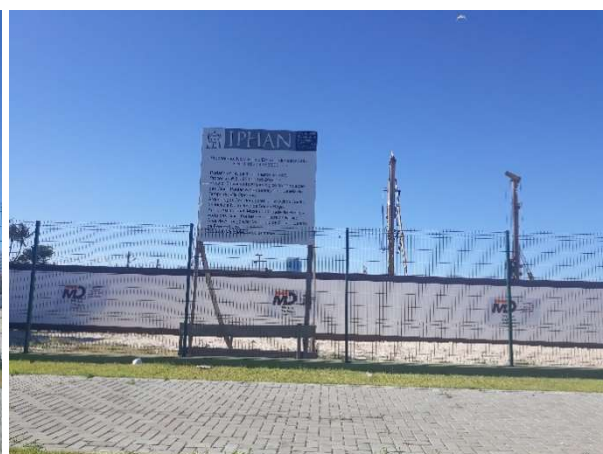
Os armazéns e especialmente a parede colorida do Cais hoje são parte da memória afetiva do Recife, a partir do momento que se tornaram ponto de encontro para muitos corpos, sonhos e resistências. É certo que essas construções históricas poderiam ter sido incorporadas numa proposta alternativa de projeto. Por outro lado, é preciso ter em mente que mais do que lutar por um projeto de preservação, ou lutar para impedir a demolição destas estruturas, nós sempre caminhamos e lutamos por um projeto que garantisse uma utilização mais humana do Cais.

Agora, a nossa luta entra em outra fase. A demolição dos armazéns impulsiona ainda mais todo o debate e o conhecimento acumulado desse período, tanto pelo Movimento Ocupe Estelita como por todos os grupos que se mobilizam por uma cidade mais democrática. O terreno e o território como um todo continua sendo o nosso foco. Impedir a construção de treze torres e a expulsão da população ao redor do bairro do São José segue sendo nosso principal objetivo.

Quando afirmamos que um outro Cais é possível, nos baseamos nas diversas propostas alternativas que foram congregadas nessa luta por uma cidade democrática e acessível em todos os sentidos. Seguimos nessa construção de um outro projeto, com participação popular e desenvolvimento sustentável. Ontem, encerramos mais um período de ocupação do Cais com a certeza de que a cidade quer promover o uso responsável daquele lugar. Não descansaremos nem um segundo até que o Cais José Estelita seja de fato um lugar de todas e todos!

#OcupeEstelita #Recife

Figuras 35 – Cais José Estelita: Armazéns demolidos



35a (de cima para baixo, da esquerda para a direita): Convocatória do Ocupa Estelita, lançada no dia 28 de março de 2019. Disponível em: <https://www.facebook.com/MovimentoOcupaEstelita/>. Acesso em: 27 jan. 2020.

35b – Armazéns demolidos, terreno cercado e atividades de construção iniciadas. Fonte: Foto do autor, abril 2019.

35c e 35d – Andamento das obras no Cais José Estelita, janeiro de 2020. Fonte: Foto do autor, jan. 2020.

---

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com esta tese, buscamos apresentar algumas possibilidades para (re)pensar a paisagem numa perspectiva inclusiva e democrática, considerando-a como uma categoria essencial para estimular uma gestão urbana e territorial preocupada com o reconhecimento social dos seus habitantes e com a prática da cidadania dos diferentes grupos que coexistem no espaço. Esse debate revela-se central para a sociedade contemporânea, considerando-se que possibilitar uma gestão democrática da paisagem pode valorizar o reconhecimento das identidades, pressuposto indispensável da prática cidadã.

A escolha por discutir essas questões que envolvem a problemática paisagística nos foi indicada a partir da observação das particularidades do contexto contemporâneo, onde verificasse a ampliação de abordagens teóricas, políticas e sociais renovadas sobre a paisagem. Convém lembrar que a tese que foi defendida neste trabalho foi que a paisagem, como conceito, tem sido cada vez menos apreendida a partir de sua moldura tradicional (a perspectiva pictórico-visual), estando cada vez mais associada com uma dupla função social: ela se transforma em um recurso político e um instrumento para a gestão territorial, mas também passa a ser considerada como um direito, a partir da ampliação de desejos sociais que passam a considerá-la como um objeto de interesse e reconhecimento cidadão.

Essas questões mostram-nos como a paisagem é, antes de mais nada, um constructo em permanente transformação, sendo cada vez mais necessário questionar a ideia de que existe uma relação essencialmente natural entre a paisagem, o patrimônio cultural e a leitura estético-visual do mundo (RIBEIRO, 2007; CAUQUELIN, 2007). Igualmente, essas novas possibilidades do debate paisagístico permitem-nos superar algumas questões teóricas e analíticas que prendiam a paisagem aos esquemas descritivos e estéticos da análise espacial, aproximando a categoria do debate crítico. Neste sentido, essas problemáticas comprovam uma das principais hipóteses que guiaram a construção desse trabalho: a percepção de que a paisagem é, cada vez mais, um elemento da política e uma categoria essencial para a gestão urbana.

A observação dessas particularidades do debate paisagístico permitiu-nos considerar a existência de uma atualidade pública, política e teórica da paisagem, expressa nas abordagens renovadas que consideram as problemáticas paisagísticas para além dos quadros pictóricos e representacionais. Essas abordagens da paisagem se expressam em diversos contextos espaciais através do surgimento de novos documentos que propõem políticas específicas à paisagem, da ampliação dos debates teóricos e políticos sobre os impactos dos processos de transformação (rápida e irreversível) dos quadros paisagísticos, assim como do desenvolvimento de demandas paisagísticas expressas por grupos sociais diversos.



Entretanto, se importantes instrumentos de gestão da paisagem estão sendo implantados, a forma como esses documentos são aplicados e como a sociedade recebe seus planos de ações têm sido bastante heterogêneas, observando-se o desenvolvimento de ações de apoio e/ou de contestação à suas aplicações. Apoiados na leitura de Ribeiro (2007, 2019b), consideramos que esses documentos, debates e controvérsias ajudam a conformar a paisagem como um problema de interesse público, conectando a noção com a prática da cidadania, com os debates sobre a democracia e a construção de novas formas de gestão compartilhada da paisagem. O contexto em tela permite-nos apreender a noção entre o que se diz e o que se faz, envolvendo as vivências íntimas e as normas reguladoras do espaço público e da política.

Assim as reflexões mais gerais que embasaram este trabalho conduziram-no, pois, até a observação de que a paisagem retorna, no debate sobre a gestão urbana e territorial, como um dos quadros cognitivos mobilizados para pensar, de forma reflexiva, as alterações observadas no plano do território. Para além da construção dos instrumentos de gestão, essas questões se expressam também no crescimento de movimentos de contestação que tem como base o direito à paisagem como um dos fundamentos de seus questionamentos. Se há um interesse particular sobre a paisagem nas políticas que envolvem o patrimônio cultural, também se observa que a paisagem passa a se constituir para diferentes grupos como um instrumento de ação com função social, onde coletivos de cidadãos buscam valorizar e defender seus quadros paisagísticos como reflexos de suas territorialidades (FABUREL, 2015, RIBEIRO, 2018a; CHECA-ARTASU, 2017; CORTINA, 2011).

Assim, um dos esforços desse trabalho foi demonstrar que a paisagem se transforma em um recurso para distintas reivindicações cidadãs, capaz de articular estratégias de contestação, resistência e canalizar ações para a mobilização de direitos, inclusive a demanda da própria paisagem como um direito. Buscou-se destacar que um conjunto de ações *na, pela e a partir da paisagem*, observada em diferentes contexto territoriais, tem usado a paisagem como uma janela de visibilidade para apresentar demandas por cidadania e tentar estimular algumas vivências comuns do/no espaço público. Ao considerar essas demandas sociais como a expressão de um *desejo de paisagem*, buscamos demonstrar que mais que um instrumento para alcançar outros objetivos, a paisagem passa a ser ela mesma um objeto de demanda cidadã, verificando-se a expressão de diferentes grupos que buscam ter seu “estar no mundo” reconhecido e valorado (BARBOSA, 2018; RIBEIRO, 2019a).

A partir da observação dos debates na cidade do Recife, consideramos que há “a noção” de paisagem que está sendo disputada, mas também que há “as paisagens”. Não há uma única paisagem que perpassa todos os territórios identificados. Há diversas concepções paisagísticas

que disputam e se apropriam do conceito de paisagem para agir e reivindicar suas questões. A noção vai sendo apropriada de formas distintas e em conexão aos objetivos do presente que são expressos pelos grupos. Como destaca Ribeiro (2007), a paisagem não é um dado acabado mas uma categorial contextual, e precisamos considerá-la como uma relação construída por práticas que se transformam. Assim, se uns mobilizam a paisagem como um grande panorama visual, outros podem considerar a paisagem a partir da ideia de estar e viver em relação com o meio circundante, a partir das percepções do ser-no-mundo. Por essa razão, a paisagem nos fornece as ferramentas para pensar diferentes possibilidades para trabalhar as relações das sociedades com o meio, fazendo-se necessário pensarmos a paisagem a partir dos diferentes interesses.

Desse modo, a pesquisa enfrentou o desafio de compreender de que forma a paisagem passa a ser objeto de disputa e expressão de interesses sociais variados, partindo da observação de alguns exemplos na cidade do Recife. Compreendemos que a paisagem passou a se constituir como uma questão central para o debate público quando sua mobilização demonstrou ser politicamente eficaz perante as demandas centrais das ações de manifestações. Igualmente, as mobilizações realizadas *na, pela e a partir da* paisagem, com ações que buscaram estabelecer vínculos entre o *agir em comum* e os interesses maiores ligados à demanda pelo direito à cidade, se ampliaram quando se observou uma ampliação do processo de transformação cognitiva, morfológica e urbanística da cidade do Recife.

Neste sentido, essas ações indicam que não são demandas isoladas, mas revelam um movimento mais amplo que envolve toda a sociedade: o desenvolvimento de um maior engajamento social da população na busca por melhores condições de habitabilidade urbana, assim como o crescimento de debates sobre a importância do cuidado ambiental e paisagístico na consolidação da cidadania. A partir da insegurança ontológica ao pensarem o presente e o futuro da cidade, debate-se a paisagem, o patrimônio, a memória e suas territorialidades como recursos políticos para pressionar os órgãos públicos, construir visibilidades às suas causas políticas e demandar a ação conjunta da sociedade na gestão territorial.

A paisagem passa a ser mobilizada como um recurso possível para garantir os interesses compartilhados e demandados por grupos de atores com interesses em comum, sendo a própria ideia de paisagem uma questão central, em algumas situações. Assim, precisa-se compreender que as referências paisagísticas são mobilizadas a partir da influência do contexto territorial específico ao lugar, articulado às demandas cidadãs, aos objetivos e negociações por direitos do presente. Assim, pode-se dizer que a paisagem se apresenta não apenas como uma categoria analítica e descritiva, mas também como uma ferramenta política que permeia os debates sociais contemporâneos (RIBEIRO, 2013; BESSE, 2014a, BARBOSA, 2018). Tais ações, vistas como

atos políticos com intencionalidades, levam (ou podem levar) até novas deliberações e novos contextos cidadãos, permitindo discutir o cenário prospectivo da paisagem através de um horizonte ético, capaz de pensá-la a partir do pressuposto da existência – muitas vezes conflitual – de múltiplos sujeitos sociais (RIBEIRO, 2013; BARBOSA, 2018; SEVERINO JÚNIOR, 2019).

Assim, ao analisar essas questões sobre a paisagem, o trabalho também buscou mostrar que no contexto contemporâneo ocorre a expansão de novos atores, novas demandas por direitos e a constituição de novos espaços políticos para a gestão paisagística. O conjunto desses fatores permite ressignificar as práticas e valores da cidadania em nossas cidades e que possibilitam, a partir da captura de conceitos e instrumentos da política urbana, a produção de novos contextos e substâncias que recolocam a questão do direito à cidade e à memória na agenda do debate político. Igualmente, também permitem o reconhecimento da paisagem como uma variável fundamental para garantir questões básicas aos cidadãos, como a qualidade de vida, o bem-estar social, o reconhecimento das expressões identitárias, etc.

A partir da identificação dos conflitos paisagísticos locais, podemos observar que as demandas indicadas por distintos grupos de cidadãos permitem reconhecer interesses pela paisagem que se expressam de maneira objetiva – o direito a ver e estar na paisagem – e, em certos aspectos, de forma subjetiva – o direito a ser (n)a paisagem. O debate sobre o “direito a ver a paisagem” envolve alguns conflitos e controvérsias que versam sobre a transformação do horizonte da cidade. São embates que envolvem a gestão da paisagem, sobretudo aquela ligada aos grandes panoramas turísticos da cidade, submetida a processos de transformação (de forma rápida e irreversível). Assim, são demandas que objetivam garantir a preservação e o usufruto coletivo dos grandes panoramas da cidade. Conforme destacamos, a “vista” que essas demandas reclamam vai além daquela que é abarcada pela visão, na medida que representa o direito cerceado de usufruir as paisagens urbanas, questão que se inicia no debate do direito à cidade (SÁ CARNEIRO, VERAS e BARBOSA, 2020).

As demandas que envolvem o “direito a estar na paisagem”, por sua vez, encontram-se relacionadas aos embates ligados ao conflito paisagístico expresso no plano do território, com conexões às ações que objetivam afirmar os territórios e territorialidades dos grupos no mapa e na paisagem da cidade. Corresponde ao debate que busca consolidar a existência e permanência de grupos ameaçados de serem expulsos de seus territórios. Para tal, afirmam suas identidades territoriais como expressão de um modo de ser na cidade, a partir de uma perspectiva relacional, lateral com a paisagem.

Por fim, as discussões sobre o “direito a ser (n)a paisagem” envolvem uma discussão onde a paisagem aparece vinculada às formas de ser, de habitar e de fazer dos habitantes, mais próxima do valor de uso e dos modos de vida cotidiana. São expressas a partir de grupos que utilizam a paisagem como um recurso político para solicitar o reconhecimento social, identitário e territorial, envolvendo ações que objetivam criar visibilidades sociais e incluir as expressões paisagísticas dos grupos populares como representantes de uma identidade local.

A junção desses interesses, aqui compreendidos de forma complementar e indissociável, foi a base para a construção da abordagem sobre a cidadania paisagística que buscamos propor. Nessa tese, esse conceito foi considerado para problematizar a aproximação observada entre o debate paisagístico e a pauta da justiça social observada na sociedade contemporânea. Assim, como cidadania paisagística consideramos a abordagem da paisagem que a considera como um recurso que pertence a todos, onde todos têm o direito de ver, estar e ser (n)a paisagem, assim como o dever de participar das ações de gestão de forma coletiva e comprometida.

Para tal, essa cidadania paisagística pode ser garantida a partir da associação entre duas questões centrais à abordagem política da paisagem: (i) a participação da população na identificação dos valores paisagísticos e no planejamento/gestão dos quadros paisagísticos; (ii) o estabelecimento de formas de gestão que sejam realizadas a partir de uma perspectiva participativa, compartilhada e comprometida, a partir da criação de espaços políticos para possibilitar encontros, debates e acordos sobre os interesses conflitantes.

Neste sentido, acreditamos ser necessário direcionar o debate do *direito à paisagem* a partir da forma como a noção se articula aos processos de recomposição das identidades, pela forma como essa ideia se transforma em uma estratégia de autorreferência e recurso político de reivindicação, de organização de lutas. Em outras palavras, defendemos que a leitura do direito à paisagem deve buscar compreender como se desenvolvem os processos de instrumentalização política da noção, apoiados em atos conscientes de atribuição de valores dos indivíduos e grupos sociais, com interesses políticos e sociais evidentes. Com isso, podemos compreender como os grupos enfrentam os conflitos urbanos na perspectiva da paisagem e a consideram como uma expressão de suas cidadanias, apontando os lugares, itinerários, territórios e geossímbolos que perfazem suas paisagens em disputa, seus interesses e “desejos de paisagens”.

Ao buscar compreender como a ideia de paisagem é mobilizada nessas disputas políticas cotidianas, nossa reflexão buscou estimular o debate sobre como a gestão paisagística pode ser um instrumento para possibilitar o encontro entre os diferentes grupos sociais e seus desejos de paisagens. Ao reforçar a importância sociopolítica da paisagem para o planejamento urbano e territorial, buscamos expor a centralidade que a categoria assume na contemporaneidade para

possibilitar a visualização das diferenças (das formas de ocupações habitacionais, dos valores atribuídos à paisagem, das identidades, das marcas e matrizes da paisagem, das práticas urbanas e projetos territoriais, etc.). Em nossa compreensão, identificar e reconhecer os olhares e desejos particulares corresponde ao primeiro passo para tentar promover a reconciliação de interesses conflitantes.

Porém, por vezes o encontro entre essas diferenças ameaça a dinâmica democrática da sociedade, no momento em que interesses particulares são sobrepostos ao bem-estar comum. *As paisagens em conflito* podem ser abordadas como uma fronteira (uma linha de confronto e oposição), mas também como uma oportunidade para a construção de encontros, de promoção do debate e estímulo ao *viver juntos*. Em outras palavras, esses desacordos podem ser abordados de forma positiva e nos oferecem oportunidades para retomar o debate sobre a função social, política e cultural das cidades e de suas paisagens (LA CECLA, 2002; BESSE, 2014a).

A postura aqui adotada assentou-se na premissa de que faz-se necessário buscar formas de construir “pontes mentais” que possibilitem uma maior aproximação entre os “fragmentos” da cidade e permitam o estabelecimento de uma gestão comum da cidade e de suas paisagens (BITOUN, 1993b; BARBOSA, 2012). Procuramos destacar que, apoiados em Bitoun (1993b), as paisagens apresentam uma capacidade de reunir múltiplas e contraditórias identidades, onde a retórica de algumas imagens metonímicas – no caso do Recife, as imagens das pontes e do seu sítio estuarino – evocam a necessidade de negociação, de diálogo, para o desenvolvimento de uma consciência cívica. Assim, considerando o exemplo das pontes do Recife, precisamos evocar a necessidade de construção de pontes mentais, pontes imaginárias, que aproximem as várias expressões culturais que convivem na cidade (MACIEL, 2012; BARBOSA, 2012).

A consideração dessas pontes mentais, essencial ao debate sobre a cidadania paisagística na forma como foi defendida na tese, pode ser interpretada como uma perspectiva utópica impossível de ser realizada em uma sociedade desigual como a brasileira. Em realidade, uma questão que sempre esteve presente durante a construção dessa tese foi o questionamento sobre como podemos trabalhar essas questões que envolvem a cidadania paisagística numa cidade (e em um país) onde impera um paradigma da paisagem como um “privilégio”: interpretações que consideram que o usufruto paisagístico só pode ser possível através da percepção das “elites”. Da mesma forma, compreendemos que além do conflito paisagístico, as questões consideradas nessa tese também envolvem outras tensões de nossa sociedade: problemas raciais, sociais e de classe que são expressas na cidade de forma nada pacífica.

Porém, a imagem metonímica representada pelas pontes evoca de forma contundente a necessidade e possibilidade de construir formas de negociação para o desenvolvimento de uma

consciência cívica, tal como exposta por Bitoun (1993b). Como destaca Maciel (2012), se a imagem simbólica do Recife como a “cidade-estuário” evoca inúmeras ilhas, canais e alagados que separam os seus habitantes, o poder metafórico das pontes funcionam como um elemento possível de ligação, de conexão entre as partes separadas. Dessa forma, tentou-se mostrar neste trabalho que a paisagem, a partir de sua força retórica e metonímica, pode possibilitar a reunião do diverso, estabelecer relações de diálogo, linhas de partilha e tolerância, assim como indicar formas de convivências e coabitações entre os diferentes, aproximando-a da pauta da justiça social (BARBOSA, 2018; MACIEL, 2012).

Sendo a paisagem uma questão essencial para pensarmos nossa relação com o mundo, o debate sobre as diferentes sensibilidades paisagísticas deve se fazer acompanhado de uma reflexão ética e política em busca de construir formas de gestão comum e coletiva da cidade e de suas paisagens. Conforme destacamos em texto anterior, “garantir uma maior equidade na possibilidade dos sujeitos sociais realizarem escolhas e expressarem suas diferentes sensibilidades está na ordem do dia, sem que para isso o espaço público seja transformado numa praça de guerra” (MACIEL e BARBOSA, 2013, p. 291). Assim, garantir o acesso, participação, diálogo e responsabilidade coletiva na gestão das paisagens é um dos grandes desafios para pensar o presente e planejar o futuro.

---

## REFERÊNCIAS

ABREU, João; PINA, Helena. O Museu da Paisagem: Comunicar a paisagem para uma cidadania paisagística. In: MUSEU DA PAISAGEM. **Museu da Paisagem, Narrativas e experiências do Lugar**. Lisboa: FCT, 2019, p. 63-71.

ALBUQUERQUE, Mariana Zerbone Alves de; GOMES, Edvânia Torres Aguiar. Reflexões sobre vetores do atual processo de reprodução do espaço urbano no Recife. In: XIII Simpósio Nacional de Geografia Urbana, 2013, Rio de Janeiro. **Anais [...]** Rio de Janeiro: UERJ, 2013, 15p.

ALVES, Teresa. Paisagem – em busca do lugar perdido. **Finisterra** XXXVI, 72, 2001, p.67-74. Disponível em: <<https://revistas.rcaap.pt/finisterra/article/view/1622>>. Acesso em: 08 set. 2019.

ANDRADE, Rubens de; TERRA, Carlos G. **Apresentação – A paisagem conceitual: uma odisseia de leitura**. In: ANDRADE, Rubens de; TERRA, Carlos G. (Orgs.). *Avesso da Paisagem: Percepção artístico-urbana e imaginário socioespacial*. Rio de Janeiro: Rio Book's, 2012, p. 07-13.

ANDRADE, Isabella Puente de. **O formigueiro humano que arranca da lama a sua subsistência: As relações humanas com o manguezal no Recife (1930-1950)**. 2019. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.

APPERT, Manuel. Politique du skyline – Shard et le débat sur les tours à Londres. **Métropolitiques**, septembre 2011. Disponível em: <<https://www.metropolitiques.eu/Politique-du-skyline-Shard-et-le.html>>. Acesso em: 07 jul. 2019.

ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. **As praias e os dias: história social das praias do Recife e de Olinda**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2007.

ARAÚJO, Guilherme Maciel. Paisagem, território e governança: aproximações conceituais e sua contribuição na gestão do patrimônio cultural. In: Iº Seminário de Pesquisa Pós-Graduação e Inovação. **Anais [...]** PACPS-UFMG, Belo Horizonte, Outubro de 2016. Disponível em: <<https://even3.blob.core.windows.net/anais/75016.pdf>>. Acesso em: 08 set. 2019.

ARRAIS, Raimundo. **O Pântano e o Riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX**. São Paulo: Humanitas, 2004.

BACKHAUS, Norman; REICHLER, Claude; STREMLow, Matthias. **Paysages des Alpes – De la représentation à l'action: Synthèse thématique relative au thème de recherche I "Processus de perception"**. Zürich: vdf Hochschulverlag, 2007.

BARBOSA, Adauto Gomes. **Exclusivismo socioespacial na Região Metropolitana do Recife: produção do espaço e governança do Complexo Imobiliário, Residencial e de Serviços Reserva do Paiva**. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

BARBOSA, David Tavares. **Pontes Imaginárias sob o céu da Manguetown: Influências do Mangue Beat sobre as políticas públicas no entorno do Rio Capibaribe – Uma análise do Circuito da Poesia e do Carnaval Multicultural**. Recife: EdUFPE, 2012.

BARBOSA, David Tavares. **Novos Recifes, Velhos Negócios**. Política da paisagem no processo contemporâneo de transformações da bacia do Pina – Recife/PE: Uma análise do Projeto Novo Recife. 2014. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.



- BARBOSA, David Tavares. Cidadania Paisagística. **Revista de Geografia (Recife)**, v. 35, p. 40-59, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistageografia/article/view/234409/27762>>. Acesso em: 08 set. 2019.
- BARBOSA, David Tavares; QUEIROZ, Pietro Renato Felix de. Um Novo Recife em Cena: Paisagem, política e direito à cidade no cine-ativismo pernambucano. In: XIII Simpósio Nacional de Geografia Urbana, 2013, Rio de Janeiro. **Anais [...]** Rio de Janeiro: UERJ, 2013, 22p. Disponível em: <<http://www.simpurb2013.com.br/wp-content/uploads/2013/11/GT11-1327-David.pdf>>. Acesso em: 09 dez. 2013.
- BARBOSA, David Tavares; SILVA FILHO, Herivelto Correia da. Memória, geografia e disputas urbanas: Algumas considerações a partir da cidade do Recife/PE. In: XVIII Encontro Nacional de Geógrafos, 2016, São Luís. **Anais [...]** São Luís: AGB, 2016, 10p.
- BARBOSA, Jorge Luiz. O Caos com *Imago Urbis*: Um ensaio crítico a respeito de uma fábula hiperreal. In: **GEOgraphia**, Ano. 1, Nº 1, 1999, p. 59-69. Disponível em: <<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/6/5>>. Acesso em: 13 out. 2011.
- BARROS, Nilson Cortez Crócia de. Quatro Comentários sobre Paisagem e Região. In: SÁ, Alcindo José de; CORRÊA, Antônio Carlos de Barros. (Org.). **Regionalização e Análise Regional: Perspectivas e abordagens contemporâneas**. Recife: EdUFPE, 2006, p. 23-31.
- BENEDIKTSSON, Karl. “Scenophobia”, Geography and the aesthetic politics of landscape. **Geografiska Annaler B**, 2007: 203–217. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1468-0467.2007.00249.x/abstract>>. Acesso em: 23 jun. 2016.
- BENEDIKTSSON, Karl. The good, the bad and the scenic. **Geografiska Annaler B**, 2008, 90(1), p. 83-84.
- BERDOULAY, Vincent; SAULE-SORBÉ, Hélène. Franz Schrader face à Gavarnie, ou le géographe peintre de paysage. **Mappemonde**, nº55, 1999.3, p. 33-37. Disponível em: <<http://www.mgm.fr/PUB/Mappemonde/M399/Berdoulay.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2012.
- BERLEANT, Arnold. A estética da arte e a natureza. In: SERRÃO, Adriana Veríssimo (Coord.). **Filosofia da Paisagem – Uma antologia**. 2ª edição. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2013a, p. 281-298.
- BERLEANT, Arnold. Estética e ambiente. In: SERRÃO, Adriana Veríssimo (Coord.). **Filosofia da Paisagem – Uma antologia**. 2ª edição. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2013a, p. 377-394.
- BERQUE, Augustin. **El Pensamiento Paisajero**. Madrid: Biblioteca Nueva, 2009.
- BERQUE, Augustin. Paisagem-marca, paisagem-matriz: Elementos da problemática para uma geografia cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). **Geografia Cultural: Uma antologia (Volume 1)**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012, p. 239-243.
- BESSE, Jean-Marc. **Ver a Terra: Seis ensaios sobre a paisagem e a geografia**. São Paulo: Perspectiva, 2006.
- BESSE, Jean-Marc. **O Gosto do Mundo: Exercícios de paisagem**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014a, p. 07-10.

BESSE, Jean-Marc. Entre a geografia e a ética: a paisagem e a questão do bem-estar. **GEOUSP** (Online), São Paulo, v. 18, n. 2, mai/ago 2014b, p. 241 – 252. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/84455>>. Acesso em: 08 set. 2019.

BESSE, Jean-Marc. Paysages em Commun – Editorial. In: **Les Carnets du Paysage**, nº 33, printemps 2018a, p. 05-13.

BESSE, Jean-Marc. **La Nécessité du Paysage**. Marseille: Parenthèses, 2018b.

BEZERRA, Onilda Gomes. **O Manguezal do Pina: A representação sociocultural de uma paisagem**. 2000. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2000.

BEZERRA, Onilda Gomes; MELO, Vera Lúcia Mayrinck de Oliveira. Valores da Paisagem: Os significados dos rios e manguezais da cidade do Recife. **Paisagem e Ambiente: Ensaio**. São Paulo, n. 34, p. 93 – 106, 2014. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/paam/article/view/97124>>. Acesso em: 17 fev. 2020.

BISPO, Alba; PROCHNOW, Lucas. Paisagem cultural e patrimônio ferroviário: discursos de preservação no Brasil e na Argentina. In: **4º Colóquio Ibero-Americano Paisagem Cultural e Patrimônio**. Belo Horizonte, 2016, 19p.

BITOUN, Jan. Geopolítica do ambiente urbano. In: 3º Simpósio Nacional de Geografia Urbana, 1993, **Anais [...]** Rio de Janeiro: 1993a, p. 70-75.

BITOUN, Jan. Centro Histórico e Identidade Territorial. In: SARINHO, B.; BORGES, W. (Orgs.). **Memória do Seminário Recife, Cidadania e Revitalização**. Recife: Inojosa Editores, 1993b, p. 49-58.

BITOUN, Jan. Recife, uma Interpretação Geográfica. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). **Os Caminhos da Reflexão sobre a cidade e o urbano**. São Paulo: EdUSP, 1994, p. 27-45.

BITOUN, Jan. Territórios do diálogo: palavras da cidade e desafios da gestão participativa no Recife (Brasil). **Revista de Geografia**. Recife, v. 16, n. 2, p. 41-54, dez/jan. 2000.

BITOUN, Jan. A contribuição dos planos estratégicos na gestão municipal: modernização do discurso, seletividade ou aprimoramento das práticas? In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org). **Urbanização e Cidades: Perspectivas Geográficas**. Presidente Prudente: 2001, p.291-309.

BITOUN, Jan. Os embates entre as questões ambientais e sociais no urbano. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; LEMOS, Amália Inês Geraiges (Org.). **Dilemas Urbanos: novas abordagens sobre a cidade**. 2º ed. São Paulo: Contexto, 2005, p. 299-307.

BITOUN, Jan. A quem pertence a cidade? **Revista da Casa da Geografia de Sobral**, v. 16, nº 2, p. 115-125, Dez. 2014.

BITOUN, Jan. Recife – Alguns marcos da trajetória recente. In: MELO E SILVA, Sylvio Bandeira de; CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de; PEREIRA, Gilberto Corso (Org). **Transformações metropolitanas no século XXI: Bahia, Brasil e América Latina**. Salvador: EDUFBA, 2016, p. 105-132.

BONNEMAISON, Joel. Viagem em torno do território. 2012. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (Org.). **Geografia Cultural: Uma antologia** (Volume 1). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012, p. 279-303.

- BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz. Introdução – Cidadania e direitos: aproximações e relações. In: BOTELHO, A.; SCHWARCZ, L. M. (Org.). **Cidadania, um projeto em construção**: Minorias, justiça e direitos. São Paulo: Claro Engima, 2012, p. 06-27.
- BRIFFAUD, Serge. La Culture du Pittoresque et le Patrimoine Paysager Contemporain. In: **Patrimoine et Paysages**. Lyon: Lieux Dits, 2009, p. 40-47.
- BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Mapa, texto e contexto num império em movimento. In: LEMOS, Amalia Inés Geraiges de; GALVANI, Emerson. **Geografia, tradições e perspectivas**: A presença de Pierre Mombeig. Buenos Aires, São Paulo: CLACSO, Expressão Popular, 2009, p. 231-246.
- CAETANO, Fernando Domingues; ROSANELI, Alessandro Filla. As ideias de paisagem nos Planos Diretores Municipais do Estado do Paraná. In: XVII ENANPUR, 2017, **Anais [...]** São Paulo: 2017, 19p.
- CABRAL, Clara Bertrand. **Patrimônio Cultural Imaterial**: Convenção da Unesco e seus Contextos. Lisboa: Edições 70, 2011.
- CANDAU, Jacqueline; LE FLOCH, Sophie. Le paysage comme catégorie d'action publique ?. **Nature, Sciences, Sociétés**, 10 (2), 2002, p. 59-65.
- CANO SUÑÉN, Nuria. Definiendo el paisaje en base a la tensión. **Zainak**. 35, 2012, 117-138. Disponível em: <<http://www.euskomedia.org/PDFAnlt/zainak/35/35117138.pdf>>. Acesso em: 18 fev. 2020.
- CASTELLS, Manuel. **Redes de Indignação e Esperança**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- CASTILHO, Cláudio Jorge Moura de. Água e espaço urbano em Recife. Interesses sociais e geopolítica interna. **Revista Brasileira de Geografia Física**, v. 07, N. 03, 2014, p. 597-614. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/rbgfe/article/view/233266>>. Acesso em: 18 fev. 2020.
- CASTRIOTA, Leonardo Barci; BRAGA, Gabriel. Patrimônio Insurgente: Estetização e resistência cultural no Brasil do início do século XXI. In: **Contested Cities**. Barcelona, Julho, 2016. Disponível em: <<http://contested-cities.net/working-papers/wp-content/uploads/sites/8/2016/07/WPCC-165549-BarciBraga-PatrimonioInsurgente.pdf>>. Acesso em: 30 nov. 2016.
- CASTRO, Josué de. **Fatores de localização da cidade do Recife**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional - Brasil, 1948.
- CASTRO, Josué de. **Ensaio de Geografia Humana**. 4º ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1966, p. 153-226.
- CASTRO, Josué de. **Documentário do Nordeste**. São Paulo: Brasiliense, 1968.
- CASTRO, Josué de. **Geografia da Fome**. O dilema brasileiro: Pão ou aço. 6º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- CASTRO, Josué de. **Homens e Caranguejos**. 4º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- CASTRO, Iná Elias de. Paisagem e Turismo: de estética, nostalgia e política. In: YÁZIGI, Eduardo. (Org.). **Turismo e Paisagem**. São Paulo: Ed. Contexto, 2002, p. 121-140.

- CASTRO, Iná Elias de. Instituições e território. Possibilidades e limites ao exercício da cidadania. **GeoSul**. V. 18, nº 36, jul./dez. 2003, p. 07-28. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/13575>>. Acesso em: 10 ago. 2017.
- CASTRO, Iná Elias de. Espaço Político: Limites e possibilidades do conceito. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Olhares Geográficos: Modos de ver e viver o espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, p. 43-72.
- CASTRO, Iná Elias de. Espaço político. **GEOgraphia**. V. 20, Nº 42, jan./abr., 2018a, p. 120-126. Disponível em: <<http://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13839/9042>>. Acesso em: 18 fev. 2020.
- CASTRO, Iná Elias de. Espaços públicos como espaços políticos: O que isso quer dizer? **Geografares**. Jul./ Set. 2018b, p. 12-33. Disponível em: <<http://ojs2.ufes.br/geografares/article/viewFile/20997/14088>>. Acesso em: 18 dez. 2018.
- CAUQUELIN, Anne. **A Invenção da Paisagem**. São Paulo: Martins, 2007.
- CHECA-ARTASU, Martín M. En defensa del derecho al paisaje. Algunos ejemplos en México. In: CHECA-ARTASU, Martín M.; MARTÍN, Pere Sunyer (Coord.). **El Paisaje: Reflexiones y métodos de análisis**. Ciudad de México: Ediciones del Lirio, 2017, p. 45-74.
- CHECA-ARTASU, Martín M. ¿Es el paisaje un bien común? Unas notas. **Dearq 24**. Enero de 2019, p. 60-67. Disponível em: <<https://revistas.uniandes.edu.co/journal/dearq>>. Acesso em: 18 fev. 2020.
- CHECA-ARTASU, Martín M; MARTÍN, Pere Sunyer. Métodos y reflexiones en torno al paisaje. Una introducción. In: CHECA-ARTASU, Martín M.; MARTÍN, Pere Sunyer (Coord.). **El Paisaje: Reflexiones y métodos de análisis**. Ciudad de México: Ediciones del Lirio, 2017, p. 09-19.
- CIPRA. Le Paysage est négociable. Notre regard modèle les Alpes. **Alpenscène, La revue de la CIPRA**, nº 104/2018. Disponível em: <[https://www.cipra.org/fr/publications/alpenscene-104/Szene\\_Alpen\\_104\\_fr.pdf/inline-download](https://www.cipra.org/fr/publications/alpenscene-104/Szene_Alpen_104_fr.pdf/inline-download)>. Acesso em: 07 mar. 2019.
- CLAVAL, Paul. L'analyse des paysages. **Géographie et Cultures – Spécial Paysage**. Printemps 1994, nº 13, p. 55-74.
- CLAVAL, Paul. A Paisagem dos Geógrafos. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). **Geografia Cultural: Uma antologia**. Volume I. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012, p. 245-276.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: Um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Geografia: Conceitos e Temas**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008, p. 15-47.
- CORTINA, Albert. Landscape Ethics. A moral commitment to responsible regional management. In: **Ramon LLULL Journal of applied ethics**, 2, 2011, p. 165-178.
- COSGROVE, Denis. A Geografia está em toda parte: Cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (Org.). **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004, p. 92-123.
- COSTA, Ana Luiza Martins. **Uma Retirada Insólita**: Rio São Francisco, Barragem de Sobradinho. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2013.

- COUTINHO, Maria Cristina. **As transformações do/no Projeto Recife** – Redirecionamento no espaço. Uma análise da relação entre planejamento urbano e movimento popular. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1989.
- CUSTÓDIO, Maraluce Maria. **Conceito Jurídico de Paisagem**. 2012. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFMG, Belo Horizonte, 2012.
- DAMATTA, Roberto. Cidadania: A questão da cidadania num universo relacional. In: DAMATTA, R. **A casa e a rua: Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997, p. 65-95.
- DAOU, Ana Maria Lima. Cartografias sociais e território – Resenha. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. Vol. 11, nº 01, Maio 2009, p. 143-147.
- DAOU, Ana Maria Lima. Sobre os avessos da história e dos espaços urbanos no Brasil. In: ANDRADE, Rubens de; TERRA, Carlos G. (Orgs.). **Averso da Paisagem: Percepção artístico-urbana e imaginário socioespacial**. Rio de Janeiro: Rio Book's, 2012, p. 157-165.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Commum** : Essai sur la révolution au XXI<sup>e</sup> siècle. Paris: La Découverte, 2015.
- DEBARBIEUX, Bernard. Actualité Politique du Paysage. **Revue de Géographie Alpine | Journal of Alpine Research**: 2007, nº 95-4. Disponível em: <<http://rga.revues.org/382>>. Acesso em: 01 out. 2016.
- DELICADO, Ana; SILVA, Luís; JUNQUEIRA, Luís; HORTA, Ana; FONSECA, Susana; TRUNINGER, Mónica. Ambiente, paisagem, património e economia: Os conflitos em torno de parques eólicos em Portugal. **Revista Crítica de Ciências Sociais**: 2013, nº 100, p. 11-36. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/rccs/5198>>. Acesso em: 08 ago. 2019.
- DENARNAUD, Eugénie. Tanger, ou la rencontre de la société vernaculaire et de la ville mondialisée. In: **Les Carnets du Paysage**, nº 33, printemps 2018a, p. 44-57.
- DUNCAN, James. **The city as text: the politics of landscape interpretation in the Kandyen Kingdom**. Cambridge: Cambridge Press, 1990.
- ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Perspectiva, 26<sup>o</sup> ed, 2016.
- EGOZ, Shelley; MAKHZOUMI, Jala; PUNGETTI, Gloria. The Right to Landscape: An Introduction. In: EGOZ, Shelley; MAKHZOUMI, Jala; PUNGETTI, Gloria (Edit.). **The Right to Landscape: Contesting Landscape and Human Rights**. Farnham: Ashgate Publishing, 2011, p. 01-20.
- ERIACHER, Rudolf. Le paysage est-il négociable ? In: CIPRA. Le Paysage est négociable. Notre regard modèle les Alpes. **Alpenscène, La revue de la CIPRA**, nº 104/2018. Disponível em: <[https://www.cipra.org/fr/publications/alpenscene-104/Szene\\_Alpen\\_104\\_fr.pdf/inline-download](https://www.cipra.org/fr/publications/alpenscene-104/Szene_Alpen_104_fr.pdf/inline-download)>. Acesso em: 07 mar. 2019.
- FABUREL, Guillaume. Du paysage au bien-être. Vers de nouveaux communs pour la coopération territoriale ? Le cas des grands projets d'aménagement et de leurs concertations. In: LAZZERI, Yvette. **Participation créative et paysage** : vecteurs d'une gouvernance renouvelée. Presses universitaires de Provence: 2015, p.71-76.
- FELDMAN-BIANCO, Bela. Introdução. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas**. Métodos. São Paulo: Editora UNESP, 1987, p. 07-45.

- FERNANDES, Pedro Henrique S. A transformação da cidade e a evolução da paisagem do Rio de Janeiro: as políticas públicas e os mirantes. In: Colóquio Ibero-Americano Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto – Desafios e Perspectivas, 2014, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: IEDS; MACPS; Iphan, 2014. v. 1.
- FERREIRA, Francisco Ludermir. **Dos Alagados à Especulação Imobiliária: Fragmentos da luta pela terra na Comunidade do Coque**. Monografia (Graduação em Jornalismo). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.
- FIGUEIREDO, Maria do Socorro; ARAÚJO, Sandra Simone Moraes de. **Memória do Saber – Josué de Castro**. Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2012, p. 354-360.
- FORTIN, Marie-José; SGARD, Anne; FRANCHOMME, Magalie. Le paysage comme instrument de gouvernance territoriale : Entre expérimentation, critique et capacités institutionnelles. **Développement durable et territoires** : 2017, vol. 8, n° 2. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/developpementdurable/11854>>. Acesso em: 04 mai. 2019.
- FORTIN, Marie-José; LE FLOCH, Sophie. Contester les parcs éoliens au nom du paysage : le droit de défendre sa cour contre un certain modèle de développement. **Globe**, 13(2), 2010, p. 27-50.
- FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. **Cadernos de Campo**, São Paulo, n° 14/15, 2006, p. 231-239.
- FREIRE, Maria Emília Lopes; CAVALCANTI, Fábio; BESSONI, Giorge; FREITAS, Marcelo. Patrimônio Ferroviário: Memória ou esquecimento? Abordagem conceitual no processo de valoração do patrimônio ferroviário em Pernambuco. In: VI Colóquio Latino-Americano sobre Recuperação e Preservação do Patrimônio Industrial. **Anais [...]** São Paulo, 2012. Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/VI\\_coloquio\\_t6\\_patrimonio\\_ferrovuario.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/VI_coloquio_t6_patrimonio_ferrovuario.pdf)>. Acesso em: 07 jul. 2019.
- FREIRE-MEDEIROS, Biana. **Gringo na laje: Produção, circulação e consumo da favela turística**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.
- FREITAS, Alexandre Simão *et al.* A “memória do medo”: mídia, especulação imobiliária e trauma em um bairro do Recife. In: *Diversidad y Poder en America Latina*, 2009, Buenos Aires. **Anais [...]** Disponível em: <[http://www.coquevive.org/admin/pdf/01201022143659\\_A%20memoria%20do%20medo.pdf](http://www.coquevive.org/admin/pdf/01201022143659_A%20memoria%20do%20medo.pdf)>. Acesso em: 20 nov. 2013.
- FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano – edição comemorativa 70 anos**. 16ª edição. São Paulo: Global, 2006.
- FREYRE, Gilberto. **Guia Prático, Histórico e Sentimental da Cidade do Recife**. 5ª ed. São Paulo: Global, 2007.
- FRY, Peter. Prefácio. In: PERLONGHER, Néstor Osvaldo. **O negócio do michê: prostituição viril em São Paulo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987, p. 11-15.
- FUTRELL, Robert. La gouvernance performative. Maîtrise des impressions, travail d'équipe et contrôle du conflit dans les débats d'une City Commission. **Politix**, vol. 15, n° 57, 2002, p. 147-165. Disponível em: <[https://www.persee.fr/doc/polix\\_0295-2319\\_2002\\_num\\_15\\_57\\_1211](https://www.persee.fr/doc/polix_0295-2319_2002_num_15_57_1211)>. Acesso em: 12 jan. 2019.
- GAILING, Ludger. Landscape is a Commons! **Lo Squaderno – Explorations in Space and Society**. N° 30 (Commons – Practices, boundaries and thresholds), December 2013, p. 17-20.

Disponível em: <<http://www.losquaderno.professionaldreamers.net/?cat=163>>. Acesso: em 25 ago. 2018.

GLUCKMAN, Max. Análise de uma situação social na Zululândia moderna. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas: Métodos**. São Paulo: Editora UNESP, 1987, p. 227-344.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. Rio de Janeiro, a cidade dos múltiplos mirantes. **Espaço Aberto**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 143-164, 2015.

GONÇALVES, Fábio Christiano Cavalcanti. A paisagem como fenômeno e objeto de interesse público: com que direito? **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 34, ago. 2015, p. 99-116. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/made/article/view/39224>>. Acesso em: 13 maio de 2016.

HALLEY, Bruno Maia. **Catimbolândia: Tramas Negras do Xangô na Veneza Americana – Arredores do Rio Beberibe (Recife, 1867-1945)**. 2017. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

HARVEY, David. Do Administrativismo ao empreendedorismo: a transformação da governança urbana no capitalismo tardio. In: HARVEY, David. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2005, p. 163-190.

HARVEY, David. **Cidades Rebeldes: Do direito à cidade à Revolução Urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HOLZER, Werther. Augustin Berque: Um trajeto pela paisagem. **Espaço e Cultura**, nº 17-18, jan/dez. 2004, p. 55-63. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/7853/5681>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

HOLSTON, James. **Cidadania Insurgente: Disjunções da democracia e da modernidade no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

IFLA. **Carta del Paisaje de las Américas – Descubrir los paisajes de las Américas. Diseñar, planificar, conservar y gestionar**. Cidade do México: IFLA Américas, 2018.

JACKSON, John Brinckerhoff. **De la necessite des ruines et autres sujets**. Paris: Éditions du Linteau, 2005.

JORGE, Ana Paula; GENTIL, Plínio Antônio Britto. Tutela Jurídica da Paisagem Urbana: Rumo à defesa do direito à qualidade de vida. In: XVIII Congresso Nacional do CONPEDI, 2009, **Anais [...]** São Paulo: 2009, p. 2996-3013. Disponível em: <[http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/sao\\_paulo/2623.pdf](http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/sao_paulo/2623.pdf)>. Acesso em: 12 maio de 2016.

KALAORA, Bernard. Les cités du litoral: Le litoral dans tous ses états. **Ethnologie française**, XXV, 1995, 1, Les vertige des traces. Patrimoines em question, p. 76-87.

KALAORA, Bernard. Global Expert: La religion des mots. **Ethnologie Française**, XXIX, 1999, 4, p. 513 – 527. Disponível em: <<http://littocéan.fr/app/download/5781890928/Global+Exper%5B1%5D.pdf>>. Acesso em: 04 dez. 2018.

KALAORA, Bernard. À la conquête de la pleine nature. **Ethnologie française**, XXXI, 2001, 4, p. 591-597.

KEBIR, Leïla; NAHRATH, Stéphane; WALLET, Frédéric. Editorial. **Espaces et sociétés**. N° 175, 2018/4, p. 07-17.

LABUSSIÈRE, Olivier. **Le défi esthétique en aménagement : vers une prospective du milieu.** Le cas des lignes très haute tension (Lot) et des parcs éoliens (Aveyron et Aude). 2007. Thèse (Doctorat en Géographie) – Université de Pau et des Pays de l'Adour, Pau, 2007.

LA CECLA, Franco. **Le Matentendu.** Paris: Éditions Balland, 2002.

LACERDA, Norma. “Mundos” Distintos: Conflitos pela apropriação do litoral nordestino do Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais.** Vol. 12, n. 02, Novembro de 2010. 2010, p. 39-52. Disponível em: <<http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/rbeur/article/view/252>>. Acesso em: 24 out. 2012.

LACERDA, Norma. **Mercado Imobiliário de Aluguel em Areas Pobres e Teoria das Convenções.** Recife: Centro de Estudos da Conservação Integrada, 2011, 65p.

LACERDA, Norma. Valores dos Bens Patrimoniais. In: LACERDA, Norma; ZANCHETI, Sílvio Mendes (Orgs.). **Plano de Gestão da Conservação Urbana: Conceitos e Métodos.** CECI: Olinda, 2012, p. 44-54.

LACERDA, Norma. LEITÃO, Lucia; QUEIROZ, Paulo Abílio de. Legitimidade espacial: uma discussão sobre mutação e permanência das estruturas espaciais urbanas. **EURE**, vol 36, n° 107, abril 2010, p. 109-122.

LACERDA, Chico. **Vídeo-ativismo sobre questões urbanas do Recife: mapeamento inicial.** Disponível em: <<http://www.janeladecinema.com.br/2012/cinema-e-espaco-urbano-a-camera-cidada-no-recife/>>. Acesso em: 15 mar. 2013.

LACOSTE, Yves. A quoi sert le paysage ? Qu'est-ce un beau paysage ? In: ROGER, Alain (Dir.). **La Théorie du paysage em France, 1974 – 1994.** Seyssel: Champ Vallon, 1995, p. 42-73.

LAFAYE, Claudette; THÉVENOT, Laurent. Une justification écologique ? Conflits dans l'aménagement de la nature. In: **Revue française de sociologie**, 1993, 34-4, p. 495-524. Disponível em: <[https://www.persee.fr/doc/AsPDF/rfsoc\\_0035-2969\\_1993\\_num\\_34\\_4\\_4283.pdf](https://www.persee.fr/doc/AsPDF/rfsoc_0035-2969_1993_num_34_4_4283.pdf)>. Acesso em: 04 oct. 2018.

LAPA, Tomás de Albuquerque. **Grandes cidades constroem-se com edificios grandes?** Recife: EdUFPE, 2011.

LASCOUMES, Pierre. **L'eco-pouvoir : Environnements et politiques.** Paris: Éditions la découverte, 1994, 317p.

LATOUR, Bruno. Moderniser ou écologiser ? À la recherche de la « septième » cité. **Écologie Politique**, 1995, n° 13, p. 5-27. Disponível em: <<http://www.bruno-latour.fr/sites/default/files/59-7EME-CITE-FR.pdf>>. Acesso em: 19 nov. 2018.

LEIBENATH, Markus; OTTO, Antje. Local debates about 'landscape' as viewed by German regional planners: Results, of a representative survey in a discourse-analytical framework. **Land Use Policy**, 32, 2013, p. 366-374. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0264837712002414?via%3Dihub>>. Acesso em: 13 jul. 2018.

LINS, Rachel Caldas. Alguns Aspectos Originais do Sítio Urbano do Recife. In: JATOBÁ, Lucivânio (Org.). **Estudos Nordestinos sobre Crescimento Urbano.** Recife: FUNDAJ, 1987, p. 343-352.



LINO, Bárbara; NASCIMENTO, Cristiano. De esculpir e materializar os tempos. A representação cinematográfica da paisagem vertical da cidade do Recife. **Revista de Estudos Brasileños**. Segundo Semestre, 2017, número especial, p. 49-62.

LIPOVETSKY, Gilles; SERROY, Jean. **A Estetização do Mundo: Viver na era do capitalismo artista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

LIRA, José Tavares Correia de. A construção discursiva da casa popular no Recife (década de 30). **Análise Social**, vol. XXIX (127), 1994, p. 733-753.

LIRA, José Tavares Correia de. Tradições do progresso e plano mítico da cidade (da Recife colonial à Mauricéia futurista). In: V Seminário Nacional de História da Cidade e do Urbanismo, 1998, **Anais [...]** Campinas. V Seminário Nacional de História da Cidade e do Urbanismo, 1998.

LOUREIRO, Claudia; AMORIM, Luiz. Vestindo a pele do cordeiro: requalificação versus gentrificação no Recife. **Urbana - Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos da Cidade**, v. I, p. s/n, 2006. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/ciec/revista/artigos/artigo1.pdf>>. Acesso em : 23 jan. 2012.

LUND, Katrín. Seeing in Motion and the Touching Eye: Walking over Scotland's Mountains. **Etnofoor**, vol. 18, nº 1, SENSES (2005), p. 27-42.

MADERUELO, Javier. Prólogo. In: BERQUE, Augustin. **El Pensamiento Paisajero**. Madrid: Biblioteca Nueva, 2009, p. 11-15.

MACHADO FILHO, Guilherme Felix. **Espaços da política: a relação entre o espaço político das assembleias e o espaço político das ruas no contexto das manifestações políticas brasileiras contemporâneas**. 2017. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

MACIEL, Caio Augusto Amorim. **Metonímias Geográficas: Imaginação e Retórica da paisagem no semi-árido pernambucano**. 2004. 527p. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2004.

MACIEL, Caio Augusto Amorim. Espaços Públicos e geo-simbolismos na “cidade estuário”: rios pontes e paisagens do Recife. **Revista de Geografia da UFPE**. Recife, v. 22, nº1, JAN/JUL, 2005, p. 10-18.

MACIEL, Caio Augusto Amorim. A Geografia Política da Paisagem: imagens, narrativas e sensibilidades culturais em disputa no espaço público recifense. In: MACIEL, Caio Augusto Amorim; GONÇALVES, Claudio Ubiratan; PEREIRA, Mônica Cox de Britto. (Org.). **Abordagens Geográficas do Urbano e do Agrário**. Recife: EdUFPE, 2012, p. 26-41.

MACIEL, Caio Augusto Amorim. Cultura e Política em Diálogo na Geografia Humana: Comentário sobre as possibilidades de se pensar os espaços da interculturalidade. **GeoSertões**, nº 01, vol. 01, jan./jul. 2016. Disponível em: <<http://revistas.ufcg.edu.br/cfp/index.php/geosertoes/index>>. Acesso em: 18 out. 2016.

MACIEL, Caio Augusto Amorim. BARBOSA, David Tavares. Democracia, Espaço público e Imagens Simbólicas da Cidade do Recife. In: CASTRO, Iná Elias de; RODRIGUES, Juliana Nunes; RIBEIRO, Rafael Winter. (Org.). **Espaços da Democracia: Para a agenda da Geografia Política contemporânea**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013, p. 261-293.

MAGAROTTO, Mateus Georgenes. **Sistemas de Informação Geográfica orientados para o ordenamento do litoral**. O caso da Boa Viagem – Recife – PE – Brasil. 2012, 113p.

Dissertação (Mestrado em Gestão do Território) – Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, 2012.

MAROT, Sébastien. Profession Visiteur. In: JACKSON, John Brinckerhoff. **De la nécessité des ruines et autres sujets**. Paris: Éditions du Linteau, 2005.

MARTÍN, Pere Sunyer. Paisajes para todos. De la valorización del paisaje a su sensibilización. In: CHECA-ARTASU, Martín M.; MARTÍN, Pere Sunyer (Coord.). **El Paisaje**: Reflexiones y métodos de análisis. Ciudad de México: Ediciones del Lirio, 2017, p. 21-44.

MASBOUNGI, Ariella (Dir.). **Berlin, le génie de l'improvisation**. Marseille: Parenthèses, 2017, 224p.

MEINING, Donald W. O Olho que Observa: Dez versões da mesma cena. **Espaço e Cultura**, nº 16, jul./dez. 2003, p. 35-46. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/7424/5380>>. Acesso em: 17 abr. 2015.

MELO, Mário Lacerda de. **Metropolização e subdesenvolvimento**: o caso do Recife. Recife: Ed. Universitária, 1978.

MELO FILHO, Djalma Agripino de. Mangue, Homens e Caranguejos em Josué de Castro: significados e ressonâncias. In: **História, Ciências, Saúde. Manguinhos**, vol. 10(2), maio-ago 2003, p. 505-524. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v10n2/17748.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2009.

MELO FILHO, Dirceu Cadena de. **O patrimônio como recurso político**: Disputas por reconhecimento, fortalecimento e geopolítica entre UNESCO e Cabo Verde. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014.

MITCHELL, Don. Cultural landscapes: Just landscapes or landscapes of justice?. **Progress in Human Geography**, 27, 6, 2003, p. 787-796. Disponível em: <<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.834.6744&rep=rep1&type=pdf>>. Acesso em: 16 set. 2019.

MOSER, Benjamin. **Autoimperialismo**: Três ensaios sobre o Brasil. São Paulo: Planeta, 2016.

MOTA, Fábio Reis. **Cidadãos em toda parte ou cidadãos à parte?** Demandas de direitos e reconhecimento no Brasil e na França. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

MOTTA, Lia. O patrimônio urbanístico e seus usos sociais. In: DUARTE PAES, Maria Teresa; SOTRATTI, Marcelo Antonio (Org.). **Geografia, Turismo e Patrimônio Cultural**: Identidades, usos e ideologias. São Paulo: Annablume, 2017, p. 89-113.

MUSEU DA PAISAGEM. **Museu da Paisagem, Narrativas e experiências do Lugar**. Lisboa: FCT, 2019.

NEL·LO, Oriol. **A cidade em movimento. Crise social e resposta cidadã**. Lisboa: Livraria Tigre de papel, 2018.

NETA, Maria Amélia Vilanova. A dimensão espacial do movimento mangue e a construção de uma identidade territorial: visões sobre o urbano e os locais de moradia. **Terr@ Plural**, Ponta Grossa, 1(2), ago-dez., 2007, p. 29-40.

NOGUÉ, Joan. **Paisatge, territori i societat civil**. Valência: Tres i Quatre, 2010.

- NOGUÉ, Joan. Sentido del lugar, paisaje y conflicto. **Geopolítica(s)**: 2014, vol. 5, num. 2, p. 155-163. Disponível em: <<https://revistas.ucm.es/index.php/GEOP/article/viewFile/48842/45839>>. Acesso em: 23 mar. 2019.
- NOGUÉ I FONT, Joan. Territorios sin discurso, paisajes sin imaginario. Retos y dilemas. **Eria**: 2007, nº 73-74, p. 373-382. Disponível em: <<http://www.unioviedo.es/reunido/index.php/RCG/article/view/1593/15038>>. Acesso em: 19 dez. 2016.
- NORA, Pierre. Entre Memória e História: A problemática dos lugares. **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, n. 10. São Paulo, dez. 1993, p. 07-28. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>>. Acesso em: 22 dez. 2016.
- OLIVEIRA, Fabrício Leal de; SÁNCHEZ, Fernanda; TANAKA, Giselle; MONTEIRO, Poliana (Org.). **Planejamento e Conflitos Urbanos**: Experiências de Luta. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016.
- OLWIG, Kenneth. Representation and Alienation in the Political Land-scape. **Cultural Geographies**, 2005, 12 (1). London: Edward Arnold, 19-40. Disponível em: <<https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-00572145/document>>. Acesso em: 18 ago. 2019.
- OLWIG, Kenneth R. The Right Rights to the Right Landscape? In: EGOZ, Shelley; MAKHZOUMI, Jala; PUNGETTI, Gloria (Edit.). **The Right to Landscape**: Contesting Landscape and Human Rights. Farnham: Ashgate Publishing, 2011, p. 01-20.
- PEIRANO, Mariza. **A Teoria Viva**: e outros ensaios de antropologia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.
- PINA, Helena Figueiredo; ABREU, João Gomes de; RODRIGUES, José Cavaleiro; MONTEIRO, Luís; CENTENO, Maria João; CARVALHO, Margarida. Proposta de cidadania paisagista numa cultura imaterial. In FIDALGO, Pedro (Coord.). **Estudos de paisagem**: Volume II. Lisboa: Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2017, p. 141-159.
- PIRES DO RIO, Gisela Aquino; NAME, Leo. O novo Plano Diretor do Rio de Janeiro e a reinvenção da paisagem como patrimônio. XV ENANPUR. 2013, Recife. **Anais [...]** Recife: 2013, 16p.
- POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, Vol. 02. nº 1, 1989, p. 03-15. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278/1417>>. Acesso em: 28 nov. 2015.
- PONTUAL, Virgínia. O antigo e o moderno no Recife: As práticas e a construção de identidades urbanísticas. In: XII ENANPUR. 2007, Belém. **Anais [...]** Belém: 2007, 30p.
- PRIORE, Riccardo. Derecho al Paisaje, Derecho del Paisaje. In: NARANJO, Florencio Zoido; MORENO, Carmen Venegas (Coord). **Paisaje y ordenación del territorio**. Junta de Andalucía: Sevilla, 2002, p. 92-99.
- PRUIJT, Hans. Squatting in Europe. In: SQUATTING EUROPE COLLECTIVE. **Squatting in Europe**: Radical Spaces, Urban Strugles. Nova York: Autonomedia, 2013. Pp. 17-60.
- QUINTERO, Héctor Santaella. Presentación. In: VARÓN, Diana Carolina Zuluaga. **El derecho al paisaje en Colombia**: Consideraciones para la definición de su contenido, alcance y límites. Bogotá: U. Externado de Colômbia, 2015, p. 13-20.

RECIFE, Prefeitura da Cidade do. **Lei de Uso e Ocupação do Solo da Cidade do Recife**. Lei nº 16.176/1996.

RECIFE, Prefeitura da Cidade do. **Código do Meio Ambiente e do Equilíbrio Ecológico da Cidade do Recife**. Lei nº 16.243/1996.

RECIFE, Prefeitura da Cidade do. **Projeto Capital**. Recife: 1999.

RECIFE, Prefeitura da Cidade do. **Revisão do Plano Diretor do Município do Recife**. Lei nº 17.511/2008.

RECIFE, Prefeitura da Cidade do. **Plano Específico para o Cais de Santa Rita, Cais José Estelita e Cabanga**. Lei nº 18.138/2015

RECIFE, Prefeitura da Cidade do. **Recife, Plano do Turismo Criativo, 2019-2021**. 2018.

RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem, Cultura e Patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2007.

RIBEIRO, Rafael Winter. Paisagem, Patrimônio e Democracia: Novos desafios para políticas públicas. In: CASTRO, I. E. de; RODRIGUES, J. N.; RIBEIRO, R. W. (Org.). **Espaços da Democracia: Para a agenda da Geografia Política contemporânea**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013, p. 235-259.

RIBEIRO, Rafael Winter. Paisagem Cultural Urbana e Paisagem Histórica Urbana: O Rio de Janeiro e os desafios recentes para a lista do patrimônio mundial. In: **Identidades: Território, Projeto, Patrimônio**. Vol. 06, 2015, p. 235-256.

RIBEIRO, Rafael Winter. A política da paisagem em cidades brasileiras: instituições, mobilizações e representações a partir do Rio de Janeiro e Recife. In: I Congresso Ibero Americano em Estudos de Paisagem, 2018, Sintra. **Anais [...] I Congresso Ibero Americano em Estudos de Paisagem**, 2018a.

RIBEIRO, Rafael Winter. Paisagem. In: IPHAN (org.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. Brasília: IPHAN, 2018b.

RIBEIRO, Rafael Winter. Rio de Janeiro e a Avenida Beira Mar: Desejo de paisagem e cidade balneário nas primeiras décadas do século XX. **Confins**, 39, v. 1, 2019a. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/confins/18065>>. Acesso em: 06 jan. 2020.

RIBEIRO, Rafael Winter. Gestão da paisagem, gestão da cidade: Quais os legados do Rio de Janeiro Patrimônio Mundial? **Revista CPC (USP)**, v. 14, p. 144-166, 2019b. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/153143>>. Acesso em: 06 jan. 2020.

RODRIGUES, José Cavaleiro. Cidadania Paisagística: dos desafios sociais à construção de um conceito. In: Museu da Paisagem. **Museu da Paisagem, Narrativas e experiências do lugar**. Lisboa: FCT, 2019.

ROGER, Alain. **Court Traité du Paysage**. Paris: Gallimard, 1997.

ROGER, Alain. La Naissance du Paysage en Occident. In: SALGUEIRO, Heliana Angotti (Coord.). **Paisagem e Arte: A invenção da natureza, a evolução do olhar**. Seleção de textos apresentados no I Colóquio Internacional de História da Arte CBHA – CIHA. São Paulo: Angotti Salgueiro, 2000, p. 33-39.

ROGERS, Thomas D. Imaginários Paisagísticos em conflito na Zona da Mata Pernambucana. **Cadernos de História: Oficina de História – Ano VI, Nº 6**, 2009, p. 13-28.

ROSSI, Ugo; VANOLO, Alberto. **Urban Political geographies: A global perspective**. London: Sage, 2012.

ROUSSO, Anny. Le droit du paysage: un nouveau droit pour une nouvelle politique. **Courrier de l'environnement de l'INRA**, n° 26, 2010, p. 29-42. Disponível em: <<http://www7.inra.fr/lecourrier/assets/C26Rouso.pdf>>. Acesso em: 05 nov. 2016.

SÁ CARNEIRO, Ana Rita; VERAS, Lúcia M. S. C.; BARBOSA, David Tavares. A peleja do direito à paisagem no Recife. In: CUSTÓDIO, Maraluce Maria; DOS SANTOS, Fernando Barotti; MÁXIMO, Maria Flávia Cardoso (Org.). **Direito de Paisagem: Aspectos jurídicos e interdisciplinares**. Belo Horizonte: D'Plácido Editora, 2020, p. 191-216.

SALES, Raissa Gomes de. **Paisagem Teimosa: A construção social da Brasília recifense e a (r)existência do seu amanhã**. 2017. 378p. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2017.

SALGUEIRO, Heliana Angotti. Ciência e Consciência da Paisagem. In: SALGUEIRO, Heliana Angotti (Coord.). **Paisagem e Arte: A invenção da natureza, a evolução do olhar**. Seleção de textos apresentados no I Colóquio Internacional de História da Arte CBHA – CIHA. São Paulo: Angotti Salgueiro, 2000, p. 13-17.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e tempo. Razão e emoção**. 4º ed. São Paulo: EdUSP, 2006.

SANTOS, Ana Renata Silva; TENÓRIO, Bárbara Cardoso; MEDEIROS, Helen Maria Palmeira; RIBEIRO, Ana Rita Sá Carneiro; MELO, Vera Lúcia Mayrinck de Oliveira. Uma janela para a paisagem. **Arquiteturarevista**, vol. 14, n. 2, p. 163-173.

SAUTER, Alain; ORMAUX, Serge; TOURNEUX, François-Pierre. Landscape and public policies: evaluation and indices. In: **The International Conference of Territorial Intelligence – “Tools and methods of Territorial Intelligence”**. Besançon, França: 2008, p. 1-7. Disponível em: <<https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00985117/document>>. Acesso em: 08 set. 2019.

SCALERCIO, Vitor Soares. **Paisagem em disputa: A construção da Torre Sevilla e os discursos da proteção paisagística na Espanha**. 2016. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

SCHLEE, Mônica Bahia. O Lugar da favela na paisagem e no patrimônio. In: **3º Colóquio Ibero-Americano Paisagem Cultural e Patrimônio**. Belo Horizonte, 2014.

SERRÃO, Adriana Veríssimo. Paisagem e Ambiente: Uma distinção conceitual. **Enrahonar**. Quaderns de Filosofia, n° 53, 2014, p. 15-28. Disponível em: <[https://ddd.uab.cat/pub/enrahonar/enrahonar\\_a2014v53/enrahonar\\_a2014v53p15.pdf](https://ddd.uab.cat/pub/enrahonar/enrahonar_a2014v53/enrahonar_a2014v53p15.pdf)>. Acesso em: 10 dez. 2018.

SEVERIEN, Pedro Loureiro. **Cinema de Ocupação: Uma cartografia da produção audiovisual engajada na luta pelo direito à cidade no Recife**. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.

SEVERINO JÚNIOR, José Rogério. **“Atrás do porto e da praia tem uma cidade”**: Transformações da paisagem cultural do distrito-sede de Ipojuca, no Complexo de Suape, PE. Projeto de pesquisa de iniciação científica, FACEPE, 2019.

- SGARD, Anne. Une «éthique du paysage» est-elle souhaitable?. **Vertigo** – Revue électronique en sciences de l'environnement. Vol. 10, n° 01, avril 2010. Disponível em: <<http://vertigo.revues.org/9472>>. Acesso em: 03 mai 2016.
- SGARD, Anne. **Le partage du paysage**. Geography. Université de Grenoble, 2011.
- SGARD, Anne. En Montagne avec le paysage, un laboratoire du bien commun ? **Les Carnets du Paysage**, n° 33, printemps 2018, p. 106-119.
- SGARD, Anne; FORTIN, Marie-José; PEYRACHE-GADEAU, Véronique. Le paysage en politique. **Développement durable et territoires**, Vol. 1, n° 2, 2010, p. 01-11.
- SILVA, Oswaldo Pereira da. **Pina: Povo, cultura, memória**. 2ª ed. Recife: Funcultura, 2008.
- SILVA, Roberta Kelly Fernandes da. **Coque: Um mosaico de territórios no ambiente anfíbio da cidade do Recife**. 2018. Monografia (Licenciatura em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.
- SMITH, Adam T. **The Political Landscape: Constellations of Authority in Early Complex Polities**. Los Angeles: University of California Press, 2003.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os Conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. Com a palavra (à maneira de apresentação). In: SOUZA, Marcelo Lopes de. **Dos espaços de controle aos territórios dissidentes: Escritos de divulgação científica e análise política**. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.
- SOUZA LIMA, Antonio Carlos. **Memorial para promoção à classe E – professor titular – Setor de Etnologia e Etnografia, Departamento de Antropologia, Museu Nacional/UFRJ**. Rio de Janeiro: 2015.
- TOLLENARE, L.F. **Notas Dominicaes**. Recife: Jornal do Recife, 1905.
- VAINER, Carlos. Apresentação. In: OLIVEIRA, Fabrício Leal de; SÁNCHEZ, Fernanda; TANAKA, Giselle; MONTEIRO, Poliana (Org.). **Planejamento e Conflitos Urbanos: Experiências de Luta**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016, p. 11-15.
- VAN VELSEN, Jaap. A análise situacional e o método de estudo de caso detalhado. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas. Métodos**. São Paulo: Editora UNESP, 1987, p. 345-374.
- VARÓN, Diana Carolina Zuluaga. El paisaje: ¿un interés jurídicamente relevante? **Revista Digital de Derecho Administrativo**. N° 08, segundo semestre 2012, p. 69-87. Disponível em: <<http://revistas.uexternado.edu.co/index.php/Deradm/article/view/3384>>. Acesso em: 31 mai. 2016.
- VARÓN, Diana Carolina Zuluaga. **El derecho al paisaje en Colombia: Consideraciones para la definición de su contenido, alcance y límites**. Bogotá: U. Externado de Colômbia, 2015.
- VASCONCELOS, Priscila Batista; MACIEL, Caio Augusto Amorim; LACERDA, Norma. “Pelas frestas e becos do patrimônio”: O lugar do (in)visível no Centro Histórico protegido do Recife. **Revista de Geografia (Recife)**, V. 35, No. 1 (especial), 2018, p. 89-102. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistageografia/article/view/234412>>. Acesso em: 18 fev. 2020.

VELHO, Gilberto. **Patrimônio, negociação e conflito**. *Mana*, nº 12(1), 2006, p. 237-248. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-93132006000100009](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132006000100009)>. Acesso em: 26 jul. 2017.

VERAS, Lúcia Maria de Siqueira Cavalcanti. **Paisagem-postal: A imagem e a palavra na compreensão de um Recife urbano**. Tese (Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

VIEIRA, Natália Miranda. O Cais José Estelita e a crônica de (mais) uma morte anunciada. Será esse o triste fim de um símbolo de resistência e luta pelo direito à cidade?. *Vitruvius*, 224.07, ano 19, mar. 2019. Disponível em: <<https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/19.224/7307>>. Acesso em 25 abr. 2019.

WYLIE, John. **Landscape**. London: Routledge, 2007.

XAVIER, Sandra. “O monumento é o vale”: A Retórica da paisagem no Parque Arqueológico do Côa. *Etnográfica*, vol. IV(1), 2000, p. 109-127. Disponível em: <[http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol\\_04/N1/Vol\\_iv\\_N1\\_109-128.pdf](http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_04/N1/Vol_iv_N1_109-128.pdf)>. Acesso em: 24 jul. 2017.

ZAMANT, Véronique; RIBEIRO, Rafael Winter. Desir(s) de paysages – L’attrait pour le paysage, comme ressource commerciale et politique. Cas de Paris et Rio de Janeiro. In: Colloque International Nature et Ville – Regards croisés franco-lusophones. *Anais [...]* Tours, França: 2018, p. 53-55.

ZANOLLO NETO, Antônio. Direito à paisagem. *Revista Internacional de Direito e Cidadania*, n. 8, p. 29-37, outubro/2010. Disponível em: <[http://www.reid.org.br/arquivos/00000202-03-antonio\\_zanollo.pdf](http://www.reid.org.br/arquivos/00000202-03-antonio_zanollo.pdf)>. Acesso em: 12 maio de 2016.

ZUKIN, Sharon. Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder. In: ARANTES, Antonio (Org). **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000. p. 81-102.

ZUSMAN, Perla. Perspectivas críticas del paisaje en la cultura contemporánea. In: NOGUÉ, Joan (Ed.). **El paisaje en la cultura contemporánea**. Madrid: Biblioteca Nueva, 2008, p. 275-296.

ZUSMAN, Perla. Negociando las imágenes de la nación. Representaciones geográficas y participación Argentina en dos Exposiciones Universales Estadounidenses (1876-1893). In: LEMOS, Amalia Inés Geraiges de; GALVANI, Emerson. **Geografia, tradições e perspectivas: A presença de Pierre Mombeig**. Buenos Aires, São Paulo: CLACSO, Expressão Popular, 2009, p. 269-290.